JOÃO CALVINO

AS INSTITUTAS

Edição especial para estudo e pesquisa

Volume 2

Institution de la Religion Chrestienne – *As Institutas* ou *Instituição da Religião Cristã*
Da edição original francesa de 1541 – Conforme publicação feita pela *Société les Belles Letres*,
Paris, 1936, com a colaboração da *Société du Musée historique de la Réformation.*

1ª edição em português 2002 – 3.000 exemplares

TRADUÇÃO e LEITURA DE PROVAS
Odayr Olivetti

REVISÃO e NOTAS DE ESTUDO E PESQUISA
Hermisten Maia Pereira da Costa

FORMATAÇÃO
Rissato

CAPA

Publicação autorizada pelo Conselho Editorial:
Cláudio Marra (*Presidente*), Alex Barbosa Vieira, Aproniano Wilson de Macedo, Fernando Hamilton Costa, Mauro Meister, Ricardo Agreste e Sebastião Bueno Olinto

EDITORA CULTURA CRISTÃ
Rua Miguel Teles Júnior, 382/394 - Cambuci
01540-040 - São Paulo - SP - Brasil
C.Postal 15.136 - Cambuci - São Paulo - SP - 01599-970
Fone: (0**11) 270-7099 - Fax: (0**11) 279-1255
www.cep.org.br - cep@cep.org.br

***Superintendente**: Haveraldo Ferreira Vargas*
***Editor**: Cláudio A. Batista Marra*

Sumário

Capítulo IV	A Fé, ou Explicação do Símbolo dos Apóstolos	
Capítulo V	A Penitência	
Capítulo VI	A Justificação Pela Fé e os Méritos das Obras (Obras Meritórias).....	

Explicação introdutória

A obra *Betbüchlein*, de Lutero (1522) inclui passagens comparáveis ao início deste capítulo (*Werke*, edição de Weimar, t. X, 2ª. parte, p. 389). Tinha sido traduzida para o latim (provavelmente por L. de Berquin[1]) com o título: *Precationum aliquot et piarum meditationum enchiridion* (Strasbourg, 1525).

Erasmo tinha publicado um *Symbolum apostolorum*, traduzido para o francês por Berquin com o título: *O Símbolo dos Apóstolos, vulgarmente chamado* Credo*, contendo os artigos da fé na forma de responso* (1523), obra censurada em 1526 pela Faculdade de Teologia de Paris.

O *Sumário e Breve Declaração* publicado por Farel em 1525 (reimpresso em Paris, em 1535}, reeditado em 1534 (acabado de imprimir em 23 de dezembro, cuja venda iniciou-se em 1535, quando Calvino compunha as *Institutas*), depois de tratar do tema *sobre Deus* (cf. aqui, cap. I), *sobre o homem* (cf. cap. II), *sobre Jesus Cristo, sobre a Lei* (cf. cap. III), só vem a falar *sobre a fé* no cap. XI.

Em seu *Sumário Cristão*, dedicado a Carlos Quinto (Marburgo, 1529), Lambert d'Avignon escreveu sobre a *Fé e Seus Frutos* no capítulo XVIII.

Seguramente Calvino leu a obra de Farel; pouco provavelmente a de Lambert.

A *Instrução* de 1537 tem dois artigos intitulados: *Que Apreendamos Cristo pela Fé*, e (após um artigo sobre a eleição): *Que é a Verdadeira Fé?* etc.

Em 1536 e 1537 Calvino partia da definição da fé colhida da Epístola aos Romanos (ver o parágrafo: *Pource qu'il m'estoit,* etc., p. 41); em 1538, em Estrasburgo, ele comentou a Epístola aos Romanos, da qual cita muitas passagens nos acréscimos que figuram na 2ª. Edição das *Institutas* e aqui.

[Notas teológicas e filosóficas preparadas por Max Dominicé.]

---

[1] Não posso me furtar a registrar o seguinte testemunho sobre L. Berquin, *apud* J. H. Merle D'Aubigné, *História da Reforma*, Livro XII, Cap. V (na tradução editada pela Casa Editora Presbitreriana: vol. IV, pp. 152/3). Entre os subtítulos do capítulo V D'Aubigné inclui este: "Berquin, o mais douto da Nobreza". Nas páginas da tradução, acima indicadas, lemos: "Havia na corte de Francisco I um gentil-homem de Artois, chamado Luiz de Berquin, que então contava trinta anos de idade e nunca se tinha casado. A sua pureza de vida, seu profundo saber, que lhe valeu o título de 'o mais culto dos nobres', a franqueza de sua índole, o cuidado que tinha com os pobres e sua ilimitada afeição pelos amigos, distinguiam-no acima de todos os seus semelhantes. Não havia observador mais devoto das cerimônias da igreja, dos jejuns, das festas e das missas; e tinha verdadeiro horror de tudo quanto se denominava herético. Era motivo de espanto testemunhar-se na corte tão grande devoção". – Por isso mesmo, temendo heresias, demorou a decidir-se pela Reforma, o que fez depois, passando a dedicar-se de corpo e alma à causa do Evangelho. **NT**

CAPÍTULO IV

A FÉ, OU EXPLICAÇÃO DO SÍMBOLO[1] DOS APÓSTOLOS[a]

[1536] Agora é fácil entender, graças ao que foi tratado no livro anterior, quais deveres o Senhor exige de nós em Sua Lei. Lembremo-nos de que, se falharmos no menor ponto, Ele manifestará a Sua ira* e o Seu terrível juízo, condenando-nos à morte eterna.[b] Além disso, Ele declarou que, não somente é difícil aos homens o cumprimento da Lei, mas também que essa é uma coisa que está acima das suas forças.[c] Porque, se levarmos em conta somente a nós mesmos, considerando o que merecemos, não nos restará sequer uma gota[d] de boa esperança, mas sim um desespero mortal, uma vez que somos totalmente rejeitados por Deus.[2]

---

a. quod apostolicum vocant.

b. Do ponto de vista da lei, para Calvino, a obediência deve ser perfeita para evitar a condenação.

c. O autor estabeleceu, no cap. II, que esse fato deixa subsistir inteiramente a obrigação e a responsabilidade morais. No cap. III ele limitou a extensão da obrigação. Agora, ele se propõe a mostrar que, estando fechado o caminho da salvação, só resta aberto o da salvação por meio da fé somente. Ele determinará a noção e o conteúdo da fé no presente capítulo. No capítulo VI ele exporá o papel da fé na salvação do homem.

d. reliquum.

[1] O *Credo Apostólico* (2º século) – que fora atribuído tradicionalmente aos apóstolos – recebeu o designativo de símbolo, ao que parece no Sínodo de Milão (390), numa carta subscrita por Ambrósio (c. 334-397), sendo designado de *"symbolum apostolorum"*. (Ambrósio, Ep. 42,5). Cipriano, Agostinho e Rufino encontram-se entre aqueles que utilizaram o nome "Símbolo" para referirem-se ao "Credo Apostólico". (Cf. Charles A. Briggs, Theological Symbolics, New York, Charles Scribners's Sons, 1914, p. 3,4).

[2] "A palavra da lei, propriamente dita, nunca está em nosso coração, nem mesmo uma única sílaba dela, enquanto ela não for enxertada em nossos corações pela fé no evangelho." [João Calvino, Exposição de Romanos, São Paulo, Paracletos, 1997, (Rm 10.6), p. 362].

Mas depois ficou demonstrado que existe um meio, um só, de evitar essa calamidade, a saber, a misericórdia de Deus, contanto que a recebamos com uma fé segura e firme e que nela descansemos com inabalável esperança.

A natureza e o fim da fé

[1539] Cabe-nos agora explicar como deve ser essa fé, por meio da qual todos quantos o Senhor escolheu para serem Seus filhos entram na posse do reino celestial. É sabido e notório que nenhuma opinião ou persuasão, que não proceda de Deus, seria suficiente para gerar tão grandioso bem. É necessário que nos dediquemos com o mais diligente empenho a procurar conhecer a verdadeira natureza da fé, pois vemos hoje em dia quão perniciosa é a ignorância generalizada sobre este assunto. Porque, em sua grande maioria, os homens entendem que a fé é uma simples e vulgar[a] credulidade, com a qual eles dão assentimento*, ou seja, mostram uma aceitação superficial da narrativa do Evangelho.[b] Esse mal, como tantos outros numerosos males, deve ser atribuído aos sofistas[3] [certa classe dentre os escolásticos] e a certos mestres da Sorbonne. Esses tais, além de diminuírem o valor da fé pela obscura e sombria definição que dela fazem, arranjando uma frívola distinção entre a fé formada e a fé informe, atribuem o título de fé a uma opinião vã e vazia do temor de Deus e de toda piedade[c]. Toda a Escritura contradiz esse fátuo conceito.

Impugnação da falsa definição, com base na natureza da fé

Disponho-me a impugnar a definição deles declarando simplesmente a natureza da fé como demonstrada pela Palavra do Senhor, pela qual se vê claramente como eles falam e falam sobre isso[d], mas de maneira confusa e sem espírito. A distinção que eles fazem não vale uma pitanga[e]! Porque, embora concedamos, para fins didáticos, que existem duas espécies de fé, quando queremos mostrar que tipo de conhecimento de Deus é o dos ímpios[f], todavia reconhecemos e confessamos com o apóstolo Paulo que os filhos de Deus só têm uma fé.

---

a. Esta expressão equivale a: *opinion quelconque* (qualquer que seja a opinião), como se pode ver pelo que ela antecede. Toda crença religiosa que não tenha seu fundamento último no testemunho do Espírito Santo e na confiança na "verdade de Deus" (veracidade divina), mas que só repouse em argumentos racionais prováveis, é credulidade para o autor.

b. *Instrução* de 1537: Não é necessário considerar a fé cristã somente como um mero conhecimento de Deus ou um mero entendimento da Escritura que revoluteie no cérebro sem tocar o coração.

c. Calvino procura mostrar logo de uma vez que a fé não é uma simples opinião, nem uma simples adesão a verdades ensinadas, nem uma submissão cega ("a fé do carvoeiro"), mas uma relação viva e pessoal que une a pessoa a Deus e que envolve o ser integral do crente: espírito, alma e corpo. Quando Calvino fala em "piedade", a obediência está sempre incluída.

d. imperite et insulse de ipsa strideant, magis quam loquantur.

e. pilo melior.

f. impiis.

[3] "Quantos discursos sobre essas coisas, quantas disputas, quantas discussões de sofistas que discutem por discutir e não para encontrar a verdade!" [Hérmias, o Filósofo, Escárnio dos Filósofos Pagãos, 1: In: Padres Apologistas, São Paulo, Paulinas (Patrística, Vol. 2), 1995, p. 305].

É verdade que [1536] muitos crêem que só existe um Deus e que o conteúdo do Evangelho e da Escritura é verdadeiro. Mas, crêem nisso baseados no mesmo critério com que estão habituados a julgar como sendo verdade o que se lê nas histórias e o que os olhos vêem.

[1539] Há outros que vão além, pois têm a Palavra de Deus como um oráculo indubitável, não menosprezam nenhum dos mandamentos, e de algum modo são sensibilizados pelas promessas. Dizemos que as pessoas desse tipo não estão sem fé; mas falam de maneira imprópria[a], porque não impugnam com manifesta impiedade a Palavra de Deus, e não a rejeitam nem a desprezam, mas têm alguma aparência de obediência[b].

[1536] Todavia, como essa sombra ou imagem de fé é nula e não tem nenhuma importância[c], tampouco merece o nome de fé[d].

[1539] E embora logo vejamos mais amplamente quanto esse tipo de fé difere da verdadeira, não fará mal fazermos agora uma breve demonstração.

Simão, o mágico, e os tipos de terreno improdutivo

Diz a Escritura que Simão, o mágico, creu,[4] mas ele manifesta pouco depois a sua incredulidade. Não entendemos, com alguns, que esse testemunho de fé é só de palavras, fé fingida, sem nada no coração. Entendemos, antes, que, cativada pela majestade divina, a pessoa ajusta esse tipo de fé, de modo que, reconhecendo Cristo como o Autor da vida e da salvação, de boa vontade O aceita como tal.

Nesse sentido o Senhor diz, em Lucas, capítulo oito,[5] que os que "crêem apenas por algum tempo" são aqueles nos quais a semente da Palavra é sufocada e os frutos não vingam, ou seca-se[e] a tenra planta e se perde, sem fincar raiz. Não temos dúvida de que eles sentem gosto pela Palavra[f], recebem-na de boa vontade e são abalados pelo seu poder, ao ponto de, em sua hipocrisia, enganarem não somente os homens, mas também o seu próprio coração. Porque eles se persuadem de que a sua reverência para com a Palavra de Deus é a piedade mais verdadeira que eles podem ter. Isso porque só vêem impiedade [falta de verdadeira religiosidade] quando a Palavra é manifestamente vituperada ou menosprezada.

Pois bem, seja o que for essa forma de receber o Evangelho, este não penetra o coração para ali se fixar. E, embora às vezes pareça* fincar raízes, não

---

a. per katárchesin (grego).

b. Calvino tinha dito que existem duas espécies de fé: a dos "ímpios" e a dos "filhos de Deus". Agora ele subdivide a primeira, "*impropriamente*" chamada fé, diz ele, no que os teólogos reformados posteriores a ele vieram a chamar fé *histórica* e fé *temporária.*

c. Para a salvação, a única questão que *aqui* preocupa o autor.

d. Hoje chamaríamos a fé que nesta altura ele critica de *crença*, e a fé verdadeira de *confiança*, que envolve o crente e o engaja a vida inteira.

e. Picardismo [regionalismo da Picardia].

f. Um dos sinais da verdadeira fé será, pois, a paz de coração, mediante Jesus Cristo. (Ver Rm 5.1.)

[4] At 8.13.

[5] Lc 8.13.

obstante estas não são vivas. Assim é o coração humano, cheio de vaidade, com os mais diversos esconderijos de mentiras! Acha-se envolto em tanta hipocrisia que se engana a si mesmo. [1536] Mas, oxalá aqueles que se gloriam em tal simulacro da fé entendam que em nada são superiores ao Diabo neste aspecto.[6]

[1539] Certamente, os primeiros dos quais falamos são muito inferiores, visto que permanecem desatentos, apesar de ouvirem coisas que fazem tremer os demônios. Nisso os outros são parecidos, pois o sentimento que eles têm acabam finalmente em terror e angústia[a].

A verdadeira fé cristã[7]

Diferentemente, a verdadeira fé cristã[b], a única que de fato merece ser chamada fé, não se satisfaz com um simples conhecimento da historia, e se estabelece no coração do homem, limpando-o do corante, da ficção[8] e da hipocrisia que o cobriam, e ocupando-o de tal maneira que não há o que a faça desaparecer levianamente[c].

Primeiro[d], para podermos entender a sua força e a sua propriedade, é preciso que tenhamos o cuidado de recorrer à Palavra de Deus, com a qual ela tem tal afinidade e correlação que não poderá ser bem avaliada fora dela. [1536] Porque a Palavra é como seu objeto e sua meta, pelo que a fé deve estar perpetuamente atenta[e] a ela. [1539] Se a fé se desvia da Palavra, já não é mais fé, mas uma credulidade incerta e um erro flutuante. [1536] A mesma Palavra é também o fundamento em que a fé se sustém e se apóia, e, se for retirada desse fundamento, imediatamente cai. [1539] Se a Palavra for retirada, não restará mais nenhuma fé.[9]

---

a

b. vera et christiana.

c. temere.

d. Antes de descrever em termos psicológicos a realidade da fé no coração do crente, Calvino insiste na fé que extrai a sua substância do seu objeto: a Palavra de Deus.

e. collimare.

[6] Tg 2.19. “A fé dos cristãos não é louvável porque eles crêem no Cristo que morreu, mas no Cristo que ressuscitou. Pois, também o pagão acredita que ele morreu e te acusa como de um crime teres acreditado num morto. Que tens, portanto, de louvável? teres acreditado que Cristo ressuscitou e esperar que hás de ressuscitar por Cristo. Nisto consiste uma fé louvável. ‘Se confessares com tua boca que Jesus é Senhor e creres em teu coração que Deus o ressuscitou dentre os mortos, serás salvo’ (Rm 10.9). (...) Esta é a fé dos cristãos.” [Agostinho, Comentário aos Salmos, São Paulo, Paulus, (Patrística, 9/3), 1998, (Sl 101), Vol. III, p. 32-33].

[7] “[Fé] É um conhecimento firme e certo da vontade de Deus concernente a nós, fundamentado sobre a verdade da promessa gratuita feita em Jesus Cristo, revelada ao nosso entendimento e selada em nosso coração pelo Espírito Santo.” (As Institutas, III.2.7).

[8] Estudando o Salmo 42, quando o salmista em meio às aflições, demonstra a sua fé no livramento de Deus, Calvino comenta que esta certeza não é “uma expectativa imaginária produzida por uma mente fantasiosa; mas, confiando nas promessas de Deus, ele não só se anima a nutrir sólida esperança, mas também se assegura de que receberia infalível livramento. Não podemos ser competentes testemunhas da graça de Deus perante nossos irmãos quando, antes de tudo, não testificamos dela a nossos próprios corações.” [João Calvino, O Livro dos Salmos, São Paulo, Paracletos, 1999, Vol. 2, (Sl 42.5), p. 264].

[9] Ver: J. Calvino, As Institutas, III.2.6. “A fé verdadeira é aquela que ouve a Palavra de Deus e descansa em Sua promessa.” [J. Calvino, Exposição de Hebreus, São Paulo, Paracletos, 1997 (Hb 11.11), p. 318].

A Palavra é um espelho no qual a fé pode contemplar Deus

Não discutimos aqui a questão sobre se*[a] o ministério do homem é necessário para semear a Palavra, da qual a fé é concebida. Desse assunto trataremos noutro lugar.[b] Mas nós dizemos que, de qualquer parte de onde venha, a Palavra é como um espelho no qual a fé deve contemplar Deus. Portanto, seja que Deus se serve do serviço do homem para isso, seja que Ele age somente por Seu poder, Ele sempre se faz representar por Sua Palavra àqueles que Ele quer trazer a Si. Porque não é apenas questão de saber que existe um Deus pelo entendimento da fé; é, principalmente, a necessidade de entendermos qual a Sua vontade com relação a nós. Pois não somente nos é útil sabermos que Ele existe, mas também o que Ele quer que nós[c] sejamos[d].[10]

Já sabemos que [1536] a fé é um conhecimento da vontade de Deus revelada em Sua Palavra. O fundamento dessa fé é a convicção que se tem da verdade e da veracidade de Deus.[e] [1539] Entretanto, se em seu coração você não tiver certeza resoluta dessa verdade, em você a autoridade da Palavra será muito fraca, ou mesmo completamente nula.

Ademais, não é suficiente crer que Deus é verdadeiro, que não Lhe é possível mentir e enganar, se você não tiver a resoluta convicção de que tudo o que procede do Senhor é verdade firme e inviolável.[11]

Se, porém, o coração do homem não for confirmado na fé por alguma palavra de Deus, será necessário verificar o que a fé vê propriamente na Palavra. A voz de Deus foi dirigida a Adão com esta declaração: "Certamente morrerás". Também foi a voz de Deus que fez esta declaração a Caim: "A voz do sangue de teu irmão clama da terra a mim". Mas todas essas sentenças só podem abalar a fé,[f] estando longe de a estabelecerem.

---

a. Esta locução popular traduz a palavra *an* do texto latino.

b. Ver o cap. XV.

c. qualis esse nobis.

d. Esta frase relembra que Deus não é uma idéia, mas uma Pessoa. Cf. Pascal: "Deus, não o dos filósofos e dos sábios; o Deus de Abraão, de Isaque e de Jacó, o Deus de Jesus Cristo".

e. præsumpta persuasio.

f. Fé no sentido de "firme e seguro conhecimento da boa vontade de Deus para conosco" (p. 191, linhas 15ss.), e não a simples fé histórica em virtude da qual se reconhece a existência de Deus, a Sua justiça, etc., e, em geral, as verdades da religião.

[10] "Portanto, em nosso curso de ação, deve-se-nos ter em mira esta vontade de Deus que Ele declara em Sua Palavra. Deus requer de nós unicamente isto: o que Ele preceitua. Se intentamos algo contra o Seu preceito, obediência não é; pelo contrário, contumácia e transgressão." (João Calvino, As Institutas, I.17.5). Em outro lugar, Calvino escreve: "Aqui verdadeira obediência apropriadamente se distingue de uma constrangedora e escrava sujeição. Todo serviço, pois, que porventura os homens ofereçam a Deus será fútil e ofensivo a seus olhos a menos que, ao mesmo tempo, ofereçam a si próprios; e, além do mais, este oferecimento por si mesmo não é de nenhum valor a menos que seja feito espontaneamente." [João Calvino, O Livro dos Salmos, São Paulo, Paracletos, Vol. 2, (Sl 40.7), p. 227].

[11] "Nossa fé repousa no fundamento de que Deus é verdadeiro. Além do mais, esta verdade se acha contida em sua promessa, porquanto a voz divina tem de soar primeiro para que possamos crer. Não é qualquer gênero de voz que é capaz de produzir fé, senão a que repousa sobre uma única promessa. Desta passagem, pois, podemos deduzir a relação mútua entre a fé dos homens e a promessa de Deus. Se Deus não prometer, ninguém poderá crer." [João Calvino, Exposição de Hebreus, São Paulo, Paracletos, 1997, (10.23), p. 270].

Importante função da fé

Contudo, não negamos que a função da fé seja a de assentir à verdade de Deus, de acatá-la, todas e quantas vezes Ele falar, seja o que for que disser e de que maneira o disser. Mas o que buscamos agora é o que a fé encontra na Palavra, para nisso apoiar-se e descansar. Se a nossa consciência só vê indignação e vingança, como não tremerá de pavor? E se tiver pavor de Deus, como não fugirá dele? Ora, a fé deve procurar a Deus, não fugir. Parece, então, que ainda não temos a definição completa, porque, conhecer cada um a vontade de Deus não deve ser considerado fé.

E que será, se no lugar da vontade colocarmos a benignidade, ou a misericórdia? Certamente desse modo nos aproximaremos mais da natureza da fé. Porquanto seremos movidos a buscar a Deus depois de havermos aprendido que nele está o nosso bem. Isso Ele mesmo declara, assegurando-nos de que Ele cuida da nossa salvação. Porque nós precisamos ter a promessa da Sua graça, na qual Ele nos testifica que é para nós um Pai propício, sendo que somente firmado nessa promessa o coração do homem pode descansar[a].[12]

Além disso, desde que o conhecimento de Deus não poderá ter grande importância se não nos fizer descansar nela, é necessário excluir todo entendimento que esteja mesclado com dúvida e que não seja solidamente consistente, que não vacile, como que a contestar o fato. Ora, se falta muito do que é necessário para que o entendimento do homem, estando assim obscurecido e cego, possa penetrar e chegar a conhecer a vontade de Deus, que o coração, habituado a vacilar na dúvida e na incerteza, não fique seguro de que pode descansar nessa forma de crença. Porque é preciso que o entendimento seja iluminado[b] e o coração seja fortalecido e confirmado por algo procedente de fora, antes de a Palavra obter em nós plena fé.[13]

Definição de fé

Se é que estamos assim determinados, temos agora uma definição completa de fé [da fé verdadeira], que pode ser expressa nestes termos: A fé é um conhecimento firme e certo da boa vontade de Deus para conosco, e, fundamentada na promessa

a. A freqüente ocorrência da palavra *repousar* mostra a preocupação pastoral de Calvino de assegurar tranqüilidade às consciências.

b. Palavras acrescentadas; 1539 só tem: "A fé é um grande e singular dom de Deus, mediante o qual somos filhos de Deus, e é um sentimento, uma experiência e um verdadeiro conhecimento de Deus, nosso Pai (Jo 1)". – *Suma*, de Lambert d'Avignon, cap. XVIII: "A fé é uma firme crença em Deus, ou uma firme persuasão sobre Ele", etc. "Também é entendida como confiança em Deus", etc.

[12] "O conhecimento do divino favor, é verdade, deve ser buscado na Palavra de Deus; a fé não possui nenhum outro fundamento no qual possa descansar com segurança, exceto a Palavra; mas quando Deus estende sua mão para ajudar-nos, a experiência disto é uma profunda confirmação tanto da Palavra quando da fé." [João Calvino, O Livro dos Salmos, São Paulo, Paracletos, 1999, Vol. 2, (Sl 43.2), p. 276].

[13] "Só quando Deus irradia em nós a luz de seu Espírito é que a Palavra logra produzir algum efeito. Daí a vocação interna, que só é eficaz no eleito e apropriada para ele, distingue-se da voz externa dos homens." [João Calvino, Exposição de Romanos, São Paulo, Paracletos, 1997, (Rm 10.16), p, 374]. Ver também: J. Calvino, As Institutas, I.7.4; II.2.20

gratuita em Jesus Cristo, é revelada ao nosso entendimento e selada em nosso coração pelo Espírito Santo[a].[14]

Vejamos agora, pela ordem, cada palavra. Depois de minuciosamente explicadas[b] todas elas, não restará nenhuma dificuldade, penso eu. Quando falamos em conhecimento da vontade de Deus, não entendemos por essa expressão a apreensão ou percepção que os homens têm das coisas sujeitas ao juízo dos seus sentidos. Porque o conhecimento da vontade de Deus sobrepuja de tal maneira tudo o que o senso comum dos homens pode captar que é preciso que o espírito se eleve acima de si mesmo[c] para alcançá-lo. E, mesmo tendo ali chegado, não capta plenamente o que entende, mas, estando certificado e convicto de que não o pode captar cabalmente, entende mais pela certeza dessa convicção do que por qualquer coisa humana que ele possa captar segundo a sua capacidade. Por isso o apóstolo Paulo fala muito bem quando diz que devemos "compreender, com todos os santos, qual é a largura, e o comprimento, e a altura, e a profundidade e conhecer o amor de Cristo, que excede todo entendimento**[15]**".[16] [Na versão utilizada por Calvino, como na de Louis Segond, a parte final diz: "que excede todo conhecimento"]. Certamente ele se refere a ambas estas verdades: O que o nosso entendimento compreende de Deus pela fé é realmente infinito; e essa maneira de conhecer [isto é, pela fé] ultrapassa toda inteligência, excede todo entendimento.**[17]** Todavia, como o Senhor manifestou a Seus servos o mistério oculto de todos os séculos e gerações, por isso mesmo a fé é com justiça chamada conhecimento.

O apóstolo João também lhe chama conhecimento, quando afirma que os crentes, os que têm fé, sabem que são filhos de Deus.**[18]** E, de fato, eles o sabem com certeza, sendo, porém, confirmados em sua convicção mais pela verdade de Deus que pelo ensino, ou demonstração, ou argumento humano.

A peregrinação dos que crêem

O que as palavras do apóstolo Paulo também querem dizer é que, habitando este corpo, estamos como numa peregrinação, distantes de Deus; porquanto "andamos por fé e não pelo que vemos".**[19]** Com isso ele demonstra que as coisas que

a. Pelo Espírito Santo. Deus opera imediata e anteriormente à ação da Palavra que fornece à fé o seu ponto de apoio e o seu objeto. Assim, a regeneração é imediata. Deus age com a Palavra, e não pela mediação dela.
b. excussis.
c. seipsam excedere.

[14] Da mesma forma, na edição de 1559: "[Fé] É um conhecimento firme e certo da vontade de Deus concernente a nós, fundamentado sobre a verdade da promessa gratuita feita em Jesus Cristo, revelada ao nosso entendimento e selada em nosso coração pelo Espírito Santo." (As Institutas, III.2.7).

[15] Ef 3.18,19.

[16] "Para que o ser humano se aproxime de Deus, deve antes elevar-se acima de si próprio e do mundo. Eis a razão por que os sofistas recusam admitir que podemos sentir-nos seguros na graça de Deus." (João Calvino, Efésios, (Ef 3.18), p. 104].

[17] Hb 11.1b.

[18] 1 Jo 3.

[19] 2 Co 5.7.

entendemos pela fé estão ausentes de nós e ocultas aos nossos olhos. De onde concluímos que a inteligência da fé consiste mais em certeza que em apreensão.

O conhecimento que se identifica com a fé é constante, firme e audaz

Acrescentamos que esse conhecimento é seguro e firme, a fim de exprimir quão sólida é a sua constância. Pois, como a fé não se satisfaz com uma opinião duvidosa e volúvel, tampouco se dá bem com uma cogitação obscura e marcada pela perplexidade. O que, sim, ela requer é uma certeza plena e segura, como a que em geral se tem das coisas bem comprovadas e bem entendidas.

Há muitos que concebem a misericórdia de Deus de tal maneira que recebem dela bem pouca consolação. Porque, em vista do seu próprio conceito, eles se fecham em miserável angústia, visto duvidarem de que Deus será misericordioso para com eles. Isso porque limitam demasiado estreitamente a clemência divina, que eles pensam que conhecem bem.

Eis como eles a consideram: Julgam-na grandiosa e ampla, estendida sobre muitos, equipada e preparada para atender a todos. Mas, por outro lado, duvidam que a clemência divina venha a eles, ou melhor, que eles possam ir a ela. Considerando que essa cogitação pára no meio do caminho, é incompleta; por isso, não confirma e não fortalece o espírito com tranqüilidade e segurança, e, na mesma proporção, inquieta-o infundindo-lhe dúvida e preocupação.

Há ainda um outro sentimento presente na certeza, sentimento que na Escritura vem sempre junto com a fé, com vistas a eliminar toda e qualquer dúvida sobre a bondade de Deus, como esta nos é apresentada. Ora, isso não ocorre sem que sintamos o seu dulçor e o experimentemos em nós mesmos[a]. Por essa causa o apóstolo deduz da fé confiança, e da confiança ousadia, dizendo: Por Cristo "temos ousadia e acesso com confiança, mediante a fé nele".[20] Essa declaração é a tal ponto verdadeira que muitas vezes o nome fé é substituído pelo termo confiança.

O principal aspecto da fé

Temos aqui o principal aspecto da fé: que não pensemos que as promessas de misericórdia a nós feitas pelo Senhor só são verídicas fora de nós, e não em nós, mas sim que, recebendo-as em nosso coração, nós as fazemos nossas. Desse recebimento procede a confiança, que noutra passagem o mesmo apóstolo chama de "paz",[21] se bem que alguém poderia preferir deduzir essa paz da confiança como uma conseqüência desta.

---

a. A experiência da graça é uma conseqüência da fé na Palavra da graça. É preciso "crer" antes de "ver" ou de "sentir". (Cf. Jo 11.40.)

[20] Ef 3.12.

[21] Rm 5.1.

Pois bem, essa paz é uma segurança,[a] segurança que dá repouso e regozijo à consciência perante o juízo de Deus. Sem essa paz, sem essa segurança, a consciência fica assombrosamente perturbada e pouco menos que desintegrada; se não acontecer que, esquecendo-se de Deus e de si mesmo, fica adormecida por um pouco de tempo. Falo bem quando digo por um pouco de tempo – porque ela não vai gozar demoradamente desse miserável esquecimento. Logo logo vai ser aguilhoada e espicaçada pelo juízo de Deus, cuja lembrança a todo momento a defronta.[22]

Sumário

Em suma, ninguém é verdadeiramente fiel, ninguém tem a fé verdadeira, senão aquele que está seguro por firme convicção de que Deus é Seu Pai propício e que lhe quer bem, atendendo a todas as coisas com benignidade; aquele que, firmado nas promesas da boa vontade de Deus, concebe uma segura e indubitável esperança da salvação, como o demonstram estas palavras apostólicas: "Se guardarmos firme, até ao fim, a ousadia e a exultação da esperança".[23] Essas palavras significam que só espera corretamente em Deus aquele que se atreve a gloriar-se confiantemente em ser herdeiro do reino celestial. Não há, repiso eu, nenhum fiel, ninguém que tenha a fé verdadeira, senão aquele que, apoiando-se na segurança da sua salvação, ousa atacar, sem hesitação, o Diabo e a morte; como o apóstolo Paulo ensina em sua conclusão da Epístola aos Romanos, onde diz: "Eu estou bem certo de que nem a morte, nem a vida, nem os anjos, nem os principados, nem as cousas do presente, nem do porvir, nem os poderes... nem qualquer outra criatura poderá separar-nos do amor de Deus, que está em Cristo Jesus, nosso Senhor".[24] Por essa razão, ele mesmo considera que somente sendo bem iluminados os olhos do nosso entendimento é que poderemos contemplar e ver em que consiste a esperança da herança eterna, para a qual somos chamados.[25] E a sua doutrina redunda nesta verdade: Só compreendemos bem a bondade de Deus se nela temos grande segurança.

Objeção e resposta

Mas alguém contestará dizendo que os crentes têm outra experiência, visto que, reconhecendo a graça de Deus em seu favor, não somente são perturbados e abalados por dúvidas (o que lhes sucede ordinariamente), mas também às vezes ficam na maior perplexidade e verdadeiramente aterrorizados, tal a força das tentações que os levam a ceder e a fraquejar.

---

a. Addidit securitatem hanc possidendi esse rerum.

[22] Rm 8.31.

[23] Hb 3.6.

[24] Rm 8.38,39.

[25] "Deus não frustra a esperança que ele mesmo produz em nossas mentes através da sua Palavra, e que ele não costuma ser mais liberal em prometer do que em ser fiel na concretização do que prometeu." [João Calvino,

Isso não parece harmonizar-se com a certeza da fé a respeito da qual falamos. Portanto, é preciso que nós mesmos resolvamos essa dificuldade, se queremos que a doutrina acima dada por nós permaneça íntegra. Quando ensinamos que a fé deve ser certa e segura, não imaginamos uma certeza que não possa ser tocada pela dúvida[a], nem tampouco uma segurança que não seja assaltada por nenhuma solicitude, por nenhuma preocupação; mas, ao contrário, dizemos que os crentes, os que têm a verdadeira fé, enfrentam uma batalha perpétua, movida contra a sua própria desconfiança. Assim que colocamos a consciência dos crentes em aprazível repouso, logo se levanta e se agita alguma tempestade. Todavia, por mais que eles sejam assaltados[b] por tentações e dúvidas, negamos que eles caiam ou se desprendam da confiança que uma vez tinham concebido – a firme e segura confiança na misericórdia de Deus.[26]

Divisão de Espírito e carne

Para que se possa entender melhor isso, é necessário recorrer à divisão existente entre o Espírito e a carne, assunto do qual tratamos noutra parte desta obra[c] e que se demonstra claramente neste contexto. Pois o coração do crente sente em si esta divisão: numa parte ele está cheio de regozijo pelo conhecimento que tem da bondade de Deus, e noutra parte ele vive espicaçado pelo amargor de sentir a sua calamidade; em parte ele descansa na promessa do Evangelho, e em parte treme pela percepção da sua iniqüidade; em parte ele se liga à vida com alegria, e em parte tem pavor da morte. Essa diversidade de sentimentos provém da imperfeição da sua fé, visto que, durante a vida presente, jamais chegaremos a gozar essa felicidade, a não ser que fosse eliminada toda a nossa desconfiança; só então se poderia ter a plenitude da fé. Daí procede essa batalha, quando a desconfiança que ainda resta na carne dispõe-se a impugnar e a destruir a fé.

Mas aqui me dirão: Se tal dúvida se mistura com a certeza no coração, não retornamos sempre ao fato de que a fé não é um claro e seguro conhecimento da vontade de Deus, mas é somente um conhecimento obscuro e marcado pela perplexidade? A isso respondo que não. Porque, embora nos distraiam cogitações

a. Calvino coloca-se aqui, não no terreno da lógica formal, mas no da observação positiva. Segundo a lógica, a certeza exclui a possibilidade de coexistência com o seu contrário, a dúvida. A experiência nos mostra que na realidade somos cheios de contradições e que muitas vezes a certeza coexiste com a dúvida no mesmo indivíduo, dividido interiormente.

b. afflictentur.

c. Ver Livro I, cap. II.
O Livro de Salmos, São Paulo, Paracletos, 1999, Vol. 2, (Sl 48.8), p. 361].

[26] Descrevendo a confiança de Davi, a sua fé em meio a temores, diz: "A verdadeira prova de fé consiste nisto: que quando sentimos as solicitações do medo natural, podemos resisti-las e impedi-las de alcançarem uma indevida ascendência. Medo e esperança podem parecer sensações opostas e incompatíveis, contudo é provado pela observação que esta nunca domina completamente, a não ser quando exista aí alguma medida daquele. Num estado de tranqüilidade mental não há qualquer espaço para o exercício da esperança." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 2 (Sl 56.3), p. 495. Do mesmo modo, Ver: O Livro dos Salmos, Vol. 2 (Sl

diversas, não se segue que por isso somos separados da fé. Se somos abalados e sacudidos pelas investidas da incredulidade, não decorre daí que somos lançados ao abismo da mesma. Se vacilamos, não quer dizer que caímos. Porque o fim dessa batalha é sempre tal que a fé supera essas dificuldades.[a] Ocorre que, como sempre a fé é assediada pelas dificuldades*, parece estar em perigo.[27]

Sumário

Em suma, desde quando a menor gota de fé que se possa imaginar é colocada[b] em nossa alma, imediatamente começamos a contemplar a face de Deus, vendo-a benigna[c] e favorável a nós. É bem verdade que O vemos de longe, mas é uma visão tão indubitável que bem sabemos que não há nisso nenhum engano, nenhuma ilusão. Depois, visto que colhemos proveito (como convém que o colhamos constantemente) conforme progredimos, mais nos aproximamos, passando a ter visão cada vez mais certa, mais definida. Ademais, a continuidade faz com que o conhecimento seja mais familiar.

Por tudo isso vemos que o entendimento, sendo iluminado pelo conhecimento de Deus, no início está envolto na ignorância, mas esta vai sendo pouco a pouco extirpada. Todavia, mesmo em sua ignorância, ou em sua visão obscura do que consegue ver, o crente não é impedido de gozar um evidente conhecimento da vontade de Deus.**[28]** E esse é o primeiro[d] e o principal ponto da fé.[29]

Comentando o primeiro e principal ponto da fé

É como alguém que, estando encerrado numa prisão térrea, só recebe a claridade do sol obliquamente e apenas em parte, através de uma janela alta e estreita. Não vê, pois, o sol plena e desembaraçadamente. Entretanto, não deixa de receber claridade, parcial mas certa e definida, e não deixa de se beneficiar da sua utilida-

---

a. eluctatur.

b. instillata.

c. placidam et serenam.

d. Primeiro em importância, porque esta é a condição que permite ao crente cumprir o seu primeiro dever para com Deus, em pôr nele toda a sua confiança. Cf. o que dizem os *Artigos de Esmalcalda* (cujo autor é Lutero) sobre a remissão dos pecados: *"hic primus et principalis articulus est..."*.
46.1-2), p. 329].

[27] "Sempre que os ímpios triunfarem sobre nós, em nossas misérias, e malevolamente escarnecerem de nós, dizendo que Deus está contra nós, não nos esqueçamos jamais que é Satanás quem os move para que falem desta maneira, com o fim de destruir nossa fé; e que, portanto, não é tempo de sairmos em busca de tranqüilidade ou de nutrirmos indiferença, quando uma guerra tão perigosa se deflagra contra nós." [João Calvino, O Livro dos Salmos, São Paulo, Paracletos, 1999, Vol. 2, (Sl 42.3), p. 259-260].

[28] Quando alguém diz: "Estive no mar", na verdade esteve num pequenino ponto do mar. Mas esse ponto é verdadeiramente mar, embora não todo o mar. Nota do tradutor.

[29] "O nosso presente conhecimento é deveras obscuro e débil em comparação com a gloriosa visão que teremos de Cristo em seu último aparecimento." [João Calvino, Exposição de 2 Coríntios, São Paulo, Paracletos, 1995, (2Co 3.18), p. 79].

de. Semelhantemente, embora estando nós fracos na prisão deste corpo terreno, de todos os lados tendo muita obscuridade, se tivermos uma centelha da luz de Deus que nos permita ver a Sua misericórdia, seremos com isso suficientemente iluminados para termos firme segurança. Ambos os aspectos nos são demonstrados a contento[a] pelo apóstolo Paulo em diversas passagens. Porque, dizendo que "conhecemos em parte, profetizamos em parte, e vemos em enigma, como por um espelho,[30] ele indica quão pequena porção da sabedoria divina nos é distribuída na vida presente. Mas ele mesmo demonstra noutra passagem[31] quão grande é a certeza que nos vem da menor gota que tenhamos, testificando ele pelo Evangelho que "todos nós, com o rosto desvendado, contemplando, como por espelho a glória do Senhor, somos transformados, de glória em glória, na sua própria imagem, como pelo Senhor, o Espírito".[32]

É muito necessário que, com tal ignorância, haja muito escrúpulo e temor, considerando que o nosso próprio coração é por natureza propenso à incredulidade. E, além e acima disso, sobrevêm as tentações, incontáveis e das mais diversas espécies, e a todo momento elas lançam sobre nós ataques formidáveis. Principalmente a consciência, oprimida pelo fardo dos seus pecados, ora lamenta-se e geme em si mesma e por si, ora se acusa. Às vezes é aguilhoada, e sofre o aguilhão passivamente e sem alarde; outras vezes é atormentada abertamente. Portanto, seja que as coisas adversas dêem a aparência de que são manifestações da ira de Deus, seja que a própria consciência lhes dê ocasião, a incredulidade se municia com essas coisas para combater a fé, voltando todas as suas armas para o seu objetivo maldoso. E este seu objetivo é fazer-nos considerar que Deus é o nosso adversário e está enfurecido contra nós, a fim de que não esperemos dele bem nenhum e O temamos como nosso inimigo mortal.

A arma da fé: a Palavra de Deus

Para resistir a esses ataques, a fé está guarnecida da Palavra de Deus[b]. Quando a fé sofre a investida esta tentação – que Deus lhe é contrário e é seu inimigo, pelo que a aflige –, ela se opõe, contrapondo como defesa a declaração de que Deus é misericordioso mesmo quando nos aflige, visto que os corretivos que Ele nos aplica procedem do Seu amor, não da Sua ira*.[33] Tendo batido forte e repetida-

a. eleganter.
b. se verbo Dei armat et munit.
30 1 Co 13.9 e 12 [tradução direta].
31 2 Co 3.18.
32 "Os bens terrenos à luz de nossa natural perversidade, tendem a ofuscar nossos olhos e a levar-nos ao esquecimento de Deus, e portanto devemos ponderar, atentando-nos especialmente para esta doutrina: tudo quanto possuímos, por mais que pareça digno da maior estima, não devemos permitir que obscureça o conhecimento do poder e da graça de Deus." [J. Calvino, O Livro dos Salmos, São Paulo, Paracletos, 1999, Vol. 2, (Sl 48.3), p. 355-356].
33 "A fé que repousa na Palavra de Deus permanece inabalável contra todas as investidas de Satanás." [João Calvino, Efésios, São Paulo, Paracletos, 1998, (Ef 4.14), p. 128].

mente com a arma desta cogitação – que Deus é justo Juiz, sempre pronto a punir toda iniqüidade, põe diante de si o escudo[a] com o qual defende esta verdade: A misericórdia de Deus está habilitada a atender a todas as faltas, quando o pecador volta para buscar a clemência do Senhor. Dessa maneira, a alma crente, ainda que tenha sido atormentada extraordinariamente, não obstante supera por fim todas as dificuldades e não permite jamais que a confiança por ela depositada na misericórdia de Deus lhe seja extraída[b]*; muito ao contrário, todas as dúvidas pelas quais ela é posta à prova tornam-se uma grande certeza dessa confiança [dão firmeza a essa confiança].

O exemplo dos santos servos de Deus

Temos concreto conhecimento[c] disso no fato de que os santos servos de Deus, quando se vêem fortemente pressionados por Sua vingança, não deixam, apesar disso, de dirigir-lhe os seus queixumes; e mesmo quando parece* que se acham no auge da exaustão, ainda O invocam. Porque, com que propósito clamariam eles Àquele de quem não aguardassem nenhum alívio? E como seriam induzidos a invocá-lo, se não esperassem receber algum auxílio dele? Assim aconteceu com os discípulos que Jesus Cristo repreendeu pela fraqueza da sua fé. Gritaram que pereceriam, mas pediram Sua ajuda.[34]

Tornamos a afirmar, pois, o que acima foi dito – que a raiz da fé jamais será arrancada totalmente do coração crente, no qual ela permanece arraigada. Embora pareça* oscilar e dobrar-se quando sacudida, jamais sua luz será tão completamente extinta que não lhe fique sempre ao menos uma centelha[d]. Essa realidade Jó demonstra quando declara que não deixará de esperar em Deus, ainda que Ele o mate.[35] Pois assim é que os santos de Deus jamais têm maior motivo para desespero do que quando sentem a mão de Deus erguida para os confundir, segundo a [vaga] possibilidade que eles têm de julgar o estado das coisas atuais[e].[36]

---

a. Acréscimo. 1539 tem somente: opponit.

b. fiduciam excuti.

c. rei argumento est.

d. Reconhece-se aqui a doutrina da irredutibilidade da graça [ou da perseverança dos santos, ou da segurança dos salvos], sancionada mais tarde pelo célebre sínodo reunido em Dordrecht, em 1618. Essa doutrina é um dos "cinco pontos" do calvinismo. Os outros quatro são: a eleição gratuita [ou eleição incondicional], a redenção particular [ou expiação limitada], a corrupção [ou depravação] total, e a graça invencível [ou graça irresistível, ou vocação eficaz].

As linhas que se seguem imediatamente ao parágrafo mostram como Calvino previne os crentes contra a falsa segurança.

e. Esta página nos possibilita compreender o que Lutero entendia por *desperatio fiducialis* [desespero confiante; desespero sem perder a confiança].

[34] Mt 8.24-26.

[35] Jo 13.15 [cf. Almeida, Rev. e Corr.].

[36] Analisando a paciência de Davi revelada no salmo 40, Calvino extrai uma "preciosa" lição: "Embora Deus não se apresse em surgir em nosso socorro, no entanto propositadamente nos mantém em suspenso e perplexidade; entretanto, não devemos perder a coragem, já que a fé não é totalmente provada senão pela longa espera". Continua: "É possível que Deus nos socorra mais lentamente do que gostaríamos, mas quando

Há uma outra espécie de temor e tremor que, longe de fazer diminuir a certeza da fé, antes a fortalece e a confirma. É quando os crentes, considerando os exemplos de manifestação da vingança de Deus executada contra os ímpios, recebem-nos como ensinamento, a fim de não provocarem Deus com os mesmos delitos e de se vigiarem mais zelosamente no sentido de não praticarem o mal. Ou então quando, reconhecendo a sua miséria, aprendem a depender totalmente de Deus, sabedores de que sem Ele se verão mais ressequidos e inseguros[a] que um sopro de vento.

Sobre isso o apóstolo Paulo, depois de haver falado dos castigos impostos por Deus ao povo de Israel, infunde temor aos coríntios para que não caiam no mesmo pecado.[37] Com isso, não destrói a confiança deles, de maneira nenhuma. Simplesmente os desperta da sua indolência (que mais se presta a enterrar a fé que a estabelecer).

Paralelamente, quando se deu a ruína dos judeus, ele aproveita a ocasião para exortar aquele que está em pé, que se guarde bem para não cair.[38] Com essa exortação ele não nos está ordenando que sejamos vacilantes, como se estivéssemos duvidando da nossa firmeza, mas, com essa exortação, o apóstolo corta toda arrogância e toda confiança temerária em nossa própria força e virtude. E isso a fim de que nós, que somos gentios, não insultemos os judeus, em cujo lugar fomos postos.[39]

Semelhantemente, quando o mesmo apóstolo nos ensina que devemos desenvolver a nossa salvação "com temor e tremor",[40] não nos manda outra coisa, senão que nos habituemos a fixar-nos na virtude e no poder do Senhor, repudiando-nos fortemente a nós mesmos.[41]

Quando é bênção o homem desconfiar de si mesmo...

Assim é, pois, que nada nos pode levar tão seguramente a fazer descansar a certeza e a segurança da nossa fé em Deus como a desconfiança de nós mesmos e a prontidão em reconhecermos a nossa calamitosa situação. Nesse sentido, é necessário atentar para o que diz o profeta: "Pela riqueza da tua misericórdia, entrarei na tua casa e me prostrarei diante do teu santo templo, no teu temor",[42] [a] onde

parece não tomar ele conhecimento de nossa condição, ou, se é que podemos usar tal expressão, quando parece inativo e a dormitar, isso é totalmente diferente de enganar; pois se somos incapazes de suportar, mediante o vigor e o poder invencíveis da fé, o tempo oportuno de nosso livramento por fim se manifestará." [João CalvinoALVINO, O Livro de Salmos, Vol. 2, (Sl 40.1), p. 215].

[37] 1 Co 10.1-13.

[38] Rm 11.1-24 [e *ibidem*,especialmente o versículo 12].

[39] "Então, assim que as tentações nos assaltarem, que oremos sempre para que Deus faça a luz de sua verdade resplandecer sobre nós, a fim de que, recorrendo a invenções pecaminosas, não nos desviemos e perambulemos por desvios e caminhos proibidos." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 1, (Sl 25.4-5), p. 542].

[40] Fp 2.12,13.

[41] Ver: João Calvino, Efésios, (Ef 3.17-18), p. 105.

[42] Sl 5.7.

a. evanidos.

ele une com muita propriedade a audácia da fé, que se apóia na misericórdia de Deus, ao temor e santo tremor[b] *, que oxalá nos toque quando comparecermos perante a majestade de Deus. Pois, a clara limpidez da majestade divina nos faz enxergar e entender a nossa imundície.

Não temamos falar em temor de Deus

Por isso diz bem Salomão esta verdade: "Feliz o homem constante no temor de Deus; mas o que endurece o coração cairá no mal".[43] Mas o temor a que ele se refere é o que nos torna cuidadosos e prudentes[c], não o que nos aflige e nos leva ao desespero. Quer dizer, quando a nossa coragem se acanha, ganha novas forças em Deus; quando nos vemos prostrados, reerguemo-nos por estarmos unidos a Ele. Nessas circunstâncias, a desconfiança do homem em si mesmo consiste na esperança que ele deposita no Senhor. Portanto, nada impede que os crentes sintam "temor e tremor" e, ao mesmo tempo, desfrutem uma segura consolação. Isso porque, de um lado, eles pensam em sua vaidade, e, de outro, têm em vista a fidelidade de Deus.[44]

Temor e sabedoria

Pois bem, o temor de Deus, atribuído aos crentes em toda a Escritura, ora é chamado princípio da sabedoria, ora a própria sabedoria;[45] embora sendo um só, procede de um duplo afeto. Porque Deus é digno, tanto da reverência devida a um pai, como da que se deve a um senhor. Portanto, quem quiser honrá-lo retamente, deverá preparar-se para isso e dispor-se a se tornar Seu filho obediente e Seu servo pronto a cumprir o seu dever.

A obediência que Lhe é prestada como aos nossos pais, Deus, mediante o Seu profeta, chama temor.[46] "O filho", diz o Senhor, "honra o pai, e o servo ao seu senhor. Se eu sou pai, onde está a minha honra? E, se eu sou senhor, onde está o respeito [Calvino e Louis Segond: "o temor"] para comigo?" Contudo, embora os distinga, no princípio os identifica, incluindo ambos sob o verbo honrar. Para que entendamos que, para nós, o temor de Deus é uma reverência na qual se juntam a honra e o temor.

---

a

b. Somente duas palavras em 1939: religioso timore.

c. Somente uma palavra: cautiores.

[43] Pv 28.14.

[44] "Deus não frustra a esperança que ele mesmo produz em nossas mentes através da sua Palavra, e que ele não costuma ser mais liberal em prometer do que em ser fiel na concretização do que prometeu." [João Calvino, O Livro de Salmos, São Paulo, Paracletos, 1999, Vol. 2, (Sl 48.8), p. 361].

[45] Pv 1.7 e 9.10; Sl 111.10 [cf. Dt 4.6. e Jô 28.28].

[46] Ml 1.6.

E não é de admirar que um mesmo coração acolha estes dois afetos ao mesmo tempo. É verdade que, aquele que sabe apreciar que Pai Deus é, tem motivo suficiente para sentir muito mais medo de ofendê-lo que de morrer[a], ainda que não existisse inferno. Mas, por outro lado, considerando quanto a nossa carne é propensa a dar rédeas soltas ao pecado[b], para restringi-la é necessário ter em mente que para o Senhor, sob cujo domínio estamos, toda forma de mal é abominação. Desse fato resulta que todos quantos provocarem a Sua ira com o mal que praticam, não escaparão do castigo.

O que diz o apóstolo João, que "no amor não existe medo; antes, o perfeito amor lança fora o medo[47]", não vai contra o ensino dado acima, visto que ele se refere ao medo ou temor resultante da incredulidade, que nem se compara com o temor dos crentes fiéis. Porque os ímpios não temem a Deus querendo com isso deixar de ofendê-lo, o que fariam se não houvesse castigo, mas sim porque sabem[c] que Ele tem poder para vingar-se e ficam apavorados toda vez que ouvem falar da Sua ira. E temem a ira de Deus porque não conseguem tirar do pensamento que ela está próxima e a qualquer momento os destruirá.[48]

Muito ao contrário, como já dissemos, os fiéis têm mais temor da sua ofensa a Deus do que da punição que viriam a sofrer por tê-lo ofendido. E o temor do castigo não os aterroriza, como se o inferno estivesse prestes a tragá-los, mas o seu temor os leva a fugir da ofensa para não correrem risco algum. Por isso o apóstolo alerta os crentes, dizendo: "Ninguém vos engane com palavras vãs; porque, por essas cousas, vem a ira de Deus sobre os filhos da desobediência".[49] Ele não os ameaça dizendo que a ira de Deus virá sobre eles, mas os exorta a terem em mente que a ira de Deus está preparada para sobrevir aos ímpios por causa dos pecados mencionados anteriormente, para que os crentes não queiram praticá-los e sofrer a mesma perdição.

Só a benevolência de Deus nos garante a salvação

Além disso, é preciso entender que é pela benevolência de Deus, que a fé contempla, que temos a salvação e a vida eterna. Porque, se de nada podemos ter falta

a. Este primeiro "afeto" não tem nada de servil, nem de interesseiro. Mas o nosso estado de imperfeição exige que não percamos de vista as realidades austeras da justiça divina. O "fiel" de Calvino [o crente] é concreto e não apresenta a unidade esquemática de uma construção artificial.

b. ad peccandi licentiam lascívia.

c. savent (picardismo).

47 1 Jo 4.18.

48 Calvino interpretando o salmo de Davi, diz que inutilmente "....Os maus pensam em escapar em sua iniqüidade, mas que Deus os lançará abaixo. (...) Em nossa própria época, vemos tantos caracteres profanos que exibem uma desmedida audácia escudados na certeza de que a mão de Deus jamais os alcançará. Não só buscam a impunidade, mas fundamentam suas esperanças de êxito em seus malfeitos e se animam em intensificar a perversidade nutrindo a opinião de que excogitarão uma via de escape da própria adversidade." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 2, (Sl 56.7), p. 499].

49 Ef 5.6.

quando Deus nos é propício, ou favorável, para que tenhamos certeza da salvação basta que Ele nos certifique de que nos ama. “Faze resplandecer o teu rosto”, clama o profeta, “e seremos salvos”.[50]

A essência da salvação

Por isso a Escritura coloca o ponto supremo da nossa salvação nesta verdade: Que Deus, tendo abolido toda inimizade, recebeu-nos em Sua graça[51].[52] Com isso a Escritura nos quer dizer que, estando Deus reconciliado conosco, todas as coisas concorrem para o nosso bem, sem perigo algum. Porque a fé, assegurando-se do amor de Deus, juntamente com a certeza do Seu amor tem também as promessas da vida presente e da futura, e a firme segurança de todos os bens, como se pode ver pela palavra do Evangelho[a]. Certo é que a fé não nos promete vida longa, nem grandes honras, nem riquezas abundantes na presente vida. Isso porque o Senhor não quis que nenhuma dessas coisas fosse um empecilho para nós, mas, sim, que a fé esteja satisfeita com esta certeza: Por mais que nos faltem as coisas necessárias para esta vida, Deus nunca nos faltará. Pois a principal segurança da fé está na esperança da vida eterna, que nos é proposta na Palavra de Deus sem deixar lugar a nenhuma dúvida.

Entretanto, sejam quais forem as calamidades e misérias que sobrevenham aos que Deus uma vez acolheu em Seu amor, não podem impedir que a singular benevolência de Deus seja plena felicidade para eles. Por isso, quando quisemos dizer em que consiste a suprema felicidade, dissemos que é a graça de Deus – manancial de que nos vêm todas as espécies de bens. E isso é fácil de notar na Escritura, pois esta sempre nos faz recordar o amor de Deus, tanto quando se refere à salvação eterna como quando se refere a todo e qualquer bem que tenhamos. Por essa razão Davi afirma que quando o crente sente[b] em seu coração a bondade de Deus, essa bênção é melhor e mais desejável que a vida.[53]

O fundamento da fé: a promessa gratuita de Deus

Colocamos como fundamento da fé a promessa gratuita de Deus, visto que precisamente nela a fé se apóia. Porque, conquanto a fé tenha Deus como verdadeiro e veraz em tudo e por tudo (seja quando ordena, quando proíbe ou quando ameaça algo); e conquanto também receba com obediência os Seus mandamentos, res-

---

a.
b

[50] Sl 80.3,7,19.
[51] Ef 2.15.
[52] “Em toda a Escritura se faz evidente que não existe outra fonte de salvação exceto a graciosa mercê divina.” [João Calvino, Exposição de Hebreus, (Hb 6.10), p. 158].
[53] Sl 63.3.

peite as Suas proibições e tema as Suas ameaças – todavia, ela começa pela promessa, nela se fixa e ali tem o seu fim. Assim é porque a fé busca a vida em Deus – a vida que não se encontra nos mandamentos, nem nas ameaças, mas unicamente na promessa de misericórdia, promessa que também é gratuita. Pois as promessas condicionais, remetendo-nos de volta às nossas obras, não prometem outra vida que não a que encontramos em nós mesmos.

Assim, se não quisermos que a fé trema e oscile de um lado a outro, é necessário que nos firmemos na promessa da salvação que o Senhor nos oferece por Sua vontade e por Sua generosidade, tendo mais em conta a nossa miséria que a nossa dignidade[a]. Por essa causa o apóstolo atribui peculiarmente o título de palavra da fé ao Evangelho **[54]**, título que ele não concede nem aos mandamentos, nem às promessas da Lei. Sim, pois, não há nada que possa dar segurança a fé, senão essa embaixada enviada pela benignidade de Deus, pela qual Ele reconcilia Consigo o mundo.[55]

Daí vem a correspondência que muitas vezes o apóstolo estabelece entre a fé e o Evangelho. Como quando afirma que o Evangelho lhe foi confiado "para a obediência por fé". E também, que o Evangelho "é o poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê". E ainda, que "a justiça de Deus se revela no evangelho, de fé em fé".**[56]** E não é de admirar, porque, como o Evangelho é o ministério da nossa reconciliação com Deus **[57]**, não existe outro testemunho suficiente da benevolência de Deus para conosco, cujo conhecimento é proporcionado pela fé.[58]

Quando, pois, dizemos que a fé deve firmar-se nas promessas gratuitas, não negamos que os crentes acolham e reverenciem a Palavra de Deus em todas as suas partes, mas assinalamos a promessa da misericórdia como o fim próprio da fé. E, assim como os crentes devem, na verdade, reconhecer que Deus é Juiz dos que praticam o mal e que é Ele que os castiga, certo é também, todavia, que devem dar especial atenção à Sua clemência, visto que Ele é descrito como "bom e compassivo, abundante em benignidade, misericordioso, longânimo e assaz benigno, tardio em irar-se e de grande clemência, e as suas ternas misericórdias permeiam todas as suas obras".**[59]**

---

a. Esta frase é própria para chamar para a salvação a alma pecadora mais culpada e mais certa da sua própria perdição.

[54] Rm 10.18.

[55] "Os homens, pois, só serão bem-aventurados depois que forem gratuitamente reconciliados com Deus e reputados por ele como justos." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 1, (Sl 32.1), p. 39].

[56] Rm 1.5,16,17.

[57] 2 Co 3.[b]

b. A citação de 1539 (2 Co 5) é corrigida em 1541.

[58] "Felizes, porém, são aqueles que abraçaram o evangelho e firmemente permanecem nele! Porque ele – o evangelho –, fora de qualquer dúvida, é a verdade e a vida." [João Calvino, Efésios, (Ef 1.13), p. 35-36].

[59] Sl 86.5; 103.8-14; 145.8,9.

Todas as promessas da graça concentram-se em Cristo

Ademais, não é sem motivo que incluímos[a] todas as promessas em Cristo[b], uma vez que o apóstolo encerra todo o Evangelho na bênção que o pecador tem em conhecer a Cristo.[60] Em 2 Coríntios 1.20 ele ensina que "quantas são as promessas de Deus, tantas têm nele o sim" e "o amém"; isto é, são ratificadas.[61] E a razão disso é evidente. É que qualquer bem que o Senhor prometa, com isso dá testemunho da Sua benevolência, e de tal maneira que não há nenhuma promessa Sua que não seja um testemunho do Seu amor.

A isso em nada contradiz o fato de que quanto mais benefícios os ímpios receberem das Suas mãos, mais culpados se tornarão, e mais merecedores do Seu juízo de condenação. Porque, como não entendem ou não reconhecem que os bens que eles possuem lhes vêm das mãos de Deus, não levam em consideração a Sua bondade. Com isso mostram que são tão incapazes de compreender a verdade e a misericórdia de Deus como os animais selvagens que, segundo a qualidade da sua natureza, recebem o mesmo fruto da generosidade de Deus, sem todavia o reconhecerem.

Semelhantemente, não nos causa mal-estar dizer que, rejeitando as promessas que lhes são dirigidas, por essa causa acumulam sobre si mais grave castigo. Porque, embora se manifeste finalmente a eficácia das promessas, quando as recebemos confiantes, todavia a sua veracidade e a sua propriedade jamais serão extintas por nossa incredulidade ou ingratidão.

Assim é, pois, que, quando o Senhor chama os homens e os convida não somente a receberem os frutos da Sua benignidade, mas também a considerá-los e a apreciá-los, com isso declara o Seu amor.[62] Por isso mesmo devemos retornar a este ponto – que toda promessa de Deus é uma prova do Seu amor para conosco. Ora, é indubitável que ninguém é amado por Deus, senão em Cristo, pois Este é o Seu Filho amado em quem o Pai se compraz[63]. É necessário, pois, que, pela mediação do Filho, chegue a nós a Sua graça.[64] Por essa razão Paulo Lhe chama "nossa paz";[65] e noutra passagem ele nos apresenta Cristo como o vivo elo de ligação pelo qual o Pai, em Sua vontade redentora, une-se a nós[66]. Dessa verdade decorre que devemos ter os olhos postos nele, quando nos é feita alguma promessa, e que

---

a. concludimus.

b. Vê-se, e se verá melhor na seqüência, como erram grosseiramente os que alegam que, no pensamento de Calvino, o papel de Cristo é apenas acessório.

[60] Rm 1.17.

[61] Ver: João Calvino, Exposição de 2 Coríntios, (2Co 1.20), p. 38-39.

[62] "Deus jamais encontrará em nós algo digno do seu amor, senão que Ele nos ama porque é bondoso e misericordioso" [J. Calvino, As Pastorais, São Paulo, Paracletos, 1998, (Tt 3.4), p. 347].

[63] Mt 3.17; 17.5.

[64] "Que outra coisa poderá Deus encontrar em nós, que o induza a amar-nos, a não ser aquilo que ele já nos deu?" [João Calvino, Exposição de Hebreus, (Hb 6.10), p. 159].

[65] Ef 2.14.

[66] Rm 8.1-3.

Paulo diz bem quando ensina que todas as promessas de Deus nele se confirmam e nele se cumprem.[67]

A Palavra e o Espírito na comunicação da graça

A simples declaração de que temos a Palavra deveria ser suficiente para gerar em nós a fé[a], se a nossa cegueira e a nossa obstinação não no-lo impedissem. Como, porém, o nosso espírito é propenso à vaidade, ele não pode apegar-se à verdade de Deus. Jamais! E como é espiritualmente bronco e cego, não consegue ver a luz de Deus. Por isso, sem a iluminação do Espírito Santo[b], só a Palavra não nos dá real proveito.[68] Esse fato torna manifesto que a fé está acima da possibilidade do entendimento humano. E ainda não será suficiente que o entendimento seja iluminado pelo Espírito de Deus; é indispensável que o coração seja capacitado pelo Seu poder.[69]

Fé não é só assentimento

Nessa questão os teólogos da Sorbonne[c] [alguns escolásticos] enganam-se grosseiramente, achando que a fé é um simples assentimento à Palavra de Deus – assentimento que consiste apenas do entendimento [da mente, do intelecto], deixando de lado a confiança e a certeza do coração. Pois a fé é um dom singular de Deus que nos vem de duas maneiras. Em primeiro lugar, o entendimento do homem é iluminado para poder entender a verdade de Deus; em segundo, o coração é fortalecido nela.

É verdade que, para o mundo, é uma afirmação por demais estranha a de que ninguém pode crer em Cristo, exceto aquele a quem isso é dado particularmente.

---

a. ad fidem faciendam. *Instrução* de 1537: "*Que a fé é um dom de Deus*. O nosso pensamento é cego para os segredos celestiais de Deus, e o nosso coração enfrenta grande desafio em todas as coisas. Não duvidamos que a fé sobrepuja em muito todo o poder da nossa natureza, e que é um singular e precioso dom de Deus... Não há nenhuma dificuldade em aceitar que a fé é uma luz que nos vem do Espírito Santo, pela qual o nosso entendimento é esclarecido e somos levados à convicção dos nossos erros".

b. Declaração capital, porque não deixa o homem autônomo em face da Bíblia que ele lê, mas o sujeita a Deus nessa leitura, para que lhe seja proveitosa.

c. scholastici.

Calvino distinguiria, na edição de 1559, os sofistas dos escolásticos, que ele considera que professam uma doutrina mais pura.Os sofistas são idênticos àqueles que, com maior ironia, ele chama *"sorboniques"*. São os teólogos da decadência escolástica, e seus contemporâneos.

[67] [Rm 15.8; 2 Co 1.20; 2 Tm 1.1.]

[68] "O Espírito de Deus, de quem emana o ensino do evangelho, é o único genuíno intérprete para no-lo tornar acessível." [João Calvino, Exposição de 1 Coríntios, (1Co 2.14), p. 93]. "A pregação é o instrumento da fé, por isso o Espírito Santo torna a pregação eficaz." [João Calvino, Efésios, (Ef 1.13), p. 36].

[69] "O ensino interno e eficaz do Espírito é um tesouro que lhes pertence de forma peculiar. (...) A voz de Deus, aliás, ressoa através do mundo inteiro; mas ela só penetra o coração dos santos, em favor de quem a salvação está ordenada." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 2, (Sl 40.8), p. 229]. "Só quando Deus irradia em nós a luz de seu Espírito é que a Palavra logra produzir algum efeito. Daí a vocação interna, que só é eficaz no eleito e apropriada para ele, distingue-se da voz externa dos homens." [J. Calvino, Exposição de Romanos, (Rm 10.16), p, 374]. (Ver também: (J. Calvino, As Institutas, III.24.2).

Isso acontece, em parte porque os homens não levam em conta quão elevada e difícil de captar é a sabedoria celestial, e quão grande é a sua ignorância e a sua incapacidade para entender os mistérios de Deus; e em parte porque não levam em consideração a firme confiança do coração, que é a parte principal da fé.

Refutação

É fácil refutar esse erro. Vejamos: Como disse Paulo, se ninguém "sabe as cousas do homem, senão o seu próprio espírito, que nele está",[70] como as criaturas poderiam saber com certeza qual é a vontade de Deus?[a] E se temos dúvida quanto à verdade de Deus, mesmo nas coisas que os nossos olhos podem ver, como podemos ter certeza indubitável sobre ela quando o Senhor nos promete coisas que o olho não vê e que o entendimento é incapaz de compreender? E, nestas coisas, a sabedoria humana acha-se em tão baixa escala e tão entorpecida que o primeiro passo para que o homem tenha proveito na escola de Deus é o da renúncia à sabedoria humana. Porque, como um véu, ela impede que compreendamos os mistérios de Deus, os quais somente são revelados aos pequeninos.[71] Nem mesmo a carne e o sangue os revelam, pois o homem natural é incapaz de entender as coisas espirituais.[72] Ao contrário, para ele são loucura, sendo que a doutrina de Deus só pode ser conhecida e entendida espiritualmente. Portanto, temos necessidade da ajuda do Espírito Santo nessa questão, ou melhor, somente o poder do Espírito impera nestes domínios. Não há homem algum que conheça os segredos de Deus, ou que tenha sido o Seu conselheiro, mas "o Espírito a todas as cousas perscruta, até mesmo as profundezas de Deus",[73] e mediante o Espírito conhecemos a vontade de Cristo. "Ninguém pode vir a mim", diz o Senhor Jesus, "se o Pai, que me enviou, não o trouxer. Todo aquele que da parte do Pai tem ouvido e aprendido, esse vem a mim. Não que alguém tenha visto o Pai, salvo aquele que vem de Deus; este o tem visto"[74].[75]

---

a. qui certus esset homo? *Instrução* de 1537: "Porque, como argumenta o apóstolo Paulo: Se ninguém pode ser testemunha da vontade humana, senão o espírito do homem que nele está, como o homem poderia estar certo da vontade divina? E se, com relação à verdade de Deus, vacilamos até em coisas que vemos com os nossos olhos, como teríamos firmeza e estabilidade quanto às coisas que o Senhor promete e que o homem não vê e a mente do homem não entende?"

[70] 1 Co 2.11.

[71] Mt 11.25; Lc 10.21.

[72] Mt 16.17; [1 Co 2.14].

[73] 1 Co 2.10,16; [ver também Rm 11.34].

[74] Jo 6.44-46; [Mt 11.27].

[75] "A genuína convicção que os crentes têm da Palavra de Deus, acerca de sua própria salvação e de toda a religião, não emana das percepções da carne, ou de argumentos humanos e filosóficos, e, sim da selagem do Espírito, o que faz suas consciências mais seguras e todas as dúvidas resolvidas." [João Calvino, Efésios, (Ef 1.13), p. 36].

Superação da incapacidade humana

Portanto, assim como não podemos aproximar-nos de Cristo, se não formos levados a Ele pelo Espírito de Deus, assim também, quando somos por Ele atraídos, somos fortalecidos e elevados acima dos limites da nossa inteligência [da nossa mente, da nossa capacidade meramente humana]. Porque, a nossa alma, sendo iluminada[a] pelo Espírito Santo, recebe como que novos olhos que nos habilitam a contemplar os mistérios celestiais, cujo resplendor antes a ofuscava. Assim, tendo sido iluminado[b] pela luz do Espírito Santo, o entendimento do homem começa então a gostar das coisas pertencentes ao reino de Deus, em relação às quais antes se mostrava completamente insensível[c]. Note-se que, apesar de o nosso Senhor Jesus Cristo haver exposto claramente os mistérios do Seu reino aos dois discípulos mencionados por Lucas [76], eles não puderam aproveitar nada, enquanto o Senhor não lhes abriu os olhos para entenderem as Escrituras.[77]

De igual maneira, mesmo depois que os apóstolos foram instruídos por Sua boca divina, ainda assim foi necessário que o Espírito da verdade lhes fosse enviado[78], para fazer entrar no entendimento deles a doutrina que antes haviam recebido pelo ouvir. A Palavra de Deus assemelha-se ao Sol, porquanto reluz para todos aqueles a quem é anunciada; mas é sem eficácia para os cegos. Ora, todos nós somos naturalmente cegos neste sentido; portanto, a Palavra de Deus não pode penetrar o nosso espírito, a não ser que o Espírito de Deus, que é o Mestre que nos ensina interiormente, lhe dê acesso por Sua iluminação.[79]

Resta, a seguir, que aquilo que o entendimento recebeu seja plantado dentro do coração[d]. Porque, se a Palavra de Deus fica somente rodopiando na mente, significa que ainda não foi recebida pela fé. Terá, porém, sua verdadeira recepção

---

a. illustrata.
b. irradiatus.
c. fatuus et insipidus.
d. Frase acrescentada em 1541. Cf. *Instrução* de 1537: *Que a fé é dom de Deus*.

[76] Lc 24.27-31.

[77] "O Espírito de Deus, de quem emana o ensino do evangelho, é o único genuíno intérprete para no-lo tornar acessível." [João Calvino, Exposição de 1 Coríntios, (1Co 2.14), p. 93].

[78] Jo 16.13.

[79] "A função peculiar do Espírito Santo consiste em gravar a Lei de Deus em nossos corações." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 2, (Sl 40.8), p. 228]. "O ensino interno e eficaz do Espírito é um tesouro que lhes pertence de forma peculiar. (...) A voz de Deus, aliás, ressoa através do mundo inteiro; mas ela só penetra o coração dos santos, em favor de quem a salvação está ordenada." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 2, (Sl 40.8), p. 229]. É o Espírito Quem nos ensina através das Escrituras [Ver: J. Calvino, As Institutas, I.9.3]; esta é "a escola do Espírito Santo" [J. Calvino, As Institutas, III.21.3; I.7.4-5; I.9.3], que é a "escola de Cristo" [João Calvino, Efésios, (Ef 4.17), p. 133]; e, o Espírito é o "Mestre" [João Calvino, Exposição de Romanos, (Rm 1.16), p. 58]; "o melhor mestre" [João Calvino, As Institutas, IV.17.36]; é o "Mestre interior" [João Calvino, As Institutas, III.1.4; III.2.34; IV.14.9]. "O Espírito de Deus, de quem emana o ensino do evangelho, é o único genuíno intérprete para no-lo tornar acessível." [João Calvino, Exposição de 1 Coríntios, (1Co 2.14), p. 93]. Calvino diz que quem rejeita o "magistério do Espírito", é desvairado. (João Calvino, As Institutas, I.9.1).

quando firmar raízes no fundo do coração, vindo a ser então uma fortaleza indestrutível, capaz de repelir todas as investidas das tentações.[80]

O Espírito Santo: Selo e Penhor

Pois bem, tendo ocorrido verdadeiramente a iluminação da inteligência do nosso espírito pelo Espírito de Deus, o Seu poder se mostrará muito mais evidentemente se tiver havido a sua confirmação no coração. Pois existe mais desconfiança no coração do que cegueira no espírito, pelo que é mais difícil dar segura confiança ao coração do que instrução ao entendimento. Porque o Espírito Santo é como um selo[a], autenticando em nosso coração as mesmas promessas que primeiro foram impressas em nosso entendimento. É também como um penhor, confirmando-as e ratificando-as. "Tendo nele também crido", diz o apóstolo, "fostes selados com o Santo Espírito da promessa, o qual é o penhor da nossa herança".[81] Note o leitor como ele mostra que o coração dos crentes é assinalado pelo Espírito Santo como por um selo, e que Lhe chama Espírito da promessa, porque Ele torna o Evangelho indubitável para nós.

Semelhantemente, escrevendo aos coríntios,[82] diz o mesmo apóstolo que Aquele que "nos ungiu é Deus, que também nos selou e nos deu o penhor do Espírito em nosso coração". E também, noutra passsagem,[83] falando da segura confiança e do arrojo da fé, ele coloca como seu fundamento o penhor do Espírito.[84]

---

a. sigilli. *Instrução* de 1537: Um selo pelo qual o nosso coração é selado na esperança do dia do Senhor.

[80] ".... deve observar-se que somos convidados ao conhecimento de Deus, não àquele que, contente com vã especulação, simplesmente voluteia no cérebro, mas àquele que, se é de nós retamente percebido e finca pé no coração, haverá de ser sólido e frutuoso." (João Calvino, As Institutas, I.5.9). "O Evangelho não é uma doutrina de língua, senão de vida. Não pode assimilar-se somente por meio da razão e da memória, senão que chega a compreender-se de forma total quando ele possui toda a alma, e penetra no mais íntimo recesso do coração. (...) Os cristãos deveriam detestar àqueles que têm o Evangelho em seus lábios porém não em seus corações." [John Calvin, Golden Booklet of the True Christian Life, 6ª ed. Grand Rapids, Michigan, Baker Book House, 1977, p. 17]. Calvino, entende que "o único homem que deve ser tido na conta de genuíno teólogo é aquele que pode edificar a consciência humana no temor de Deus." [João Calvino, As Pastorais, (Tt 1.1), p. 300]. Sobre a doutrina, enfatiza: "Ela [a doutrina] só será consistente com a piedade se nos estabelecer no temor e no culto divino, se edificar nossa fé, se nos exercitar na paciência e na humildade e em todos os deveres do amor." [João Calvino, As Pastorais, (1Tm 6.3), p. 164-165].

[81] Ef 1.13,14; [5.5].

[82] 2 Co 1.21,22.

[83] 2 Co 3; [5.5].

[84] "Os selos imprimem autenticidade tanto aos alvarás como aos testamentos. Além disso, o selo era especialmente usado nas epístolas, para identificar o escritor. Em suma, um selo distingue o que é genuíno e indubitável do que é inautêntico e fraudulento. Tal ofício Paulo atribui ao Espírito Santo, não só aqui, mas também no capítulo 4.30 e em 2 Coríntios 1.22. Nossas mentes jamais se fazem suficientemente firmes, de modo que a verdade prevaleça conosco contra todas as tentações de Satanás, enquanto o Espírito não nos confirme nela. A genuína convicção que os crentes têm da Palavra de Deus, acerca de sua própria salvação e toda religião, não emana das percepções da carne, ou de argumentos humanos e filosóficos, e, sim, da selagem do Espírito, o que faz suas consciências mais seguras e todas as dúvidas removidas. O fundamento da fé seria quebradiço e instável, se porventura ela repousasse na sabedoria humana; portanto, visto que a pregação é o instrumento da fé, por isso o Espírito Santo torna a pregação eficaz". [João Calvino, Efésios, (Ef 1.13), p. 36].

A fé, que se apóia na graça, não é mera conjectura moral

Com base nas considerações acima feitas, pode-se aquilatar quão perniciosa é a doutrina dos teólogos sofistas[a] [escolásticos]. Eles ensinam erroneamente que não podemos apropriar-nos de coisa alguma da graça de Deus, a não ser por conjectura moral, na medida em que cada qual se considere indigno dela[b]. A verdade é que, se devêssemos avaliar pelas obras o amor de Deus por nós, confesso que não poderíamos compreendê-lo, nem quanto à menor conjectura do mundo. Mas, visto que a fé deve responder à simples e gratuita promessa de Deus, não resta nenhum lugar à dúvida. Porquanto, com que confiança nos armaremos contra o Diabo[c], se pensarmos que Deus só nos será propício se o merecermos?[85] Mas, como destinamos outro lugar para tratarmos deste assunto[d], não lhe daremos seguimento por ora. Mesmo porque, e principalmente por isso, é evidente que não há nada que seja mais contrário à fé que a conjectura, ou qualquer outro sentimento próximo da dúvida e da ambigüidade.[86]

Na pretensão de confirmar esse ensino errôneo, eles sempre têm nos lábios uma passagem de Eclesiastes, que eles torcem perversamente. Diz o referido texto: "Ninguém sabe se é digno de ódio ou de amor.[87] Deixando de lado o fato de que essa sentença foi mal traduzida na versão comum, até as crianças podem ver o que Salomão quis dizer. E o que ele quis dizer é o seguinte: Se alguém quiser julgar pelas coisas presentes quem Deus ama e quem Deus odeia, trabalhará em vão, visto que a prosperidade e a adversidade são comuns ao justo e ao ímpio, ao que serve a Deus e ao que Lhe é indiferente. De onde se infere que nem sempre Deus declara amor aos que Ele faz prosperar temporalmente, como tampouco declara ódio aos que Ele aflige. Aquelas palavras foram ditas para redargüir e recriminar a vaidade do entendimento humano, que é tão lerdo para considerar as coisas realmente necessárias (como pouco antes Salomão tinha dito) que acaba sendo difícil discernir em que a alma do homem difere do animal irracional, pois parece* que ambos sofrem igual morte.[88]

---

a. scholasticum.

b. Calvino preocupa-se em evitar para a alma crente o tormento que se apodera da que busca em si mesma o ponto de apoio para a sua certeza.

c. Acréscimo feito em 1541.

d. Ver mais adiante, cap. VIII: Sobre a predestinação.

[85] "Uma recompensa se encontra reservada para as boas obras, sim, mas não com base nos méritos, e, sim com base na livre e espontânea generosidade divina, e mesma essa graciosa recompensa das obras não ocorre senão depois de sermos recebidos na graça por meio da misericórdia de Cristo." [João Calvino, Exposição de Hebreus, (Hb 6.10), p. 159]. "Não é propriamente nossas obras em si mesmas que Deus considera, e sim, sua *graça* em nossas obras". [João Calvino, Exposição de Hebreus, (Hb 6.10), p. 159].

[86] "Nada é mais solicitamente intentado por Satanás do que impregnar nossas mentes, ou com dúvidas, ou com menosprezo pelo evangelho." [João Calvino, Efésios, (Ef 1.13), p. 35].

[87] Ec 9.1. [*Vulgata Latina*; cf. a tradução de Antônio Pereira de Figueiredo.]

[88] Ec 3.19.

Se alguém quisesse inferir dessa passagem que a nossa doutrina sobre a imortalidade da alma se baseia tão-somente numa conjectura, não teríamos razão em considerá-lo louco?[a] Como, pois, vamos pensar que estão certos da cabeça os que argumentam dizendo que não se pode ter nenhuma certeza da graça de Deus entre os homens porque não a podemos compreender pela observação carnal das coisas presentes?

A fé é presunçosa?

Mas eles alegam que é uma presunção temerária a pessoa atribuir a si própria um conhecimento certo e indubitável da vontade de Deus. Eu admitiria isso, se tivéssemos a pretensão de sujeitar à pequenez do nosso entendimento o conselho incompreensível de Deus. Contudo, como simplesmente dizemos com o apóstolo Paulo que recebemos, não o espírito do mundo, mas o Espírito que de Deus procede,[89] pelo qual conhecemos os benefícios dados a nós por Deus, que é que os nossos oponentes podem murmurar contra nós, sem que façam injúria ao Espírito de Deus? Ora, se é um sacrilégio horrível lançar sobre alguma revelação vinda de Deus a pecha de mentira, ou de dúvida, ou de ambigüidade, em que pecamos nós, quando afirmamos que o que Deus nos revelou é indubitavelmente seguro e certo?[90]

Mas eles insistem em declarar que nós ousamos temerariamente gloriar-nos dessa forma no Espírito de Cristo. Nisso eles demonstram como são néscios. Quem poderia imaginar a existência de tanta ignorância nos que pretendem fazer-se doutores de todo o mundo – uma ignorância tal que os leva a tão grosseiro fracasso em relação aos princípios elementares do cristianismo? Certamente seria incrível para mim, se os seus próprios escritos não lhe fizessem fé.

Contrastes entre Paulo e os tais doutores

O apóstolo Paulo declara que só são filhos de Deus os que são guiados por Seu Santo Espírito;[91] no entanto, esses tais querem que os filhos de Deus sejam guiados por seu próprio espírito, estando vazios do Espírito de Deus. O apóstolo Paulo ensina[92] que só poderemos chamar Deus de Pai se o Espírito imprimir em nós esse apelativo, sendo Ele o único que pode dar testemunho à nossa alma de

a. Esta censura ao orgulho teria fundamento se a segurança do crente procedesse de um julgamento favorável que ele fizesse sobre a sua própria pessoa. Mas não ocorre nada disso. O verdadeiro crente sempre se condena. Contudo, pela Palavra, crê que Deus o absolveu. Desconfiar disso, aqui, não é dar prova de humildade, mas de desprezo pela graça de Deus em Jesus Cristo.

89 1 Co 2.12.

90 "É propriedade da fé pôr diante de nós aquele conhecimento de Deus não confuso, mas distinto, o qual não nos deixa em suspenso e à deriva, como o fazem as superstições e seus adeptos, os quais, bem o sabemos, estão sempre introduzindo alguma nova divindade, todas falsas e intermináveis." [J. Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 2, (Sl 48.14), p. 368].

91 Rm 8.14.

92 Rm 8.15,16.

que somos filhos de Deus. No entanto, esses tais, embora não nos proíbam invocar a Deus, todavia nos arrebatam o Espírito, sob cuja direção é que podemos invocá-lo. O apóstolo Paulo afirma que aquele que não tem o Espírito de Cristo não é Seu servo. No entanto, esses tais forjam um cristianismo que dispensa o Espírito de Cristo. O apóstolo Paulo não nos dá nenhuma esperança da bem-aventurada ressurreição, se não sentimos o Espírito Santo em nós. No entanto, esses tais imaginam uma esperança vazia desse sentimento.[93]

Talvez eles respondam que não negam que o Espírito Santo nos é necessário, mas que por humildade e modéstia devemos pensar que Ele não habita em nós. Mas então, que espera o apóstolo quando ordena aos coríntios que se examinem para ver se de fato eles estão na fé e se Cristo está neles, porquanto quem não tem esse conhecimento é reprovado na fé[94]? Pois bem, como diz o apóstolo João[95], pelo Espírito que nos foi dado sabemos que Cristo permanece em nós. E que outra coisa faremos, senão pôr em dúvida as promessas de Jesus Cristo, se quisermos ser Seus servos sem termos o Seu Espírito, visto que Deus declarou que O derramaria sobre todos os Seus[96]? Que faremos, senão privar o Espírito Santo de Sua glória, se O separarmos da fé, sendo que esta é uma obra especificamente realizada por Ele e dele procedente? Pois bem, uma vez que essas coisas são as primeiras lições[a], as lições elementares da nossa religião, é grande cegueira acusar de arrogância os cristãos, quando estes se gloriam na presença do Espírito Santo, sem o qual não haveria cristianismo algum. O certo é que eles mostram com o seu próprio exemplo quanta verdade há no que disse o Senhor – que o mundo não conhece o Espírito, e que só O conhecem aqueles nos quais Ele habita.[97]

Argumentos contra a segurança da fé (contra a perseverança dos santos) – e as competentes respostas:

A fim de destruir todos os fundamentos da fé, eles investem agora por outro lado. Dizem eles que, embora possamos estabelecer um juízo quanto à graça de Deus segundo a justiça na qual descansamos presentemente, todavia a certeza da nossa perseverança [a segura certeza da nossa salvação] fica em suspenso. Mas, que bela confiança na salvação nos restaria, se só pudéssemos considerar por conjectura, que eles chamam moral, que hoje estamos na graça de Deus, não sabendo, porém, o que será de nós amanhã![98] O apóstolo fala totalmente contra

a. tyrocinia.

93 "Por meio da fé, Cristo nos é comunicado, através de quem chegamos a Deus, e através de quem usufruímos os benefícios da adoção." (João Calvino, Efésios, São Paulo, Paracletos, 1998, (Ef 1.8), p. 30).

94 2 Co 13.5,6.

95 1 Jo 3.24.

96 Jl 2.28,29; [Is 44.3].

97 Jo 14.17.

98 "Em toda a Escritura se faz evidente que não existe outra fonte de salvação exceto a graciosa mercê divina." [João Calvino, Exposição de Hebreus, (Hb 6.10), p. 158].

isso, quando afirma que está certo de que "nem anjos, nem poderes, nem principados, nem morte, nem vida, nem as coisas presentes, nem as futuras, nos poderão separar do amor pelo qual Deus nos adota em Jesus Cristo".[99] Eles se esforçam para escapar da dificuldade com uma solução frívola, dizendo que o apóstolo teve essa certeza por uma revelação especial, mas estão numa enrascada dura demais para poderem escapar tão facilmente assim. Porque o apóstolo fala de modo geral das bênçãos provenientes da fé para todos os crentes, não das que ele tenha experimentado particularmente.

Mas eles contestam dizendo que o próprio apóstolo Paulo procura alertar-nos e despertar o nosso temor relembrando-nos a nossa debilidade e inconstância, quando diz:[100] "Aquele que pensa estar em pé veja que não caia". É verdade. Todavia, ele não quer passar-nos um temor que nos deixe aturdidos, mas apenas um temor que nos leve a aprender a humilhar-nos "sob a poderosa mão de Deus", como o declara o apóstolo Pedro [101]. Ademais, que absurdo seria limitar a certeza da fé a um breve período de tempo, quando o que lhe corresponde propriamente é transcender a vida presente e estender-se à imortalidade futura![102]

Antegozar o céu não é arrogância

Portanto, quando os fiéis reconhecem que é pela graça de Deus que, sendo iluminados por Seu Santo Espírito, antegozam pela fé a contemplação da vida futura, a glória deles está muito longe de merecer a acusação de arrogância. O que, sim, é verdade é que aquele que se envergonha de confessar essa gloriosa fé demonstra extrema ingratidão, e não modéstia ou humildade; e, com essa atitude, suprime e obscurece a bondade de Deus, quando é seu dever engrandecê-la[a].

Mais duas falsidades doutrinárias postas abaixo

Por uma mesma razão são igualmente postas abaixo outras duas mentiras dos sofistas. A primeira é que eles imaginam que a fé se forma quando ao conhecimento[b] de Deus se acrescenta um amigável afeto. A segunda é a seguinte: Atribuindo o título de fé à ignorância e a um falso conhecimento de Deus, eles abusam do que é simplesmente popular, porquanto querem fazer crer que a ignorância não impede que se tenha certo tipo de fé, que eles chamam implícita.[103]

---

a. Conclusão acrescentada em 1541.

b. assensum.

[99] Rm 8.38,39 [tradução direta].

[100] 1 Co 10.12.

[101] 1 Pe 5.6; Rm 1.18-32.

[102] "A herança da vida eterna já nos está garantida, visto, porém, que esta vida se assemelha a uma pista de corrida, temos que nos esforçar por alcançar a meta final." [J. Calvino, Exposição de Hebreus, (Hb 10.36), p. 290].

[103] Fé implícita, que chama de "espectro papista" [J. Calvino, Exposição de Romanos, (Rm 10.17), p. 375] e, "fé forjada e implícita inventada pelos papistas. Pois por fé implícita eles querem dizer algo destituído de toda luz da razão." [João Calvino, As Pastorais, (Tt 1.1), p. 299], que "separa a fé da Palavra de Deus". [J. Calvino, Exposição de Romanos, (Rm 10.17), p. 375].

Quanto à primeira, eles deixam bastante claro que não entendem o que é consentimento ou assentimento da fé para receber a verdade de Deus quando fabricam uma fé informe [não formada] com um simples e vão assentimento. Pois já explicamos que o assentimento da fé é mais do coração que do cérebro[a], e mais do afeto que da inteligência. Razão pela qual a fé é chamada obediência, à qual o Senhor não prefere nenhum outro serviço.**[104]** E com justiça, pois não existe nada mais precioso que a Sua verdade, a qual Jesus Cristo afirma que é subscrita e aprovada pelos que crêem.

Sumário

Tendo em vista que estamos tratando de algo a cujo respeito não há grande dúvida, com uma só palavra concluímos que os doutores da Sorbonne[b] falam tolamente quando dizem que a fé é formada quando ao conhecimento[c] se junta o afeto[d] favorável.**[105]**

Mas ainda há outra razão mais, e muito evidente. Sim, pois, visto que a fé recebe Cristo tal como Ele é oferecido pelo Pai (e Ele é oferecido, não somente para justiça, para remissão dos pecados e para a nossa paz, mas também para santificação e como fonte de águas vivas), ela não pode ser devidamente reconhecida sem que seja apreendida a santificação do Seu Espírito. Ou então, se alguém quiser ter esta verdade exposta mais claramente, dizemos: "A fé situa-se no conhecimento de Cristo, e Cristo não pode ser conhecido sem a santificação do Seu Espírito; segue-se que de maneira nenhuma a fé deve ser separada do afeto favorável.[106] Há aqueles que costumam citar o que disse o apóstolo Paulo, a saber, que, "se alguém tiver fé perfeita, ao ponto de transportar montes, se não tiver amor, nada será"**[107]** (querendo eles fazer com essas palavras uma fé informe, isto é, sem a caridade cristã), e não procuram entender o que significa o vocábulo fé nessa passagem.

---

a. Instrução de 1537: A fé é uma firme e sólida confiança do coração, pela qual nos apegamos com segurança à misericórdia de Deus.

b. eos.

c. notitia.

d. Esta passagem é capital para se entender o que será dito no cap. VI, sobre a justificação pela fé somente: a fé que, só ela, conta para nos justificar é uma fé que "de modo algum é separada de um bom afeto".

[104] Rm 1.

[105] Jo 5.24-47.

[106] Esta passagem, na edição de 1559, foi assim redigida: "Ora, visto que a fé abraça a Cristo como Ele nos é oferecido pelo Pai, e Aquele, de fato, seja oferecido não apenas como justiça, remissão dos pecados e paz, mas também como santificação, e fonte de água viva, sem dúvida, jamais o poderá alguém conhecer devidamente que não apreenda ao mesmo tempo a santificação do Espírito (...) A fé consiste no conhecimento de Cristo. E Cristo não pode ser conhecido senão em conjunção com a santificação do Seu Espírito. Segue-se, consequentemente, que de modo nenhum a fé se deve separar do afeto piedoso". [J. Calvino, As Institutas, III.2.8].

[107] 1 Co 13.2.

Explicação de 1 Coríntios 13.2

O fato é que Paulo tinha discutido sobre os diversos dons do Espírito, entre os quais tinha mencionado línguas, poderes e profecia. Depois disso, exortou os cristãos a aplicar a sua atenção e a sua prática aos melhores dons, aos dons mais proveitosos, no sentido de propiciarem mais frutos e maior utilidade a todo o corpo da igreja.[108] A seguir, o apóstolo acrescentou que mostraria um caminho ainda mais excelente, a saber: que todos aqueles dons, por mais excelentes que sejam em sua natureza, não terão nenhum valor, se não servirem à caridade cristã. Isso porque são dados com vistas à edificação da igreja e, se não forem aplicados a esse fim, perderão a sua virtude e a sua recompensa. Para provar isso, o apóstolo faz uso de uma divisão ou classificação, repetindo as mesmas graças ou dons que havia mencionado previamente; dá-lhes, porém, nomes diferentes.[109] Assim, o que primeiramente havia chamado poder, agora chama fé, referindo-se com este e com o outro vocábulos ao poder de fazer milagres. Visto que essa capacidade, tenha o nome de fé ou o de poder, é um dom especial de Deus que um homem mau ou falso pode ter (como acontece com os dons de línguas, de profecia e outros semelhantes), não devemos espantar-nos se for separado da caridade cristã [ou seja, do genuíno amor]. Mas, o defeito dessa pobre gente é que, apesar de o vocábulo fé ter diversos sentidos[a], não observando essa diversidade, eles agem como se funcionasse sempre da mesma maneira. A passagem de Tiago[b], que eles manipulam para confirmar também o seu errôneo ensino, será explicado noutra parte desta obra.

Fantasia destrutiva

A fantasia da fé implícita que eles criaram, não somente encobre e oculta a verdadeira fé, mas de fato a destrói completamente. Será isso crer, sem nada entender, contanto que se submeta o seu[c] critério ou o seu juízo à igreja? A verdade é que a fé não consiste de ignorância, mas de conhecimento, e conhecimento não somente de Deus, mas também da Sua vontade.[110] Porque não obtemos a salvação por nos prestarmos a receber como verdade tudo o que a igreja determine, ou por transferirmos para ela a responsabilidade de investigar e conhecer a verdade. Obtemos a salvação conhecendo a Deus como nosso benevolente Pai, graças à reconciliação realizada por Ele em Cristo como Este nos é dado [estando incluídas nessa Dádiva inefável] a justiça, a santificação e a vida[d]. É por esse conhe-

a. πολύαημον (grego).
b. Iacobi (cap. II, explicado mais adiante, no cap. VI: sobre a justificação).
c. tuum.
d. Em 1537, na *Instrução*, o artigo: *Que a fé é dom de Deus,* é imediatamente seguido de: *Que somos justificados por fé,* e*: Que pela fé somos santificados, para obedecermos à Lei.*

[108] 1 Co 12.28-31.
[109] Tradução direta.
[110] "A fé não consiste na ignorância, senão no conhecimento; e este conhecimento há de ser não somente de Deus, senão também de sua divina vontade." (As Institutas, III.2.2).

cimento, e não por submetermos o nosso espírito a coisas desconhecidas, que temos acesso ao reino celestial. Porque, ao dizer o apóstolo que "com o coração se crê para justiça e com a boca se confessa a respeito da salvação,[111] ele não quer dizer que seja suficiente que o pecador creia implicitamente em algo que ele não entende, mas exige um conhecimento puro e claro da bondade de Deus, a qual é a base e a substância da nossa justiça.

Certo é, não nego, que, como estamos envoltos na ignorância, muitas coisas estão ocultas para nós, e estarão ocultas até quando, despojados deste corpo mortal, estivermos junto a Deus. Com relação a essas coisas, o melhor é suspender o nosso julgamento; e nesse meio tempo devemos fazer com que o nosso querer permaneça em unidade com a igreja. Mas é zombaria usar isso como desculpa para dar o nome de fé a uma pura e deslavada ignorância. Porque a fé consiste no conhecimento de Deus e de Cristo, não na reverência à igreja. E de fato vemos o abismo que eles abriram com tal implicação. É que tudo o que é apresentado aos ignorantes em nome da igreja, eles aceitam sem nenhum critério, mesmo os erros mais grosseiros. Essa credulidade fácil e tão inconsiderada, embora lance à ruína o homem, é, não obstante, tolerada por aqueles falsos mestres. Isso porque, pela referida credulidade indiscriminada, o crédulo não crê em nada por determinação pessoal, mas atendendo à seguinte condição: Se esta é a fé da igreja, esta é a minha fé. Dessa maneira, eles fazem o erro parecer verdade, a cegueira luz e a ignorância conhecimento.[112]

Pois bem, para não nos alongarmos em nossa argumentação para refutar esses erros, somente admoestamos os nossos leitores a que comparem a doutrina deles com a nossa; porquanto a simples clareza da verdade dará argumentos suficientes para confundir aqueles falsos mestres.[113]

As promessas constituem forte argumento em prol da verdadeira fé

[1536] Ao que me parece, não se pode declarar melhor a fé verdadeira do que pela proclamação[a] das promessas. E de tal modo a fé se firma nas promessas que,

a. Aqui ele retoma a tradução do texto de 1536, que começava assim: "verbum ergo Dei objectum est et scopus fidei, in quem collineare debet, basis qua fulciatur, etc." (*Op. Selecta*, I, p. 57.) Cf. *Instrução* de 1537.

111 Rm 10.10.

112 "Certamente que não nego (de que ignorância somos cercados!) que muitas cousas nos sejam agora implícitas, e ainda o hajam de ser, até que, deposta a massa da carne, nos hajamos achegado mais perto à presença de Deus, cousas essas em que nada pareça mais conveniente que suspender julgamento, mas firmar o ânimo a manter a unidade com a Igreja. Com este pretexto, porém, adornar com o nome de fé à ignorância temperada com humildade, é o cúmulo do absurdo. Ora, a fé jaz no conhecimento de Deus e de Cristo (Jo 17.3), não na reverência à Igreja." [J. Calvino, As Institutas, III.I.3. (Vd. também III.2.5ss)]. "Que costume é esse de professar o evangelho sem saber o que ele significa? Para os papistas, que se deixam dominar pela fé implícita, tal coisa pode ser suficiente. Mas para os cristãos não existe fé onde não haja conhecimento." [João Calvino, Gálatas, (Gl 1.2), p. 25].

113 "Satanás jamais descansa enquanto não envida esforço para obscurecer, com suas mentiras, a santa doutrina de Cristo, e a vontade de Deus é que nossa fé seja provada com tais conflitos". [J. Calvino, Efésios, (Ef 4.14), p. 129].

se estas fossem cortadas ou omitidas, ela seria arruinada, ou melhor, se desvaneceria. Por essa razão, mantemo-nos firmemente apegados à nossa definição, a qual, contudo, não é diferente da formulada pelo apóstolo[a], onde ele ensina o seguinte: "A fé é a certeza de cousas que se esperam, a convicção de fatos que se não vêem".**[114]** Porque, pelo nome de *hypóstasis*[b], ele entende o ponto de apoio, ou o suporte, no qual se firma a alma do crente fiel. Como se dissesse: A fé é a posse certa e segura das coisas que Deus nos prometeu.[115]

Por outro lado, ele quer fazer-nos entender que estas coisas são elevadas demais para que as possamos compreender com os nossos sentidos, ou contemplar com os nossos olhos, ou ser tocadas pelas mãos – enquanto não chegar o dia final, quando será feita a revelação completa. E para fazer-nos entender também que, enquanto só as possuirmos superando toda a capacidade do nosso espírito e elevando a nossa inteligência acima de tudo quanto há no mundo, e, finalmente, superando a nós próprios, ele acrescenta que a segurança que temos destas coisas consiste em esperança, e, portanto, não se vêem. Porque a evidência [o que se vê], diz[c] o apóstolo Paulo, não é esperança, e não esperamos o que vemos**[116]**.[117]

Com a expressão "demonstração[d] (ou "comprovação") das coisas que não se vêem",**[118]** é como se dissesse que é uma evidência do que não aparece, uma visão do que não se vê, uma perspicuidade, isto é, uma nítida percepção visual de coisas obscuras, uma presença de coisas ausentes, uma demonstração de coisas obscuras. Porquanto, os mistérios de Deus, mormente os relacionados com a nossa salvação, não se pode contemplar em sua natureza[e], mas os vemos somente na

---

a. (1536) Paulus. Entre 1536 e 1539, talvez Calvino tenha deixado de ter certeza de que Paulo era o autor da Epístola aos Hebreus, mas ele sempre reconhece nela "um espírito apostólico" [Ver: Exposição de Hebreos, São Paulo, Paracletos, 1997, (Hb 11.3), p. 300]. (ver mais adiante o artigo: sobre a remissão dos pecados). Erasmo de Roterdã (1466-1536) reviveu no século XVI, a hipótese de Clemente ter sido o autor de Hebreus. (Cf. Donald Guthrie, New Testament Introduction, 3ª ed. (Revised), Downers Grove, Illinois, Inter-Varsity Press, in one volume, 1970, p. 694). Posição (Clemente ou Lucas) que Calvino (1509-1564) parecia estar disposto a aceitar (1549) (Exposição de Hebreos, (Hb 13.23), p. 402). Certo era que ele, nessa época, não cria na autoria paulina. (Ibidem, (Introdução), p. 22; Hb. 2.3, p. 54-55).

b. Substantiam aut Hypostasin ut græce legitur.

c. Spes quæ non videtur.

d. Indicem (nam græce *elénchos*).

e. In se suaque, ut dicitur, natura.

[114] Hb 11.1.

[115] "A fé verdadeira é aquela que ouve a Palavra de Deus e descansa em Sua promessa." (J. Calvino, Exposição de Hebreus, (Hb 11.11), p. 318). "Nossa fé não tem que estar fundamentada no que nós tenhamos pensado por nós mesmos, senão no que nos foi prometido por Deus." (Calvino, Sermones Sobre La Obra Salvadora de Cristo, Jenison, Michigan, TELL, 1988, *"Sermon nº 13"*, p. 156).

[116] Rm 8.24,25.

[117] "A esperança não é mais do que o alimento e a força da fé." (J. Calvino, As Institutas, III.2.43)

[118] Tradução direta da versão utilizada por Calvino (Hb 11.1). A palavra "demonstração" traduz "monstre" ("montre" no francês atual). Cf. a tradução de Louis Segond. Aliás, na exposição do sentido da frase, logo a seguir, o próprio Calvino usa o termo "demonstrance". Nota do tradutor.

Palavra de Deus[a], de cuja verdade devemos estar de tal modo persuadidos que tenhamos por feito e realizado tudo o que ela diz.[119]

A fé e o amor

[1539] Como, pois, poderá alguém elevar-se, cheio de vigor e de entusiasmo, reconhecendo e experimentando a imensa bondade de Deus, sem ao mesmo tempo inflamar-se de amor[b] a Deus? Porque não é possível entender tão abundante e amena benignidade, como a que Deus mantém em segredo para os que O temem, que não comova o coração e o faça elevar-se e segui-lo. Portanto, não temos por que admirar-nos por esse afeto não entrar jamais num coração perverso e fingido. Esse amor abre os nossos olhos e nos dá acesso a todos os tesouros de Deus e nos capacita a penetrar os sacrossantos segredos do Seu reino – tesouros e segredos que não devem ser profanados com a entrada de um coração impuro e torpe.

Ora, o que os tais doutores da Sorbonne ensinam, que a caridade precede à fé e à esperança, é puro despautério, visto que é somente a fé que gera em nós a caridade cristã. Mas desse ponto e de outros semelhantes trataremos noutro lugar. Por ora basta entender o que significa a verdadeira fé cristã.

O essencial do Evangelho para a fé

Embora seja verdade que a propriedade da fé é claramente demonstrada quando ela busca o Evangelho como seu objetivo e sua meta, é, porém, necessário verificar o que é que a fé deve considerar primordialmente no Evangelho. Tocamos ligeiramente nisso quando demonstramos que Cristo constitui o conteúdo essencial do Evangelho[c]. Porque com isso quisemos dizer que "todas as promessas" não somente estão "compreendidas nele",[120] mas também estão nele representadas. Mas, como esse tema merece mais clara exposição, devemos dar-lhe seguimento agora. Como disse o Senhor Jesus Cristo, "A vida eterna é esta: que te conheçam a ti, o único Deus verdadeiro, e a Jesus Cristo, a quem enviaste".[121] Pois bem, é da maior importância ter um verdadeiro conhecimento do Pai celestial e de Cristo. O que se deve conhecer do Pai só se pode conhecer no Filho, porque o Pai habita em luz inacessível [1 Tm 6.16], mas espalha sobre nós o esplendor dessa luz mediante Seu Filho. Ele é invisível, não somente aos olhos, mas tam-

a. A fé calvinista é aqui claramente distinguida do desejo místico, que quer "saborear" a graça e "desfrutar" Deus.
b. Redamandum.
c. Instrução de 1537: "O Símbolo de Fé. "Acima foi dito o que obtemos em Cristo pela fé. Agora ouçamos o que a nossa fé deve observar e considerar em Cristo para se confirmar."

[119] "O Espírito Santo não costuma inspirar os servos de Deus a pronunciar palavras bombásticas nem a lançar sons vazios no ar." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 2, (Sl 45.1), p. 306].
[120] 2 Co 1.20.
[121] Jo 17.3.

bém ao entendimento; todavia, Ele nos dá a bênção de podermos contemplar vividamente a Sua imagem no Filho.[122] Por isso, para o apóstolo, a iluminação do conhecimento de Deus constitui-se "na face de Cristo".[123] Aliás, não seria certo dar a Cristo o título de "luz do mundo"[124] se por meio dele a claridade da glória divina não se manifestasse aos homens.[125] Porque não somente o que disse o apóstolo é verdade, a saber, que Cristo é "o esplendor da glória de seu Pai,e a imagem viva de sua substância",[126] mas também é necessário acrescentar que nele nos é demonstrada a glória de Seu Pai, e a imagem da Sua substância nos é dada a conhecer. Porque tudo o que o Pai tem, quis colocar nele, a fim de que por meio dele o Pai se comunicasse conosco e glorificasse o Seu Nome.

O acesso ao Pai

Portanto, se queremos buscar acesso ao Pai, precisamos colocar-nos ao lado daquele que é o único que nos pode fazer conhecer o Pai.[127] Quando Ele se intitula o caminho,[128] demonstra que a Ele cabe dirigir-nos. Quando dá a Si próprio o nome de porta,[129] declara que é Seu ofício dar-nos entrada. E, como Ele diz noutro lugar, "Ninguém conhece o Filho senão o Pai; e ninguém conhece o Pai senão o Filho e aquele a quem o Filho o quiser revelar".[130] Porque, como foi dito que é necessário que sejamos atraídos pelo Espírito do Pai para sermos incitados a buscar e receber a Jesus Cristo, assim, por outro lado, precisamos entender que não devemos procurar o Pai, que é invisível, de outra forma que não seja em Jesus Cristo, que é a Sua imagem.[131]

Ora, este é o verdadeiro conhecimento de Cristo – quando O recebemos tal como nos é oferecido pelo Pai,[132] a saber, com toda a plenitude das riquezas celestiais; e como sendo Ele próprio um tesouro de felicidade e de toda sorte de bens. Todavia, para entrar na posse das Suas riquezas, precisamos primeiro saber a maneira pela qual elas fora adquiridas para nós. Foi pela obediência de Cristo, demonstrada pela prática e pelo cumprimento de tudo o que é necessário para a

---

[122] "Unicamente aquele que recebeu o verdadeiro conhecimento de Deus por meio da Palavra do Evangelho pode chegar a ter comunhão com Cristo". [John Calvin, Golden Booklet of the True Christian Life, 6ª ed. Grand Rapids, Michigan, Baker Book House, 1977, p.16].

[123] 2 Co 4.6.

[124] Jo 8.12; 12.46.

[125] J. Calvino, Exposição de Hebreus, (Hb 1.3), p. 34.

[126] Hb 1.3 [tradução direta].

[127] Jo 13.20; 15.15.

[128] Jo 14.6.

[129] Jo 10.7.

[130] Mt 11.27; Lc 10.22.

[131] "Devemos precaver-nos para que, cedendo ao desejo de adequar Cristo às nossas próprias invenções, não o mudemos tanto (como fazem os papistas), que ele se torne dissemelhante de si próprio. Não nos é permitido inventar tudo ao sabor de nossos gostos pessoais, senão que pertence exclusivamente a Deus instruir-nos segundo *o modelo que te foi mostrado* [Ex 25.40]." [João Calvino, Exposição de Hebreus, (Hb 8.5), p. 209].

[132] Jo 1.11-18.

nossa salvação, segundo o eterno conselho e propósito de Deus. Portanto, como o Evangelho é o objeto e a meta da nossa fé, e como Cristo, pelo Evangelho, é consignado como o seu particular objeto e meta, também em Cristo ela tem como seu objeto e para a sua atenção o que Ele fez e sofreu para a nossa salvação.[133]

O Símbolo dos Apóstolos: quadro que dá perfeita explicação da fé

Para ter-se então uma perfeita explicação da fé, é preciso ter diante dos olhos o que está em Cristo e que é pertinente à confirmação da mesma. Porque, depois de conhecidas a matéria e a substância dela, será fácil entender toda a sua natureza e propriedade, como numa pintura. Pois bem, o Símbolo dos Apóstolos[a] nos servirá dessa pintura[b]. Nele toda a dispensação da nossa salvação é exposta de tal maneira[c] em todas as suas partes que não se omite nem um só ponto[d]. Dou-lhe o nome dos apóstolos, não me preocupando muito com quem terá sido o autor[e]. É grande o número dos que aceitam como certa a atribuição feita pelos antigos da autoria do Símbolo aos apóstolos, quer entendendo que foi escrito por eles em comum, quer pensando que foi uma compilação da sua doutrina, assimilada e filtrada pela reflexão de alguns outros, querendo, contudo, dar-lhe autoridade por meio desse título. Seja como for, não tenho dúvida nenhuma de que, seja qual for a sua origem, desde o início da igreja, e até mesmo desde o tempo dos apóstolos, foi recebido como uma confissão pública e válida da fé cristã. E não é provável que tenha sido composto por algum particular, visto que o tempo todo ele tem tido autoridade inviolável, sempre respeitada, entre os crentes[f]. O que é principal neste caso nos é indubitável, a saber, que toda a história da nossa fé está nele contida em resumo e em excelente[g] ordem, e que não há nada nele que não seja comprovado por diversos[h] testemunhos da Escritura. Tendo conhecimento disso, já não é preciso que nos atormentemos sobre quem é o seu autor, nem que discutamos

a. Em 1536 lia-se desde o primeiro parágrafo deste capítulo: “Symnbolum quod Apostolicum vocant, quo breviter compendium collectum est, et quasi epitome quædam fidei in quam sentit ecclesia católica”.
b. tabulæ (iconicæ).
c. sigillatim.
d. particula.
e. Calvino aqui se revela humanista aplicado à crítica das fontes. Como teólogo prevenido, ele não identifica a autenticidade literária de um texto com a sua autoridade dogmática.
f. Isso rigorosamente não é verdade, exceto quanto à igreja ocidental. Sem dúvida Calvino ignorava que a igreja oriental do tempo dele só tinha o símbolo ou credo de Nicéia/Constantinopla, aliás substancialmente semelhante ao apostólico, se bem que mais desenvolvido. De resto, essa questão é sem importância do ponto de vista de Calvino, porque ele só aceitava o símbolo em razão da sua conformidade com a Escritura.
g. distincto.
h. solidis consignatum.

[133] “Visto que nos reconciliamos com Deus, em Cristo, através de seu verdadeiro sacrifício, somos, todos nós, por sua graça, feitos sacerdotes com o fim de podermos consagrar-nos a ele como sacrifício vivo e tributar-lhe toda a glória por tudo o que temos e somos. Não resta mais nenhum sacrifício expiatório para se oferecer, e não se pode fazer tal coisa sem trazer grande desonra para a cruz de Cristo.” [João Calvino, Exposição de Romanos, São Paulo, Paracletos, 1997, (Rm 12.1), p. 424].

com outros, a não ser que não achemos suficiente saber que, por este ou por aquele, temos a verdade do Espírito Santo, e queiramos saber, além disso, por qual boca foi declarada ou por qual mão foi escrita.[134]

Dois pontos preliminares

Todavia, antes de passar à exposição [do Símbolo dos Apóstolos], devemos considerar dois pontos. O primeiro é que, quando a história [da fé] nos é proposta, não é para que nos detenhamos no simples conhecimento dela, mas sim para que, por ela, a nossa mente se eleve e entenda aspectos mais altos da verdade. Porque, assim como há duas espécies de realidades recitadas, umas visíveis e outras invisíveis, assim o que dizemos vê-se nas duas. O poder de Deus, o Espírito Santo, a remissão dos pecados, e outros artigos semelhantes, são realidades espirituais que não se vêem com os olhos da carne.

Quando as ouvimos recitadas, não basta acreditar que são verdadeiras, mas é preciso que façamos dessa crença um objeto de confiança e de esperança, ao ponto de não somente considerarmos Deus poderoso, mas de O reconhecermos como Aquele que nos mantém e nos sustenta por Seu poder, recebendo nós o Espírito Santo não somente na imaginação, mas com o Seu poder. Essa regra deve valer para os outros artigos semelhantes. Damos apenas um breve exemplo deles porque vamos explicá-los todos oportunamente. Voltando ao ponto, o nascimento, a morte, a ressurreição de Cristo, e Sua ascensão ao céu, foram coisas vistas concretamente pelos homens. Ora, quando as ouvimos ou as lemos, não é

---

[134] O Credo dos Apóstolos tem a sua origem no Credo Romano Antigo, elaborado no segundo século [Ver: J.N.D. Kelly, Primitivos Credos Cristianos, Salamanca, Secretariado Trinitario, 1980, p. 125ss.], tendo algumas declarações doutrinárias acrescentadas no decorrer dos primeiros séculos [Philip Schaff, The Creeds of Christendom, 6ª ed. (Revised and Enlarged), Grand Rapids, Michigan, Baker Book House, (1931), Vol. I, p. 19-22; Vol. II. p. 45-55], chegando à sua forma como temos hoje, por volta do sétimo século. A sua origem está tradicionalmente atribuída aos apóstolos. Essa lenda, bastante antiga, encontrou a sua forma mais famosa em Rufino (c. 404), que supõe que cada um dos apóstolos colaborou com uma cláusula em particular. [J.N.D. Kelly, Primitivos Credos Cristianos, p. 15ss.].

O *Credo Apostólico* era usado na preparação dos catecúmenos, professado durante o batismo, servindo também para a devoção privada dos cristãos. Posteriormente passou a ser recitado com a Oração do Senhor no culto público [Cf. Philip Schaff, The Creeds of Christendom, Vol. I, p. 17]. No nono século ele foi sancionado pelo Imperador Carlos Magno para uso na Igreja e, o papa o incorporou à liturgia Romana [Cf. Jack B. Rogers, Creeds and Confessions: In: Donald K. McKim, ed. Encyclopedia of the Reformed Faith, Louisville, Kentucky, Westminster/John Knox Press, 1992, p. 91].

A Reforma valorizou este Credo, sendo ele usado liturgicamente em muitas de nossas igrejas ainda na atualidade.

A analogia feita por P. Schaff (1819-1893), parece resumir bem o significado deste Credo: “Como a Oração do Senhor é a Oração das orações, o Decálogo a Lei das leis, também o Credo dos Apóstolos é o Credo dos credos.” [Philip Schaff, The Creeds of Christendom, Vol. I, p. 14].

O *Credo Apostólico* pode ser dividido em quatro partes:

1) Deus Pai
2) Deus Filho: a História da Redenção
3) Deus Espírito Santo
4) A Igreja e os benefícios que Deus nos tem concedido

preciso que a alma fiel se fixe nelas e se demore a considerá-las, mas, uma vez que sabe que todas as obras de Deus são realizadas com sabedoria, ela deve avaliar e julgar a razão pela qual elas foram realizadas.

Assim, o objeto e a perspectiva da nossa fé é a história; a finalidade e a razão consistem na contemplação das realidades invisíveis e incompreensíveis, o que se obtém da história – como a nossa alma, da morte de Cristo visualiza a certeza da satisfação [prestada à justiça de Deus], e da Sua ressurreição, a esperança da imortalidade.

O segundo ponto que eu disse que estava por observar é a divisão do Símbolo [ou Credo]. Os três primeiros artigos compreendem a descrição do Pai e do Filho e do Espírito Santo, dos quais depende o mistério completo de toda a nossa redenção. O quarto mostra em que aspectos ou realidades se situa[a] a nossa salvação. Essa ordem não deve ser negligenciada porque, para chegarmos ao conhecimento da nossa salvação, é necessário antes considerar os três primeiros pontos, que constituem o seu fundamento e a sua substância essencial, a saber, a grande bondade e ternura do Pai celeste e Seu amor pelo gênero humano, amor comprovado pelo fato de que Ele não perdoou Seu próprio Filho, mas O "entregou à morte por nós",**135** a fim de nos restituir a vida.[136]

Em segundo lugar, a obediência do Filho, que é a concretização da misericórdia de Deus para consumar a nossa salvação; e o poder do Espírito Santo, pelo qual nos é comunicado o fruto da bondade de Deus em Jesus Cristo.[137] O apóstolo Paulo impetrou para os coríntios "a caridade [amor] de Deus, a graça de Cristo e a comunicação [comunhão] do Espírito Santo".**138** Sim, pois tudo o que possuímos de bom nos é dado e oferecido em Jesus Cristo como proveniente da fonte única da graça, e somos feitos participantes de todos os bens que a bondade de Deus nos oferece, pela virtude e pelo poder do Espírito.[139] Daí se segue a fé que temos, no tocante à igreja, à remissão dos pecados, à ressurreição do corpo e à vida eterna – que constituem a quarta parte do Símbolo[a].[140]

---

a. sita.

a. 1536: quæ ad nos ex ea in Deum fide redeant, quæque expectanda sint.

[135] Rm 8.32 [tradução direta]; Jo 3.16.

[136] "O amor que Deus nutre por nós é sem paralelo." [João Calvino, O Livro dos Salmos, São Paulo, Parakletos, 2002, Vol. 3, (Sl 90.16), p. 442].

[137] "Davi não podia descobrir nenhuma outra causa pela qual pudesse valer-se da paternidade divina, senão que Deus é bom, e desse fato segue-se que não há nada que induza Deus a receber-nos em seu favor senão seu próprio beneplácito." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 1, (Sl 25.7), p. 546-547].

[138] 2 Co 13.13 [tradução direta].

[139] "Diz ele [Paulo] que, antes que nascêssemos, as boas obras haviam sido preparadas por Deus; significando que por nossas próprias forças não somos capazes de viver uma vida santa, mas só até ao ponto em que somos adaptados e moldados pelas mãos divinas. Ora, se a graça de Deus nos antecipou, então toda e qualquer base para vanglória ficou eliminada." [João Calvino, Efésios, (Ef 2.10), p. 64]. "A doçura da graça" [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 1, p. 125] de Deus é a tônica da Sua relação com o Seu povo.

[140] Davi reconhece que "somos totalmente devedores à graça de Deus, tanto por nossa primeira regeneração quanto, no ato de nossa queda, pela subseqüente restauração." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 2, (Sl 51.10), p. 439-440].

Ponto especialmente visado por Satanás

Ora, visto que Satanás, querendo destruir toda a fé, desde a raiz, sempre provoca grandes problemas, em parte quanto à divindade de Jesus Cristo e em parte quanto às distinções pessoais que há em Deus[a], e quase o tempo todo incita os espíritos maus, os quais perturbam os crentes com as suas discussões e fazem o que podem para até pôr abaixo toda a Escritura, pareceu-me bem começar desse ponto a exposição do Símbolo dos Apóstolos. Contudo, uma vez que resolvi instruir[b] os que se mostram dóceis, em vez de combater os rebeldes, não me alongarei demais nos prós e contras[c], como o exige a importância da causa. Mas me contentarei em mostrar o que é necessário seguir ou evitar neste assunto. Todavia, farei isso de maneira que a verdade seja mantida contra as calúnias dos maus. Tenha-se em conta, porém, que o meu empenho terá por objetivo instruir na verdadeira e sólida doutrina aqueles que se tornarem ou se mostrarem voluntariamente obedientes à verdade.[141]

Exposição do Símbolo dos Apóstolos

Primeiramente, se nos é necessário inquirir sobriamente acerca de quantos altos[d] mistérios haja na Escritura, aqui precisamos, acima de tudo, manter uma singular sobriedade, vigiando para que nem as nossas cogitações nem a nossa língua ultrapassem os limites da Palavra de Deus.[142] Pois, como pode um entendimento humano reduzir à sua pequenez a Essência infinita de Deus, se ainda pouco pode saber sobre as substâncias componentes do Sol, o qual podemos ver constantemente com nossos olhos? E ainda, como alguém poderá investigar a substância[e] de Deus, se não conhece nem a sua própria? Portanto, deixemos com Deus o

a. 1536: Impii... nos Deum unum in tribus personis confitentes ludibrio habent.
b. 1536: dociles manu ducere, non autem cum pugnacibus et rebellibus manum conserere hic propositum est, cum illis non instructis copiis non congrediar.
c. Em 1537, a Instrução traz: “Não importa muito qual ou quais foram os autores deste sumário da fé, que nada tem de doutrina humana e contém incontestáveis testemunhos da Escritura”.
d. reconditis. 1536: Cap. II, pars tertia: Ut alta sunt et abdita mysteria, ita adorari magis quam excuti oportet, quando neque ad ingenii nostri, neque ad linguæ rationem ac modulos exigi aut debent aut queunt.
e. substantia (1541 tem, por erro: subsistance).

[141] “Aquele que não tenta ensinar com o intuito de beneficiar, não pode ensinar corretamente; por mais que faça boa apresentação, a doutrinação não será sã, a menos que cuide para que seja proveitosa a seus ouvintes.” [João Calvino, As Pastorais, (1Tm 6.3), p. 165]. “Um ministro sábio deve determinar qual deva ser o seu método de ensino, e persistir neste plano.” [J. Calvino, Exposição de 1 Coríntios, São Paulo, Paracletos, 1996, (1Co 4.18), p. 147].

[142] “Tudo o mais que pesa sobre nós e que devemos buscar é nada sabermos senão o que o Senhor quis revelar à Sua igreja. Eis o limite de nosso conhecimento.” [João Calvino, Exposição de 2 Coríntios, São Paulo, Paracletos, 1995, (2Co 12.4), p. 242, 243]. ”....Que esta seja a nossa regra sacra: não procurar saber nada mais senão o que a Escritura nos ensina. Onde o Senhor fecha seus próprios lábios, que nós igualmente impeçamos nossas mentes de avançar sequer um passo a mais.” [J. Calvino, Exposição de Romanos, (Rm 9.14), p. 330].

conhecimento de Si mesmo. "Somente Ele", disse Hilário, "pode dar testemunho idôneo de Si, visto que Ele só é conhecido por Si próprio"[143].[144]

Pois bem, deixaremos isso com Ele e trataremos de formar um conceito que se coadune com o que Ele nos revela de Si, e só vamos inquirir sobre Ele em Sua Palavra. Existem cinco belas homilias de Crisóstomo sobre este argumento, contra uma seita de hereges que se denominavam[a] "anomianos" [ou seja, antinomianos]. Entretanto, nem mesmo essas belas homilias conseguem reprimir a audácia desses sofistas, que soltam a língua a tagarelar sobre a majestade de Deus[b]. Eles não se portam mais modestamente sobre este assunto do que costumam portar-se sobre todas as coisas.

Então, depois que o Senhor puniu a temeridade deles deixando que caíssem em muitas loucuras, estejamos advertidos, por seu [mau] exemplo, a contentar-nos a aprender o que a Escritura nos ensina, sem aceitar nenhuma sutileza. E que não nos venha à mente buscar nada de Deus ou sobre Deus, senão em Sua Palavra; nada pensar, senão com a Palavra; nada falar, senão por Sua Palavra[c].[145]

A Escritura proclama tantas vezes e tão claramente que só existe um Deus, de essência eterna, infinita e espiritual, que não é preciso fazer longa argumentação para comprovar essa verdade. Porquanto o que os maniqueus fizeram, torcendo alguns testemunhos para constituir dois princípios, é uma ultrajante loucura. Semelhantemente, os antropomorfistas, que imaginam que Deus é um ser corpóreo porque a Escritura Lhe atribui boca, ouvidos, mãos e pés, erram de maneira terrivelmente grosseira. Sim, pois, quem terá tão minúscula mente que não entenda que o Senhor atribui a Si essas coisas para condescender com a nossa capacidade, como uma ama balbucia as palavras para o bebê do qual cuida, para adaptar-se aos seus modos rudimentares? Portanto, aquelas formas de linguagem não exprimem o que Deus é; antes servem para acomodar à nossa ignorância o

a. Aetius e Eunomius ensinavam que o Filho era diferente em substância *(anomoíos)* do Pai.

b. Explicação acrescentada em 1541.

c. Esta frase define rigorosamente a fonte da teologia calvinista e circunscreve a sua extensão.

[143] Lib. I de Trinitate.

[144] "Não podemos compreender plenamente a Deus em toda a sua grandeza, mas que há certos limites dentro dos quais os homens devem manter-se, embora Deus acomode à nossa tacanha capacidade toda declaração que faz de si mesmo. Portanto, somente os estultos é que buscam conhecer a essência de Deus." [João Calvino, Exposição de Romanos, (Rm 1.19), p. 64]. "O Ser essencial de Deus devemos adorar, não pesquisar com curiosidade" (João Calvino, As Institutas, (1541), I.14.

[145] "Visto que todos os questionamentos supérfluos que não se inclinam para a edificação devem ser com toda razão suspeitos e mesmo detestados pelos cristãos piedosos, a única recomendação legítima da doutrina é que ela nos instrui na reverência e no temor de Deus." [João Calvino, As Pastorais, (Tt 1.1), p. 300]. "Deus quer que sua Igreja seja edificada com base na genuína pregação de sua Palavra, não com base em ficções humanas. (...) Nesta categoria estão questões especulativas que geralmente fornecem mais para ostentação – ou algum louco desejo – do que para a salvação de homens." [João Calvino, Exposição de 1 Coríntios, (1Co 3.12), p. 112]. "A mente piedosa não sonha para si um Deus qualquer; ao contrário, contempla somente o Deus único e verdadeiro, nem lhe atribui o que quer que à imaginação haja acudido, mas se contenta com tê-Lo tal qual Ele próprio Se manifesta e, com a máxima diligência, precavém-se sempre, para que não venha, mercê de ousada temeridade, a vaguear errática, trespassados os limites de Sua vontade." [J. Calvino, As Institutas, I.2.2].

conhecimento que dele podemos ter. Para isso Lhe é necessário descer muito, do alto de Sua exaltada posição. Assim é que parecem tolos parlapatães[d] os que querem avaliar a essência divina tomando por base aquelas descrições. Temos, pois, como coisa resolvida o que foi dito de um só Deus e de Sua essência infinita, eterna e espiritual.[146]

Mas a distinção de Pai e Filho e Espírito Santo, distinção que ocorre em Sua divindade, não é fácil saber e deixa inquieta muita gente. Dividamos, pois, esta questão em dois artigos: o primeiro, para confirmar a divindade do Filho e do Espírito; a segunda, para explicar como ocorre a distinção entre o Pai e o Filho e o Espírito Santo. Pois bem, não faltam testemunhos na Escritura para comprovar ambos os aspectos da questão. Porque, quando ouvimos o que diz a Palavra de Deus, seria um grande absurdo imaginar que não passassem de uma voz lançada ao ar e depressa se desvanecessem, como acontece quanto à pronúncia exterior das palavras, os oráculos e as profecias dadas antigamente aos pais. Mas logo se nota a sabedoria perpétua que reside em Deus, de Quem procedem todos os antigos oráculos e profecias. Porque, como o apóstolo Pedro declara, os profetas do Antigo Testamento falaram [movidos] pelo Espírito Santo da mesma forma como aconteceu depois com os apóstolos e com todos os que ministraram a verdade de Deus aos homens.**[147]** Como também Moisés demonstra suficientemente que não foi por um desejo súbito e temporal de Deus que o mundo foi criado, mas que foi cumprimento do Seu conselho eterno, e (se é lícito falar assim) movido por Seu coração perene e imutável. Todavia, se isso continua duvidoso ou obscuro para alguém, é expresso com maior clareza ainda por Salomão, quando apresenta e descreve a sabedoria de Deus,**[148]** a qual, tendo sido estabelecida desde toda a

---

d. delirare.

[146] Calvino, entendia que Deus, na Sua Palavra, "se acomodava à nossa capacidade" [J. Calvino, Exposição de 1 Coríntios, (1Co 2.7), p. 82. "O Espírito Santo propositadamente acomoda ao nosso entendimento os modelos de oração registrados na Escritura." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 1, (Sl 13.3), p. 265], balbuciando a Sua Palavra a nós como as amas fazem com as crianças [Ver: J. Calvino, As Institutas, I.13.1; I.14.3,11; I.16.9; I.17.13; IV.17.11; O Livro dos Salmos, Vol. 1, (Sl 13.3), p. 265; Vol. 2, (Sl 50.14), p. 409; John Calvin, Commentary on the Book of Psalms, Grand Rapids, Michigan, Baker Book House (Calvin's Commentaries, Vol. V), 1996 (Reprinted), (Sl 78.65), p. 274; As Institutas, 1.14.3,11; I.16.9; IV.17.11]. "... Deus, acomoda-se ao nosso modo ordinário de falar por causa de nossa ignorância, às vezes também, se me é permitida a expressão, gagueja." [John Calvin, Commentary on the Gospel According to John, Grand Rapids, Michigan, Baker Book House (Calvin's Commentaries, Vol. XVIII), 1996 (Reprinted), (Jo 21.25), p. 299]. Resumindo: "Em Cristo, Deus, por assim dizer, tornou-se pequeno, para acomodar-se à nossa compreensão" [John Calvin, Calvin's Commentaries, Grand Rapids, Michigan, Baker Book House Company, 1996 (Reprinted), Vol. XXII, (1Pe 1.21), p. 54]. Portanto, quando lemos as Escrituras, "somos arrebatados mais pela dignidade do conteúdo que pela graça da linguagem." [J. Calvino, As Institutas, I.8.1]. Esses pontos tornam o homem inescusável e realçam a relevância das Escrituras para a vida cristã. Ele diz: "Ora, primeiro, com Sua Palavra nos ensina e instrui o Senhor; então, com os sacramentos no-la confirma; finalmente, com a luz de Seu Santo Espírito a mente nos ilumina e abre acesso em nosso coração à Palavra e aos sacramentos, que, de outra sorte, apenas feririam os ouvidos e aos olhos se apresentariam, mas, longe estariam de afetar-nos o íntimo."[J. Calvino, As Institutas, IV.14.8. Vd. também J. Calvino, Exposição de Romanos, (Rm 10.16), p. 373-374].

[147] [1 Pe 1.10-12]; 2 Pe 1.20,21.

[148] Pv 8.

eternidade, presidiu à criação do mundo, e preside a todas as obras de Deus. Mas o apóstolo João declara essa verdade de maneira mais comunicativa, mais chegada, que os outros dois, quando afirma que a Palavra que está em Deus desde o princípio, ela mesma, é Deus.[149] Porque em cada uma dessas duas partículas ele atribui essência perpétua à Palavra. A razão disso é que, embora todas as revelações procedentes do céu tenham o direito de ser intituladas "palavras de Deus", devemos entretanto reconhecer a Palavra essencial, que é a origem e a fonte de todas as revelações, não está sujeita a nenhuma variação ou mudança, permanece sempre em Deus, e é o próprio Deus.

Rejeição da eternidade do Filho de Deus – e a palavra de Calvino a respeito

Há, porém, alguns que, não se atrevendo a privar abertamente o Filho de Deus de Sua divindade, procuram manter oculta a Sua eternidade. Dizem eles que a Palavra começou a existir quando Deus, na criação do mundo, abriu Seus lábios para ordenar o surgimento de todas as coisas. Mas eles irrefletidamente pecam contra a majestade de Deus imaginando uma novidade em Sua substância [em Seu Ser essencial]. Porque, se os nomes de Deus, que se reportam às Suas obras, Lhe foram atribuídos originariamente quando às Suas obras começaram a existir (como o de Criador do céu e da terra), ao contrário, a piedade [a fé religiosa dos que temem a Deus] não reconhece nenhum nome que signifique algo que tenha sobrevindo a Deus [como algo novo e adicional ao Seu Ser]. Mas eles cavilam, maquinando astúcias, e dizem que Moisés, ao escrever que nessa ocasião Deus começou a falar, indica que antes não havia nenhuma palavra nele.

Mas[a], considero eu*, se porque uma coisa começou a manifestar-se num certo tempo, será necessário inferir que não existia antes? Se alguém quiser investigar mais, não encontrará nenhum começo, porque Jesus Cristo, que é a Palavra, não determina nenhum espaço de tempo quando em oração diz: "Pai... glorifica a teu Filho, para que o Filho te glorifique a ti".[150] Ora, falando desse modo, Ele transcende todo o tempo, todos os séculos. Tornamos a concluir, pois, que a Palavra de Deus, sem nenhum início, nele se originou, e aí esteve permanentemente. Fica assim comprovada a Sua eternidade, a Sua majestade e a Sua verdadeira essência divina.[151]

---

a. an.

[149] Jo 1.1.

[150] Jo 17.1.

[151] Calvino, seguindo a interpretação de Agostinho (354-430), escreve: "Cristo com respeito a si mesmo é chamado Deus, e em relação ao Pai é chamado Filho. Assim, o Pai com respeito a si mesmo é chamado Deus, e em relação ao Filho se chama Pai. Enquanto em relação ao Filho é chamado Pai, Ele não é Filho; da mesma forma o Filho, com respeito ao Pai não é Pai. Mas enquanto que o Pai com respeito a si mesmo é chamado Deus, e o Filho com respeito a si mesmo é também chamado Deus, trata-se do mesmo Deus. Assim quando falamos do Filho simplesmente sem relação ao Pai, afirmamos reta e propriamente que tem seu ser de si mesmo; e por esta causa o chamamos único princípio; porém quando nos referimos à relação que tem com o Pai, com razão dizemos que o Pai é princípio do Filho" [J. Calvino, As Institutas, I.13.19].

Considerações sobre o título “Filho de Deus”

Mas, certo é que, após ter sido provada a Sua divindade, ainda precisamos deter-nos, principalmente em sua comprovação, depois de tocar ligeiramente na questão relacionada com a razão pela qual se Lhe dá o título de Filho de Deus. Os antigos, que entendiam que Jesus Cristo foi gerado do Pai por uma geração eterna, esforçavam-se para demonstrar a sua tese citando o testemunho de Isaías: “Quem explicará a sua geração?”[152] Mas o seu entendimento desse texto é forçado e errôneo, porque o profeta não trata ali de como o Filho foi gerado pelo Pai, mas de por quão numerosa linhagem o reino de Jesus Cristo haveria de ser multiplicado. Não é mais correto o que eles alegam com base nesta passagem de Salmos:[153] “Eu te gerei do meu ventre antes da estrela da manhã”,[a] uma vez que isso vem só da tradução comum, que não corresponde à verdade hebraica nessa parte. Porque no hebraico o texto diz: “O orvalho da tua natividade é como o surgimento da estrela da manhã”.

O argumento que mais nos impressiona é o que é tomado das palavras do apóstolo quando ele declara que todas as coisas foram criadas pelo Filho.[154] Pois, se o Filho não existisse nessa ocasião, não poderia manifestar o Seu poder. Todavia, tendo em vista outras cláusulas[b] semelhantes, esse argumento não parece muito forte; porque nenhum de nós concederá que o título de Cristo pertença ao nosso Senhor Jesus desde o tempo em que os judeus estiveram no deserto, por haver nele uma qualidade que combina particularmente com a Sua natureza humana. Não obstante, o apóstolo Paulo[c] Lhe atribuiu esse título abrangendo aquele período.[155] Vê-se a mesma verdade nas palavras do apóstolo, quando ele afirma que “Jesus Cristo, ontem e hoje, é o mesmo e o será para sempre”.[156] Se, com base nisso, alguém quiser convencer-nos de que o nome de Cristo sempre foi pertinente ao nosso Salvador,[157] nada conseguirá. Que faríamos nós, forçando os testemunhos da Escritura, os quais, tomados em seu sentido natural, pouco ou nenhum serviço prestam à nossa causa? Só exporíamos os artigos da nossa fé à zombaria dos hereges! Quanto a mim, um só argumento me basta, o qual vale por mil,[d] para confirmar e consolidar a minha consciência da eternidade do Filho de Deus. É o seguinte: Deus só é Pai dos homens por meio de Seu único Filho, somente ao qual se deve propriamente a honra e por cujo benefício esta nos é comunicada. Pois

a. luciferum.
b. formulis.
c. tentatum fuisse dicit Paulus.
d. 1541 tem, por erro: nulle (1539: mile).
[152] Is 53.8 [tradução direta].
[153] Sl 110 [tradução direta].
[154] Cl 1.15-17.
[155] 1 Co 10.1-4.
[156] Hb 13.8.
[157] A edição de 1539 traz aqui, na margem: *Vide Cyrillum* De recta fide ad Theodos.

bem, Deus sempre desejou ser invocado como Pai; segue-se, pois, que o Filho já existia, pelo que essa relação de intimidade[a] tinha sido estabelecida[b] já então.

Demonstração da divindade de Cristo

Passemos agora a demonstrar a Sua divindade, com base numa dupla espécie de prova. Porque o nome e a honra de Deus são claramente atribuídas ao Filho de Deus por evidentes testemunhos da Escritura; e isso é comprovado por Suas obras poderosas.

Citações do Antigo Testamento

Primeiramente, Davi[c] Lhe fala nestes termos: "O teu trono, ó Deus, é para todo o sempre; cetro de eqüidade é o cetro do teu reino".[158] Possivelmente algum ímpio tergiversará, fará uso de evasivas, neste ponto, dizendo que o nome ELOHIM, que consta na citada passagem, é atribuído também aos anjos e aos poderosos, ou às autoridades superiores.[d] Mas não há nenhuma passagem na Escritura que diga que um trono eterno foi erigido dessa forma para alguma criatura; porque Ele não é simplesmente chamado Deus, mas também Dominador Eterno. Além disso, esse título jamais foi dado a ninguém, a não ser como um adjunto[e], como Moisés é chamado deus do faraó. De tal modo sucede que nessa passagem o crente só pode ter em mente o Deus único e verdadeiro. Pois bem, que isso é dito a respeito do Filho de Deus vê-se do seguinte: "Por isso Deus, o teu Deus, te ungiu com o óleo da alegria". Portanto, aquele de quem se fala aqui é Deus, e quem Lhe está acima é Deus.

Foi Jesus Cristo que, em Sua humanidade, quis manifestar-se como Servo, submetendo-se a Deus, Seu Pai. Em Isaías[159] Ele é apresentado como Deus e como munido de poderes só pertencentes ao Deus vivo. "E o seu nome será... Deus Forte, Pai da Eternidade...", diz o texto. E de nada vale a cavilação, a maquinação astuta, com que os judeus torcem essa passagem do profeta desta maneira: "E o nome com o qual se chamará o Deus Forte, o Pai da Eternidade...", para não deixar nada com Jesus, exceto o título de Príncipe da Paz. Porque, com que propósito, contra todo o costume da Escritura, o profeta teria reunido numa só passagem tantos títulos para dar a Deus?

Ao contrário, vê-se claramente que ele quis ornar Jesus Cristo com os títulos que Lhe pertencem. Mais claramente manifesto é o que se lê em Jeremias, que

---

a. propinquitas (termo do direito romano).
b. Tratamos aqui com zelo do valor religioso do dogma que proclama o Filho coeterno do Pai; Deus é Pai por essência; a paternidade não é nele um acidente, interferindo num dado momento do tempo.
c. psalmographus.
d. potestatibus.
e. adjectione.
158 Sl 45.6.
159 Is 9.6,7.

Ele seria chamado “Renovo de Davi”, levantado para salvação do Seu povo, e, “Senhor [Yavé], Justiça Nossa”.[160] Porque, visto que os judeus ensinam que os outros nomes de Deus fazem o papel de títulos para honrar a Sua glória, o nome aqui citado, do qual o profeta faz uso, é o nome da própria substância divina [do Ser essencial de Deus], e nos confirma que o Filho de Deus é também o nosso Deus único e eterno. E Ele próprio declara noutro lugar que não dará Sua glória a nenhum outro.[161] Os judeus maliciosamente procuram torcer essa passagem, alegando que Moisés deu igualmente esse mesmo nome ao altar que ele tinha edificado, e que Ezequiel o atribui à igreja de Deus; mas essa manhosa maquinação é deveras vã. Ora, quem é que não vê que o altar foi construído como monumento e que ensina que Deus é a exaltação de Moisés? Paralelamente, quem não vê que o nome de Deus não é atribuído propriamente à igreja, mas, sim, que representa a presença de Deus nela? Porque eis o que o profeta diz: “O nome da cidade será: O Senhor habita ali”, e Moisés fala no sentido de que edificou um altar dedicado a Deus e lhe deu este nome: “O Senhor é a minha exaltação”. Que outra coisa quererá dizer Jeremias, senão que Jerusalém é onde o Senhor habita? E que outra coisa pretende Moisés, senão que Deus é a Sua força e para testemunho disso edificou um altar?

Mas se poderia dizer que há uma dificuldade maior noutra passagem, no capítulo 33 de Jeremias, [versículo 16], onde o que antes foi dito de Jesus Cristo é transferido para a igreja. As palavras são: “Ela será chamada Senhor, Justiça Nossa”. Respondo que, por mais que façam essa passagem parecer contrária a nós, ela é antes própria para defender a nossa causa. Porque o profeta, tendo primeiramente testificado que Jesus Cristo é o nosso verdadeiro Deus, de quem nos vem toda a justiça, acrescenta conseqüentemente que a igreja teria tão certo conhecimento disso que até poderia gloriar-se nesse nome.[162]

Citações do Novo Testamento

O Novo Testamento está repleto de testemunhos sem fim. Por isso, preciso darme ao trabalho de selecionar alguns dos mais pertinentes, em vez de juntar todos eles. Primeiro, é digno de notar-se que os apóstolos mostram que as coisas que foram preditas por parte do Senhor eterno foram cumpridas ou alguma vez se verificaram em Jesus Cristo. Como quando Isaías predisse que o Deus dos Exércitos seria um escândalo para os judeus e para os israelitas.[163] Diz o apóstolo

---

[160] Jr 23.5,6.

[161] Is 41.

[162] “Devemos precaver-nos para que, cedendo ao desejo de adequar Cristo às nossas próprias invenções, não o mudemos tanto (como fazem os papistas), que ele se torne dissemelhante de si próprio. Não nos é permitido inventar tudo ao sabor de nossos gostos pessoais, senão que pertence exclusivamente a Deus instruir-nos segundo *o modelo que te foi mostrado* [Ex 25.40].” [João Calvino, Exposição de Hebreus, (Hb 8.5), p. 209].

[163] Is 8.13-15.

Paulo que isso se cumpriu em Cristo;[164] com isso ele mostra que Cristo é o mesmo Deus dos Exércitos do qual fala Isaías. Semelhantemente, noutra passagem, lemos: "Todos compareceremos perante o tribunal de Deus. Como está escrito: Por minha vida, diz o Senhor, diante de mim se dobrará todo joelho, e toda língua dará louvores a Deus".[165] Sendo, pois, isso que Deus disse de Si mesmo em Isaías, uma vez que essa profecia se realiza em Cristo, segue-se que Ele é o próprio Deus, cuja glória não pode ser transferida para outros. Ademais, o que ele diz aos efésios, referindo-se a Jesus Cristo, vê-se que compete singularmente a Deus: "Quando ele subiu às alturas, levou cativos os seus adversários".[166] O [citado] profeta havia dito isso sobre Deus, que tinha dado a vitória a Seu povo contra os seus inimigos. Sabendo o apóstolo Paulo que isso não passava de uma sombra e que o seu cumprimento seria em Jesus Cristo, atribui a Ele aquela narração profética.

De tal sorte é o testemunho do apóstolo João que, segundo este, foi a glória do Filho de Deus que apareceu a Isaías;[167] tanto mais que o profeta disse que era a majestade do Deus vivo. E, ainda, não há nenhuma dúvida de que as passagens citadas na Epístola aos Hebreus referem-se ao Deus único,[168] como por exemplo: "No princípio, Senhor, lançaste os fundamentos da terra, e os céus são obra das tuas mãos", e mais: "Todos os anjos de Deus o adorem". Embora os títulos sejam dados com a finalidade de honrar a majestade de Deus, todavia não é forçar o sentido aplicá-los a Jesus Cristo, pois é coisa notória que tudo o que neles se prediz cumpre-se unicamente nele. É a Ele que se recorre para fazer misericórdia a Sião. É Ele que toma posse de todas as regiões do mundo, dilatando universalmente o Seu reino. E por que duvidar que o apóstolo João atribuiu a majestade de Deus a Jesus Cristo, se no princípio do Seu evangelho afirmou que Ele é o Deus eterno?[169] Por que temer admitir que o apóstolo Paulo O colocou no Trono de Deus, se antes ele tinha falado claramente da Sua divindade, quando disse que Ele é o "Deus bendito para todo o sempre?"[170] E para que vejamos como ele persevera constantemente nesse propósito, noutro lugar declara que Deus "foi manifestado na carne".[171]

Se Cristo é o Deus bendito para todo o sempre, é o mesmo a quem toda a glória é devida, como o mesmo apóstolo ensina noutra passagem. O que de fato ele mostra abertamente ao escrever que, tendo Jesus Cristo a glória de Deus, "não julgou como usurpação o ser igual a Deus, antes, a si mesmo se esvaziou".[172] E, a

---

[164] Rm 9. [Notar o versículo 33.]
[165] Rm 14.10,11; Is 45.23.
[166] Ef 4.8 [tradução direta]; Sl 68.18.
[167] Jo 12.40; Is 6.10.
[168] Hb 1.6,10.
[169] Jo 1.
[170] Rm 9.5.
[171] 1 Tm 3.16.
[172] Fp 2.6,7.

fim de que os maus não murmurassem atribuindo um sentido ambíguo a essa expressão, o apóstolo João vai além, dizendo que Jesus Cristo "é o verdadeiro Deus e a vida eterna".[173] Todavia, isso nos é tanto mais suficiente quando entendemos que Ele é chamado Deus, principalmente pela boca do apóstolo Paulo, que declara abertamente que não há muitos "Deuses", ma somente um. "Não há senão um só Deus", diz ele; e continua: "Porque, ainda que há também alguns que se chamem deuses, quer no céu ou sobre a terra, como há muitos deuses e muitos senhores, todavia, para nós há um só Deus, o Pai, de quem são todas as cousas".[174] Quando ouvimos do próprio apóstolo que Deus foi manifestado na carne e que Deus comprou a Sua igreja com o Seu próprio sangue,[175] por que haveríamos de imaginar um segundo Deus, que ele não reconhece? Finalmente, se é coisa certa (como de fato é) que todos os fiéis sempre tiveram esse sentimento, certo é que Tomé, confessando que Jesus Cristo é seu Deus e seu Senhor,[176] declara que Cristo é o Deus único, sempre adorado por ele.

A prova das obras em prol da divindade de Cristo

Ademais, se estudarmos a Sua divindade por Suas obras, a Ele atribuídas na Escritura, a verdade transparecerá mais claramente. Porque, no que Ele diz, que desde o princípio até agora sempre trabalhou com o Pai,[177] os judeus, embora noutras coisas se mostrassem nada inteligentes, entenderam muito bem que com essas palavras Jesus Cristo atribuiu a Si próprio o poder de Deus. Por essa causa, como diz o apóstolo João, procuravam ainda mais matá-lo, visto que não somente violava o sábado, mas também se portava como Filho de Deus, fazendo-se igual a Deus. Quanta ignorância, será então a nossa, se não reconhecermos que a Sua divindade está plenamente certificada nessa passagem? E, de fato, governar o mundo por Sua providência e por Seu poder, e ter todas as coisas sob o Seu comando (o que o apóstolo afirma que Lhe é próprio),[178] só podem ser atribuições do Criador, que é somente um.

E não somente o ofício de Governador do mundo Lhe compete em comum com o Pai, mas também todos os outros ofícios, os quais não podem ser transferidos para nenhuma criatura. O Senhor declara a Israel, mediante o profeta: "Eu, eu mesmo, sou o que apago as tuas transgressões por amor de mim".[179] Seguindo essa declaração, os judeus pensaram que Jesus fazia injúria a Deus por assumir a autoridade de perdoar pecados.[180] Mas Ele não se limitou a arrogar-se esse poder

---

[173] 1 Jo 5.20.
[174] 1 Co 8.4-6.
[175] 1 Tm 3.16; At 2 e 20.28.
[176] Jo 20.28.
[177] Jo 5.17.
[178] Hb 1.2,3.
[179] Is 43.25.
[180] Mt 9.1-6.

só com palavras, mas o comprovou realizando milagre. Vemos, pois, que Jesus Cristo não só tinha o ministério da remissão de pecados, mas possuía também o poder, poder que uma vez Deus declarou que continuaria sendo dele eternamente. E que mais? Saber e entender os segredos e a cogitação dos homens não é capacidade unicamente própria de Deus? Ora, esse poder Jesus tinha, pelo qual fica demonstrada a Sua divindade.[181]

Uma palavra específica sobre os milagres como prova da divindade de Cristo[182]

Quanto aos milagres, estes comprovam a Sua divindade quase dispensando qualquer argumento. Porque, embora os profetas e os apóstolos tenham feito milagres parecidos com os dele, há porém grande diferença. Sim, pois, aqueles eram apenas ministros dos dons de Deus, ao passo que Jesus Cristo tinha pessoalmente o poder. Algumas vezes Ele fez uso da oração, para transferir a glória para Seu Pai,[183] mas vemos que mais vezes Ele demonstrou o Seu próprio poder. E não é Ele mesmo o verdadeiro Autor dos milagres, se é de Sua autoridade que Ele concede aos outros o poder para realizá-los? Pois o Evangelho declara que Ele deu aos apóstolos poder para "curar enfermos, ressuscitar mortos, purificar leprosos, expelir demônios" etc.[184] E os apóstolos, por sua parte, faziam-no de um modo que demonstrava suficientemente que o poder não procedia de ninguém mais, senão de Cristo. "Em nome de Jesus Cristo", disse o apóstolo Pedro ao paralítico, "anda!"[185] Por isso não é de admirar que Jesus Cristo tenha contraposto os Seus milagres para convencer a incredulidade dos judeus, pois, tendo-os feito por Seu próprio poder, eles davam amplo testemunho de Sua divindade. Além disso, se fora de Deus não há nenhuma salvação, nenhuma justiça, nenhuma vida, certamente nele estando e dele sendo todas essas coisas, fica demonstrado que Ele é Deus.

E que ninguém alegue que ele recebeu essas coisas de Deus, porque não se diz que Ele recebeu o dom da salvação, mas sim que Ele próprio é a salvação. E se ninguém é bom, exceto unicamente Deus, como poderia o homem [Jesus], não digo ser bom e justo, mas ser Ele próprio a bondade e a justiça? E que diremos do que o evangelista ensina, que desde o princípio do mundo a vida estava no Verbo, e que Ele, sendo a vida, é também a luz dos homens?

---

[181] Jo 2.25.

[182] "A importância dos milagres é que eles nos despertam para alguma verdade particular sobre Deus." [João Calvino, Exposição de Romanos, (Rm 15.18), p. 500]. "Sejam quais forem os milagres que busquem glorificar a criatura em lugar do Criador, e que fomentem a mentira em lugar da Palavra de Deus, são manifestamente do Diabo." [João Calvino, Exposição de Romanos, (Rm 15.18), p. 501].

[183] Jo 11.39-43.

[184] Mc 6.7,13; [Mt 10.8].

[185] At 3.6.

Portanto, tendo tais experiências da Sua majestade divina, ousamos pôr nossa fé e nossa esperança nele; e isso que sabemos que é uma blasfêmia confiar na criatura. E não o fazemos temerariamente, mas segundo a Sua Palavra. “Credes em Deus”, disse Ele, “crede também em mim”.[186] E o apóstolo Paulo: “Temos crido em Jesus Cristo, para que fôssemos justificados pela fé em Cristo”.[187] E da seguinte maneira ele expõe duas passagens de Isaías: “Todo aquele que nele crê não será confundido”. E também: “Haverá a raiz de Jessé, aquele que se levanta para governar os gentios; nele os gentios[a] esperarão”.[188] E para que contar muitos testemunhos bíblicos, pois esta sentença é repetida muitas vezes: “Quem crê em mim tem a vida eterna?”[189] Ademais, a invocação, que depende da fé, também Lhe é devida; no entanto, se a invocação tem algo de próprio, própria ela é da majestade de Deus. Diz o profeta: “Todo aquele que invocar o nome do Senhor será salvo”.[190] E Salomão: “Torre forte é o nome do Senhor, à qual o justo se acolhe e está seguro”.[191] Ora, o nome de Cristo é invocado por salvação. Segue-se, pois, que Ele é Deus.

Temos exemplo dessa invocação em Estêvão, quando ele diz: “Senhor Jesus, recebe o meu espírito!”[192] Mais adiante, no mesmo livro, temos o testemunho de Ananias: “Senhor Jesus”, diz ele, “sabes quanto ele tem afligido os teus santos, que invocam o teu nome”.[193] E para que fique entendido que toda a Divindade habita corporalmente em Jesus Cristo, o apóstolo Paulo confessa que não quis saber doutra doutrina entre os coríntios, senão do conhecimento de Seu nome, e que não pregava outra coisa, senão unicamente Cristo.[194] Que será isso? Não pregar sobre outro tema senão Jesus Cristo aos fiéis, aos quais Deus proíbe gloriar-se noutro nome que não o Seu? Agora, quem se atreverá a dizer que Ele é uma simples criatura, sendo que conhecê-lo é a nossa única glória?[195] Também não é coisa de pequena importância que os apóstolos, nas saudações que costumavam introduzir no início dos seus escritos, esperam de Cristo os mesmos benefícios que se esperam de Deus, Seu Pai. Com o que eles demonstram que, não somente por Sua intercessão e por intermédio dele obtemos bênçãos de Deus, mas também que as obtemos diretamente dele. Este conhecimento, que se funda na prática e na experiência,[b] é muito mais certo e

a. gentes.

b. Calvino empregará o mesmo argumento experimental para provar a divindade do Espírito Santo. A introdução do método indutivo na demonstração do dogma da Trindade é deveras notável. Essa iniciativa recebeu uma sanção oficial na confissão da Holanda (art. IX), aprovada pelos sínodos de Embden (1571) e de Dordrecht (1618).

186 Jo 14.1.

187 Gl 2.16.

188 Rm 10.11 e 15.12.

189 No Evangelho Segundo João.

190 Jl 2.32.

191 Pv 18.10.

192 At 7.59.

193 At 9.13,14.

194 1 Co 2.

195 Jr 9.23,24.

seguro que todas as especulações ociosas. Porque, indubitavelmente, a alma fiel reconhece, e, por assim dizer, sente no tato, a presença de Deus quando se sente vivificada, iluminada, salva, justificada e santificada.[a]

Prova-se de igual modo a divindade do Espírito Santo

Portanto, é necessário utilizar o mesmo tipo de provas para comprovar a divindade do Espírito Santo. Porque as coisas que a Escritura Lhe atribui são muito superiores às criaturas, como também a experiência que temos a Seu respeito. Primeiramente, é Ele que, estando em toda parte, sustenta, mantém e vivifica todas as coisas, no céu e na terra. Sendo já sabido que Ele não tem fim nem limites, fora está do número das criaturas, uma vez que realiza obras plenamente divinas, estendendo a tudo e a todos o Seu vigor, infundindo essência, vida e movimento em todas as coisas. Além disso, se a regeneração, para a vida incorruptível, é mais nobre e mais excelente que todo poder corporal, quão necessário é que apreciemos o Espírito Santo, de quem ela procede!

O Autor da regeneração[196]

Ora, que Ele é o Autor da regeneração, por Seu próprio poder, e não por algum poder tomado emprestado, a Escritura nos ensina em muitos lugares, e até mesmo Lhe atribui o louvor da imortalidade futura. Em suma, todos os ofícios que pertencem propriamente à Divindade, a Escritura Lhe atribui, como os atribui ao Filho.[b] Porque ela declara que o Espírito conhece as profundezas de Deus, que não tem nenhum conselheiro entre as criaturas.[197] A Escritura Lhe atribui as faculdades de sabedoria e de eloqüência. O que o Senhor disse a Moisés é somente próprio da Sua divina majestade.[198]

Paralelamente, por Seu intermédio vimos a ter participação em Deus, e, assim, sentimos que o Seu poder nos vivifica; que a nossa justificação é Sua operação; que dele nos vem toda a santificação, toda a verdade e toda a graça, e tudo o que se pode considerar bom. Porque "só há um Espírito", diz o apóstolo Paulo, "do qual recebemos todo bem".[199] Sucede até que, quando a Escritura fala

a. Abordagem conciliatória da frase de Melancton: "Christum cognoscere est beneficia ejus cognoscere".

b. Cf. 1536: Spiritum ipsum unum esse cum patre et filio convenit, cum nullus a spiritu suo diversus sit.

196 "É o Espírito de Deus quem nos regenera e nos transforma em novas criaturas, visto, porém, que sua graça é invisível e oculta, no batismo nos é dado um símbolo visível dela." [João Calvino, As Pastorais, (Tt 3.5), p. 350-351]. Comentando Gálatas 4.26, diz: ".... A Igreja enche o mundo todo e é peregrina sobre a terra. (...) Ela tem sua origem na graça celestial. Pois os filhos de Deus nascem, não da carne e dos sangue, mas pelo poder do Espírito." Continua: "Eis a razão por que a Igreja é chamada a mãe dos crentes. E, indubitavelmente, aquele que se recusa a ser filho da Igreja debalde deseja ter a Deus como seu Pai. Pois é somente através do ministério da Igreja que Deus gera filhos para si e os educa até que atravessem a adolescência e alcancem a maturidade." [João Calvino, Gálatas, (Gl 4.26), p. 144].

197 1 Co 2.10,16.

198 Is 11.1,2; Êx 4 [ver especialmente os versículos 1-5, 12].

199 1 Co 12 [tradução direta; ver 1 Co 12.11: "Mas um só e o mesmo Espírito realiza atoadas estas cousas, distribuindo-as como lhe apraz...", ARA].

dele, dá-lhe o nome de Deus. O apóstolo Paulo, por exemplo, infere que "somos templos de Deus, pois o Espírito habita em nós",[200] fato que não se deve passar por alto. Porque, como o nosso Senhor nos prometeu tantas vezes que nos escolheu para sermos Seu templo e Seu tabernáculo, essa promessa só se cumpre em nós por Seu Espírito que em nós habita. E, de fato, o apóstolo, no mesmo sentido, ora nos chama templo de Deus, ora templo do Seu Espírito. O apóstolo Pedro, repreendendo Ananias por ter mentido ao Espírito Santo, afirma que ele não tinha mentido aos homens, mas a Deus.[201] Igualmente, Isaías apresenta o Senhor dos Exércitos como falando,[202] e o apóstolo Paulo afirma que quem fala é o Espírito Santo.[203] E na passagem em que Deus se queixa de que a Sua ira foi provocada pela obstinação do povo, diz Isaías[204] que o Espírito de Deus foi contristado.

Para concluir o que nos propusemos fazer nesta parte, um só argumento deve satisfazer-nos amplamente, o qual comprova a divindade do Pai e do Filho e do Espírito Santo. É que, se somos consagrados pelo Batismo na fé e na religião de um só Deus, temos por nosso Deus aquele em nome de quem somos batizados. Pelo que se vê que o Pai e o Filho e o Espírito Santo estão incluídos numa mesma essência divina, visto que somos batizados em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo.

[1536] O apóstolo Paulo de tal maneira junta[205] os três seguintes, Deus, a fé e o Batismo, que ele, em seu argumento, usa os termos uns pelos outros, deste modo: do fato de que só existe uma fé, ele prova que há um só Deus; e do fato de que só existe um Batismo, ele prova que só existe uma fé. Porque, assim como a fé não deve ser infundada, nem ficar atrás disto e daquilo, mas deve repousar e aquiescer a um só Deus, disso podemos inferir que, se existisse mais de uma fé, seria necessário haver mais de um Deus. Ora, visto que o Batismo é o sacramento da fé, por ser único ele nos confirma na unidade da fé[a]. Do que foi dito é fácil concluir que só podemos ser batizados num só Deus, visto que recebemos a fé daquele em cujo nome somos batizados. Portanto, que terá querido dizer[b] Cristo ao nos mandar batizar em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo, senão que é necessário crer no Pai e no Filho e no Espírito Santo? E que outra coisa é essa ordem, senão um claro testemunho de que os três são um só Deus?

---

a. 1539 não reproduz um argumento que se encontrava nesta parte em 1536: "Atqui fidem profiteri nemo potest nisi in unum Deum. Ergo ut baptisamur in unam fidem, ita in unum Deum fides nostra credit. Et ille itaque unus est et hæc una est, quia utrumque unius Dei est.

b. 1536 tinha: cum scriptura voluerit (Math., ult.); 1539: vult Christus.

[200] 1 Co 3.16 [tradução direta]; 6.19; 2.12.

[201] At 5.3,4.

[202] Is 6.8-10[c]

[203] At 28.25-27.

[204] Is 63.10.

c. 1541 tem por erro João (1539: Isaías).

[205] Ef 4.1-6.

A loucura dos arianos e dos macedonianos quanto à Trindade Santa e Bendita

[1539] Pois bem, se nos cabe resolver que só existe um Deus, concluímos que o Filho e o Espírito Santo são a própria essência divina. Portanto, os arianos estavam mentalmente perturbados, pois concediam a Jesus Cristo o título de Deus, mas Lhe negavam a substância divina. Os macedonianos[a] [206] também estavam sendo arrebatados pela mesma alucinação, pois entendiam que o Espírito Santo não é mais que os dons da graça que Deus distribui aos homens. Porque, como a sabedoria, a inteligência, a prudência, a força e outras virtudes procedem dele, também, por outro lado, Ele é a fonte única da prudência, da sabedoria, da força e de todas as outras virtudes. E Ele não é dividido segundo a diversificada distribuição das graças, mas permanece sempre em Sua inteireza, ao passo que as graças são distribuídas diversamente, como diz o apóstolo.[207]

Distinções na Trindade[208]

Por outro lado, a Escritura nos mostra alguma distinção entre Deus e Sua Palavra, e entre a Sua Palavra e o Espírito Santo. Essa verdade devemos considerar com grande reverência e sobriedade, como nos admoesta a grandiosidade do mistério de Deus. Por isso a sentença de Gregório Nazianzeno[209] me agrada

a. Os discípulos de Macedônio, heresiarca do século IV, eram semi-arianos.

[206] Nome derivado de Macedônio, bispo de Constantinopla (c. 341-360). Este grupo era também denominado de Πνευματομάχη (*"lutadores contra o Espírito"*). (Πνεῦμα & μάχομαι). (μάχομαι e μάχη * Jo 6.52; At 7.26; 2Co 7.5; 2Tm 2.23,24; Tg 4.1,2).

[207] 1 Co 12.

[208] Ver: João Calvino, As Institutas, I.13.2ss.

[209] Entre o Concílio de Nicéia (325) e o de Constantinopla (381), a declaração explícita de que o Espírito é Deus foi apenas sugerida, porém não declarada. Em 372, Basílio Magno (c. 330-379) defensor ardoroso da divindade do Filho, também sustentou a divindade do Espírito, porém não foi tão incisivo ao ponto de identificá-Lo como Deus [Basil, Letters, 113 e 114 In: P. Schaff & H. Wace, eds. Nicene and Post-Nicene Fathers of the Christian Church, (Second Series), Grand Rapids, Michigan, Eerdmans, 1978, VIII, p. 189-190; Vd. Gregório de Nazianzo, Epístola, 58.]; mesmo, posteriormente (373), quando ampliou o seu pensamento, declarou que o Espírito deve ser honrado juntamente com o Pai e com o Filho [Basil, Letters, 125.3; 159.2. In: NPNF2., VIII, p. 195-196; 212]. Gregório de Nissa (c. 335-c.394), outro dos "pais capadócios", seguiu os passos de seu irmão Basílio, sem contudo, apresentar maior contribuição, enfatizando apenas a unicidade das três pessoas [Oração Catequética, 3s]. Gregório de Nissa, no entanto, foi de grande relevância na questão da procedência do Espírito [Vd. Contra Eunômio, 1.42; Contra Macedônio, 2.10,12,24], ainda que tenha deixado aberta uma fresta para a compreensão equivocada de que o Espírito procede do Pai através do Filho.

O terceiro destes pais, Gregório de Nazianzo (329-390) - que devido a sua profundidade teológica, deram-lhe o título de "o teólogo" (homologado em Calcedônia, 451) e, de "o Demóstenes cristão". Com ele a divindade do Espírito é declarada com todas as letras:

"... Sem confusão, existem Três Pessoas na Única natureza e dignidade da Divindade.

"Por conseguinte o Filho não é o Pai (é um só o Pai), mas é exatamente aquilo que o Pai é. Nem o Espírito é o Filho, por vir de Deus (um só é o Unigênito), é, porém, exatamente aquilo que o Filho é. Estes três são *um* pela Divindade, e, na unidade, são três por suas propriedades.

"Desse modo não são o *Um* de Sabélio nem os três da péssima divisão de hoje [modalismo].

– Que, então? O Espírito é Deus?

muito.[210] Diz ele: "Ora penso num, e logo três reluzem ao meu redor; ora me ponho a discernir três, e incontinenti me são reduzidos a um só".[b] É-nos necessário, pois, cuidar que não imaginemos uma trindade de Pessoas em Deus[c] presa à nossa inteligência, e reduzindo-a estritamente a essa unidade. Certamente os vocábulos presentes na expressão, do Pai e do Filho e do Espírito, indicam-nos uma real distinção, e assim não se pense que são diferentes títulos que se atribuem a Deus significando apenas diversos modos ou maneiras; mas devemos observar que é uma distinção, não uma divisão.

Distinção entre o Pai e o Filho

Paralelamente, o Pai celeste mostra que há uma propriedade distinta de Seu Filho quando Lhe chama, em Zacarias,[211] Seu companheiro ou Seu próximo.[a] Porque, assim como não há parentesco entre Deus e as criaturas, assim também, em contraste, esse nome não seria atribuído ao Filho se não fosse para assinalar alguma distinção entre Ele e o Pai. E novamente, o Filho se distingue do Pai quando fala da relação entre ambos, do que não Lhe falta testemunho.[212]

Nesse sentido se deve entender o que nos é dito, que o Pai "criou todas as coisas por sua palavra",[213] o que não poderia ser se não houvesse alguma diferença entre o Pai e o Filho. Ademais, o Pai não desceu à terra, mas o que aqui esteve saiu dele; e o Pai não morreu e ressuscitou, mas isso aconteceu com Aquele que por Ele foi enviado.

E não se diga que essa distinção teve origem quando o Filho se encarnou, pois é notório que antes disso o Filho único estava no seio do Pai. Portanto, quem se atreverá a dizer que só então Ele passou a existir como tal quando desceu do céu para assumir a nossa humanidade? Pois desde o princípio Ele reina na glória.[214]

– Perfeitamente, sem dúvida alguma.

– E é consubstancial?

– Sim, já que é Deus." [São Gregório de Nazianzo, Discursos Teológicos, Petrópolis, RJ., Vozes, 1984, XXXI.9-10].

[210] In sermone *De sacro baptismate* (margem de 1539).

[211] Zc 13.7.

[212] Jo 8 [notar os versículos 18, 19, 29 e 47].

[213] Hb 11.3 [tradução direta].

[214] Jo 2.11.

b. A citação é feita em grego, e depois é traduzida. Daí se conclui que Calvino conhecia uma edição anterior à de Basiléia, 1550, que os lexicógrafos citam como sendo a primeira.

c. O autor não rejeita o termo *persones* aplicado às relações internas ou propriedades da essência divina. Ele próprio emprega essa fórmula algumas páginas adiante. O que ele reprova é qualquer conceito de *pessoas* que implique triteísmo.

As *pessoas* divinas não são indivíduos separados como as *pessoas* humanas.

a. Em 1536 este assunto foi tratado brevemente, e a palavra de Zacarias foi traduzida por *cognatum* (em 1539: propinquum).

Distinção entre o Pai e o Espírito

A distinção entre o Pai e o Espírito Santo nos é assinalada quando é dito que Este procede do Pai; entre o Espírito e o Filho quando é denominado outro – como quando Jesus Cristo anunciou que viria outro Consolador,[215] e em muitas outras passagens. Pois bem, para expressar a natureza dessa distinção, não sei se é bom recurso aproveitar as semelhanças com coisas humanas. Os antigos se saíram bem nisso algumas vezes, mas, igualmente confessam que tudo quanto podem dizer é que não chegam muito perto. Portanto, tenho receio de empreender algo nesta altura, temendo que, se eu disser algo que não venha bem a propósito, dê ocasião aos maus de maldizer ou de mal julgar, e aos ignorantes de extraviar-se.

A ordem ou economia da Trindade Santa e Bendita

Não obstante, não convém dissimular ou disfarçar a distinção que a Escritura revela – que se atribuem ao Pai o início de toda ação e a fonte e origem de todas as coisas; ao Filho, a sabedoria, o conselho e a ordem de dispor tudo; ao Espírito Santo, o poder e a eficácia de toda ação. Além disso, embora a eternidade do Pai seja também a do Filho e do Seu Espírito, como Deus jamais pode ficar sem sabedoria e poder, e na eternidade não é preciso buscar nem primeiro nem segundo, a ordem que se observa entre o Pai e o Filho não é supérflua – que o Pai seja dito o primeiro; depois o Filho, como vindo do Pai; e então o Espírito Santo, como procedente do Pai e do Filho. O próprio entendimento de cada um de nós inclina-se naturalmente a considerar, primeiramente Deus, depois Sua sabedoria, e por fim o Seu poder, com o qual Ele põe em execução o que determinou por Sua sabedoria.

Por essa causa se diz que o Filho é produto do Pai e que o Espírito é produto de ambos, Pai e filho. Isso a Escritura repete freqüentes vezes, mais claramente em Romanos 8 que em nenhuma outra passagem. No texto citado o Espírito Santo é chamado indiferentemente, [ora Espírito "de Deus"], ora "Espírito de Cristo", ora Espírito daquele que ressuscitou a Jesus dentre os mortos [versículos 9 e 11). E com justiça, pois o apóstolo Pedro também dá testemunho de que pelo Espírito de Cristo falaram os profetas,[216] sendo que a Escritura freqüentemente ensina que Ele é o Espírito do Pai. Ora, tão longe essa distinção está de se contrapor à unidade de Deus que bem depressa se pode provar que o Filho e o Pai são um, visto que ambos têm um mesmo Espírito; e que o Espírito não é uma substância[a] diferente do Pai e do Filho, visto que é o Espírito deles.[217] Porque em cada Pessoa[b] deve-se subentender toda a natureza divina, com a propriedade que Lhe compete.[c]

---

[215] Jo 15.26.
[216] 1 Pe 1.10,11.
[217] [1539] Ver Agostinho, *Homeli. de tem.* 38, *de Trinit. et colum.;* Cirilo, lib. 7, *de Trinit.*
a. non aliud esse a patre et filio diversum.
b. hypostasi.
c. Termo do direito. 1539: subest.

O Pai está totalmente no Filho, e o Filho totalmente no Pai, como o próprio Filho afirma, dizendo: "eu estou no Pai e... o Pai está em mim".[218] Por isso todos os doutores da igreja não admitem nenhuma diferença quanto à essência entre as Pessoas da Trindade. Mas, conforme o sentido que dão, é necessário harmonizar as sentenças dos antigos, porque, por outro lado, parecem entrar em contradição, pois, às vezes dizem que o Pai é o "começo do Filho[a]", e às vezes ensinam que o Filho tem a Sua divindade e a Sua essência de Si mesmo[219].[220]

[1536] No tocante ao que os sabelianos cavilam, que se chama Deus de Pai, Filho ou Espírito do mesmo modo como Lhe chamam poderoso, bom, sábio e misericordioso, fácil é refutá-los, visto que estes últimos títulos são epítetos ou qualificativos para mostrar o que Deus é para conosco; os [três] primeiros vocábulos são nomes que demonstram quem[b] Ele é em Seu ser.[c]

---

a. Filii principium.

b. qualis.

c. Quer dizer: os termos Pai, Filho e Espírito Santo exprimem distinções de propriedades em Deus que subsistem independentemente da constituição do nosso espírito. Os epítetos que O caracterizam como poderoso, bom, sábio, misericordioso, designam, cada um deles, somente um aspecto da perfeição divina única, em suas relações múltiplas com os seres criados, e de modo fragmentado, pelo que à nossa inteligência parece limitado.

[218] Jo 14.10.

[219] (1539, margem) Idem, li, 3, diálogo *de Sabellianis*.

[220] Os nossos termos serão sempre limitados, meras alusões à complexidade do Ser divino, por isso, podemos no máximo, trabalhando dentro dos limites da Revelação, ter uma compreensão pálida deste mistério, que certamente ultrapassa em muito a nossa percepção e mais ainda, à nossa linguagem, no esforço de expressar o que percebemos; no entanto, se a doutrina da Trindade foi-nos revelada nas Escrituras, fazendo parte do desígnio de Deus, tem por certo "utilidade" para a vida da Igreja; nada na Escritura é ocioso (At 20.27/2Tm 3.16); ocioso e ingrato [Vd. J. Calvino, As Institutas, III.21.4], é deixar de considerar "todo o desígnio de Deus" [Vd. J. Calvino, As Institutas, III.21.3]. ou tentar ultrapassá-lo. Quanto a este último perigo, talvez mais tentador para nós teólogos, cabe a advertência de Calvino (1509-1564), ao encerrar o capítulo sobre a Trindade:

"Espero que pelo que temos dito, todos os que temem a Deus verão que ficam refutadas todas as calúnias com que Satanás tem pretendido até o dia de hoje perverter e obscurecer nossa verdadeira fé e religião. Finalmente confio em que toda esta matéria haja sido tratada fielmente, para que os leitores refreiem sua curiosidade e não suscitem, mais do que é lícito, molestas e intrincadas disputas, pois não é minha intenção satisfazer aos que colocam seu prazer em suscitar sem medida algumas novas especulações.

"Certamente, nem conscientemente nem por malícia omiti o que poderia ser contrário a mim. Mas como meu desejo é servir à Igreja, me pareceu que seria melhor não tocar nem revolver outras muitas questões de pouco proveito e que resultariam enfadonhas aos leitores. Porque, de que serve discutir se o Pai gera sempre? Tendo como indubitável que desde a eternidade há três Pessoas em Deus, este ato contínuo de gerar não é mais que uma fantasia supérflua e frívola." [J. Calvino, Institución, I.13.29].

Por outro lado, se os termos são imperfeitos e imprecisos, devemos sempre lembrar que somente a Escritura é inspirada e infalível, não os nossos termos e interpretações. O ponto, portanto, que deve ser priorizado, é a realidade por trás dos termos. Procede esta compreensão?, deve ser sempre a pergunta do estudante sincero, desejoso de conhecer mais a Palavra de Deus. Bavinck mais uma vez é-nos imprescindível em suas observações a respeito da elaboração doutrinária da Igreja:

"Para satisfazer a essa exigência a Igreja Cristã e a teologia cristã primitiva fizeram uso de várias palavras e expressões que não podem ser encontradas literalmente nas sagradas Escrituras. A Igreja começou a falar da *essência* de Deus e de três *pessoas* nessa essência do Ser divino. Ela falava de características *triúnas* e *trinitárias*, ou *essenciais* e *pessoais*, da *eterna geração* do Filho e da *procedência* do Espírito Santo do Pai e do filho, e outros termos semelhantes.

"Não há razão pela qual a Igreja Cristã e a teologia cristã não devam usar esses termos e expressões, pois as Sagradas Escrituras não foram dadas por Deus à Igreja para ser desconsideradamente repetida, mas para ser entendida em toda a sua plenitude e riqueza, e para ser reafirmada em sua própria linguagem para

[1539] Acresce que não é necessário que isso nos induza a confundir o Espírito com o Pai e com o Filho, uma vez que Deus é chamado Espírito. O certo é que não há nenhum inconveniente em que toda a essência de Deus seja espiritual e que nessa essência estejam compreendidos o Pai e o Filho e o Espírito Santo,[221] verdade declarada pela Escritura. Sim, pois, assim como dela ouvimos que Deus é chamado Espírito, também dela ouvimos que o Espírito é Deus e procede de Deus.

[1536] Quem não é amigo de contendas logo vê que numa simples essência divina está compreendido o Pai, com Sua Palavra e com Seu Espírito. A isso nem mesmo os mais rebeldes saberiam contradizer, pois o Pai é Deus, o Filho igualmente o é, e também o Espírito Santo. E, todavia, não pode haver mais que um Deus. Por outro lado, a Escritura menciona três, assinala três, distingue três. Portanto, há três, e um, a saber, um só Deus, uma essência. Quem e o que são os três? Não são três deuses, nem três essências, mas três propriedades.[d]

Os termos "hipóstase" e "pessoa"

Os antigos[a], para se referirem a cada um deles, diziam que havia uma essência[b] e três hipóstases[c] na referida essência. Os latinos, em acordo quanto ao sentido, mantiveram a primeira palavra; quanto à outra, deram uma explicação um pouco diferente. Diziam eles que [em Deus] há uma essência[d] e três pessoas[e], entendendo por este último vocábulo uma correspondência.[f]

que dessa forma possa proclamar os poderosos feitos de Deus. Além disso, tais termos e expressões são necessários para manter a verdade da Escritura contra seus oponentes e colocá-la em segurança contra equívocos e erros humanos. E a história tem mostrado através dos séculos que a despreocupação com esses nomes e a rejeição deles conduz a vários afastamentos da confissão.

"Ao mesmo tempo nós devemos, no uso desses termos, nos lembrar que eles são de origem humana e, portanto, limitados, sujeitos a erro e falíveis. Os Pais da Igreja sempre reconheceram isso. Por exemplo, eles afirmavam que o termo *pessoas*, que foi usado para designar as três formas de existência no Ser divino não fazem justiça à verdade, mas servem de ajuda para manter a verdade e eliminar o erro. A palavra foi escolhida, não porque fosse a mais precisa, mas porque nenhuma outra melhor foi encontrada. Nesse caso a palavra está atrás da idéia, e a idéia está atrás da realidade. Apesar de não poder preservar a realidade a não ser dessa forma, nós nunca devemos nos esquecer de que é a realidade que conta, e não a palavra. Certamente na glória outras e melhores palavras e expressões serão colocadas em nossos lábios." [Herman Bavinck, Our Reasonable Faith, 4ª ed. Grand Rapids, Michigan, Baker Book House, 1984, p. 157-158].

Na procedência do Espírito da parte do Pai e do Filho temos uma relação trinitária ontológica e econômica; em outros termos, partindo do princípio de que a revelação de Deus alude à essência de Deus; através da manifestação da Trindade, vemos, limitadamente, aspectos da relação essencial da Trindade. Privar-nos desta compreensão (procedência do Pai e do Filho) eqüivale a empobrecer a nossa compreensão de Deus conforme nos foi dado conhecer na Palavra e definitivamente em Jesus Cristo. Corremos o risco de cair parcialmente num agnosticismo teológico.

[221] Jo 4.23-26.

d. Três palavras acrescentadas em 1541.
a. orthodoxi veteres.
b. ousían (grego).
c. hypostáseis (grego)
d. essentia (quod nomen græco respondet).
e. 1536 e 1539: três in uma substantia subsistentias.
f. Relação (relation).

Os hereges logo procuraram derribar essas formulações. Há também alguns que, não sendo de todo maus, murmuram que os nomes essência e hipóstase foram inventados pelos homens, e que não se acham em parte alguma da Escritura. Mas, visto que eles não podem negar que há três numa mesma Divindade, por que essa obstinação em reprovar palavras que não significam outra coisa senão o que é testificado pela Escritura?

Dizem eles que seria melhor expediente manter, não somente o nosso entendimento, mas também a nossa boca, dentro dos limites da Escritura, em vez de divulgar palavras estranhas que semeiam discórdias e dissensões; porque de tal modo isso ocorre que se acaba morrendo na briga de palavras; e a verdade na contenda se perde, e o amor caridoso é destruído.

Mas, se consideram palavras estranhas[a] todas as que não se pode encontrar na Escritura sílaba por sílaba, eles nos impõem uma dura condição. Sim, porque, assim fazendo, eles condenam todas as nossas pregações, que não são compostas palavra por palavra da Escritura. Se considerassem palavras estranhas as que são curiosamente inventadas e defendidas supersticiosamente, causando mais contenda que edificação, as quais usurpam direitos sem necessidade e sem bom fruto, e pelas quais se suscita alguma ofensa aos fiéis, ou então poderiam afastar-nos da simplicidade da Escritura, eu aprovaria de coração[b] a sobriedade deles. Pois considero que não devemos falar de Deus com reverência inferior à reflexão sobre a Sua majestade, porque tudo o que pensamos por nós mesmos não passa de loucura, e tudo o que podemos falar é inepto.[c] Todavia, precisamos aqui manter algum meio, algum recurso.[d] É verdade que precisamos tomar da Escritura a norma que regule tanto os nossos pensamentos como as nossas palavras e à qual devemos recorrer, reportando a ela todas as cogitações do nosso espírito e todas as palavras da nossa boca. Mas, quem nos vai impedir de expor com palavras mais claras as coisas que a Escritura nos apresenta obscuramente? Claro, desde que o que dissermos sirva para expressar fielmente a verdade da Escritura, e que se faça isso sem exagerar na licença e que seja oportuno. Constantemente estamos vendo exemplos disso.[222]

[1539] E que acontecerá quando ficar provado que a igreja foi constrangida a fazer uso desses vocábulos referentes à Trindade e às Pessoas divinas?

[1536] Se, pois, alguém os reprovar a pretexto de que constituem novidade, não se poderá julgar que ele é incapaz de suportar a luz da verdade? Sim, porque

---

a. exoticum.

b. toto animo amplector.

c.1536: Tamen. 1539: A tradução francesa de 1541, aproximando-se mais do latim de 1536 que do de 1539, é uma das passagens que poderiam levar a crer que em 1541 Calvino mandou reimprimir certas páginas de uma tradução já feita (e talvez já publicada) antes de 1539, seguindo o texto de 1536.

d. modus.

222 "Sabemos que, ao citar as Escrituras, os apóstolos às vezes usavam uma linguagem mais livre do que a original, desde que ficassem satisfeitos se o que citavam se aplicasse bem a seu tema, e daí não se preocupavam muito com o uso [rigoroso] das palavras." [João Calvino, Romanos, 2ª ed. São Paulo, Parakletos, 2001, (Rm 3.4), p. 112].

o que ele censura é que se dê mais clara explicação do conteúdo da Escritura! Pois bem, essa novidade de palavras (se assim se lhe deve chamar) é principalmente necessária quando se faz necessário manter a verdade contra os caluniadores, que a torcem apresentando-a com evasivas. O que experimentamos hoje em dia mais do que seria de esperar*, tendo nós grande dificuldade em convencer os inimigos da verdade, pois eles se voltam para um lado e para outro como serpentes[a] e acham como escapar, a não ser que os pressionemos de perto e lhes metamos as garras, ou usemos de astúcia.

Os "pais" antigos foram forçados a lutar pela verdade

Foi assim que os antigos, perturbados por doutrinas nocivas, foram constrangidos a explicar em termos fáceis e bem conhecidos[b] o que sentiam, a fim de não dar aos ímpios nenhum lugar para subterfúgio, pois para estes a obscuridade de palavras tem servido de refúgio para ocultar os seus erros.

Ário põe as mangas de fora

Ário[c] confessava que Jesus Cristo é Deus e Filho de Deus, porque não podia resistir a tantos testemunhos da Escritura, e, como se tudo estivesse certo, dava a entender que concordava com os outros. Entretanto, não deixava de dizer que Cristo foi criado e que teve princípio como as criaturas. Os pais antigos, para desmascarar essa astúcia, foram além e declararam que Cristo é o Filho eterno de Deus e da mesma substância[d] do Seu Pai. Manifestou-se então às claras a impiedade dos arianos, pois não podiam suportar essa doutrina[e] e a tinham em execração, ou seja, essa doutrina lhes causava verdadeiro horror. A verdade é que, se desde o começo tivessem confessado sem fantasias que Jesus Cristo é Deus, não teriam negado a Sua essência divina[f].[223]

Quem se atreverá a acusar os bons pais de avidez por discórdias e dissensões, se por causa de uma pequena palavra eles se viram envolvidos em ardoroso

a. obliquo et volubili flexu lubrici angues.
b. exquisita perspicuitate.
c. Hoje em dia escreve-se: Arius (no texto: Arrius).
d. consubstantialem.
e. nomen ηομουσιον (grego) pessime odisse.
f. patri consubstantialem esse.

[223] Ário e seus discípulos, buscando apoio em textos tais como Jo 1.14; 3.16,18; Cl 1.15; 1Jo 4.9, ensinava que Deus, o Pai, criou o Filho primeiro e, através do Filho criou o Espírito, os homens e o mundo; portanto: Jesus é o primogênito do Pai e o Espírito é o primogênito do Filho. O Filho foi criado do nada; Ele veio a existência antes da fundação do mundo, mas ele não é eterno porque foi criado. Daí o "chavão" ariano: "Tempo houve em que Ele não existia." Portanto, sendo o Filho criado, não é Deus; conseqüentemente, Jesus não é da mesma essência ou natureza do Pai. A atribuição de títulos "Deus" e "Filho" feita a Jesus, era apenas de cortesia, resultante da graça.

Quando perseguido em 321, Ário buscou ajuda no seu antigo e poderoso amigo, o bispo Eusébio de Nicomédia († 342) – que batizaria o imperador Constantino, moribundo em maio de 337 –, escrevendo: "Somos perseguidos porque afirmamos que o Filho tem um início, enquanto que Deus é sem início (ἄναρχος)".[Ário a Eusébio, In: Socrates Scholasticus, Ecclesiastical History, I.5. NPNF2., Vol. 2, p. 3],

combate, chegando a abalar a tranqüilidade da igreja? Pois a verdade é que essa pequena palavra mostra a diferença entre os cristãos verdadeiros e os hereges.[224]

A heresia de Sabélio[225]

Sabélio se abriu.[a] Ele dizia que os vocábulos Pai, Filho e Espírito Santo não têm a menor importância e não têm nenhuma propriedade ou significação, que não a dos outros títulos de Deus. Tendo que discutir, reconhecia que o Pai é Deus, e semelhantemente o Filho e o Espírito Santo. Mas logo achou uma escapatória: dizia que o que tinha confessado era como se tivesse chamado Deus de bom, sábio, poderoso, etc. E assim retornava a uma outra cantilena, declarando que o Pai é o Filho, e o Filho é o Espírito Santo, sem nenhuma distinção. Os que naquele tempo consideravam como válida recomendação[b] a honra de Deus, para derribarem a malícia daquele homem, rebatiam-na tornando a demonstrar que é necessário reconhecer três propriedades num só Deus. E para se guarnecerem da verdade simples e franca contra as suas cavilações ou sofismas e sua astúcia oblíqua, sinuosa, afirmavam que permanecem em um só Deus três Pessoas, ou então (o que vem a dar na mesma), que em uma só essência divina há uma Trindade de Pessoas. Se, pois, esses nomes não foram inventados temerariamente, devemos cuidar de não atribuir-lhes temeridade, se lhes redargüirmos. Eu gosta-

---

[224] O ponto focal de Ário, é de que há um só Deus (Pai) não-gerado, sem começo, único, verdadeiro, único detentor de imortalidade. Para os arianos, Jesus Cristo não era da mesma substância do Pai (ὁμοούσιος) ("da mesma natureza"), mas sim de uma substância similar (ὁμοιούσιος)("de natureza semelhante"). Esse "iota" grego fazia toda a diferença entre um cristianismo bíblico e um cristianismo forjado pela imaginação do homem.

[225] Sabélio, presbítero de Ptolemaida (250 AD), foi o principal representante do Monarquianismo modalista Esta forma de modalismo, foi conhecida no Ocidente como "*Patripassianismo*" (O Pai se encarnou e também sofreu) e no Oriente como "*Sabelianismo*".

Para Sabélio, não havia Trindade; Pai, Filho e Espírito Santo, eram apenas nomes diferentes para a mesma realidade; deste modo, os três eram apenas (Πρόσωπατα) (semblantes, faces) e não seres independentes. Ele considerava as três Pessoas da Trindade como três diferentes modos de ação ou manifestação divina, as quais Deus assume sucessivamente, revelando-se como *Pai* na criação e na doação da Lei; como *Filho* na encarnação e como *Espírito* na regeneração e santificação. Deste modo há apenas um única Pessoa; ficando a *Trindade reduzida a três modos de manifestação*.

Epifânio, bispo de Salamis, descrevendo os ensinamentos do *Sabelianismo*, escreveu por volta do ano 375: (continua na pág. seguinte)

"Ensinam que o Pai, o Filho e o Espírito Santo são uma só e mesma essência, três nomes apenas dados a uma só e mesma substância". *À frente Epifânio cita uma analogia utilizada:* "Tome-se o sol: o sol é uma só substância, mas com tríplice manifestação: luz, calor e globo solar. O calor... é (análogo a) o Espírito; a luz, ao Filho; enquanto o Pai é representado pela verdadeira substância. Em certo momento, o Filho foi emitido como um raio de luz; cumpriu no mundo o que cabia à dispensação do Evangelho e à salvação dos homens, e retirou-se para os céus, semelhantemente ao raio enviado pelo sol que é novamente incorporado a ele. O Espírito Santo é enviado mais sigilosamente ao mundo e, sucessivamente, aos indivíduos dignos de o receberem...". [In: H. Bettenson, Documentos da Igreja Cristã, São Paulo, ASTE, 1967, p. 71].

Implicações desta doutrina:

1) Não há Trindade.

2) As três formas de Revelação não são co-eternas.

3) Há apenas três MODOS da mesma Pessoa, e não três Pessoas.

a. postea.

b. pietas cordi erat.

ria que fossem mantidos ocultos[c], desde que esta fé prevalecesse em todo o mundo: O Pai e o Filho e o Espírito Santo são um só Deus, e, todavia, o Filho não é o Pai, nem o Espírito é o Filho, mas há distinção de propriedade.

[1539] Bem certo é que o nome hipóstase é empregado pelo apóstolo[226] com a mesma significação, como me parece, com que os antigos o entendem, quando ele declara que o Filho é a imagem da Hipóstase de Deus, Seu Pai. Porque eu não concordo com aqueles que, em vez disso, entendem hipóstase por essência, explicando o termo como se Cristo representasse em Si o rosto de Seu Pai, como a cera faz a figura do carimbo. Mas a minha opinião é antes a de que este é o sentido do que o apóstolo diz: que o Pai, embora tendo a Sua propriedade distinta, expressa-se, contudo, tão vividamente em Seu Filho que a Sua própria Hipóstase, quer dizer, a Sua Pessoa, nele reluz e se manifesta.[a] Porquanto seria impróprio chamar de imagem a essência de Seu Pai, visto que Ele a contém inteiramente em Si, não uma parte apenas, nem que ela Lhe tenha sido transferida, mas, sim, perfeitamente.

Logomaquia – briga de palavras – não leva a nada de bom

De resto, não sou tão rude e tão extremista ao ponto de querer suscitar um grande combate por causa de simples palavras. Já me apercebi de que os antigos pais, por mais que se empenhassem em falar com grande reverência sobre este assunto, nem sempre estavam plenamente de acordo; e até alguns deles nem sempre falavam da mesma maneira. Sim, pois, que locuções e formas de falar dos concílios que Hilário[b] [de Poitiers] condescende em usar! Que dureza de linguagem, a de Agostinho às vezes! Que diferença entre os gregos e os latinos! Um só exemplo será suficiente para mostrar essa variedade. Para interpretar a palavra grega HOMOOUSIOS [substância ou essência igual], os latinos diziam que o Filho é consubstancial com o Pai, significando que Ele é da mesma substância do Pai. Com isso eles tomavam a palavra substância no sentido do termo essência. Contrariamente, lê-se mais de cem vezes em Hilário que há três substâncias em Deus.[227] De fato, Hilário acusa de grave crime a temeridade de sujeitar ao perigo da palavra humana coisas que devem ser mantidas em segredo no íntimo, sem dissimular que fazer isso é pretender ou realizar coisas ilícitas, presumir coisas não concedidas, expressar coisas inenarráveis. Pouco depois de escrever essas palavras, Hilário pede desculpas por se sentir forçado a introduzir novos vocábulos. Porque, depois de fazer uso dos nomes naturais, Pai, Filho e Espírito Santo, ele acrescenta que tudo o que se pode

[226] Hb 1.3.

[227] Lib. II, *de Trinit*.

c. Calvino gostaria que a igreja permanecesse nessa "sobriedade" de restringir-se a ensinar palavras bíblicas. Mas reconhece que é forçado a criar palavras de combate para defender-se das heresias. Contudo, ele as evita, e o seu primeiro catecismo não contém a palavra Trindade – o que levou Caroli a acusá-lo de não não ser trinitário!

a. Esta exegese harmoniza-se com a palavra de Jesus a Filipe: "Quem me vê a mim vê o Pai" (Jo 14.9).

b. Calvino pôde ler as obras de Hilário de Poitiers na edição de Erasmo (Basiléia, 1523).

buscar além disso é sobretudo toda a eloqüência, a inteligência dos nossos sentidos e a concepção do nosso entendimento. E noutra passagem[228] ele mostra que considera felizes os bispos da Gália por não terem, nem inventado, nem recebido, e nem mesmo conhecido outra confissão, senão a primeira e a mais simples já dada a todas as igrejas desde o tempo dos apóstolos.

Tal modéstia desse santo personagem nos serve de advertência para que não nos precipitemos a condenar os que não se dispõem a subscrever as nossas palavras. Mas é necessário ensinar as pessoa simples, cuja necessidade nos constrange a falar deste modo e a acostumá-las pouco a pouco ao nosso estilo. Também nos sentimos constrangidos a admoestá-las amigavelmente, para que [1536], quando for necessário impedir, por um lado, a ação dos arianos e, por outro, a dos sabelianos, elas não nos dificultem, levando-nos a suspeitar que favorecem os erros deles[a].

Ário diz bem quando afirma que Cristo é Deus; mas às ocultas forja sofismas para dizer que Ele foi criado[b] e que teve princípio.[229] Ele confessa que Cristo e o Pai são unidos, mas sopra[c] nos ouvidos dos seus discípulos que essa união com o Pai é como a dos outros crentes, embora haja no caso de Cristo um privilégio singular. Que se diga que Cristo é da mesma substância do Pai, e se destruirá a broca da sua malícia, sem nada se acrescentar à Escritura.

Sabélio afirma que os nomes Pai, Filho e Espírito Santo não significam nenhuma distinção em Deus. Se se disser que há três coisas em Deus, ele gritará que se quer criar três Deuses. Que se diga que numa só essência divina há uma Trindade de Pessoas; com isso se estará explicando simplesmente o que a Escritura ensina, e se estará fechando a boca desse herege.

Conclusão desta parte

Se alguns, dificultados por sua superstição, não podem suportar esses vocábulos, ninguém poderá negar que, quando ouvimos a Escritura anunciar que só existe um Deus, não deixamos de entender que se trata da unidade da essência divina; e quando ela menciona três, não deixamos de considerar que são três propriedades diversas.

[1539] Quando isso for confessado com simplicidade e sem fraude, não precisaremos preocupar-nos com as palavras.

---

a. Mais tarde Calvino retoma esta argumentação em seu comentário sobre o versículo primeiro de Gênesis.
b. mussitat factum esse.
c. insusurrat.
[228] De conciliis.
[229] "Com efeito, que se diz o Verbo haver-Se feito carne (Jo 1.14), não se deve assim entender que se haja sido Ele ou convertido em carne, ou confusamente misturado à carne; ao contrário, porque no ventre da Virgem para Si escolheu um templo em que habitasse, e Aquele Que era o Filho de Deus Se fez o Filho do Homem, não mediante confusão de substância, mas mercê de unidade de pessoa. Pois, na verdade, afirmamos ser a Divindade assim associada e unida à humanidade que a cada natureza permaneça integral sua propriedade e, todavia, dessas duas constitua um Cristo único." [J. Calvino, As Institutas, II.14.1].

Explicação do Símbolo ou Credo dos Apóstolos

Vejamos agora a explicação do símbolo:

PRIMEIRA PARTE

Creio em Deus Pai, todo-poderoso.

Pois bem, primeiro é preciso observar a maneira de falar. Porque crer em Deus quer dizer recebê-lo e reconhecê-lo como nosso Deus, para aderirmos a Ele e à Sua Palavra. Trata-se de uma locução hebraica[a] segundo a qual crer em Deus é crer que Ele existe, e acreditar nele [em Sua veracidade], incluindo a fé[b], embora esta signifique algo mais elevado, pode-se dizer. Aqui, pois, os crentes declaram[c] que recebem e conhecem Deus como Deus deles, certos de que Ele os reconheçe como Seus servos, podendo então gloriar-se com todo o Seu povo, dizendo: "Tu és o nosso Deus desde o princípio".[230] Por isso não morremos. Sim, pois, quando O temos como o nosso Deus, temos nele vida e salvação. Para fortalecer essa confiança, vem aqui ligado o nome de Pai. Porquanto, por intermédio de Seu amado Filho, em quem está todo o Seu prazer, Ele se declarou nosso Pai,[231] e, portanto, recebe-nos e estabelece um parentesco espiritual entre nós e Ele – "de quem toma o nome toda família, tanto no céu como sobre a terra", diz o apóstolo Paulo.[232] No instante em que a fé se eleva a Deus, tem-no por Pai, sabendo que não O pode compreender sem o Seu Filho, pelo qual tão grande bem nos é comunicado. Ora, se para nós Ele é Pai, nós somos como filhos para Ele, e, se somos Seus filhos, somos igualmente Seus herdeiros.

[1536] Nós Lhe atribuímos todo o poder, não como o imaginam os sofistas, um poder vão, letárgico, ocioso, mas, sim, pleno de eficácia e de ação.

[1539] Porque Deus é descrito como todo-poderoso, não apenas porque Ele pode fazer todas as coisas, e contudo descansa, mas também tendo em vista que Ele tem todas as coisas em Suas mãos, governa o céu e a terra por Sua providência, e faz e dispõe de todas as coisas conforme o Seu propósito e a Sua vontade.[233] O fato é que, se Ele faz tudo o que bem Lhe parece e nada se subtrai à Sua providência, segue-se que tudo é feito por Seu poder e por Sua ordem. Mas toca-

a. Calvino pôde aprender hebraico em 1531, ao lado de seu compatriota Vatable – ambos eram da Picardia. Vatable era professor no "Collège de France". Calvino aperfeiçoou-se no hebraico em Basiléia, ao lado de Sébastien Munster. Nunca é demais lembrar, que Calvino dominava o latim, hebraico e grego.

b. Por exemplo: Gn 15.6, a Bíblia de 1535 traduz: "Abraão creu no Senhor".

c. pii... profitentur. Este é o sentido afirmativo (declarar) que *protestari* tinha em 1529, por ocasião da Dieta de Spira (onde a palavra *protestante* teve origem), na *Instrução* de 1537 (art. I) etc.

230 Hc 1.12 [tradução direta].

231 Mt 1 [ver Mt 6.8,9].

232 Ef 3.15.

233 Sl 115.

mos neste assunto brevemente por ora, porque o adiamos para dar-lhe tratamento mais amplo noutro lugar.[a]

Note-se que a fé mune-se de dupla consolação com o poder de Deus. Primeiro, porque sabe que Ele tem amplíssimo poder e disposição para fazer-nos bem, visto que o Seu braço se estende para reger e governar todas as coisas, que o céu e a terra Lhe pertencem, e que também é dele o senhorio. E toda criatura depende de Sua boa vontade aplicada a levar avante a salvação dos crentes. Segundo, porque vê que em Sua proteção há segurança suficiente, visto que todas as coisas que poderiam frustrá-lo estão sujeitas à Sua vontade.[234] E que o Diabo é reprimido por Sua vontade, como que por rédeas – ele e todas as suas maquinações. Em resumo, porque tudo quanto poderia contrapor-se à nossa salvação é submisso a Seu comando.[235]

Criador do céu e da terra.

Embora a mente dos ímpios, em sua observação do mundo, seja constrangida a reconhecer o Criador, todavia a fé tem um modo particular de ver em Deus o Criador do céu e da terra. Por essa razão diz o apóstolo: "Pela fé entendemos que foi o universo formado pela palavra de Deus".[236] E a verdade é que não podemos entender, senão pela fé, que isso equivale a chamar Deus de Criador do mundo, como[b] bem parece* que o compreendemos com o espírito e o confessamos com a boca.[237] Porque a inteligência da nossa carne, após ter tido noção do poder de Deus uma vez na criação, fica nisso; e se vai um pouco mais longe, só considera o Seu poder e a Sua sabedoria, de que Ele fez uso para realizar tal obra. E depois, a inteligência da carne atribui à ação de todas as criaturas toda e qualquer ação geral praticada visando a preservar e a dirigir as coisas criadas.

A fé, porém, eleva-se muito acima disso. Sim, porque, após entender que Deus é o Criador do mundo, ela O reconhece também como o Mantenedor e Governador[c] perpétuo [do universo]. E, graças a um processo universal que ignoro, Ele conduz tanto a nave universal do mundo como também todas as suas partes componentes, mas a fé compreende a Sua providência singular, pela qual Ele mantém, preserva e vivifica todas as coisas que Ele criou, até as mais diminu-

---

a. Adiante, Livro III, cap. VIII, *Sobre a Predestinação e a Providência de Deus.*

b. utcunque.

c. moderatorem.

234 "Seja o que for que Deus tenha que fazer, inquestionavelmente o fará, se Ele o tiver prometido." [João Calvino, Efésios, (Ef 3.20-21), p. 106].

235 "Como é possível temermos quando o Deus que nos cobre com a sombra de suas asas é o mesmo que governa o universo com um gesto seu, mantém secretas as cadeias do diabo e de todos os ímpios, e eficazmente administra os desígnios e intrigas deles?" [J. Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 1, (Sl 62.11), p. 584].

236 Hb 11.3.

237 "É tão-somente pela fé que chegamos a entender que o mundo foi criado por Deus." [João Calvino, Expo-

tas aves dos céus.[a] E embora a diferença não pareça tão grande, na verdade a sabedoria humana não sobe jamais ao nível da meditação à qual Davi dá curso no Salmo 104, principalmente na conclusão, onde ele diz: "Todos esperam de ti que lhes dês de comer a seu tempo. Se lhes dás, eles o recolhem; se abres a mão, eles se fartam de bens. Se ocultas o rosto, eles se perturbam; se lhes cortas a respiração, morrem e voltam ao seu pó. Envias o teu Espírito, eles são criados, e, assim, renovas a face da terra".[238] Sentenças semelhantes a essas estão em toda parte na Escritura, como, por exemplo, quando se diz que em Deus "vivemos, e nos movemos, e existimos";[239] que da Sua mão o orvalho e a chuva são esparsos sobre a terra para regar os campos,[b] que por Seu mando o céu se enrijece como ferro; que dele vêm a paz e a guerra, a luz e as trevas, as epidemias e a saúde,[c] a abundância e a fome, e todas as demais coisas, conforme Lhe pareça bem demonstrar a Sua bondade fazendo o bem, ou declarar o rigor do Seu julgamento pela severidade.[240]

Bondosa providência; ira judiciosa

Pois bem, disso vem uma singular consolação à consciência fiel; é que se Ele abre o Seu coração e dá alimento aos filhotes do corvo que imploram Seu auxílio, com muito maior razão nos dará sustento, a nós, que somos o Seu povo e ovelhas do Seu rebanho.[241] Se um pardal não cai em terra sem o Seu consentimento e sem a Sua vontade,[242] com muito maior razão Ele vela por nosso bem-estar e cuida de nós com toda a solicitude, visto que prometeu proteger-nos como a menina do

a. minimum usque passerem. O pseudônimo *Passelius* (tomado do povoado de Passel, próximo de Noyon), que Calvino usava às vezes, agradava-lhe, talvez, por sua semelhança com *"passer"*.

b. Algumas dessas expressões acham-se no preâmbulo de 1536, mas a distinção entre providência particular e geral não era feita expressamente.

c. Desde outubro de 1536 Calvino fala de sua saúde deteriorada: fracta valetudo (Herminjard, IV, p. 90); no fim de março de 1539 ele escreveu a Farel: "Não posso me tratar como tu me recomendas"(*Opera*, Xb, p. 332); o clima de Estrasburgo o fez contrair febres, sem falar da "peste" que, em 1541, fez perecer a mulher de Bucer, enquanto a de Calvino se refugiava na casa do seu irmão. (A primeira edição latina e a segunda francesa das Institutas situam-se precisamente entre 1536 e 1541.)
sição de Hebreus, (Hb 11.3), p. 298]. "Em toda a arquitetura de seu universo, Deus nos imprimiu uma clara evidência de sua eterna sabedoria, munificência e poder; e embora em sua própria natureza nos seja ele invisível, em certa medida se nos faz visível em suas obras. O mundo, portanto, é com razão chamado o espelho da divindade, não porque haja nele suficiente clareza para que os homens alcancem perfeito conhecimento de Deus, só pela contemplação do mundo, mas porque ele se faz conhecer aos incrédulos de tal maneira que tira deles qualquer chance de justificarem sua ignorância. (...) O mundo foi fundado com esse propósito, a saber: para que servisse de palco à glória divina." [João Calvino, Exposição de Hebreus, (Hb 11.3), p. 300-301].

238 Sl 104.27-30.

239 Comentando o Salmo 62, Calvino escreve: "O Deus que governa o mundo por sua providência o julgará com justiça. A expectativa disto, devidamente apreciada, terá um feliz efeito na disposição de nossa mente, acalmando a impaciência e restringindo qualquer disposição ao ressentimento e retaliação em face de nossas injúrias." [João Calvino,, O Livro dos Salmos, Vol. 2, (Sl 62.12), p. 584].

240 Sl 79.13.

241 Mt 10.29-31.

242 Zc 2.8.

seu olho.[243] Se "não só de pão viverá o homem, mas de toda palavra que procede da boca de Deus",[244] certo é que Ele nos supre do que nos promete, que jamais faltará o Seu auxílio, visto que unicamente a Sua Palavra nos pode nutrir.[245]

Por outro lado, o homem de fé, vendo alguma esterilidade, fome ou pestilência, reconhece logo a ira de Deus, e não atribui esses males à má sorte.[246]

Desafiadora conclusão

Finalmente, entendendo que Ele é o nosso Criador, o nosso Tutor e o nosso Sustentador, o homem de fé concluirá que nós existimos para Ele, não só para nós, que precisamos viver de acordo com a Sua vontade, e não com a nossa, e que a Ele a nossa vida deve reportar-se, com todos os seus atos e feitos, visto que o fundamento e a razão de ser da nossa vida é a graça[a] de Deus.[247]

A glória da criação restringe-se ao Pai?

Agora, para que ninguém se preocupe com o fato de que a glória da criação de todas as coisas é atribuída ao Pai, como se por isso o Filho e o Espírito Santo estivessem excluídos, devemos notar que devemos entender este ponto segundo as propriedades pessoais que explicamos que há em Deus. Porque, como o princípio de todas as coisas se atribui ao Pai, ou, melhor dizendo, na verdade Ele fez todas as coisas, não obstante as fez com Sua sabedoria e por Seu Espírito[b].[248]

---

a. Aqui, em 1539, um dos raros parágrafos não traduzidos em 1541: "Quo mihi pertinere vox illa patris videtur (utrumque nasutiores quidam reclament): 'Faciamus hominem ad imaginem et similitudinem nostram' (*Gen.* 1), quam nec cum angelis deliberat: nec cœlum aut terram ad ferendas sibi suppetias accersit, ut Judei quidam somniant, nec seipsum alloquitur, ut absurde interpretantur alii: sed sapientiæ suæ consilium, et suam virtutem in operis consortium advocat".

b. in sapientia et per spiritum.

[243] Mt 4.4.

[244] "Elimine-se o evangelho, e todos permaneceremos malditos e mortos à vista de Deus. Esta mesma Palavra, por meio da qual somos gerados, passa a ser leite para nos criar, bem como alimento sólido para a nossa nutrição contínua."[João Calvino, Exposição de 1 Coríntios, (1Co 4.15), p. 143].

[245] "Notamos que a maioria atribui à fortuna o que deveria ser atribuído à providência de Deus." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 2, (Sl 46.8), p. 336]. "Somente os fiéis são sensíveis à ira de Deus; e sendo dominados por ela, reconhecem que nada são, e com verdadeira humildade se devotam totalmente a Ele." [João Calvino, O Livro dos Salmos, São Paulo, Parakletos, 2002, Vol. 3, (Sl 90.11), p. 439].

[246] "O conhecimento do divino favor, é verdade, deve ser buscado na Palavra de Deus; a fé não possui nenhum outro fundamento no qual possa descansar com segurança, exceto a Palavra; mas quando Deus estende sua mão para ajudar-nos, a experiência disto é uma profunda confirmação tanto da Palavra quando da fé." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 2, (Sl 43.2), p. 276].

[247] "Existe diante de nossos olhos, em toda a ordem da natureza, os mais ricos elementos a manifestarem a glória de Deus, mas, visto que somos inquestionavelmente mais poderosamente afetados com o que nós mesmos experimentamos, Davi, neste Salmo, com grande propriedade, expressamente celebra o favor especial que Deus manifesta no interesse da humanidade. Posto que este, de todos os objetos que se acham expostos à nossa contemplação, é o mais nítido espelho no qual podemos contemplar sua glória." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 1, (Sl 8.1), p. 356].

[248] "Embora Deus no fim converta em bem tudo quanto Satanás e os réprobos tramam e praticam contra Ele ou Seu povo, todavia a Igreja, em cujo seio Deus governa com autoridade imperturbável, tem neste aspecto um

Se, pois, quisermos com proveito reconhecer que Deus é o Criador do céu e da terra, e Pai todo-poderoso, [1536] precisaremos colocar-nos na dependência da Sua providência. Em função disso, devemos considerar em nosso coração a Sua clemência e a Sua benignidade paternal, engrandecê-lo com a nossa boca, honrar, temer e amar um Pai assim tão bom, dedicar-nos ao Seu serviço, receber bem todas as coisas da Sua mão, mesmo aquelas que nos parecem mais opostas ao nosso proveito, considerando que, quando sofremos adversidade e aflições,[a] Sua providência faz isso para o nosso bem e para a nossa salvação. Portanto, qualquer coisa que nos advenha, jamais nos fará duvidar de que isso nos é favorável e de que Deus nos ama, tendo Ele como propósito o progresso da nossa vida como salvos.[249] Por isso, para nos capacitar para tal confiança foi composta a primeira parte do Símbolo.[250]

SEGUNDA PARTE

Em Jesus Cristo, Seu único Filho, nosso Senhor.[b]

[1539] O que dissemos, que Jesus Cristo é o legítimo alvo e objeto da nossa fé, vê-se facilmente no fato de que todas as partes da nossa salvação são aqui enumeradas e concluídas nele[c]. Porque, como diz o profeta, o Senhor saiu para salvar Seu povo,[251] para salvá-lo Ele saiu com Cristo. Pois pela mão dele o Senhor realizou a obra da Sua misericórdia, isto é, a redenção do Seu povo.

[Consideremos os termos deste artigo de fé.]

Jesus

Primeiramente, o nosso Redentor é chamado Jesus, título dado a Ele diretamente pelo Pai. Este nome descreve o fato de que Ele foi enviado para salvar o Seu povo e libertá-lo do pecado.[d] Portanto, em Cristo é que encontramos salvação, e em

---

a. dum afflictionum asperitate exercet. Ver a nota b da p. 47.
Esta idéia será desenvolvida no cap. XVII, *Sobre a Vida Cristã*, acrescentado em 1539.

b. *Institutio*, 1536: Todo o texto latino do artigo do *Credo* é reproduzido.
Instrução de 1537: E em Jesus Cristo, Seu único Filho, nosso Senhor.

c. 1537: O que temos ensinado, que Cristo é o próprio objeto da nossa fé, vê-se facilmente do fato de que todas as partes da nossa salvação são aqui representadas nele.

d. 1537: Nós O chamamos Jesus, nome que foi honrado por uma revelação celeste, porque Ele foi enviado para salvar o Seu povo dos pecados deles.
privilégio especial. Por meio de sua providência, a qual nos é incompreensível, Ele dirige externamente Suas obras em relação aos réprobos; porém governa Seu povo crente interiormente por meio de Seu Espírito; e por isso propriamente se diz que Ele ordena ou dirige as obras de Suas mãos." [João Calvino, O Livro dos Salmos, São Paulo, Parakletos, 2002, Vol. 3, (Sl 90.17), p. 443].

[249] "O verdadeiro cristão possui uma doce consolação que lhe proporciona mais satisfação que o maior dos bem-estares humanos, pois está convencido de que todos seus assuntos são regulados pelo Senhor, seguindo Seu eterno propósito para com os Seus." (João Calvino, A Verdadeira Vida Cristã, São Paulo, Novo Século, 2000, p. 42).

[250] Hc 3.8-20.

[251] Mt 1.20,21.

nenhum outro, em nenhum outro lugar. Temos aqui esta razão disso: Não foi por acaso, nem por temeridade ou atrevimento abusivo que Lhe foi dado o nome de Jesus,[a] e não é sem justo motivo que, por mandado de Deus, o anjo Lhe chamou assim,[252] mas foi feito isso a fim de que, afastados de todas as fantasias que nos levariam a buscar a salvação noutra parte, nós O tenhamos como o nosso único Salvador. Por essa causa a Escritura proclama que abaixo do céu não existe nenhum outro nome dado aos homens no qual pudessem encontrar salvação.[253] Logo, esse nome diz a todos os crentes que só em Jesus Cristo devem buscar salvação, e lhes garante que nele a encontrarão.[254]

Cristo

O título Cristo, que quer dizer Ungido,[b] é-lhe acrescentado. Embora esse título seja atribuído a outros por alguma razão, todavia a Jesus pertence como um privilégio singular,[c] sabendo-se que o Senhor unge todos aqueles sobre os quais Ele derrama as graças ou favores do Seu Espírito.

Pois uma coisa é certa: Jamais houve um verdadeiro crente sobre quem não tenha sido feita esta unção espiritual. Dessa verdade decorre que todos os crentes são ungidos de Deus.

Os profetas também tiveram a sua unção, como também os reis e os sacerdotes; não somente a unção exterior e cerimonial, da qual fala o Antigo Testamento, mas uma unção espiritual. Porque é próprio que o profeta, que deve ser mensageiro de Deus entre os homens, receba as graças ou os favores singulares do Espírito Santo; igualmente o sacerdote, chamado anjo do Deus vivo; e finalmente os reis, que levam em si a imagem de Deus na terra.

A unção divina, um sacramento

Por isso, o óleo material com o qual eram ungidos os profetas, os sacerdotes e os reis, por este meio consagrados para os seus ofícios, não é um sinal[d] vão e destituído de importância, mas é como um sacramento da verdadeira unção espiritual. Não obstante, todas essas unções nada são, comparadas com o valor da unção do nosso Salvador, porque todos aqueles outros homens receberam diversas porções de graças e favores, conforme a medida em que a Deus aprouve concedê-las. Tanto que nenhum deles as teve todas. Somente Jesus Cristo as teve em sua plenitude.

---

a. per antonomasiam.
b. *Instrução* de 1537: O título Cristo significa que Ele está plenamente embebido de todas as graças do Espírito Santo, etc.
c. peculiari jure (termo do direito romano).
d. symbolum.
252 At 4.12.
253 "Fora de Cristo nada existe senão ídolos". [João Calvino, Efésios, (Ef 2.12), p. 68].Ver: J. Calvino, As Institutas, II.13.1-2.
254 Sl 45.7.

Note-se, nesse sentido, que João, explicando mais abertamente o que tinha sido predito a respeito de Cristo, a saber, que Deus O "ungiu com o óleo da alegria, como a nenhum dos seus companheiros",[255] declara que "o Pai não lhe deu o Espírito por medida".[256] E a razão disso é clara: Para que todos nós pudéssemos receber da Sua plenitude graça sobre graça [Jo 1.16]. Por esse motivo outro profeta predisse que sobre Jesus Cristo repousaria o Espírito do Senhor,[257] não apenas para conferir-lhe só uma graça, mas para equipá-lo[a] revestindo-o de sabedoria, entendimento, força, conselho, conhecimento e piedade, ou "temor do Senhor" [Almeida]. Essa profecia cumpriu-se visivelmente, quando o Espírito manifestou-se no batismo, descendo sobre Ele e repousando nele. Por isso é mais que justo que o título Cristo seja atribuído por excelência ao nosso Senhor.

Sem a Unção, somos nulidade!

Pois bem, boa razão há para que o Espírito de Deus seja chamado Unção, e que Suas graças, Seus favores, sejam chamados óleo. Sim, pois, se não formos ungidos por Ele, fracassaremos, porque nada temos em nós mesmos, senão esterilidade e aridez, e permaneceremos totalmente despojados do vigor da vida. Portanto, o Espírito de Deus, tendo-se derramado em plena amplitude sobre Jesus, escolheu Sua alma como Sua própria sede, para dela gotejar sobre nós, como de uma fonte única.[258] Em decorrência disso, como é verdade que o óleo do Espírito Santo é derramado sobre todos os crentes verdadeiros, esse derramamento só ocorre pela participação de Jesus, de modo tal que, quanto cada um recebe é quanto lhe foi comunicado pelo Espírito em ação conjunta com Jesus.

Diferença entre a unção de Jesus e a nossa

Vejamos em poucas palavras a diferença que há entre a unção do nosso Salvador e a nossa. É que ao nosso Senhor foram dados inteiramente, e em toda a amplitude, sem medida, todos os tesouros das Suas riquezas espirituais, que Ele reparte dando a cada um de nós alguma porção. Ademais, Deus fez repousar plenamente o Seu Espírito sobre Jesus para que Ele fosse uma fonte para nós, a fim de recebermos por meio dele da Sua plenitude e, associados a Ele, pudéssemos, nessa comunhão, participar das graças do Espírito Santo.

---

a. Estas expressões, e o equivalente do se segue, acham-se muito mais adiante no texto de 1536.

[255] Jo 3.34 [tradução direta].

[256] Is 11.1,2.

[257] Temos hoje, "umas poucas gotas do Espírito" [João Calvino, Exposição de Romanos, (Rm 8.23), p. 287]. Estejamos atentos à figura de Calvino. Comentando Tt 3.6, diz: ".... uma gota do Espírito, por assim dizer, por menor que seja, é como uma fonte a fluir tão abundantemente que jamais secará." [J. Calvino, As Pastorais, (Tt 3.6), p. 351].

[258] Sl 2.

[1536] Além disso, por essa unção, Jesus Cristo foi ordenado Rei por Seu Pai, para sujeitar a Si todo o poder, no céu e na terra, como nos ensina o salmista.[259] [1539] Ele foi igualmente consagrado Sacerdote, para desempenhar o ofício de Intercessor perante Seu Pai.[260]

Benefícios dos ofícios de Cristo para os crentes

Essas coisas são de grande importância para confirmar e fortalecer a nossa fé.

Tratando-se do Reino, este não é carnal ou terreno, para estar sujeito à corrupção, mas é espiritual, pelo que pertence mormente à vida futura e ao reino celestial. Ademais, Seu modo de reinar não é tanto para o Seu proveito como o é para o nosso, porque Ele nos arma e nos fortalece com o Seu poder, reveste-nos dos ornamentos da Sua magnificência e nos enriquece de bens. Em resumo, Ele nos eleva e nos exalta pela majestade do Seu reino. Sim, pois, na comunhão pela qual Ele se junta a nós, Ele nos torna reis, equipando-nos com o Seu poder para guerrearmos contra o Diabo, o pecado e a morte; vestindo-nos e ornando-nos com os paramentos de Sua justiça, na esperança da imortalidade; enchendo-nos de riquezas de Sua santidade, para frutificarmos para Deus pelas boas obras.[261]

Quanto a Seu ofício de Sacerdote, não é menor o nosso proveito. Não somente porque, por Sua intercessão, Ele torna o Pai propício a nós, em virtude da reconciliação eterna que Ele efetuou por Sua morte, mas também porque Ele nos recebe em sociedade e na participação daquele Seu ato sacrificial.

[1536] De tal maneira age Ele como nosso Intercessor e Mediador[a], que nos torna possível oferecer ao Pai celestial orações, ações de graças, nós mesmos, e tudo o que de nós procede. [1539] Portanto, o que o nosso Senhor prometeu antigamente a Seu povo, a saber, que eles seriam reis e sacerdotes,[262] hoje se cumpre para nós em nosso Salvador, o que já nos habilita a entrar no reino de justiça e no santo tabernáculo de Deus.

---

a. O tratado de Lutero (1525): *Unum Christum mediatorem*, tinha sido traduzido e impresso em Genebra por J. Gerard em 1528. *Sobre um Só Mediador entre Deus e os Homens.*

[259] Calvino vê na indicação de Jesus como o Cristo, uma das evidências dos Seus três ofícios, a saber: Real, Profético e Sacerdotal. (J. Calvino, As Institutas, II.6.3). Escreve: "Deve-se, com efeito, notar que o título Cristo diz respeito a estes três ofícios, pois sabemos que, sob a Lei, foram ungidos com óleo sagrado tanto os profetas, quanto os sacerdotes e os reis. De onde, também, foi imposto ao Mediador prometido o ilustre nome de 'Messias'. Mas se bem que reconheço haver (Cristo) sido chamado Messias com especial consideração e em razão do reino, entretanto, como também mostrei em outro lugar, a unção profética e a unção sacerdotal tem sua importância, nem nos são de desprezar-se." (J. Calvino, As Institutas, II.15.2.)

[260] "O maior triunfo que Deus já granjeou foi aquele em que Cristo, depois de subjugar o pecado, vencendo a morte e pondo Satanás em fuga, subiu majestosamente ao céu para exercer seu glorioso reinado sobre a Igreja." [João Calvino, Efésios, São Paulo, Paracletos, 1988, (Ef 4.8), p. 114].

[261] Êx 19.6.

[262] Jo 17.19.

Sumário

Em suma, pelo nome Jesus nos é confirmada e fortalecida a confiança na redenção e na salvação, e pelo título Cristo nos é dada aptidão para recebermos a comunicação do Espírito Santo, e o fruto de santificação que dele procede, uma vez que Ele se santificou por nós, como Ele próprio declara pessoalmente.[263]

Filho de Deus

[1536] A seguir, Ele é chamado Filho de Deus, não como os crentes, por adoção e pela graça, mas verdadeiro e natural, e, por essa razão, único, em distinção dos outros. [1539] Porque Deus, na Escritura, nos faz a honra de chamar-nos Seus filhos, a todos nós que fomos regenerados para uma nova vida. E, todavia, Ele atribui a um só, particularmente, Jesus Cristo, que seja chamado verdadeiro e único Filho de Deus.

Como será Ele verdadeiro e único, no meio de uma tão grande multidão de irmãos, a não ser que Ele possua por natureza o que os outros receberam como dom? E precisamos ter cuidado para não consentir com alguns [1536] que confessam que Jesus Cristo é o Filho único de Deus, mas que, se os examinarmos de perto, veremos que não confessam isso por outra causa que não esta: Para argumentar que Jesus foi concebido pelo Espírito Santo no ventre da virgem. Como no passado os maniqueus imaginavam que o homem é da substância de Deus[a]. [1539] Isso porque se lê que Deus soprou em Adão o Espírito de vida. Muito ao contrário, porém, a Escritura nos mostra que o Filho de Deus é a Sua Palavra, gerada por Ele antes de todos os séculos. [1536] É certo que esse tipo de gente manipula esse testemunho para defender o seu erro, que consiste em dizer que Deus não perdoou o Seu próprio Filho, sendo que o anjo anunciou o que ia nascer da virgem deveria ser chamado Filho de Deus.[264] Mas, para que não se encham de orgulho por tais objeções, que pensem comigo um pouco no que isso quer dizer. Porque, se é bom argumento dizer que Jesus Cristo começou a ser Filho de Deus na ocasião em que foi concebido no ventre da virgem,[265] porque Ele, sendo concebido nela, é chamado Filho de Deus, [1539] o que também se seguirá é que Ele começou a ser Palavra da vida desde quando se manifestou em carne, visto que o apóstolo João disse "que as mãos dos homens tocaram, e seus olhos se aperceberam",[266] ["com respeito ao Verbo da vida"]. [1536] Semelhantemente, se eles quiserem seguir aquela maneira de argumentar, como explicarão o que é dito no livro do profeta:[267] "E tu, Belém-Efrata, pequena demais para figurar como grupo

a. ex traduce Dei animam habere.
[263] Em Rm 3, e em muitas outras passagens.
[264] Lc 1.35.
[265] 1 Jo 1.1 [tradução direta].
[266] Mq 5.2.
[267] Rm 1.1-4.

de milhares de Judá, de ti me sairá o que há de reinar em Israel, e cujas origens são desde os tempos antigos, desde os dias da eternidade"? Mas uma só passagem do apóstolo Paulo poderá dissolver todas essas cogitações, esses sofismas, quando ele diz ter sido "chamado para ser apóstolo, separado para o evangelho de Deus, o qual foi por Deus, outrora, prometido por intermédio dos seus profetas nas Sagradas Escrituras, com respeito a seu Filho, o qual, segundo a carne, veio da descendência de Davi e foi designado Filho de Deus com poder".[268]

[1539] Com que propósito terá dito Filho de Davi segundo a carne, particularmente, e, por outro lado, que Ele foi declarado Filho de Deus, senão que ele quis assinalar que esta declaração foi feita fora da consideração da carne? Certamente essa sentença é tão clara que contestá-la não seria ignorância, mas obstinação. Entretanto, se alguém achar necessário negar que Ele é o Filho de Deus em carne, que o negue. Mas, ao contrário, se quisermos falar para edificar a nossa fé, quando Lhe chamarmos Filho de Deus, precisaremos não somente entender a Palavra eterna de Deus em Si, mas devemos tomá-la em Sua humanidade, da qual [em Cristo] foi revestida, como logo mais será exposto com maior clareza.[269]

Senhor

[1536] Finalmente, o título Senhor é dado a Jesus Cristo, visto que foi ordenado pelo Pai que Ele seja o nosso Senhor[a] [1539], o nosso Rei e o nosso Legislador[b]. Assim, por outro lado, quando manifestou Seu Filho em carne, Deus declarou que era mediante o Filho que Ele queria reinar e governar. Portanto, diz o apóstolo, "para nós há um só Deus, o Pai, de quem são todas as cousas e para quem existimos; e um só Senhor, Jesus Cristo, pelo qual são todas as cousas, e nós

a. ut damnationem ejus exerceat, frase acrescentada em 1539.

b. *Instrução* de 1537: Ele é o nosso Senhor, não somente segundo a Sua divindade, na qual Ele sempre foi um com o Pai, mas também na carne, na qual se nos manifestou, etc.

[268] "O nome Filho de Deus, quando é atribuído a Cristo, tem um significado mais profundo que o teocrático: Ele não foi um simples rei de Israel que no curso do tempo foi adotado como Filho de Deus; nem tampouco foi Ele chamado Filho de Deus por causa do Seu nascimento sobrenatural, como os socinianos e Hofman afirmavam; nem é Ele Filho de Deus no sentido meramente ético, como outros supõem; nem recebeu o título de Filho de Deus por causa da sua obra expiatória e ressurreição, interpretação que amparam em Jo 10.34-36; At 13.32-33; e Rm 1.4; porém Ele é o Filho de Deus no sentido metafísico: por natureza e desde a eternidade. Ele é exaltado muito acima dos anjos e profetas, Mt 13.32; Mt 21.27; 22.2; e mantém uma verdadeira relação especial com Deus, Mt 11.27. Ele é o Filho amado no qual o Pai tem prazer, Mt 3.17; 17.5; Mc 1.11; 9.7; Lc 3.22; 9.35; é o Filho unigênito, Jo 1.18; 3.16, 1Jo 4.9ss; é o próprio Filho de Deus, Rm 8.32; o Filho eterno, Jo 17.5, 24; Hb 1.5; 5.5; ao qual o Pai concedeu o ter vida em si mesmo, Jo 5.26; igual ao Pai em conhecimento, Mt 11.27; em honra, Jo 5.23; em poder criador e redentor, Jo 1.3, 5.21, 27; em coração, Jo 10.30; e em domínio, Mt 11.27; Lc 10.22; 22.29; Jo 16.15; 17.10; e por causa desta Filiação Ele foi condenado a morte, Jo 10.33; Mt 26.63ss." (Herman Bavinck, The Doctrine of God, 2ª ed. Grand Rapids, Michigan, W. M. Eerdmans Publishing Co., 1955, p. 270).

O Catecismo de Heidelberg (1563), à pergunta 33 – "Por que é Ele chamado Filho UNIGÊNITO DE DEUS, se nós também somos filhos de Deus?" – responde: "Porque só Cristo é o Filho eterno de Deus, ao passo que nós, por Sua causa, e pela graça, somos recebidos como filhos de Deus".

[269] 1 Co 8.6.

também, por ele".[270] Pois bem, com isso ele quer dizer, não somente que Jesus Cristo é o nosso Protetor e Mestre, cuja doutrina devemos ouvir e seguir, mas também que Ele é o nosso Comandante e o nosso Príncipe, a cujo poder é necessário que nos submetamos; para cujo prazer devemos ser-lhe obedientes; a cuja vontade devemos dirigir todas as nossas obras. Porque o Pai Lhe deu o direito de primogenitura em Sua casa, a fim de que Ele domine sobre os Seus irmãos com poder e distribua os bens da Sua herança segundo a Sua vontade.

O qual foi concebido por obra do Espírito Santo;
nasceu da virgem Maria.

O mistério da encarnação

Visto que o mistério da encarnação ofusca o entendimento dos simples com a sua grande luminosidade, e também os inquieta e os confunde, se não for corretamente entendido, é necessário, antes de passarmos adiante, que o expliquemos um pouco.

[1539] Quanto ao primeiro ponto, foi um excelente recurso que Aquele que deveria ser o nosso Mediador fosse verdadeiro Deus e verdadeiro homem. Porque, tendo a nossa iniqüidade posto um empecilho[a] entre Deus e nós, alienando-nos do reino dos céus e afastando-nos de Deus, não havia modo de podermos reconciliar-nos[b], a não ser que alguém interviesse e se aproximasse de Deus por nós. Contudo, que criatura poderia fazer isso? Um filho de Adão? Mas todos, com o seu primeiro pai, tinham horror de comparecer perante a Sua face.[271] Seria um dos anjos? Mas todos eles também careciam de um chefe ou cabeça pelo qual estivessem em perfeita união com o seu Deus.[272] Quem então?

Certamente a situação seria totalmente desesperadora, se a majestade de Deus não descesse até nós, visto que não tínhamos como subir até ela. Por essa causa foi preciso que o Filho de Deus se tornasse para nós o Emanuel, quer dizer, "Deus conosco",[273] e de tal maneira que, como Ele uniu a nós a Sua divindade, também a esta unisse a nossa humanidade. De outra forma, não haveria aliança que fosse suficientemente próxima e firme, capaz de nos dar a esperança de que Deus habitasse entre nós e nos assistisse – tão grande é a diferença entre a nossa pequenez e a grandeza da majestade divina!

[1536] Por isso Paulo, apresentando-o como Mediador, chama-lhe homem.[274] Ele bem poderia ter dito Deus, ou, ao menos, poderia omitir "homem", concluindo a sentença com a frase: "entre Deus e os homens". Porém Paulo conhecia a

a. interjecta nube.
b. pacis restituendæ interpres.
[270] Gn 3.
[271] Ef 1.20-23; Cl 1.13-23.
[272] Is 7.14.
[273] 1 Tm 2.5.
[274] Hb 4.15.

nossa fraqueza. Portanto, a fim de que ninguém se atormentasse na dúvida sobre se poderia chegar a Ele, Paulo acrescenta que o Mediador é homem, como se dissesse que Ele está bem perto de nós, ao nosso lado, ligado a nós, porquanto é nossa carne. Com isso ele quis dizer o que é mais amplamente declarado noutro lugar, a saber, que "não temos sumo sacerdote que não possa compadecer-se das nossas fraquezas; antes, foi ele tentado em todas as cousas, à nossa semelhança, mas sem pecado".[275]

[1539] O que dissemos ficará mais evidente [1536] se não transformarmos em coisa vulgar o ofício de Mediador. Tão grandioso ofício que, pela graça, Ele nos restaurou, fazendo-nos Seus filhos, a nós que éramos filhos dos homens, e fazendo-nos herdeiros do reino celestial, a nós que éramos herdeiros do inferno. Quem poderia fazer isso, a não ser que o Filho de Deus fosse feito Filho do homem e de tal maneira tomasse a nossa condição que nos transferisse a Sua? Que aquilo que Lhe é próprio por natureza, fizesse nosso pela graça? Temos, pois, confiança[a] em que somos filhos de Deus, tendo este penhor, que o Filho natural de Deus assumiu corpo do nosso corpo, carne da nossa carne, ossos dos nossos ossos, para estar unido a nós; o que nos é próprio, Ele recebeu em Sua Pessoa, a fim de que, o que Ele tem de propriamente Seu, nos pertença; e assim Ele fosse, em comunhão conosco, Filho de Deus e Filho do homem.[276] Por essa razão esperamos [confiantes] que a herança celestial será nossa, visto que o Filho de Deus, que tem todos os direitos sobre ela, adotou-nos como Seus irmãos. Pois, se somos Seus irmãos, somos Seus co-herdeiros.

Há outro motivo pelo qual era necessário que o nosso Redentor fosse verdadeiro Deus e verdadeiro homem. É que era preciso que Ele eliminasse a morte. Quem poderia fazer isso, senão a vida? E era preciso que vencesse o pecado. Quem poderia fazer isso, senão a justiça?

[1539] Era Seu dever [que Ele assumiu voluntariamente] subjugar as potestades do ar, que são os demônios. Quem poderia fazer isso, senão um poder superior ao ar e ao mundo?

[1536] Ora, em quem repousa a vida, a justiça e o poder do céu, senão no Deus único? Por isso foi que o Senhor, por Sua grande clemência, fez-se Redentor, quando teve o propósito de nos resgatar.

---

a. spes.

[275] "A descrição mais adequada da pessoa de Cristo está contida nas palavras 'Deus se manifestou em carne'. Em primeiro lugar, temos aqui uma afirmação distinta de ambas as naturezas, pois o apóstolo declara que Cristo é ao mesmo tempo verdadeiro Deus e verdadeiro homem. Em segundo lugar, ele põe em evidência a distinção entre as duas naturezas, pois primeiramente o denomina de *Deus*, e em seguida declara sua manifestação em carne. E, em terceiro lugar, ele assevera a unidade de sua Pessoa, ao declarar que ela era uma e mesma Pessoa que era Deus e que se manifestou em carne. Nesta única frase, a fé genuína e ortodoxa é poderosamente armada contra Ário, Marcião, Nestório e Êutico. Há forte ênfase no contraste das duas palavras: *Deus* e c*arne*. A diferença entre Deus e o homem é imensa, e todavia em Cristo vemos a glória infinita de Deus unida à nossa carne poluída, de tal sorte que ambas se tornaram uma só." [João Calvino, As Pastorais, São Paulo, Paracletos, 1998, (1Tm 3.16), p. 100]

[276] Rm 5.

Obediência vicária, expiação vicária

O outro artigo da nossa redenção é que era necessário que o homem, que estava perdido e arruinado por sua desobediência, desfizesse pela obediência a sua condição de caos e confusão, satisfazendo a justiça de Deus e sofrendo a pena devida a seu pecado.[277] Por isso o Senhor Jesus Cristo se dispôs a vir a este mundo, veio, assumiu a pessoa de Adão e tomou o seu nome. [Para quê?] Para fazer-se obediente ao Pai por ele, para apresentar a nossa humanidade em satisfação da justiça de Deus, para sofrer a pena do pecado na mesma carne em que o pecado tinha sido cometido.

[1539] Finalmente, como só Deus não pode experimentar a morte, e o homem, só, não a pode sobrepujar, Ele fez a divindade acompanhar-se da humanidade, a fim de sujeitar-se à fraqueza desta para sofrer a pena de morte, e, pelo poder daquela, lutar até obter a vitória.

[1536] Portanto, os que despojam Cristo, ou da Sua divindade, ou da Sua humanidade, não somente blasfemam contra a Sua grandeza ou obscurecem a Sua bondade, mas também, por outro lado, causam grande mal aos homens. Sim, pois, assim fazendo, destroem a sua fé, a qual não pode ter sólida consistência se não estiver alicerçada sobre esse fundamento.

Outras considerações sobre a divindade e a humanidade de Jesus Cristo

[1539] Demorar-nos para provar a divindade de Jesus Cristo seria, em minha opinião, coisa supérflua. A verdade da Sua humanidade foi atacada tanto pelos maniqueus como pelos marcionitas, que tentaram destruí-la. Os primeiros imaginavam que Ele havia trazido do céu um corpo espiritual. Os segundos achavam que Ele não tinha um corpo de verdade, mas tão-somente um fantasma, ou uma visão ilusória, com aparência de corpo.

Densa e forte argumentação bíblica em favor da plena e íntegra humanidade de Jesus Cristo

Há, porém, numerosos testemunhos da Escritura que nos dão elementos para resistirmos a esses dois erros. Porque a bênção não nos foi antigamente prometida em termos de uma semente celestial, nem de uma simples máscara de homem, mas em termos da semente de Abraão e de Jacó.[278] E o trono eterno não foi prometido a um homem etéreo, feito no ar e de ar, mas ao Filho de Davi, e ao fruto dele gerado.[279] Por essa causa, tendo se manifestado em carne, é chamado Filho

[277] Gn 17 etc.; Sl 132.
[278] Mt 1.1-17,20.
[279] Rm 1.3 e 9.5.

de Abraão e de Davi, não porque nasceu da virgem, como se antes houvesse sido criado no ar, mas porque, segundo a carne, foi formado da semente de Davi, como o apóstolo Paulo explica.[280] O mesmo apóstolo testifica noutro lugar que Jesus descende dos judeus. Por essa razão Ele próprio, não se contentando em chamar-se homem, chama-se a Si mesmo Filho do homem, querendo dizer com isso que Ele é homem, gerado de semente humana. E, tendo o Espírito Santo expresso essa verdade tantas vezes e por meio de tão diversas bocas, diligentemente e com tanta clareza, como podem os homens ser tão atrevidos que cheguem ao ponto de tergiversar, fugindo dessa verdade evidente?

Todavia, ainda temos outros testemunhos, com os quais podemos convencer os caluniadores, como o do apóstolo Paulo, quando declara que "Deus enviou seu Filho, nascido de mulher".[281] Há também inumeráveis passagens pelas quais se vê que Jesus esteve sujeito ao frio, ao calor, à fome e a outras fraquezas da nossa natureza. Mas é preciso selecioná-las dentre as que podem edificar o nosso coração, fortalecendo a nossa verdadeira confiança. Como quando se afirma que Ele não deu aos anjos a honra de tomar para Si a natureza deles, mas assumiu a nossa,[282] a fim de que, em nossa carne e em nosso sangue, destruísse pela morte aquele que tinha domínio sobre a morte. E também por meio da co-participação na qual Ele nos considera Seus irmãos.[283] E mais, a declaração de que foi necessário que Ele se fizesse semelhante a Seus irmãos para ser um Sacerdote fiel, compassivo e misericordioso [Hb 10.15-22]. E ainda, que "não temos sumo sacerdote que não possa compadecer-se das nossas fraquezas; antes, foi ele tentado em todas as cousas",[284] e outros testemunhos semelhantes.

Falsa argumentação "bíblica" dos hereges

As passagens que os hereges citam com a pretensão de confirmar os seus erros, eles puxam com grande inaptidão para as suas fantasias. Márcion, e com eles os seus companheiros, dizia que Cristo assumiu um fantasma em vez de um corpo, porque numa passagem se lê que Ele foi feito à semelhança do homem e foi encontrado com a aparência de homem.[285] Mas ele abusou, fazendo violência ao

---

[280] Gl 4.4.

[281] Hb 2.5-9; [1.5].

[282] Hb 2,11,12.

[283] Hb 4.15.

[284] Fp 2.7.

[285] Partindo do princípio filosófico de que a matéria é essencialmente má, afirmavam que Jesus não tinha corpo real; deste modo, ele era uma espécie de fantasma, sem carne e sangue reais. Jesus era uma ilusão; parecia homem mas não era (*docetismo*); o filho de Deus, que era real, apenas usava o Jesus humano como meio de expressão; a encarnação, portanto, era apenas uma ilusão. Por trás deste conceito, estava a concepção de que Deus não pode sofrer; logo, se Cristo sofreu, ele não era Deus; e se ele era Deus, não poderia sofrer. Então, o sofrimento de Cristo teria sido apenas na aparência, não real. Inácio, bispo de Antioquia, no início do segundo século (c. 110) combateu ferreamente o docetismo, afirmando a divindade e a humanidade de Cristo. Do mesmo modo, Policarpo (c. 75-c. 160), bispo de Esmirna, escreve aos filipenses: "Qualquer que

texto, porque não levou em conta o que o apóstolo Paulo quis dizer. Porque ele não quis explicar que corpo Jesus Cristo tomou, mas unicamente mostra que, apesar de Jesus Cristo poder arrogar-se a glória da majestade divina, conduziu-se como homem, humilhando-se em Sua aparência exterior.[286]

Os maniqueus inventaram para Ele um corpo no ar, alegando que Ele é chamado segundo Adão, celestial, procedente do céu. Mas na aludida passagem[287] o apóstolo fala, não de uma essência celestial, mas do poder espiritual que Lhe foi dado para nos vivificar. Muito ao contrário [da posição herética], porém, a proposição que os crentes adotam, sustentando a verdadeira natureza humana de Jesus Cristo, é muito bem confirmada por essa mesma passagem. Porque, se Ele não tivesse a mesma natureza que nós, o argumento a que Paulo dá curso seria vão, seria frívolo. A saber, se Jesus Cristo ressuscitou, nós ressuscitaremos; e se não ressuscitarmos, segue-se que Cristo não ressuscitou.

[1536] Pois bem, esta verdade que se declara, que "a Palavra se fez carne",[288] não se deve entender no sentido de que a Palavra se converteu em carne ou que se tornou confusamente misturada, mas sim no sentido de que a Palavra tomou do ventre da virgem corpo humano para ser para Ele um templo para nele habitar. E Aquele que é Filho de Deus veio a ser filho *(sic)* do homem, não por fusão ou confusão de substância, mas por unidade de Pessoa, [1539], isto é, tal é a conjunção e unidade da Sua divindade com a humanidade por Ele assumida, que cada uma das duas naturezas reteve a sua propriedade, e, não obstante, Jesus Cristo não tem duas pessoas, mas uma somente.

[1536] Se é possível encontrar alguma coisa que se assemelhe ao mistério da encarnação, a comparação com o homem é sempre apropriada. O que vemos é que o ser humano é composto de duas naturezas, sendo, porém, que uma não se mistura com a outra, cada qual retendo a sua propriedade, porque a alma não é corpo, e o corpo não é alma. Claro está que o que particularmente se diz da alma não se pode convenientemente dizer do corpo, e, paralelamente, o que se diz do corpo não pode ser dito com propriedade da alma; quanto ao homem[a], dele não se pode dizer o que é próprio[b] do corpo ou da alma, separadamente dele. Finalmente, as coisas que em particular são pertencentes à alma, são transmitidas ao corpo, e as do corpo à alma, reciprocamente. Entretanto, a pessoa assim composta des-

não confesse que Jesus Cristo veio em carne, é um anticristo. E quem não confessa o testemunho da cruz, é do diabo." (Polycarp, The Epistle of Polycarp to the Philippians, VII: In: Alexander Roberts & James Donaldson, eds. The Ante-Nicene Fathers, 2ª ed. Peabody, Massachusetts, Hendrickson Publishers, 1995, Vol. I, p. 34).

Alguns diziam que quando Ele andava, não deixava pegadas, porque seu corpo não tinha peso nem substância. João, de modo especial, combateu este tipo de conceito em seus escritos, evidenciando que negar a verdadeira humanidade de Cristo eqüivalia a negar um dos pontos centrais da fé cristã. (Vd. Jo 1.14; 1Jo 4.1-3, Hb 2.14).

[286] 1 Co 15.

[287] Jo 1.1,14 [tradução direta; cf. NVI].

a. de toto homine.

b. accipi.

sas duas substâncias é um só homem, e não muitos. Tal maneira de falar significa que há no homem uma natureza composta de duas unidades, e que, todavia, há diferença entre ambas. A Escritura fala dessa forma de Jesus Cristo. Algumas vezes Lhe atribui o que só pode ser reportado à humanidade; algumas vezes o que pertence especificamente à divindade; algumas vezes o que se aplica conjuntamente às duas naturezas unidas, e não somente a uma delas. E até exprime tão diligentemente a união das duas naturezas existentes em Jesus Cristo, que comunica a uma o que pertence à outra – maneira de falar à qual os antigos doutores davam o nome de comunicação de propriedades.[a]

Quando eu acabar de provar todas estas coisas com a citação de bons testemunhos da Escritura, o leitor verá que eu não digo nada que seja propriamente meu.

O que Jesus Cristo disse de Si mesmo, "antes que Abraão existisse, Eu Sou",[289] não se pode entender como se referindo à humanidade, porque Ele se fez homem muitos séculos depois da morte de Abraão. Também o fato de ser Ele denominado "o primogênito de toda a criação",[290] sendo que Ele já existia antes de tudo mais, e nele todas as coisas subsistem, não pode referir-se ao homem, à natureza humana. Tais expressões de louvor e outras semelhantes são, pois, pertinentes à divindade, à natureza divina.

Já a Sua humanidade, a Sua natureza humana, é comprovada por declarações bíblicas como as que O descrevem como servo do Pai,[291] que dizem que Ele "crescia em idade e em sabedoria diante de Deus e dos homens",[292] que se confessa menor que o Pai, que não busca a Sua própria glória [1539], que não sabe quando será o último dia,[293] que não fala de Si mesmo, que não busca a Sua vontade, que pode ser visto e tocado. Tudo isso é próprio da Sua humanidade. [1536] Porque, como Deus que é, e igual ao Pai,[294] em nada pode crescer [1536], faz todas as coisas por Sua própria iniciativa e por Seu poder, nada Lhe é oculto, e faz tudo segundo o Seu beneplácito, segundo Lhe apraz; e é invisível, e não pode ser tocado.

[1536] Há comunicação de propriedades no que diz o apóstolo Paulo, que Deus "comprou com o seu próprio sangue" a Sua igreja,[295] e que "o Senhor da glória" foi crucificado.[296] Certamente Deus não tem sangue[b] e não sofre. Mas, uma vez que Cristo, que é verdadeiro Deus e verdadeiro homem, foi crucificado e derra-

---

a. ιδιωματων χοινωνια (grego).
b. proprie sanguinem non habet.
288 Jo 8.58.
289 Cl 1.15.
290 Is 42.
291 Lc 2.52.[tradução direta].
292 Mt 24.36.
293 Fp 2.6.
294 At 20.28.
295 1 Co 2.8.
296 1 Jo 5. É como estão no original francês, literalmente, o texto e a nota. Entendo que o texto deveria ser: "Cristo entregou sua vida por nós"; e a nota: 1 Jo 3.16. Cf. Almeida, Atualizada. No texto grego não consta nem "Deus" nem "Cristo". Nota do tradutor.

mou Seu sangue por nós, o que foi feito [por Ele] em Sua humanidade, por uma locução imprópria, e, todavia, racional[c], é transmitido à Sua natureza divina.

[1539] Exemplo semelhante vemos no que disse João quando declarou que Deus entregou Sua alma por nós,[297] porque ali é comunicada à humanidade o que pertence particularmente à Sua natureza divina.

[1536] Por outro lado, quando Cristo disse que "ninguém subiu ao céu, senão aquele que de lá desceu, a saber, o Filho do homem que está no céu",[298] certo é que Ele não estava no céu em corpo; mas, sendo Ele Deus e homem, em razão da união das Suas duas naturezas, atribuiu a uma o que é próprio da outra.

[1539] Ma poderemos entender melhor a verdadeira substância de Cristo pelas passagens que incluem ambas as naturezas, das quais há muitas no Evangelho Segundo João. Porque as coisas ali ditas não se aplicam nem à Sua humanidade, nem à Sua divindade especificamente, mas à Sua Pessoa, que é Deus e homem. Vê-se que Lhe foi dada pelo Pai autoridade para remitir pecados, ressuscitar aqueles que Ele quisesse, e estender a Sua justiça, a Sua santidade e a Sua salvação; que Ele foi constituído por Deus Juiz de vivos e de mortos, para ser honrado como o Pai o é; que Ele é a Luz do mundo, o bom Pastor, a única Porta, e a Videira. Esses privilégios que recebeu quando se manifestou em carne, Ele possuía por direito próprio antes da criação do mundo. Pois bem, é certo que não podem referir-se ao homem, pois este só tem natureza humana.

[1536] Também é preciso tomar nesse sentido o que temos no apóstolo Paulo. Diz ele que o Filho entregará "o reino a Deus, seu Pai, depois que tiver feito o julgamento".[299] Certamente, o reino do Filho de Deus, que não teve princípio, tampouco poderá ter fim. Mas, como de certa forma Ele ficou oculto sob a humildade e "a si mesmo se esvaziou, assumindo a forma de servo",[300] desfazendo-se exteriormente da Sua majestade para fazer-se obediente ao Pai, assim como depois dessa sujeição Ele foi coroado de honra e de glória e, tendo sido exaltado, recebeu "o nome que está acima de todo nome, para que ao nome de Jesus se dobre todo joelho, assim também, semelhantemente, Ele sujeitará então a Seu Pai, tanto essa coroa de honra e glória, como também tudo quanto Lhe tinha sido Seu, na carne, "para que Deus seja tudo em todos", ou "em todas as coisas".

[1539] Essa observação será de grande utilidade, para nos descartarmos de muitos escrúpulos. Porque é espantoso como algumas pessoas simples se ator-

---

c. Parêntese acrescentado no texto de 1536.

297 Jo 3.13.

298 1 Co 15.24 [tradução direta; ver 24-28].

299 Fp 2.7 [ver 7-11].

300 "Visto que todos os questionamentos supérfluos que não se inclinam para a edificação devem ser com toda razão suspeitos e mesmo detestados pelos cristãos piedosos, a única recomendação legítima da doutrina é que ela nos instrui na reverência e no temor de Deus. E assim aprendemos que o homem que mais progride na piedade é também o melhor discípulo de Cristo, e o único homem que deve ser tido na conta de genuíno teólogo é aquele que pode edificar a consciência humana no temor de Deus." [João Calvino, As Pastorais, (Tt 1.1), p. 300].

mentam quando essas formas[a] de linguagem lhes são apresentadas, nas quais são atribuídas a Cristo coisas que não pertencem propriamente, nem à Sua humanidade, nem à Sua divindade, porquanto não as consideram próprias à Sua Pessoa, na qual Ele se manifestou Deus e homem.

[1536] E, de fato, pode-se ver como todas as coisas acima referidas se harmonizam muito bem, cabendo-nos, porém, considerar tal mistério com reverência, tendo em vista a sua grandiosidade.[301] Mas não há o que os espíritos enlouquecidos e frenéticos não transtornem. Eles tomam o que é próprio da humanidade de Jesus Cristo para destruir a Sua divindade, e o que pertence à Sua divindade para destruir a Sua humanidade; e, ainda, tomam o que se diz das duas naturezas juntas para destruir ambas. Ora, que outra coisa será isso, senão querer contestar que Cristo não é homem, visto que é Deus, e que não é Deus, visto que é homem, e, ainda, que Ele não é nem Deus nem homem, visto que contém em Si as duas naturezas? [1539] Concluímos, então, que Cristo, no que diz respeito ao fato de que Ele é Deus e homem, composto de duas naturezas unidas, mas sem fusão nem confusão, é o nosso Senhor e o verdadeiro Filho de Deus, mesmo segundo a humanidade; não, porém, simplesmente em razão da humanidade. Porque devemos ter horror pela heresia de Nestório que, em vez de distinguir, dividiu as naturezas de Jesus Cristo, e então imaginou um Cristo duplo. Contrariamente a isso, vemos que a Escritura canta alto e claro que Aquele que deveria nascer da virgem Maria seria chamado Filho de Deus, e que aquela virgem seria mãe do nosso Senhor.

Confessamos, pois[b], que Ele nasceu da virgem Maria para ser reconhecido como verdadeiro Filho de Abraão e de Davi, tendo Ele sido prometido pela Lei e pelos Profetas. A fé nesta verdade recebe dupla utilidade. É que esta fé enxerga o Filho de Deus, que tomou a nossa carne e foi habilitado a consumar a salvação dos homens. Dessa maneira Ele nos chamou para estarmos em sociedade e em comunhão com Ele e com todos os Seus bens. E, em Seu propósito de dominar o Diabo e a morte, assumiu a nossa pessoa humana e nesta se dispôs a vencer e a triunfar, a fim de que o Seu triunfo e a Sua vitória fossem nossos. O outro proveito é que, analisando a linhagem de Jesus Cristo até Davi e Abraão,[302] temos maior certeza de que o nosso Redentor é Aquele que desde muito tempo atrás foi predito por Deus[c]. Conseqüentemente, diz a Palavra de Deus que Ele foi concebido pelo Espírito Santo porque não convinha que aquele que fosse enviado para puri-

---

a. formulas.

b. Artigo tratado mui brevemente em 1536.
Esta primeira frase foi textualmente extraída da *Instrução* de 1537.

c. O artigo "nasceu da virgem Maria", que a muitos parece o mais supranaturalista do *Credo*, serve para Calvino principalmente para atestar, não a divindade do Salvador, mas a Sua humanidade, a Sua incorporação na raça de Adão.

[301] Mt 1.1-17.

[302] Gn 17 e 22; Sl 132.

ficar os outros tivesse uma origem impura e contaminada.[303] Porquanto, não seria razoável que o corpo humano que a essência de Deus iria tomar para Sua habitação estivesse contaminado pela corrupção universal dos homens.

[1536] Por isso o Espírito Santo agiu nesse mister e sobrepujou a lei ordinária da natureza, por Seu poder admirável e incompreensível[a] para nós. Porque Ele fez com que Jesus Cristo não fosse maculado por nenhuma nódoa nem por nenhuma forma de corrupção carnal, mas nascesse com perfeita santidade e pureza.

[1539] Essa é a razão pela qual a fé recebe instrução para buscar, com segurança, toda a santidade em Jesus Cristo, e buscá-la somente nele. Isso porque somente Ele, e ninguém mais, foi isento da corrupção humana em Sua concepção.[304] [Obs: Nota facultativa, justamente porque foge ao padrão das outras...)

Segue-se então [o ensino da Escritura sobre] como Ele efetuou a nossa redenção, para cuja realização se fez homem mortal. Porque, visto que pela desobediência do homem foi provocada a ira de Deus, Jesus Cristo a compensou com a Sua obediência, sujeitando-se ao Pai até à morte. Porque, para a reparação exigida para a nossa salvação, foi necessário ter a Sua obediência na mais alta estima,[b] como diz o apóstolo Paulo: "Porque", diz ele, "como, pela desobediência de um só homem, muitos se tornaram pecadores, assim também, por meio da obediência de um só, muitos se tornarão justos".[305] Nisto consiste a essência da nossa salvação: O Filho de Deus sendo-nos dado, renunciando à sua vontade, não somente dedicou Sua vida a fazer o que é do agrado do Seu Pai, mas também não se negou a sofrer o pavor da morte, quando isso Lhe foi ordenado, a fim de apaziguar a majestade divina que tinha sido levada à ira por nossa rebelião. Ocorreu, pois, que, pelo mérito da obediência do Filho, o Pai celestial foi reconciliado com o gênero humano, que antes era totalmente abominado por Ele. Pois Cristo, por Sua morte, ofereceu ao Pai um sacrifício de aroma agradável, para satisfazer Sua justiça perfeita e adquirir para os que nele cressem a santificação eterna. Ele

---

a. *Instrução* de 1537: Foi concebido no ventre da virgem pelo poder do Espírito Santo, maravilhoso, inenarrável, etc.

b. Isto salvaguarda o caráter moral da redenção. Jesus não foi imolado como uma vítima passiva sobre o altar: Sua obediência ativa, mesmo na Paixão, adquiriu verdadeiramente a salvação para nós.

[303] O nascimento de Cristo foi uma obra sobrenatural do Espírito Santo; Ele veio sobre Maria a revestindo com o Seu poder preservador. O Espírito "formou o corpo e dotou a alma humana de Cristo com todas as qualificações para sua obra." [Charles Hodge, Teologia Sistemática, São Paulo, Hagnos, 2001, p. 395]. Este é um dos mistérios insondáveis da Palavra de Deus; no entanto, é este fato – miraculoso e incompreensível às nossas mentes finitas –, que dá sentido a todo o Novo Testamento. O Logos eterno tomou uma natureza humana naturalmente incapaz de qualquer ação santa sem o poder do Espírito Santo; daí a necessidade da ação santificadora e preservadora do Espírito. Na encarnação, o Espírito preservou a Jesus Cristo da mancha do pecado original que é a herança de todo ser humano, fazendo com que Ele tivesse uma natureza imaculada. O Espírito conservou a santidade e a impecabilidade daquele que nasceria. Se assim não fosse, Cristo não poderia se oferecer pelo Seu povo, apresentando um perfeito sacrifício vicário, sem mácula e de valor eterno (2Co 5.21; Hb 7.26,27; 1Pe 1.18-21; 3.18).

[304] Rm 5.19.

[305] "Cristo sofreu como homem, no entanto, a fim de que sua morte pudesse efetuar nossa salvação, sua eficácia fluiu do poder do Espírito. O sacrifício que produziu a expiação eterna foi muito mais que uma obra meramente humana." [J. Calvino, Exposição de Hebreus, São Paulo, Paracletos, 1997, (Hb 9.14), p. 231-232].

derramou o Seu sagrado sangue como preço da nossa redenção, a fim de mitigar o furor da ira de Deus, inflamada contra nós, e de expurgar a nossa iniqüidade.[306]

Portanto, quando se trata de buscar segurança de salvação, é necessário vir a esta redenção, pela qual Deus se tornou propício a nós, foi aberto um caminho de acesso ao céu, e a justiça foi adquirida para nós. Note-se que não há na Escritura ensino ministrado mais vezes que este: Cristo, pela eficácia do Seu sacrifício, fez-nos merecedores da benevolência do Pai, na qual consiste o principal penhor e a segura confiança em que repousa a nossa vida, certos de que as impurezas e as manchas dos nossos pecados (pelos quais a vontade de Deus foi desviada e afastada de nós) foram lavadas e purificadas por Seu sangue, do que trata a seguinte sentença do apóstolo João:[307] "O sangue de Jesus, seu Filho, nos purifica de todo pecado". Eis, pois, em resumo, a nossa redenção: Estando livres dos laços do pecado, graças à satisfação prestada por Cristo, somos dessa forma restaurados à justiça e à santidade, e reconciliados com Deus, que em nós só abomina a nossa iniqüidade.

Padeceu sob o poder de Pôncio Pilatos, foi crucificado.

Aqui se declara expressamente tanto o nome do juiz pelo qual Cristo foi condenado como o gênero de morte que Ele sofreu, não somente para confirmar a veracidade da narrativa histórica, mas porque isso faz parte do mistério da nossa redenção. Porque, assim como era necessário que pela morte de Cristo os pecados fossem apagados e a condenação subseqüente fosse suprimida, não seria suficiente Ele sofrer outro tipo de morte. Mas, para cumprir satisfatoriamente todas as partes componentes da nossa redenção, era preciso escolher uma espécie certa pela qual, sendo transferida e posta sobre Ele a nossa redenção e a recompensa devida à ira de Deus, Ele nos livrasse daquela e desta.

Então, em primeiro lugar, Ele sofreu sob o poder do governador da província, [1536], sendo condenado por sentença judicial, a fim de nos livrar da condenação perante o Trono Judicial do Juiz soberano[a].

[1539] Se Ele tivesse tido a garganta cortada por bandidos, ou se tivesse morrido num tumulto pelas mãos de populares, essa morte não teria nada que lembrasse uma satisfação [expiatória]. Mas quando Ele é levado a juízo para ser acusado, é contestado por testemunhas e condenado pela boca do juiz, vemos que ele assume a pessoa de um malfeitor. E aqui é necessário considerar duas coisas que os profetas predisseram e que dão singular consolo à nossa fé. Porque, quando ouvimos que Cristo foi condenado à morte pelo tribunal[b] e foi pendurado entre bandidos, nisso temos o cumprimento da profecia citada pelo evangelista, segundo a qual Ele foi contado com os malfeitores.[308] Por quê? Para cumprir a pena

a. *Instrução* de 1537: Absolvidos no consistório do grande Juiz.
b. a judicis solio.
306 1 Jo 1.7.
307 Is 53.12; [Lc 22.37].
308 Jo 18.28 a 19.16.

merecida pelos pecadores e se colocar no lugar deles, sendo que, na verdade, Ele não foi morto por causa da justiça, mas por causa do pecado.

Condenado e absolvido pelo mesmo juiz!

Por outro lado, quando ficamos sabendo que a mesma boca que O condenou O absolveu (porque mais de uma vez Pilatos se viu constrangido a dar testemunho público da inocência de Jesus Cristo),[309] deve vir à nossa lembrança o que foi dito por outro profeta, que Ele teve que restituir o que não furtou.[310] À luz disso tudo, contemplamos a pessoa de um pecador e malfeitor retratada em Jesus Cristo, e, entretanto, sabemos, por Sua inocência, que Ele foi declarado culpado do pecado dos outros, e não dele. Portanto, Ele sofreu sob o poder de Pôncio Pilatos, sendo condenado como malfeitor por sentença jurídica do governador do país, e, todavia, de tal maneira foi a Sua condenação que Ele foi declarado justo, pois quem O condenou não encontrou nele nenhum motivo para condená-lo [Jo 19.38].

Há mistério no gênero de morte imposta a Jesus

Além disso, o gênero de morte que Jesus Cristo padeceu não é destituída de mistério.

[1536] A cruz é maldita, não somente pela opinião humana, mas também pelo decreto da Lei de Deus.[311]

[1539] Portanto, quando Cristo é preso a ela, torna-se objeto de maldição. E era necessário que assim fosse, que a maldição, a nós devida e destinada por nossa iniqüidade, fosse transferida para Ele para que dela fôssemos libertados. Esse fato foi representado figuradamente[a] na Lei. Porque os sacrifícios[b] que eram oferecidos pelos pecados eram chamados pelo próprio nome de pecado. Por esse nome o Espírito Santo quis dar a entender que eles recebiam toda a maldição devida ao pecado[c]. Então, aquilo que foi representado por figura nos sacrifícios mosaicos, foi verdadeiramente cumprido em Jesus Cristo, que é a substância da figura. Por isso, a fim de cumprir satisfatoriamente o necessário para a nossa redenção, deu a Sua alma como oferta sacrificial[d] pelo pecado,[312] como diz o profeta. Esse sacrifício foi feito para que toda a execração ou repúdio que como pecadores merecemos, sendo lançada sobre Ele, não nos fosse mais imputada. O

a. adumbratum.
b. A palavra hebraica significa: vítima oferecida pelo pecado: quo vocabulo peccatum ipsum proprie designatur, vocabant oblatæ pro peccatis victimæ.
c. instar χχταρματων (sic) ipsas esse.
d. impendit, hoc est, satisfactoriam peccati hostiam.
309 Sl 69.4.
310 Dt 21.22,23.
311 Is 53.10.
312 2 Co 5.21.

apóstolo declara essa verdade mais franca e abertamente quando afirma que Aquele que não conheceu pecado, o Pai "o fez pecado por nós; para que, nele, fôssemos feitos justiça de Deus".[313] Porque o Filho de Deus, sendo, como é, puro e isento de todo mal, tomou e assumiu a vergonha e a ignomínia da nossa iniqüidade, e, por outro lado, revestiu-nos da Sua pureza. Verdade que também é demonstrada noutra passagem do apóstolo Paulo, onde se lê que o pecado foi condenado como pecado na carne de Jesus Cristo.[314] Porque o Pai celestial eliminou a força do pecado quando a maldição deste foi transferida par a carne de Jesus Cristo.

Vê-se agora o que quer dizer esta sentença do profeta,[315] que todas as nossas iniqüidades foram colocadas sobre Ele; a saber, que, sendo Sua vontade apagar as manchas das nossas iniqüidades, primeiramente as recebeu em Sua Pessoa, para que a Ele fossem imputadas. A cruz é, pois, uma insígnia[a] desse fato. Nela pregado, Jesus Cristo nos livrou da execração odiosa da Lei (como diz o apóstolo), visto que Ele foi feito "execração por nós"[316] (ou "maldição em nosso lugar"). "Porque está escrito: Maldito todo aquele que for pendurado em madeiro." E assim, a bênção prometida propagou-se para todos os povos. Todavia, não se deve entender que Ele recebeu de tal modo a nossa maldição que por ela foi dominado e levado à exaustão, mas, ao contrário, recebendo-a, reprimiu-a, rompeu-a e dissipou-a. Por isso, da condenação de Cristo a fé se apodera da absolvição, e da Sua maldição se apodera da bênção.[317]

Morto e sepultado.

Aqui se pode perceber como, de um extremo a outro, Ele se sujeitou a cumprir o dever por nós, para pagar o preço da nossa redenção. A morte nos mantém presos sob o seu jugo. Mas Ele livrou-se por Seu poder, e o fez para retomar-nos para Si. Isso é o que entende o apóstolo, como se vê do que ele diz quando declara que Cristo provou a morte por todos.[318] Porque, morrendo, fez com que nós não morrêssemos, ou então (o que dá na mesma), por Sua morte Ele adquiriu vida para nós. Vê-se então que, diferentemente do que ocorre conosco, Ele se entregou à morte como que para ser tragado por ela. Todavia o fez, não para ser destruído por ela, mas, antes, para destruí-la[b], para que ela não mais tivesse poder sobre nós

a. Estas últimas linhas resumem um curto parágrafo de 1536.

b. 1536: ut absorberet a qua absorbendi eramus. 1537: a fim de o tragar, o que de outro modo nos teria tragado e devorado.

313 Rm 8.3.

314 Is 53.5.

315 Gl 3.13 [ver 10-14].

316 "A cruz de Cristo triunfa sobre o diabo, a carne, o pecado e a maldade nos corações dos crentes, somente quando estes elevam seus olhos para contemplar o poder de sua ressurreição." (João Calvino, A Verdadeira Vida Cristã, p. 68). "Com toda verdade se pode dizer que não somente passou toda sua vida em perpétua cruz e aflição, senão que toda ela não foi senão uma espécie de cruz contínua." (J. Calvino, Institución, III.8.1). "Toda a sua vida foi uma cruz perpétua". (João Calvino, A Verdadeira Vida Cristã, p. 45)

317 Hb 2.10-18.

318 Os 13.14; 1 Co 15.55.

como tinha antes.[319] Ele se deixou subjugar por ela, não para ser humilhado e abatido, mas, antes, para destruir o seu reino, o reinado que ela exercia sobre nós.

Finalmente, Ele morreu para que, morrendo, destruísse aquele que tem o senhorio sobre a morte, isto é, o Diabo, e livrasse aqueles que durante todo o tempo da sua vida, por temor da morte, estavam sob escravidão. Eis aí o primeiro fruto que a morte de Jesus Cristo nos dá.

O outro é que, por Seu poder, Ele mortifica os nossos membros terrenos para que doravante não pratiquem mais as suas ações, e extermina o velho homem que há em nós, para que não tenha mais vigor e não mais frutifique de si mesmo. A essa finalidade visa também o sepultamento de Jesus Cristo; isto é, para que, associando-nos ao Seu sepultamento, sejamos sepultados para o pecado. Porque, quando o apóstolo declara que nos unimos a Cristo na semelhança da Sua morte,[320] que somos sepultados com Ele para o pecado, que por Sua cruz o mundo foi crucificado para nós, e nós para o mundo, que morremos com Ele[321] – quando o apóstolo declara estas verdades, ele não somente nos exorta a imitarmos o exemplo da morte de Cristo, mas também nos mostra que há nela tal eficácia que deve manifestar-se em todos os cristãos, se é que estes não querem tornar inútil e infrutífera a morte do seu Redentor. Portanto, na morte e sepultamento de Jesus Cristo nos é proposta uma dupla graça, a saber: a libertação da morte, e a mortificação da nossa carne.

Desceu ao hades[322]

Embora se veja nos livros dos antigos doutores que fizeram exposição do Símbolo que essa expressão não deveria manter-se entre as igrejas, considero, todavia, que não devemos omiti-la, visto que contém um grande e excelente mistério. Mas há também entre os antigos aqueles que não o deixaram de lado, o que nos leva a conjecturar que ela foi acrescentada pouco depois do tempo dos apóstolos, mas foi entrando em uso pouco a pouco. Seja como for, é indubitável que ela foi tomada do que devem ter e sentir todos os crentes verdadeiros. Porque não há nenhum dos antigos pais que não faça lembrar a descida de Jesus Cristo aos infernos, embora varie o sentido disso. Ora, não é importante saber por quem e quando essa frase foi inserida no Símbolo.[323] Em vez disso, é necessário que notemos que temos nele um pleno e completo resumo da nossa fé, no qual não falta nada e no qual não há nada que não seja tomado da Palavra de Deus. Sobre esse artigo, logo se verá que é tão importante no que diz respeito à realização da nossa salvação, que de maneira nenhuma deve ser omitido.

---

[319] Rm 6.

[320] Gl 6.14; Cl 3.1-6.

[321] No original francês, literalmente: “Desceu aos infernos”. Nota do tradutor.

[322] Esta expressão é encontrada pela primeira vez no Credo Apostólico em Rufino (390 AD), só reaparecendo no sétimo século (Cf. Philip Schaff, The Creeds of Christendom, Vol. II. p. 54-55].

[323] Zc 9.11 [tradução direta].

A explicação varia; porque há alguns que acham que aqui não é dito nada de novo, mas somente é repetido com palavras diferentes o que já foi dito sobre o sepultamento, visto que com freqüência a palavra inferno equivale a sepulcro. No tocante ao que eles pretendem extrair da significação da palavra, confesso a eles que é verdade que muitas vezes a palavra inferno é empregada com o sentido de sepulcro, mas há duas razões que contradizem a opinião deles e que me parecem suficientes para derrubá-la. Note-se que não passa de coisa ociosa, depois de se demonstrar claramente um ponto citando palavras conhecidas, repeti-lo empregando palavras mais obscuras. Nesse caso, quando se juntam duas locuções para querer dizer a mesma coisa, é próprio entender que a segunda declaração é como a primeira. Ora, que declaração será essa, se quisermos explicar o sepultamento de Jesus Cristo dizendo que Ele desceu aos infernos? Acresce que não é nem um pouco provável que neste sumário no qual se contêm os principais artigos da nossa fé resumidos em poucas palavras, a igreja antiga tenha querido introduzir uma coisa assim tão supérflua e sem propósito; fato que não se vê repetido em tratados mais longos. E não tenho dúvida de que aqueles que examinarem bem a matéria concordarão comigo.

Outros, pela palavra inferno entendem algum lugar subterrâneo, ao qual dão o estranho nome de limbo, [1536] onde eles acham que os pais que tinham vivido sob o Antigo Testamento estavam encerrados como em prisão, e dizem que Cristo desceu lá para os libertar, rompendo com poder[a] as portas e os rijos ferrolhos. Essa fábula, embora tenha grandes autores e ainda hoje seja sustentada como se fosse verdade, todavia não passa de fábula. [1536] E de nada serve para esse propósito o que citam de Zacarias e do apóstolo Pedro. Porque, quando o profeta afirma que o Senhor, pelo sangue da Sua aliança com Sião, "libertou os prisioneiros do poço em que não havia água",[324] não fala de mortos nem de limbo, mas com a expressão "poço em que não havia água" ele se refere à cova profunda, ao abismo de miséria em que estão todos os pecadores; por "prisioneiros" ele entende as pessoas que se acham presas e encerradas na maior calamidade e angústia. [1536] Quando o apóstolo Pedro diz que Jesus Cristo "foi e pregou aos espíritos em prisão,[325] não quis dizer outra coisa, senão que a eficácia da redenção feita por Jesus Cristo foi notificada aos espíritos daqueles que anteriormente tinham sido transgressores. Porque os crentes fiéis, que sempre esperaram nele e dele a salvação, tinham então conhecido plenamente, como que a olhos vistos, a Sua visitação e a Sua presença. Ao contrário, os réprobos, vendo que somente Ele é a salvação de todo o mundo e que eles ficaram excluídos, foram certificados* mais claramente de que não lhes restava nenhuma esperança. E o fato de Pedro considerar em prisão justos e crentes [e ímpios; ver 1Pe 3.19,20; 4.6], sem distinção, não se deve entender como se os justos estivessem encerrados num rigoroso cativeiro antes da vinda de Jesus Cristo. Mas, visto que viam a sua redenção de

a. fores vi perfregisse.

[324] 1 Pe 3.19.

[325] Is 53.4,5 [tradução direta].

longe, como numa sombra obscura, a esperança que tinham, não podendo eles estar sem alguma ansiosa preocupação, é comparada com uma prisão.

[1539] Temos, pois, necessidade de buscar uma correta explicação deste artigo. Pois bem, a Palavra de Deus nos mostra uma, não somente boa e santa, mas também cheia de grande consolação[a]. Já não seria pouco se Jesus Cristo sofresse apenas morte corporal, mas também foi preciso que Ele sentisse a severidade do Juízo de Deus, a fim de interceder por nós e como que impedir que a ira divina caísse sobre nós, e para satisfazer à justiça de Deus[b]. Para fazer isso, o recurso que Lhe coube foi lutar pessoal e diretamente contra os poderes do inferno e contra o pavor da morte eterna. Diz o profeta que o castigo requerido para a nossa paz Lhe foi imposto, e que Ele foi "espancado e ferido pelo Pai por causa dos nossos crimes, afligido por causa das nossas iniqüidades".[326] Com essas palavras ele quer dizer que Cristo substituiu os pecadores como responsável e fiador,*[c] ou melhor, como o principal devedor, cabendo-lhe receber as penas que deveriam ser impostas àqueles. A única diferença [entre o Substituto e os substituídos] é que Ele não poderia ser retido e subjugado pelos grilhões da morte.[327] Portanto, não é de admirar que se diga que Ele desceu aos infernos, uma vez que Ele sofreu a morte e que esta é imposta pela ira de Deus aos malfeitores.

Ser abandonado por Deus é estar num abismo terrível!

Para que se possa entender facilmente este ponto, consideremos isto: Sentir-se desamparado e abandonado por Deus não é estar num abismo terrível? Pois vemos Jesus chegar ao ponto de ser constrangido a gritar: "Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste?"[328] A explicação dada por alguns, que Ele disse isso mais segundo a opinião dos outros que por Seu próprio sentimento, não é nem um pouco provável, visto que transparece claramente que essa palavra veio de um profundo amargor de coração.[329] [1536] Todavia, disso não queremos inferir que alguma vez Deus foi adversário ou que se enfureceu contra o Seu Cristo. Pois, como iria o Pai encolerizar-se contra Seu amado Filho, no qual Ele disse que tem todo o Seu prazer? Ou como poderia Cristo apaziguar o Pai a favor dos homens por Sua intercessão, se o Pai se irasse contra Ele? Mas nós dizemos que pesou sobre Ele a vingança [da santa ira] de Deus [contra o pecado], no sentido de que foi ferido e afligido por Sua mão e experimentou todos os sinais que Deus mostra aos pecadores, irando-se contra eles e punindo-os.[d]

---

a. A explicação que Calvino dá da "descida aos infernos" é totalmente original, e lhe tem sido vivamente censurada.
b. justo judicio.
c. sponsorem.
d. 1536 tem somente: afflictum fuisse ac divini judicii horrorem et severitatem sensisse, ut iræ Dei intercederet, ac ejus justitiæ nostro nomine satisfaceret. (A *Instrução* de 1537 traduz isso.)

[326] At 2.24.
[327] Mt 27.46.
[328] Ver Cy [Cyprianum][e], 1. alter. *de fide ad Regin.*
[329] Lib. IV *de tri.*; lib. III.

e. Portanto, Calvino leu antes de 1535 essa obra de Cipriano, provavelmente na edição de Erasmo (Basiléia, 1520).

[1539] Em razão disso, Hilário disse que pela morte de Jesus Cristo nós obtemos o benefício de que agora a morte está abolida. Noutras passagens ele não vai longe do nosso propósito, como quando declara que a cruz, a morte e os infernos são a nossa vida. E mais: O Filho do homem [neste contexto] está nos infernos, mas o homem é exaltado ao céu.[330] Em suma, Jesus Cristo, lutando contra o poder do Diabo, contra o pavor ou os grilhões da morte, contra os tormentos do inferno, obteve a vitória e triunfou, a fim de que, na morte, não temamos mais as coisas que o nosso Príncipe aboliu e anulou.

Ressurgiu dos mortos ao terceiro dia.

Visto que na cruz, na morte e no sepultamento de Cristo só se vê fraqueza, é necessário que a fé vá além, para ser plenamente corroborada, fortalecida[a]. Lembremo-nos de que em Sua morte nós temos a completa realização da salvação, porque por ela somos reconciliados com Deus, foi dada por Cristo plena satisfação à perfeita justiça de Deus, a maldição foi abolida e nós ficamos livres de todas as penas que merecíamos por nossos débitos. Todavia, não se diz que foi pela morte que fomos ressuscitados na esperança da vida, mas, sim, pela ressurreição.[331] Porque, assim como Ele, ao ressuscitar, mostrou-se vencedor da morte, assim também a vitória sobre a nossa morte consiste em Sua ressurreição[b].

As palavras do apóstolo Paulo mostrarão melhor o que isso quer dizer, quando ele declara que Jesus Cristo "morreu por causa dos nossos pecados e ressuscitou por causa da nossa justificação".[332] Como se dissesse que por Sua morte o pecado foi eliminado, e por Sua ressurreição a justiça foi instaurada.[c] Sim, pois, como poderia ser que morrendo nos livrasse da morte, se tivesse sucumbido à mesma? Como poderia adquirir a vitória para nós, se fracassasse no combate? Portanto, dividimos de tal maneira a substância da nossa salvação entre a morte de Cristo e Sua ressurreição, que dizemos que pela morte o pecado foi destruído, a morte foi eliminada pela ressurreição, a justiça foi estabelecida, e a vida foi retomada do alto; e isso de tal maneira que é por meio da ressurreição que a morte tem a sua eficácia.[333]

---

a. Só se pode dizer: "Ave crux, spes única"[1] se se vê a cruz à luz da ressurreição. É isso que dá sua tônica e seu tom de vitória à piedade calvinista.

b. Cf. 1536, cap. II, pars secunda: Justificati suscitamur per eam [ressurrectionem] a morte peccati in vitæ novitatem ac justitiam (Rm 6).

Instrução de 1537: Sua ressurreição é primeiramente a certa e indubitável verdade, substância e fundamento da nossa ressurreição; em segundo lugar, é também a vivificação presente, pela qual renascemos para andar em novidade de vida.

c. instauratam restitutamque.

330 1 Pe 1.1-11.

331 Rm 4.25 [tradução direta].

332 "Sem a ressurreição não podemos consolar-nos de nenhuma maneira; todos os argumentos possíveis serão insuficientes para alegrar-nos." [Juan Calvino, Se Deus fuera nuestro Adversario: In: Sermones Sobre Job, Jenison, Michigan, T.E.L.L., 1988, (Sermon nº 6), p. 85].

333 Rm 6.4.

Ademais, como há pouco explicamos que a mortificação da nossa carne depende da co-participação na cruz de Cristo, também é necessário entender que há um outro fruto correspondente àquele e que é proveniente da Sua ressurreição. Porque, como diz o apóstolo, nós somos inseridos[a] na semelhança da Sua morte, para que, sendo participantes da Sua ressurreição, "andemos nós em novidade de vida".[334] É por isso que, noutro lugar, tendo deduzido do fato de que morremos com Cristo o argumento de que devemos mortificar os nossos membros na terra, também do fato de que fomos ressuscitados com Cristo ele infere que devemos buscar as coisas celestiais.[335] Com tais palavras ele não somente nos exorta à nova vida, a exemplo de Cristo ressurrecto, mas também ensina que isso é feito por Seu poder, pelo qual somos regenerados em justiça [ou como justos].

Há uma terceira utilidade que nos vem da ressurreição de Cristo. É que, como temos um penhor da nossa ressurreição, temos mais firme certeza da nossa própria, visto que a de Cristo é seu fundamento e sua substância.[336]

Também é necessário notar, de passo, que o artigo declara que Ele ressuscitou dos mortos. Com isso se afirma a veracidade da Sua morte e da Sua ressurreição, como se dissesse que Ele sofreu a mesma morte que os demais homens sofrem, e que recebeu a imortalidade na mesma carne da qual se revestiu, ou seja, na carne mortal.

Subiu ao céu; está sentado à mão direita de Deus Pai.

Embora Cristo tenha começado em Sua ressurreição a engrandecer Sua glória e Seu poder, despojando-se da humilhação da Sua natureza mortal e da ignomínia [ou da afrontosa vergonha] da cruz, todavia exaltou verdadeiramente o Seu reino quando subiu ao céu. O que o apóstolo demonstra quando declara que Ele subiu "para consumar (ou cumprir) todas as coisas".[337] Porque podemos ver bem com que maior amplitude Ele derramou as graças do Seu Espírito, quanto ampliou a Sua majestade e com que grande incremento manifestou o Seu poder, tanto para ajudar os que Lhe pertencem como para abater os Seus inimigos.

[1536] Tendo sido, pois, recebido no céu, a presença do Seu corpo ficou oculta à nossa vista, não porém de molde a deixar Ele de assistir aos crentes, que ainda devem peregrinar[b] na terra, e de governar o mundo, agora com um poder mais notadamente presente que antes.[338]

[1539] E, de fato, o que Ele prometeu, que estaria conosco até à consumação do século, foi cumprido por Sua ascensão; nesta, assim como o corpo foi

a. insiti.
b. peregrinarentur.
334 Cl 3.1,2.
335 1 Co 15.12-23.
336 Ef 4.10 [tradução direta].
337 "Ao termos em mente a ascensão, não devemos confinar nossa visão ao corpo de Cristo, mas nossa atenção é direcionada para o resultado e fruto dela, ao sujeitar ele céu e terra ao seu governo." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 2, (Sl 68.18), p. 660-661].
338 Ef 1.20-22.

elevado acima de todos os céus, assim também o Seu poder e a Sua eficácia expandiram-se para além de todos os limites do céu e da terra. Porque imediatamente foi acrescentado que Ele está assentado à mão direita do Pai. Essa declaração é uma figura tomada dos reis, cujos oficiais, a quem incumbem de governar, são como seus assessores. Assim Cristo, no qual o Pai quer ser exaltado e por cuja mão quer exercer o Seu senhorio, é descrito como estando assentado à destra do Pai. Por essas palavras devemos entender que Ele foi estabelecido como Senhor do céu e da terra, que Ele solenemente tomou posse deles, e que não se apoderou deles por uma só vez, mas mantém Sua posse até quando vier para o dia do Juízo. É o que o apóstolo expõe, quando declara que o Pai O fez "sentar à sua direita nos lugares celestiais, acima de todo principado, e potestade, e poder, e domínio, e de todo nome que se possa referir não só no presente século, ma também no vindouro. E pôs todas as cousas debaixo dos [seus] pés e, para ser o cabeça sobre todas as cousas, o deu à Igreja".[339] Vemos a que nos leva a entender a declaração de que Jesus Cristo está assentado à mão direita do Pai: que todas as criaturas, tanto as celestes como as terrestres, honram a Sua majestade, são governadas por Sua mão, obedecem ao Seu beneplácito [à Sua vontade sábia e boa] e estão sujeitas ao Seu poder. E outra coisa não querem dizer os apóstolos, como o mencionam muitas vezes, senão que todas as coisas estão subordinada ao Seu comando[340].[341]

Portando, os que acham que essa declaração de fé se refere tão-somente à beatitude à qual Jesus Cristo foi recebido, fazem violência a essa verdade, Pois não pesa aqui* o fato de que Estêvão, em Atos,[342] dá testemunho de que O viu em pé, porque neste contexto o que importa não é a posição do corpo, mas a majestade do Seu império, de modo que estar assentado significa presidir ao trono celestial.

Benefícios para a nossa fé

Isso rende diversos proveitos para a nossa fé. Primeiro, porque entendemos que, por Sua ascensão ao céu, o Senhor Jesus fez para nós uma abertura,[343] a qual tinha sido fechada por Adão. Segundo, porque Ele entrou em nossa carne, e como que entrou em nosso nome, do que decorre o que disse o apóstolo, que, desde já e de algum modo, Deus "nos fez assentar nos lugares celestiais em Cristo Jesus",[344] isto é, que não temos uma esperança vã, mas que temos desde agora a posse [da herança eterna] em nosso Cabeça[a]. Ademais, reconhecemos e confessamos que é um grande

a. Numa passagem muito mais curta de 1536 sobre este assunto, lê-se: mediator.

339 At 2, 3 e 4; Hb 1. Ut Augu[stinus] de fide et sym., cap. 7.

340 "Por sua ascensão ao céu, Cristo tomou posse do domínio que lhe fora dado pelo Pai, para que ordenase e governasse todas as coisas pelo exercício de seu poder." [João Calvino, Efésios, São Paulo, 1998, Paracletos, 1988, (Ef 4.10), p. 118].

341 At 7.56.

342 Jo 14.6.

343 Ef 2.6.

344 Hb 7 e 9. [Ver 9.11.]

benefício para nós Ele residir com o Pai. Sim, pois, havendo Ele entrado no santuário "não feito por mãos"[345] humanas, lá permanece continuadamente como nosso Advogado e Intercessor, levando o Pai, por Sua justiça, a desviar dos nossos pecados os Seus olhos para não os ver jamais; reconciliando-nos de tal modo com o Seu coração que, por Sua intercessão, o Pai nos recebe e nos acolhe em Seu trono;[346] provendo-nos de Sua graça e clemência e providenciando para que o Seu trono não seja para nós terrível como deve ser para todos os pecadores.[347]

Em terceiro lugar, este artigo nos possibilita conceber o poder de Jesus Cristo, no qual reside a nossa força e poder, o nosso socorro e a glória de que estamos revestidos contra o inferno. Porque, subindo ao céu, Cristo levou cativos os Seus adversários,[348] e, tendo-os despojado, enriqueceu o Seu povo, e dia após dia o enriquece das Suas graças [e dos Seus bens] espirituais.

Sumário

Portanto, Ele está assentado nas alturas a fim de que, de lá, derramando sobre nós o Seu poder, Ele nos vivifique, dando-nos vida espiritual, e nos santifique por Seu Espírito, para ornar a Sua igreja com muitos dons preciosos, para preservá-la mediante a Sua proteção de todo mal, e para reprimir e confundir, com o Seu poder, todos os inimigos da Sua cruz e da nossa salvação. Finalmente, a fim de exercer todo o poder no céu e na terra,[349] até vencer e destruir todos os Seus inimigos, que também são nossos, e até que tenha perfeita a Sua igreja.

Donde há de vir para julgar os vivos e os mortos.

Mesmo nos dias atuais, os servos de Jesus Cristo contam com numerosos sinais que os habilitam a reconhecer a presença do Seu poder. Mas, como o Seu reino ainda se mantém obscuro e oculto sob a humildade da carne[a], não é sem motivo que a fé é aqui dirigida à Sua presença visível, a manifestar-se no último dia.

---

a. Importante pensamento calviniano [2] [nota do tradutor desnecessária): A igreja de Jesus Cristo não é, na terra, um reino de grande brilho. Ela não oferece grandes coisas que alegrem a vista; o crente se consola dirigindo-se para o Reino prometido.

345 Rm 8.34.

346 "Não carecemos de nutrir nenhuma preocupação de que Deus rejeite as nossas orações em favor da Igreja, visto que o nosso Rei celestial nos precedeu para fazer intercessão por ela, de modo que, ao orarmos por ela, estamos apenas nos diligenciando por seguir seu exemplo." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 1, (Sl 21.1), p. 456]. "Não temos como medir esta intercessão pelo nosso critério carnal, pois não podemos pensar do Intercessor como humilde suplicante diante do Pai, com os joelhos genuflexos e com as mãos estendidas. Cristo contudo, com razão intercede por nós, visto que comparece continuamente diante do Pai, como morto e ressurreto, que assume a posição de eterno intercessor, defendendo-nos com eficácia e vívida oração para reconciliar-nos com o Pai e levá-lo a ouvir-nos com prontidão." [J. Calvino, Exposição de Romanos, (Rm 8.34), p. 304].

347 Ef 4.8.

348 Sl 11.

349 At 1.11.

[1536] Porque Ele descerá em forma visível, como foi visto subir,[350] e se manifestará a todos com a majestade inenarrável do Seu reino, [1539] iluminado pela luz da imortalidade e com o infinito poder da Divindade, na companhia dos Seus anjos.[351] Por isso nos é ordenado, então, que aguardemos a vinda do nosso Redentor para o dia em que Ele vai separar as ovelhas dos cabritos, os eleitos dos réprobos. Não haverá ninguém, vivo ou morto, que possa escapar do julgamento. Porque o som da trombeta será ouvido por todas as extremidades[a] da terra,[352] pelo qual [1536] todos os homens serão intimados a comparecer perante o Seu trono judicial, tanto os que na ocasião estarão vivos como os que terão morrido[b] antes.

[1539] Há alguns que explicam a expressão "os vivos e os mortos" dizendo que significa os *bons e os maus*.[c] E de fato vemos que alguns dos antigos ficaram em dúvida quando tiveram que explicar esses vocábulos. Mas o primeiro sentido é muito mais pertinente, pois é mais simples, menos forçado, e está de acordo com o uso costumeiro que se vê na Escritura. E não contradiz o que é dito pelo apóstolo, que está ordenado que todos os homens venham a morrer.[353]

Quanto aos que estiverem na vida mortal quando vier o Juízo, não morrerão segundo a ordem natural. Contudo, a mutação que sofrerão terá tão grande semelhança com a morte que não é sem motivo que é chamada morte.[354] É certo que nem todos descansarão longamente (o que a Escritura chama dormir), mas todos sofrerão mudança e serão transformados.

Que se pode dizer disso? Que numa fração de tempo a vida mortal deles será eliminada e transformada numa nova natureza. Ninguém pode negar que tal eliminação da carne é morte. Todavia, permanece esta verdade: Os vivos e os mortos serão levados a julgamento. "Os mortos em Cristo ressuscitarão primeiro; depois, nós, os vivos, os que ficarmos, seremos arrebatados juntamente com eles, entre nuvens, para o encontro do Senhor nos ares", como diz o apóstolo Paulo.[355] E, na verdade, é bem provável que este artigo de fé tenha sido tomado da pregação do apóstolo Pedro, registrada no capítulo dez de Atos, e da notável conjuração (ou apelo) feita pelo apóstolo Paulo a Timóteo, onde ele fala nomeadamente dos vivos e dos mortos.[356] Dela recebemos esta singular consolação: Ficamos sabendo que o poder de julgar foi dado Àquele que nos mandou julgar, como

---

a. angulis.
Das cinco palavras, indispensáveis, não constam equivalentes em 1539.
b. quos e vivorum consortio mors sustulerit.
c. secus vivorum et mortuorum vocabula hic accipiant.
350 Mt 24. [Ver Mt 25.31,32.]
351 1 Ts 4.13-18.
352 Hb 9.27.
353 1 Co 15.50-54.
354 1 Ts 4.16,17.
355 2 Tm 4. [Notar o versículo primeiro.]
356 Rm 8.31-35.

participantes da Sua honra. O que nos leva a concluir o seguinte: Nem de longe se pode pensar que Ele subiu ao Seu trono para nos condenar! Porquanto, como um Príncipe de tão grande clemência poria a perder o Seu povo? Como a Cabeça[a] dissiparia os Seus membros? Como o Advogado condenaria aqueles de cuja defesa se encarregou? E se o apóstolo ousa gloriar-se em que ninguém há que possa condenar-nos quando Jesus Cristo intercede por nós,[357] ainda mais seguro e certo é que Cristo, sendo o nosso Intercessor, não nos condenará, visto que tomou em Suas mãos a nossa causa e prometeu defender-nos. Não é pequena segurança poder dizer que o tribunal a que vamos comparecer é o do nosso Redentor, de quem esperamos salvação.[358]

Além disso, temos no artigo em foco esta verdade: Aquele que no presente nos promete por Seu Evangelho a bem-aventurança eterna ratificará [e cumprirá] então a Sua promessa, ao fazer o julgamento. De tal maneira o Pai honrou Seu Filho atribuindo a Ele a autoridade para julgar que, ao fazê-lo, proveu de consolo a consciência dos Seus servos, os quais poderiam tremer de pavor do Juízo, se não tivessem segura esperança.[359]

[1536] Pois bem, tendo visto que a soma total e todas[b] as parcelas da nossa salvação estão contidas em Jesus Cristo, tenhamos o cuidado de não transferir para outros sequer a menor porção que se possa mencionar.[360]

[1539] Se buscamos salvação, só o Nome de Jesus já nos ensina que nele está.[361] Se desejamos os dons do Espírito Santo, em Sua unção os encontraremos. Se procuramos poder, este se acha em Seu senhorio. Se nos preocupa a obtenção de pureza, esta nos é oferecida em Sua concepção. Se é nosso desejo encontrar dulçor e benignidade, temos [esta suave bênção] em Sua natividade, pela qual

---

a. caput.

b. 1536: omnes. 1539: singulas.

357 "Devemos buscar refúgio na graciosa promessa da misericórdia que nos é oferecida em Cristo, para que saibamos com certeza que somos considerados justos aos olhos de Deus." [J. Calvino, Exposição de 1 Coríntios, São Paulo, Paracletos, 1996, (1Co 4.4), p. 131].

358 Conforme acentua Bavinck (1854-1921), ".... quando Cristo começar a julgar, nós sabemos que tipo de julgamento será esse: misericórdia e Graça e ao mesmo tempo perfeita justiça. Ele conhece a natureza do homem e tudo o que há nela; Ele conhece os lugares secretos do coração e pode detectar nele todo mal e corrupção, mas Ele vê também o menor começo de fé e de amor que estiver presente ali. Ele não julga de acordo com a aparência, nem de acordo com pessoas, mas de acordo com a verdade e com a justiça." [Herman Bavinck, Our Reasonable Faith, 4ª ed. Grand Rapids, Michigan, Baker Book House, 1984, p. 564].

359 "Méritos humanos estão excluídos de todo o plano da salvação." [William S. Plumer, Psalms, Carlisle, The Banner of Truth Trust, 1978, (Reprinted), (Sl 130.4), p. 1125]. "É preciso lembrar que sempre que atribuímos nossa salvação à graça divina, estamos confessando que não há mérito algum nas obras; ou, antes, devemos lembrar que sempre que fazemos menção da graça, estamos destruindo a justiça [procedente] das obras." [João Calvino, Exposição de Romanos, (Rm 11.6), p. 389]. "A graça divina e o mérito das obras humanas são tão opostos entre si que, se estabelecermos um, destruiremos o outro" [J. Calvino, Exposição de Romanos, (Rm 11.6), p. 388]. "A graça é a incorruptível semente divina, a qual jamais perecerá em qualquer coração onde previamente foi depositada." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 2, (Sl 51.11), p. 441].

360 At 4.12.

361 Hb 1.3 e 4.14-16.

Ele foi feito semelhante a nós para aprender a ser objeto de piedade ou dó. Se clamamos por redenção, nos é dada por Sua paixão [e morte sacrificial]. Em Sua condenação temos a nossa absolvição. Se desejamos que a maldição seja removida de nós, obtemos esse benefício em Sua Cruz.[362] A satisfação [prestada à justiça de Deus] nós a temos em Seu sacrifício; a purificação, em Seu sangue; a nossa reconciliação é feita por Sua descida aos infernos. A mortificação da nossa carne acha-se em Seu sepultamento; a novidade de vida, em Sua ressurreição, na qual temos a esperança da imortalidade. Se buscamos a herança celestial, é-nos assegurada por Sua ascensão. Se procuramos auxílio, consolo, fortaleza e abundância de todos os bens, no Seu reino os temos. Se queremos esperar com segurança o Juízo, temos juntamente com o Juízo o benefício de que Ele é o nosso Juiz.

Em suma, uma vez que em Cristo estão os depósitos de todas as Suas riquezas, de todos os Seus bens, é preciso que dele os retiremos[a], não de outros. Porque aqueles que não se contentam com Ele, oscilam para um lado e outro, em diversas esperanças, mesmo quando a Ele dediquem a sua principal consideração. Se não seguem o caminho certo e reto, perdem-se nas suas dúvidas, porque desviam de Cristo uma parte dos seus pensamentos, concentrando-a em outros e não nele. Mas o certo é que essa atitude desafiadora não consegue penetrar a nossa mente, quando a nossa fé conhece bem as riquezas de Cristo que estão a seu dispor.[363]

TERCEIRA PARTE

Creio no Espírito Santo[b].

Segue-se agora a fé no Espírito Santo, a qual é essencial para a concretização da nossa salvação. Porque, apesar do fato de que se declara que devemos buscar a nossa ablução [isto é, a nossa purificação] e a nossa santificação em Jesus Cristo, essas bênçãos só podem ser obtidas se nos forem comunicadas pelo Espírito Santo. O que o apóstolo explica, dizendo que "nós fomos lavados e santificados no nome de Jesus Cristo e pelo Espírito do nosso Deus",[364] como se dissesse que as graças de Jesus Cristo são impressas em nossa consciência pelo Espírito Santo. Portanto, depois da fé no Pai e no Filho, é certo acrescentar a fé no Espírito, pelo qual nos é confirmado o fruto da misericórdia divina e da graça adquirida por Jesus Cristo. Pois bem, quando ouvimos o nome do Espírito, devemos trazer à memória todos os ofícios que a Escritura Lhe atribui e aspirar aos benefícios que

a. 1539 acrescenta: ad satietatem, expressão que se encontra desde a conclusão deste parágrafo em 1536.
b. Este subtítulo falta em 1539.

362 "A glória de Deus deve resplandecer sempre e nitidamente em todos os dons com os quais porventura Deus se agrade em abençoar-nos e em adornar-nos. De sorte que podemos considerar-nos ricos e felizes nele, e em nenhuma outra fonte." [J. Calvino, O Livro de Salmos, Vol. 2, (Sl 48.3), p. 356].

363 1 Co 6.11 [tradução direta].

364 2 Co 1.21,22 e 5.5.

dele procedem, conforme o testemunho da mesma. Porque a Escritura nos ensina [1536] que toda a graça de Deus é operação do Seu Espírito, sendo que o Pai, mediante Ele, em Seu Filho, faz todas as coisas. Por intermédio dele o Pai criou[a], mantém, vivifica[b] e preserva todas as Suas obras. Por intermédio dele o Pai chama e atrai a Si todos os que crêem, justifica-os, santifica-os para uma nova vida, enriquece-os, dando-lhes diferentes espécies de graças, e fortifica-os com Seu poder celestial, até que eles cheguem à vitória final.

Portanto, quando o Espírito Santo habita em nós dessa maneira, é Ele que nos ilumina com a Sua luz para nos fazer entender as grandezas da bondade de Deus, que em Jesus Cristo possuímos. [1539] Tão importante é o Seu ministério que com justiça podemos dizer que Ele é a chave com a qual são abertos para nós os tesouros do reino celestial, e que a Sua iluminação são os olhos do nosso entendimento, que nos habilitam a contemplar os mencionados tesouros. Por essa causa Ele á agora chamado Penhor[365] e Selo,[366] visto que sela em nosso coração a certeza das promessas. Como também agora Ele é chamado mestre da verdade, autor da luz, fonte de sabedoria, conhecimento e discernimento[367].[368] É Ele que nos purifica de toda impureza, consagra-nos, fazendo de nós templos de Deus, e nos adorna de tal maneira com a santidade que somos feitos moradas de Deus. É Ele que, derramando-se sobre nós, faz-nos férteis para produzirmos frutos de justiça. Por essa razão, por vezes Ele é chamado água(s), como nestas passagens do profeta: "Ah! todos vós, os que tendes sede, vinde às águas".[369] E mais: "Derramarei água sobre o sedento e torrentes, sobre a terra seca".[370] A isso se refere a sentença de Cristo, na passagem em que Ele convida todos os sedentos a tirarem água viva.[371] Também às vezes Ele é descrito em termos da Sua eficácia para lavar e purificar, como em Ezequiel, onde o Senhor promete água pura para puri-

a. 1536: agit. 1539: creat.
b. vivificat, vegetat.
365 Ef 1.13,14.
366 1 Co 12.
367 Conforme já citamos acima: "A função peculiar do Espírito Santo consiste em gravar a Lei de Deus em nossos corações." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 2, (Sl 40.8), p. 228]. É o Espírito Quem nos ensina através das Escrituras [Vd. J. Calvino, As Institutas, I.9.3]; esta é "a escola do Espírito Santo", [J. Calvino, As Institutas, III.21.3] que é a "escola de Cristo" [João Calvino, Efésios, (Ef 4.17), p. 133] e, o Espírito é o "Mestre"; [João Calvino, Exposição de Romanos, (Rm 1.16), p. 58] "o melhor mestre" [João Calvino, As Institutas, IV.17.36]; é o "Mestre interior" [João Calvino, As Institutas, III.1.4; III.2.34; IV.14.9]. "O Espírito de Deus, de quem emana o ensino do evangelho, é o único genuíno intérprete para no-lo tornar acessível." [João Calvino, Exposição de 1 Coríntios, (1Co 2.14), p. 93]. Portanto, "Se porventura desejamos lograr algum progresso na escola do Senhor, devemos antes renunciar nosso próprio entendimento e nossa própria vontade." [João Calvino, Exposição de 1 Coríntios, (1Co 3.3), p. 100]. "O ensino interno e eficaz do Espírito é um tesouro que lhes pertence de forma peculiar. (...) A voz de Deus, aliás, ressoa através do mundo inteiro; mas ela só penetra o coração dos santos, em favor de quem a salvação está ordenada." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 2, (Sl 40.8), p. 229].Calvino diz que quem rejeita o "magistério do Espírito", é desvairado. (João Calvino, As Institutas, I.9.1).
368 Is 55.1.
369 Is 44.3.
370 Jo 7.37-39.
371 Ez 36.25.

ficar o Seu povo.[372] É Ele que nos restaura com o Seu licor e destila em nós o vigor da vida, pelo que é chamado óleo e unção. [1536] É Ele que, queimando e consumindo os vícios da nossa concupiscência, inflama de amor o nosso coração. [1539] Por esse poder Ele é chamado fogo. É Ele que inspira em nós a vida divina, para que não vivamos mais de nós e por nós mesmos, mas sigamos o Seu mover e a Sua direção.

[1536] Portanto, se existe em nós algum bem, tudo isso é feito por Sua graça e por Seu poder. Por outro lado, o que temos de nosso não passa de cegueira de espírito e perversidade de coração.[373]

[1539] Vemos, pois, agora, quanto nos é proveitoso e necessário que a nossa fé seja dirigida ao Espírito Santo, visto que nele encontramos a luz da nossa alma, a nossa regeneração e a comunicação de todas as graças, como também a eficácia de todos os bens que para nós procedem de Jesus Cristo.

QUARTA PARTE

Creio na santa igreja católica;[374] *na comunhão dos santos.*[a]

Falaremos mais amplamente sobre a igreja[b] noutro lugar. Por ora tocaremos nos pontos relacionados com as coisas que a fé deve contemplar, para receber conso-

---

a. Este subtítulo falta em 1539.

b. 1536: sanctam ecclesiam catholicam.

Instrução de 1537: a santa igreja universal. *Institutio*, 1539: ecclesiam catholicam.

372 "O poder do Espírito é algo ainda ignorado pela carne e pelo sangue" [João Calvino, Efésios, (Ef 1.20), p. 44].

373 É como diz o texto original francês; como também a edição do Breve Catecismo que ora tenho em mãos, editado Pela Casa Editora Presbiteriana, s/d. Em algumas obras se diz "universal" ou "de Cristo", seja por "temor servil" ou por respeito ao crente menos esclarecido, temendo confusão com Roma, sendo que a igreja de Roma contraditória ou paradoxalmente chama-se "Católica", que quer dizer "universal", e "Romana", restrita à cidade de Roma (na verdade, a pouco mais que um quintal de Roma). Nota do tradutor.

374 A palavra *"católico"*, é uma transliteração do grego καθολικός (katholikós), que é traduzida por *"universal"*, *"geral"*. O termo grego é constituído de duas palavras: καθό (kathó), que significa "à medida em que", "segundo" e, Ὅλος (hólos), que significa, *"todo"*, *"inteiro"*, *"completo"*. A palavra *"católico"* só ocorre uma vez no Novo Testamento e, mesmo assim, na forma adverbial, acompanhada de um advérbio de negação, sendo traduzida por *"absolutamente não"* (At 4.18).

O termo "católico" dispunha de grande emprego na literatura secular. [Vd. Κατολικός: In: William F. Arndt & F.W. Gingrich, A Greek-English Lexicon of the New Testament and Other Early Christian Literature, 2ª ed. Chicago, University Press, 1979, p. 391; J.N.D. Kelly, Primitivos Credos Cristianos, Salamanca, Secretariado Trinitario, 1980, p. 454]. No entanto, o primeiro homem a usar a palavra "católica" para se referir à Igreja, foi Inácio de Antioquia (30-110 AD), na sua carta à Igreja de Esmirna, escrita por volta do ano 110, quando diz: "Onde quer que se apresente o bispo, ali também esteja a comunidade, assim como a presença de Cristo Jesus também nos assegura a presença da Igreja católica." [Inácio de Antioquia, Carta de S. Inácio aos Esmirnenses, 8.2. In: Cartas de Santo Inácio de Antioquia, 3ª ed. Petrópolis, RJ., Vozes, 1984, p. 81]. Aqui, Inácio designa de católica a Igreja universal, representada em cada uma das igrejas locais. Posteriormente, por volta do ano 155 AD., encontramos a mesma expressão na *Carta Circular da Igreja de Esmirna*, redigida por um escritor anônimo, que conta como foi o martírio de Policarpo, bispo de Esmirna. Na introdução ele escreve: "A Igreja de Deus estabelecida em Esmirna à Igreja de Deus estabelecida em Filomélio e às Igrejas de todos os lugares em que são partes da Igreja santa e católica....". [O Martírio de Policarpo: In: Henry Bettenson, Documentos da Igreja Cristã, São Paulo, ASTE., 1967, p. 35]. A expressão "católica", só é encontrada no Credo a partir do ano 450 AD. [Cf. Philip Schaff, The Creeds of Christendom, Vol. II, p. 55].

lação. Primeiramente dizemos, e não sem razão: Creio *a* igreja. Não: *na* igreja.[375] Bem sei que a segunda forma é a mais costumeira hoje em dia, e que desde a Antigüidade vem sendo utilizada. Mesmo o Credo de Nicéia,[c] nos termos registrados pela História Eclesiástica, diz: "creio (ou cremos) na igreja". Todavia, vê-se também pelos livros dos antigos pais que não houve dificuldade em acatar a expressão, crer a igreja, e não, na igreja. Porque Cipriano e Agostinho não somente falam assim, mas também explicitamente ensinam que a locução seria imprópria, se lhe fosse acrescentada a preposição *em*. E comprovam a sua opinião com um argumento não fútil. Porque damos testemunho de que cremos *em* Deus, porque o nosso coração se firma nele, tendo-o como verdadeiro, e nele repousa. O que não seria próprio dizer da igreja, como igualmente seria impróprio quanto à remissão dos pecados e à ressurreição do corpo. Portanto, embora eu não queira brigar[a]* por palavras, prefiro contudo seguir a propriedade de termos, que favorece a clareza, a utilizar formas de linguagem que induzem obscuridade sem nenhum propósito.

Agora precisamos lembrar o que já advertimos, que, até aqui, a substância, o fundamento e a causa da nossa salvação nos foram demonstrados; segue-se agora o efeito [a sua concretização]. Porque aquele que entende o poder de Deus e Sua bondade paternal, a justiça de Cristo e a eficácia do poder do Espírito Santo, tem a causa da sua salvação. Ma ainda não vê como a salvação se realiza nos homens, a não ser que desça à igreja, à remissão dos pecados e à vida eterna. Por isso, depois de haver ensinado que Deus é o Autor da nossa vida, será seguir boa ordem passar a reconhecer a Sua obra em nós.

Primeiro, a igreja nos é apresentada aqui como objeto de fé, no sentido de que creiamos [1536] que toda a multidão de cristãos se faz una pelo bem da fé, e se reúne formando um povo[b], cujo Príncipe e Comandante é o Senhor Jesus;[376] igualmente se une num corpo, cuja Cabeça[c] é Cristo. Pois assim Deus eternamente escolheu nele todos os Seus, para os reunir e os acolher[d] em Seu reino.

[1539] Pois bem, o que demonstra quão necessário é crer na igreja é que, para sermos regenerados com vida imortal, é preciso que a igreja nos conceba,

---

c. Nicenum.

a. litigare.

b. Definição de igreja, 1536: "Universum electorum numerum, sive angeli sint, sive homines; ex hominibus, sive mortui, sive adhuc vivant; unam ecclesiam ac societatem, et unum Dei populum, cujus Christus Dominus noster dux sit et princeps, ac tanquam unius corporis caput; prout in ipso divina bonitate electi sunt, ante mundi constitutionem, ut in regnum omnes aggregarentur".

Assim traduzida na *Instrução* de 1537:

"Todos os eleitos são, pelos laços da fé, reunidos numa igreja e sociedade e num povo de Deus, povo do qual Cristo, o nosso Senhor, é o Guia e o Príncipe, e a Cabeça, como de um corpo, de modo que nele eles foram escolhidos antes da constituição do mundo, para que todos fossem reunidos no reino de Deus".

c. dux.

d. aggregarentur.

[375] A discussão que vem a seguir tem sentido quanto a particularidades da língua francesa. Na seqüência, usaremos indiferentemente a regência transitiva direta e a indireta em nossa tradução. Nota do tradutor.

[376] Ef 1; Gl 4.1-6.

como a mãe concebe os seus filhos; para sermos preservados [na vida cristã], é preciso que ela nos sustente e nos dê nutrição em seu seio.[a] Pois ela é a mãe de todos nós[377],[378] à qual o nosso Senhor confiou todos os tesouros da Sua graça, para que ela seja a guardiã deles e os distribua mediante o seu ministério. Portanto, se quisermos ter entrada no reino de Deus, teremos que, pela fé, reconhecer a igreja. Mas não se trata apenas de conceber em nossa mente o número dos escolhidos, mas de reconhecer a unidade da igreja, na qual não devemos duvidar de que estamos inseridos. Porque não podemos ter esperança alguma da herança celestial, se primeiro não nos unirmos ao Senhor Jesus Cristo como a nossa Cabeça, por essa comunhão com todos os membros do Seu corpo; pois a Escritura declara que fora dessa unidade da igreja não há salvação. Com relação a essa verdade, é preciso entender estas profecias: "Em Sião e em Jerusalém haverá salvação".[379] Por isso, quando o Senhor quer anunciar a morte eterna de alguns, Ele declara que eles não estarão na companhia do Seu povo e que não serão alistados entre os filhos de Israel.[380]

[1536] Ademais, essa companhia é chamada católica, ou universal, porque não há apenas dois ou três na igreja, mas, ao contrário, todos os eleitos de Deus estão de tal forma unidos e ligados em Cristo que, como dependem de uma só Cabeça, também são incorporados[b] num só corpo[c], entrelaçados como verdadeiros membros. E realmente formam muito bem um só, e assim, com uma mesma fé, esperança e amor, eles vivem do mesmo Espírito de Deus,[381] e são chamados, não somente para [receberem] uma mesma herança, [1539] mas também para [desfrutarem] uma mesma comunhão com Deus e com Jesus Cristo.[d]

[1539] Além disso, a igreja é denominada santa. Porque todos os que foram escolhidos pela providência de Deus, são santificados por Deus pela regeneração espiritual,[382] para serem incorporados nela. Em função dessa verdade, o apóstolo

---

a. coalescant.

b. Foi na epístola LXXII *(ad Jubajanum, de hæreticis baptizandis)* que Cipriano escreveu esta frase célebre: "Salus extra ecclesiam non est"[1]. Ver adiante, na p. 147 [do original francês], nota b.

c. Portanto, a unidade da igreja não depende da sua organização terrena: reside unicamente em Jesus Cristo, invisível aos olhos. De igual modo, no parágrafo seguinte, a santidade da igreja depende do Espírito Santo, que age nela, e não da maior ou menor santificação visível dos seus membros. Essa concepção calvinista previne contra todo sectarismo e prepara para o ecumenismo [ou melhor: predispõe para o espírito ecumênico].

d. 1536: in eandem vitæ æternæ hæreditatem vocati. 1539: in unius Dei ac Christi participationem.

377 Agostinho.

378 "A Igreja é a mãe comum de todos os piedosos, a qual suporta, nutre e governa, no Senhor, tanto a reis como a seus súditos; e tal coisa é feita através do ministério. Os que negligenciam ou fazem pouco desta ordem pretendem ser mais sábios do que Cristo. Ai de sua soberba!" [J. Calvino, Efésios, (Ef 4.12), p. 125]. "Eis a razão por que a Igreja é chamada a mãe dos crentes. E, indubitavelmente, aquele que se recusa a ser filho da Igreja debalde deseja ter a Deus como seu Pai. Pois é somente através do ministério da Igreja que Deus gera filhos para si e os educa até que atravessem a adolescência e alcancem a maturidade." [João Calvino, Gálatas, (Gl 4.26), p. 144].

379 Is 2.3.

380 Ez 13.9; Jl 2.12-32.

381 Rm 12; 1 Co 10.17; 12; [13]; Ef 4.1-16.

382 Jo 17; Ef 1.3-6; 5.1,2.

Paulo coloca nesta ordem a misericórdia de Deus: “aos que predestinou, a esses também chamou; e aos que chamou, a esses também justificou; e aos que justificou, a esses também glorificou”.[383] Assim, a nossa vocação e a nossa justificação outra coisa não são que testemunhas da eleição divina, sendo que o Senhor introduziu na comunhão de Sua igreja aqueles que ele havia preordenado antes de eles nascerem. Por essa razão, muitas vezes na Escritura só são considerados da igreja aqueles cuja eleição o Senhor comprovou dessa maneira.

[1539] Pois é muito bom que os filhos de Deus nos sejam descritos em termos que a nossa mente pode entender, isto é, sendo eles dirigidos pelo Espírito de Deus. Mas é preciso considerar qual santidade é a da igreja. Porque, se quisermos pensar unicamente numa igreja perfeita de um a outro extremo, não acharemos nenhuma. É sem dúvida verdade o que o apóstolo Paulo diz: “Cristo amou a igreja, e a si mesmo se entregou por ela, para a santificar, purificando-a com a lavagem de água, pela palavra, para a apresentar a si mesmo igreja gloriosa, sem mácula, nem ruga”.[384] Mas esta declaração não é menos verdadeira: que o Senhor trabalha dia após dia para eliminar as rugas e as manchas da igreja. Segue-se que a sua santidade ainda não é perfeita. Portanto, a igreja é santa no sentido de que diariamente cresce e se fortalece em santidade, mas ainda não é perfeita; diariamente progride, mas ainda não chegou à meta da santidade, como noutra parte será explicado mais amplamente.

Sendo assim, o que os profetas predisseram sobre Jerusalém, profetizando que seria santa, que os estranhos não circulariam mais por ela, e que o templo de Deus seria santo, de modo que os impuros não entrariam nele, não deve levar-nos a entender que não haveria mancha alguma nos membros da igreja. Mas, como o genuíno afeto do coração dos fiéis aspira à santidade completa, à pureza, à perfeição que ainda eles não possuem, esta lhes é atribuída pela bondade de Deus. Pois bem, embora muitas vezes ocorra que não se percebem entre os homens grandes sinais da santificação [1536], é, contudo, necessário que encaremos decisivamente o fato de que, desde o princípio do mundo, jamais houve uma época em que o Senhor não tenha tido a Sua igreja, e jamais haverá tempo em que Ele não a tenha.[385] Porque, apesar do fato de que desde o princípio do mundo todo o gênero humano está corrompido e pervertido em conseqüência do pecado de Adão, jamais Deus deixou de santificar dessa massa corrupta os vasos ou instrumentos de honra. Tanto assim que não houve nenhum século que não tenha experimentado a Sua misericórdia.[386]

---

383 Rm 8.30.

384 Ef 5.25-27.

385 Jl 3; Sl 89 e 132.

386 “A santidade, a inocência, e assim toda e qualquer virtude que porventura exista no homem, são frutos da eleição” [João Calvino, Efésios, (Ef 1.4), p. 25]. “O fundamento de nossa vocação é a eleição divina gratuita pela qual fomos ordenados para a vida antes que fôssemos nascidos. Desse fato depende nossa vocação, nossa fé, a concretização de nossa salvação.” [João Calvino, Gálatas, (Gl 4.9), p. 128]. “quanto mais eminentemente alguém se destaca em santidade, mais ele se sente destituído da perfeita justiça e mais que claramente percebe que em nada pode confiar senão unicamente na misericórdia de Deus.” [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 2, (Sl 32.1), p. 42].

Referências à igreja nas profecias do Antigo Testamento

[1539] Essa verdade é atestada por certas promessas, como quando Deus disse: "Fiz aliança com o meu escolhido e jurei a Davi, meu servo: Para sempre estabelecerei a tua posteridade e firmarei o teu trono de geração em geração".[387] E também: "O Senhor escolheu a Sião, preferiu-a por sua morada: Este é para sempre o lugar do meu repouso; aqui habitarei, pois o preferi". E mais: "Assim diz o Senhor, que dá o sol para a luz do dia e as leis fixas à lua e às estrelas para a luz da noite... Se falharem essas leis fixas diante de mim, diz o Senhor. Deixará também a descendência de Israel de ser uma nação diante de mim para sempre".[388]

O artigo que vem a seguir no Credo, o da comunhão dos santos, era comumente[a] deixado para o último lugar pelos antigos; mas é um artigo que não deve ser menosprezado porque, se nos é necessário crer na igreja, também não é coisa supérflua saber em qual igreja cremos. Portanto, em minha opinião, essa frase é uma declaração referente à igreja, e nos dá a entender qual é a sua natureza e a sua propriedade.[389]

[1536] Quer dizer, a agremiação na qual Jesus Cristo uniu[b] os Seus fiéis é de tal importância que eles co-participam juntos de todos os bens.[390] Entretanto, é preciso entender por essa palavra que cada qual tem diferentes graças (como o apóstolo Paulo ensina que os dons do Espírito Santo são diversos e são distribuídos diferentemente)[391].[392]

Proprietários e propriedades; a ordem político-social

Tampouco se deve considerar que a ordem política [ou político-social], na qual cada um tem o seu valor próprio[a], deve ser anulada[b], visto que é necessário que

a. fere.

b. in se recolligit.

a. quo suas unicuique facultates privatim possidere permittitur. (Cf. os princípios do direito romano sobre a propriedade privada). Parece que será melhor ler: "subsistance", ou seja, subsistência.

b. conturbatur.

387 Sl 89.3,4; 132.13,14.

388 Jr 31.35,36.

389 "É indubitável que a nós compete cultivar a unidade da forma a mais séria, porque Satanás está bem alerta, seja para arrebatar-nos da Igreja, ou para desacostumar-nos dela de maneira furtiva." [João Calvino, Exposição de Hebreus, (Hb 10.25), p. 273]. "O Senhor nos colocou juntos na Igreja, e destinou cada um ao seu posto, de tal maneira que, sob a única Cabeça, venhamos a nos auxiliar uns aos outros. Lembremo-nos também de que tão diferentes dons nos têm sido concedidos para podermos servir ao Senhor humilde e despretensiosamente, e aplicar-nos ao avanço da glória daquele que nos tem dado tudo quanto temos." [João Calvino, Exposição de 1 Coríntios, (1Co 4.7), p. 134].

390 "O primeiro princípio a considerar é que se os dons de Deus são dirigidos ao mesmo propósito para o qual foram criados e destinados, não podem ser utilizados equivocadamente." (João Calvino, A Verdadeira Vida Cristã, p. 71). "Se desejamos refrear nossas paixões, devemos recordar que todas as coisas nos têm sido dadas com o propósito de que possamos conhecer e reconhecer o seu autor." (João Calvino, A Verdadeira Vida Cristã, p. 72).

391 1 Co 12.

392 "Os cristãos não só professam crer no Espírito Santo, mas são também os receptores de Seus dons." [Charles Hodge, Teologia Sistemática, São Paulo, Editora Hagnos, 2001, p. 391].

haja proprietários e propriedades[c] e que sejam particularmente distintos[d], durante esta vida mortal, para que se mantenha a paz e a tranqüilidade entre os homens[e].

Unidade na diversidade

Entendemos, porém, que a comunidade[f] cristã [em seu sentido etimológico] coaduna-se com a referida divisão de bens e de graças; tudo o que uma pessoa recebe da mão de Deus, essa pessoa sabe que deve compartir com as demais, mesmo que lhe tenha sido dado em particular, e não às demais;[393] como entre os membros de um corpo há várias faculdades e funções diferentes e, contudo, é tal a unidade que eles servem uns aos outros.

[1539] Porque, como demonstra o apóstolo Paulo, escrevendo aos coríntios e aos efésios, o que cada um recebe da graça de Deus deve ser dado como contribuição pra o uso comum da igreja,[394] porque o nosso Senhor quer que seja essa a administração. Também noutra passagem ele argumenta no sentido de que as vocações são diversas, pelo que a comunhão que temos uns com os outros deve ser ordenada segundo a diversidade das graças. Pois bem, visto que nós cremos na santa igreja, pela comunhão da mesma e em condição tal que, graças ao auxílio que recebemos da fé em Cristo, temos certeza de que somos seus membros, é bom considerar que fruto disso nos advém.[395]

---

c. propria rerum dominia.

d. communitatem quæ tali distinctione minime impeditur. (Calvino critica alhures a comunidade de bens como a querem estabelecer os anabatistas alemães.)

e. recte atque ordine proprium singuli teneant, quod ex política constitutione possident, ut necesse est sub elementis hujus mundi inter homines distinctas esse possessiones.

f. communitas fidelium.

393 "Se desejamos refrear nossas paixões, devemos recordar que todas as coisas nos têm sido dadas com o propósito de que possamos conhecer e reconhecer o seu autor." (João Calvino, A Verdadeira Vida Cristã, p. 72)."Um verdadeiro cristão não deverá atribuir nenhuma prosperidade à sua própria diligência, trabalho ou boa sorte, mas antes ter sempre presente que Deus é quem prospera e abençoa." (João Calvino, A Verdadeira Vida Cristã, p. 42). "Os crentes devem ter sempre em mente o fato de que tudo que compreende e rodeia nossa vida, depende única e exclusivamente da bênção de Deus." (João Calvino, A Verdadeira Vida Cristã, p. 40). "Às vezes pensamos que podemos alcançar facilmente as riquezas e as honras com nossos próprios esforços, ou por meio do favor dos demais; porém, tenhamos sempre presente que estas coisas não são nada em si mesmas, e que não poderemos abrir caminho por nossos próprios meios, a menos que o Senhor queira nos prosperar." (João Calvino, A Verdadeira Vida Cristã, p. 40-41).

394 1 Co 12; Ef 4.7-16.

395 "As Escrituras exigem de nós e nos advertem a considerarmos que qualquer favor que obtenhamos do Senhor, o temos recebido com a condição de que o apliquemos em benefício comum da Igreja.

"Temos de compartilhar liberalmente e agradavelmente todos e cada um dos favores do Senhor com os demais, pois isto é a única coisa que os legitima.

"Todas as bênçãos de que gozamos são depósitos divinos que temos recebido com a condição de distribuí-los aos demais." (João Calvino, A Verdadeira Vida Cristã, p. 36). "Qualquer habilidade que um fiel cristão tenha, deve dedicá-la ao serviço de seus companheiros crentes, como também submeter, com toda sinceridade, seus próprios interesses ao bem-estar comum da Igreja." (João Calvino, A Verdadeira Vida Cristã, p. 36). "O Senhor nos colocou juntos na Igreja, e destinou cada um ao seu posto, de tal maneira que, sob a única Cabeça, venhamos a nos auxiliar uns aos outros. Lembremo-nos também de que tão diferentes dons nos têm sido concedidos para podermos servir ao Senhor humilde e despretensiosamente, e aplicar-nos ao avanço da glória daquele que nos tem dado tudo quanto temos." [João Calvino, Exposição de 1 Coríntios,

Ora, não é coisa pequena estarmos cientes de que somos chamados à unidade da igreja. Sim, pois esta foi escolhida e separada pelo Senhor Deus para ser o corpo e a plenitude de Cristo, coluna e baluarte da verdade, e morada perpétua da Sua majestade divina.[396] Porque, quando temos isso, a nossa salvação é sustentada por um tão firme suporte que, ainda quando a máquina do mundo se desmantelasse, ela permaneceria firme, inabalável e imutável. Primeiro, ela está alicerçada na eleição de Deus, e só poderia fenecer se também a Sua providência eterna pudesse ser dissipada. Ademais, é confirmada na mesma medida em que necessariamente Cristo permanece em Sua inteireza, e Ele não permitirá que os Seus fiéis sejam tirados dele, nem que os Seus membros sejam divididos e separados parte por parte. Além disso, estamos certos de que, enquanto permanecermos no seio da igreja, a verdade permanecerá conosco. Finalmente, quanto às promessas nas quais se afirma que Deus permaneceria sempre em Jerusalém e que jamais sairia do meio dela,[397] entendemos que elas nos pertencem. O poder da unidade da igreja é tão grande que nos pode manter na companhia de Deus.

Semelhantemente, a palavra sobre a comunhão pode consolar-nos e fortalecer-nos. Sim, pois, uma vez que, das graças que o nosso Senhor deu aos Seus membros e aos nossos, tudo nos pertence, a nossa esperança é confirmada e fortalecida pelos bens que eles possuem. De resto, para nos mantermos na unidade da igreja não é preciso que vejamos com os nossos olhos uma só igreja, nem que a toquemos com as nossas mãos. No entanto, como se declara que devemos crer nela, devemos entender que significa que é necessário que a reconheçamos quando estiver invisível como se a estivéssemos vendo concretamente. E é bom notar que a nossa fé em nada é inferior quando reconhece a igreja que a nossa inteligência é incapaz de

(1Co 4.7), p. 134]. “Deus não concede tanto a alguém que o leve a promover-se para o lugar da Cabeça; mas ele distribui seus dons de tal maneira que só ele recebe a glória em todas as coisas.” [João Calvino, Exposição de 1 Coríntios, (1Co 4.7), p. 134]. “Ninguém possui coisa alguma, em seus próprios recursos, que o faça superior; portanto, quem quer que se ponha num nível mais elevado não passa de imbecil e impertinente. A genuína base da humildade cristã consiste, de um lado, em não ser presumido, porque sabemos que nada possuímos de bom em nós mesmos; e, de outro, se Deus implantou algum bem em nós, que o mesmo seja, por esta razão, totalmente debitado à conta da divina graça.” [João Calvino, Exposição de 1 Coríntios, (1Co 4.7), p. 134-135]. “Os bens terrenos à luz de nossa natural perversidade, tendem a ofuscar nossos olhos e a levar-nos ao esquecimento de Deus, e portanto devemos ponderar, atentando-nos especialmente para esta doutrina: tudo quanto possuímos, por mais que pareça digno da maior estima, não devemos permitir que obscureça o conhecimento do poder e da graça de Deus.” [J. Calvino, O Livro de Salmos, Vol. 2, (Sl 48.3), p. 355-356]. “À luz desse fato aprendemos, também, que os que são responsáveis pelo presunçoso uso da bondade divina, se aproveitam dela para orgulhar-se da excelência que possuem, como se a possuíssem por sua própria habilidade, ou como se a possuíssem por seu próprio mérito; enquanto que sua origem deveria, antes, lembrá-los de que ela tem sido gratuitamente conferida aos que são, ao contrário, criaturas vis e desprezíveis e totalmente indignas de receber algum bem da parte de Deus. Qualquer qualidade estimável, pois, que porventura virmos em nós mesmos, que ela nos estimule a celebramos a soberana e imerecida bondade que a Deus aprouve conceder-nos.” [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 1, (Sl 8.4), p. 165-166]. “.... sejam quais forem os dons que possuamos, não devemos ensoberbecer-nos por causa deles, visto que eles nos põem sob as mais profundas obrigações para com Deus.” [João Calvino, Efésios, (Ef 4.7), p. 113].

[396] Ef 1 e 2; 1 Tm 3; Sl 46 e 87; Jl 3; etc.

[397] Sl 46.

compreender; pois aqui não nos é ordenado que distingamos entre os escolhidos e os reprovados (o que só a Deus pertence, não a nós).[398] O que, sim, se requer de nós é que tenhamos em nosso coração a certeza de que todos aqueles que, pela clemência de Deus Pai e pelo poder do Espírito Santo, vieram a participar de Cristo, foram separados para a própria herança de Deus, e, como estamos incluídos no número deles, somos herdeiros[a] dessa mesma graça.

A igreja visível

Agora é hora de falar da igreja visível[b], que podemos conhecer e entender por meio dos nossos sentidos, para ver qual deverá ser o nosso julgamento. Porque o Senhor assinalou para nós a Sua igreja com certos sinais e marcas[c], pelos quais nos cabe conhecê-la. [1536] É verdade que o privilégio de saber quais são os Seus só a Ele pertence, como diz o apóstolo Paulo.[399] E, de fato, para que o nosso temerário atrevimento não chegasse a esse ponto, Ele impôs ordem, advertindo-nos diariamente, pela experiência, de quão imensamente os Seus juízos secretos superam os nossos sentidos.[400] Porquanto, por um lado, os que pareciam completamente perdidos, já tidos como casos desesperados, são trazidos ao reto caminho. Por outro lado, os que pareciam firmes, tropeçam, sendo que é Deus que vê os que hão de perseverar até o fim,[401] o que constitui o fim principal da nossa salvação[402].[403]

[1539] Todavia, como o Senhor achou bom saber quais são os que nós consideramos Seus filhos, neste ponto Ele se acomodou à nossa capacidade.

[1536] E, como esse ponto não é necessário à fé, Ele colocou em seu lugar um julgamento caridoso, segundo o qual devemos reconhecer como membros da igreja todos aqueles que, pela confissão ou profissão de fé, pelo bom exemplo de

a. 1536: Cum Christus Dominus noster is sit, in quo pater ab æterno elegit quos voluit esse suos, ac in ecclesiæ suæ gregem referri, satis clarum testimonium habemus, nos et inter Dei electos et ex ecclesia esse, si Christo communicamus.

b. Esta distinção aparece nesta altura mais claramente que em 1536. A Instrução de 1537 consagra um capítulo aos "pastores ordenados que ensinam a doutrina pura e administram os sacramentos". Todo o presente parágrafo foi remanejado em 1539.

c. symbolis.

398 "Se alguém assim se dirige ao povo: 'Se não credes é porque Deus já os há predestinado à condenação', esse não somente alimentaria a negligência como também a malícia. Se alguém também para com o tempo futuro estenda a asserção de que não hajam de crer os que ouvem, porquanto hão sido condenados, isto seria mais maldizer do que ensinar. (...) Como nós não sabemos quem são os que pertencem ou deixam de pertencer ao número e companhia dos predestinados, devemos ter tal afeto, que desejemos que todos se salvem; e assim, procuraremos fazer a todos aqueles que encontrarmos, sejam participantes de nossa paz (...). Quanto a nós concerne, deverá ser a todos aplicada, à semelhança de um remédio, salutar e severa correção, para que não pereçam eles próprios, ou a outros não percam. A Deus, porém, pertencerá fazê-la eficaz àqueles a Quem preconheceu e predestinou." [J. Calvino, As Institutas, III.23.14].

399 2 Tm 2.19.

400 Mt 18.

401 Mt 24.13, 22-24, 31, 42-51.

402 Mt 16.18,19; [18.17,18].

403 "A herança da vida eterna já nos está garantida, visto, porém, que esta vida se assemelha a uma pista de corrida, temos que nos esforçar por alcançar a meta final." [J. Calvino, Exposição de Hebreus, (Hb 10.36), p. 290].

vida e pela participação nos sacramentos, reconhecem conosco o mesmo Deus e o mesmo Cristo.

[1539] Com isso nos fica mais fácil perceber o que é a igreja. Pois em toda parte onde vemos que a Palavra de Deus é pregada e ouvida com pureza, e os sacramentos são administrados conforme a instituição de Cristo, de modo algum se deve duvidar de que ali está a igreja, pois a promessa a nós feita não pode falhar: "Onde estiverem dois ou três reunidos em meu nome, ali estou no meio deles".[404]

Pontos essenciais sobre a igreja universal

Mas, para podermos entender bem a essência deste assunto, devemos dar os seguintes passos: 1º. A igreja universal é toda a multidão daqueles que recebem acordemente a verdade de Deus e a doutrina da Sua Palavra, seja qual for a diversidade de nacionalidades e a distância das regiões, porquanto ela é unida pelos laços da religião. 2º. Sob esta igreja universal, as igrejas distribuídas por vilas e cidades estão de tal modo incluídas nela que cada uma tem nome e autoridade de igreja. 3º. As pessoas a ela admitidas por profissão de fé, ainda que verdadeiramente não sejam da igreja, devem, contudo, ser consideradas membros e devem ser mantidas na igreja, até que venham a ser rejeitadas pelo juízo público. Certamente variam as razões das igrejas e das pessoas particulares. Por isso poderá acontecer que tenhamos que tratar como irmãos e ter como crentes fiéis alguns que não consideramos dignos desse rol, por causa do consentimento comum da igreja, a qual ainda os suportará e os manterá no corpo de Cristo. Não aprovaremos esses tais como membros da igreja, quanto ao nosso juízo pessoal e privado[a]. Mas lhes concederemos o lugar que têm entre o povo de Deus, até que lhes seja cortado mediante decisão[b] legítima.

4º. Para com uma multidão, é necessário que procedamos de outra maneira. Porque, se esta tem o ministério da Palavra e a respeita e a honra, e se mantém a administração dos sacramentos, sem dúvida deve ser reconhecida como igreja, pois certamente a Palavra e os sacramentos não podem deixar de frutificar. Assim, preservaremos a unidade da igreja universal, que os espíritos diabólicos estão sempre procurando desfazer, e não tiraremos a autoridade pertencente às assembléias eclesiásticas, em seus respectivos lugares, em atenção à necessidade dos homens.[405]

a. suffragio nostro.

b. jure.

[404] Mt 18.20.

[405] Calvino, apesar de reconhecer que na Igreja Visível estavam mesclados *"os bons e os hipócritas, que não tem de Cristo senão o nome e a aparência"* (As Institutas, IV.1.7), citando inclusive Agostinho, que disse que na Igreja, "há muitas ovelhas fora e muitos lobos dentro" (As Institutas, IV.1.8), ele a define como sendo: "...Uma multidão de pessoas de acordo com a verdade de Deus e com a doutrina de Sua Palavra, ainda que procedam de nações diversas e residam em lugares remotos, que estão unidas entre si com o mesmo vínculo de religião." (As Institutas, IV.1.9).

Na Resposta ao Cardeal Sadoleto (01/09/1539), Calvino diz que a igreja é:

"...A assembléia de todos os santos, a qual estendida por todo o mundo, está dispersa em todo tempo, unida sem dúvida por uma só doutrina de Cristo, e que por um só Espírito guarda e observa a união da fé, junto com a concórdia e caridade fraterna" (p. 30-31)

As marcas da igreja

Colocamos como marcas da igreja a pregação da Palavra de Deus[a] e a administração dos sacramentos. Porque estas duas coisas frutificam e prosperam graças à bênção de Deus.[406] Não digo que onde quer que haja pregação da Palavra imediatamente aparece o fruto. Mas entendo que, em parte alguma ela é recebida para ali ter como que uma sede, que não mostre alguma eficácia. Pois onde quer que a pregação da Palavra for ouvida com reverência, e os sacramentos não forem negligenciados, com o tempo ali surgirá certa forma da igreja, da qual não se pode duvidar e da qual não é lícito vetar a autoridade, nem desprezar as admoestações, nem rejeitar o conselho[b], nem zombar das repreensões. Muito menos é permitido dividi-la ou romper a sua unidade. Porque Deus dá tanta importância à comunhão da Sua igreja que Ele considera traidor[c] do cristianismo aquele que abandona[d] qualquer comunidade cristã na qual seja corretamente praticado o ministério da

a. Aproximadamente nessa época, tendo a Bíblia sido traduzida para o inglês, Henrique VIII mandou depositar um exemplar em cada uma das igrejas, mas sem as suprir de ministros da Palavra que fossem capazes de explicá-la.

b. consiliis refragari. Aqui 1536 expõe a legitimidade da excomunhão, desenvolvimento que em 1539 vem bem mais distante (p. 136, adiante).

c. transfuga et desertore.

d. se contumaciter alienarit.

406 Calvino identificou as marcas da Igreja como: A verdadeira pregação da Palavra de Deus e a correta administração dos Sacramentos [Ver: J.Calvino, As Institutas, (Dedicatória: Carta ao Rei Francisco, X), Livro IV. Capítulo 1, Seções 9-12; Livro IV, Capítulo 2, Seção 1]. Na Resposta ao Cardeal Sadoleto (01/09/1539), Calvino declara que a igreja é: "...A assembléia de todos os santos, a qual espalhada por todo o mundo, está dispersa em todo tempo, unida sem dúvida por uma só doutrina de Cristo, e que por um só Espírito guarda e observa a união da fé, junto com a concórdia e caridade fraterna". (Juan Calvino, Respuesta al Cardeal Sadoleto, p. 30-31). Ele diz que os membros da Igreja são reconhecidos "por sua confissão de fé, pelo exemplo de vida e pela participação nos sacramentos", sendo estes sinais indicativos de que tais pessoas "reconhecem ao mesmo Deus e ao mesmo Cristo que nós" (As Institutas, IV.1.8). A santidade e firmeza da Igreja segundo Calvino, repousam principalmente em "três coisas", a saber: "doutrina, disciplina e sacramentos vindo em quarto lugar as cerimônias para exercitar o povo no dever da piedade." (Juan Calvino, Respuesta al Cardeal Sadoleto, p. 32). De modo mais informal, diz: "Onde se professava o Cristianismo, se adorava um único Deus, se praticavam os Sacramentos e se exercia algum gênero de ministério, ali permaneciam as marcas da Igreja." [João Calvino, Gálatas, (Gl 1.2), p. 25].

Outros teólogos Reformados [Andrew G. Hyperius (1511-1564); Peter Martyr Vermigli (1500-1562); John Knox (c.1514-1572); Zacharias Ursinus (1534-1583); Johann H. Heidegger (1633-1698); Marcus F. Wendelinus (1584-1652), entre outros] acrescentaram aos dois sinais indicados por Calvino, um terceiro: *O Exercício Fiel da Disciplina.*

A *Confissão Belga* (1561), no Artigo XXIX, diz: "Os sinais para conhecer a Igreja verdadeira são estes: a pregação pura do evangelho; a administração pura dos Sacramentos, tal como foram instituídos por Cristo; a aplicação da disciplina cristã, para castigar os pecados." Essa posição é também encontrada na *Confissão Escocesa* (1560), Cap. XVIII, que acrescenta: "Onde quer que essas marcas se encontrem e continuem por algum tempo – ainda que o número de pessoas não exceda de duas ou três – ali, sem dúvida alguma, está a verdadeira Igreja de Cristo, o qual, segundo a Sua promessa, está no meio dela".

De forma restrita, podemos falar da Verdadeira Pregação da Palavra como a marca distintiva da Igreja, decorrendo daí, as outras duas marcas indicadas. [Ver: L. Berkhof, Teologia Sistemática, Campinas, SP., Luz para o Caminho, 1990, p. 580; Herman Hoeksema, Reformed Dogmatics, 3ª ed. Grand Rapids, Michigan, Reformed Publishing Association, 1976, p. 620. Vd. João Calvino, As Pastorais, (1Tm 3.15), p. 99].

Lutero (1483-1546) enfatizou que, "nem trabalho em pedra, nem boa construção, nem ouro, nem prata tornam uma igreja formosa e santa, mas a Palavra de Deus e a sã pregação. Pois onde é recomendada

Sua Palavra e dos Seus sacramentos. Ele tem em tal consideração a sua autoridade que, quando esta é violada, Ele declara que a Sua própria autoridade foi violada. Por isso, é preciso que mantenhamos diligentemente as marcas acima referidas e que as avaliemos conforme o juízo de Deus. Porque não há nada que Satanás queira mais intensamente, em suas maquinações, do que chegar a estes dois pontos: apagar ou eliminar os verdadeiros sinais ou marcas pelos quais podemos discernir a igreja, e assim suprimir toda distinção; ou então nos induzir a contestá-la, a fim de fazer com que nos separemos da comunhão da igreja e nos rebelemos contra ela. Com sua astúcia, ele fez com que a pura pregação do Evangelho ficasse oculta por longos anos; e atualmente, com a mesma malícia, ele se esforça para transtornar o ministério que de tal maneira Jesus Cristo estabeleceu em Sua igreja que, sendo este abatido ou destruído, a edificação da igreja perece.[407] Ora, ocorre uma tentação perigosa, ou antes, perniciosa, quando entra no coração do homem a idéia de desunir uma agremiação na qual se vêem as marcas com as quais o nosso Senhor planejou assinalar suficientemente a Sua igreja.[408]

Pedra de toque da genuinidade de uma igreja

Vemos quão necessário* é estarmos vigilantes por todos os lados. Porque, para não sermos enganados pelo título de igreja, temos que examinar, conforme as evidências dadas por Deus, toda agremiação que pretenda o nome de igreja, como

a bondade de Deus e revelada aos homens, e almas são encorajadas para que possam depender de Deus e chamar pelo Senhor em tempos de perigo, aí está verdadeiramente uma santa igreja." [Jaroslav Pelikan, ed. Luther's Works, Saint Louis, Concordia Publishing House, 1960, Vol. II, (Gn 13.4), p. 332]. O eminente teólogo puritano John Owen (1616-1683), escreveu: "Quão pouco pensam os homens sobre Deus e seus caminhos, se imaginarem que um pouco de tinta e de verniz fazem uma beleza aceitável!" [Wiiliam H. Goold, ed. The Works of John Owen, 4ª ed. London, The Banner of Truth Trust, 1987, Vol. IX, p. 78). Vd. João Calvino, As Institutas, Carta ao Rei Francisco I, p. 28.

[407] Ef 4.

[408] Após argumentar contra aqueles que chamavam os reformados de hereges, ressalta que a unidade cristã deve ser na Palavra:

"Com efeito, também isto é de notar-se: que esta conjunção de amor assim depende da unidade de fé que lhe deva ser esta o início, o fim, a regra única, afinal. Lembremo-nos, portanto, quantas vezes se nos recomenda a unidade eclesiástica, isto ser requerido: que, enquanto nossas mentes têm o mesmo sentir em Cristo, também entre si conjungidas nos hajam sido as vontades em mútua benevolência em Cristo. E, assim, Paulo, quando para com ela nos exorta, por fundamento assume haver um só Deus, uma só fé e um só batismo [Ef 4.5]. De fato, onde quer que nos ensina o Apóstolo a sentir o mesmo e a querer o mesmo, acrescenta imediatamente: *em Cristo* [Fp 2.1,5] ou: *segundo Cristo* [Rm 15.5], significando ser conluio de ímpios, não acordo de fiéis a unidade que se processa à parte da Palavra do Senhor." [J. Calvino, As Institutas, IV.2.5].

Em outro lugar, instrui: "A melhor forma de promover a unidade é congregar [o povo] para o ensino comunitário....". [João Calvino, Efésios, São Paulo, Paracletos, 1998, (Ef 4.12), p. 125].

Para os irmãos refugiados em Wezel (Alemanha), que sofriam diversas pressões de luteranos e sobreviviam numa pequena Igreja Reformada, Calvino, em 1554, os consola mostrando que apesar dos grandes problemas pelos quais passava o mundo, Deus lhes havia concedido um lugar onde poderiam adorar a Deus em liberdade. Também os desafia a não abandonarem a Igreja por pequenas divergências nas práticas cerimoniais, sendo tolerantes a fim de preservar a unidade. Contudo, os exorta a jamais fazerem acordos em pontos doutrinários. [John Calvin, To the Brethren of Wezel, "Letter," John Calvin Collection, [CD-ROM], (Albany, OR: Ages Software, 1998), nº 346, p. 32-34]

se prova o ouro com a pedra de toque.[409] Isso porque, se ela pratica as ordenanças estabelecidas por Deus, a saber, a Sua Palavra e os Seus sacramentos, não nos enganaremos, e poderemos prestar-lhe com seriedade o respeito e a honra próprias da igreja. Ao contrário, se uma agremiação quiser ser reconhecida como igreja sem a Palavra e os sacramentos, teremos que cuidar para não nos deixarmos levar pelo engano, como também para evitar a sua temerária aceitação.

Portanto, mesmo desejando a paz e a concórdia, Calvino entendia que essa paz nunca poderia ser em detrimento da verdade pois, se assim fosse, essa dita paz seria maldita:

"Naturalmente, há uma condição para entendermos a natureza desta paz, ou seja, a paz da qual a verdade de Deus é o vínculo. Pois se temos de lutar contra os ensinamentos da impiedade, mesmo se for necessário mover céu e terra, devemos, não obstante, perseverar na luta. Devemos, certamente, fazer que a nossa preocupação primária cuide para que a verdade de Deus seja mantida em qualquer controvérsia; porém, se os incrédulos resistirem, devemos terçar armas contra eles, e não devemos temer sermos responsabilizados pelos distúrbios. Pois a paz, da qual a rebelião contra Deus é o emblema, é algo maldito; enquanto que as lutas, indispensáveis à defesa do reino de Cristo, são benditas."[J. Calvino, Exposição de 1 Coríntios, (1Co 14.33), p. 437].

Em 20 de março de 1552, Thomas Cranmer (1489-1556) escreveu a Calvino – bem como a Melanchthon (1479-1560) e a Bullinger (1504-1575) –, convidando-o para uma reunião no Palácio de Lambeth com o objetivo de preparar um credo que fosse consensual para as Igrejas Reformadas. Cranmer, na carta a Calvino diz: "Como nada mais tende a separar as Igrejas de Deus que as heresias e diferenças sobre as doutrinas de religião, assim nada mais eficazmente os une, e fortalece a obra de Cristo mais poderosamente, que a doutrina incorrupta do evangelho, e união em opiniões reconhecidas. Eu tenho freqüentemente desejado, e agora desejo que esses homens instruídos e piedosos que superam outros em erudição e julgamento, constituissem uma assembléia em um lugar conveniente, onde se realizasse uma consulta mútua, e comparando as suas opiniões, eles poderiam discutir todas as principais doutrinas da igreja.... Nossos adversários estão agora organizando o seu concílio em Trento, no qual eles podem estabelecer os seus erros. E devemos nós negligenciar convocar um sínodo piedoso que nos possibilite refutar os erros deles, e purificar e propagar a verdadeira doutrina?" [Thomas Cranmer to Calvin, "Letter," John Calvin Collection, [CD-ROM], (Albany, OR: Ages Software, 1998), 16]. Cranmer tinha em vista também, a realização do Concílio de Trento que estava em andamento, estando preocupado de modo especial com a questão da Ceia do Senhor.

Calvino então responde (abril de 1552), encorajando a Cranmer no seu objetivo. A certa altura diz: "...Estando os membros da Igreja divididos, o corpo sangra. Isso me preocupa tanto que, se pudesse fazer algo, eu não me recusaria a cruzar até dez mares, se necessário fosse, por essa causa." [Letters of John Calvin, Selected from the Bonnet Edition, Edinburgh, The Banner of Truth Trust, 1980, p. 132-133].

Calvino, por experiência própria, sabia o quão difícil é doutrinar uma igreja e, quantos anos são necessários para fazer este serviço ainda que de modo imperfeito:

"A edificação de uma igreja não é uma tarefa tão fácil que se torne possível fazer com que tudo seja imediata e perfeitamente completado. (...) Hoje sabemos pela própria experiência que o que se requer não é o labor de um ou dois anos para levantar as igrejas caídas a uma condição mais ou menos funcional. Aqueles que têm alcançado diligente progresso por muitos anos devem ainda preocupar-se em corrigir muitas coisas." [João Calvino, As Pastorais, (Tt 1.5), p. 306].

O próprio Cranmer compôs no *Livro de Oração Comum*, uma oração para o culto anual anglicano, quando se comemorava a coroação do monarca. A oração diz:

"Ó Deus, Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, nosso único Salvador, o Príncipe da Paz: Dá-nos a graça para com seriedade nos compenetrarmos dos grandes perigos em que nos encontramos por causa de nossas lamentáveis divisões, retira todo o ódio e preconceito e tudo o mais que possa impedir-nos de ter uma união e concórdia piedosas; para que, como existe somente um só corpo e um só Espírito e uma só esperança de nossa vocação, um só Senhor, uma só fé, um só batismo, um só Deus e Pai de todos nós, assim possamos de agora em diante ser todos de um só coração, de uma só alma, unidos em um único e santo vínculo de verdade e paz, de fé e caridade, e possamos de uma só mente e com uma só boca glorificar-te: por meio de Jesus Cristo, nosso Senhor. Amém." (Apud Mark A. Noll, Momentos Decisivos na História do Cristianismo, São Paulo, Editora Cultura Cristã, 2000, p. 204).

[409] Um método pelo qual se prova o ouro: pelo toque do jaspe negro. Pelo atrito da pedra com o ouro evidencia-se a qualidade do ouro. Nota do tradutor.

Quanto ao que dissemos acima, que o puro ministério da Palavra e a maneira pura de administrar os sacramentos constituem uma boa garantia e penhor para assegurar-nos que existe uma igreja em todas as agremiações nas quais vemos ambos, devemos reconhecer nisso tal importância que não devemos rejeitar nenhuma assembléia que os mantenham e os pratiquem, ainda que esteja sujeita a numerosos erros. E mais, uma igreja pode ter algum erro, quer na doutrina quer na maneira de administrar os sacramentos, sem que devamos afastar-nos da sua comunhão. Sim, pois nem todos os artigos da doutrina de Deus são da mesma classe. Quanto a alguns, cujo conhecimento é tão necessário que ninguém deve duvidar deles, devemos acatar com firmeza, como princípios básicos do cristianismo. Eis alguns exemplos: só existe um Deus; Jesus Cristo é Deus e Filho de Deus; a nossa salvação está em Sua misericórdia; e outros princípios semelhantes. Há outros artigos que são objetos de controvérsias entre as igrejas e, contudo, não desfazem a unidade delas. Vejamos como exemplo: Se uma igreja assumisse a idéia de que as almas, sendo separadas dos corpos, são imediatamente transferidas para o céu, e outra, sem ousar determinar o ponto, pensasse simplesmente que as almas vivem com Deus, considerando que essa divergência fosse mantida sem contenda e sem obstinação odiosa, por que se desuniriam? Consideremos estas palavras de Paulo: "Todos, pois, que queremos ser perfeitos, tenhamos este sentimento; e, se, porventura, pensais doutro modo, também isto Deus vos esclarecerá".[410] Isso não mostra que, se os cristãos têm alguma dissensão quanto a alguns assuntos, isso não deve levá-los a terem dificuldade e tumulto entre eles? É certo que é importante que haja acordo em tudo e por tudo. Mas, visto que não há quem não esteja envolvido nalguma ignorância, é necessário, ou que não abandonemos nenhuma igreja, ou que perdoemos a ignorância daqueles que erram em coisas que é possível ignorar sem que seja posta em perigo a salvação e sem que seja violada a religião. Não pretendo com isso favorecer a manutenção de erros, nem dos menores que existam, e não gostaria que fossem alimentados pelo fingimento e pela lisonja. Mas o que digo é que, por causa de alguma divergência, não é necessário abandonar apressadamente uma igreja na qual são preservados o principal corpo de doutrina da nossa salvação e os sacramentos, como o nosso Senhor ordenou.[411]

---

[410] Fp 3.15.

[411] ".... São palavras do Apóstolo: 'Todos quantos somos perfeitos sintamos o mesmo; se algo entendeis de maneira diferente, também isto vos haverá de revelar o Senhor' [Fp 3.15]. Não está ele, porventura, a suficientemente indicar que o dissentimento acerca destas cousas não assim necessárias não deve ser matéria de separação entre cristãos? Por certo que estará em primeira plana que em todas as cousas estejamos em acordo; mas, uma vez que ninguém há que não esteja envolto de alguma nuvenzinha de ignorância, impõe-se que ou nenhuma igreja deixemos, ou perdoemos o engano nessas cousas que possam ser ignoradas não somente inviolada a suma da religião, mas também aquém da perda da salvação.

"Mas, aqui, não quereria eu patrocinar a erros, sequer os mais diminutos, de sorte que julgue devam ser fomentados, com agir com complacência e ser-lhes conivente. Digo, porém, que não devemos por causa de quaisquer dissentimentozinhos abandonar irrefletidamente a Igreja, em que somente se retenha salva e ilibada essa doutrina, mercê da qual se mantém firme a incolumidade da piedade e conservado é o uso dos sacramentos instituído pelo Senhor." [J. Calvino, As Institutas, IV.1.12].

"Onde se professava o Cristianismo, se adorava um único Deus, se praticavam os Sacramentos e se exercia algum gênero de ministério, ali permaneciam as marcas da Igreja. Nem sempre encontramos nas

Empenho em corrigir erros; humildade em receber a correção

Entretanto, se nos empenharmos em corrigir o que não aceitamos, não faremos senão o nosso dever. A isso nos induz esta sentença do apóstolo Paulo: "Se, porém, vier revelação a outrem que esteja assentado, cale-se o primeiro".[412] Por aí se vê que cada membro recebe a responsabilidade de edificar os outros, conforme a medida da graça que nele há, com a condição de que tudo seja feito com decência e ordem[a]. Quer dizer que, dessa maneira, não renunciamos à comunhão da igreja, e também que, permanecendo nela, não perturbamos, nem o seu governo nem a sua disciplina.[413]

A conduta cristã: tolerância, exagero, negligência

Quanto à imperfeição dos [hábitos, modos e] costumes, devemos suportar muita coisa. Porque é fácil tropeçar nesse ponto, e o Diabo faz artimanhas estupendas para nos seduzir. Sempre há alguns que, fazendo-se acreditar que têm uma santidade perfeita, como se fossem anjos do paraíso, desprezam totalmente a agremiação

---

igrejas tal pureza como era de se desejar. Ainda a mais pura tem suas máculas, e algumas têm não só umas poucas manchas aqui e ali, mas são quase que completamente deformadas. Não devemos ficar tão desconcertados pelo ensino e vida de alguma sociedade que, se não ficamos satisfeitos com tudo o que se procede ali, então prontamente negamos ser ela uma igreja." [João Calvino, Gálatas, (Gl 1.2), p. 25].

"Não vejo, porém, nenhuma razão por que uma igreja, por mais universalmente corrompida, desde que contenha uns poucos membros santos, não deva ser denominada, em honra desse remanescente, de santo povo de Deus." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 2, (Sl 50.4), p. 401].

"Todavia, ainda quando a Igreja seja remissa em seu dever, não por isso será direito de cada um em particular a si pessoalmente assumir a decisão de separar-se." [J. Calvino, As Institutas, IV.1.15].

"Há tanta rabugice em quase todos esses indivíduos que, estando em seu poder, de bom grado fariam para si suas próprias igrejas, porquanto se torna difícil acomodarem-se aos modos das demais pessoas." [João Calvino, Exposição de Hebreus, (Hb 10.25), p. 272].

"É indubitável que a nós compete cultivar a unidade da forma a mais séria, porque Satanás está bem alerta, seja para arrebatar-nos da Igreja, ou para desacostumar-nos dela de maneira furtiva." [João Calvino, Exposição de Hebreus, (Hb 10.25), p. 273].

412 1 Co 14.30.

413 Ele entende que a humildade se constitui num primeiro passo para alcançar a unidade. "Donde procede a impudência, a soberba e as injúrias lançadas contra os irmãos? Donde procede as questiúnculas, os escárnios e as exprobrações, a não ser do fato de cada um amar excessivamente a si próprio e de querer agradar em demasia a si próprio? Aquele que se desfaz da arrogância e cessa de agradar a si próprio se tornará manso e acessível. E quem quer que persista em tal moderação ignorará e tolerará muitas coisas nos irmãos.(...) Será inútil ensinar a mansidão, a menos que tenhamos iniciado com humildade."[João Calvino, Efésios, (Ef 4.1), p. 108]. Afirma que "devemos ser unidos, não apenas em uma parte, mas no corpo e na alma." [João Calvino, Efésios, (Ef 4.1-4), p. 109].

Calvino entende que Satanás muitas vezes se vale de nossos bons sentimentos para fazer com que quebremos a unidade da Igreja, supostamente, em busca de uma Igreja ideal. Para este mister, somos capazes até de reunir textos que falam da santidade da Igreja como pretexto para a nossa atitude. [Cf. John Calvin, Calvin's Commentaries, Grand Rapids, Michigan, Baker Book House Company, 1996, (Reprinted), Vol. XV, (Ag 2.1-5), p. 351].

a. É o princípio do "sacerdócio universal", todo cristão sendo chamado para dar testemunho da sua fé, repreender e aconselhar os seus irmãos, etc.

dos homens na qual percebam alguma fraqueza humana. Desse tipo houve no passado os chamados cátaros, isto é, os puros[a] [grego: *katharoí*], e também os donatistas, que não estavam longe da loucura daqueles. Atualmente, alguns anabatistas têm posição semelhante, querendo aparecer como sendo os mais habilitados e julgando levar vantagem sobre os demais. Há outros que pecam mais por um inconsiderado zelo pela justiça do que por excessiva autoconfiança. Porque, quando eles vêem que, entre aqueles aos quais o Evangelho foi anunciado, o fruto não corresponde à doutrina, incontinenti julgam que ali não há igreja alguma. Quanto à injúria por eles feita, é justíssima, e, como certamente pouco fazemos a respeito, de modo algum poderemos desculpar a nossa maldita negligência, a qual Deus não deixará impune, como já começa a castigá-la com terríveis açoites. Infelicidade que, portanto, nos sobrevém porque, por nossa língua desordenada, afligimos e escandalizamos as consciências fracas. Todavia, as pessoas em questão também deixam de fazer a sua parte, e ultrapassam a medida.[b] Porque, no que o nosso Senhor requer que sejam clementes e procedam com tolerância, elas aplicam todo o rigor e severidade.[c] Porquanto, considerando que não há nenhuma igreja senão onde se vêem perfeita pureza e santidade de vida, com a desculpa de votar ódio aos vícios apartam-se da igreja de Deus, achando que com isso estão se retirando da companhia dos maus. Eles alegam que a igreja de Jesus Cristo é santa. Mas é preciso ouvir o que Ele próprio diz – que ela está mesclada de bons e maus. Pois é verdadeira a Sua parábola, na qual Ele compara a igreja [ou o Reino] com uma rede que, lançada, pega toda espécie de peixes, que só são selecionados depois de levados à praia.[414]

Seria bom que aqueles tais escutassem também o que Jesus Cristo diz noutra parábola, na qual a comparação é com um campo no qual foi semeado trigo, prejudicado pela semeadura de joio, sendo que o trigo não pode ser separado do joio até à colheita, quando então o joio será queimado e o trigo será armazenado no celeiro [Mt 13.24-30]. Como [nesse mesmo contexto] o Senhor declara que a Sua igreja estaria sujeita a essa condição miserável, de estar sempre carregada de gente má até ao dia do Juízo, inútil será buscar uma igreja totalmente pura e transparente.

Que fazer com o império dos vícios?

Mas eles dizem que o império dos vícios, por toda parte, é intolerável. Concedo-lhes que seria de desejar que a realidade fosse outra, mas, como resposta, mostro-lhes a sentença do apóstolo Paulo a respeito disso. Entre os coríntios não era apenas um pequeno grupo que tinha falhado, mas quase todo o corpo estava

a. Explicação acrescentada em 1541. Seria interessante saber de que obra Calvino extraiu as informações sobre os cátaros (ao que parece, entre 1535 e 1539). Em Estrasburgo tinha se encontrado com os anabatistas.
b. modum statuere nesciunt.
c. immoderatæ servituti.
414 Mt 13.47,48.

corrompido, e não havia apenas uma espécie de mal, mas muitas. As faltas não eram pequenas; eram grandes e enormes transgressões. A corrupção não carcomia só os costumes, mas também a doutrina.

Que faz sobre isso o apóstolo Paulo, que, a bem que se diga, era um instrumento escolhido pelo Espírito Santo, sobre cujo testemunho foi fundada a igreja? Procura dividi-los? Rejeita-os, expulsando-os do reino de Cristo? Denuncia-os com uma maldição final, para exterminá-los totalmente?

Não somente não faz nada disso como, ainda mais, reconhece-os como igreja de Deus e comunidade dos santos, e os declara tais. Se continua havendo igreja ali, entre os coríntios, quando imperavam contendas, facções e invejas, quando ali havia demandas e querelas; quando a malícia desabrochava com vigor; quando o pecado que causaria repúdio entre os pagãos ali era aprovado; num período em que o apóstolo, que eles deviam honrar como seu pai, era difamado entre eles; quando alguns ridicularizavam a ressurreição dos mortos, verdade que, se pudesse ser anulada, acabaria totalmente com o Evangelho; quando as graças ou os dons de Deus serviam à ambição, e não ao amor caridoso – e quantas coisas mais eram feitas sem honestidade e sem ordem!

Se, pois, durante esse tempo permaneceu a igreja entre eles, e permaneceu porque eles mantinham a pregação da Palavra e a ministração dos sacramentos, quem se atreverá a cortar o nome de igreja daqueles aos quais não se pode censurar nem pela décima parte daquelas faltas?[415]

Aos que examinam com excessivo rigor as igrejas atuais, rogo que me digam o que teriam feito com os gálatas, os quais quase transtornaram o Evangelho. Todavia, o apóstolo reconheceu entre eles alguma igreja. Seria necessário que os fiéis se munissem de armas, por temor de que os que parecem demasiado zelosos da justiça os viessem a separar do reino dos céus, o qual é o único reino daquela justiça. Porque, sendo que o nosso Senhor quis que a comunhão da Sua igreja fosse observada por nós, mantendo assembléias públicas com a Palavra e os sacramentos, quem quer que, por ódio aos ímpios, separar-se e dividir uma dessas sociedades, terá entrado num caminho no qual pouco faltará para dividir a comunhão dos santos. Que tratem, então, de levar em conta que numa grande multidão há muitos que verdadeiramente são bons e inocentes diante de Deus e que não podem ser percebidos pelos olhos [dos caçadores de ímpios]. Que considerem também que, do número de pessoas que praticam ou praticaram males ou vícios, há muitos que não têm prazer em seus pecados, nem se gabam deles, mas, muitas vezes são tocados pelo temor de Deus e se esforçam para seguir melhor caminho. Que pensem e vejam que não é questão de julgar alguém por um ou dois ou três fatos, pois, às vezes acontece que os mais santos caem grosseiramente em pecado. Que também considerem que a Palavra de Deus e os Seus santos sacramentos têm mais importância e mais poder para preservar do que os vícios e

[415] 1 Co 3; 5; etc.

erros de alguns para destruir. Finalmente, que reconheçam que o julgamento de Deus *deve*[416] ter mais autoridade que a opinião dos homens para determinar onde está a igreja e onde não está.[417]

Tolerância e moderação não devem gerar relaxamento e indisciplina

Não obstante, se as igrejas seguirem boas normas, não nutrirão em seu seio os maus, quando virem que eles se acham tão dominados por seus vícios e erros que neles se comprazem. Pois o Senhor revelou claramente um bom remédio para impedir que aqueles maus membros propaguem a sua corrupção por todo o corpo da igreja. [1536] Para essa finalidade são ordenadas[a] as exclusões da comunhão, as excomunhões, [1539] mediante as quais os que declaram falsamente a fé em Cristo e, contudo, por meios desonestos e maus, escandalizam o Seu nome, devem ser eliminados e cassados do meio do povo de Deus; pois não são dignos de gloriar-se no nome de Cristo.

Então a igreja, quando não aceita nos róis da sua comunidade todos os os que manifestamente são adúlteros, devassos, ladrões, enganadores, salteadores, violentos, homicidas, sediciosos, espancadores, briguentos, falsas testemunhas, iníquos, bêbados e outros viciados, glutões, dissipadores de bens, perjuros, e outros maus elementos semelhantes a esses, quando não se dispõem a ouvir as admoestações e a corrigir-se, a igreja não se excede em coisa alguma; somente executa a jurisdição a ela confiada por Deus. E, para que ninguém despreze o julgamento feito pela igreja nem considere coisa pequena ser condenado pela sentença dos fiéis, o Senhor testificou que a sentença dos crentes não é outra coisa senão uma declaração da Sua própria sentença, e que o que eles terão dito na terra será ratificado no céu.[418] Porque eles têm a Palavra de Deus para condenar os perversos, como também têm a mesma Palavra para receber com misericórdia todos os verdadeiramente arrependidos.

---

a. 1536 tinha somente: accipiendæ. 1539: constitutæ.

[416] Itálicos acrescentados pelo tradutor para salientar a ironia implícita no texto.

[417] Conforme já vimos: "Onde se professava o Cristianismo, se adorava um único Deus, se praticavam os Sacramentos e se exercia algum gênero de ministério, ali permaneciam as marcas da Igreja. Nem sempre encontramos nas igrejas tal pureza como era de se desejar. Ainda a mais pura tem suas máculas, e algumas têm não só umas poucas manchas aqui e ali, mas são quase que completamente deformadas. Não devemos ficar tão desconcertados pelo ensino e vida de alguma sociedade que, se não ficamos satisfeitos com tudo o que se procede ali, então prontamente negamos ser ela uma igreja." [João Calvino, Gálatas, (Gl 1.2), p. 25].

"Não vejo, porém, nenhuma razão por que uma igreja, por mais universalmente corrompida, desde que contenha uns poucos membros santos, não deva ser denominada, em honra desse remanescente, de santo povo de Deus." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 2, (Sl 50.4), p. 401].

"As igrejas mais puras debaixo do céu estão sujeitas à mistura e ao erro; algumas têm degenerado ao ponto de não serem mais igrejas de Cristo, mas sinagogas de Satanás; não obstante, haverá sempre sobre a terra uma igreja para adorar a Deus segundo a vontade dele." (Confissão de Westminster, XXV.5). Vd. J. Calvino, As Institutas, IV.1.2,7.

[418] Mt 18.18.

Os que acham que as igrejas podem subsistir por muito tempo sem estarem entrelaçadas e unidas por esta disciplina, abusam muito, visto que não há dúvida de que não podemos passar sem um remédio que o Senhor prescreveu como necessário. E, de fato, a utilidade [múltipla] que dele vem mostra melhor a necessidade que dele temos.

Utilidades da disciplina

A primeira é que pessoas que se governam mal não sejam, com grande opróbrio [ou afronta vergonhosa] para Deus, contados no número dos cristãos, como se a igreja fosse um depósito ou quartel de malfeitores e de gente de má vida. Ora, visto que a igreja é o corpo de Cristo, não pode ser contaminada por membros necrosados, para que uma parte da vergonha não chegue à Cabeça. Portanto, para que não haja na igreja nada que passe ao nome de Deus alguma ignomínia ou causa de vergonha, é necessário cortar pelas raízes todos aqueles que, por suas ações vergonhosas, difamam e desonram o cristianismo.

A segunda utilidade é que os bons não sejam corrompidos pela conversação dos maus, como tantas vezes acontece. Porque, se somos propensos a nos desviar, nada nos será mais fácil que seguir maus exemplos. Esta utilidade foi observada pelo apóstolo Paulo, quando ordenou aos coríntios que expulsassem da sua comunidade aquele que havia cometido incesto. "Um pouco de fermento leveda a massa toda".[419] E o mesmo apóstolo via um perigo tão grande nisso que proibiu aos bons toda a companhia e familiaridade com os maus. "Não vos associeis com alguém que, dizendo-se irmão, for impuro, ou avarento, ou idólatra, ou beberrão, ou roubador; com esse tal, nem ainda comais" [1 Co 5.11].

A terceira utilidade é que [por vezes ocorre esta bênção]: os que são castigados com a excomunhão, ficando confusos em sua vergonha, arrependem-se e, graças a esse arrependimento, vêm a corrigir-se[a]. Assim, é um bom recurso que, até mesmo para a sua salvação, a sua maldade seja punida, a fim de que, advertidos pela vara da igreja, reconheçam suas faltas, as quais eles nutrem e endurecem quando são tratados com brandura.

Os que pela disciplina são separados do rebanho da igreja não são impedidos de beneficiar-se da esperança da salvação, mas são punidos mediante correção temporal; até que se afastem do mau caminho para viverem santa e honestamente. É o que o apóstolo quer dizer no que se segue: "Caso alguém não preste obediência à nossa palavra dada por esta epístola, notai-o; nem vos associeis com ele, para que fique envergonhado".[420]

[1536] Também noutra passagem, quando o apóstolo determina que o [autor do] incesto de Corinto fosse entregue a Satanás "para a destruição da carne, a

a. non quibus dejiciantur ex spe salutis, qui coram hominibus abdicantur ex ecclesiæ grege, sed quibus duntaxat castigentur, etc.

419 1 Co 5.6.

420 2 Ts 3.14.

fim de que o espírito seja salvo no Dia do Senhor",[421] o que ele quer dizer (como me parece) é que o castigo seria para uma condenação temporal, a fim de que o espírito fosse salvo eternamente.

[1539] Alguns entendem que se trata de algum tormento temporal causado pelo Diabo, o que me parece muito duvidoso. É melhor entender como digo.

[1536] Portanto, não devemos eliminar do rol dos escolhidos os excluídos da comunhão ou os que se acham em desespero de causa, como se já estivessem definitivamente perdidos.[a] É, porém, lícito considerá-los como estranhos [como fora da igreja], conforme a regra que registrei acima. Ainda assim, que se proceda dessa forma somente durante o tempo em que estiverem separados.

[1539] E se ainda percebermos neles mais orgulho e obstinação que humildade, [1539] vejamos se ainda devemos entregá-los na mão de Deus e recomendá-los à Sua bondade, esperando para o futuro algo melhor do que aquilo que vemos no presente.

[1536] E, para falar mais resumidamente, não nos é necessário condenar à morte eterna a pessoa que está na mão do Deus único; mas devemos avaliar pela Lei de Deus as obras de cada um. Seguir essa regra é ater-nos ao julgamento que Deus nos declarou, em vez de pôr adiante o nosso.

[1539] Não precisamos buscar mais licença para julgar, a não ser que queiramos limitar o poder de Deus e sujeitar à nossa fantasia à Sua misericórdia. Sim, pois, graças à Sua misericórdia, tantas vezes quantas Lhe parecer bem, mais elementos maus se converterão em gente de bem e mais estranhos serão recebidos na igreja, para que a opinião dos homens seja frustrada[b] e sua audácia seja reprimida, a qual sempre se atreverá a atribuir a si mais do que lhe cabe, se não for corrigida.

[1536] No tocante ao que Cristo diz, quando declara que o que os ministros da Sua Palavra terão ligado ou desligado na terra será ligado ou desligado no céu,[422] não se deve inferir que podemos discernir os que são da igreja e os que não são[c]. Porque, assim como essa promessa foi feita duas vezes, diverso é o seu entendimento. Em primeiro lugar, o Senhor não quer dar nenhuma marca visível para dar a conhecer pelos olhos os que são ligados ou absolvidos[a], mas simplesmente testifica que aqueles que na terra, isto é, nesta vida, tiverem recebido pela fé a doutrina do Evangelho, pela qual Cristo nos oferece redenção e livramento, serão verdadeiramente desligados e absolvidos no céu, quer dizer, diante de Deus em

---

a. neque tractandi sunt, sed Turcæ quoque ac Saraceni.
Os progressos de Barbarroxa [1] (que vinha de expulsar Mouley-Hassan de Tunis e ameaçava as costas do Mediterrâneo) davam a estas palavras, em 1535, uma atualidade que perderam em 1539 e 1541.

b. ut sic opinionem hominum eludat.

c. indicium quo nobis ligatos et solutos palam designaret.

a. Apesar da importância que Calvino liga à disciplina de excomunhão, ele não pretende realizar com ela uma igreja só composta de eleitos. Essa disciplina só visa aos costumes e à profissão externa da fé; mas, o julgamento das almas pertence exclusivamente a Deus. Donde a distinção, muito importante para a Reforma, entre a igreja visível e a invisível, distinção condenada pelo Concílio de Trento.

[421] 1 Co 5.5.

[422] Mt 18.15-18.

Seu trono celestial. Ao contrário, os que o tiverem desprezado e rejeitado terão nisso o testemunho de que permanecerão ligados no céu e diante de Deus, e serão encerrados mais estreitamente.[423]

[1539] Na segunda passagem [ou parte], onde se fala da excomunhão, o poder de ligar e desligar[b] é posto na censura eclesiástica, pela qual os que são excomungados, ou excluídos da comunhão, não são lançados à ruína eterna e ao desespero, mas somente no sentido de que a sua vida é condenada; são advertidos de que a condenação eterna os espera, se não se arrependerem. Porque essa é a diferença entre a excomunhão e a execração[c] (ou rejeição total), que os antigos doutores da igreja chamavam anátema.[d] Fica entendido que, se a igreja anatematiza um homem, corta-lhe toda a esperança de perdão[e] e o entrega ao Diabo. Já na excomunhão, os seus costumes é que são punidos.[f] E embora se puna também a sua pessoa, isso é feito de tal maneira que, ao se declarar a sua condenação futura, tira-se dela em vida a salvação.[g] Se a pessoa se mostrar obediente, depressa a igreja a receberá com amor e a fará participante da sua comunhão.

[1536] Note-se que não é permitido, se é que desejamos observar devidamente a disciplina da igreja, visitar privadamente os excluídos da comunhão e manter grande familiaridade com eles. Todavia, devemos esforçar-nos quanto nos for possível, seja por exortação e doutrina, seja por clemência e brandura, seja por nossas orações elevadas a Deus, para fazê-los voltar ao bom caminho e, tendo voltado, reconduzi-los à comunhão da igreja.[h]

[1539] Como igualmente o apóstolo nos ensina:[424] "Não o considereis por inimigo", diz ele, "mas adverti-o como irmão". Ele pede também a mesma mansidão com toda a igreja, quando se trata de acolher os que mostram algum sinal de empenho em se corrigirem. Porque, de minha parte, não quero[a] que ela exerça uma severidade muito rigorosa, proceda de maneira estrita até o fim e venha a ser pouco menos que inexorável[b] para com eles, mas, antes, que ela tome a dianteira

b. 1539 tem somente: ligandi vim.

c.

d. 1539: anathema (sem explicação).

e. adempta venia hominem devoret et addicit æterno exitio.

f. vindicat atque animadvertit.

g. in salutem revocet. Agostinho (Sermo CCCLI, cap. 12) distinguia entre a excomunhão menor (prohibitio medicinalis) e a maior (mortalis) ou anátema. Os antigos doutores diziam que a censura era *disciplina, non eradicatio*. Distinguia-se também entre *iuris* e *hominis*.

h. A *Declaração Sumária* ("Sommaire déclaration") de Farel desde 1525 (cap. XXXII) falava Sobre a excomunhão: "privação da mesa do nosso Senhor daquele que está em pecado..., depois, de toda a congregação... ele venha a emendar-se".

a. non permittit. A *Instrução* de 1537, *Sobre a Excomunhão*, a define: "... por ela os devassos declarados, se não se corrigirem depois de serem admoestados, serão, conforme o mandamento de Deus, privados da companhia dos crentes, não que a igreja os lance em perpétua desgraça," etc.; e o artigo 19 da confissão de fé então adotada em Genebra declara igualmente "a disciplina da excomunhão uma coisa santa e salutar". Mas foi por terem desejado aplicar isso que Calvino e Farel foram banidos em 1538. [1]

b. 1536 continuava: neque ii modo sic tractandi sunt, sed Turcæ quoque ac Saraceni, cœterique veræ religionis hostes. (Cf. acima, p. 139, nota[a].) [P. 86 do original da minha tradução para o português.]

[423] Ibid.

[424] 2 Ts 3.15.

e se apresente voluntariamente para os receber, para que eles não se desanimem, abatidos por demasiada tristeza.[425] Se essa moderação não for mantida diligentemente[c], correremos o perigo de cair da disciplina numa espécie de geena, e de transformar-nos de disciplinadores em carrascos[d].[426]

Disciplina: marca subsidiária (para honrar a Palavra e os sacramentos)

Já foi exposta a importância que deve ter entre nós o ministério da Palavra de Deus e dos sacramentos, e até que ponto devemos honrá-lo para o termos como insígnia e marca da igreja[e]; quer dizer, que o referido ministério seja mantido em sua integridade, sem vícios ou erros nos costumes que impeçam ali a existência de uma igreja[f] que mereça este nome. Em segundo lugar, ainda que haja algumas pequenas falhas na doutrina ou na ministração dos sacramentos, que não se permita que elas cresçam e ganhem força. Foi demonstrado também que os erros que se deve perdoar dessa maneira são os que não afetem a principal doutrina da nossa religião e não se contraponham aos artigos da fé, nos quais devem consentir todos os crentes. Quanto aos sacramentos, são toleráveis as faltas que não anulem nem distorçam a instituição do Senhor.

Se, porém, suceder que a mentira se eleve[g] e passe a destruir os pontos[h] primordiais da doutrina cristã, e a destruir o que é necessário entender quanto aos sacramentos, chegando a apregoar que o uso deles seja eliminado, o resultado será a ruína. A ruína resultante será comparável ao fim que se dá à vida de um homem quando se corta a sua garganta ou quando se fere* o seu coração.[a]

---

c. accurate religioseque.

d. ne ex disciplina mox delabamur ad carnificinam.

e. perpetua tessera dignoscendæ ecclesiæ. Igualmente Farel, após haver falado *sobre a fé*, fala sobre *os falsos* e *os bons pastores*. Ao contrário, na *Instrução* de 1537, ele fala sobre os pastores *antes* de tratar da excomunhão.

f. Cf. 1536: "ubicumque verbum Dei sincere prædicari atque audiri, ubi sacramenta ex Christi instituto administrari videmus, illic aliquam esse Dei ecclesiam nullo modo ambigendum est... Promissio fallere non potest; 'ubicumque duo aut três congregati fuerint in nomine meo, ibi in médio eorum sum'" (Mt 18).

As idéias da igreja invisível e do sacerdócio universal são assinaladas mais fortemente em 1536; as da igreja visível e do ministério pastoral, mais em 1539.

g. in arcem religionis irrupit.

h. summa.

a. præcordis letaliter sauciatis.

425 2 Co 2.1-11.

426 "Os mestres precisam aprender que esse gênero de moderação deve ser sempre usado nos atos de reprovação, para que não se firam os brios dos homens no uso de excessiva austeridade. (...) Mas, acima de tudo, devem tomar cuidado para não parecer que escarnecem daqueles a quem estão a reprovar, nem sentir-se prazerosos com seu infortúnio. Não! Ao contrário, devem esforçar-se para que fique evidente que a sua intenção não é outra senão a promoção de seu bem-estar. (...) Portanto, se desejamos fazer algo de positivo, ao corrigirmos as falhas das pessoas, é saudável esclarecer-lhes que as nossas críticas são oriundas de um coração amigo." [João Calvino, Exposição de 1 Coríntios, (1Co 4.14), p. 142].

É igreja a do papa?

Ora, assim anda o reino do papa, bem como o restante da sua igreja. Em vez do ministério da Palavra, eles têm um sacerdócio mau e forjado pela mentira; em lugar da Ceia do nosso bendito Senhor, o que fazem é um sacrilégio abominável. O serviço de Deus é obscurecido e contaminado por infinitas[b] superstições. Quase todas as doutrinas indispensáveis para a subsistência do cristianismo são soterradas e pisadas com os próprios pés. As assembléias públicas são como escolas de idolatria e de desrespeito à verdadeira piedade cristã.

Portanto, retirando-nos e deixando de participar de tantos sacrilégios e outras infâmias, não corremos nenhum risco de separar-nos da igreja de Cristo[c]. Porquanto, a comunhão da igreja não foi ordenada com a finalidade de ser um laço para nos juntar na idolatria,[427] na impiedade, na ignorância sobre Deus e noutros erros e males, mas, antes, para nos manter no temor de Deus e na obediência à Sua verdade.

Mas veremos mais claramente como devemos avaliar as igrejas que são oprimidas pela tirania desse ídolo de Roma[d], se as compararmos com a antiga igreja de Israel, como nos é descrita pelos profetas.

A antiga "igreja de Israel" e as nossas

No tempo em que em Judá e em Israel se guardava a aliança de Deus, havia entre eles uma igreja verdadeira. Viam-se as coisas nas quais a igreja se funda. Eles tinham na Lei a doutrina da verdade; a dispensação [ou seja, a administração e distribuição] da Lei era confiada aos sacerdotes e aos profetas. Eles eram recebidos entre o povo de Deus pelo sacramento da circuncisão. Tinham outras ordenanças que praticavam para se confirmarem e se fortalecerem na fé. Portanto, não há dúvida de que os testemunhos e os títulos com os quais o Senhor honrou a Sua igreja foram suficientes para convencê-los naquele tempo. Depois, tendo abandonado a Lei de Deus, eles se corromperam[a], sujeitando-se à idolatria e à superstição, e então começaram a perder em parte o seu privilégio. Tendo isso em vista, quem ousaria tirar ou negar o título de igreja àqueles aos quais o Senhor

b. sub papismo.

Durante a sua viagem pela Itália em 1536, Calvino escreveu dois opúsculos que foram publicados em março de 1537 (em Basiléia): *De fugiendis impiorum illicitis sacris et puritate christianæ religionis observanda* (carta a Nicolas Duchemin); *De christiani hominis officio in sacerdotiis papalis ecclesiæ vel administrandis vel abjiciendis* (a Gérard Roussel, abade de Clairac, então recém-nomeado bispo de Oloron). Cf. *Opera selecta*, I, pp. 184ss.

c. Da mesma forma Farel procurava restabelecer a confiança daqueles que temiam a excomunhão pronunciada pelos "falsos pastores": "é tão temível como uma folha de árvore que cai". "Assim se teme um fragmento de pergaminho com um pouco de cera como se fosse a morte!"

d. Romani idoli: primeira ocorrência desta expressão em 1539.

a. degenerarunt.

[427] "Um ídolo é uma ficção e uma fraude, não é Deidade" [João Calvino, Efésios, (Ef 2.12), p. 68].

confiou a pregação da Sua Palavra e o uso dos Seus sacramentos? Por outro lado, quem ousará ter, simplesmente e sem exceção, como igreja uma assembléia na qual a Palavra de Deus é abertamente falsificada, onde o ministério[b] dessa mesma Palavra, que é como a força[c] vital e a própria alma da igreja, é dissipado, é posto de lado?

"Mas então", alguém poderá perguntar, "não houve nenhuma forma de igreja entre os judeus depois que eles penderam para a idolatria?" A resposta é fácil. Se considerarmos a igreja segundo o que temos dito neste contexto, a saber, aquela que, sendo julgada, não mostra nem inspira reverência e cuja autoridade não é levada em consideração, cujas admoestações são recusadas, cujas repreensões e ações disciplinares são desprezadas, e cuja comunhão é abandonada – face a agrupamentos desse jaez os profetas bradam em alta voz que não os podem considerar igrejas, mas sim sinagogas[d] profanas e corruptas. Porque, se esses agrupamentos fossem igrejas, Elias, Miquéias e outros servos de Deus teriam sido banidos da igreja, visto que tanto os profetas e os sacerdotes como em geral o povo os evitavam com maior repulsa do que a repulsa que sentiam pelos incircuncisos. Se fossem igrejas, conseqüentemente a igreja não seria a "coluna e [o] baluarte da verdade",[428] mas um pilar da mentira; não seria um tabernáculo do Deus vivo, mas um receptáculo de ídolos.

Todavia, restavam entre eles algumas prerrogativas e alguns privilégios[e] singularmente pertencentes à igreja, e, em especial, a aliança de Deus, a qual se sustentava melhor com a sua própria solidez e firmeza ao lutar contra a impiedade do povo do que em ser fortalecida por este. Por isso mesmo, por causa da segurança e constância de Deus, em Sua graça e bondade, a aliança permaneceu firme, e a deslealdade do povo não conseguiu eliminar a veracidade da aliança. A circuncisão também não pôde ser tão contaminada* por suas mãos impuras e sujas que não tivesse mais condições de ser um sinal e um sacramento dessa aliança. Por essa razão o Senhor disse que os filhos que nascessem desse povo seriam seus.[429]

Discernindo entre igrejas falsas e verdadeiras

Pela mesma razão, se alguém reconhecer atualmente como igrejas de Deus[a] as igrejas subordinadas ao papa, que vemos cheias de idolatria, superstições e doutrinas ruins, e achar que se pode persistir em sua comunhão até que haja comum aceitação da doutrina, estará rotundamente[b] enganado. Porque, se fossem igrejas, teriam recebido o poder das chaves. Ora, as chaves e a Palavra de Deus estão

b. ministerium.
c. nervus.
d. conventicula.
e. Palavra acrescentada em 1541.
a. cœtus.
[428] 1 Tm 3.15.
[429] Ez 16. [Note-se o versículo 8.]

entrelaçadas e unidas inseparavelmente; e a verdade é que essa Palavra foi delas excluída e foi exterminada. Ademais, se fossem igrejas, a promessa de Cristo teria lugar nelas; quer dizer, o que ali fosse ligado ou absolvido seria ligado e absolvido no céu. Pois bem, todos os que se declaram francamente servos de Jesus Cristo, e como tais são reputados, são postos fora e excomungados. Segue-se, pois, que a promessa de Jesus Cristo seria fútil e inútil, ou então elas não são igrejas, ao menos dentro desta perspectiva.

Finalmente, no lugar do ministério da Palavra não há nada mais nada menos que escolas de impiedade [ou de destemor de Deus] e todas as espécies de erros. Portanto, ou não são igrejas, nos termos da presente consideração, ou não resta nelas mais nenhum sinal ou marca que possibilite discernir entre as assembléias de fiéis e as sinagogas[c] de infiéis.[430] Contudo, nós lhes deixamos as relíquias[d] e as aparências de igreja que o Senhor lhes deixou desde quando foram postas fora de uso. Primeiramente, a aliança de Deus, que é inviolável. E também o batismo, que é o sacramento da referida aliança e que, tendo sido consagrado pela boca do Senhor, retém a sua eficácia, apesar da impiedade humana.

Sumário

Em suma, não negamos todas as coisas que existam nas igrejas, como também não as acatamos simplesmente; porque podem ser igrejas, havendo relíquias* do povo de Deus que o Senhor nelas conserva, as quais estão miseravelmente dispersas. Também há igrejas nas quais ainda restam algumas insígnias[e] ou sinais, principalmente aqueles cuja eficácia não pode ser destruída, nem pela astúcia do Diabo, nem pela maldade dos homens. Ao contrário, como as marcas que constituem requisitos da igreja, nos termos em que estamos falando presentemente, estão apagadas naquelas, se buscamos uma igreja devidamente ordenada[f] ou bem constituída, digo que não existe nelas uma forma de igreja. De tal maneira o anticristo conturbou e distorceu tudo que agora [a "igreja" que nelas se vê] mais parece a Babilônia que a cidade santa de Deus. Mas, se é coisa notória que o anticristo reina ali, disso mesmo devemos inferir que são igrejas de Deus, visto que a Escritura predisse que ele se assentaria no santuário de Deus.[431] Mas é preciso entender que essas igrejas estão contaminadas e corrompidas por suas abominações[a].

---

b. valde.
c. conventibus.
d. quæ superesse.
e. symbola.
f. bene institutam.
a. quas sacrilega impietate profananarit.
[430] Literalmente: de turcos. Nota do tradutor.
[431] 2 Ts 2.4.

Na remissão dos pecados.

A remissão dos pecados vem bem a propósito junto da igreja[b], uma vez que essa remissão não se pode obter senão para aqueles que são membros da igreja, como diz o profeta.[432] Primeiro é necessário que seja edificada esta Jerusalém Celeste, na qual tem depois lugar esta graça pela qual todo aquele que for cidadão ali terá cancelada a sua iniqüidade.

Mas eu disse que é necessário que primeiro ela seja edificada; não que a igreja possa estar de algum modo sem a remissão dos pecados, mas no sentido de que o Senhor não prometeu a Sua misericórdia senão na comunhão dos santos[c]. Nossa primeira entrada é, pois, na igreja e no reino de Deus, precedendo à remissão dos pecados (sem a qual não temos nenhuma aliança com Deus, nem nenhum direito perante Ele), como é demonstrado pelo profeta Oséias: "Naquele dia, diz o Senhor, farei aliança com as bestas da terra e com as aves do céu. Quebrarei o arco e a espada; farei cessar toda guerra na terra, e farei que os homens durmam sem temor. Farei aliança com eles para sempre. A aliança será com justiça e juízo, com misericórdia e piedade".[433] Vemos assim que o Senhor nos reconcilia Consigo por Sua misericórdia. Semelhantemente, noutra passagem, na qual prediz que recolheria o povo que Ele tinha dispersado em Sua ira, diz Ele: "Purificá-los-ei de toda a sua iniqüidade com que pecaram contra mim".[434] Portanto, em nossa primeira entrada na agremiação da igreja, somos recebidos por meio do sinal do lavamento[d]. Com isso nos é demonstrado que não teremos nenhum acesso à família de Deus se, primeiro, por Sua bondade, as nossas impurezas não forem eliminadas.[435] Mas essa remissão dos pecados, e como é efetuada, vamos expor mais diligentemente noutra parte desta obra.[e]

A ordem seguida pelo Credo

Contudo, aqui devo anotar o que a ordem do Símbolo nos mostra, a saber, que a remissão dos pecados não nos é dada por nossos méritos, mas unicamente pela

---

b. O que se segue em 1539 tinha sido desenvolvido por Calvino num volume publicado em Basiléia em 1537, contendo as duas cartas já citadas, nota *f* da página 142 [da relação de notas original francesa; cartas a Nicolas Duchemin e a Gérard Roussel].

c

d. ablutionis. Cf. *Instrução* de 1537.

e. Farel (cap. XXX do *Sumário*) ainda não ligava a remissão à doutrina da igreja. Ao contrário, a *Institutio* de 1536 diz: extra hanc ecclesiam et hanc sanctorum communionem nulla est salus, e o artigo da *Instrução* de 1537 conclui dizendo: "fora desta igreja e da comunhão dos santos não há salvação" lembrando a fórmula citada na nota *a* da página 122 [da relação de notas original francesa; a citação é destas palavras de Cipriano: "Fora da igreja não há salvação"].

[432] Is 33 [Notem-se os versículos 2, 14-16, 22-24.]

[433] Os 2.18-20; tradução direta.

[434] Jr 33.8.

[435] "Os homens se acham num deplorável estado a menos que Deus os trate misericordiosamente, não debitando seus pecados em sua conta" [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol 1, (Sl 32.1), p. 39].

graça de Deus.[436] Porque, depois de haver declarado que, pela justiça de Cristo, Deus se tornou propício a nós e quer ser para nós um bom Pai; de haver também falado do Espírito Santo, pelo qual somos santificados; e, finalmente, da igreja, que é produto dessa obra; agora, conseqüentemente, é feita menção da remissão dos pecados, pela qual somos feitos membros da igreja. A ordem seguida significa que esta remissão não depende nem consiste de ninguém mais, senão de um só, que é Cristo, mediante o poder do Espírito Santo. E não se entenda que, por essa remissão, o Senhor só nos recebe por uma vez na igreja, mas também que, graças a ela, Ele nos mantém e nos preserva. Sim, pois, com que propósito o Senhor nos produziria um perdão que não nos trouxesse nenhuma utilidade? Pois o fato é que a misericórdia de Deus seria vã e frustrante, se nos fosse concedida apenas por uma vez.

Disso cada crente pode dar testemunho, visto que não há nenhum cristão que em toda a sua vida não se sinta culpado de muitas fraquezas que necessitam da misericórdia de Deus. Porque, como enquanto vivemos estamos sempre carregados de restos de pecados, certo é que não poderíamos subsistir nem um só minuto na igreja, se a graça de Deus não viesse constantemente em nosso socorro para remitir as nossas faltas. Mas, ao contrário, o Senhor chamou os Seus para a vida eterna; por isso eles devem considerar que a Sua graça está sempre pronta a tratar com misericórdia as suas ofensas. Pelo que somos aqui advertidos no sentido de que devemos crer que [1536], graças à clemência de Deus, pelos méritos de Jesus Cristo e mediante a santificação efetuada pelo Seu Espírito, a remissão dos nossos pecados é feita em nosso favor, e nos é feita diariamente, estando nós unidos[a] ao corpo da igreja[b].[437]

Heresia novaciana – recorrente

[1539] Agora, uma vez que há alguns que fazem o que podem para eliminar da igreja este retrato[c] único da salvação, precisamos fortalecer as consciências para se contraporem a esse erro tão horroroso.[d] Os novacianos perturbaram a igreja antiga com essa falsa doutrina, mas em nossa época há alguns anabatistas[a] que

a. 1536: asciti et inserti. *Instrução* de 1537: nós, que somos chamados e inseridos no corpo da igreja.
b. 1536 acrescentava (encimando o parágrafo): nullam peccatorum remissionem aut aliunde, aut ulla alia ratione, aut aliis dari (At 10, 1 Jo 2, Is 33), idéias desdobradas em 1539 no que precede aqui.
c. anchora. A âncora tornou-se o florão do impressor Crespin em Genebra, e de Fields em Londres (especialmente para a obra *Institutas* traduzida para o espanhol, com esta legenda: Anchora spei).
d. Cap. VI: *De justificatione fidei*.
a. Os principais líderes anabatistas tinham sido massacrados em 1535 e 1536 em Westfália, mas alguns discípulos subsistiam em Hesse, na Picardia, etc. Os novacianos se denominavam, em primeiro lugar, *cátaros*, (quer dizer, *puros*).

[436] "Em toda a Escritura se faz evidente que não existe outra fonte de salvação exceto a graciosa mercê divina." [João Calvino, Exposição de Hebreus, São Paulo, Paracletos, 1997, (Hb 6.10), p. 158].

[437] "Os homens, pois, só serão bem-aventurados depois que forem gratuitamente reconciliados com Deus e reputados por ele como justos." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 1, (Sl 32.1), p. 39]. "Os homens se acham num deplorável estado a menos que Deus os trate misericordiosamente, não debitando seus pecados em sua conta" [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol 1, (Sl 32.1), p. 39].

não os representam mal nessa fantasia.[b] Porque eles imaginam que aqueles que são de Deus são, pelo batismo, regenerados para uma vida pura e angélica que não deve ser contaminada pelas manchas da carne. E se suceder que depois do batismo eles decaem, [estes mestres heréticos] nada lhes deixam, senão o rigor de um deus inexorável.[438]

Resumindo, eles não dão nenhuma esperança ao pecador que tropeça e cai em pecado, depois de haver recebido a graça de Deus – não lhe dão nenhuma esperança de obter perdão e misericórdia. Porque eles não reconhecem nenhuma outra remissão além daquela pela qual somos primeiramente regenerados. Pois bem, embora não haja mentira que seja mais claramente refutada na Escritura do que essa, todavia, visto que esse tipo de gente encontra pessoas simples para enganar (como Novato[c], que no passado teve muitos seguidores), mostremos concisamente como esses erros são perigosos, tanto para eles quanto para outros.

Busca diária de perdão

Primeiro consideremos que, pelo mandamento de Deus, todos os santos costumam pedir diariamente que os seus pecados sejam remitidos, com isso confessando-se pecadores. E não fazem isso em vão, pois o Senhor Jesus não nos ordenou pedir algo que não nos quisesse dar. E, mesmo tendo prometido em termos gerais que toda oração que nos ensinou seria atendida pelo Pai, Ele nos faz uma promessa especial para esse pedido. Que mais queremos? O Senhor quer que todos os Seus santos se confessem pecadores, dia após dia, durante toda a sua vida, e lhes promete perdão.[439] Que audácia, então, quererem eles negar que são pecadores, ou, quando alguém fracassa, negar-lhe todas as graças! Além disso, a quem o Senhor quer que perdoemos setenta vezes sete,[440] isto é, todas as vezes quantas for necessário? Não é a nossos irmãos? E por que Ele deseja isso, senão para que imitemos a Sua clemência? Portanto, Ele perdoa, não por uma ou duas ofensas, mas toda vez que o pobre pecador, abatido e ferido pelo reconhecimento dos seus pecados, suspira por Ele.

---

b. deliramenta.

c. Adversário de Cipriano.

438 O homem "peca com o consentimento de sua própria vontade continuamente e segundo sua inclinação." (Juan Calvino, Breve Instruccion Cristiana, Barcelona, Fundación Editorial de Literatura Reformada, 1966, p. 13).

439 "É verdade, de modo geral, que os homens orariam de uma forma errônea e em vão, a menos que comecem a buscar o perdão de seus pecados. Não há esperança alguma de se obter algum favor de Deus a menos que ele nos reconcilie consigo. Como poderá nos amar a não ser que primeiro graciosamente nos reconcilie consigo mesmo? Portanto, a ordem própria e correta de orar é, como eu já disse, pedindo logo de início, que Deus perdoe os nossos pecados." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 1, (Sl 25.7), p. 545].

440 Mt 18.21,22.

Exemplos individuais de quedas seguidas de restauração

E, para começarmos a partir da origem da igreja, vejamos: Os patriarcas[a] eram circuncisos, tinham recebido a aliança de Deus, e não há a mínima dúvida de que seu pai os havia ensinado a seguir a justiça e a integridade, quando conspiraram para matar o seu irmão.[441] Era um crime abominável, mesmo para os piores bandidos do mundo. Por fim, abrandados pela admoestação de Judá, eles o venderam. Mas era ainda uma crueldade intolerável. Simeão e Levi mataram todos os homens de Siquém para vingar a irmã, vingança ilícita,[442] e, de fato, condenada por seu pai. Rúben cometeu um execrável incesto com a mulher do seu pai. Judá, querendo satisfazer sua luxúria na prostituição, transgrediu a lei natural, tendo a companhia da sua nora. – Pois bem, longe de serem eliminados do povo escolhido, foram, ao contrário, constituídos cabeças. Que diremos de Davi, que, sendo mestre de justiça, pecou gravemente, buscando satisfazer sua luxúria e derramando sangue inocente? Ele já era regenerado e tinha excelente testemunho a seu favor, acima dos outros filhos de Deus. No entanto, cometeu uma maldade que causaria horror até aos pagãos.[443] Isso não impediu que ele obtivesse misericórdia.

Exemplos do povo de Israel: rebeliões seguidas de restauração

E, para não nos demorarmos demais nos exemplos particulares, quantas promessas da misericórdia de Deus foram feitas aos israelitas? Quantas vezes foi demonstrado que o Senhor sempre lhes foi propício? Porquanto, que foi que Moisés prometeu ao povo, quando voltasse para Deus após ter caído na idolatria e abandonado o Deus vivo? “O Senhor, teu Deus”, diz ele, “mudará a tua sorte, e se compadecerá de ti, e te ajuntará de novo, de todos os povos entre os quais te havia espalhado o Senhor, teu Deus. Ainda que os teus desterrados estejam para a extremidade dos céus, desde aí te ajuntará o Senhor, teu Deus, e te tornará de lá”.[444] Mas eu não quero começar a fazer uma narração interminável. Porque os escritos dos profetas estão repletos de tais promessas, nas quais eles apresentam misericórdia ao povo que tinha cometido crimes sem conta. Que iniqüidade poderá haver mais grave que a rebelião? Por essa causa ela é chamada divórcio entre Deus e Sua igreja. E, todavia, é perdoada pela bondade de Deus. “Se um homem repudiar sua mulher”, diz Ele pela boca de Jeremias, “e ela o deixar e tomar outro marido, porventura aquele tornará a ela? Não se poluiria com isso de todo aquela terra? Ora, tu te prostituíste com muitos amantes; mas, ainda assim, torna para

a. Os filhos de Jacó.
441 Gn 37 e capítulos seguintes.
442 Gn 34.
443 2 Sm 11.
444 Dt 30.3,4.

mim, diz o Senhor. Volta, ó pérfida Israel, diz o Senhor, e não farei cair a minha ira sobre ti, porque eu sou compassivo, diz o Senhor, e não manterei para sempre a minha ira".[445] E certamente não pode ser outro o sentimento presente em Sua declaração de que Ele não tem prazer "na morte do perverso, mas em que o perverso se converta do seu caminho e viva" [Ez 33.11]. Por isso Salomão, ao dedicar o templo, destinou-o a este uso: que as orações feitas para obter perdão de pecados fossem ali atendidas. "Quando [os teus filhos] pecarem contra ti", diz ele, "(pois não há homem que não peque), e tu te indignares contra eles, e os entregares às mãos do inimigo, a fim de que os leve cativos à terra inimiga, longe ou perto esteja; e, na terra aonde forem levados cativos, caírem em si, e se converterem, e, na terra do seu cativeiro, te suplicarem, dizendo: Pecamos, e perversamente procedemos, e cometemos iniqüidade; e se converterem a ti de todo o seu coração e de toda a sua alma, na terra de seus inimigos que os levarem cativos, e orarem a ti, voltados para a sua terra, que deste a seus pais, para esta cidade que escolheste e para a casa que edifiquei ao teu nome; ouve tu nos céus, lugar da tua habitação, a sua prece e a sua súplica e faze-lhes justiça, perdoa o teu povo, que houver pecado contra ti, todas as suas transgressões que houverem cometido contra ti".[446]

Também não foi em vão que, em Sua Lei, Deus ordenou sacrifícios pelos pecados entre Seu povo. Porque, se Ele não soubesse que os Seus servos[a] estão constantemente manchados de atos e hábitos pecaminosos, não lhes teria prescrito esse remédio.

E no Novo Testamento?

E agora eu pergunto: Quando da vinda de Cristo, na qual toda a plenitude da graça foi manifestada, essa bênção foi vedada aos crentes? Foi determinado a eles que não ousassem orar para obter perdão por suas faltas? E mais, que quando ofendessem a Deus, não encontrassem misericórdia? Se fosse assim, que outra coisa seria, senão que Cristo veio para desgraça dos Seus, e não para a salvação deles? Pois, nesse caso, a benignidade de Deus, sempre ajustada para socorrer os santos do Antigo Testamento, agora lhes estaria totalmente cortada! Mas, se pomos fé na Escritura, a qual proclama alto e bom som que a graça de Deus e o amor que Ele dedica aos homens tiveram plena manifestação em Cristo; que as riquezas da Sua misericórdia mostraram-se plenamente abertas nele, e tiveram consumada[447] a reconciliação com os homens; consideradas estas coisas, é preciso não duvidar de que agora a Sua clemência nos é exposta com maior abundância, e não

a. Ler: *seus* servos (1539: populum suum).
[445] Jr 3.1,12.
[446] 1 Rs 8.46-50.
[447] 2 Tm 1; Tt 1 e 3. [Ver também Tt 2.11-15.]

delimitada e diminuída. Disso também temos exemplos concretos. O apóstolo Pedro, que tinha ouvido dos lábios de Jesus Cristo que aquele que não O confessar diante dos homens não será reconhecido por Ele diante dos anjos do céu, negou-o três vezes; e até com blasfêmia;[448] todavia, não foi impedido de receber graça. Os que viviam desordenadamente entre os tessalonicenses foram tão fortemente repreendidos pelo apóstolo Paulo que este os convidou ao arrependimento.[449] O apóstolo Pedro nem a Simão, o mágico, colocou em desespero, mas, em vez disso, deu-lhe esperança, aconselhando-o a orar a Deus [arrependido] do seu pecado.[450] Quem terá cometido faltas mais grosseiras que os pecados que ocuparam inteiramente uma igreja? Que fez o apóstolo Paulo a respeito? Ao invés de abandonar aqueles cristãos relapsos à maldição extrema, procurou reconduzi-los ao bom caminho. A revolta dos gálatas contra o Evangelho não foi uma falta leve. Os coríntios eram ainda menos escusáveis que eles, porque tinham mais vícios, e enormes! No entanto, nem estes nem aqueles foram excluídos da bondade de Deus. Ao contrário, justamente os que pecaram mais gravemente que os outros, por adultério, impudicícia e todo tipo de vilania, foram notadamente chamados ao arrependimento.[451] Porque a aliança que o Senhor fez com Cristo e com todos os Seus membros permanece, e permanece inviolável para sempre. É o que se vê quando [referindo-se à Sua aliança típica com Davi] Ele diz: "Se os seus filhos desprezarem a minha lei e não andarem nos meus juízos, se violarem os meus preceitos e não guardarem os meus mandamentos, então, punirei com vara as suas transgressões e com açoites, a sua iniqüidade. Mas jamais retirarei dele a minha bondade"[452].[453]

Finalmente, pela ordem seguida no Símbolo se vê que esta graça e esta clemência residem sempre na igreja, visto que, logo depois de constituída a igreja, conseqüentemente é acrescentada a remissão dos pecados. Do que se infere que, necessariamente, a remissão dos pecados ocorre nos que são da igreja.

Uma heresia mais sutil

Alguns, um pouco mais sutis, quando vêem a doutrina dos novacianos claramente reprovada pela Escritura, não declaram que todo pecado é irremissível, mas unicamente as transgressões voluntárias, nas quais o homem cai* pelo seu próprio saber e querer. Ora, falando assim, eles não acham que algum pecado será

[448] Mt 10.32,33; 26.31-35, 69-75.
[449] 2 Ts 3.6-16.
[450] At 8.9-25.
[451] 2 Co 12.14-21. [Ver também o capítulo 13.]
[452] Sl 89.30-33.
[453] "A felicidade dos homens consiste única e exclusivamente no gracioso perdão dos pecados, porquanto nada pode ser mais terrível do que ter Deus por nosso inimigo; tampouco pode Ele ser gracioso para conosco de outra maneira senão perdoando nossas transgressões." [João Calvino, O Livro dos Salmos, São Paulo, Paracletos, 1999, Vol. 2, (Sl 32), p. 37-38].

perdoado, exceto o que for cometido por ignorância. Mas, uma vez que na Lei o Senhor ordenou a realização de alguns sacrifícios para apagar os pecados voluntários do Seu povo, e outros para purificação dos pecados praticados por ignorância,[454] que temerário atrevimento é esse, que os leva a não deixar nenhuma esperança de perdão a um pecado voluntário? Afirmo que não há nada mais claro que esta verdade: O sacrifício único de Jesus Cristo tem a virtude de remitir os pecados voluntários dos crentes, visto que Deus, pelos sacrifícios de animais, deu testemunho disso, sendo que aqueles sacrifícios eram figuras[a] do de Cristo. Ademais, quem desculparia Davi, a título de ignorância, sendo coisa notória que ele tinha sido bem instruído na Lei? Não sabia ele que o adultério e o homicídio eram crimes, ele que os punia todo dia nos seus súditos? E os patriarcas, será que pensavam que era bom e honesto matar seu irmão? Quanto aos coríntios, tinham progredido tão pouco que achavam que a incontinência, a dissolução moral, o ódio e as contendas eram coisas agradáveis a Deus? O apóstolo Pedro, depois de haver sido diligentemente admoestado, ignorava quão tremenda falta era renunciar[b] a seu Senhor? Não fechemos, pois, por nossa desumanidade, a porta da misericórdia de Deus, a qual se apresenta a nós tão liberalmente. Não é coisa ignorada que alguns dos antigos doutores interpretavam os pecados que se perdoam diariamente como sendo faltas leves ocasionadas pela fraqueza da carne. E a eles parecia que a séria penitência que se costumava exigir para as grandes ofensas não se aplicava ao caso aqui tratado. Aqui não se deveria exigir nada mais que a repetição do batismo. Sentença que não se deve entender como se eles quisessem lançar ao desespero aquele que tornou a cair em pecado depois de ter sido restaurado uma vez, como tampouco se deve entender como se eles quisessem diminuir a gravidade das faltas cotidianas como se fossem pequenas diante de Deus. Porque eles sabiam muito bem que freqüentemente os santos tropeçam nalguma infidelidade, jurando sem necessidade*, encolerizando-se além da medida, e até às vezes chegando a injúrias manifestas e a cair noutros vícios e males que não são pequena abominação para o Senhor. Mas eles falavam dessa maneira para fazer diferença entre as faltas privadas e os crimes públicos, que causavam grandes escândalos na igreja. Além disso, quando eles punham grande dificuldade para perdoar as pessoas que tinham feito qualquer coisa digna de correção ou de disciplina eclesiástica, não agiam assim por pensarem que os pecadores tinham muita dificuldade em receber o perdão de Deus, mas porque com tal severidade queriam intimidar* os outros, para não caírem* em ofensas que os fizessem merecer a excomunhão da igreja. O certo é que a Palavra de Deus, que aqui devemos ter como a nossa regra, requer maior moderação e humanidade. Porquanto ela ensina

a. signaculis.
b. ejurare.
[454] Lv 4 a 6.

que o rigor da disciplina eclesiástica não deve exceder-se, frustrando o fruto esperado e deixando a pessoa exausta de tristeza[a].[455]

Explicação de Hebreus 6.4-6 e 10.26,27

Todavia, os que são ásperos e inexoráveis contra aqueles que cometeram pecados voluntários têm a pretensão de agir com base na autoridade do apóstolo que (parece) corta toda esperança de perdão nesse caso. Porque ele faz esta declaração: "É impossível, pois, que aqueles que uma vez foram iluminados, e provaram o dom celestial, e se tornaram participantes do Espírito Santo, e provaram a boa palavra de Deus e os poderes do mundo vindouro, e caíram, sim, é impossível outra vez renová-los para arrependimento, visto que, de novo, estão crucificando para si mesmos o Filho de Deus e expondo-o à ignomínia".[456] Igualmente, noutro lugar: "Se vivermos deliberadamente em pecado, depois de termos recebido o pleno conhecimento da verdade, já não resta sacrifício pelos pecados; pelo contrário, certa expectação horrível de juízo e fogo vingador".[457] São essas passagens que foram entendidas erroneamente pelos novacianos, que perturbaram a igreja no passado. E porque à primeira vista elas são duras, algu-

a. 1537 (De excommunicatione): "... não que a igreja os abandone ao desespero...; confundidos pela vergonha, eles procuram corrigir-se... A igreja os recebe benignamente".

[455] Calvino (1509-1564) ressaltando a importância da disciplina na preservação da vida da Igreja, faz algumas analogias: "... nenhuma casa que contenha sequer modesta família, se não pode suster em reta condição sem disciplina, muito mais necessária é ela na Igreja, cuja condição importa seja a mais ordenada possível. Portanto, assim como a doutrina salvífica de Cristo é a alma da Igreja, assim também a disciplina é-lhe como que a nervatura, mercê da qual acontece que os membros do corpo entre si se liguem, cada um em seu lugar. (...) A disciplina é, portanto, como um freio com que sejam contidos e domados aqueles que se embravecem contra a doutrina de Cristo, ou como um acicate com que sejam estugados os de pouca disposição....". [J. Calvino, As Institutas, IV.12.1].

No entanto, a disciplina deve ser aplicada com moderação e amor, ainda que isto não exclua a severidade quando necessária:

"Nota-se aqui [1Co 4.21] o padrão de comportamento que um bom pastor deve seguir, pois ele deve estar espontaneamente mais disposto a ser delicado a fim de atrair pessoas para Cristo do que a sucumbi-las com demasiada energia. Ele deve manter esta docilidade até onde for possível, e não lançar mão da severidade, a não ser que a isso seja forçado. Mas quando há necessidade de tal expediente, ele não deve poupar a vara, porque, enquanto se deve usar de mansidão com os que são dóceis e maleáveis, faz-se necessário a autoridade no trato com os obstinados e insolentes." [João Calvino, Exposição de 1 Coríntios, (1Co 4.21), p. 151].

Comentando o salmo 50, diz: "Aqueles que têm desprezado a correção, e se têm empedernido conta a instrução, preparam-se para precipitar-se a todo excesso que o desejo corrupto ou o mau exemplo possa sugerir." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 2, (Sl 50.17-20), p. 415].

"E como sabemos que o propósito de Deus, ao infligir-nos algum castigo, consiste em humilhar-nos, então, quando somos reprimidos sob sua vara, a porta se abre para que sua misericórdia nos alcance. Além disso, visto que sua peculiar função é curar os enfermos, erguer os caídos, amparar os fracos e, finalmente, comunicar vida aos mortos, esta, por si só mesma, é uma razão suficiente para buscarmos seu favor quando nos acharmos mergulhados em nossas aflições." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 1, (Sl 6.2), p. 126].

[456] Hb 6.4-6.

[457] Hb 10.26,27.

mas personalidades[a] respeitáveis consideraram falsa esta epístola; mas em tudo ela mostra um espírito apostólico. E como só temos discutido com opositores que a aceitam, será fácil mostrar que aquelas passagens nada fazem a favor do erro deles. Consideremos:

Primeiro, é necessário que o apóstolo esteja de acordo com o seu Senhor. E Este certifica que todo e qualquer pecado tem remissão, exceto o pecado contra o Espírito Santo, pecado que não é perdoado nem neste mundo, nem no outro [Mt 12.31,32]. É certo que o apóstolo admite essa exceção, se não queremos fazê-lo adversário da graça de Cristo. Segue-se, pois, que, do que ele disse nas duas passagens de Hebreus acima referidas, devemos entender que ele se refere unicamente ao pecado contra o Espírito Santo. E se essa dedução não lfor suficiente, continuarei mostrando como as suas palavras levam a essa conclusão.

Para explicar melhor o ponto, convém saber qual é esse crime tão abominável que não tem nem terá perdão. Num certo lugar Agostinho[b] o define dizendo que é um endurecimento e uma obstinação que permanecem até à morte, sem confiança na obtenção da graça. Mas isso não combina com as palavras de Cristo, segundo as quais esse pecado não será perdoado "neste mundo". Porque, ou isso foi dito em vão, ou esse pecado pode ser cometido neste mundo. Ora, segundo o que disse Agostinho, só é cometido quando o homem persiste nele até à morte.

O que outros dizem, que ter inveja das graças ou dons do próximo é pecar contra o Espírito Santo, não sei em que se baseia.

Mas o que é preciso é trazer para cá a definição verdadeira. Quando for comprovada por bons testemunhos, porá abaixo todas as demais. Digo, então, o seguinte: Peca contra o Espírito Santo aquele que, tendo sido tocado pela luz da verdade de tal maneira que não pode alegar ignorância, não obstante resiste com deliberada má intenção, só para resistir. Pois o Senhor Jesus, querendo explicar o que tinha dito, acrescentou conseqüentemente que aquele que dissesse alguma palavra contra Ele, teria perdão, mas quem blasfemasse contra o Espírito Santo não receberia graça alguma. E o evangelista Mateus, em lugar de dizer, blasfêmia contra o Espírito, diz, espírito de blasfêmia *(sic).*[458] Como poderia ser que um opróbrio causado

---

a. Novaciano (não se confunda com Novato) não recorria à autoridade desta epístola. Calvino, mais tarde, a atribuiu a Barnabé (como fez Tertuliano), ou a Clemente (como faziam alguns dos antigos, seguindo Eusébio).

b. Ele escreveu um tratado *Sobre a Culpabiblidade e sobre a Remissão dos pecados*, contra os pelagianos.

[458] Mt 12.22-32; Mc 3.22-30; Lc 11.14-23; 12.10. O substantivo que aparece duas vezes neste texto (Mt 12.31-32), Blasfhmi/a, ocorre também em: Mt 15.19; 26.65; Mc 2.7; 3.28; 7.22; 14.64; Lc 5.21; Jo 10.33; Ef 4.31; Cl 3.8; 1Tm 6.4; Jd 9; Ap 2.9; 13.1,5,6; 17.3. O verbo, Blasfhme/w, é empregado mais vezes no Novo Testamento (35 vezes) e, aquele que blasfema, Bla/sfhmoj, é utilizado 5 vezes (At 6.11,13; 1Tm 1.13 (aqui de forma substantivada); 2Tm 3.2; 2Pe 2.11).

O verbo Βλασφημέω, que tem o sentido de *"injuriar", "difamar", "insultar", "caluniar", "maldizer", "falar mal", "falar para danificar", etc.*, é formado de duas palavras, Βλάψις derivada de Βλάπτω = *"injuriar", "prejudicar"* (* Mc 16.18; Lc 4.35) e Φημί = *"falar", "afirmar", "anunciar", "contar", "dar a entender"*. A Blasfêmia tem sempre uma conotação negativa, de "maldizer", "caluniar", "causar má reputação", etc., contrastando com Εὐφημία ("boa fama" * 2Co 6.8) e Εὔφημος ("boa fama" * Fp 4.8) (Εὖ & φήμη). No Fragmento 177 de Demócrito, lemos: "Nem a nobre palavra encobre a má ação, nem é a boa ação prejudicada pela má palavra (Βλασφημία)."

ao Filho de Deus não redundasse[c] em opróbrio ao Seu Espírito? Consideremos agora o homem que por ignorância contradiz a verdade de Deus, que ele não conhece de maneira nenhuma, e por ignorância difama Cristo, tendo porém tal sentimento que de modo nenhum anularia a verdade de Deus, se esta lhe fosse revelada, e não diria uma só palavra má contra aquele que ele julgasse ser Cristo, Esse tipo de gente peca contra o Pai e contra o Filho. Como hoje em dia há muitos que abandonam e rejeitam a doutrina do Evangelho, mas, se julgassem que é o Evangelho, lhe devotariam grande honra e o seguiriam de todo o seu coração.

O pecado da blasfêmia, surge no coração do homem (Mt 15.19/Mc 7.21,22); ele consiste entre outras coisas, em presumir-se com prerrogativas divinas ou ser o próprio Filho de Deus (Mt 9.1-3; Mc 2.7/Lc 5.21/Jo 10.33, 36; Mc 14.60-64). A blasfêmia entristece o Espírito, por isso a sua prática deve estar distante de nós (Ef 4.25-32/Cl 3.8; Tt 3.2; 1Pe 4.1-4). A falsa doutrina propicia a prática da blasfêmia (1Tm 6.3,4), bem como os falsos mestres (2Pe 2.1-2,10-12). Esta será uma das características dos homens nos últimos tempos (2Tm 3.1-2). Paulo diz que a sua perseguição aos cristãos houvera sido tão pesada, que estes foram obrigados a blasfemar (At 26.11); sendo ele mesmo um blasfemo (1Tm 1.13). O mal testemunho dos judeus contribuía para que os gentios blasfemassem o nome de Deus (Rm 2.24, citando Is 52.5; compare com a orientação de Paulo, 1Tm 6.1; Tt 2.5). No entanto, não devemos nos entristecer se somos blasfemados por causa de nossa fidelidade a Deus; esta é uma evidência de que o Espírito glorioso de Deus repousa sobre nós (1Pe 4.14). A blasfêmia é uma prática própria da "besta", que blasfema contra o nome de Deus (Ap 13.1,5,6/17.3). Parece que os efésios estavam combatendo Paulo, sob a insinuação de que ele havia blasfemado contra a deusa Diana (At 19.32,37). Alguns homens foram subornados para dizer que ouviram Estevão blasfemar contra Deus e Moisés (At 6.11-13). Bla/sfhmoj "expressa o 'caluniar' de uma pessoa; é a expressão mais forte da difamação pessoal." (H. Währisch & C. Brown, Blasfêmia: In: NDITNT., I, p. 312). Xerxes quando convoca seus soldados a marcharem contra Atenas, diz que os atenienses "blasfemaram" (injuriaram, insultaram) contra o seu pai e o seu povo (Heródoto, História, VII.8).

Em Platão (427-347 a.C.), é considerada blasfêmia atribuir aos deuses determinadas formas humanas, conforme fizeram primariamente os poetas e, as mães, que assim aprendiam e transmitiam aos seus filhos estas estórias (A República, 7ª ed. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, II, 381e).

No Novo Testamento este grupo de palavras é usado predominantemente no sentido religioso: *"caluniar", "difamar"*. O verbo Βλασφημέω empregado de forma absoluta, indica uma blasfêmia contra Deus (Cf. Mt 26.65a; Mc 2.7; Jo 10.36); do mesmo modo ocorre com o substantivo Βλασφημία (Cf. Mt 26.65b; Mc 14.64; Lc 5.21; Jo 10.33, etc.). "No NT o conceito de blasfêmia é controlado completamente pelo pensamento de violação do poder e majestade de Deus. Blasfêmia pode ser dirigida imediatamente contra Deus (Ap 13.6; 16.11,21; At 6.11), contra o nome de Deus (Rm 2.24; 1Tm 6.1; Ap 16.9), contra a Palavra de Deus (Tt 2.5), contra Moisés e Deus e conseqüentemente contra o fundamento da revelação na Lei (At 6.11)." (H.W. Beyer, Βλασφημία: In: TDNT., I, p. 622-623). Na LXX, este pensamento é predominante: a blasfêmia é contra a majestade e glória de Deus. Para o judeu, falar de forma ímpia contra Moisés ou a Lei, significa blasfemar (Vd. At 6.11). Para o judaísmo do período anterior ao Cristianismo — conforme interpretação que faziam de Dt 21.22-23 —, morrer numa cruz significava uma blasfêmia, sendo este tipo de morte uma maldição divina (Vd. Gl 3.13) (Cf. O. Hofius, Blasfhmi/a: In: Horst Balz & Gerhard Schneider, eds. Exegetical Dictionary of New Testament, Grand Rapids, Michigan, Eerdmans, 1978-1980, Vol. I, p. 221. (Doravante citado como EDNT).

Hendriksen que traduz "blasfêmia" como sendo uma "*irreverência desafiante*", comentando Mt 12.31,32, diz: "A blasfêmia contra o Espírito Santo é o resultado de gradual progresso no pecado. Entristecer o Espírito (Ef 4.30), se não há arrependimento, leva à resistência ao Espírito (At 7.51), a qual, se persistida, se desenvolve até que o Espírito é apagado (1Ts 5.19)." (William Hendriksen, Comentário do Novo Testamento: Mateus, São Paulo, Editora Cultura Cristã, 2001, Vol. 2, p. 39).

Seja qual for as nuanças interpretativas, este pecado, segundo nos parece, é resultado de uma rejeição consciente, deliberada, arrogante e despreocupada da obra do Espírito em Cristo, atribuindo-a de forma provocativa e, por isso blasfema, à Satanás. Este pecado é imperdoável porque quem o comete, não está disposto a arrepender-se e, portanto, não deseja ser salvo. Rejeitar o Espírito de Cristo significar rejeitar os atos salvadores da Trindade: do Pai, do Filho e do Espírito Santo. O Espírito procede do Pai e do Filho; a Sua obra consiste em dar testemunho do Pai e do Filho; rejeitá-lo significa repudiar o Seu Ofício.

c. invehitur.

Os que, porém, estão persuadidos em sua consciência de que a doutrina que eles combatem é de Deus e, todavia, não deixam de resistir a ela e de esforçar-se para destruí-la, esses blasfemam contra o Espírito, pois lutam contra a luz que lhes foi dada pelo Espírito Santo. Entre os judeus havia os que eram desse tipo. Alguns deles, não conseguindo resistir ao Espírito que falava pela boca de Estêvão, todavia insistiam em resistir-lhe.[459] Não há dúvida de que alguns agiam dessa forma movidos por irrefletido zelo pela Lei. Mas é evidente que há outros que, com indisfarçável malícia e impiedade, enchem-se de furor contra Deus, isto é, contra a doutrina que eles não podem ignorar que procede de Deus. Dessa ordem eram os fariseus, contestados e censurados* por Jesus Cristo. Para neutralizar o poder do Espírito Santo, eles difamavam a doutrina como se esta fosse de Belzebu. Aí está, pois, o que é o espírito de blasfêmia: manifesta-se quando a audácia do homem, de propósito e deliberadamente, o impele a esforçar-se para aniquilar a glória de Deus. A isso se refere o que o apóstolo Paulo quer dizer quando declara[460] que obteve misericórdia porque por descuido e ignorância tinha sido incrédulo. Se a ignorância (juntamente com a incredulidade) fez com que se obtivesse perdão, segue-se que não há nenhuma misericórdia quando a incredulidade vem do conhecimento e de um mau propósito determinado. Observando-se bem, pode-se ver que em Hebreus o apóstolo fala nesse sentido. Porque ele dirige a sua palavra contra os que achavam que poderiam retornar ao cristianismo depois de terem renunciado a ele uma vez. Querendo afastá-los dessa fantasia, que era na verdade uma opinião perniciosa, diz esta importante verdade: Os que uma vez renunciaram a Jesus Cristo por consciente decisão da sua vontade, nunca mais poderão ter parte nele. Ora, os que, segundo aquelas passagens, renunciaram a Jesus Cristo, não o fizeram simplesmente por terem transgredido a Sua Palavra por uma vida desordenada, mas, a verdade é que, por uma decisão deliberada, rejeitaram-na totalmente.[461]

O que, pois, se vê é que os novacianos e os seus seguidores abusam da palavra cair. Porque entendem que a pessoa que cai é aquela que, ensinada pela Lei de Deus que não se deve roubar, não se abstém disso. Mas eu digo que aqui é preciso entender um contraste, ou seja, uma comparação de coisas contrárias. É a

---

[459] At 7. [Ver At 6.8-15.]

[460] 1 Tm 1.12,13.

[461] Calvino resume este pecado com a palavra "apostasia", um abandono consciente e deliberado da fé cristã. Como ele mesmo define: "A pessoa apóstata é alguém que renuncia a Palavra de Deus, que extingue sua luz, que se nega a provar o dom celestial e que desiste de participar do Espírito. Ora, isso significa uma total renúncia de Deus." [João Calvino, Exposição de Hebreus (Hb 6.4), p. 151]. No entanto, acrescenta: "Mas se alguém se ergeu novamente de sua queda, podemos concluir que, por mais gravemente tenha ele pecado, o mesmo não é culpado de apostasia." [João Calvino, Exposição de Hebreus (Hb 6.6), p. 155]. Logo, esta pessoa não cometeu o pecado descrito como imperdoável. Portanto, "os eleitos se acham fora do perigo da apostasia final, porquanto o Pai que lhes deu Cristo, seu Filho, para que sejam por Ele preservados, é maior do que todos, e Cristo promete [Jo 17.12] que cuidará de todos eles, a fim de que nenhum deles venha a perecer." [João Calvino, Exposição de Hebreus (Hb 6.4), p. 153].

seguinte: Quando ele declara que os que caíram depois de terem sido esclarecidos, depois de terem experimentado a Palavra de Deus, Sua graça celestial e os poderes da vida futura, e terem sido iluminados pelo Espírito Santo, é preciso entender que eles extinguiram a luz do Espírito por uma disposição maldosa e determinada, rejeitaram a Palavra de Deus e o sabor da Sua graça, e foram alienados do Seu Espírito. E, de fato, para expressar mais claramente que falava de uma impiedade mal intencionada e deliberada, ele acrescenta de forma destacada, noutra passagem, a palavra "voluntariamente". Porque, quando ele[a] afirma que já não resta nenhum sacrifício para aqueles que, por sua própria vontade, depois de conhecerem a verdade, pecam,[462] não está negando que Cristo seja um sacrifício [isto é, uma oferta sacrificial] perpétuo para eliminar as iniqüidades dos crentes (assunto do qual ele havia tratado antes, em quase toda a epístola, explicando o sacerdócio de Cristo). Mas ele entende que não resta nenhum outro sacrifício quando o de Cristo é rejeitado. Pois bem, este é rejeitado quando é feita oposição* planejada e deliberada à verdade do Evangelho.

Alguns se opõem a este ensino dizendo que é uma grande crueldade, que não se harmoniza com a clemência de Deus, excluir um pecador da remissão dos pecados quando ele pede misericórdia. Quanto a isso, a resposta é fácil. Não se diz que Deus negaria perdão se eles se convertessem a Ele; mas o que é dito enfaticamente é que eles jamais se arrependeram, e então Deus, por Seu justo juízo e por causa da ingratidão deles, os iria ferir de cegueira eterna. E confirma isso o exemplo de Esaú, que em vão clamou em lágrimas pela recuperação da sua primogenitura, por ele perdida;[463] não diferentemente do que disse o profeta: "clamarão ao Senhor, mas não os ouvirá".[464] Porque, com essas maneiras de falar, a Escritura não denota a presença de um arrependimento verdadeiro, ou de uma genuína invocação de Deus, mas, antes, refere-se à aflição dos iníquos, quando estes, pressionados por extrema calamidade, são forçados a reconhecer a verdade daquilo que anteriormente pensavam que não passava de fábula ou mofa, e que o bem de que necessitam está no socorro vindo de Deus. Só que agora eles não podem mais nem implorar nem clamar de coração, pelo que somente gemem que lhes seja tirada a aflição. Porque o profeta, com a palavra "clamavam", e o apóstolo, com a palavra "lágrimas", não querem dizer outra coisa senão descrever o horrível tormento no qual os ímpios se agitam em desespero e em desconforto, vendo que não há nenhum remédio para a sua desgraça, a não ser a bondade de Deus, na qual eles não podem confiar, de modo algum.[465]

---

a. O autor da Epístola aos Hebreus.

462 Hb 10.26 ["voluntariamente": Almeida, Rev. e Corr.; literalmente igual ao original francês].

463 Hb 12.16,17; 11.20.

464 Mq 3.4 [Almeida, Rev. e Corr.].

465 "O arrependimento não está no poder do homem" (João Calvino, Exposição de Hebreus, (Hb 6.6), p. 155).

Na ressurreição do corpo; na vida eterna[a].[466]

Aqui temos a meta e a consumação da nossa beatitude.[b] E, como primeiro ponto, vemos que nos é certificada a ressurreição do corpo, por meio da qual entraremos na posse da vida eterna, visto que a carne e o sangue não podem possuir o reino de Deus, "nem a corrupção herdar a incorrupção".[467] Realidade não somente difícil de acreditar, mas deveras totalmente inacreditável, se a quisermos avaliar segundo a razão humana. Pois, embora muitos filósofos não tenham sido totalmente ignorantes quanto à imortalidade da alma, em nenhum deles houve sequer o menor pensamento[c] sobre a ressurreição do corpo. [1536] Porque, quem poderia animar-se a supor que os corpos que agora temos, alguns dos quais apodrecem na terra, outros são comidos de vermes, outros são devorados pelas aves ou pelas feras, e alguns são reduzidos a cinzas pelo fogo – quem poderia supor que estes corpos haverão de ser resgatados íntegros e completos? [1539] Todavia, o Senhor esclareceu extraordinariamente bem essa dificuldade, não somente testificando com certas palavras esta ressurreição futura, mas também nos dando a certeza visível dessa realidade pela ressurreição de Jesus Cristo. Portanto, assim é que, aquilo que de outro modo pareceria incrível, nos foi mostrado de maneira literalmente visível. Por isso, se quisermos entender bem como será esta ressurreição, deveremos ter sempre os olhos postos em Jesus Cristo, que é o seu espelho[d] e a sua substância; como também o apóstolo nos exorta, quando descreve a reparação que será feita do nosso corpo como uma conformidade com o corpo glorioso do Senhor Jesus [chegando a dizer que o nosso corpo "será igual ao corpo da sua glória].[468] Assim como Ele ressuscitou no mesmo corpo no qual tinha padecido e o qual, todavia, teve depois outra glória, diferente da de antes, assim também nós ressuscitaremos com o mesmo corpo que agora temos, e, contudo, seremos diferentes depois da ressurreição. Essa modificação o apóstolo Paulo explica fazendo uso de algumas comparações. "Uma é a carne dos homens, outra, a dos animais, mas a qualidade é diferente", diz ele. A essência[e] das estrelas é a mesma, mas a

a. Dois parágrafos em 1536: quase nada do primeiro é conservado em 1539; um só artigo (duas páginas) da *Instrução* de 1537. O penúltimo capítulo do *Sumário* de Farel era intitulado apenas: *Sobre a Ressurreição. Instrução* de 1537: Aqui somos primeiramente ensinados sobre a esperança da ressurreição por vir.
b. 1537: O Senhor nos receberá para uma bem-aventurança que durará para nunca acabar.
c. cogitatio.
d. hypostasin et exemplar.
e. materia.

466 "Sem a ressurreição não podemos consolar-nos de nenhuma maneira; todos os argumentos possíveis serão insuficientes para alegrar-nos." [Juan Calvino, Se Deus fuera nuestro Adversario: In: Sermones Sobre Job, Jenison, Michigan, T.E.L.L., 1988, (Sermon nº 6), p. 85]. "Declaramos positivamente que ninguém tem feito nenhum progresso na escola de Cristo, a menos que espere rejubilante o dia de sua morte e ressurreição final." (João Calvino, A Verdadeira Vida Cristã, p. 66). "A cruz de Cristo triunfa sobre o diabo, a carne, o pecado e a maldade nos corações dos crentes, somente quando estes elevam seus olhos para contemplar o poder de sua ressurreição." (João Calvino, A Verdadeira Vida Cristã, p. 68).

467 1 Co 15.50.

468 Fp 3.21.

qualidade não.[469] De igual modo manteremos a substância do nosso corpo, mas a qualidade[a] será modificada. Portanto, este corpo corruptível que agora temos não desaparecerá em nossa ressurreição; mas, deixando a sua corrupção, será feito incorruptível, e deixando a sua mortalidade, será feito imortal. Não haverá dificuldade que impeça o Senhor de retirar a corrupção de todos os que morrerem antes do dia do Juízo, pelo mesmo poder que Ele demonstrou quando ressuscitou Seu Filho.

[1536] Porquanto os que estarão vivos passarão à imortalidade mais por uma transformação súbita que por uma forma natural de morte[b]. [1539] Ora, uma vez que será inteiramente cumprida a profecia de que "a morte seria tragada pela vitória",[470] por essa causa [no Símbolo] a vida eterna é colocada ao mesmo tempo. Da excelência da vida eterna, quando tudo for dito, tudo quanto todas as línguas humanas possam exprimir para descrevê-la, mal e mal terão tocado na mínima parte! Porque, se bem que a Escritura ensina que o reino de Deus é pleno de claridade, alegria e felicidade[c], tudo o que ela diz está muito longe do alcance do nosso entendimento, e quase totalmente envolto em figuras, até o dia em que o Senhor se revelará a nós face a face. Porque, como os profetas não podem exprimir com palavras esta beatitude espiritual em sua substância, descrevem-na e como que a pintam representando-a com figuras corporais. Não obstante, visto que é necessário que o nosso coração se inflame de amor e de esperança pela bem-aventurança eterna, devemos fixar bem esta reflexão: Se Deus, como a nossa fonte viva, tem em Si a plenitude de todos os bens, todos aqueles que visam ao bem supremo e a tudo quanto compõe a felicidade não podem desejar nada além dele. Pois bem, o apóstolo Pedro proclama que os crentes são chamados para que sejam feitos participantes da natureza divina.[471] Como será isso? É que o Senhor será glorificado em Seus santos, e exaltado nos que têm coração para o Seu Evangelho. Se o Senhor há de compartir com os Seus escolhidos a Sua glória, o Seu poder e a Sua justiça, e até mesmo de se comunicar com eles, devemos considerar que sob esta graça estão compreendidos todos os bens.[472] E com tudo isso, depois que tivermos aproveitado bem esta meditação, devemos entender que ainda estamos muito aquém e muito abaixo do primeiro lance de entrada e que, durante a presente existência, jamais nos aproximaremos da grandeza desse mistério.[473]

---

a. qualitates.

b. 1537: "passarão à nova vida antes por uma súbita transformação que por uma forma natural de morte".

c.1536: claritate, gaudio, *virtute*, fœlicitate refertum.

Instrução de 1537: repleto de toda a claridade, alegria, *virtude* ou *poder* e felicidade.

[469] 1 Co 15.39, tradução direta. [Ver 1 Co 15.39-42.]

[470] 1 Co 15.54; [Is 25.8].

[471] 2 Pe 1.4; 2 Ts 1.13,14; [Hb 12.10].

[472] "São Paulo declara que nosso Senhor Jesus Cristo não virá para guardar a Sua glória para si mesmo, senão para que seja derramada sobre todos os membros de seu corpo." [Juan Calvino, Sermones Sobre la Obra Salvadora de Cristo, Jenison, Michigan, TELL., 1988, p. 225].

[473] "A Palavra de Deus é uma espécie de sabedoria oculta, a cuja profundidade a frágil mente humana não pode alcançar. Assim, a luz brilha nas trevas, até que o Espírito abra os olhos ao cego." [João Calvino, Exposição de 1 Coríntios, (1Co 2.11), p. 89].

E os ímpios? Ressuscitarão?

Não é de admirar que aqui não se faça nenhuma menção da ressurreição dos ímpios, nem da morte eterna, preparada para eles. Porquanto aqui só são apresentadas as coisas destinadas a consolar e fortalecer a consciência do crente e a alimentar e confirmar a sua confiança na salvação. Entretanto, não é preciso que os espíritos curiosos pensem que os ímpios não ressuscitarão por não haver no Símbolo nenhum testemunho da ressurreição deles. A condição dos ímpios depois desta existência é suficientemente demonstrada noutros lugares, e tudo o que os deve fazer tremer é declarado quanto basta. Por isso, não é preciso buscá-los no Símbolo, que só contém matéria própria para fundamentar e edificar a nossa fé. O Senhor Jesus não testifica de maneira suficientemente clara a ressurreição universal quando anuncia que reunirá diante de Si todos os povos e os separará na ordem própria "como o pastor separa dos cabritos as ovelhas"?[474] E também, noutro lugar, que todos os que estiverem nos túmulos sairão, "os que tiverem feito o bem, para a ressurreição da vida; e os que tiverem praticado o mal, para a ressurreição da morte"?[475] Que é que queremos de mais evidente que a confissão feita pelo apóstolo Paulo diante de Félix, governador da Judéia, de que esperava a ressurreição futura, tanto de justos como de injustos?[476] Então, como a ressurreição universal é bem comprovada por tantos testemunhos, não se justifica que um bando de espíritos fúteis a ponha em dúvida. Vê-se que a recompensa dos justos e a punição dos ímpios aparecem de tal maneira juntas que uma leva consigo a outra. Portanto, quem testemunhar que uma delas vai ocorrer, ao mesmo tempo estará pressupondo a realização da outra. O que o Senhor deixa bem assinalado por meio do profeta, quando diz: "O dia da vingança me estava no coração, e o ano dos meus redimidos é chegado".[477] Igualmente, noutra passagem: "Vós o vereis, e o vosso coração se regozijará, e os vossos ossos revigorarão como a erva tenra; então o poder do Senhor será notório aos seus servos, e ele se indignará contra os seus inimigos".[478] Ora, como isso não é feito neste mundo senão obscuramente, e nem mesmo se realiza totalmente, é próprio que se dê no último dia de retribuição, quando se manifestarão claramente o julgamento imposto por Deus e a Sua justiça.[479]

---

[474] Mt 25.32.

[475] Jo 5.28,29, [tradução direta da parte final].

[476] At 24.15.

[477] Is 63.4, e muitas outras vezes.

[478] Is 66.14.

[479] "O Deus que governa o mundo por sua providência o julgará com justiça. A expectativa disto, devidamente apreciada, terá um feliz efeito na disposição de nossa mente, acalmando a impaciência e restringindo qualquer disposição ao ressentimento e retaliação em face de nossas injúrias." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 2, (Sl 62.12), p. 584]. Calvino interpretando o salmo de Davi, diz que inutilmente "....Os maus pensam em escapar em sua iniqüidade, mas que Deus os lançará abaixo. (...) Em nossa própria época, vemos tantos caracteres profanos que exibem uma desmedida audácia escudados na certeza de que a mão de Deus

Mas, uma vez que não existe nenhuma descrição suficiente para demonstrar quão horríveis serão as penas dos ímpios, os tormentos que eles deverão padecer nos são representados por coisas corporais, a saber,[480] por [1536] trevas, choro, ranger de dentes, fogo eterno[a] e vermes que roem incessantemente[b] o coração. [1539] Porque é certo que, com essas maneiras de falar, o Espírito Santo quis denotar um extremo horror, capaz de abalar todos os sentidos. Como quando Ele declara que uma geena profunda está preparada desde toda a eternidade, geena de fogo ardente, para cuja manutenção não falta boa lenha e que o Espírito de Deus atiça com Seu sopro.[481] Já por essas formas de falar deveríamos estar instruídos para conceber de algum modo a miserável condição dos ímpios. Todavia, devemos fixar o pensamento principalmente na tremenda infelicidade que é estar separado totalmente da companhia de Deus. E não somente isso, mas também sentir a majestade divina contrária a nós, sem que possamos fugir[c], pois sempre estará a nos perseguir. Porque primeiramente a Sua indignação é como brasas chamejantes, a cujo simples toque tudo devoram. Depois, ocorre que todas as criaturas estão a serviço do furor da Sua ira para executarem de tal maneira o rigor da Sua justiça que todos aqueles aos quais Deus revela a Sua ira sentem que o céu, a terra, o mar, todos os animais e todas as demais coisas estão armados para a sua ruína e perdição. Portanto, não é coisa de pequena conseqüência que o apóstolo diz quando declara que os ímpios sofrerão punição eterna na qual a face do Senhor e a glória do Seu poder os perseguirão.[482] Porque, a pobre consciência, vendo-se na presença de Deus e sentindo a Sua ira, é de tal modo afligida, espicaçada, abatida, angustiada, transpassada, dissipada e esfacelada que seria bem menos amargo ser tragada por mil abismos e sorvedouros. Muito menos amargo que suportar por um só minuto, quanto mais pelos séculos sem fim, o tremendo tormento de estar encerrada na ira de Deus para sempre.

---

jamais os alcançará. Não só buscam a impunidade, mas fundamentam suas esperanças de êxito em seus malfeitos e se animam em intensificar a perversidade nutrindo a opinião de que excogitarão uma via de escape da própria adversidade." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 2, (Sl 56.7), p. 499]. "As coisas neste mundo não são governadas de uma maneira uniforme. (...) Deus reserva uma grande parte dos juízos que se propõe executar para o dia final, para que nós estejamos sempre em suspenso, esperando a vinda de nosso Senhor Jesus Cristo."[Juan Calvino, El Uso Adecuado de la Afliccion: In Sermones Sobre Job, Jenison, Michigan, T.E.L.L., 1988, (Sermon nº 19), p. 226].

480 Is, 1539: último versículo [do livro]. (1541, por erro: primeiro.)

481 Is 30.33.

482 2 Ts 1.8,9.

a. 1536 e 1539: inextinguibilem. 1536: Impii... in æternam mortem cum diabolis conficientur. *Instrução* de 1537: Eles serão lançados à morte imortal e à corrupção incorruptível com os demônios. [1]

b. 1536: immortali. 1539: sine fine.

c. effugere.

O erro pueril dos quiliastas

De resto, o erro dos quiliastas[a], que delimitam o reino de Cristo e a sujeição do Diabo e seus membros a mil anos,[483] é tão frívolo e pueril que não seria preciso* refutar, e nem merece isso. Toda a Escritura brada alto e bom som que não haverá fim, nem para a bem-aventurança dos eleitos, nem para o tormento dos ímpios. Ou aceitamos da Palavra de Deus a certeza das coisas que não podemos ver com os olhos e que não podemos entender com a razão, ou não creiamos em nada. Aqueles que atribuem aos filhos de Deus mil anos para a beatitude da vida futura não vêem que injúria fazem a Cristo e a Seu reino. Porque, se fosse assim, que os crentes não devessem ser revestidos de imortalidade, a dedução inevitável seria que Cristo (análogos a cuja glória os crentes serão feitos) não teria sido recebido na glória imortal. Se a beatitude dos salvos tem fim, segue-se que o reino de Cristo, ao qual eles pertencem, é temporal[484].[485] Finalmente, ou essa gente ignora demais as realidades divinas, ou se empenha com grande e maldosa astúcia em transtornar e neutralizar a graça de Deus e o poder de Cristo. Porque a verdade é que a consumação da graça de Deus e do poder de Cristo só poderá acontecer, e acontecerá, desta maneira: O pecado será eliminado, a morte será tragada e a vida eterna será plenamente restabelecida. Os que receiam atribuir a Deus grande crueldade quando Ele declara que os ímpios serão punidos com tormento eterno, até os cegos vêem que tolice é esse modo de pensar; como se o Senhor fizesse grande injúria em privar do Seu reino aqueles que, por sua ingratidão, fizeram-se indignos. Mas, dizem eles, os pecados são temporais. Reconheço. Mas a majestade de Deus, que eles ofenderam, é eterna. Portanto, é justo que a memória da sua iniqüidade não pereça. Mas, se é assim, dizem eles, a punição estará acima da medida do pecado, será desproporcional ao pecado. Respondo que é uma blasfêmia intolerável ter a majestade de Deus em tão pequena estima que acaba sendo considerada menos importante que a perdição de uma alma. E agora deixemos de lado esses tagarelas, para não parecer que os julgamos dignos de respostas, contra cujos erros mal começamos a responder.

[1536] Agora, por tudo quanto esta fé significa e inclui, é impossível que não tenha sempre implícita a esperança[b] da salvação eterna, ou melhor, que não a

a. Esperando a volta do Cristo para reinar com os justos durante mil anos (doutrina cujo prestígio foi recuperado pelos anabatistas: o "quiliasmo"); a Confissão de Augsburgo (art. 17) combate esses "sonhos judaicos".

b. Após a explicação do Símbolo, a *Instrução* de 1537 coloca da mesma maneira um artigo nestes termos, *Que é esperança?*, ao passo que a *Institutio* de 1536 trata da esperança *e da caridade*, ou *do amor*.

[483] Ap 20.4.

[484] Foi o que fizeram os modernos milenaristas ou milenistas extremos: Imaginam um reinado messiânico temporal e terreno, que reflete o distorcido reino messiânico sonhado pelos judeus. Nota do tradutor.

[485] "A doutrina da eterna duração do reino de Cristo é, portanto, aqui estabelecida, visto que ele não fora posto no trono pelo favor ou pelos sufrágios humanos, mas por Deus que, do céu, pôs a coroa real em sua cabeça, com suas próprias mãos." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 1, (Sl 21.2), p. 457-458].

gere e produza. Porque, se esta esperança não estiver em nós, por mais verbosas e enfeitadas palavras que usemos para falar da fé, é certo que não temos nada.[486]

A fé e a esperança

[1539] Porque, se a fé, como foi dito, é uma segura persuasão da verdade de Deus, na certeza de que essa verdade não pode mentir, enganar nem frustrar quem quer que tenha visualizado esta certeza, este igualmente espera confiante que o Senhor cumprirá as Suas promessas, que ele tem certeza que são verdadeiras. A realidade é tal que, em suma, a esperança não é outra coisa que a confiante espera pelos bens que a fé creu que verdadeiramente foram prometidas por Deus. Assim, a fé crê que Deus é verdadeiro; a esperança espera confiante que Ele revelará em tempo a Sua verdade. A fé crê que Ele é nosso Pai; a esperança espera confiante que Ele se revelará Pai para nós. A fé crê que a vida eterna nos é dada; a esperança espera confiante que um dia a teremos. A fé é o fundamento sobre o qual a esperança repousa; a esperança alimenta e sustenta a fé. Porque, assim como ninguém pode esperar nada de Deus, senão aquele que primeiramente creu em Suas promessas, assim também, de novo, é necessário que a fé, em sua fraqueza*, seja fomentada e sustentada, mantendo-se sempre disposta e esperando pacientemente, para não desfalecer. Nesse sentido o apóstolo fala muito bem quando formula a salvação em termos da esperança.[487] Esta, aguardando em silêncio a Deus, mantém sob controle a fé, para que esta não tropece na pressa; confirma-a e fortalece-a, para que não vacile quanto às promessas de Deus, ou que tenha alguma dúvida;[488] produz nela ânimo sempre renovado e a revigora, para que não se canse; conduz a fé até à sua meta suprema e final, para que não desfaleça no meio do caminho, ou mesmo na primeira etapa da viagem; finalmente, renovando-a e restaurando-a dia após dia, a esperança dá constante vigor à fé, para que ela persevere.[489]

---

[486] "Somente os crentes genuínos conhecem a diferença entre este estado transitório e a bem-aventurada eternidade, para a qual foram criados; eles sabem qual deve ser a meta de sua vida. Ninguém, pois, pode regular sua vida com uma mente equilibrada, senão aquele que, conhecendo o fim dela, isto é, a morte propriamente dita, é levado a considerar o grande propósito da existência humana neste mundo, para que aspire o prêmio da vocação celestial." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 3, (Sl 90.12), p. 440].

[487] Rm 8.24; Is 36 [ver também o capítulo 37].

[488] "A fé verdadeira é aquela que ouve a Palavra de Deus e descansa em Sua promessa." (J. Calvino, Exposição de Hebreus, (Hb 11.11), p. 318).

[489] "Deus não frustra a esperança que ele mesmo produz em nossas mentes através da sua Palavra, e que ele não costuma ser mais liberal em prometer do que em ser fiel na concretização do que prometeu." [João Calvino, O Livro de Salmos, Vol. 2, (Sl 48.8), p. 361]. Descrevendo a confiança de Davi, a sua fé em meio a temores, diz: "A verdadeira prova de fé consiste nisto: que quando sentimos as solicitações do medo natural, podemos resisti-las e impedi-las de alcançarem uma indevida ascendência. Medo e esperança podem parecer sensações opostas e incompatíveis, contudo é provado pela observação que esta nunca domina completamente, a não ser quando exista aí alguma medida daquele. Num estado de tranqüilidade mental não há qualquer espaço para o exercício da esperança." (João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 2 (Sl 56.3), p. 495). "A esperança não é mais do que o alimento e a força da fé." (J. Calvino, As Institutas, III.2.43)

Veremos ainda mais claramente de quantas maneiras é preciso* que a fé seja confirmada e fortalecida pela esperança, se considerarmos por quantas tentações e de quantas espécies são assaltados aqueles que uma vez receberam a Palavra de Deus. Primeiro, o Senhor, adiando Suas promessas, muitas vezes nos tem em suspense mais do que gostaríamos. Nessa situação, o papel da esperança é fazer o que diz o profeta, a saber: Se as promessas são tardias ou demoradas, que não deixemos de esperá-las.[490] Algumas vezes ocorre também que Deus não somente nos deixa cair no desânimo, mas também dá a impressão de que está enfurecido contra nós. Nessas circunstâncias é necessário que a esperança nos acuda a fim de que, conforme a sentença doutro profeta, possamos "esperar no Senhor, apesar de ele esconder o seu rosto de nós".[491] Eles também nos alertam sobre os escarnecedores que, como diz o apóstolo Pedro, perguntam: "Onde está a promessa da sua vinda? Porque, desde que os pais dormiram, todas as cousas permanecem como desde o princípio da criação";[492] até a carne e o mundo sugerem isso à nossa mente. Aqui é necessário que a fé, tendo como suporte e ponto de apoio a esperança, concentre-se e se fixe unicamente em contemplar a eternidade do reino de Deus, para computar mil anos como um dia.[493]

Por essa afinidade e semelhança entre a fé e a esperança[a], a Escritura às vezes confunde os dois vocábulos um com o outro. Como quando o apóstolo Pedro afirma[494] que o poder de Deus nos guarda por meio da fé, até à revelação da salvação. O que seria mais próprio dizer da esperança que da fé. Mas isso não é feito sem motivo, visto que nós demonstramos que a esperança não é outra coisa senão a firmeza e a perseverança da fé. Então, agora não é difícil ver quão grosseiramente abusa o Mestre das Sentenças[495] ao criar um duplo fundamento para a esperança, a saber: a graça de Deus e o mérito das obras. Certamente o objeto da esperança só pode ser a fé. Ora, nós demonstramos claramente que o único objeto da fé é a misericórdia de Deus, à qual ela se apega totalmente, não dando atenção a nada mais. Mas é bom ouvir a razão alegada por ele. "Se ousas", diz ele, "esperar alguma coisa sem teres nenhum mérito, não é esperança o que tens; é presunção".

Eu lhes imploro, meus amigos; quem se disporá a amaldiçoar esses tais que estupidamente pensam que crer firmemente que Deus é verdadeiro é atrevimento e presunção? Porque, ao passo que Deus nos manda esperar todas as coisas da

---

a. Paulus omnia κατ΄άνακεφαλαιωσιν (grego) sub nomine fidei et spei complectitur.

490 Hc 2.3.

491 Is 8.17 [tradução direta].

492 2 Pe 3.4.

493 "Sempre que os ímpios triunfarem sobre nós, em nossas misérias, e malevolamente escarnecerem de nós, dizendo que Deus está contra nós, não nos esqueçamos jamais que é Satanás quem os move para que falem desta maneira, com o fim de destruir nossa fé; e que, portanto, não é tempo de sairmos em busca de tranqüilidade ou de nutrirmos indiferença, quando uma guerra tão perigosa se deflagra contra nós." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 2, (Sl 42.3), p. 259-260].

494 1 Pe 1.5.

495 Lib. III, Sentent., distinctio 26.

Sua bondade, eles dizem que é presunção descansar na bondade divina e aquiescer a ela. Mas um tal mestre é digno dos discípulos que teve[b] nas escolas dos sofistas, isto e, os sorbonistas [da Sorbonne].

Nós, ao contrário, quando vemos que Deus visivelmente ordena aos pecadores que tenham firme e segura esperança de salvação, ousadamente presumimos tanto da Sua verdade que, mediante a Sua misericórdia, rejeitando toda a confiança em nossas obras, esperamos sem nenhuma dúvida o que Ele nos promete.[496]

b. 1539 continua: in vesanis rabularum scholis, ***nas escolas frenéticas dos gritalhões.***

Não sei o que aconteceu, mas as numerações das notas não bateram. Zenaide

[496] "Não há nenhuma paz genuína que seja desfrutada neste mundo senão na atitude repousante nas promessas de Deus. Os que não lançam mão delas podem ser bem sucedidos por algum tempo em abafar ou expulsar os terrores da consciência, mas sempre deixarão de desfrutar do genuíno conforto íntimo." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 2, (Sl 51.8-9), p. 436]. "O Senhor prontamente e ao mesmo tempo encoraja nossa fé e subjuga nossa carne. Ele deseja que nossa fé permaneça serena e repouse como se estivesse em segurança num sólido abrigo. Ele exercita nossa carne com várias provas a fim de que ela não se precipite na indolência." [João Calvino, Exposição de Hebreus, (Hb 6.4-6), p. 154]. "Nada é mais solicitamente intentado por Satanás do que impregnar nossas mentes, ou com dúvidas, ou com menosprezo pelo evangelho." [João Calvino, Efésios, (Ef 1.13), p. 35]. "A fé convicta (...) não depende do endosso humano; mas, ao contrário, é nosso dever repousar na verdade nua de Deus, de modo que nem os homens nem todos os anjos juntos tenham como despojar-nos." [João Calvino, Gálatas, (Gl 2.2), p. 49].

[497] Não posso me furtar a registrar o seguinte testemunho sobre L. Berquin, *apud* J. H. Merle D'Aubigné, *História da Reforma*, Livro XII, Cap. V (na tradução editada pela Casa Editora Presbitreriana: vol. IV, pp. 152/3). Entre os subtítulos do capítulo V D'Aubigné inclui este: "Berquin, o mais douto da Nobreza". Nas páginas da tradução, acima indicadas, lemos: "Havia na corte de Francisco I um gentil-homem de Artois, chamado Luiz de Berquin, que então contava trinta anos de idade e nunca se tinha casado. A sua pureza de vida, seu profundo saber, que lhe valeu o título de 'o mais culto dos nobres', a franqueza de sua índole, o cuidado que tinha com os pobres e sua ilimitada afeição pelos amigos, distinguiam-no acima de todos os seus semelhantes. Não havia observador mais devoto das cerimônias da igreja, dos jejuns, das festas e das missas; e tinha verdadeiro horror de tudo quanto se denominava herético. Era motivo de espanto testemunhar-se na corte tão grande devoção". – Por isso mesmo, temendo heresias, demorou a decidir-se pela Reforma, o que fez depois, passando a dedicar-se de corpo e alma à causa do Evangelho. Nota do tradutor.

[498] Em latim no original francês. *Passer*: pássaro; pardal. Nota do tadutor.

[499] "Salve cruz, esperança única!" Nota do tradutor.

[500] Certamente esta palavra distingue o pensamento pessoal de Calvino do pensamento geral dos calvinistas, ou do calvinismo. Nota do tradutor.

[501] "Fora da igreja não há salvação." Nota do tradutor.

[502] Horuck Barbarroxa. Corsário turco. Ele e outro corsário turco, Khair-ed-Din, também tendo o nome de Barbarroxa, foram "o terror do Mediterrâneo" na primeira metade do século XVI. Em 1543 Horuck retornou triunfalmente a Constantinopla, onde morreu em 1546. Na última parte do referido período, ele ajudou os franceses na captura de Nice – o que explica as palavras finais da observação acima feita. Nota do tradutor.

[503] Com graves conseqüências para Genebra, diga-se de passagem. Nota do tradutor.

[504] É bom lembrar que aqui "corrupção" refere-se à decomposição dos cadáveres. Nota do tradutor.

CAPÍTULO V
SOBRE O ARREPENDIMENTO

[1539] Depois das considerações sobre a fé, é necessário falar subseqüentemente sobre o arrependimento[a], visto que este não somente é parte integrante da fé , mas também é gerado por esta. Porque, assim como a graça e a remissão dos pecados são apresentadas ao pecador pela pregação do Evangelho para que, sendo liberta-do da miserável servidão do pecado e da morte, seja transferido para o reino de Deus, segue-se que ninguém pode receber a graça do Evangelho pela fé, sem que volte atrás em sua vida extraviada, tome o caminho reto e se dedique com todo o empenho a refletir no verdadeiro arrependimento.

O que vem antes?

Os que julgam que o arrependimento precede à fé, e não que dela procede, são movidos a isso por uma razão muito superficial. Cristo, dizem eles, e João[b] Batis-ta, em seus sermões, exortam primeiro ao arrependimento e depois dizem que o reino de Deus está próximo. Essa instrução, dizem eles, é baixada aos apóstolos, e essa ordem de fatores é seguida pelo apóstolo Paulo, nos termos em que é citado pelo evangelista Lucas. Mas eles ficam supersticiosamente presos à ordem das sílabas; não levam em conta o propósito das sentenças e como são colocadas juntas. Porque, quando Jesus Cristo e João Batista fazem esta exortação, "Arrependei-vos, porque está próximo o reino dos céus", não deduziram que a causa do arrependimento está no fato de que Jesus Cristo nos oferece graça e salvação? Por isso, aquelas palavras valem como se eles tivessem dito: "Visto que o reino dos céus está próximo, arrependei-vos". O próprio apóstolo Mateus, ten-do citado essa pregação de João Batista, registra que com ela se cumpriu a profe-cia de Isaías[1] referente à "Voz do que clama no deserto: Preparai o caminho do

---

a. Farel trata do arrependimento (*de Pénitence, Summaire*, cap. XX) depois dos sacramentos; a *Institutio* de 1536, no cap. V, *de falsis sacramentis* (*Opera sel.*, p. 169); e o texto desse parágrafo é um dos que foram menos aumentados em 1539.

A *Instrução* de 1537 coloca uma página a respeito do arrependimento e da regeneração após as expo-sições sobre a fé (como aqui).

b. João Batista.

[1] Mt 3.2,3.

Senhor; endireitai no ermo vereda a nosso Deus".[2] Ora, a ordem do profeta é que a voz deveria começar por consolações e por notícia alegre. Não obstante, quando dizemos que a origem do arrependimento está na fé, não temos a intenção de dizer que haja algum intervalo de tempo no qual ele deixe de ser gerado, mas queremos dizer que o homem não pode aplicar-se retamente ao arrependimento se não reconhecer que pertence a Deus[a]. Ora, ninguém pode concluir que pertence a Deus, a não ser que primeiro tenha reconhecido a Sua graça. Mas estas coisas serão mais claramente deduzidas conforme avançarmos neste estudo[b].

Ademais, os que inventam nova modalidade de cristianismo, exigindo do candidato ao batismo alguns dias de penitência antes de ser recebido à comunhão da graça do Evangelho, não têm nenhuma analogia de apoio ao seu erro e à sua tolice. Refiro-me a muitos anabatistas[c], e principalmente àqueles que gostam de ser chamados espirituais. Mas essas coisas são frutos produzidos por um certo espírito de cegueira frenética, que ordena que se faça penitência [ou que se exercite o arrependimento] uns poucos dias, quando o cristão deve continuar essa prática durante toda a sua vida.[d]

Componentes do arrependimento

[1536] Alguns homens sábios[e], e isso há muito tempo, querendo pura e simplesmente falar do arrependimento segundo a regra da Escritura, diziam que ele consiste de duas partes, quais sejam: a mortificação e a vivificação. E interpretavam a mortificação como uma dor e um terror do coração, forma de sentir que se concebe pelo conhecimento do pecado e pelo senso do juízo de Deus. Porque, quando alguém é induzido ao verdadeiro conhecimento do seu pecado, começa então a odiá-lo e a destestá-lo. Aí ele verdadeiramente se desgosta consigo mesmo em seu coração, confessa-se miserável e confuso, envergonhado, e aspira a ser o que não é. E mais, quando se sente tocado pelo sentimento do juízo de Deus (porque um se segue imediatamente ao outro), humilhado,

a. Vê-se que Calvino não pensa tanto na *sucessão cronológica* da fé e do arrependimento no coração do crente, como na *subordinação* deste àquela: só há verdadeiro arrependimento naquele que crê na Boa Nova. Na parábola, o filho pródigo retorna ao lar porque conhece o amor do seu pai.

b. in ipso progresso.

c. de plurimis Anabaptistarum. A frase seguinte está sem sua equivalente latina. Calvino publicaria em 1545 um tratado *Contra a seita fantástica e insana dos libertinos que se dizem espirituais*, traduzida em 1546 com o seguinte título: *Brevis instructio... adversus errores Anabaptistarum*. Nessa obra ele conta que "há mais de dez anos" (então, por volta de 1534), ele se havia encontrado com três "mestres desse bando" que "tanto infectaram a França". Cf. p. 148.

d. Compare-se com a primeira das 95 teses de Lutero em 1517: "Ao dizer: 'Arrependei-vos...', o nosso Senhor e Mestre, Jesus Cristo, queria que a vida inteira dos crentes fosse um permanente arrependimento". Portanto, é para obtermos mais coisas importantes da vida cristã (e não menos) que a Reforma combateu a quaresma, a abstenção de carne e outras práticas semelhantes, as quais dão aos outros dias ou períodos o caráter de "férias do arrependimento".

e. Cf. Decr. Grat. II, tractatus de pœnitentia (Migne, 187, 1519): P. Lombardo, sent., lib IV, distinct. XIV (Migne, 192, 868): Eugênio IV, Bula *Exultate Deo*, c. 13.

[2] Is 40.3.

aterrorizado[a] e abatido, ele treme, perturba-se e perde toda a esperança. Eis aí a primeira parte do arrependimento, que se chama contrição. Os homens acima citados interpretam a vivificação como uma fortalecedora consolação produzida pela fé. Isso acontece quando o homem, confuso e envergonhado[b] pela consciência do seu pecado e atingido pelo temor de Deus, pondo os olhos na bondade e na misericórdia de Deus, na graça e na salvação que há em Jesus Cristo, reanima-se, respira, toma coragem, e se sente como pouco menos que retornando da morte à vida.

Duas espécies de arrependimento

Outros, vendo na Escritura diferentes nomes para o que estudamos aqui, falam em duas espécies de penitência, ou arrependimento. E, para distinguir entre elas, a uma chamam *legal*, pela qual o pecador, confrangido pelo cautério, ou seja, angustiado pelo duro castigo imposto ao seu pecado, e como que partido ou quebrantado pelo terror da ira de Deus, permanece preso a essa perturbação, sem poder se desentravar. A outra espécie eles chamam de arrependimento *evangélico*, pelo qual o pecador, estando lamentavelmente ensimesmado e aflito, não obstante levanta-se e eleva-se, abraçando[c] a Jesus Cristo como o remédio para a sua chaga, o consolo para o terror que o abate, o bom porto para o abrigar em sua miséria. Caim, Saul, Judas[3] são exemplos do arrependimento legal. Quando a Escritura nos descreve o arrependimento deles, ela entende que, depois de conhecerem a gravidade do seu pecado, temeram a ira de Deus, mas, só pensando na vingança e no juízo de Deus, deixaram-se dominar por esse pensamento. Portanto, o seu arrependimento [que não passa de remorso] não é nada mais nada menos que o portal do inferno. Nele entrando desde a presente existência, já começaram a sofrer o peso da ira da majestade de Deus.

O arrependimento evangélico

Vemos o arrependimento evangélico em todos aqueles que, depois de feridos pelo aguilhão do pecado, firmados porém na confiança na misericórdia de Deus, voltam a Ele. Ezequias turbou-se, tendo recebido a mensagem de que ia morrer, mas, chorando, orou e, considerando a misericórdia de Deus, recobrou a confiança[4]. Os ninivitas se apavoraram ante a terrível declaração da sua ruína[5]; mas, cobrindo-se de pano de saco e de cinzas, oraram, na esperança de que o Senhor mudasse de idéia e se desviasse do furor da Sua ira[6]. Davi confessou que tinha pecado

a. perculsus.
b. prostratus.
c. apprehendit. Cf. Confissão de Augsburgo, art. XII.
[3] Gn 4.8-16; 1 Sm 15; Mt 27.3-5.
[4] 2 Rs 20.1-11.
[5] Is 37.
[6] Jn 3.

gravemente quando fez o recenseamento do povo[a], mas acrescentou: "Ó Senhor, peço-te que perdoes a iniqüidade do teu servo[7]". À repreensão feita por Natã, Davi confessou o crime de adultério e se prosternou diante de Deus[8], mas igualmente recebeu perdão. Assim foi o arrependimento dos que, tendo ouvido a pregação de Pedro, confrangeram-se de coração, mas, confiantes na bondade de Deus, clamaram: "Que faremos, irmãos?[9]" Dessa natureza foi também o arrependimento do apóstolo Pedro, que "chorou amargamente",[10] mas não perdeu a esperança.

Que é arrependimento?

Embora sejam verdadeiras todas estas coisas, e são, todavia, visto que as posso aprender da própria Escritura, é necessário, por outro lado, entender o que significa arrependimento. Pois, confundir a fé com o arrependimento é um erro repudiado pelo que diz o apóstolo Paulo em Atos, quando declara que, diante do Juiz de vivos e de mortos, ele vinha "testificando tanto a judeus como a gregos o arrependimento para com Deus e a fé em nosso Senhor Jesus Cristo".[11] Nessa passagem o apóstolo fala da fé e do arrependimento como coisas diferentes. E então? O verdadeiro arrependimento pode subsistir sem a fé? Não. Mas, conquanto não seja possível separá-los, é possível distingui-los[b]. Porque, assim como a fé não pode existir sem a esperança, sendo que, contudo, a fé e a esperança são coisas diferentes, assim também, semelhantemente, o arrependimento e a fé, embora entretecidos por um laço que não se pode desfazer, melhor será uni-los que confundi-los.

Abrangência do arrependimento

[1539] Não ignoro que, com o nome de arrependimento, abrange-se a conversão completa, da qual a fé é uma das partes componentes. Mas, quando forem explicadas a natureza e a propriedade dele, ficará patente em que sentido se diz isso. A palavra hebraica para significar arrependimento quer dizer conversão; a dos gregos significa mudança de conselho ou propósito e de vontade e de fato a realidade não corresponde mal a esses vocábulos. Sim, pois, em suma, arrependimento significa que nos retiramos de nós mesmos e nos convertemos a Deus, e, tendo abandonado a nossa primeira forma de pensar e de querer, assumimos[a] uma nova. Por isso, em minha opinião, podemos defini-lo apropriadamente desta maneira:

---

a. in recensendo populo.
b. Todo o método calvinista se atém a estas duas expressões: distinguir sem dividir, como também unir sem confundir.
a. induamus.
[7] 2Sm 24.10,25.
[8] 2Sm 12.13.
[9] At 2.37.
[10] Lc 22.62.
[11] At 20.21 [cf. At 10.42].

Definição de arrependimento

[1536] O arrependimento é uma verdadeira conversão da nossa vida para servir a Deus e para seguir o caminho por Ele indicado[b]. Procede de um legítimo temor de Deus, não fingido[12], e consiste na mortificação da nossa carne e do nosso velho homem, e na vivificação do Espírito. Nesse sentido devem ser tomadas todas as exortações dos profetas e dos apóstolos, pelas quais eles admoestavam os homens do seu tempo, concitando-os ao arrependimento. Porque desejavam levá-los ao ponto em que, estando confusos e envergonhados de seus pecados, e aflitos pelo temor do juízo de Deus, se humilhassem e se prostrassem diante da majestade divina por eles ofendida, e adentrassem o reto caminho. Portanto, quando eles falam em que o pecador deve converter-se e voltar ao Senhor, arrepender-se e fazer penitência [ou comprovar na prática o seu arrependimento], eles sempre tendem para um mesmo fim. O apóstolo Paulo e o [profeta] João Batista dizem que é preciso produzir frutos dignos do arrependimento, entendendo que o pecador arrependido deve levar uma vida que mostre e testifique, em todas as suas ações, a pretendida mudança.[13]

Três artigos

[1539] Antes, porém, de passarmos a outro ponto, será útil explicar, em acréscimo, a definição acima exarada, na qual há principalmente três artigos que devemos considerar. Quanto ao primeiro, quando dizemos que o arrependimento é uma conversão da vida a Deus, esperamos uma mudança, não somente nas obras externas, mas também na alma, de modo que, tendo sido despojado da sua velha natureza, o pecador arrependido passe a produzir frutos dignos da sua renovação[a]. Querendo o profeta exprimir[b] essa realidade, ordena àqueles a quem exorta ao arrependimento que tenham um novo coração.[14] Porque Moisés, muitas vezes,

b. No arrependimento calvinista a ênfase é dada à conversão, à mudança de orientação da nossa vida, mais que à contrição de coração, à volição mais que ao sentimento.

a. *Instrução* de 1537: Arrependimento significa conversão, pela qual, abandonada a perversidade deste mundo, retornamos ao caminho do Senhor.

b. *Instrução* de 1537: Deus nos dá um novo coração, como ordena o profeta; assim as obras da morte morrem e as da vida sobrevivem.

[12] Ez 18.

[13] O arrependimento consiste numa mudança de mente, ocasionando um sentimento de tristeza pelos nossos pecados, que se caracteriza de forma concreta no seu abandono. O arrependimento sincero é uma "concessão" de Deus: ".... Porque a tristeza segundo Deus produz arrependimento (meta/noia) para a salvação...." (2Co 7.10/2Tm 2.25)."....a bondade de Deus é que te conduz ao arrependimento (meta/noia)" (Rm 2.4/Hb 12.17). "O arrependimento não está no poder do homem" [João Calvino, Exposição de Hebreus, (Hb 6.6), p. 155].

O conceito de arrependimento, envolvendo uma mudança radical na vida do homem é um conceito cristão, sem paralelo na literatura grega. O arrependimento bíblico consiste em voltar-se total e integralmente para Deus. O arrependimento, portanto, envolve uma atitude de abandono do pecado e uma prática da Palavra de Deus. Esta prática consiste nos "frutos do arrependimento". Paulo, testemunhando diante do rei Agripa a respeito do seu ministério, diz: "Pelo que ó rei Agripa, não fui desobediente à visão celestial, mas anunciei primeiramente aos de Damasco e em Jerusalém, por toda a região da Judéia, e aos gentios, que se arrependessem e se convertessem a Deus praticando obras dignas de arrependimento (μετάνοια)" (At 26.19,20. Vd. também: At 20.21).

[14] Ez 18.31.

querendo demonstrar ao povo de Israel em que consiste a verdadeira conversão, ensina-os a se converterem de todo o seu coração e de toda a sua alma. Frase freqüentemente repetida pelos profetas. Contudo, em nenhuma passagem podemos entender melhor qual é a verdadeira natureza do arrependimento do que no capítulo quatro de Jeremias, onde Deus fala desta maneira:[15] "Se te converteres, ó Israel, converte-te a mim. Cultiva o bom solo do teu coração, e não semeies sobre os espinhos. Sê circunciso dedicado ao Senhor, e elimina toda a imundície do teu coração". Vemos que Ele declara que, se quiserem viver bem, não poderão começar doutra maneira senão esta: arrancar pelas raízes toda a impiedade do coração. Por esse motivo Isaías zomba de todas as empreitadas dos hipócritas, os quais em seu tempo se esforçavam para corrigir a sua vida exteriormente, mas não se preocupavam em romper os laços da impiedade em que o seu coração estava envolvido.[16] E nesse mesmo capítulo ele mostra claramente quais são as obras que devem resultar do verdadeiro arrependimento.[17]

O segundo artigo refere-se à afirmação que fizemos de que o arrependimento procede de um genuíno temor de Deus. Porque, antes de ser induzida ao arrependimento, é necessário que a consciência seja primeiro tocada pelo juízo de Deus. Pois, quando uma vez ficar gravado fixamente este pensamento no coração do homem: que um dia Deus haverá de subir ao Seu trono judicial para exigir prestação de contas de todas as obras e palavras, a consciência do pobre pecador não o deixará repousar nem respirar um minuto sequer, sem espicaçá-lo e estimulá-lo constantemente a levar uma nova vida, para poder comparecer com segurança a esse julgamento. Porquanto muitas vezes, quando a Escritura nos exorta ao arrependimento, faz com que nos lembremos de que um dia Deus vai julgar o mundo. Como nesta passagem de Jeremias: "Para que o meu furor não saia como fogo e arda, e não haja quem o apague, por causa da malícia das vossas obras[18]". E mais, na pregação do apóstolo Paulo em Atenas[19].[20]

Assim como Deus deixou que os homens andassem na ignorância, agora exige que se arrependam, porquanto determinou um dia no qual julgará o mundo com justiça. Também em muitas outras passagens se vê o mesmo ensino. Algu-

---

[15] [Jr 4.1; tradução direta.]

[16] Is 58 [note-se o versículo 6].

[17] O arrependimento e a fé são passos iniciais da vida cristã como resposta ao chamado divino; no entanto, ambos devem acompanhar a nossa vida; devemos continuar crendo em Deus em todas as circunstâncias e cultivar, pelo Espírito, uma atitude de arrependimento pelas nossas falhas. Deus deseja que procuremos agradá-Lo em todas as coisas; no entanto, sabemos que pecamos, que falhamos, que não atingimos o alvo proposto por Deus; por isso, conscientes de nossos pecados, devemos nos arrepender, buscando o perdão de Deus e o reparo para o nosso erro.

A Confissão de Westminster (1647) resume: "... O pecador pelo arrependimento, de tal maneira sente e aborrece os seus pecados, que, deixando-os, se volta para Deus, tencionando e procurando andar com Ele em todos os caminhos dos seus mandamentos" (XV.2).

[18] Jr 4.4.

[19] At 17.30,31.

[20] "Embora Deus por algum tempo, permaneça quieto e delongue seus juízos, contudo o momento da vingança certamente virá." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 1, (Sl 11.6), p. 242].

mas vezes, pelas correções já ocorridas, ela[a] demonstra que Deus é juiz para que os pecadores considerem que muito mais sofrimento lhes virá, se não se corrigirem a tempo. Disso temos exemplo no capítulo 21 de Deuteronômio [versículos 18-21]. Ora, como o início da nossa conversão a Deus é quando sentimos ódio e horror pelo pecado, por isso diz o apóstolo[21] que a tristeza segundo Deus é causa de arrependimento[b] [para a salvação]. Ele considera que a tristeza segundo Deus é a que ocorre quando, não somente temos medo de ser punidos, mas também temos em execração o pecado, ou seja, temos aversão pelo pecado, visto que entendemos que este desagrada a Deus.

Agora precisamos explicar o terceiro artigo. Como dissemos, o arrependimento consiste de duas partes: a mortificação da carne e a vivificação do Espírito[c]. O que os profetas, conquanto falem com simplicidade segundo a rudeza do povo ao qual se dirigem, no entanto explicam muito bem, quando dizem:[22] "Aparta-te do mal e pratica o que é bom". "Lavai-vos, purificai-vos, tirai a maldade de vossos atos de diante dos meus olhos; cessai de fazer o mal. Aprendei a fazer o bem; atendei à justiça, repreendei ao opressor; defendei o direito do órfão, pleiteai a causa das viúvas", aplicai-vos à justiça e à misericórdia[d], etc. Trazendo à memória dos homens e repreendendo a sua malícia, ou seja, todas as suas maldades, eles exigem que toda a sua carne, quer dizer, a sua natureza, seja mortificada, a qual está cheia de iniqüidade. Ora, esse mandamento é muito difícil, pois importa em que renunciemos a nós mesmos e abandonemos a nossa natureza. Porque não devemos considerar que tão-somente a carne precisa ser bastante mortificada, mas também que tudo o que temos de propriamente nosso deve ser aniquilado e abolido. Mas, uma vez que todas as cogitações e todos os afetos da nossa natureza são repugnantes para Deus e são inimigos da Sua justiça[23], o primeiro passo para a obediência à Lei consiste em renunciar à nossa natureza e a toda a nossa vontade. Depois, há nessa passagem do profeta outro sentido: o da renovação da vida pelos elementos que se seguem, a saber: a justiça, o juízo e a misericórdia. Porque não seria suficiente praticar as obras exteriormente, sendo necessário que primeiro a alma dedicasse a elas amor e gosto. Ora, isso é feito quando o Espírito de Deus, tendo transformado as nossas almas em Sua santidade, dirige-as de tal modo a novos pensamentos e afetos que se pode dizer que não são as mesmas de antes. Ambas as bênçãos nos vêm da comunhão que temos com Cristo. Porque, se verdadeiramente somos participantes da Sua morte,[24] em virtude disso o nosso

a. A Escritura.
b. Bíblia de 1535: A tristeza que é segundo Deus causa vigoroso arrependimento para salvação.
c. *Instrução* de 1537: O efeito deste arrependimento depende da nossa regeneração, que consiste de duas partes: ...mortificação da nossa carne, ...e vivificação espiritual.
d. Bíblia de 1535: "Sede puros, eliminai o mal das vossas obras diante dos meus olhos. Cessai de fazer o mal, aprendei a fazer o bem, buscai o juízo".

21 2Co 7.9,10.
22 Sl 34.14; Is 1.16,17.
23 Rm 8.5-8.
24 Rm 6.3-11.

velho homem é crucificado, e todo o volume do pecado que em nós reside é mortificado, e com isso a corrupção da nossa primeira natureza perde o seu vigor. Se somos participantes da Sua ressurreição, graças a isso nós somos ressuscitados em novidade de vida, a qual corresponde à justiça de Deus.

Para dizê-lo numa palavra[a], digo que o arrependimento é uma regeneração espiritual cujo objetivo é que a imagem de Deus, obscurecida e quase apagada em nós pela transgressão de Adão, seja restaurada.[25] Assim o descreve o apóstolo, quando declara que, "com o rosto desvendado, contemplando, como por espelho, a glória do Senhor, somos transformados, de glória em glória, na sua própria imagem, como pelo Senhor, o Espírito".[26] E mais: Que "vos despojeis do velho homem, que se corrompe segundo as concupiscências do engano, e vos renoveis no espírito do vosso entendimento, e vos revistais do novo homem, criado segundo Deus, em justiça e retidão procedentes da verdade".[27] E ainda, noutra passagem: "E vos revestistes do novo homem que se refaz para o pleno conhecimento, segundo a imagem daquele que o criou".[28] Assim, pois, mediante essa regeneração, somos restabelecidos[b] na justiça de Deus, da qual tínhamos sido despojados por Adão. Pois a Deus agrada restabelecer integralmente[c] todos os que Ele adota na herança da vida eterna.

Frutos do arrependimento

Agora também se pode entender quais são os frutos do arrependimento. Há alguns que, vendo que os profetas exortam o pecador ao arrependimento com choro e jejum, vestido de pano de saco e pondo cinzas sobre a cabeça (o que se vê demonstrado principalmente em Joel[29]), julgam que o principal do arrependimento são o choro e o jejum. Devemos opor-nos ao seu erro. Pois nessa passagem de Joel o que se diz, que o nosso coração se converta inteiramente ao Senhor, e que rompamos não tanto os nossos hábitos, mas o nosso coração, é bem pertinente ao arrependimento. O choro e o jejum não entram como conseqüências perpétuas, mas como circunstâncias especialmente convenientes na ocasião. Porque, visto que o profeta havia proclamado uma terrível vingança de Deus contra os judeus, ele os admoesta a que se previnam, não somente corrigindo a sua vida, mas também se humilhando e dando sinal de tristeza. Como antigamente um homem acusado de algum crime, para obter a misericórdia do juiz deixava cres-

a. Uno verbo interpretor pœnitentiam, interpretor mortificationem.
b. instauramur.
c. Expressão do direito romano: restituere in integrum.
[25] Através da regeneração, Deus "cria de novo Sua imagem em seus eleitos". [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 3, (Sl 100.1-3), p. 549].
[26] 2Co 3.18.
[27] Ef 4.22-24.
[28] Cl 3.10.
[29] Jl 2.12-17.

cer a barba, não se penteava[a] e se vestia de luto, assim também seria apropriado que aquele povo, que tinha sido acusado diante do trono de Deus, testificasse por sinais externos que o que pedia era o Seu perdão e a Sua clemência. Pois bem, embora usar roupa de pano de saco e lançar cinza sobre a cabeça sejam um costume daquele tempo e hoje nada signifiquem para nós, todavia o choro e o jejum não seriam impróprios hoje em dia todas as vezes que o Senhor nos dê indicações de alguma calamidade[b]. Porque, quando Ele nos dá sinal de algum perigo, anuncia que está preparado para fazer vingança, faltando pouco para sair de armadura posta e armas em punho. Então o profeta fala bem, quando exorta a choro e jejum, isto é, a darem testemunho da sua tristeza aqueles para os quais havia predito que o juízo de Deus estava pronto para perdê-los.

Aplicação atual do jejum

Igualmente, os pastores atuais não fariam mal se, toda vez que vissem aproximar-se alguma calamidade, de guerra, fome ou peste, fizessem ver a seu povo que seria bom orar ao Senhor com choro e jejum; desde que se fixassem no principal, que é quebrantar ou romper os corações e não a roupa. Pois é certo que nem sempre com o jejum vem o arrependimento, mas essa prática convém particularmente aos que querem declarar que reconhecem que merecem a ira de Deus e, contudo, pedem o Seu perdão por Sua clemência. Por essa razão Jesus Cristo associa o jejum às ocasiões de angústia e tribulação. Pois Ele desculpa os apóstolos por não jejuarem enquanto estavam em Sua companhia, porque esse era um tempo de alegria. Disse Ele que os Seus discípulos teriam oportunidade de jejuar em tempo de tristeza quando fossem privados da Sua companhia[30] – Falo do jejum solene e público.

[1536] A vida do cristão deve ser temperada com a sobriedade, o que, do começo ao fim, parece uma espécie de jejum perpétuo.[a] Agora, se é verdade que em suma o Evangelho consiste destes dois pontos: o arrependimento e a remissão dos pecados, [1539] (como é notório), será que não enxergamos que o Senhor justifica gratuitamente os Seus servos para ao mesmo tempo restaurá-los à verdadeira justiça pela santificação do Seu Espírito?

[1536] João Batista, o anjo, ou mensageiro, enviado para preparar o caminho para Cristo, tinha isto como resumo da sua pregação: “Arrependei-vos, porque está próximo o reino dos céus”.[31] Induzindo os homens ao arrependimento, ele os admoestava, exortando-os a se confessarem pecadores e a se colocarem como réus condenáveis diante de Deus, com todas as suas obras, a fim de desejarem de todo o seu coração a mortificação da sua carne e uma nova regeneração

a. 1539 diz: impexo capillo, pulla veste.
b. Cf. *Instrução* de 1537, cap. XIII: De jeûne (Sobre o Jejum).
a. Idéia desenvolvida (mais adiante, Livro IV), no cap. XVII: *Sobre a Vida Cristã.*
30 Mateus 9.14,15.
31 Mt 3.2.

operada pelo Espírito de Deus. Ao anunciar o reino de Deus, ele os chamava à fé. Porque, com a expressão reino de Deus, que ele anunciou que estava próximo, ele queria dizer remissão de pecados, salvação e vida, e tudo quanto recebemos de Cristo. Por isso dizem os outros evangelistas:[32] "Apareceu João Batista no deserto, pregando batismo de arrependimento para remissão de pecados". O que não é outra coisa, senão que ele ensinou aos homens que, sentindo-se aliviados do fardo dos seus pecados, retornassem a Deus e tivessem esperança de receber graça e salvação.

[1539] De igual modo, Cristo deu início às Suas pregações proclamando: "O tempo está cumprido, e o reino de Deus está próximo; arrependei-vos e crede no evangelho" [Mc 1.15]. Primeiro Ele declara que nele os tesouros da misericórdia de Deus estão abertos. Segundo, Ele exige arrependimento. Finalmente, garante segura confiança nas promessas de Deus.

[1536] Nesse sentido, noutra passagem, querendo abranger concisamente tudo o que pertence ao Evangelho, diz Ele que "o Cristo havia de padecer e ressuscitar dentre os mortos no terceiro dia e que em seu nome se pregasse arrependimento para remissão de pecados", ou, [em tradução direta]: "que se pregasse arrependimento e remissão de pecados".[33] Isso foi anunciado pelos apóstolos depois da ressurreição de Cristo, como, por exemplo, quando se declara que Ele foi ressuscitado[b] por Deus para "conceder ao povo de Israel o arrependimento e a remissão de pecados".[34] O arrependimento é pregado em nome de Cristo quando, pela doutrina evangélica, os homens compreendem que todos os seus pensamentos, afetos e ações são corrompidos e viciosos, e, portanto, que é necessário que sejam regenerados, se quiserem ter entrada no reino de Deus. A remissão de pecados é pregada quando se ensina aos homens que Cristo realizou para eles a redenção, a justiça, a salvação e a vida, e que por meio dele e por Sua obra redentora eles são considerados justos e inocentes diante de Deus,[35] e que, assim, a Sua justiça lhes é imputada gratuitamente.[36]

[1539] Ora, assim é que recebemos ambas as bênçãos pela fé. Todavia, o objeto da fé é a bondade de Deus, pela qual os nossos pecados são remidos. Por isso foi necessário estabelecer a diferença que nós colocamos entre a fé e o arrependimento.

Os dois lados da moeda

[1536] Agora, note-se que o ódio ao pecado, que é o começo do arrependimento, dá-nos primeiramente acesso ao conhecimento de Cristo, o qual só é comunicado

b. excitatum.

32 Mc 1.4; Lc 3.3.

33 Lc 24.46,47.

34 At 5.30,31.

35 1Co 1.18-31; Is 61; Mt 11.25-30; Mt 4; At 5.17-42.

36 "Os homens, pois, só serão bem-aventurados depois que forem gratuitamente reconciliados com Deus e reputados por ele como justos." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 1, (Sl 32.1), p. 39]. "Fora de Cristo não há justiça alguma, nem salvação e, em suma, nem mérito." [João Calvino, Efésios, (Ef 2.3), p. 54].

aos pobres e aflitos pecadores, que gemem, labutam, são sobrecarregados e como famintos desfalecem, acabrunhados de dor e de miséria. [1539] Assim também, por outro lado, depois de iniciado o arrependimento, precisamos dar-lhe continuidade durante a nossa vida toda, e não abandoná-lo, até à morte, se é que desejamos descansar com segurança em Cristo e nele permanecer. Porque Ele veio chamar os pecadores; mas veio chamá-los ao arrependimento. Ele trouxe bênçãos aos homens, que eram indignos; mas para que cada um se converta da sua iniqüidade. A Escritura está cheia de sentenças como essas. E quando o Senhor nos oferece remissão de pecados, costuma exigir reciprocamente que corrijamos a nossa vida, querendo com isso dizer que a Sua misericórdia deve ser causa e substância do nosso empenho para corrigir-nos.[37]

Exerçam justiça e juízo, diz Ele; porque a salvação está próxima. E mais: A salvação virá a Sião, e a todos os que, em Israel, se converterem da sua iniqüidade. E ainda: Busquem o Senhor enquanto se pode achar, invoquem-no enquanto está perto. Deixe o ímpio o seu caminho e os seus maus pensamentos, e volte ao Senhor; e o Senhor terá piedade dele. Outra sentença mais: Retornem ao Senhor, corrigindo a sua vida, para que sejam cancelados os seus pecados. Nessa mesma passagem deve-se notar que essa condição é acrescentada, não no sentido de que a nossa mudança para a retidão seja o fundamento para obter-se perdão, mas, antes, ao contrário[a], como o Senhor quer tratar os homens com misericórdia com vistas a que eles mudem de vida, Ele nos mostra nessa passagem o fim que devemos buscar, se queremos obter o perdão de Deus. Por isso, enquanto habitarmos na presente prisão do nosso corpo, sempre nos será necessário lutar sem cessar contra a nossa natureza, e contra tudo o que há de natural em nós[b].[38]

---

a. A expressão “ao contrário” indica a inversão que constitui o nervo motor, a força motriz, do Evangelho e do calvinismo: o cristão pratica obras, não *para* ser justo diante de Deus, mas *porque* em Jesus Cristo ele é justificado por Deus.

b. A partir daqui, o que é dito sobre o arrependimento em 1536 é mantido, até o fim, em 1539 e em 1541, com raros acréscimos.

[37] “É certamente verdade que somos justificados em Cristo Tão-somente pela misericórdia divina, mas é igualmente verdade e correto que todos quantos são justificados são chamados pelo Senhor para que vivam uma vida digna de sua vocação. Portanto, que os crentes aprendam abraçá-lo, não somente para a justificação, mas também para a santificação, assim como ele se nos deu para ambos os propósitos, para que não venham a mutilá-lo com uma fé igualmente mutilada.” [J. Calvino, Exposição de Romanos, (Rm 8.13), p. 274]. Ver também: João Calvino, Efésios, (Ef 2.10), p. 63.

[38] Os crentes, apesar de sua nova natureza, terão que combater o pecado enquanto viverem. Este combate será árduo; a Bíblia não poupa figuras para descrever esta luta com cores vivas; todavia, a Palavra de Deus nos garante, com ênfase maior, a vitória que temos em Cristo. Daí a nossa certeza de que devemos lutar contra o pecado, sabedores que Deus é por nós nesta luta.

A *Confissão de Westminster* diz: “Esta santificação é no homem todo, porém imperfeita nesta vida; ainda persistem em todas as partes dele restos da corrupção, e daí nasce uma guerra contínua e irreconciliável – a carne lutando contra o espírito e o espírito contra a carne” (XIII.2). (Rm 7.19,23; Gl 5.17; Fp 3.12; 1 Ts 5.23; 1 Pe 2.11; 1 Jo 1.10).

A Palavra de Deus nos diz que apesar de uma luta intensa, do combate atroz contra o mundo, a carne e o diabo, podemos já, nesta vida, exultar, na certeza do cuidado de Deus, que nos garante a vitória final. Neste mesmo espírito escreveu Judas: “Ora, àquele que é poderoso para vos guardar de tropeços e para vos apresentar com exultação, imaculados diante da sua glória, ao único Deus, nosso Salvador, mediante Jesus

[1536] Várias vezes[c] Platão[39] disse que a vida do filósofo é uma reflexão sobre a morte. Podemos dizer, mais verdadeiramente, que a vida do cristão é um estudo e exercício perpétuo de mortificação da carne, até que, estando ela amortecida, o Espírito de Deus reine em nós[d]. Essa é a razão pela qual considero que tem grande proveito quem aprendeu a se deplorar muito a si próprio; não que deva ficar só nessa autodeploração[e], nem que deva exagerar nisso, mas antes, para que tome alento e busque a Deus; e que, tendo sido plantado na morte e ressurreição de Cristo, ele se aplique ao arrependimento constante. Pois certamente os que de fato passam a odiar o pecado não podem agir doutra forma. Porquanto, quem não se tomou de amor pela justiça nunca poderá odiar o pecado. Esta sentença, sendo a mais simples de todas, parece-me bastante consentânea com a verdade da Escritura.

Contestando os "sofistas" (certos escolásticos)

Passo gora a discutir o que os sofistas[a] ensinaram sobre o arrependimento, o que farei estendendo-me o menos possível. Porque a minha idéia não é examinar todos os pontos, temendo que o presente livro[b], que eu quis redigir com brevidade, fique longo demais. E, por outro lado, eles envolveram este assunto, não muito difícil[c] aliás, em tão longas disputas que não seria fácil sair delas, se quiséssemos penetrar em seus labirintos[d].

Cristo, Senhor nosso, glória, majestade, império e soberania, antes de todas as eras, e agora, e por todos os séculos. Amém" (Jd 24-25).

A *Confissão de Westminster* (1647) conclui o capítulo XIII dizendo:

"Nesta guerra, embora prevaleçam por algum tempo as corrupções que restam (Rm 7.23), contudo, pelo contínuo socorro da eficácia do santificador Espírito de Cristo, a parte regenerada vence (Rm 6.14; Ef 4.15,16; 1 Jo 5.4), e assim os santos crescem em graça (2 Pe 3.18), aperfeiçoando a sua santidade no temor de Deus (2 Co 7.1)" (XIII.3).

[39] *Fédon*, 64a-. Na margem de 1539: In Phædone multis disputat. "O homem que realmente consagrou sua vida à filosofia é senhor de legítima convicção no momento da morte, possui esperança de ir encontrar para si, no além, excelentes bens quando estiver morto! (...) Quando uma pessoa se dedica à filosofia no sentido correto do termo, os demais ignoram que sua única ocupação consiste em preparar-se para morrer e em estar morto! Se isso é verdadeiro, bem estranho seria que, assim pensando, durante toda sua vida, que não tendo presente ao espírito senão aquela preocupação, quando a morte vem, venha a irritar-se com a presença daquilo que até então tivera presente no pensamento e de que fizera sua ocupação!" [Platão, Fédon, São Paulo, Abril Cultural (Os Pensadores, Vol. II), 1972, 64a-c. p. 71].

c. 1539: Dicit aliquoties Plato. 1536: dicebat.

d. 1536: donec ea plane interempta, spiritus Dei regnum in nobis obtineat. 1539 diz somente: donec plane intereat. Parece, pois, que o texto francês é uma tradução da primeira edição (1536), portanto anterior à segunda edição (1539), e este é um dos argumentos invocados a favor da provável existência de uma primeira tradução desde 1537, que seria parcialmente reproduzida em 1541 na edição até aqui considerada como sendo a primeira tradução francesa.

e. in hoc luto hæreat.

a. scholastici.

b. hic noster libellus quem ad enchiridii brevitatem exigere volo, in immensum extrahatur. – O *livrinho* ("livret") de 1536 já veio a ser um livro em 1539.

c. valde implicitam.

d. feces. Damos no rodapé das páginas subseqüentes as notas de 1539, complementadas pelas das *Opera selecta.*

Primeiro, ao apresentarem a sua definição de arrependimento, eles mostram abertamente que jamais souberam o que é. Porque eles extraem dos livros dos antigos algumas sentenças que não exprimem nada da força e da natureza do arrependimento. Como as seguintes: Arrepender-se é chorar os pecados cometidos; e não cometer outros após chorar.[40] Outra: É gemer pelos males praticados; e não cometer outros, que o farão gemer.[41] E esta: É uma triste vingança pela qual o pecador castiga em si mesmo o que ele gostaria de não ter cometido.[42] E ainda: É uma dor de coração e um amargor de alma pelas maldades que a pessoa cometeu ou nas quais consentiu.[43]

O fato é que, se concordarmos que os antigos falaram bem quando disseram essas coisas (o que não seria difícil a uma pessoa contenciosa negar), todavia elas não foram ditas no sentido de que eles pretendessem declarar que aquilo é o arrependimento. A intenção deles era tão-somente exortar os penitentes a não recaírem nas mesmas faltas das quais se livraram.

[1539] E se fôssemos fazer ou apresentar definições de tudo o que os antigos disseram, haveria outras com não menos fraca aparência ou verossimilhança. Uma delas é de Crisóstomo[e], que dizia que o arrependimento é um remédio que extingue o pecado, um dom vindo do céu, um poder admirável, uma graça que sobrepuja a força das leis.

[1536] Depois de definirem o arrependimento com tanta sutileza, eles o dividem em três partes: Contrição de coração, confissão expressa em palavras, e satisfação mediante obras.[44] Divisão não mais própria que a sua definição. Isso que eles não estudam outra coisa em toda sua vida senão a Dialética[a], que é a arte de bem definir e bem dividir! Mas, se alguém se dispuser a argumentar pela definição, com argumento aceito entre os dialéticos, que se pode chorar os pecados cometidos anteriormente e não mais cometê-los, embora não havendo confissão verbal, como defenderão a sua divisão [dos termos componentes da definição]? Porque, se aquele que não confessa verbalmente não deixa de ser um verdadeiro penitente, o arrependimento pode continuar sendo considerado arrependimento sem ter essa confissão como seu elemento componente. Se responderem que essa divisão deve ser reportada ao arrependimento, ou seja, à penitência, visto que está é um sacramento, ou melhor, que ela deve ser entendida como referente a toda a perfeição da penitência ou do arrependimento, perfeição não coberta por suas definições, eles não terão de que me acusar. O que deverão fazer é imputar a culpa a si próprios, por não

e. Vê-se, pois, que Calvino leu o texto de João Crisóstomo, provavelmente depois de 1535.

a. nihilo magis dialectice, quam definierunt, etsi videri volunt totam ætatem in syllogismis contexendis detrivisse.

[40] (1539) Hæc Gregorii, et refertur lib. 4 sent., dist. 14, c. I (Pedro Lombardo, Migne, 192, 868).

[41] Secunda Ambrosii, refertur illic (ibidem) et in decretis, dist. 3 de pœnit., c. pœnit. priore (Dec. Gratian. II. Dist. 3, can. I, Migne, 187, 1594).

[42] Tertia Augustini, et refertur eadem dist., c. pœnit. poster. (cân. 4 do livro atribuído a Agostinho, *De Vera et falsa pœnitentia*).

[43] Quarta Ambrosii, refertur dist. I pœnit. c. vera pœnitentia (dist. I, can. 39, Migne, 187, 1532).

[44] Lib. IV sentent., dist. 16, c. I (Pedro Lombardo, Migne, 192, 877). De pœnitent., dist. I, c. perfecta pœnitentia (Decr. Gratian, II, Tract. de pœnit., dist. I, can. 40, Migne, 187, 1532).

formularem definição mais clara e mais pura. Quanto a mim, naturalmente dentro da minha capacidade, seja qual for a questão eu me atenho à [respectiva] definição. Esta deve ser a base de toda discussão.[45] Mas, concedamos-lhes esta licença magistral e passemos a esmiuçar as partes pela ordem.

Análise da remissão de pecados

Neste ponto os leitores devem ser advertidos de que não vamos meter-nos aqui num combate frívolo[b], mas que se trata de uma questão cuja importância é maior que a de todas as outras, qual seja, a remissão de pecados. Porque, assim como eles estabelecem para o arrependimento estas três partes: compunção de coração, confissão verbal e satisfação mediante obras, semelhantemente determinam que elas são necessárias para a obtenção da remissão dos pecados. Ora, se nos é necessário conhecer algo de toda a nossa religião, requer-se principalmente que entendamos o seguinte: Por que meio, de que maneira, por qual condição e com que facilidade ou dificuldade se obtém a remissão dos pecados. Se este conhecimento não for certo e firme, a consciência não poderá ter nenhum repouso, nenhuma paz com Deus, nenhuma confiança ou segurança. Nessas condições, ela fica constantemente a tremer, agitada, emocionalmente tensa, atormentada, e exaltada; sente horror e ódio pelo juízo de Deus, e foge dele quanto pode. E se a remissão dos pecados dependesse das condições em que os pecadores se acham, ninguém seria mais miserável nem estaria mais desesperado que nós.

As três partes da remissão de pecados

A primeira parte que eles colocam como necessária para a obtenção de perdão e graça é a contrição[a], a qual eles exigem que seja feita devidamente, isto é, plena e inteiramente. Entretanto, eles não podem dar nenhuma certeza de quando a pessoa poderá estar segura de que realizou a contento a contrição. Aqui as pobres[b] consciências ficam gritantemente humilhadas e aflitas quando vêem que a devida contrição lhes é imposta, e elas não sabem qual é a extensão do seu débito para poderem ter certeza de que pagaram o que deviam. Se disserem que devemos fazer o que está em nós[c], [isto é, ao nosso alcance], estaremos sempre girando

b. de asini umbra.

a. O *Sumário* de Farel tinha um capítulo especial intitulado *Contrição*, após a Confissão.

b. miseræ.

c. Calvino terá feito alusão, por ex., à opinião de Gabriel Biel, falecido em 1495), *Epitome et collectorium ex Occamo super IV libros sententiarum*, do qual uma edição tinha aparecido em Basiléia, em 1508? (Cf. distinct. XIV, q. I, art. II, concl. 2 et 3).

[45] Aristóteles (384-322 a.C.): "Uma definição é uma frase que significa a essência de uma coisa." [Aristóteles, Tópicos, São Paulo, Abril Cultural, (Os Pensadores, Vol. IV), 1973, I.5. p. 13]. Espinosa (l632-1677): "A verdadeira definição de cada coisa não envolve nem exprime senão a natureza da coisa definida." (B. Espinosa, Ética, São Paulo, Abril Cultural, (Os Pensadores, Vol. XVII), 1973, I.8. p. 91). E.B. de Condillac: (1715-1780) "A necessidade de definir é apenas a necessidade de ver as coisas sobre as quais se quer raciocinar e, se fosse possível ver sem definir, as definições se tornariam inúteis." [E.B. de Condillac Lógica ou Os Primeiros Desenvolvimentos da Arte de Pensar, São Paulo, Abril Cultural, (Os Pensadores, Vol. 27), 1973, p. 121].

num círculo vicioso. Porque, quando será que alguém ousará garantir que empregou todas as suas forças para chorar os seus pecados? O fim é, pois, que as consciências, depois de longo tempo de conflito consigo mesmas, quando não encontram porto seguro em que abrigar-se para de algum modo pacificar o seu mal, elas se forçam a alguma dor e à força arrancam de si algumas lágrimas para dar cumprimento à contrição exigida. Se quiserem me acusar de calúnia, que me mostrem uma só pessoa que não tenha sido levada ao desespero por essa doutrina sobre a contrição; ou que não tenha anteposto ao juízo de Deus uma dor artificial, uma fantasia, em vez de verdadeira compunção[d]. Nós já dissemos algures que a remissão de pecados jamais é outorgada na ausência do arrependimento, uma vez que ninguém pode, verdadeiramente e com sinceridade de coração, implorar a misericórdia de Deus, a não ser aquele que se aflige e se confrange[e] pela consciência dos seus pecados. Mas igualmente acrescentamos que o arrependimento não é a causa da remissão dos pecados, e procuramos eliminar das almas o tormento de pensar que precisam cumprir completamente a contrição. Ensinamos ademais o pecador a não pôr a sua atenção em sua compunção e em suas lágrimas, mas a fixar ambos os olhos, ou seja, a concentrar totalmente o seu olhar na misericórdia de Deus.[46] Declaramos que somente são chamados os que andam cansados e sobrecarregados, porque Ele foi enviado "para pregar boas-novas aos quebrantados... a curar os quebrantados de coração, a proclamar libertação aos cativos e a pôr em liberdade os algemados... e a consolar todos os que choram".[47]

Disso estão fora tanto os fariseus, que, achando-se salvos e estando satisfeitos com a sua justiça própria, não reconhecem a sua pobreza, como os que desprezam a Deus e não se intimidam face a Sua ira, e não buscam nenhum remédio para o seu mal. Pois todos esses tipos de gente não se afadigam, não se deixam quebrantar em seu coração, não estão presos, não estão algemados e tampouco choram.

Reconheça-se, pois, que há grande diferença entre ensinar a um pecador que ele merecerá a remissão dos seus pecados se fizer plena e completa contrição, e instruí-lo a ter fome e sede da misericórdia de Deus, se reconhecer a sua miséria; demonstrar-lhe a sua fadiga[a], a sua angústia e o seu cativeiro, para levá-lo a buscar consolo, descanso e livramento. Em suma, ensiná-lo a, em sua humildade, dar glória a Deus.

---

d. Desespero ou hipocrisia…: o julgamento parece duro. Contudo, não lança ele uma luz bastante reveladora sobre a piedade [ou religiosidade] ardorosa, mas triste, do século XV?

e. vulnerati.

a. æstum.

[46] "A pessoa que ora por perdão de uma forma meramente formal, prova ser ignorante do que realmente o pecado merece". [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 2, (Sl 51.8-9), p. 436].

[47] Mt 11.5,[28]; Is 61.1,2; [Lc 4.18].

Divergências sobre a confissão de pecados

No tocante à confissão[b], sempre houve grande controvérsia entre os canonistas e os teólogos escolásticos.[48] Os primeiros diziam que a confissão só é ordenada pelo direito positivo, isto é, pelas constituições eclesiásticas; os últimos sustentavam que é ordenada pelo mandamento divino. Nesse conflito revela-se uma grande imprudência dos teólogos, que tanto macularam e corromperam passagens da Escritura, que eles citavam de forma conveniente ao propósito deles[c]. E mais, vendo que mesmo assim não conseguiam o que queriam, os que pretendiam ser mais astutos encontraram esta evasiva para escapar da dificuldade: diziam que a confissão provém do direito quanto à sua substância, mas depois assume a sua forma do direito positivo. Por isso os mais ineptos entre os legistas [isto é, entre os que optavam pela procedência constitucional eclesiástica], acostumaram-se a referir ao direito divino a citação da pergunta feita a Adão: "Onde estás?" Semelhantemente quanto à reserva feita, porque Adão respondeu em sua defesa: "A mulher que me deste" etc.[49] Não obstante, em ambos os casos a forma foi dada pelo direito civil, dizem eles.

Vejamos, porém, de que argumentos se servem para provar que a confissão, quer formada, quer informada, é ordenada por Deus. O nosso Senhor (dizem eles) enviou os leprosos aos sacerdotes.[50] O quê?! Ele os enviou para confessarem? Quem jamais ouviu falar que os sacerdotes levíticos foram ordenados ou consagrados para ouvirem confissões? Assim eles recorrem às alegorias e dizem que a confissão foi instituída pela Lei Mosaica,[51] no sentido de que os sacerdotes deviam discernir entre lepra e lepra; que o pecado é lepra espiritual que cabe ao sacerdote julgar.

Antes de responder, pergunto: Se por essa passagem os sacerdotes são constituídos juízes da lepra espiritual, por que são eles privados do conhecimento da lepra natural e física? Não é brincar com a Escritura torcê-la desse jeito? A Lei confere aos sacerdotes levíticos o julgamento da lepra. Apliquemos a nós isso então. O pecado é lepra espiritual; sejamos, pois, juízes dos pecados. Agora respondo que, se é feita a transferência do sacerdócio [para o cristianismo], necessário é que se faça transferência da Lei. Ora, uma vez que todo o sacerdócio foi transferido para Jesus Cristo, e que nele se cumpre e nele cessa,[52] é preciso que toda a dignidade e todas as prerrogativas do sacerdócio também sejam transferidas para Ele. Se aqueles doutores gostam tanto de fazer alegorias, que proponham Cristo como o seu Sacerdote e encontrem em Sua sede toda a jurisdição; aceitare-

b. Em 1524 tinha vindo à luz a *Concio de confessione*, de Lutero. O *Sumário (Summaire)* de Farel, desde 1525 (cap. XXIX) tratava "Da confissão a Deus, da reconciliação com o próximo, da confissão ao sacerdote".
c. in rem suam.
48 Pedro Lombardo, sentent. Lib. IV, dist. 17; Tomás de Aquino, S. theol. III, suppl. Q. 6.
49 Gn 3.9 e 12.
50 Mt 8.1-4; Mc 1.40-44; Lc 5.12-14; 17.11-14.
51 Dt 17.8-13.
52 Hb 7.

mos isso de bom grado. Além do que já foi dito, a alegoria acima proposta é inoportuna, porque introduz uma lei puramente civil entre as cerimônias.

Então, por que foi que Cristo enviou os leprosos aos sacerdotes? Para que os sacerdotes não O caluniassem dizendo que Ele violava a Lei, porquanto esta ordenava que o leproso que fosse curado se apresentasse ao sacerdote e fosse purificado mediante certa oblação ou oferta sacrificial. Por isso ordenava aos leprosos por Ele curados que cumprissem o que a Lei determinava, como no seguinte caso: "Vai mostrar-te ao sacerdote e fazer a oferta que Moisés ordenou, para servir de testemunho ao povo".[53] E de fato esse milagre devia ser testemunhado. Primeiro os leprosos tinham que se declarar leprosos; depois se declaravam curados. Com isso não eram constrangidos (querendo ou não) a dar testemunho dos milagres de Cristo? Cristo lhes permite que comprovem[a] o Seu milagre, e não o podem negar. Contudo, por mais que queiram tergiversar ou ignorá-lo ou fazer rodeios, o que lhes cabe fazer é testemunhar. Dessa maneira Ele diz noutro lugar: "E será pregado este evangelho do reino por todo o mundo, para testemunho a todas as nações".[54] E mais: "Por minha causa sereis levados à presença de governadores e de reis, para lhes servir de testemunho, a eles e aos gentios",[55] isto é, para que com isso sejam mais convencidos do juízo de Deus.

[1539] Melhor seria se aqueles mestres se apoiassem na autoridade de Crisóstomo,[56] que ensina que Cristo fez isso por causa dos judeus, a fim de que não fosse julgado prevaricador ou transgressor da Lei[a].

[1536] O segundo argumento eles extraem da mesma classe de fonte, a saber, de uma alegoria. Como se as alegorias tivessem grande força para provar qualquer doutrina! Bem que eu gostaria que elas fossem suficientes, se eu não tivesse melhor recurso para comprovar doutrina. Dizem eles que, depois de haver ressuscitado Lázaro, o Senhor ordenou a Seus discípulos que lhe descobrissem o rosto e o desatassem.[57]

Consideremos: Primeiro, eles mentem nisto: Em parte alguma é dito que o Senhor deu aquela ordem aos Seus discípulos. É muito mais provável que tenha dito aquilo aos judeus ali presentes para que, sem qualquer suspeita de fraude, o milagre ficasse mais que evidente e que o Seu poder se revelasse maior, visto que, sem nenhum toque, unicamente por Sua palavra, Ele ressuscitou mortos. Assim eu entendo o que aconteceu, sem nenhuma dúvida: O Senhor, para eliminar toda e qualquer suspeita maldosa dos judeus, quis que eles mesmos tirassem a pedra, sentissem o mau odor e verificassem os indiscutíveis indícios ou sinais

---

a. explorandum.

a. Este acréscimo de 1539 confirma a opinião de que Calvino leu, *depois de 1535*, algumas obras de João Crisóstomo. (Cf. acima, p. 186.)

[53] Mt 8.4.

[54] Mt 24.14.

[55] Mt 10.18.

[56] Homilias; em ho. 12, sobre a cananéia.

[57] Jo 11.42-44.

da morte, que vissem Lázaro ressuscitar unicamente pelo poder da Sua voz, e que fossem os primeiros a tocá-lo. Concedamos, porém, que tenha sido dito aos discípulos. Que concluirão aqueles doutores? Quanto mais clara e apropriadamente nós poderíamos tratar desta passagem fazendo uso de alegoria e dizendo que com isso o Senhor quis ensinar os Seus fiéis a desatar os que foram ressuscitados por Ele! Quer dizer, não trazer à lembrança os pecados que Ele já teria esquecido; não condenar os pecadores que Ele já teria absolvido; não censurar as coisas que Ele teria perdoado; não punir[b] com severidade e dureza onde Ele teria sido bastante misericordioso, brando e benigno para perdoar. Que eles observem bem e com as suas alegorias façam um escudo ou um leque![c]

Eles rebatem, tentando confirmar o que dizem com citações da Escritura, que eles acham claras. Os que iam em busca do batismo de João, dizem eles, confessavam os seus pecados.[58] E Tiago nos manda confessar os pecados uns aos outros.[59] Respondo que não é maravilha nenhuma os que queriam ser batizados confessarem os seus pecados. Porque antes havia sido dito que João pregava batismo de arrependimento e que batizava com água para arrependimento [Mt 3.1,11; Mc 1.4,8]. O batismo é um sinal ou símbolo da remissão dos pecados; quem haveria de ser admitido a este sinal, senão os pecadores, e os que se reconhecessem tais? Daí confessarem eles para serem batizados. Não é sem motivo que Tiago nos manda confessar os pecados uns aos outros; mas se os tais mestres considerassem o que vem logo em seguida, veriam que em nada isso os favorece. "Confessai os vossos pecados uns aos outros", diz Tiago, "e orai uns pelos outros." Juntas vêm a oração mútua e a confissão mútua. Se fosse necessário confessar unicamente aos sacerdotes, seria igualmente necessário orar unicamente em favor deles. E, ainda seguindo as palavras de Tiago, os sacerdotes é que teriam que se confessar, porque, uma vez que ele quer que nos confessemos uns aos outros, ele fala somente aos que podem ouvir a confissão dos outros. Pois ele diz "uns aos outros", ou, [na tradução empregada no original francês], "mutuamente",[a] ou melhor, "reciprocamente". [1539] Ora, só poderá confessar-se mutuamente aquele que ouve a confissão do seu companheiro. Privilégio que Tiago só teria concedido aos sacerdotes. Portanto, seguindo a proposição daqueles mestres, de bom grado lhes deixamos o encargo de se confessarem.

[1539] Tratemos, pois, de pôr de lado essa salada mista[b] e de entender o sentido pretendido pelo apóstolo, sentido que é simples e manifesto, a saber, que nos comuniquemos uns com os outros e uns aos outros revelemos as nossas fraquezas, para recebermos mútuo conselho, compaixão e consolo. Acrescente-se que, tendo assim conhecimento das fraquezas dos nossos irmãos, cada um de per

b. morosi.
c. ventilent.
a. allélois (grego): mutuo (1539 acrescenta: invicem), vicissim.
b. nugamenta.
[58] Mt 3.6; [Mc 1.4].
[59] Tg 5.16.

si ore a Deus em seu favor. Então, por que eles citam Tiago contra nós, se nós pedimos tão insistentemente a misericórdia de Deus, a qual não se pode declarar, senão para os que primeiro confessaram a sua miséria? E nós proclamamos malditos e condenados todos os que não se confessam pecadores diante de Deus, dos Seus anjos [ou pastores], da igreja – enfim, diante de todos os homens. Porque Deus "encerrou tudo sob o pecado",[60] "para que se cale toda boca, toda a carne seja humilhada, e que só Ele seja justo e exaltado".[61]

Eu mesmo me espanto com o atrevimento com que eles ousam afirmar que a confissão, da qual eles falam e cujo uso reconhecemos que é muito antigo, é de direito divino. Mas podemos provar facilmente que em seus primeiros tempos era uma prática livre, não imposta. E, de fato, as narrativas dessa prática dizem que não havia nenhuma lei ou constituição, antes do tempo de Inocêncio III[62],[63] e há evidentes testemunhos, tanto da História como dos escritores antigos, que mostram que essa foi uma disciplina política instituída somente pelos bispos, e

[60] Gl 3.22.

[61] Rm 3.19,20,26.

[62] Que foi [eleito] papa em 1198a. [Cf. Errata.]

[63] Confissão Auricular

a) Origem:

A confissão auricular, ao que parece, já era praticada no quarto século; contudo, como preceito, está documentada no oitavo século, com o bispo de Metz, Crodogang, conforme informa o historiador católico Fleury. [Citado por E. Carlos Pereira, O Problema Religioso da America Latina, São Paulo, Empresa Editora Brasileira, (1920), p. 15]. Ao que parece, esta prática foi herdada da igreja Celta. Oficialmente, no entanto, esta prática só seria instituída no Quarto Concílio de Latrão em 1215, convocado pelo papa Inocêncio III (1198-1216), que determinou que a confissão deveria ser feita ao sacerdote ao menos uma vez por ano, conforme a Constituição 21. [Ver: João Calvino, As Institutas, III.4.1ss.].

b) Como fonte de renda:

Já, pelo menos no século XV, tornara-se comum a pressa por parte dos confessores, em ouvir o maior número possível de pessoas e perdoá-las também rapidamente, a fim de arrecadar mais dinheiro. Johann Eck (1486-1543), catedrático da Universidade de Ingolstadt – erudito adversário de Lutero –, descreve de forma patética a atuação dos confessores: "Ei-los sentados a estender a mão e dando a absolvição aos que se confessam; é um escândalo vê-los apressar as confissões de pessoas de bem que acusam faltas enormes, dizendo-lhes: 'Não é nada, não é nada, diga o que é grave'. Não são as almas que eles buscam, mas dois ou três vinténs; convém portanto andar depressa para ouvir mais gente." [Apud Jean Delumeau, A Confissão e o Perdão: As Dificuldades da Confissão nos Séculos XIII a XVIII, São Paulo, Companhia das Letras, 1991, p. 17-18. O autor cita diversos documentos católicos que revelam problemas semelhantes nos séculos XV-XVIII. Vd. J. Delumeau, A Confissão e o Perdão, p. 18ss]. Por outro lado, é possível que os confessantes compartilhassem do sentimento daquele soldado descrito por Erasmo (c. 1469-1536) no colóquio Confessio Militis, que, referindo-se ao seu confessor, declara: "Que ele diga o que quiser! Para mim, a partir do momento em que me vejo absolvido, isso me basta" [Apud J. Delumeau, A Confissão e o Perdão, p. 37]. Neste caso, a confissão e a absolvição adquiriam apenas um "poder" mágico e subjetivo, sem nenhum valor real. O que se torna ainda mais absurdo nesta prática, é o fato do padre, na impossibilidade do pecador poder se confessar – havendo perigo de morte –, ter poderes para absolver os pecados, aplicando ao "penitente os méritos de Cristo" [Cf. J. Delumeau, A Confissão e o Perdão, p. 44]. O irônico da questão é que o confessionário visava de um modo especial combater o pecado da usura, sendo este assunto alvo de muitos sermões [Vd. Jacques Le Goff, A Bolsa e a Vida: A Usura na Idade Média, 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1989, p. 9ss.].

Curiosamente, os maiores defensores dos mercadores – associados no imaginário eclesiástico à usura [Vd. Jacques Le Goff, A Bolsa e a Vida: A Usura na Idade Média, p. 17ss.; Jacques Le Goff, Mercadores e Banqueiros da Idade Média, São Paulo, Martins Fontes, 1991, p. 73ss.] –, foram as Ordens Mendicantes (franciscanos e dominicanos), constituindo-se no século XIII, "nos instrumentos de justificação ideológica e religiosa do mercador" [Jacques Le Goff, Mercadores e Banqueiros da Idade Média, p. 98]. Notemos que os membros dessas Ordens

não uma ordenança estabelecida por Cristo ou por Seus apóstolos. Apresentarei só um desses testemunhos, o qual poderá ser mais que suficiente para provar o que digo. Sozómenos, um dos autores da *História Eclesiástica*,[64] conta que essa norma era um constituição dos bispos, diligentemente observada pelas igrejas ocidentais, principalmente pela de Roma. Com isso ele demonstra que não se trata de uma ordenança universal, referente a todas as igrejas. Depois ele mostra que havia um sacerdote destinado especificamente a esse ofício. Com isso ele refuta plenamente os que neste assunto afirmam que as chaves foram dadas indi-

– tão defensoras dos interesses papais –, em geral eram provenientes de famílias abastadas, muitos, de famílias de mercadores [Jacques Le Goff, Mercadores e Banqueiros da Idade Média, p. 98].

c) Como fonte de poder:

O Dr. Woods, afirma que: "O confessionário aumentou de maneira enorme o poder do papa e do clero. Os sacerdotes vieram a conhecer os segredos dos homens desde o imperador até o mais humilde camponês, e todas as classes da sociedade ficaram assim colocadas sob o poder de seus líderes religiosos, os quais eles não se atrevem a desobedecer ou ofender. Não só se desnudaram os pecados e os escândalos de cada vida individual e familiar, mas todas as intrigas do Estado, os planos políticos dos imperadores da Europa, ficaram em poder do confessor, que podia usar o seu conhecimento para o progresso da igreja, ou para ajudar um partido no qual estava interessado....". [Woods, Nossa Inestimável Herança, p. 129. Apud L. Boettner, Catolicismo Romano, São Paulo, Imprensa Batista Regular, 1985, p. 170-171]. Com uma compreensão similar, escreveu Boanerges Ribeiro: "O confessionário é um dos mais eficientes instrumentos de dominação do catolicismo, – e o catolicismo romano, desde que abandonou o evangelho, existe para dominar os povos. É o mais eficiente dos imperialismos; o mais implacável dos totalitarismos." [Boanerges Ribeiro, Terra da Promessa, São Paulo, Livraria O Semeador, 1988, p. 145]. Lacouture, diz que no auge da batalha entre o predomínio religioso e o político, tendo este adquirido uma vantagem ascendente, surge a figura do jesuíta confessor, o qual até mesmo por tradição histórica, estará sempre mais preocupado com as questões políticas. [Vd. Jean Lacouture, Os Jesuítas, Porto Alegre, L&PM, 1994, Vol. I, p. 389ss.]. A igreja romana soube utilizar muito bem deste instrumento para intimidar e disciplinar. Como exemplo, cito que D. Constantino Barradas, o quarto bispo do Brasil – considerado um homem "complacente" para com os cristãos-novos [Vd. Arnold Wiznitzer, Os Judeus no Brasil Colonial, São Paulo, Pioneira/EDUSP., 1966, p. 29 e 32] –, por volta de 1616 excomungou o cristão-novo Miguel de Sá, porque não quisera ir à confissão [Cf. José Gonçalves Salvador, Cristãos-Novos, Jesuítas e Inquisição, São Paulo, Pioneira/EDUSP., 1969, p. 63]. Hoornaert, assevera que a "obrigatoriedade da confissão era tal que conhecemos o número de habitantes das cidades coloniais pelos relatórios das confissões." [Eduardo Hoornaert, et. al., História Geral da Igreja na América Latina, São Paulo/Petrópolis, RJ., Paulinas/Vozes, 1983, II/1, p. 310]. Contudo, deve ser observado, que "não há (...) como escrever a história da confissão, visto não existirem arquivos." [Gérard Vincent, *Os Católicos: O Imaginário e o Pecado:* In: Antoine Prost & Gérard Vincent, orgs. História da Vida Privada, São Paulo, Companhia das Letras, 1992, Vol. V, p. 402].

Segundo Sebe, os jesuítas foram mestres no emprego do confessionário como instrumento de domínio e de modelagem dos "fiéis"...

"O confessionário era algo importante para os jesuítas, elemento que possibilitava a modelagem das formas de pensar dos fiéis. Neste sentido foi que os jesuítas se aproveitaram desta prática para fazer valer seus planos. Foi sem dúvida o confessionário que, ao lado dos púlpitos e ensinamentos nos colégios, mais atingiu a consciência do colono. Negando a absolvição, o jesuíta conseguia se impor aos escravizadores de índios." [José Carlos Sebe, Os Jesuítas, São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 82].

Analisando a França do final do século XX, Vincent, amparando-se em alguns exemplos literários – fazendo uso constante de ironia –, conclui que hoje ninguém subtrai parte do seu tempo de trabalho, férias ou de televisão para imaginar a eternidade, o inferno e coisas semelhantes. [Gérard Vincent, Os Católicos: O Imaginário e o Pecado: In: Antoine Prost & Gérard Vincent, orgs. História da Vida Privada, Vol. V, p. 397-399].

Isto vem ao longo dos séculos acarretando, uma mudança de comportamento religioso: "Entre os sete sacramentos, é a confissão que tem sofrido o declínio mais flagrante: em 1952, 37% dos franceses que se dizem católicos nunca se confessavam; em 1974, eles somam 54%." [Gérard Vincent, *Os Católicos: O Imaginário e o Pecado:* In: Antoine Prost & Gérard Vincent, orgs. História da Vida Privada, Vol. V, p. 395].

[64] Cassiodoro, História Tripartida, liv. IX, cap. XXXV (Migne, 69, 1151).

ferentemente a toda classe de sacerdotes, porque não era um ofício comum a todos, mas estava singularmente a cargo de um só, escolhido pelo bispo para esse mister. Ele diz mais uma coisa, que em Constantinopla havia esse costume, até que uma mulher, fingindo confessar-se, obtinha essa cobertura para coabitar com um dos diáconos daquela igreja. Por causa desse malefício, Nectarius, bispo da referida localidade, homem de reconhecida santidade e de grande doutrina, aboliu essa forma de observância da confissão. Que esses tolos[65] fiquem de orelha em pé! Se a confissão auricular é lei de Deus, como foi que Nectarius teve a ousadia de suspendê-la e aboli-la? Irão acusar de heresia e de cisma o santo personagem apreciado e aprovado por todos os antigos? Se o fizerem, com a mesma sentença condenarão a igreja de Constantinopla, incluindo todas as igrejas orientais, as quais tinham uma lei (se os tais mestres dizem a verdade) inviolável e obrigatória para todos os cristãos.

[1539] A mesma ab-rogação foi demonstrada tantas vezes por Crisóstomo (que também foi bispo de Constantinopla) que é de admirar como eles ousam abrir a boca para contestá-la[a]. Se queres apagar os teus pecados, diz ele, confessa-os.[66] "Se tens vergonha de os revelar a um homem, confessa-os todos os dias à tua alma. Não digo que os reveles a quem depois te censure. Confessa-os a Deus, que os pode purificar. Confessa-os em teu leito, para que a tua consciência reconheça diariamente o seu mal." E mais:[67] "Não é preciso que te confesses diante de testemunha; reconhece o teu pecado em teu coração; é um exame que não requer testemunha; basta que somente Deus te veja e te escute". E também:[68] "Não te chamo diante dos homens para revelares a eles os teus pecados; deixa transparente a tua consciência diante de Deus; mostra a tua chaga ao Senhor, que é o médico; e roga a Ele que a cure. Ele não lança em rosto coisa alguma e cuida humanitariamente do pobre enfermo". E ainda:[69] "Não desejo que te confesses a homem, que depois te poderá censurar, ou difamar, tornando públicas as tuas faltas, mas mostra as tuas chagas a Deus, que é o bom médico". Depois Crisóstomo apresenta Deus falando desta maneira: "Não te constranjo a compareceres em assembléia pública; confessa a mim os teus pecados, a fim de que eu cuide de ti". Quererão dizer que, falando assim, Crisóstomo[a] foi temerariamente ousado em libertar a consciência dos homens dos laços pelos quais estariam presos pela vontade de Deus? Não é assim; mas o que ele entende que não foi ordenado por Deus, não ousa exigir como necessário.

---

a. Instrução de 1537: "A confissão que se faz ao ouvido do sacerdote [confissão auricular] foi inventada e ordenada pelo papa e por seus", etc.

a. Ver acima, p. 192, nota b.

65 No original francês: "Que esses asnos...". Note-se que "orelha" e "auricular" são termos cognatos. Nota do tradutor.

66 Homil. 2, In psalm. 50.

67 Sermo de pœnitentia et confessione.

68 Hom 5, de incomprehen. Dei natura, contra Anomæos.

69 Homil. 4, de Lazaro.

O ensino bíblico sobre a confissão

[1536] Mas, para resolver melhor ainda a coisa toda, primeiro mostraremos fielmente que confissão nos é ensinada pela Palavra de Deus. Depois mostraremos as invenções deles sobre a confissão; não todas (quem poderia esgotar tão grande mar?), mas somente as que pertencem à essência da sua doutrina. Não farei menção aqui do fato de que a Escritura tem por costume tomar a palavra confissão em sentido lato. Não deixo de observar, porém, que os tais doutores são tão atrevidos que até a tais passagens eles ousam recorrer. Como quando eles dizem que a confissão gera alegria no coração, conforme o que diz o salmista:[70] "Com voz de alegria e de confissão".[71] Portanto, que os simples notem bem esta significação e a saibam distinguir da outra, e não se deixem enganar facilmente por tais mentiras.[72]

No tocante à confissão de pecados, a Escritura nos ensina o seguinte: Desde que é o Senhor que redime, esquece e apaga os nossos pecados, que Lhe confessamos para obter graça e perdão – Ele é o médico: mostremos a Ele as nossas chagas. Ele é que foi ofendido e ferido: peçamos-lhe misericórdia[a] e paz.[73] Ele conhece o nosso coração e vê todos os nossos pensamentos: abramos o nosso coração perante Ele. Ele chama os pecadores: partamos, pois, ao Seu encontro. "Confessei-te o meu pecado", disse Davi, "e a minha iniqüidade não mais ocultei. Disse: confessarei ao Senhor as minhas transgressões; e tu perdoaste a iniqüidade do meu pecado"[74].[75] Eis outra confissão do mesmo Davi: "Compadece-te de mim, ó Deus, segundo a tua benignidade".[76] De igual maneira, assim é a confissão de Daniel:[77] "Temos pecado e cometido iniqüidades, procedemos perversamente e fomos rebeldes, apartando-nos dos teus mandamentos...". Há muitas outras confissões semelhantes na Escritura. "Se confessarmos os nossos pecados (diz o apóstolo João), o Senhor é fiel para no-los perdoar".[78]

A quem confessaremos os nossos pecados? Ao Senhor, certamente. Quer dizer, se com coração angustiado e humilhado nos prostrarmos perante Ele; se com verdadeira sinceridade nos acusarmos e nos condenarmos a nós mesmos em Sua presença, e assim rogarmos que por Sua bondade e misericórdia nos absol-

a. Acréscimo feito em 1536 e em 1539.

[70] Sl 42.4 [Tradução direta.]

[71] "A alegria que ele desejava é aquela que flui do ouvir da Palavra de Deus, na qual ele promete perdoar nossa culpa e nos readmitir em seu favor." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 2, (Sl 51.9), p. 436].

[72] "Jamais aplicaremos seriamente o perdão divino, enquanto não tivermos obtido uma visão tal de nossos pecados, que nos inspire terror." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 2, (Sl 51.3), p. 424].

[73] ".... Não podemos orar corretamente pelo perdão de pecado enquanto não chegarmos a uma persuasão de que Deus se dispõe reconciliar-se conosco" [-João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 2, (Sl 51.9), p. 438].

[74] Sl 32.5.

[75] "Havendo Davi extensa e penosamente experimentado quão miserável é sentir o peso da mão divina como resultado de pecados, exclama que a mais elevada e melhor parte de uma vida feliz consiste nisto: Deus perdoa a culpa humana e recebe a pessoa graciosamente em seu favor." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 2, (Sl 32), p. 37].

[76] Sl 51.1.

[77] Dn 9.5.

[78] 1Jo 1.9 [tradução direta].

va.[79] Quem fizer de coração esta confissão, sem dúvida terá também a língua pronta para, quando for oportuno ou necessário, fazer a outra espécie de confissão, anunciando entre os homens a misericórdia de Deus. Não apenas para revelar o segredo do seu coração a uma só pessoa e uma vez, e junto ao ouvido, mas para proclamar livre e francamente tanto a sua pobreza como a glória de Deus muitas vezes e publicamente, de modo que todo o mundo ouça. Foi assim que Davi, depois de recriminado por Natã, com a consciência espicaçada como por um aguilhão, confessou o seu pecado, e o fez diante de Deus e dos homens. "Pequei contra o Senhor", disse ele.[80] Quer dizer: Não quero mais me desculpar nem tergiversar, se todos me julgarem pecador; e o que eu quis esconder de Deus, que agora também seja manifestado aos homens.

[1539] Dessa maneira devemos entender a confissão solene, que foi feita por todo o povo, atendendo à admoestação de Neemias e de Esdras. Exemplo que as igrejas deveriam seguir quando pedem perdão a Deus, como certamente é costume entre as igrejas bem constituídas.

[1536] Ademais, a Escritura nos recomenda outras duas espécies de confissão. Uma delas é a que se faz por nós. A isso tendem os dizeres de Tiago, quando nos exorta a confessar os nossos pecados uns aos outros.[81] Porque eu entendo que, declarando as nossas fraquezas uns aos outros, nós nos ajudamos mutuamente mediante conselho e consolação. A outra é a que se faz por amor do nosso próximo, ofendido por nossa falta, para o apaziguar e para que haja reconciliação. Disso fala Cristo em Mateus,[82] dizendo: "Se, pois, ao trazeres ao altar a tua oferta, ali te lembrares de que teu irmão tem alguma coisa contra ti, deixa perante o altar a tua oferta, vai primeiro reconciliar-te com teu irmão; e, então, voltando, faze a tua oferta[a]". Porque é necessário que o amor caridoso, que tinha sido dissolvido por nossa falta, assim se recomponha pelo reconhecimento da nossa culpa e por nossa busca do perdão.

[1539] Quanto à primeira espécie, embora a Escritura não designe ninguém em especial sobre quem devêssemos aliviar as nossas culpas e nos deixe em liberdade para escolhermos entre os crentes quem melhor nos pareça para a ele nos confessarmos, todavia, como os pastores devem estar acima dos demais para o exercício dessa função, melhor será que os busquemos para isso. Digo que eles são mais idôneos que os demais crentes porque, por dever de ofício, são constituídos por Deus para nos ensinar a vencer o pecado e a certificar-nos da bondade de Deus, e assim nos consolar e fortalecer. Portanto, que cada crente, quando se sentir em tal perplexidade de consciência que não possa sair-se bem sem a ajuda

a. O *Sumário* de Farel insitia na reconciliação e comentava este versículo.

[79] Conforme vimos supra: "A remissão de pecados jamais é outorgada na ausência do arrependimento, uma vez que ninguém pode, verdadeiramente e com sinceridade de coração, implorar a misericórdia de Deus, a não ser aquele que se aflige e se confrange pela consciência dos seus pecados." [João Calvino, As Institutas, (1541), II.5].

[80] 2Sm 12,13.

[81] Tg 5.16.

[82] Mt 5.23,24.

de outrem, tenha isso em consideração e não negligencie o remédio que lhe é oferecido por Deus. O caso é que, dessa forma, ele se anima e se livra do escrúpulo, confessa-se particularmente ao seu pastor e dele recebe consolação. Pois é seu ofício consolar e fortalecer o seu rebanho pela doutrina do Evangelho, tanto em particular como em público. Entretanto, é sempre necessário usar os meios possíveis para que as pessoas não fiquem presas e não sejam colocadas sob nenhum jugo quanto às coisas sobre as quais Deus as deixa em liberdade.

[1536] Não se encontra na Escritura nenhum outro tipo ou forma de confissão além das acima referidas.

Um pouco mais de controvérsia sobre as chaves

Que mais? Aqueles doutores ordenam que todos, tanto homens como mulheres,[b] assim que cheguem à idade da discrição, confessem ao menos uma vez por ano todos os seus pecados aos seus próprios curas.[83] E determinam que o pecado só seja perdoado aos que tiverem o firme propósito de confessar-se. E se esse propósito não for realizado quando se apresentar a ocasião, não poderão entrar no paraíso. E mais: O sacerdote tem o poder das chaves, poder para ligar e desligar, pois a palavra de Cristo não pode ser vã, e Ele diz: "o que ligares na terra terá sido ligado nos céus"[84] etc. Ora, eles lutam entre si, uns contra os outros, por causa desse poder. Uns dizem que, essencialmente, não existe chave alguma, isto é, essencialmente não existe esse poder de ligar e desligar; o que se requer é sabedoria, mas como acessório, não como algo essencial. Outros, achando essa concessão muito desordenada, falam em duas chaves: discrição e poder. Outros, vendo que com essa moderação a ousadia dos sacerdotes era refreada, forjaram novas chaves, quais sejam: autoridade para discernir (que usam para emitir sentenças definitivas), e poder (que usam para executar as suas sentenças); e acrescentam a sabedoria como um conselheiro.[85] Não se atrevem a interpretar o ligar e desligar simplesmente como sendo perdoar e apagar pecados [ou não]. Tomam essa atitude em atenção ao que a Israel declara o Senhor por meio do Seu profeta: "Eu, eu mesmo, sou o que apago as tuas transgressões".[86] Mas eles afirmam que compete ao sacerdote proclamar quais são os ligados ou desligados, e declarar quais os pecados deles que são retidos ou perdoados;[87] e explicam que ao sacerdote cabe fazer essa declaração, ou na confissão, quando ele absolve ou retém os pecados, ou por sentença, quando ele excomunga o pecador ou o absolve da excomunhão.

---

b. 1536 e 1539: omnes utriusque sexus... proprio sacerdoti.

83 1536: De summa trinitate et fide catholica, in antiq. 1. 4 sentent.; distinct. 17 (1539 corrige: 14); Concílio de Latrão (1215), cap. XXI (Mansi, Collectio Conciliorum, XXII, 1007; Decretais de Gregório IX, lib. V, tit. 38, c. 12). – C. 2, lib. 4 sentent., dist. 18, c. 2: Pedro Lombardo (Migne 192, 880); cf. Tomás de Aquino, Summa, III, suppl. Q. 17-24.

84 Mt 16.19.

85 (1536)f; Postrema opinio fuit Hugonis.

86 Is 43.25.

87 Pedro Lombardo, sentent. 4, distinct. 18, 6 (Migne, 192, 887).

Finalmente, vendo que ainda assim não conseguem safar-se, pois sempre lhes é objetado que muitas vezes, sem o merecerem, pessoas são ligadas ou desligadas; e como, portanto, tais pessoas não são ligadas ou desligadas no céu,[88] [segundo eles], recorrendo ao seu derradeiro refúgio, respondem que é preciso considerar o dom das chaves reconhecendo certa limitação, porque Cristo prometeu que a sentença do sacerdote, pronunciada corretamente, será aprovada por Ele no céu de acordo com os méritos daquele que foi ligado ou desligado pelo sacerdote.

Outra coisa: Eles dizem que as chaves foram dadas por Cristo a todos os sacerdotes, e que elas são transferidas a eles pelos bispos em sua promoção,[89] mas o uso das chaves só pertence aos que exercem ofícios eclesiásticos. Com tudo isso, as ditas chaves permanecem sempre para os excomungados e suspensos, mas enferrujadas[90] e embaraçadas[a].

Mas os que dizem essas coisas poderiam ser considerados sóbrios e modestos, comparados com outros que, numa nova forja, fabricaram novas chaves, com as quais eles dizem que o tesouro da igreja está fechado,[91] chamando tesouro da igreja os méritos de Jesus Cristo, dos apóstolos, dos mártires e de outros santos. E inventam que, principalmente, a guarda desse celeiro foi confiada ao bispo de Roma, em cuja presença ou por cuja autoridade deve ser feita primeiramente a distribuição desses benefícios. E ele próprio pode ampliar essa distribuição ou delegar a outros a jurisdição que os habilita a ampliá-la. Por esse meio são distribuídas as indulgências, que o papa outorga às vezes plenárias, [perdão completo e total de todos os pecados], às vezes por alguns anos. Já os cardeais as podem outorgar por cem dias, e os bispos por quarenta[a].

Resposta de Calvino

Darei breve resposta a todos esses pontos, deixando no momento, porém, de dizer com que direito ou por qual injúria eles sujeitam as almas às suas leis, porque isso será considerado em seu lugar próprio[b]. Mas, no que se refere ao fato de que eles impõem lei determinando que sejam enumerados todos os pecados; que negam que os pecados são perdoados, a não ser que o pecador tenha o firme propósito de se confessar; e também que, [dizem eles], a entrada do paraíso está fechada para os que desprezam[c] a oportunidade de se confessar – nada disso dá para agüentar. Porque, como podem entender que é possível alguém enumerar todos os seus pecados, visto que Davi (que, em minha opinião, premeditou bem a con-

a. ligatas.

a. Já em 1517 as indulgências tinham sido a causa do protesto de Lutero.

b. Adiante, cap. XV: sobre o poder da igreja.

c. neglecta. É necessário corrigir o texto de 1541, que traz: *condamné*. Calvino, oriundo da Picardia, ao ditar, provavelmente pronunciou *contamné*, e seu secretário escreveu *condamné*. [Corrigido na presente tradução brasileira.]

88 *Ibid.,* distinct. 18, 3, 8.

89 *Ibid*., distinct. 19, 1.

90 Tomás de Aquino, Summa, III, suppl. Q. 19, art. 6.

91 Alexandre de Hales, Summa theol., IV, Q. 23, art. 1, memb. 3. Albert le Grand, In sentent., lib. IV, dist. 20, 16; Tomás de Aquino, Summa, III, suppl. Q. 25, art. 1; Clemente VI, Unigenitus (1349).

fissão dos seus pecados), não pôde fazer outra coisa senão bradar: "Quem há que possa discernir as próprias faltas? Absolve-me das que me são ocultas". E noutro lugar: "Já se elevam acima de minha cabeça as minhas iniqüidades; como fardos pesados, excedem às minhas forças".[92] Porque ele sabia como é imenso o abismo dos nossos pecados, quantas são as espécies de crimes existentes no homem, quantas cabeças tem o monstro[d] do pecado, e quão longa cauda ele arrasta após si. Por isso não se atreveu a citar uma lista completa, mas, das profundezas das suas faltas, clamou a Deus: "Estou submerso, soterrado e sufocado; as portas do inferno me cercam. Que a tua destra me tire deste poço, no qual já me afogo; e desta morte, na qual já desfaleço!" [Tradução direta.] Agora, quem vai pensar que pode fazer o cálculo dos seus pecados, quando vemos que Davi não pôde saber o número dos dele? Por esta geena[e] tem sido cruelmente atormentada a consciência dos que foram tocados por algum sentimento ou percepção de Deus.

Primeiro, os tais mestres querem calcular o número e, ao fazerem isso, distinguem os pecados em tronco, ramos e folhas, conforme as distinções feitas pelos doutores "confessionários".[a] Depois, pesam as qualidades, as quantidades e as circunstâncias. No começo tudo ia muito bem, mas quando avançaram um pouco mais, não viam mais que céu e mar, sem avistar nenhum porto ou ponto de parada. E tanto avançava e crescia o seu número, elevando-se como altas montanhas[b] diante dos seus olhos, que a sua visão era impedida e não lhes aparecia nenhuma esperança de que pudessem por fim escapar. Permaneceram nessa angústia[c] e, finalmente, não vendo escape, caíram no desespero. Daí, esses carrascos[d] desumanos, para curar as feridas que eles mesmos fizeram, apresentaram um remédio, qual seja, que cada um fizesse o que pudesse. Mas, ainda novas preocupações causavam dores lancinantes; ou melhor, novos tormentos deixavam esgotadas as pobres almas, quando então lhes vinham pensamentos como estes: "Não dediquei tempo suficiente; não fiz a análise e a aplicação como devia; fui omisso em parte por preguiça, por indolência; e a omissão resultante de negligência não tem desculpa". Eles acrescentaram outros remédios[e] para suavizar os males: "Faze penitência por tua negligência! Se esta não for muito grande, te será perdoada".

Mas nada destas coisas pode fechar a chaga; e não são bem remédios[f] para mitigar o mal. São, antes, venenos regados a mel, para não causar muito desagrado pela rudeza do gosto do veneno, e assim enganar o pecador e entrar em suas partes afetivas, antes de ele sentir o seu efeito. Esta voz terrível se impõe sempre,

---

d. hydra.
e. carnificina.
a. 1536 só traz: istorum.
b. moles.
c. inter sacrum et saxum.
d. carnifices.
e. pharmacia.
f. lenimenta.
92 Sl 19.12 e 38.4.

e zumbe[g] junto aos ouvidos: “Confessa os teus pecados”; e não há como apaziguar o horror, a não ser por uma consolação[h] verdadeira. E o fato é que uma grande parte do mundo deu consentimento a esses falsos agrados[i] que atenuam um veneno tão mortal. Contudo, isso não foi feito porque os homens pensassem que Deus estava satisfeito, ou porque eles mesmos se contentassem. Mas, como os marinheiros, lançando âncora em pleno mar, descansam do labor da sua navegação [que ainda tem mar pela frente]; ou, como um peregrino cansado ou enfraquecido senta-se à beira do caminho para repousar – assim eles aceitam esse descanso, embora não lhes sendo suficiente [e plenamente satisfatório].

Sumário crítico

Não me darei grande trabalho para mostrar que isso é verdade (cada qual pode ser sua própria testemunha), mas direi resumidamente que lei é essa.

Por uma parte, é uma prática simplesmente impossível e inaceitável, porque ela não pode senão perder, condenar, confundir e lançar à ruína e ao desespero as pobres almas. E, por outra, tendo desviado os pecadores do verdadeiro sentimento por seus pecados, ela os torna hipócritas e ignorantes de Deus e deles mesmos. Porque, ocupando-se em enumerar os seus pecados, esquecem, entretanto, o secreto abismo de vício e de males que eles têm no fundo do seu coração, as suas iniqüidades internas e as imundícies ocultas. Ora, é principalmente pelo conhecimento desse mal interior que eles deveriam reputar a sua miséria.

A boa regra

Ao contrário, esta é a boa regra da confissão: Confessar e reconhecer um tão imenso abismo do mal em nós que supera a capacidade dos nossos sentidos. Dessa forma vemos que a confissão do publicano[a] se compôs, porquanto ele clama: “Ó Deus, se propício a mim, pecador!”.[93] É como se dissesse: “Tudo o que há em mim outra coisa não é senão pecado, e de tal maneira que, nem a minha mente nem a minha língua podem compreender a sua imensidão. Então, ó Deus, que o abismo da tua misericórdia trague o abismo dos meus pecados!”

Quer dizer que não é preciso confessar cada pecado?, alguém perguntará. Não há confissão agradável a Deus, senão a que se contém nestas três palavras: “Eu sou pecador?”[b] Respondo[c] que, ao contrário, devemos aplicar-nos a expor

g. 1541 tinha, por engano: torne; 1545: tourne; 1560: tonne. Mas 1536 tinha: insonat.

h. Vê-se aqui o constante cuidado da Reforma em não deixar que o pecador se fixasse na consideração dos seus pecados particulares (maus atos), mas em torná-lo consciente do seu estado de pecado.

i. blandimentis.

a. 1536 tinha, por erro: *publicani* confessionem; 1539 corrigiu bem: *publicam.*

b. Cf. cap. XXIX do *Sumário* de Farel: “Ao considerar a si mesmo e suas más ações, o próprio homem se condena e se julga”, etc.

c. Acréscimo ao texto latino.

93 Lc 18.13.

tudo o que há em nós, todo o nosso coração perante Deus[d]. Portanto, não somente devemos confessar-nos pecadores, mas considerar-nos verdadeiramente tais e, dedicando a essa consideração todo o nosso pensamento, reconhecer quão grande e variada é a torpeza dos nossos pecados; não somente devemos reconhecer que somos imundos, mas considerar qual e quão grande e quão diversificada é a nossa imundície; não devemos somente reconhecer que somos devedores, mas avaliar quantos débitos pesam sobre nós e nos oprimem; não somente devemos ver que estamos feridos, mas reconhecer quantas chagas graves e mortais nos afligem.[e] Todavia, mesmo quando o pecador se descobre para Deus com tal conhecimento e reconhecimento, ainda será preciso que ele pense, aceitando como verdade, e que com sinceridade julgue que são tantos os males que ainda lhe restam, que ele nem poderá contar ou calcular. E que a profundidade da sua miséria é tal e tanta que ele não a consegue esquadrinhar nem lhe encontrar o fim. Portanto, que clame com Davi:**94** "Quem há que possa discernir as próprias faltas? Absolve-me das que me são ocultas!"[a]

Além disso, quanto ao que eles afirmam, que os pecados não serão perdoados senão sob a condição de que o pecador faça firme propósito de se confessar, e que a porta do paraíso está fechada para os que não o fazem quanto têm oportunidade para isso, vê lá se concordamos com eles nesse ponto! Porque a remissão dos pecados não é agora diferente do que sempre foi. Todos aqueles a respeito dos quais lemos que obtiveram o perdão dos seus pecados não são descritos como tendo confessado aos ouvidos de nenhum João da Silva.[b] E o certo é que não poderiam ter feito isso, visto que naquele tempo eles não tinham nem confessores nem confissão [no sentido da moderna confissão auricular]; e, mesmo longos anos depois, essa confissão era desconhecida. Naqueles tempos eles eram perdoados sem a condição agora exigida pelos pregoeiros da confissão auricular. Mas, para que não discutamos em termos que deixem alguma dúvida, sigamos a Palavra de Deus, que permanece para sempre e é clara e manifesta. "Toda vez que o pecador se arrepender, esquecerei todas as suas iniqüidades".**95** Quem se atrever a acrescentar algo a essa palavra não estará ligando pecados, mas a misericórdia de Deus.

Não é, pois, de admirar que rejeitemos essa confissão auricular, prática que é uma verdadeira praga e que em muitos aspectos é perniciosa à igreja.[c] E ainda

d. Calvino tinha por emblema um coração em chamas sobre uma das mãos espalmada, com estas palavras: cor meum quasi immolatum tibi offero, Domine.

e. saucii.

a. Página 203, ver uma tradução diferente.

b. sacrificuli: Litré não alistou essa expressão [quelque messire JEAN] na série de dezessete locuções nas quais é empregada a palavra Jean.

c. Farel (*Sumário*, cap. XXIX) chama à responsabilidade os antigos doutores: "Fale e diga o Scot (João Duns Scotus) o que quiser: por mais que passe a broxa, não conseguirá apaziguar a consciência. Os tomistas contrários a Scotus,com sua doutrina, jamais deixarão o homem em paz.

94 Sl 19.12.

95 Ez 18. [Tradução direta. Ver os versículos 27 a 32.]

que fosse uma coisa indiferente ou neutra, uma vez que não traz nenhum fruto proveitoso, mas, ao contrário, tem sido causa de muitos erros, sacrilégios e impiedades, quem dirá que não deve ser abolida? É verdade que eles narram alguns proveitos, os quais eles dizem que provêm dessa prática, e os valorizam o mais que podem. Mas os alegados proveitos são, ou forjados ou frívolos.[96] O "benefí-

[96] O conforto do fiel estava em pertencer à Igreja, sentir-se amparado e perdoado por ela, fazendo parte do seu corpo. Neste sentido, Erasmo (c. 1469-1536) declara: "Por certo são numerosos e fortes os argumentos contra a instituição da confissão pelo próprio Senhor. Mas como negar a segurança em que se encontra aquele que se confessou a um padre qualificado?" [Erasmo, Opera Omnia, Leyde, 1704, v, col. 145-6, Apud Jean Delumeau, A Confissão e o Perdão: As Dificuldades da Confissão nos Séculos XIII a XVIII, p. 37]. Fazendo um paralelo, vemos que no Brasil colonial, a confissão – que adquiriu um status "tão fundamental e central como o do batismo" –, foi tão bem incorporada na mentalidade do povo, que os bandeirantes, por exemplo, nunca dispensavam os seus capelães para confessarem-se nos seus momentos de angústia. [Cf. Eduardo Hoornaert, et. al., História Geral da Igreja na América Latina, II/1, p. 307, 310).]

Para que esta ligação – Igreja e penitente – fosse feita de forma mais eficaz, já que o papel de juiz estava presente na figura do confessor –, havia recomendações específicas para os confessores. Jean Delumeau (1923-), observa que: "... Para instaurar, se não um nível de igualdade, ao menos uma passagem entre os dois interlocutores, sublinha três particularidades do confessor: ele jamais infringirá o inviolável segredo de que é depositário; ele é um confidente 'caridoso', 'compassivo' e 'fiel'; enfim, ele não é menos pecador que seu interlocutor." [Jean Delumeau, A Confissão e o Perdão: As Dificuldades da Confissão nos Séculos XIII a XVIII, p. 34].

Contudo, a suposta identificação do fiel com a Igreja, não era unânime, sendo a experiência de Lutero (1483-1546) – muito antes da Reforma –, um bom exemplo disso. A experiência de Lutero durante o seu noviciado e depois como monge Agostiniano, se constitui num bom exemplo de que a confissão auricular, os jejuns e as penitências – os quais ele praticava com freqüente rigor – , não lhes proporcionava a paz esperada, daí ele se exceder cada vez mais aos da sua ordem – que a partir da reforma de 1503 feita por João von Staupitz (c. 1469-1524), era ainda mais severa –, em penitências, buscando encontrar a paz com Deus e a certeza da salvação de sua alma. (Vd. Vicente Themudo Lessa, Lutero, 3ª ed. São Paulo, Casa Editora Presbiteriana, 1956, p. 30ss.; Albert Greiner, Lutero: Ensaio Biográfico, 2ª ed. São Leopoldo, RS., 1983, p. 25ss). Nas suas 95 Teses (31/10/1517), ele já esboça o seu pensamento a respeito do "valor" das indulgências. No ano seguinte, Lutero publicou "Um Sermão sobre a Indulgência e a Graça", onde ele resume as suas 95 Teses, desenvolvendo a sua crítica às indulgências. (Lutero, Um Sermão sobre a Indulgência e a Graça: In: Obras Selecionadas, São Leopoldo/Porto Alegre, RS. Sinodal/Concórdia, 1989, Vol. 1, p. 31-34). Posteriormente, Lutero escreveu (1520) contra o espírito católico da confissão, mostrando que o pecador arrependido, deve confessar os seus pecados diretamente a Deus, confiante na Sua promessa de perdão: "Desta maneira, a fé nessa promessa é a primeira e a maior coisa que necessita ter a pessoa que quer se confessar, para que não tenha a presunção de provocar Deus à remissão dos pecados através da sua diligência, sua lembrança e suas forças, enquanto que Deus mesmo já se adiantou a ela, prontíssimo a remitir e, através da bondade de sua dulcíssima promessa, a aliciou e provocou a aceitar a remissão e fazer a confissão." (Martinho Lutero, Modo de Confessar-se: In: Obras Selecionadas, São Leopoldo/Porto Alegre, RS. Sinodal/Concórdia, 1989, Vol. 1, § 2, p. 53). A confissão de nossos pecados e o perdão de Deus não implica na necessidade de enumerá-los, já que "a possibilidade de conhecer, e muito mais de confessar, todos os pecados mortais" está muito distante de nós. (§ 8, p. 56-57). O importante é compreendermos, que o perdão não se ampara na confissão, mas sim na misericórdia de Deus; portanto devemos aprender a depositar toda a nossa confiança na Sua misericórdia, sendo esta uma forma de glorificá-Lo (§ 11, p. 61).

Em outro trabalho, Do Cativeiro Babilônico da Igreja, (06/10/1520), Lutero revela o seu maior amadurecimento quanto a este assunto, se distanciando ainda mais da prática católica. Ele resume o seu pensamento com esta frase: "AS INDULGÊNCIAS SÃO MALDADES DOS ADULADORES ROMANOS" (M. Lutero, Do Cativeiro Babilônico da Igreja: Um Prelúdio de Martinho Lutero, In: Obras Selecionadas, São Leopoldo/Porto Alegre, RS. Sinodal/Concórdia, 1989, Vol. II, p. 344). Nós confessamos a Deus os nossos pecados como indicativo de nosso arrependimento, seguindo a ordem bíblica. Deus nos perdoa em Cristo porque Ele assim O promete, amparando-nos nos méritos de Cristo (Vd. Calvino, As Institutas, III.4.4-24).

Aliás, como sublinha Tillich (1886-1965), nos fins da Idade Média o que se tornara evidente, era um sentimento de "ansiedade moral" e "ansiedades da culpa e da condenação" [Paul Tillich, A Coragem de Ser, 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 44 e 45], que fazia com que os fiéis não poupassem esforços no

cio" que eles têm em singular recomendação, colocando-o acima dos demais, é o seguinte: A vergonha pela qual passa quem se confessa é um doloroso castigo, que o fará mais cauteloso no futuro e impedirá a vingança de Deus, visto que o pecador aplica pessoalmente o castigo a si próprio.[97] Como se não confundíssemos o homem com uma vergonha suficientemente grande quando o chamamos a comparecer perante a alta sede celeste e ao juízo de Deus![98] E como pode ser que,

---

sentido de obterem a salvação sonhada e jamais obtida: os recursos eram vários; contudo, todos, ainda que somados, eram insuficientes. "Sob tais condições jamais alguém poderia saber se seria salvo, pois jamais se pode fazer o suficiente; ninguém podia receber doses suficientes do tipo mágico da graça, nem realizar número suficiente de méritos e de obras de acese. Como resultado desse estado de coisas havia muita ansiedade no final da Idade Média." [Paul Tillich, História do Pensamento Cristão, São Paulo, ASTE., 1988, p. 210. Vd. também as páginas seguintes, onde o autor ilustra como esta ansiedade se manifestava e também: Paul Tillich, A Coragem de Ser, p. 45ss. Vd. também:Timothy George, Teologia dos Reformadores, São Paulo, Vida Nova, 1994, p. 25ss.].

Nessa relação: Igreja e pecador penitente, o confessor era o instrumento de ligação entre eles, representando em muitos aspectos o próprio Senhor Jesus Cristo, com poderes para perdoar pecados. O Código do Direito Canônico, (1917) Cânon 870, dizia: "No Confessionário o ministro tem o poder de perdoar todos os crimes cometidos depois do batismo". O seu equivalente no Código do Direito Canônico, (1983) Cânon 959, ainda que de forma atenuante, diz: "No sacramento da penitência, os fiéis que confessam seus pecados ao ministro legítimo, arrependidos e com o propósito de se emendarem, alcançam de Deus, mediante a absolvição dada pelo ministro, o perdão dos pecados cometidos após o batismo, e ao mesmo tempo se reconciliam com a Igreja, à qual ofenderam pelo pecado." (Vd. Código de Direito Canônico, São Paulo, Edições Loyola, 1983).

O Padre Júlio Maria, "interpretando" Mt 16.19, diz: "Estas palavras mostram claramente que Pedro e seus sucessores têm o poder de perdoar todo o pecado, toda a pena ETERNA como TEMPORAL, e tirar todo o OBSTÁCULO que possa impedir os fiéis de gozarem eternamente a Deus." (Padre Júlio Maria, O Christo, o Papa e a Egreja ou Segredos Íntimos do Papado, 3ª ed. rev. e aum. Manhumirim, MG. Editora: O Lutador, 1940, p. 79). Apenas como curiosidade, cito a "Trindade" descrita pelo Padre Júlio na referida obra, à pagina 13:

"O Cristo, o Papa e a Igreja.

"É uma Trindade na UNIDADE: Trindade na natureza... unidade na pessoa.

"O Cristo, o Papa e a Igreja, – é uma única e mesma pessoa: O CRISTO.

"São três naturezas distintas.

"O Cristo é DEUS.

"O Papa é o REPRESENTANTE de Deus.

"A Igreja é a OBRA de Deus."

Para que o penitente pudesse usufruir desses privilégios, percorria previamente uma *via cruxis*, passando esta análise introspectiva pelo julgamento da sua "boa" ou "má" intenção. Analisando esta questão, especialmente a partir de Latrão (1215), Le Goff diz que agora, "o penitente é obrigado a explicar seu pecado em função de sua situação familiar, social, profissional, das circunstâncias e de sua motivação. O confessor deve levar em conta esses parâmetros individuais, e tanto quanto a 'satisfação', isto é, a penitência, deve procurar sobretudo a confissão do pecador, recolher sua contrição. Ele deve de preferência purificar uma pessoa em vez de castigar um erro." [Jacques Le Goff, A Bolsa e a Vida: A Usura na Idade Média, 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1989, p. 12]. Hoornaert também analisa a questão da mudança que a confissão auricular provocou na religiosidade popular, cedendo lugar à uma religião mais "individual", que Le Goff chamaria de "introspectiva". [Vd. Eduardo Hoornaert, et. al., História Geral da Igreja na América Latina, II/1, p. 310-311].

[97] (1536): Lib. IV sentent., dist. 17, c. IV (Pedro Lombardo; Migne 192, 882).

[98] Um problema ligado ao Confessionário era a evidente discriminação que os padres eram tentados a fazer entre os fiéis. Afonso Maria de Ligório (1696-1787), fundador da Congregação dos Redentoristas (1732), no seu *Guia do Confessor para a Direção Espiritual dos Homens do Campo*, referindo-se aos confessores, constatou que: "Há os que reservam sua caridade às pessoas distintas ou às almas devotas; mas se são abordados por um pobre pecador, ou não o escutam, ou o fazem de má vontade, e enfim o dispensam injuriosamente". [Afonso de Ligório, *Guide du Confesseur pour la Direction des Gens des Campagnes*, em Oeuvres complètes, t. 27 (Oeuvres morales, t. 3), Paris, 1842, p. 492. Apud Jean Delumeau, A Confissão e

por causa da vergonha de um homem nós deixamos de pecar, sendo que não temos vergonha nenhuma quando temos Deus testemunhando a nossa má consciência! Pelo que se vê, os seus próprios dizeres são falsos. Porque o que ocorre comumente a olhos vistos é que os homens vão se endurecendo tanto em sua licença para a prática do mal, não por outra coisa, senão pelo fato de que, ao fazerem a sua confissão ao sacerdote, acham que podem morder os beiços[99] e dizer que não fizeram nada. E não somente esse processo endurece mais os homens, levando-os a pecar mais ao longo dos meses, mas, não se preocupando em confessar-se no resto do ano nem suspirando por Deus, não voltam mais a examinar-se a si mesmos, e vão juntando pecado e mais pecado, até que, quando lhes parece bem, despejam todos juntos de uma vez. Ora, quando os despejam, acham que ficam aliviados do seu fardo, evitando com isso o juízo de Deus, o qual eles deram ao sacerdote e para ele transferiram. E assim eles imaginam que Deus esqueceu o que eles deram a conhecer ao sacerdote.

Por outro lado, quem é que vê de bom ânimo aproximar-se o dia da sua confissão? Quem é que vai confessar-se de boa vontade e de bom grado? O que acontece não é mais como se a pessoa fosse arrastada pelo colarinho para a

o Perdão, p. 17. No Brasil, Hoornaert diz que o "sacramento da confissão" foi "desmoralizado" e "domesticado". (Vd. Eduardo Hoornaert, et. al., História Geral da Igreja na América Latina, II/1, p. 310-312).

Há evidências posteriores, de que a prática da confissão anual passou a ser cada vez mais dolorosa para os fiéis, da qual eles procuram se desincumbir da melhor maneira possível[Cf. François Lebrun: As Reformas: Devoções Comunitárias e Piedade Pessoal: In: Philippe Ariès & Roger Chartier, orgs. História da Vida Privada: Da Renascença ao Século das Luzes, São Paulo, Companhia das Letras, 1991, Vol. III, p. 82.], sendo a vergonha "o mais comum dos obstáculos" [Cf. lê-se nas Conferências Eclesiásticas da diocese de Amiens sobre a penitência (1695), p. 146, bem como admite este problema o Catecismo do Concílio de Trento e o padre Lejeune no século XVII. (Vd. Jean Delumeau, A Confissão e o Perdão, p. 19ss)]. Christophe Sauvageon, vigário-prior da paróquia de Sennely, na Sologne, faz uma descrição desalentadora da prática da confissão por volta do ano 1700:

"Nessa paróquia há um deplorável costume inveterado de apresentar-se à confissão sem nenhum preparativo. A pessoa se aproxima sem ter feito nenhum exame de consciência; lança-se, precipita-se no confessionário, quase se bate para ser dos primeiros a entrar, e, quando está aos pés do padre, só faz o sinal da cruz se é advertida, quase nunca se lembra da ocasião em que se confessou pela última vez, em geral não cumpriu a última penitência, não fez nada, não se acusa de nada, ri, fala de sua miséria e de sua pobreza, desculpa-se defende a sua causa quando o padre censura algum pecado que presenciou, culpa o próximo, acusa todo mundo e se justifica; em suma, faz tudo no confessionário, menos o que deve fazer, que é declarar todos os seus pecados com dor e sinceridade; ali defende o mal como bem, esconde as próprias faltas, relata baixinho e entredentes os grandes pecados com medo de que o padre escute, quer dizer, procura enganar-se a si mesma querendo enganá-lo; e com certeza há pouquíssimas confissões boas, sobretudo por parte daqueles cuja vida não é cristã nem regular". [Apud François Lebrun, As Reformas: Devoções Comunitárias e Piedade Pessoal: In: Philippe Ariès & Roger Chartier, orgs. História da Vida Privada: Da Renascença ao Século das Luzes, Vol. III, p. 81].

Ao que parece a prática da confissão, se é que pode ser generalizada, estava mais próxima de um costume aprendido, sem que o confessante se sentisse à vontade em fazê-lo e, de uma forma ou de outra, procurava passar aqueles momentos dolorosos, conversando amenidades, emitindo opiniões sem a devida reflexão e, quando fosse o caso, defendendo suas convicções, racionalizando os seus pecados, etc.

Delumeau, que segue a tese da "vergonha" dos fiéis como sendo o problema do confessionário; conclui: "Tão grandes são a humilhação e a vergonha inerentes ao ato de confessar que a Igreja católica viu neste a expiação principal da falta e, na maioria das vezes, deu a absolvição imediatamente após essa 'confissão'." [Jean Delumeau, A Confissão e o Perdão, p. 21].

[99] Literalmente: *esfregar a boca*. Nota do tradutor.

prisão, indo lá a contragosto e à força? (Exceto, possivelmente, aqueles sacerdotes que se divertem alegremente contando os seus feitos uns aos outros e fazendo anedotas e brincadeiras [sobre os confessandos].) Não ocuparei muito papel para citar as horríveis abominações das quais está repleta a confissão auricular[a]. Só digo o seguinte: Se o santo homem Nectarius (de quem falamos acima) não agiu inconsideradamente quando eliminou essa confissão em sua igreja, ou melhor, quando a aboliu completamente da memória, movido por um só rumor de prática imoral, hoje somos alertados para que façamos o mesmo por incontáveis atos de mascarada, devassidão, adultério e incesto decorrentes da prática da confissão auricular.

Discussão sobre o poder das chaves, fundamental para os doutores "confessionários"

Agora é necessário examinar o poder das chaves[a], no qual os "confessionários" colocam toda a força do seu reinado.[100] Pois então, dizem eles, as chaves teriam sido dadas sem motivo? Sem motivo teria sido dito: "O que desligares na terra terá sido desligado nos céus"? Tornaremos frustrante a palavra de Cristo?

Respondo que houve bem grande motivo para terem sido dadas as chaves. Devemos notar que há duas passagens nas quais o Senhor testifica que o que os Seus tiverem ligado ou desligado na terra, será ligado ou desligado no céu[b]. Essas duas passagens, conquanto tenham sentidos diferentes, ineptamente[c] são confundidas pela ignorância desses broncos[101] (como costumeiramente fazem em todas as coisas). Uma está em João,[102] onde Cristo, ao enviar os Seus apóstolos para o exercício do ministério da pregação, soprou sobre eles e disse: "Recebei o Espírito Santo. Se de alguns perdoardes os pecados, são-lhes perdoados; se lhos retiverdes, são retidos". As chaves do reino dos céus, anteriormente prometidas ao apóstolo Pedro,[103] agora são confiadas aos demais apóstolos; e não lhe tinha

---

a. Sumário de Farel: "Quem saberá contar ou enumerar a grande multidão de almas que, seduzidas por essa [forma de] confissão, foram lançadas ao inferno? Quantas pobres mulheres postas no caminho do mal!" etc.

a. Farel, desde o cap. XVII do *Sumário* (1525), fala "das chaves do reino dos céus". "É a ciência de Deus, a Palavra de Deus, o santo Evangelho, as pastagens das almas. Tais bênçãos o homem não pode dar nem delegar a outrem... Quem crê verdadeiramente, para este o céu está aberto: ele é desligado", etc.

Bucer trata de maneira muito diferente do tema das chaves em sua *Exposição do Evangelho Segundo Mateus* (1536, trad. francesa, 1540, p. 428). Diz ele: "As chaves significam o poder soberano exercido na igreja, e o ofício pastoral; a parte principal consiste em perdoar os pecados e ministrar a comunhão de Cristo, reter os pecados e vetar a referida comunhão. Como igualmente o primeiro e principal poder público é conceder os direitos de cidadania ou vetá-los.

b. *Instrução* de 1537. Sobre os pastores da igreja e seu poder: "Eles são supridos de um mandamento notável: para que liguem e desliguem, tendo em acréscimo a promessa de que, seja o que for que eles ligarem ou desligarem na terra, será ligado ou desligado no céu (Mt 16.19)".

c. insulse et inscite.

100 Pedro Lombardo, sentent. IV, distinct. 18, 19; Tomás de Aquino, Summa, III, suppl. Q., 17-24.

101 No original: *porcos*. Nota do tradutor.

102 Jo 20.22,23.

103 Mt 16.19.

sido prometido nada que não receba aqui igualmente com todos os outros. A Pedro tinha sido dito: “Dar-te-ei as chaves do reino dos céus”. Aqui é dito a todos eles que preguem o Evangelho; o que significa abrir a porta do reino celestial para os que buscarem acesso ao Pai mediante Cristo, e fechá-la e obstruí-la para os que não seguirem esse caminho. A Pedro tinha sido dito: “O que ligares na terra terá sido ligado nos céus; e o que desligares na terra terá sido desligado nos céus”. Aqui é dito a todos em comum: “Se de alguns perdoardes os pecados,são-lhes perdoados; se lhos retiverdes, são retidos”. Portanto, ligar é reter os pecados; desligar é perdoá-los. E, certamente, pela remissão dos pecados as consciências são libertadas de verdadeiros grilhões*[d]; e, por outro lado, pela retenção elas são encarceradas rigorosamente.

Apresentarei uma interpretação dessa passagem que não é muito sutil, nem imposta com violência ao texto, nem forçada, mas simples, verdadeira e adequada. Esse mandamento referente a perdoar e reter os pecados, e a promessa feita ao apóstolo Pedro, quanto a ligar e desligar, não devem ser relacionados com outro fim que não o ministério da Palavra, o qual o Senhor, ordenando aos Seus apóstolos, paralelamente lhes confiou o ofício de ligar ou desligar. Porque, qual é a essência do Evangelho, senão que, todos nós, sendo escravos do pecado e da morte, somos libertados pela redenção que há em Cristo Jesus? E, ao contrário, não é verdade que os que não reconhecerem e não receberem a Cristo como o seu Libertador e Redentor serão condenados à prisão eterna? O nosso Senhor confiou aos Seus apóstolos esta embaixada para ser levada a todas as nações da terra. E para mostrar que é Sua, que é procedente dele e ordenada por Ele, honrou-a com este nobre testemunho. E o fez para singular consolo e fortaleza, tanto dos apóstolos como dos seus ouvintes, aos quais esta embaixada deveria ser levada.

Autenticação da mensagem

Certamente convinha que os apóstolos tivessem uma grande e firme segurança em sua pregação. Sim, pois, esse trabalho eles teriam não somente que empreender e executar com inúmeros labores, solicitudes, lutas e perigos, mas, finalmente, haveriam de assinar e selar com o seu próprio sangue. Esse é um motivo pelo qual era preciso que eles tivessem essa certeza e que a pregação não fosse vã e fútil, mas cheia de vigor e de poder. E era necessário que, nos perigos, dificuldades e angústias que enfrentavam, fossem certificados de que realizavam a obra[a] de Deus. Assim, ainda que todo o mundo fosse contra eles e lhes resistisse, sabiam que Deus era por eles e que, não tendo mais presente fisicamente com eles o Autor[b] da doutrina que pregavam, Cristo, estivessem apercebidos de que Ele está no céu para confirmar a sua veracidade.

---

d. compedibus.

a. negotium.

b. 1541 diz: langueur; mas é necessário ler: o autor; porque 1536 diz: auctorem.

Por outro lado, era necessário testificar aos ouvintes que a doutrina que pregavam não era palavra dos apóstolos, mas do próprio Deus, não uma voz nascida da terra, mas procedente do céu. Porque coisas como a remissão e o perdão dos pecados, a promessa da vida eterna e a mensagem de salvação não podem ficar em poder do homem. Por isso mesmo Cristo testificou que na pregação evangélica não há nada que seja dos apóstolos, exceto o ministério; que é Ele[c] próprio que fala e promete tudo, usando a boca deles como instrumento; que a remissão dos pecados, anunciada por eles, é verdadeira promessa de Deus; e que a condenação, declarada por eles, é o certo e inegável juízo de Deus.

Ora, esse testemunho e atestado foi dado para todos os tempos e permanece firme, para fazer com que todos nós estejamos certos e seguros de que a Palavra do Evangelho, com base na qual a pregação é feita, é a própria sentença de Deus, publicada do Seu trono, escrita no livro da vida, transcrita, ratificada e autenticada no céu. Entendemos, pois, que o poder das chaves é simplesmente a pregação do Evangelho; e que não é bem um poder, mas sim um ministério, considerando a questão em relação aos homens[a]. Porque esse poder Cristo não deu propriamente aos homens, mas à Sua Palavra, da qual Ele fez os homens ministros[b].[104] A outra passagem, que dissemos que deve ser entendida noutro sentido, está em Mateus, onde se diz: Se alguém se recusar a ouvir a igreja, "considera-o como gentio e publicano. Em verdade vos digo que tudo o que ligardes na terra terá sido ligado nos céus, e tudo o que desligardes na terra terá sido desligado nos céus".[105] Todavia, não façamos as duas passagens tão diferentes que não haja grande afinidade e semelhança entre elas. Primeiro, uma semelhança é que ambas são declarações gerais e que o poder de desligar é um só, qual seja, o poder que se manifesta pela Palavra de Deus; o mandamento referente a ligar e a desligar é o mesmo e a promessa é a mesma. Mas são diferentes nisto: A primeira passagem refere-se especialmente à pregação, para a qual são ordenados os ministros da Palavra; a segunda deve ser entendida no sentido da aplicação da disciplina da excomunhão,

---

c. se esse.

a. *Sumário* de Farel, cap. XXXV: "Quando os verdadeiros pastores simplesmente evangelizam, Deus fala neles com tão grande poder que os que crêem têm a vida eterna, e os incrédulos são confundidos".

b. *Instrução* de 1537: "Esse poder, que na Escritura é atribuído aos pastores, limita-se exclusivamente ao ministério da Palavra e neste consiste; porque Cristo não deu esse poder propriamente aos homens, mas à Sua Palavra, da qual Ele faz os homens ministros".

[104] "Ministros são aqueles que colocam seus serviços à disposição de Cristo, para que alguém possa crer nele. Além do mais, eles não possuem nada propriamente seu do quê se orgulhar, visto que também não realizam nada propriamente seu, e não possuem virtude para excelência alguma exceto pelo dom de Deus, e cada um segundo sua própria medida; o que revela que tudo quanto um indivíduo venha a possuir, sua fonte se acha em outrem. Finalmente, ele os mantém todos juntos como por um vínculo comum, visto que tinham necessidade do auxílio mútuo." [J. Calvino, Exposição de 1 Coríntios, São Paulo, Paracletos, 1996, (1Co 3.5), p. 102-103]. Comentando sobre a necessidade do bispo ser apegado à Palavra fiel, Calvino diz: "Este é o principal dote do bispo que é eleito especificamente para o magistério sagrado, porquanto a Igreja não pode ser governada senão pela Palavra". [João Calvino, As Pastorais, São Paulo, Paracletos, 1997, (Tt 1.9), p. 313]. Por outro lado, observem a responsabilidade: Deus Se dignou em nos consagrar a Si mesmo "as bocas e línguas dos homens, para que neles faça ressoar Sua própria voz". [João Calvino, As Institutas, IV.1.5].

[105] Mt 18.17,18.

para a qual a igreja foi autorizada[c]. Ora, a igreja liga aquele que ela excomunga; não que o lance à ruína e ao desespero perpétuos, mas sim que condena a sua vida e os seus costumes, e já o adverte da sua condenação, caso não retorne ao caminho certo [Tenho dúvida quanto ao texto entre colchetes que se segue. Se não for de Calvino, sugiro a sua eliminação] [pelo que, melhor que falar em excomunhão será falar em exclusão do rol de comungantes, sem enfraquecer, porém, o peso da disciplina e a gravidade da advertência]. E a igreja desliga aquele que ela recebe à sua comunhão, porquanto o torna participante da unidade que há em Jesus Cristo.

Então, para que ninguém denigre o julgamento feito pela igreja e considere coisa de somenos ser condenado pela sentença dos crentes, o Senhor testifica que esse julgamento não é outra coisa que a publicação da Sua sentença, e que tudo o que eles fizerem na terra será feito no céu. Porque eles têm a Palavra de Deus, pela qual condenam os maus e perversos, e usam a mesma Palavra para receber à graça os que se corrigem; e não podem discordar do juízo de Deus, visto que julgam por Sua Lei, a qual não é simples opinião incerta e terrena, mas é a Sua santa vontade e o Oráculo celestial[a]. Acresce que Ele não os descreve como umas poucas[b] ovelhas tosquiadas e raspadas[c], mas como o grêmio do povo crente, congregado em Seu Nome. E não se deve dar ouvidos aos escarnecedores que argumentam desta forma: Como se poderia ter em conta a igreja, se ela está espalhada por todo o mundo[d]? Pois Cristo mostra de maneira bastante evidente, na seqüência do texto, que ele fala de toda congregação cristã, segundo as igrejas possam estabelecer-se em cada lugar ou província[e], dizendo: "Porque, onde estiverem dois ou três reunidos em meu nome, ali estou no meio deles".

Com base nessas duas passagens, que parece que expliquei de maneira resumida e simples, aqueles elementos furiosos, sem nenhuma discrição, segundo os seus impulsos frenéticos, esforçam-se para aprovar, ora a sua confissão, ora as suas sentenças de excomunhão, ora as suas decisões pela autoridade da sua respectiva jurisdição, ora o poder ou autoridade para impor leis, ora as suas indulgências. Que acontecerá, porém, se, com um só golpe eu cortar pela raiz todas essas exigências e essas pretensões, negando que os seus sacerdotes são vigários e sucessores dos apóstolos? Mas esse ponto será tratado noutro lugar[f]. Consideremos agora que eles, querendo munir-se bem, fazem as suas tramas e maquinações que, na verdade, fazem ruir as suas fortalezas. Porque Cristo não outorgou aos Seus apóstolos o poder de prender e soltar sem antes derramar sobre eles o Espírito Santo. Portanto, afirmo que o poder das chaves só é dado a quem recebeu o

c. Ver acima, p. 136; e a *Instrução* de 1537, Sobre a Excomunhão.

a. *Instrução* de 1537: Sobre os Pastores: "Que eles ousem fazer com coragem todas as coisas pela Palavra de Deus, da qual são constituídos despenseiros; que constranjam todo e qualquer poder, glória e nobreza do mundo a dar lugar à obediência à majestade da Palavra", etc.

b. pauculus.

c. 1536 acrescenta: linigeros.

d. A igreja invisível.

e. As igrejas visíveis

f. Cap. XIII: sobre as ordens eclesiásticas.

Espírito Santo. E nego que qualquer pessoa possa usar as chaves, mas afirmo que o governo e a direção procedem[g] do Espírito Santo, e que é Ele que ensina o que se deve fazer. Pois não é que eles se gabam de que têm o Espírito Santo?! Mas pelos seus feitos o negam. E não é por acaso que imaginam que o Espírito Santo é algo vão e nulo, como eles querem fazer acreditar, sendo que lhes falta a fé propriamente dita. Por essas maquinações eles se destroem. Porque, quanto aos que se orgulham de que têm a chave, sempre podemos interrogar: E, terão eles o Espírito Santo, que é o Árbitro[h] ou o que tem o controle das chaves e que é o seu Moderador? Se respondem que têm, é preciso tornar a perguntar se eles acham que o Espírito Santo pode falhar. Isso eles não se atrevem a afirmar abertamente, mas o fazem veladamente.[a]

Uma importante conclusão

É, pois, necessário concluir que de forma alguma os sacerdotes têm o poder das chaves. E eles, temerariamente e sem discernimento, ligam os que o Senhor quer ver desligados, e desligam os que o Senhor quer ver ligados. Quando eles são persuadidos pela experiência evidente de que ligam e desligam indiferentemente os dignos e os indignos, arrogam-se poder sem conhecimento.[106] E embora não ousem negar que o conhecimento requer bom uso, ensinam que o poder é igualmente dado aos maus despenseiros[b]. Mas, como esse poder é descrito com estas palavras: "O que terás ligado ou desligado na terra será ligado ou desligado nos céus", ou a promessa de Cristo é necessariamente uma mentira, ou aqueles que de fato foram revestidos desse poder necessariamente ligam e desligam como devem. E não adianta eles tergiversarem ou virem com rodeios, dizendo que a promessa de Cristo é limitada conforme os méritos daquele que é ligado ou absolvido. Certamente nós, de nossa parte, confessamos e declaramos que só pode ser ligado ou absolvido aquele que disso é digno ou que o merece.

A Palavra de Deus: o grande medidor

Mas os mensageiros do Evangelho e a igreja contam com a Palavra para medir e avaliar essa dignidade ou merecimento. Com base na Palavra de Deus, os mensageiros evangélicos podem prometer a todos a remissão dos pecados em Cristo pela fé, e podem declarar[c] a sentença de condenação a todos e sobre todos os que não abraçarem a Cristo. Com base na Palavra de Deus, a igreja declara que os libertinos, os adúlteros, os ladrões, os avarentos e os ímpios não terão parte no

g. praeunte (quer dizer: precede).
h. arbiter.
a. oblique.
b. Cf. *Sumário* de Farel, cap. XXXIII, Sobre os Falsos Pastores: "...vêm sob a capa de ovelhas, e por dentro são lobos roubadores; os quais, conquanto pareçam e digam servir a Deus, todavia só servem ao seu ventre", etc.
c. Edicere.
[106] Pedro Lombardo, sentent. IV, distinct. 19, 1.

reino de Deus, e os aperta com os mais fortes laços. Com base na mesma Palavra, a igreja desliga aqueles que, retornando ao bom caminho pelo arrependimento[d], ela mesma consola e fortalece. Mas, que poder será esse, de saber a quem ligar e a quem não desligar, uma vez que não se pode ligar nem desligar sem o saber? Então, por que dizem eles que dão a absolvição por autoridade a eles outorgada, se a solução é incerta? De que serve esse poder imaginário cujo uso é nulo?[107] Porquanto eu já verifiquei que esse poder, ou é totalmente nulo, ou é tão incerto que deve ser considerado nulo. Pois eles mesmos confessam que, em sua grande maioria, os sacerdotes não usam as chaves corretamente; e assim, por outro lado, se o poder das chaves, sem o seu uso correto, não tem eficácia, como vou acreditar que aquele que me absolveu é um bom despenseiro das chaves? E se ele é um mau despenseiro, que é que ele tem para oferecer, senão esta absolvição frívola e fútil: Não sei se te devo ligar ou desligar, pois o uso que faço das chaves é nulo; mas, se tu tens os devidos méritos, eu te absolvo. E isso eu não diria que é coisa de leigos, porque isso os deixaria demasiado irritados, mas que é coisa de turco ou pagão, ou do Diabo. Porque aquilo equivale a dizer: "Não tenho a Palavra de Deus, que é a regra certa para ligar ou desligar; porém me foi dada a autoridade para te absolver, se é o que mereces". Vemos, pois, para onde eles vão, estando determinados em sua crença em que as chaves constituem a autoridade para discernir e o poder para executar, e que o conhecimento intervém como conselheiro, para que se faça bom uso da autoridade e do poder. Quer dizer, o desequilíbrio e a liberdade licenciosa voltaram a imperar sem Deus e sem a Sua Palavra.

Potentados ou ministros?

No tocante ao fato de que eles se apropriam das chaves, apoderando-se tanto das portas como das fechaduras, para fazê-las servir ora à sua autoridade nas respectivas jurisdições, ora às suas confissões, ora a seus decretos, ora a seus atos de excomunhão, direi resumidamente o que é isso. No mandamento pelo qual Cristo ordena a Seus discípulos, no Evangelho Segundo João[108] que perdoem ou retenham os pecados, Ele não os constitui legisladores, oficiais e datários,[109] muito menos copistas e monges mendicantes,[110] mas sim, tendo-os constituídos ministros da Palavra, honra-os com um testemunho muito especial. Em Mateus,[111] quando Cristo outorga à Sua igreja o poder de ligar e desligar, Ele não ordena que, pela autoridade de algum "reverendo" mitrado com mitra de duas pontas, tipo chifre, e com velas extintas e sinos ressonantes, seja excomungada e sobrecarregada

d. resipiscentes.
[107] Op. cit., dist. 19, 2-5.
[108] Jo 20.22,23.
[109] Oficiais do Vaticano pertencentes à *dataria*: Repartição na qual são expedidos os negócios do papa que não passam pelo Consistório. Nota do tradutor.
[110] *Porteurs de Rogatons*. Monges que pediam esmolas portando relíquias e concedendo indulgências.Nota do tradutor.
[111] Mt 16.18,19.

a pobre gente incapaz de satisfazer os seus credores. O que Ele quer é que, pela disciplina da excomunhão [ou do corte do rol dos comungantes], a perversidade dos maus seja corrigida, e isso com base na autoridade da Sua Palavra e no ministério da Sua igreja.

Ademais, esses fulanos que, em seu furor, imaginam que as chaves da igreja são a dispensação dos méritos de Jesus Cristo e dos mártires que o papa distribui por suas bulas e indulgências, precisam mais de remédio para curar o seu cérebro que de argumentos para serem persuadidos[a]. E não dá muito trabalho refutar diligentemente as indulgências, as quais, abaladas por muitos ataques sofridos, começam a cair sozinhas e a desfalecer[a]. Certamente, o fato de que elas foram mantidas e preservadas por tão longo tempo, e também com tão grande grande licença e intemperança, dá-nos a conhecer em que trevas e erros os homens ficaram sepultados por não poucos anos. Eles se viam zombar e enganar abertamente pelo papa[b] e pelos seus coletores de esmolas – os monges mendicantes. Eles viam que se fazia comércio com a salvação das suas almas; que a compra do paraíso era taxada[c] e cobrada por alguns denários, ou seja, por alguns tostões; que nada se dava gratuitamente; que com esse pretexto eram tiradas as suas ofertas ou oblações, e esses valores eram depois perversamente gastos em práticas dissolutas, mascaradas e glutonaria; que os que mais fortemente recomendavam as indulgências eram os piores contendores contra elas quando sentiam ferido o seu interesse; que essa monstruosidade aumentava cada vez mais e mais furiosamente se elevava; que cada dia se trazia novo prumo (de chumbo) para com isso tirar mais dinheiro (nova prata). Todavia, recebiam as indulgências com grandes honras, adoravam-nas e as compravam. E os que enxergavam as coisas com mais clareza, ainda achavam que essas fraudes eram salutares, pois com elas os homens podiam ser iludidos mediante algum benefício. Por fim, agora que o mundo está um pouco mais sábio, as indulgências foram-se esfriando e se enregelando, até se desvanecerem de todo. Mas, apesar de muitos conhecerem o múltiplo e pecaminoso tráfico, as mentiras, os roubos, a rapacidade, todos esses males praticados até agora pelos fabricantes e traficantes de indulgências, eles não viam a fonte de impiedade que há nisso. Portanto, é útil mostrar aqui, não somente o que são as indulgências, mas também como os seus praticantes as utilizam, tomando-as, porém, em sua própria e melhor natureza, sem fazer pesar nenhuma qualidade ou vício acidental.

---

a. Cf. Alex. De Hales, *Summa*, qæst. 23, art. 2, 5; Tomás de Aquino, *Summa, supplem*., quæst. 25, c. 28.

a. O Concílio de Trento regulamentaria a questão das Indulgências em sua sexta sessão (de justific., c. 16 et can. 10), e na décima quarta (de pœnit., c. 8).

b. Foi sob o pontificado de Leão X (1513-1521) que Lutero tinha afixado, em 1517, as suas teses contra as indulgências.

c. As "*taxas* da chancelaria romana" foram publicadas diversas vezes, depois do século XVI.

Cotejo contrastante: indulgências versus Evangelho[112]

Pois bem, para descrevê-las sem faltar à verdade, dizemos que essa prática é uma contaminação corruptora do sangue de Cristo e uma falsidade arquitetada pelo Diabo para afastar o povo cristão da graça de Deus e da vida que é Cristo, e para desviá-lo do caminho da salvação. Sim, pois, como o sangue de Cristo poderia ser mais vil e sordidamente corrompido e desonrado que por negar que ele é suficiente para a remissão dos pecados, a reconciliação [com Deus] e a satisfação [da Sua justiça]? A menos que o mal desse lado seja superado pelo do outro. A Lei e todos os Profetas (diz o apóstolo Pedro)[113] "dão testemunho de que em Cristo se recebe a remissão dos pecados"; já as indulgências pretendiam outorgar a remissão dos pecados por meio dos apóstolos Pedro e Paulo e de outros mártires. "O sangue de Jesus Cristo nos purifica dos pecados", diz o apóstolo João;[114] já as indulgências fazem do sangue dos mártires a ablução, ou seja, a oferta, purificadora dos pecados. Cristo (diz o apóstolo Paulo),[115] "que não conheceu pecado, ele o fez pecado por nós", isto é, satisfação da justiça pelo pecado; "para que, nele, fôssemos feitos justiça de Deus"; as indulgências baseiam a satisfação da justiça no sangue dos mártires. O apóstolo Paulo proclamou, testificando aos coríntios,[116] que "um só Cristo foi crucificado e morto por eles"; as indulgências declaram determinantemente que foram Paulo e os demais que morreram por nós. Noutra passagem o mesmo apóstolo declara que Deus em Cristo comprou a igreja "com o seu próprio sangue" [At 20.28]; as indulgências colocam outro

---

[112] A prática das "Indulgências" é bem antiga na Igreja romana; ninguém sabe ao certo quando teve o seu início. Há quem sugira que começou com os papas Pascoal I (817-824) e João VIII (872-882). (Cf. H.H. Halley, Manual Bíblico, 2ª ed. São Paulo, Vida Nova, 1971, p. 698); outros, encontram o seu fundamento histórico em Cipriano, bispo de Cartago (248-258) (Epístolas, XVI, XXI, XXII, In: The Ante-Nicene Fathers, Alexander Roberts & James Donaldson, Buffalo, The Christian Literature Company, 1886, Vol. V, p. 296, 299-301). (Cf. Paul F. Palmer, Indulgence: In: Encyclopaedia Britannica, Vol. 12, (1962), p. 281); outros ainda, pensam que se originou no sul da França, por volta de 1016 (Cf. W. Walker, História da Igreja Cristã, São Paulo, ASTE, 1967, Vol. I, p. 349). Schaff, diz que "até cerca de 1150, a estrutura sacramental (da indulgência) não estava completamente desenvolvida". (D.S. Schaff, Nossa Crença e a de Nossos Pais, 2ª ed. São Paulo, Imprensa Metodista, 1964, p. 329). Seja como for, o certo é que com o passar dos anos esta prática foi sendo ampliada, e o perdão concedido, foi se tornando cada vez mais exaustivo. Em novembro de 1095, pela primeira vez, foi prometida a indulgência plenária, pelo papa Urbano II (1088-1099), no Sínodo de Clermont na França, a todos aqueles que participassem por pura devoção da Primeira Cruzada em Jerusalém. (Council of Clermont, Mansi, Concilia, xx, 816). Tornando-se a partir daí esta prática comum. (Vd. Loraine Boettner, Catolicismo Romano, São Paulo, Imprensa Batista Regular, 1985, p. 14, 213-215; Paul F. Palmer, Indulgence: In: Encyclopaedia Britannica, Vol. 12, (1962), p. 281; K.S. Latourette, Historia del Cristianismo, I, p. 491, 624-625; Donald G. Davis, Indulgencia: In: Everett F. Harrison, ed. Diccionario de Teologia, Grand Rapids, Michigan, T.E.L.L., 1985, p. 281; W. Walker, História da Igreja Cristã, I, p. 349). Este sínodo realizado ao ar livre, teve um apelo entusiástico do papa: "Cristãos da Europa, uni-vos! Tomai da cruz e da espada, e ide reconquistar a Terra Santa, que se acha nas mãos dos turcos e maometanos". (Cf. Vamberto Morais, Pequena História do Anti-Semitismo, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972, p. 168-169). Os judeus odiaram tanto este concílio que substituíram o nome de Clermont (Monte Claro), por Har Ophel (Monte das Trevas).

[113] At 10.43 [tradução direta].

[114] 1Jo 1.7 [tradução direta].

[115] 2Co 5.21.

[116] 1Co 1 [tradução direta].

preço, que teria sido pago para a aquisição da igreja – o sangue dos mártires. Diz o apóstolo[117] que Cristo, "com uma única oferta, aperfeiçoou para sempre quantos estão sendo santificados" ou, na versão do Autor ou por ele utilizada: Cristo "aperfeiçoou eternamente, com uma só oferta (oblação) os que ele santificou"; as indulgências o contradizem, afirmando que a santificação realizada por Cristo, que, na mente daqueles mestres, seria insuficiente, é perfeita ou completa no sangue dos mártires. O apóstolo João declara que todos os santos "lavaram as suas vestiduras e as alvejaram no sangue do Cordeiro;[118] as indulgências nos ensinam a lavar as nossas vestes no sangue dos santos.

Certamente, sendo fato que toda a doutrina dos tais doutores foi costurada e entretecida com horríveis blasfêmias e sacrilégios, essa blasfêmia é mais ultrajante que todas as outras. Ocorre ainda que eles não podem deixar de reconhecer como inevitáveis conclusões dos seus ensinos que os mártires, por sua morte como tais, receberam de Deus mais méritos do que precisavam para si; e que, tendo tal abundância de méritos, podem transferir uma parte deles para outros; e daí, para que esse benefício não fosse inutilizado e perdido, o seu sangue é misturado com o de Cristo e, assim, juntando-se o sangue de todos com o de Cristo, acumulou-se o tesouro da igreja, com recursos suficientes para a remissão dos pecados e a satisfação da justiça de Deus; e que dessa maneira se deve entender o que diz o apóstolo Paulo:[119] "Preencho o que resta das aflições de Cristo, na minha carne, a favor do seu corpo, que é a igreja". O que outra coisa não significa senão deixar o nome para Cristo, e fazendo todo o resto um santo[a] pequenino e vulgar, que a duras penas pode ser conhecido na multidão dos outros? Mas o que é certo e próprio é que somente Cristo seja pregado, demonstrado, mencionado, observado, quando é questão de obter a remissão dos pecados, a purificação e a satisfação da justiça divina.

Argumentos fracos; respostas tremendamente fortes

Consideremos, porém, os seus argumentos. A fim de que o sangue dos mártires não tenha sido derramado inutilmente (dizem eles), que seja comunicado ou propagado para o bem comum da igreja. Como assim? Já não é utilidade suficientemente grande terem eles glorificado a Deus por sua morte? Terem endossado a verdade de Deus com o seu sangue? Terem testificado com seu desprezo pela presente vida que buscavam outra melhor? Terem, por sua constância, confirmado a fé proclamada pela igreja e posto a correr a obstinação dos inimigos?

Mas o que digo é a pura verdade: Eles não reconhecem nenhum proveito se Cristo é o único Propiciador, se somente Ele morreu por nossos pecados, se Ele foi e é a única oferta feita para a nossa redenção. Ora, quão maliciosamente eles

[117] Hb 10.14.
[118] Ap 7.14.
[119] Cl 1.24.
a. sanctulum.

pervertem a passagem na qual o apóstolo disse que preencheu em seu corpo o que faltava dos sofrimentos de Cristo! Porque, quando fala do que faltava ser suprido ou preenchido, Paulo não se refere à virtude e poder da redenção, da purificação ou da satisfação, mas sim às aflições nas quais convém que os membros de Cristo, a saber, os crentes, sejam exercitados, enquanto estiverem nesta carne. Portanto, isto ele afirma que resta das aflições de Cristo: que, tendo Ele sofrido uma vez em Si mesmo, sofre todos os dias em Seus membros. Porque Cristo nos honra tanto que considera e declara Suas as nossas aflições. E o que o apóstolo Paulo acrescenta, que sofre "pela igreja", o sentido não é que sofre pela redenção, reconciliação ou satisfação da igreja, mas pela edificação e pelo crescimento desta. Como ele diz noutra passagem: "tudo suporto por causa dos eleitos, para que também eles obtenham a salvação que está em Cristo Jesus, com eterna glória.[120] E como escreve aos coríntios, que "para o consolo e a salvação deles ele suporta voluntariamente as tribulações que traz sobre si".[121] Entretanto, não achamos que o apóstolo tenha pensado que falta alguma coisa às aflições de Cristo no que se refere ao cumprimento de toda a justiça, à consumação da salvação e à comunicação da verdadeira vida; ou que tenha querido acrescentar alguma coisa. Nada disso, pois ele testifica com muita clareza e de maneira magnífica que a plenitude da graça foi propagada com tal largueza que sobrepujou toda a abundância de pecado. Unicamente por esta graça são salvos todos os santos; não pelos méritos da vida deles, ou da sua morte, como se vê pelo evidente testemunho dado pelo apóstolo Pedro a respeito deste assunto.[122] De tal maneira que faz injúria a Deus e a Seu Cristo aquele que constitui a dignidade de qualquer santo fundamentando-a noutra coisa que não a misericórdia de Deus.

Mas, por que me detive tão longamente, como se estivesse tratando de uma coisa duvidosa? Pois que o só pôr à mostra tais monstros já é derrotá-los! Finalmente, mesmo que atenuemos a gravidade dessas abominações, quem foi que ensinou o papa a encerrar a graça de Jesus Cristo em chumbo e pergaminho [isto é, em documento selado e lacrado] – a maravilhosa graça que o Senhor quis que fosse distribuída mediante a Palavra do Evangelho?! Indubitavelmente, temos que nos decidir por uma coisa ou outra: ou a Palavra de Deus é mentirosa, ou as indulgências são mentirosas.[123] Porquanto Cristo nos é oferecido no Evangelho com toda a afluência de bens e benefícios celestiais, com todos os Seus méritos, com toda a Sua justiça, sabedoria e graça, sem nenhuma exceção.[124]

---

[120] 2 Tm 2.10.

[121] 2 Co 1.6 [tradução direta].

[122] At 15.11.

[123] "Deus nos deu sua Palavra na qual, quando fincamos bem as raízes, permanecemos inamovíveis; os homens, porém, fazendo uso de suas invenções, nos extraviam em todas as direções." [João Calvino, Efésios, (Ef 4.14), p. 128-129].

[124] "Se Cristo não é adequadamente conhecido e lhe é simplesmente atribuído o nome de Redentor, enquanto que, ao mesmo tempo, a justiça, a santificação e a salvação são buscadas em outras fontes, ele é lançado para fora do fundamento e pedras falsas são postas em seu lugar." [João Calvino, Exposição de 1 Coríntios, (1Co 3.11), p. 111].

[1539] O apóstolo Paulo dá testemunho dessa verdade quando afirma que a palavra da reconciliação foi colocada na boca dos ministros [do Evangelho], para que levassem essa embaixada pelo mundo afora por ordem de Cristo. "Rogamos que vos reconcilieis com Deus", porque "Aquele que não conheceu pecado, ele o fez pecado por nós; para que, nele, fôssemos feitos justiça de Deus".[125] [1536] Contrariamente a isso, as indulgências tiram do armário do papa a graça de Cristo em certa medida e a fixam no chumbo, no pergaminho e em certo lugar, separando-a da Palavra de Deus.

Eles dão à satisfação[a] o terceiro lugar na penitência,[126] da qual tudo sobre o que eles tagarelam pode ser destruído com uma só palavra. Dizem eles que não basta o penitente abster-se dos erros e pecados passados, e emendar para melhor o seu caminho, se não prestar a devida satisfação a Deus pelo mal que praticou. Ora, eles estabelecem meios demais para cobrir ou expiar os pecados. Ei-los: lágrimas, jejuns, oblações, ou seja, ofertas sacrificiais, esmolas, e outras obras de caridade. Com essas coisas, dizem eles, devemos apaziguar a Deus, pagar o devido à Sua justiça, compensar nossas faltas e adquirir perdão.[127] Porque, embora pela liberalidade da Sua misericórdia o Senhor nos tenha redimido da nossa culpa, pela disciplina da Sua justiça retém a pena. Entretanto tudo vem recair neste mesmo resumo, que pela clemência de Deus obtemos o perdão dos nossos pecados, mas que isso se faz por meio do mérito das nossas obras, as quais visam compensar as faltas cometidas, a fim de que a justiça de Deus seja satisfeita, à qual é necessário pagar [o devido preço] para que haja satisfação.[128]

A tais mentiras contraponho a remissão gratuita dos pecados, a qual, mais claramente do que qualquer outra coisa, é exposta na Escritura.[129] Consideremos: Primeiro, que é a remissão dos pecados senão um dom concedido por pura liberalidade, por pura generosidade? Porque não se trata aqui do caso de um credor do qual não se pode dizer que remite ou perdoa, porquanto, havendo-lhe sido feita a quitação da dívida, ele declara que lhe foi feito o pagamento. No caso do referido dom, o Credor, sem nada receber, quita o débito liberal e livremente. Além disso, por que [em diversas passagens] foi acrescentado o termo "gratuito" ou "gratuitamente" na

a. Sumário de Farel, cap. XXXI: Sobre a Satisfação. "...é presunção muito grande e estulta, pondo-se acima de Deus e da Sua Palavra".

125 2Co 5.20,21.

126 Pedro Lombardo, lib. IV sentent., dist. 16, c. IV (Migne, 192, 877); C, Medicina (Decret. Grat. II, de pœnitentia), dist. 1, can. 63 (Migne, 187, 1544).

127 C. nullus, eadem dist. (can. 76).

128 "Os homens, pois, só serão bem-aventurados depois que forem gratuitamente reconciliados com Deus e reputados por ele como justos." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 1, (Sl 32.1), p. 39]. "Davi (...) prescreve uma ordem (...), a saber: que ao buscar-se a felicidade, tudo começaria com o princípio de que Deus não pode reconciliar-se com os que são dignos de eterna destruição de algum outro modo além de graciosamente perdoá-los e conceder-lhes seu favor. E com razão declara que, se a misericórdia lhe fosse negada, todos os homens seriam completamente miseráveis e malditos; pois se todos os homens são inerentemente inclinados tão-só para o mal, enquanto não forem regenerados, é óbvio que toda a sua vida pregressa seria odiosa e nauseabunda aos olhos de Deus." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 1, (Sl 32.1), p. 40].

129 Is 52; Rm 5; Cl 2; Tt 3.1-7.

Escritura, senão para eliminar toda pretensão de satisfação [prestada pelo homem]? Como podem ainda ter o atrevimento de continuar impondo as suas pretensas formas de satisfação, uma vez que foram fulminantemente exterminadas?[130]

[1539] E então? Quando o Senhor clama, por meio de Isaías,[131] "Eu, eu mesmo, sou o que apago as tuas transgressões por amor de mim, e dos teus pecados não me lembro", não está declarando explicitamente que a causa e o fundamento dessa remissão estão unicamente em Sua bondade?

[1539] Ademais, visto que toda a Escritura dá testemunho de Jesus Cristo, declarando que é necessário receber por Seu Nome a remissão dos pecados,[132] não exclui ela todos os outros nomes? Como então ensinam eles que pode ser recebida pelo nome das formas humanas de satisfação? E que não venham dizer que, embora essas formas de satisfação sejam meios, a remissão não é recebida pelo nome delas, mas pelo Nome de Jesus Cristo. Porque, quando a Escritura diz "por meio do seu nome", significa que não nos cabe apresentar nem pretender apresentar coisa alguma que seja nossa, mas que aí chegamos pelo amor de um só Cristo. Nesse sentido Paulo afirma que "Deus reconciliou consigo o mundo, em seu Filho e por amor deste, não imputando aos homens as suas transgressões".[133]

E depois do batismo?

Receio que, segundo a perversidade dos tais mestres, eles repliquem que a reconciliação e remissão é feita uma vez, quando somos recebidos por Cristo em Sua graça no batismo, e que, porém, se cairmos[a] depois do batismo, precisaremos restaurar-nos mediante atos [expiatórios] de satisfação [da justiça de Deus]. E afirmam que para isso o sangue de Cristo de nada nos valerá, a não ser que nos seja administrado pelas chaves da igreja [isto é, pelos que têm o poder das chaves].

[1539] Mas, por que digo que receio? Porque eles, em sua impiedade, declaram abertamente essa crença errônea. E não apenas um ou dois deles, mas todas as suas escolas ou correntes. Porque o mestre deles,[134] depois de confessar e declarar que, como diz o apóstolo Pedro,[135] "Cristo pagou na cruz o débito dos nossos pecados", abrindo incontinenti uma exceção, "corrige" essa sentença apostólica, dizendo que no batismo nem todas as penas temporais impostas aos pecados são relaxadas ou dispensadas, mas depois do batismo são diminuídas por meio da penitência, de tal modo que, em conseqüência, a cruz de Cristo e a nossa penitência cooperam mutuamente.

---

[130] "Sabemos não haver nenhuma de nossas obras que, à vista de Deus, seja considerada perfeita ou pura e sem qualquer mácula de pecado." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 2, (Sl 62.12), p. 585].
[131] Is 43.25.
[132] At 10.43.
[133] 2Co 5.19 [tradução direta].
[134] Lib. V sentent., distinct. 19.
[135] 1Pe 3.18 [tradução direta]; 2Co 5.14-21.

[1536] Mas o apóstolo João fala de maneira muito diferente quando diz:[136] "Se alguém pecar, temos Advogado junto ao Pai; e ele é a propiciação pelos nossos pecados". E mais: "Filhinhos, eu vos escrevo, porque os vossos pecados são perdoados, por causa do seu nome". Certamente ele fala aos crentes, aos quais, quando apresenta Jesus Cristo para propiciação dos pecados, mostra que não existe outra forma de expiação para prestar satisfação pela qual se possa apaziguar a Deus pela ofensa a Ele feita. Ele não diz: "Deus vos reconciliou consigo uma vez por meio de Cristo; buscai agora outros meios para que por eles vos reconcilieis". Mas O declara Advogado perpétuo, o qual, por Sua intercessão, sempre nos remete à graça do Pai; e propiciação perpétua, pela qual os pecados são continuamente purificados. Porquanto o que João disse é verdade sempre e para sempre: "Eis o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo".[137] É Cristo, repito, que os tira, não outro. Quer dizer, Ele é o único Cordeiro de Deus; Ele é também a única oblação ou oferta pelos pecados, a única purificação real, a única expiação que presta plena e perfeita satisfação.[138]

Honra exclusiva; paz com Deus

Temos aqui duas coisas que devemos considerar: A primeira é que a honra pertencente a Cristo deve ser votada sempre e exclusivamente a Ele; a segunda é que as consciências às quais foi assegurado o perdão dos seus pecados gozam paz com Deus. Diz o profeta Isaías[139] que o Pai "fez cair sobre ele" (sobre o Seu Filho) "a iniqüidade de nós todos", pelo que se pode declarar que "pelas suas pisaduras fomos sarados". O que Pedro repete com outras palavras, dizendo[140] que Ele carregou "em seu corpo, sobre o madeiro, os nossos pecados". O apóstolo Paulo ensina que Deus enviou "o seu próprio Filho em semelhança de carne pecaminosa e no tocante ao pecado; e, com efeito, condenou Deus, na carne" de Cristo "o pecado"[141] – quando Ele foi feito pecado a nosso favor. Quer dizer, toda a força e maldição do pecado foi morta em Sua carne, quando Ele foi dado em sacrifício. Sobre Ele foi lançado todo o fardo de pecados, com a sua maldição e execração, com o juízo de Deus e com a condenação à morte.[142]

---

136 1Jo 2.1,2,12.

137 Jo 1.29.

138 "Cristo sofreu como homem, no entanto, a fim de que sua morte pudesse efetuar nossa salvação, sua eficácia fluiu do poder do Espírito. O sacrifício que produziu a expiação eterna foi muito mais que uma obra meramente humana." [J. Calvino, Exposição de Hebreus, (Hb 9.14), p. 231-232].

139 Is 53.5,6.

140 1Pe 2.24.

141 Rm 8.3.

142 "...Não há nada que Satanás mais tente fazer do que levantar névoas para obscurecer Cristo; pois ele sabe que dessa forma o caminho está aberto para todo tipo de falsidade. Assim, o único meio de manter e também restaurar a doutrina pura é colocar Cristo diante de nossos olhos, exatamente como Ele é, com todas as Suas bênçãos, para que Seu poder possa ser verdadeiramente percebido." [John Calvin, Calvin's Commentaries, Grand Rapids, Michigan, Baker Book House, 1981 (Reprinted), Vol. XXI, (Cl 1.12), p. 145-146].

[1536] Não constam aqui as fábulas e mentiras segundo as quais, depois do batismo, nenhum de nós participa dos benefícios da virtude e do poder da morte de Cristo, a não ser que se faça expiação pela penitência por seus pecados para satisfazer a justiça divina. Mas a Escritura nos lembra, todas as vezes e quantas tenhamos pecado ou pequemos, a satisfação ou expiação única feita por Cristo. É preciso considerar a maldita doutrina daqueles [falsos mestres], qual seja: que a graça de Deus só atua na primeira remissão; e que, se depois suceder que caiamos, as nossas obras cooperam para obtermos o perdão. Se fosse assim, como poderiam adequar-se a Cristo os testemunhos que acima foram citados? [1536] Que grande diferença há em dizer que as nossas iniqüidades foram postas sobre Cristo para serem purificadas nele e por Ele expiadas; e que são purificadas por nossas obras? Que Cristo é a propiciação pelos nossos pecados; e que é necessário apaziguar a Deus por nossas obras? Ora, se é questão de dar repouso à consciência, que tranqüilidade será essa, se for preciso resgatar os pecados mediante satisfação ou expiação [feita pelo pecador]? Quando a consciência poderá ter certeza de que realizou bem a sua [obra de] satisfação [à justiça de Deus]? Estará sempre em dúvida se tornou Deus propício ou não; e estará em tormento perpétuo. Porque os que se contentam com satisfações ligeiras ou levianas mostram grande desprezo pela justiça de Deus e não avaliam quão grave é a culpa do pecado, como já dissemos noutra passagem [deste livro]. E ainda que concordássemos que lhes é possível resgatar alguns pecados, que fariam eles com a sobrecarga de tantos pecados, para cuja satisfação cem vidas, só a isso dedicadas, não seriam suficientes?[143]

Eles aqui se refugiam numa fútil distinção, a saber, que alguns pecados são mortais, e outros são veniais; que os primeiros requerem uma grande satisfação; que os últimos podem ser expiados por meio de remédios fáceis,[144] como, por exemplo, a oração dominical,[145] o uso da água benta e a absolvição obtida na missa.[146] Dessa maneira eles escarnecem e zombam de Deus! Mas, embora eles tenham incessantemente na boca os títulos de pecado mortal e venial, ainda não sabem discernir um do outro, a não ser isto: A impiedade do coração, com sua imundície (que para Deus é o pecado mais horrível) eles classificam como pecado venial.[147]

---

[143] "Sabemos, porém, que, pela queda de Adão, toda a humanidade caiu de seu primitivo estado de integridade; porque, pela queda, a imagem divina ficou quase que totalmente extinta de nós, e fomos igualmente despojados de todos os dons distintivos pelos quais teríamos sido, por assim dizer, elevados à condição de semideuses. Em suma, de um estado da mais sublime excelência fomos reduzidos a uma condição de miserável e humilhante destruição." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 1, (Sl 8.5), p. 169].

[144] Cf. P. Lombardo, sentent. 4, distinct. 16, 3, 4 (Migne, 192, 879).

[145] Decreto de Graciano, De pœnitentia, Dist. 3, cap. XX. [Graciano (Gratianus), monge italiano do século XII. Fundador da ciência do Direito Canônico. Autor do livro intitulado *Concordia discordantium canonum* (Harmonia das Divergências dos Cânones), também conhecido como *Decretum Gratiani* (Decreto de Graciano), a primeira coletânea metódica das "decretais" dos papas. Acréscimo do tradutor.]

[146] Tomás de Aquino, Summa, III, quæst. 86, art. 4; quæst. 87, art. 1-3.

[147] "Não teremos uma idéia adequada do domínio do pecado, a menos que nos convençamos dele como algo que se estende a cada parte da alma, e reconheçamos que tanto a mente quanto o coração humanos se têm tornado completamente corrompidos." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 2, (Sl 51.5), p. 431].

Firme declaração de fé bíblica

Nós, ao contrário, como nos ensina a Escritura (que é a regra do bem e do mal), declaramos que o salário do pecado é a morte, e que a alma que pecar, essa morrerá;[148] e mais, que os pecados dos verdadeiros crentes são veniais, não que não mereçam a morte, mas porque, pela misericórdia de Deus, nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus [Rm 8.1], visto que os seus pecados não lhes são imputados, mas são cancelados pela graça divina.[149] Bem sei quanto esses mestres caluniam esta doutrina, dizendo que ela é o paradoxo dos estóicos, que igualavam todos os pecados. Mas serão facilmente persuadidos por sua própria boca. Porquanto eu lhes pergunto se, dentre os pecados que eles declaram que são mortais, não reconhecem que uns são maiores que outros. Não se segue, então, que os pecados são iguais, a não ser neste sentido: são igualmente mortais. Pois a verdade é que a Escritura determina que a morte é o salário do pecado e, como a obediência à Lei é o caminho da vida e a transgressão é morte, eles não podem escapar desta sentença. Que saída encontrarão eles, então, para poderem prestar satisfação ou fazer expiação por tão grande multidão de pecados? A satisfação ou expiação por um pecado pode-se fazer num dia; entretanto, como farão para resolver o problema de tantos pecados cometidos[a], uma vez que não se passa um só dia sem que o justo peque muitas vezes? E quando julgam ter expiado muitos, outros mais estarão sendo ou serão cometidos, resultando num abismo sem fim. E isso que falo dos justos! Eis aí já extirpada a confiança na possibilidade de satisfazer [humanamente] à justiça de Deus. Com que sonham os tais? Ou, que esperam eles? Como se atrevem a pensar ainda em satisfazer [à justiça de Deus] ou em expiar pecados?

Eles se esforçam para se desembaraçar dessa rede, mas não conseguem. Eles forjam uma distinção entre pena e culpa, dizendo que a culpa é perdoada pela misericórdia de Deus, mas que, perdoada a culpa, resta a pena. Esta, dizem eles, Deus exige que seja paga. Portanto, [as obras praticadas para] a satisfação [da justiça de Deus] referem-se à remissão ou perdão da pena.[150]

[1539] Que leviandade é essa? Agora eles tornam gratuito o perdão da culpa, o qual, noutro lugar, eles determinam que só se pode obter mediante orações, lágrimas e outros exercícios preparatórios!

[1536] Mas, também aqui, tudo o que a Escritura nos ensina entra em conflito direto contra essa distinção.

[1539] Quanto a isso, apesar de eu julgar que acima provei muito bem o que defendo, todavia apresentarei mais alguns testemunhos, os quais, como espero, porão em tal aperto aquelas serpentes que não conseguirão nem dobrar a ponta da cauda!

---

[148] Rm 6.23; Ez 18.4.
[149] Rm 5.
[150] Tomás de Aquino, Summa theol., III, quæst. 86, art. 4.
a. 1536 só diz: post baptismum.

[1536] Assim diz Jeremias:[151] “Esta é a aliança que firmarei com a casa de Israel... perdoarei as suas iniqüidades e dos seus pecados jamais me lembrarei”. Aprendamos de outro profeta o que isso quer dizer, na passagem em que o Senhor diz:[152] “Desviando-se o justo da sua justiça, não me lembrarei mais de toda a sua justiça. Se o pecador se afastar da sua iniqüidade, não me lembrarei mais de todos os seus pecados”. Com Suas palavras: “Não me lembrarei mais da justiça”, Ele quer dar a conhecer que não levará em conta a justiça para remunerá-la ou recompensá-la. Por outro lado, não se lembrar dos pecados é não aplicar-lhes punição. É o que se diz noutras passagens[153] [1539]: que o Senhor lança para trás das costas os pecados e os desfaz como nuvem, lança-os nas profundezas do mar, [1536], não os imputa e os cobre.[154] Com tais maneiras de falar o Espírito Santo nos explicou bastante claramente o seu sentido, desde que nos rendamos a ouvi-lo docilmente. A verdade é que, se Deus pune os pecados, Ele os imputa; se faz vingança, lembra-se; se os chama a juízo, não os cobre; [1539] se os examina, não os lança para trás; se os considera, não os desfaz como nuvem; se os mantém em processo, não os lança ao fundo do mar.

[1536] Pois bem, ouçamos noutra passagem o que diz o profeta[155] sobre qual é a condição em que o Senhor perdoa os pecados. Diz ele: “Ainda que os vossos pecados sejam como a escarlata, eles se tornarão brancos como a neve; ainda que sejam vermelhos como o carmesim, se tornarão como a lã” [1539] E Jeremias diz:[156] “Naqueles dias e naquele tempo, diz o Senhor, buscar-se-á a iniqüidade de Israel, e já não haverá; os pecados de Judá, mas não se acharão; porque perdoarei aos remanescentes que eu deixar”. Se quisermos saber resumidamente o sentido dessas palavras, consideremos antes o que significam as locuções com as quais o Senhor declara que juntará num saco as suas iniqüidades, as amarrará num feixe[a] e os gravará no coração de uma pedra diamantina[b] com pincel de ferro.[157] Certo é que, se isso quer dizer que o Senhor fará punição (do que não há a menor dúvida), também não é necessário duvidar de que as primeiras sentenças [citadas pouco antes] prometem que Deus não punirá os pecados que Ele perdoar.

[1536] Devo aqui rogar aos leitores, não que ouçam[c] as minhas glosas, mas que dêem algum lugar à Palavra de Deus. Que nos teria trazido Jesus Cristo, se sempre fosse exigida a pena por nossos pecados? Porque, quando dizemos que

---

a. 1536: septies peccant etc., etc. (Proverbios 24). 1539: pluribus se involvunt.
a. in fasciculum colligere et recondere.
b. in lapide adamantino.
c. auscultent.
151 Jr 31.33,34.
152 Ez 18.26,27, [tradução direta. Ver também]: Is 38.1-5, 17 e o cap. 44.
153 Mq 7.18-20; Sl 32.
154 Sl 32.1.
155 Is 1.18.
156 Jr 50.20.
157 Jó 14.17-20; Os 13.3; [Jr 17.1].

Ele carregou "em seu corpo, sobre o madeiro, os nossos pecados",[158] não entendemos outra coisa, senão que Ele recebeu toda a pena e vingança devida aos nossos pecados. O que Isaías exprimiu mais vividamente[159] quando disse que "o castigo" ou a correção "que nos traz a paz estava sobre ele". E qual é a correção que nos traz a paz, senão a punição devida aos nossos pecados? Punição que deveríamos sofrer para podermos reconciliar-nos com Deus, se Cristo não tivesse saldado a dívida por nós. Aqui[a] vemos claramente que Cristo sofreu as penas dos pecados para libertar os que Lhe pertencem.[160]

[1539] E quando o apóstolo Paulo faz menção da redenção realizada por Cristo, ele lhe chama comumente[b], em grego, APOLYTROSIS,[161] que não significa simplesmente redenção como vulgarmente o termo é entendido[c]; significa o preço e a satisfação [o pagamento] que chamamos em francês[d] "ranceon" ["rançon"], isto é, "resgate". Por essa causa ele diz em várias passagens que Cristo foi feito resgate[e] em nosso favor;[162] quer dizer que Ele se constituiu penhor em nosso lugar, a fim de nos livrar plenamente de todos os débitos dos nossos pecados[f].[163]

---

a. en clare vides.
b. vocare solet *apolýtrosin* (grego).
c. vulgo intelligitur.
d. Explicação acrescentada em 1541.
e. *apolýtrosin*.
f. Frase explicativa acrescentada em 1541.

158 1Pe 2.24.

159 Is 53.5,

160 "Com toda verdade se pode dizer que não somente passou toda sua vida em perpétua cruz e aflição, senão que toda ela não foi senão uma espécie de cruz contínua." [J. Calvino, Institución, III.8.1]. (Hb 5.8) "Toda a sua vida foi uma cruz perpétua" [João Calvino, A Verdadeira Vida Cristã, p. 45].

161 ἀπολύτρωσις (* Lc 21.28; Rm 3.24; 8.23; 1Co 1.30; Ef 1.7,14; 4.30; Cl 1.14; Hb 9.15; 11.35.

162 Rm 3.24; 1 Co 1.30; Ef 1.14; Cl 1.13,14; 1 Tm 2.6.

163 O Espírito é chamado de penhor (ἀρραβών) da nossa salvação (*2Co 1.22; 5.5; Ef 1.14) – indicando assim, o "primeiro pagamento", "depósito", o "sinal" de compra com o compromisso solene de efetivar a transação; e, também é dito que fomos selados com Ele (2Co 1.22; Ef 1.13; 4.30) – como indicativo de propriedade, autenticidade e inviolabilidade dos eleitos. O Espírito é o sinal e penhor daquilo que teremos no futuro. O Espírito é o adiantamento da compra já efetivada e que não será desfeita. O Espírito é a garantia de que os eleitos o são para sempre; ninguém pode nos arrancar das mãos de Deus. Ambas as figuras – "penhor" e "selo" –, assinalam o fato de que pertencemos a Deus e, que a Obra que Ele mesmo iniciou será plenamente cumprida em nós (Fp 1.6). Desta forma, o "penhor" e o "selo" do Espírito têm implicações escatológicas, porque apontam para o futuro, quando a Obra do Deus Triúno será concluída em nós. (1Pe 1.3-9). *Objetivamente* considerando, o penhor assinala a garantia oferecida pelo próprio Deus a respeito de nossa salvação, tendo como amostragem, o próprio Espírito em nós. O penhor é da mesma essência da herança. Hoje nós já temos uma amostragem do que será a nossa vida com Cristo, quando o Espírito será tudo em todos nós, os que cremos. *Subjetivamente*, temos a certeza que o Deus onipotente e fiel cumprirá as Suas promessas, preservando-nos até o fim. "Enquanto vivemos neste mundo, necessitamos de um penhor, porque combatemos em esperança; mas quando a possessão mesma se manifestar, então cessará a necessidade e o uso do penhor." [João Calvino, Efésios, (Ef 1.14), p. 37].

Comentando o texto de Efésios 1.13, escreveu Calvino: "Os selos imprimem autenticidade tanto aos alvarás como aos testamentos. Além disso, o selo era especialmente usado nas epístolas, para identificar o escritor. Em suma, um selo distingue o que é genuíno e indubitável do que é inautêntico e fraudulento. Tal ofício Paulo atribui ao Espírito Santo, não só aqui, mas também no capítulo 4.30 e em 2 Coríntios 1.22. Nossas mentes jamais se fazem suficientemente firmes, de modo que a verdade prevaleça conosco contra todas as tentações de Satanás, enquanto o Espírito não nos confirme nela. A genuína convicção que os

Mas, sobretudo, temos um sólido argumento no que é ordenado na lei mosaica quanto à maneira de expiar, quer dizer, de purgar os pecados. Porque o Senhor não ensina uma multiplicidade de formas de satisfação, mas constitui como única forma de compensação os sacrifícios. Isso Ele mostra ordenando todos os sacrifícios que era necessário oferecer, conforme a diversidade de pecados. Que quer dizer isso, senão que Ele não ordena ao pecador que faça expiação ou dê satisfação mediante boas obras e méritos [humanos] a fim de obter perdão, mas por toda expiação exige que ele ofereça sacrifícios – que quer dizer isso, repito, senão que não há mais que um gênero de satisfação pelo qual a Sua justiça é apaziguada? Porquanto, os sacrifícios que naquele tempo os israelitas imolavam não eram considerados obra realizada pelo homem, mas tinham o seu valor decorrente da realidade que representavam, isto é, do sacrifício único de Cristo. No tocante à compensação que Deus recebe de nós, o profeta Oséias observou elegantemente com uma breve palavra, dizendo:[164] "Senhor, tu abolirás todas as nossas iniqüidades" (eis aí a remissão dos pecados), "e ofereceremos os sacrifícios dos nossos lábios" (eis aí a satisfação, que não é outra coisa que ação de graças[a]).

[1536] Mas, visto que, por sua vez, aqueles mestres se armam também de testemunhos da Escritura, examinemos os argumentos que eles nos contrapõem. Davi, dizem eles, repreendido por causa do seu adultério e do seu homicídio pelo profeta Natã, recebe o perdão do seu pecado;[165] e, todavia, depois é punido com a morte do seu filho adulterino.[166] Nós também[b] somos ensinados a expiar mediante satisfações, sofrendo penas e punições após a remissão dos nossos pecados. Porque Daniel exortou Nabucodonosor a expiar os seus pecados dando esmolas.[167] E Salomão escreve que as iniqüidades são perdoadas ao homem por causa da sua justiça e da sua miericórdia.[168] E mais, que "a multidão de pecados é coberta pela caridade",[169] afirmação confirmada pelo apóstolo Pedro.[170] Também no Evangelho Segundo Lucas se vê o mesmo ensino, onde lemos que o Senhor disse que os muitos pecados da mulher pecadora ali referida foram perdoados "porque

crentes têm da Palavra de Deus, acerca de sua própria salvação e toda religião, não emana das percepções da carne, ou de argumentos humanos e filosóficos, e, sim, da selagem do Espírito, o que faz suas consciências mais seguras e todas as dúvidas removidas. O fundamento da fé seria quebradiço e instável, se porventura ela repousasse na sabedoria humana; portanto, visto que a pregação é o instrumento da fé, por isso o Espírito Santo torna a pregação eficaz.". [João Calvino, Efésios, (Ef 1.13), p. 36].

164 Os 14.2 [tradução direta].

165 2Sm 12.

166 Calvino assim inicia o comentário do Salmo 32: "Havendo Davi extensa e penosamente experimentado quão miserável é sentir o peso da mão divina como resultado de pecados, exclama que a mais elevada e melhor parte de uma vida feliz consiste nisto: Deus perdoa a culpa humana e recebe a pessoa graciosamente em seu favor." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 2, (Sl 32), p. 37].

167 Dn 4.27.

168 Pv 16.6.

169 Pv 10.12 [tradução direta].

170 1Pe 4.8.

a. Sete palavras acrescentadas em 1541.

b. Acrescentada ao latim.

ela muito amou".[171] Como[c] esses falsos mestres pervertem as obras de Deus! Aliás, se eles tivessem notado bem o que não se deve desprezar, que há duas maneiras pelas quais Deus exerce o Seu juízo, teriam percebido logo, na correção aplicada a Davi, outra coisa que não vingança ou punição de pecado.

[1539] Ora, visto que nos é de grande utilidade entender a que finalidade visam os castigos dados por Deus para corrigir os nossos pecados, e em que diferem das punições que Ele aplica aos réprobos, não será supérfluo, penso eu, tocar nesse assunto aqui, ainda que resumidamente.

****

Juízos de vindicação e de disciplina

[1536] Vamos aqui referir-nos a todas as punições em geral com a palavra juízo. Este nós dividiremos em duas espécies, quais sejam, o juízo de vingança ou vindicação, e o juízo de correção ou disciplina. Pelo juízo de vindicação o Senhor pune de tal forma os Seus inimigos que demonstra a Sua ira contra eles para pô-los a perder, destruí-los e reduzi-los a nada. Portanto, trata-se de vingança ou vindicação de Deus quando a punição que Ele envia vem junto com a Sua ira. Pelo juízo de correção ou disciplina Ele não pune com fúria e não castiga para pôr a perder ou para humilhar as pessoas. Por isso, se quisermos falar em termos próprios, essa forma de punição não deve ser chamada vingança ou vindicação, mas admoestação e repreensão. Um pertence a um juiz, o outro a um pai. Porque o juiz, ao punir um malfeitor, pune a sua falta e o seu malefício. Já um pai, ao corrigir o seu filho, não tem por objetivo vingar a falta que ele cometeu, mas, antes, procura ensiná-lo e torná-lo mais prudente no futuro.[172]

[1539] Crisóstomo[a] usa essa comparação de maneira um pouco diferente,[173] concordando, porém, num ponto: "O filho[174] e o servo são igualmente surrados, diz ele, mas o servo, ao apanhar, é punido porque cometeu uma falta, e recebe o que merece. O filho é castigado por disciplina amorosa. Portanto, o castigo é aplicado ao filho para que ele se emende e retorne ao bom caminho; o servo recebe o que merece, sendo que o seu senhor se indignou contra ele".

[1536] Mas, para que se possa entender isso tudo mais facilmente, façamos duas distinções. A primeira é que, toda vez que a punição[b] visar à vingança, ali se manifestará a ira e a maldição de Deus, as quais nunca são dirigidas contra os

---

c. *Comment* significa: *Comme*. 1539: Ut perverse semper et prepostere facta Dei estimant!

a. Ver acima, p. 136, nota.

b. pœna.

[171] Lc 7. 47.

[172] "E como sabemos que o propósito de Deus, ao infligir-nos algum castigo, consiste em humilhar-nos, então, quando somos reprimidos sob sua vara, a porta se abre para que sua misericórdia nos alcance. Além disso, visto que sua peculiar função é curar os enfermos, erguer os caídos, amparar os fracos e, finalmente, comunicar vida aos mortos, esta, por si só mesma, é uma razão suficiente para buscarmos seu favor quando nos acharmos mergulhados em nossas aflições." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 1, (Sl 6.2), p. 126].

[173] De fide et lege naturæ.

[174] Jó 5 [note-se o versículo 17]; Pv 3 [notem-se os versículos 11 e 12]; Hb 12.4-13.

Seus fiéis. Por outro lado, a disciplina é bênção de Deus e um testemunho do Seu amor, como diz a Escritura.[175]

[1539] Por vezes essa diferença é notória. Porque, todas as aflições que os ímpios sofrem neste mundo lhes vêm como portal e entrada do inferno, pois com isso eles como que se apercebem de longe da sua condenação eterna. E assim, longe de se esperar que se corrijam ou que recebam algum fruto, na verdade por esse meio o Senhor os prepara para receberem a horrível penalidade que lhes sobrevirá finalmente. Ao contrário, o Senhor castiga os Seus servos, não, porém, para os entregar à morte. Por isso, quando levam sova com as Suas varas, eles reconhecem que isso virá a ser um bem para eles, para os instruir[176].[177]

[1536] Essa é a razão pela qual vemos que os crentes[a] sempre recebem com paciência e bom ânimo tais castigos; como também vemos que eles sempre têm horror pelas punições que demonstram a ira de Deus.[178] "Castiga-me, ó Senhor", diz Jeremias,[179] "mas em justa medida, não na tua ira, para que não me reduzas a nada. Derrama a tua indignação sobre as nações que não te conhecem e sobre os povos que não invocam o teu nome." [Na versão feita ou utilizada pelo Autor, o versículo 24 diz: "Castiga-me, Senhor, mas para que eu me corrija; não em tua ira..."."]

[1539] Igualmente Davi:[180] "Senhor, não me repreendas na tua ira, nem me castigues no teu furor[b]".[181]

O fato de que muitas vezes é dito que Deus se enfurece com os Seus servos, quando os pune e os castiga por seus pecados, não contradiz o presente ensino. Vê-se isso em Isaías:[182] "Graças te dou, ó Senhor, porque, ainda que te iraste

---

a. sanctos.

b. O desenvolvimento que o precede deve ser entendido como o apelo de um pregador (a leitura dos sermões de Calvino nos dá a prova disso): aquele que, sob as varas de Deus, se revolta, classifica-se entre os réprobos e em seu nível; aquele que se humilha e se corrige, classifica-se entre os eleitos. Exige-se necessariamente que estas verdades sejam compreendidas 'hic et nunc' ['aqui e agora']".

175 "Ele [Deus] trata com mais severidade os que o servem do que os réprobos." [João Calvino, O Livro dos Salmos, São Paulo, Parakletos, 2002, Vol. 3, (Sl 90.11), p. 438].

176 Sl 118.18; 119.67, 75, 164.

177 "... sejam quais forem nossas aflições, é a mão de Deus que nos alenta, e que os ímpios não passam de azorragues que Ele emprega com esse propósito; e mais ainda, que tal consideração é muitíssimo oportuna para guiar-nos ao exercício da piedade." [João Calvino, Livro dos Salmos, Vol. 1, (Sl 17.13), p. 343]. "Deus faz uso dos homens perversos e perniciosos como azorragues para castigar-nos e fazer-nos diligentemente ponderar sobre a causa, ou seja: que nada sofremos que não seja o que merecemos, a fim de que essa reflexão nos conduza ao arrependimento" [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 1, (Sl 3), p. 81].

178 "Esta passagem nos ensina que a graça de Deus é a única luz de vida para os santos; e que, tão logo Deus manifeste algum sinal de sua ira, se vêem não só profundamente amedrontados, mas também, por assim dizer, precipitados nas trevas da morte, enquanto que, em contrapartida, tão logo descubram mais uma vez que Deus é misericordioso para com eles, se sentem imediatamente restaurados à vida." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 1, (Sl 6.8-10), p. 133].

179 Jr 10.24,25.

180 Sl 6.1; e 38.1.

181 "Considerando o quanto Deus estava desgosto como ele [Davi], viu, por assim dizer, o inferno escancarado para recebê-lo; e a fadiga mental que isso produz excede a todos os demais sofrimentos. Aliás, quanto mais sinceramente é um homem devotado a Deus, muitíssimo mais severamente perturbado é ele pelo senso da ira divina; e é por isso que as pessoas santas, que de outra forma são dotadas de inusitada fortaleza, têm revelado neste aspecto muito mais debilidade e necessidade de determinação." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 1, (Sl 6.6-7), p. 131].

182 Is 12.1.

contra mim, a tua ira se retirou, e tu me consolas". Também em Habacuque:[183] "Na tua ira, lembra-te da misericórdia" (ou: "Quando te irares, te lembrarás da misericórdia"). Porque pela mesma razão é dito que Ele profanou a Sua herança;[184] e bem sabemos que Ele nunca faria isso. Essa expressão não se refere, pois, à vontade de Deus, ou a Seu conselho ou propósito, que Ele tem quando castiga os Seus; refere-se à veemente dor que sentem todos aqueles aos quais Ele mostra algum rigor ou severidade. Pois assim é que Ele não somente fere algumas vezes os Seus servos com pequenos aguilhões, mas os aflige tão aguda e profundamente que lhes parece estarem não longe do inferno. Fazendo isso, o Senhor os avisa que eles se fizeram merecedores da Sua ira, mas, entretanto, certifica-os mais amplamente da Sua clemência que do Seu rigor.[185] Porquanto a aliança que Ele fez uma vez com Jesus Cristo e Seus membros permanece como Ele prometeu, e jamais poderá ser anulada.[186] Diz Ele: "Se os seus filhos desprezarem a minha lei e não andarem nos meus juízos, se violarem os meus preceitos e não guardarem os meus mandamentos, então, punirei com vara as suas transgressões e com açoites, a sua iniqüidade. Mas jamais retirarei dele a minha bondade, nem desmentirei a minha fidelidade". E de fato, para nos dar maior certeza de que Ele assim procede, o Senhor nos revela que as varas com as quais nos fustiga são "varas de homens".[187] Expressão pela qual, querendo dizer que sempre nos tratará brandamente e com benignidade, Ele demonstra que aqueles que Ele fere com Suas mãos não serão totalmente humilhados nem estarão completamente perdidos. Essa brandura que Ele tem para com os que Lhe pertencem é semelhantemente demonstrada pelo profeta, que diz:[188] "Eu te purifiquei com fogo; não, porém, como se faz com a prata, para que não fosses totalmente consumido". Quer dizer: Por mais tribulações que Ele envie a Seu povo para purificá-lo de seus vícios e maldades, todavia as modera[a], a fim de que o povo não seja espremido e raspado[b] exageradamente.

Outra distinção

Outra distinção é que, quando os maus são castigados com o açoite de Deus neste mundo, eles já começam a sofrer o rigor do Juízo. E conquanto não sejam perdo-

a. temperare.
b. deteratur.
183 Hc 3.2.
184 Is 42.24,25 e 47.6.
185 ".... Nosso próprio mau humor e impaciência ante a aflição transforma um minuto em um século; enquanto que, em contrapartida, nosso desconhecimento e ingratidão nos levam a imaginar que o favor divino, por mais que Ele o exerça para conosco, não passa de um momento. É nossa própria perversidade, pois, que na realidade nos impede de perceber que a ira divina é de mui curta duração, enquanto que seu favor para conosco prossegue durante todo o curso de nossa vida." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 1, (Sl 30.5), p. 629]. "Se eles pesarem a *ira* e o *favor* divinos numa balança de precisão, haverão sempre de descobrir ser verídico que, enquanto aquela não dura mais que um momento, este contínua até ao fim da vida; não! vai além dela, pois é um grave erro confinar o favor divino dentro das fronteiras desta vida transitória." [João Calvino, O Livro dos Salmos,Vol. 1, (Sl 30.5), p. 629].
186 Sl 89.30-33. [Ver também os versículos 1-4; 34-46; 52.]
187 2 Sm 7.14.
188 Is 48.10 [tradução direta].

ados por não terem aproveitado as advertências da ira de Deus, todavia não são punidos com vistas a que se corrijam, mas unicamente a fim de saberem que há um Juiz sobre eles, o qual não os deixará escapar; e a retribuição que o Juiz lhes faz é feita segundo os méritos deles[a]. Já os crentes são açoitados, não para com isso satisfazerem à ira de Deus, nem para pagarem o que é devido ao juízo que Ele lhes impõe, mas a fim de aproveitarem a oportunidade para arrependimento e para retorno ao bom caminho. Vemos, então, que tais castigos se reportam mais ao futuro que ao passado. Gosto mais de expressar essa verdade com as palavras de Crisóstomo do que com as minhas. Diz ele: "O Senhor pune as nossas faltas, não para receber alguma recompensa dos nossos pecados, mas para nos advertir para o futuro".[189]

[1536] Segundo essa diferença, quando Deus despojou Saul do seu reino, Ele o puniu para vingar o seu pecado; mas, quando tomou de Davi o seu filho, disciplinou-o para corrigi-lo. Devemos entender dessa forma o que diz o apóstolo Paulo,[190] que, quando "somos disciplinados pelo Senhor", Ele nos corrige "para não sermos condenados com o mundo". Quer dizer que as aflições que Ele nos envia não são punições para humilhar-nos, mas castigos para por eles nos instruir.

[1539] Nisso Agostinho também concorda conosco plenamente quando diz[191] que devemos considerar diferentemente os castigos com os quais o Senhor visita tanto os Seus escolhidos como os réprobos. "Porque", explica ele, "quanto aos primeiros, eles são exercitados pelos castigos após terem obtido graça; quanto aos segundos, os castigos constituem condenação sem a graça." A seguir ele relata os exemplos de Davi e de outros, dizendo que, ao castigá-los, o Senhor não teve outro objetivo senão o de os exercitar na humildade. E não é necessário inferir do que disse Isaías,[192] (a saber, que a iniqüidade do povo de Judá foi perdoada), que o perdão dos nossos pecados depende dos castigos que recebemos de Deus, visto que Judá recebeu plena correção, isto é foi disciplinado exemplarmente. Mas o significado daquelas palavras proféticas se vê mediante esta reflexão: É como se Deus tivesse dito: "Já vos castiguei e vos afligi bastante, tanto e de tal maneira que o vosso coração está por demais oprimido pela tristeza e pela angústia; portanto, já é tempo de receberdes uma mensagem de misericórdia, para que em vosso coração seja restaurada a alegria".

Em meio à dor, uma importante reflexão

[1536] É necessário que os crentes se munam desta reflexão, no amargor das suas aflições: É tempo de começar o juízo na casa do Senhor, na qual o Seu nome tem sido invocado".[193] Que fariam os crentes, se entendessem que a tribulação que

a. 1536 (muito desenvolvido no que o precede e o segue em 1539) diz somente: Ne reluctor quidem quin castigatio hujusmodi delictorum punitio dici possit, sed quomodo accipienda sit moneo.

189 Sermo de pœnitentia et confessione.

190 1Co 11.32.

191 Lib. De peccator. meritis ac remissione 2, C. 33 et 34.

192 Is 40.2.

193 1Pe 4.17 [tradução direta].

sofrem é uma vingança de Deus contra eles? Porquanto aquele que, sendo ferido pela mão de Deus, pensa nele como um juiz a aplicar punição, só pode imaginá-lo enfurecido e contrário a si. E só pode detestar a vara de Deus, considerando-a maldição e condenação. Em suma, quem pensar que Deus ainda tem, com relação a ele, vontade de punir, jamais se poderá persuadir de que é amado por Ele.

[1539] Ora, não podemos tirar bom proveito da Sua disciplina, a não ser que, julgando que Ele está indignado com os nossos vícios e maldades, consideremos o Senhor propício a nós,e que Ele nos trata com afetuoso amor.

[1536] E não faz diferença se a pena é eterna ou temporal. Sim, pois, tanto as guerras[a], a fome, as pestes e as doenças como a própria sentença de morte eterna, são maldições de Deus [1539] quando o Senhor as envia com a finalidade de usá-las como instrumentos da Sua ira e da Sua vingança contra as iniqüidades dos homens[b].

[1536] Suponho que todos e cada um de nós vemos qual o objetivo da correção que Deus impôs a Davi – para ensiná-lo e mostrar-lhe quão gravemente o homicídio e o adultério O desagradam, pecados contra os quais Ele manifestou grande ira, para adverti-lo de que no futuro não se atrevesse a repeti-los. Não foi uma punição pela qual ele teria dado alguma compensação a Deus por seu pecado. Igualmente devemos considerar outra correção pela qual Deus afligiu o povo judeu com terrível peste, por causa da desobediência de Davi ao fazer o recenseamento do povo.[194] Porque Ele perdoou a culpa do delito de Davi, mas, tanto para exemplo a todas as eras como para levá-lo a humilhar-se, e para que tal fato não ficasse impune, o Senhor o castigou severamente com a Sua vara. A esse mesmo fim visa a maldição universal que o Senhor lançou sobre todo o gênero humano.[195]

[1536] Visto que, depois de obtermos graça trazemos ainda as condições de miséria impostas a Adão por sua transgressão, o Senhor nos admoesta mostrando quão grande desagrado Lhe causa a transgressão da Sua Lei. O propósito é que, sentindo-nos humilhados e abatidos pelo reconhecimento da nossa pobreza, aspiremos com mais ardente desejo à verdadeira bem-aventurança. E se alguém disser que todas as calamidades que sofremos nesta vida mortal são recompensas dadas a Deus por nossas faltas, terei boa razão para considerá-lo desprovido de entendimento. Foi isso que Crisóstomo quis dizer[c], como me parece, ao escrever o seguinte: "Se a razão pela qual Deus nos castiga é para que não mais nos fiemos na prática do mal, nem permaneçamos endurecidos quando Ele nos induz ao arrependimento, a punição não tem mais lugar. Por isso, conforme o conhecimento que tem do que convém à natureza de cada ser humano, Ele trata a uns mais severamente, e a outros com maior abrandura".[196] Todavia, uma vez que não é Ele que nos desvia e que

a. Ver acima.
b. reprobos.
c. Ver acima, p. 186, nota a.
194 2Sm 24.
195 Gn 3.14-18.
196 Homil. 3, de providentia ad Stagirium.

todos nós temos necessidade de castigo, o bom Pai, desejando amorosamente o nosso proveito, visita-nos, a todos nós, sem exceção, por meio das Suas varas.

Por que se fixar num só exemplo, quando há tantos?

[1536] Ora, é assombroso como aqueles falsos mestres se fixam unicamente no exemplo de Davi e não se comovem com tantos exemplos que nos demonstram o perdão gratuito de pecados. Lemos que o publicano desceu do templo justificado; e depois não houve nenhum castigo. O apóstolo Pedro obteve perdão pelo seu pecado.[197] "Lemos sobre as suas lágrimas", diz Ambrósio; "sobre a satisfação (ou expiação) nada lemos".[198] Ao paralítico foi dito: "Levanta-te; estão perdoados os teus pecados",[199] e não lhe foi imposta nenhuma pena. Todas as absolvições mencionadas na Escritura são descritas como gratuitas. É com base nessa multidão de exemplos que se deve firmar a regra, não naquele único exemplo que não sei o que tem de especial[a].

Daniel, em sua exortação pela qual aconselhou Nabucodonosor a expiar os seus pecados mediante justiça, e as suas iniqüidades mediante atos de bondade para com os pobres, não quis dar a entender que a justiça e a misericórdia eram uma propiciação oferecida a Deus e a redenção das penas.[200] Porque jamais houve outro resgate[b] além do sangue de Cristo. Mas, falando de expiação, ele a reporta aos homens antes que a Deus; como se dissesse: "Ó rei, tens exercido um domínio injusto e ultrajante; tens oprimido os fracos, saqueado os pobres e tratado mal e impiamente o teu povo. Pelas injustas rapinas, opressões e violências que lhes fizeste, trata-os agora com misericórdia e com justiça".

Semelhantemente Salomão, quando afirma que "a multidão dos pecados é coberta pela caridade",[201] não entende isso em relação[c] a Deus, mas como um fato que ocorre entre os homens. Vê-se isso mais claramente pela sentença completa, que diz: "O ódio provoca contendas, mas a caridade cobre todas as iniqüidades". Com isso Salomão, que costumeiramente usa comparações e contrastes, compara os maus que engendram ódios com os frutos da caridade, ou do amor.[202] E este é o sentido: "Os que se odeiam se mordem, se reprovam e se injuriam uns aos outros, transformando tudo em vício e em motivo de censura. Os que se amam dissimulam entre si, toleram muitas coisas, não que aprovem os vícios e pecados uns dos outros, mas no sentido de que os suportam e procuram remediar os seus

a. singulare.
b. *apolýtrosis* (ἀπολύτρωσις) (grego).
c. apud.
197 Lc 18.13,14; 22.32.
198 Decreto de Graciano, II, De pœnitentia; distinct. 1, can. 1 (Migne, 187, 1520).
199 Mt 9.2 [e contexto].
200 Dn 4.27.
201 Pv 10.12 [tradução direta].
202 "Onde o amor governa e floresce, edificaremos muitíssimos uns aos outros." [João Calvino, Efésios, (Ef 4.1-4), p. 109

males mediante advertências, em vez de se irritarem com acusações recíprocas". E não há por que duvidar que essa passagem seja citada no mesmo sentido da do apóstolo Pedro,[203] a não ser que nós queiramos dizer que ele corrompeu e usou mal o texto bíblico.

****

[1539] Quando Salomão afirma[204] que pela misericórdia e pela beneficência os nossos pecados são perdoados, não quer dizer que funcionem como recompensas perante Deus, de modo que, agradando-se Ele e ficando satisfeito, dispensa os castigos que de outro modo nos teria enviado; mas, segundo o uso comum da Escritura, significa que O encontrarão propício todos aqueles que, abandonando o seu mau caminho, se converterem a Ele [frutificando] em santidade e boas obras. Como se dissesse que a ira de Deus cessa quando cessamos de praticar o mal. A referida locução já foi considerada noutro lugar.[205]

[1536] No tocante à passagem do Evangelho Segundo Lucas,[206] os que leram ou lerem a parábola proposta pelo Senhor, não nos combaterão. O fariseu pensava que o Senhor não sabia que a mulher era pecadora, pois a tinha acolhido sem pôr nenhuma dificuldade. Isso porque julgava que Ele jamais a receberia se soubesse que ela era pecadora. Daí inferiu que Jesus não era profeta, pois podia ser enganado daquela maneira. O Senhor, para mostrar que ela já não era pecadora, desde que os seus pecados tinham sido perdoados, propôs ao hospedeiro esta símile: "Certo credor tinha dois devedores; um lhe devia cinqüenta francos[a], o outro lhe devia cinco cêntimos. Ele perdoou a ambos. Qual deles lhe estará mais agradecido? 'Certamente aquele a quem foi perdoada maior dívida', [respondeu Simão, o fariseu]. Replicou-lhe, então, o Senhor: Em vista disso, considera: Muitos pecados lhe foram perdoados, razão pela qual ela muito amou". Por essas palavras se vê claramente que o Senhor não considerou o amor daquela mulher a causa do perdão dos seus pecados, mas somente uma prova, uma demonstração. Porque a relação dessas palavras é com a símile do devedor ao qual tinham sido perdoados cinqüenta francos.[207]

Pois bem, Ele não diz que o devedor foi perdoado porque muito amava, mas que ele deveria amar muito pelo tanto que lhe foi perdoado. É necessário aplicar essas palavras à símile desta maneira: "Tu consideras esta mulher pecadora; mas

a. Palavra acrescentada ao latim.

[203] 1Pe 4.8.

[204] Pv 16.6.

[205] "Não presumas de tua justiça para alcançar o reino, não presumas da misericórdia de Deus para continuar a pecar." [Agostinho, Comentário aos Salmos, São Paulo, Paulus, 1997, Vol. 1, Sl 31, "II. Sermão ao Povo", p. 350]. "Davi (...) prescreve uma ordem (...), a saber: que ao buscar-se a felicidade, tudo começaria com o princípio de que Deus não pode reconciliar-se com os que são dignos de eterna destruição de algum outro modo além de graciosamente perdoá-los e conceder-lhes seu favor. E com razão declara que, se a misericórdia lhe fosse negada, todos os homens seriam completamente miseráveis e malditos; pois se todos os homens são inerentemente inclinados tão-só para o mal, enquanto não forem regenerados, é óbvio que toda a sua vida pregressa seria odiosa e nauseabunda aos olhos de Deus." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 1, (Sl 32.1), p. 40].

[206] Lc 7.36-50 [tradução direta dos versículos 41-43, 47].

[207] No original francês consta: "cinco cêntimos". Nota do tradutor.

deves reconhecer outro ângulo, pois os pecados dela foram perdoados. Ora, o perdão dos seus pecados deve estar manifesto para ti, demonstrado que foi por seu amor; e ela rende graças a Deus pelo bem que lhe foi feito".

Essa forma de argumentar chama-se argumento das coisas subseqüentes[a] (ou seja, *a posteriori*), com o qual demonstramos algo pelas manifestações decorrentes.

Finalmente, o Senhor atesta declaradamente por qual meio a referida pecadora obteve o perdão do seu pecado. Disse Ele: "A tua fé te salvou". Portanto, recebemos o perdão pela fé, e por amor rendemos graças e reconhecemos a generosidade do Senhor.

Não me causam surpresa as opiniões que se vêem nos livros dos antigos, referentes à satisfação ou expiação. Para dizer a verdade, vejo que alguns deles, e quase todos cujas obras chegaram ao nosso conhecimento, ou foram omissos neste assunto, ou falaram com excessiva dureza. [1539] Mas é bom lembrar que, embora tenham sido rudes e ignorantes, não escreveram de molde a autorizar os atuais mestres a dizerem que eles ensinavam a necessidade de novas satisfações, ou de novos atos de expiação. Em certa passagem, Crisóstomo fala nestes termos:[208] "Quando se pede misericórdia, é para que o pecado não seja examinado, para que este não seja tratado conforme o rigor da justiça e para que cesse toda punição. Porque, onde há misericórdia, já não há geena, nem exame, nem rigor, nem castigo". Pois bem, sejam quais forem as cavilações que se façam a em torno dessas palavras, jamais estas concordarão com a doutrina dos escolásticos. Ademais, no livro intitulado *De dogmatibus ecclesiasticis* (Acerca dos Dogmas da Igreja), atribuído a Agostinho[b], lemos no capítulo cinqüenta e quatro: "A satisfação prestada pelo arrependimento consiste em eliminar as causas do pecado, e não em dedicar-se às suas sugestões". Vê-se dessa declaração que naquele tempo se rejeitava a idéia de que é necessário recompensar as faltas passadas mediante satisfação ou expiação. Porque a satisfação, toda ela, visava então a que o pecador se prevenisse e se abstivesse da prática do mal. Não desejo recorrer ao que diz Crisóstomo, que "o Senhor não exige outra coisa de nós, senão que confessemos diante dele os nossos pecados com lágrimas", pois essas palavras são freqüentemente repetidas pelos antigos. Faz bem Agostinho quando, em certo lugar,[209] descreve as obras de misericórdia feitas em favor dos pobres como remédios pelos quais se obtém perdão com relação a Deus. Mas, para que ninguém veja dificuldade ou se atrapalhe, noutro lugar ele explica mais amplamente a sua opinião, dizendo: "A carne de Cristo é o verdadeiro e único sacrifício pelos pecados, não somente pelos que são perdoados no batismo, mas também pelos que ocorrem depois, pela fraqueza da [nossa] carne, pelos quais a igreja ora diariamente: 'Perdoa as nossas dívidas'. E de fato são perdoados, graças ao sacrifício único [de Cristo]".

---

a. a posteriori.

b. Em 1529 Erasmo tinha publicado uma nova edição das obras de Agostinho (a de Basiléia, 1506, tinha sido reeditada em Paris, 1515).

[208] Homil. 2, in Psal. 50.

[209] Homil. 10, in Genesin.

[1536] Ora, mais vezes eles descrevem a satisfação, não como uma recompensa ou compensação dada a Deus, mas como uma declaração pública que aqueles que, tendo sido corrigidos pela excomunhão, quando reingressam na comunhão da igreja, fazem ao grêmio dos fiéis, como testemunho do seu arrependimento. Porque lhes eram ordenados alguns jejuns e outras coisas para por eles darem a conhecer que verdadeiramente e de coração se arrependiam da sua vida passada; ou, melhor, para que por meio dessas coisas apagassem da memória a sua má vida. Com isso eles declaravam que satisfaziam, não a Deus, mas à igreja.

Desse costume antigo descendem as confissões e as satisfações ou atos de expiação hoje em uso. Mas seguiram uma linhagem serpentina[a], a qual de tal forma sufocou tudo o que havia de bom naquela antiga prática que dela nem sombra restou. Bem sei que às vezes os antigos falavam de maneira por demais crua[b]; e, como eu já disse, não nego que eles possam ter falhado de algum modo. Mas os seus livros, manchados apenas por pequeninas nódoas, ficam inteiramente sujos quando manuseados pelas mãos imundas[c] desses falsos mestres.

E, se se tratar de combater com base na autoridade dos antigos, que antigos eles nos apresentam? A maior parte das sentenças e opiniões, de que está repleto o livro de Pedro Lombardo, o capitão deles, é tomada de não sei quantos e quais devaneios de tolos monges, que são divulgados sob a pseudo-autoria de Ambrósio, Jerônimo, Agostinho e Crisóstomo. Como acontece com a presente matéria, quase tudo o que Pedro Lombardo diz, ele toma emprestado de um livro intitulado *Da Penitência*. Ora, esse livro, que algum ignorante costurou confusamente usando escritos de bons e de maus escritores, é atribuído a Agostinho. Mas, a sua qualidade é tão ruim que mesmo um homem medíocre não se dignaria reconhecer como seu[d].

Sobre o purgatório

Agora, semelhantemente, que eles não percam mais a cabeça por causa do seu purgatório,[210] o qual com este machado é cortado, abatido e destruído até às raízes[e]. Porque eu não aprovo a opinião de alguns que acham que se deve dissimular esse ponto, ou calar a respeito, e evitar fazer menção do purgatório. Isso porque julgam que causaria grande barulho e pouca edificação. Por certo eu também concordaria em deixar esse angu para trás, se ele não trouxesse grandes conseqüências. Mas, como o purgatório foi construído com muitas blasfêmias, e dia a dia lhe acrescentam mais e maiores, e visto que essa crença e prática suscita grandes escândalos, não há por que calar. Por pouco tempo seria possível esconder que o purgatório foi inventado por estulta e audaz temeridade, sem levarem em conta a Palavra de Deus; que teria sido recebido mediante não se sabe quais revelações,

a. viperei partus.
b. duriuscule.
c. illotis.
d. Os autores modernos o atribuem a um escritor do século XI.
e. À edição de 1534 do *Sumário* de Farel é anexado um Tratado Sobre o Purgatório.

forjadas pela astúcia de Satanás; e que, para o confirmarem, corromperam malignamente algumas passagens da Escritura.

Tudo isso foi e continua sendo feito, apesar de que o Senhor não considera pequena falta o fato de a audácia humana invadir tão atrevidamente assim os mistérios dos Seus juízos, proíbe que se busque dos mortos a verdade, desprezando a Sua voz,[211] e não permite que a Sua Palavra seja tratada com irreverência.[212] Concedamos, porém, que seja possível tolerar por algum tempo todas essas coisas, como se fossem de pequena importância. Mas, quando se busca a purificação dos pecados em outros lugares, e não em Cristo; quando a satisfação ou expiação é transferida para outra parte, que não Ele, ficar calado é muito perigoso. É preciso gritar em alta voz que o purgatório é uma perniciosa ficção de Satanás, que põe em tremendo opróbrio a misericórdia de Deus, anula a cruz de Cristo, e dissipa e subverte a nossa fé. Pois, [como pretende essa falsa doutrina], o purgatório nada mais é que a pena que sofrem as almas dos defuntos para satisfazer [à justiça divina] por seus pecados. A tal ponto vai isso que, se for eliminada a fantasia dessa satisfação, o purgatório irá por água abaixo. Ora, se pelo que acima já foi discutido ficou claro e manifesto, como certamente ficou, que o sangue de Cristo é a única purificação, oblação e satisfação ou expiação pelos pecados daqueles que nele crêem, que resta dizer do purgatório, senão que não passa de uma horrível blasfêmia contra Jesus Cristo?[213] Sem falar nos numerosos sacrilégios e mentiras sustentados e fomentados diariamente, dos escândalos que ele gera na religião, e de outros males inumeráveis que provêm dessa fonte de impiedade[a].

[1539] Todavia, devemos arrancar das suas mãos os testemunhos da Escritura que eles falsamente costumam apresentar. Dizem eles que quando o Senhor declara que o pecado contra o Espírito Santo não será perdoado nem neste mundo nem no outro,[214] Ele dá a entender que alguns pecados serão perdoados no outro mundo. Como resposta, pergunto se nas citadas palavras não está patentemente claro que o Senhor fala da culpa pelo pecado? Sendo assim, como de fato é, de nada serve o purgatório deles, porque eles dizem que no purgatório se recebe a

a. Aqui findava a parte do cap. V, de 1536, dedicada à exposição sobre o purgatório.

[210] Pedro Lombardo, sentent. Lib IV, distinct. 20, 1-3 (Migne, 192, 892); Eugênio IV, bula Lætentur cœli (1439), cap. V.

[211] Dt 18.9-14.

[212] "Visto que todos os questionamentos supérfluos que não se inclinam para a edificação devem ser com toda razão suspeitos e mesmo detestados pelos cristãos piedosos, a única recomendação legítima da doutrina é que ela nos instrui na reverência e no temor de Deus." [João Calvino, As Pastorais, Tt 1.1), p. 300]. "Deus quer que sua Igreja seja edificada com base na genuína pregação de sua Palavra, não com base em ficções humanas. (...) Nesta categoria estão questões especulativas que geralmente fornecem mais para ostentação – ou algum louco desejo – do que para a salvação de homens." [João Calvino, Exposição de 1 Coríntios, (1Co 3.12), p. 112].

[213] "Visto que nos reconciliamos com Deus, em Cristo, através de seu verdadeiro sacrifício, somos, todos nós, por sua graça, feitos sacerdotes com o fim de podermos consagrar-nos a ele como sacrifício vivo e tributar-lhe toda a glória por tudo o que temos e somos. Não resta mais nenhum sacrifício expiatório para se oferecer, e não se pode fazer tal coisa sem trazer grande desonra para a cruz de Cristo." [João Calvino, Exposição de Romanos, (Rm 12.1), p. 424].

[214] Mt 12.31,32 e Lc 12.10; Mc 3.28,29.

punição dos pecados cuja culpa foi perdoada nesta vida mortal. Contudo, para fechar totalmente a boca deles, dou-lhes uma solução ainda mais clara.

Visto como o Senhor queria eliminar toda esperança de se poder obter perdão de um crime tão execrável, Ele não se contenta em dizer que jamais será perdoado, mas, dando-lhe maior amplitude, faz uso desta divisão: por um lado, refere-se ao juízo que a consciência de cada um sente na presente vida, e, por outro, ao derradeiro e final juízo, que será publicado no dia da ressurreição. Como se Ele dissesse: Tenham o cuidado de não lutar contra Deus com malícia determinada[a], porque tal rebelião importa em morte eterna. Porque todo aquele que, de maneira proposital e deliberada, se empenhar em apagar a luz do Espírito a ele concedida, não obterá perdão, nem nesta vida nem no dia final. Nesta, porque cabe aos pecadores se arrependerem dos seus pecados; no dia final, porque nesse dia os anjos de Deus separarão dos cabritos as ovelhas e purificarão o reino de Deus, deixando-o livre de todos os escândalos [Mt 13.41].

Aqueles mestres apresentam também esta parábola registrada em Mateus:[215] "Entra em acordo sem demora com o teu adversário, enquanto estás com ele a caminho, para que o adversário não te entregue ao juiz, o juiz, ao oficial de justiça, e sejas recolhido à prisão. Em verdade te digo que não sairás dali, enquanto não pagares o último centavo".[b] Respondo que, se nessa passagem o juiz significasse Deus, o adversário significasse o Diabo, o oficial um anjo, e a prisão o purgatório, eu lhes daria ganho de causa. Mas, se se vir, como é notório, que ali Cristo quer mostrar a quantos perigos se expõem os que preferem levar as suas querelas e os seus processos até o fim extremo, em vez de transigirem amistosamente, com isso concitando-nos, por essa advertência, a que sempre busquemos a concórdia com todo o mundo – onde e como se poderá ver o purgatório no citado texto? Com um rápido exame da passagem, entendida em seu sentido imediato e simples, não se encontrará nela coisa alguma do que pretendem aqueles tais[c].

Eles ainda procuram basear uma prova do que alegam neste pronunciamento do apóstolo Paulo:[216] "E todo joelho se dobrará diante de Cristo, tanto dos que estão no céu como dos que estão na terra e nos infernos". Eles tomam como coisa certa e definida que não se deve entender que os do inferno [ali mencionados] padecem morte eterna, restando, portanto, a conclusão de que a referência á às almas do purgatório. Não seria um mau argumento, se pelo ato de ajoelhar o apóstolo se referisse à verdadeira adoração que os crentes prestam a Deus. Mas ele está simplesmente ensinando que Jesus Cristo recebeu o soberano senhorio

a. præsentissimo.
b. quadrantem.
c. Calvino polemiza aqui, mais uma vez, contra a interpretação alegórica das parábolas, a qual se esforça para dar a cada feito ou personagem de cada narrativa uma significação particular. Ele entende que cada parábola visa trazer à luz *uma* verdade espiritual, e que os pormenores só servem para ilustrar essa verdade central.

[215] Mt 5.25,26.
[216] Fp 2.10 [tradução direta].

do Pai sobre todas as criaturas. Por isso, que mal haverá em que entendamos que os do inferno são os demônios, os quais certamente comparecerão a juízo, perante o trono do Senhor, para reconhecerem publicamente, com temor e tremor, o seu Juiz, como o mesmo apóstolo expõe noutro lugar essa profecia? Eis o que diz o texto: "Todos compareceremos perante o tribunal de Deus... diz o Senhor, diante de mim se dobrará todo joelho",[217] etc.

Eles, porém, replicam, recorrendo à sua maneira ao texto de Apocalipse[218] onde se lê: "Então ouvi que toda criatura que há no céu e sobre a terra, debaixo da terra e sobre o mar, e tudo o que neles há, estava dizendo: Àquele que está sentado no trono e ao Cordeiro, seja o louvor, e a honra, e a glória, e o domínio pelos séculos dos séculos". Isso eu lhes concedo de bom grado. Mas, de que criaturas julgam eles que se fala nessa passagem? Pois estão incluídas criaturas que não possuem nem almas nem inteligência racional. Portanto, outra coisa não significa senão que todas as partes componentes do mundo, desde a cumeeira do céu até às profundezas da terra, cada uma a seu modo, engrandecem a glória do seu Criador.

Não darei nenhuma resposta aos que apresentam argumento baseado na história dos macabeus, para não parecer que eu aceito o respectivo livro como canônico.[219]

Mas não é que eles têm [ou julgam ter] uma fortaleza inexpugnável nas palavras que a seguir transcrevo do apóstolo Paulo?[220] Ei-las: "Se o que alguém edifica sobre o fundamento é ouro, prata, pedras preciosas, madeira, feno, palha, manifesta se tornará a obra de cada um; pois o Dia a demonstrará, porque está sendo revelada pelo fogo; e qual seja a obra de cada um o próprio fogo o provará. Se permanecer a obra de alguém que sobre o fundamento edificou, esse receberá galardão; se a obra de alguém se queimar, sofrerá ele dano, mas esse mesmo será salvo, todavia, como que através do fogo". De que fogo fala o apóstolo Paulo, dizem eles, senão do purgatório, pelo qual as nossas manchas são lavadas, para que entremos puros no reino de Deus? Respondo que até mesmo muitos dos antigos explicaram diversamente esse texto, entendendo que o fogo representa a cruz e as tribulações, pelas quais o Senhor prova os Seus para os purificar de todas as suas impurezas. E, de fato, isso é muito mais verossímil que um purgatório imaginário. Se bem que eu não tenho medo dessa opinião, porque, ao que me parece, eu tenho uma opinião mais certa e mais clara.

Consideremos: Primeiro, vemos que o apóstolo utilizou uma metáfora, ou uma símile, dando às doutrinas forjadas pelo cérebro humano estes nomes: madeira, feno e palha. Igualmente a razão dessa símile é evidente, a saber, que, assim como a madeira, tão logo se aproxime do fogo, é consumida, assim também essas doutrinas humanas não podem subsistir quando submetidas a exame e prova. Ora, é coisa notória que essa prova é feita pelo Espírito Santo. Para dar seguimento à símile e adequar uma parte a outra, Paulo descreveu a prova impos-

[217] Rm 14.10,11.
[218] Ap 5.13.
[219] Ver. João Calvino, As Institutas, II.5.18 e III.15.4.
[220] 1Co 3.12-15.

ta pelo Espírito Santo chamando-lhe fogo. Porque é com fogo que se provam melhor o ouro e a prata, para se verificar o seu grau de pureza. De igual modo, quando a verdade de Deus é diligentemente considerada mediante exame espiritual, por intermédio desse exame a sua autoridade é confirmada e fica mais forte. Assim como quando a madeira, o feno e a palha, sendo lançados ao fogo, logo são queimados[a] e reduzidos a cinzas, assim também as invenções humanas, não fundamentadas na Palavra de Deus, não podem suportar o exame feito pelo Espírito e são destruídas e reduzidas a nada.

Sumário exegético

Em suma, se as doutrinas inventadas pelos homens são comparadas com a madeira, o feno e a palha, os quais o fogo queima e reduz a nada, e essas doutrinas, que não passam de madeira, feno e palha, são destruídas e dissipadas pelo Espírito de Deus, logo, o que se conclui é que o Espírito é o fogo pelo qual elas são provadas.[221]

O Dia do Senhor: a prova final

Essa prova é denominada pelo apóstolo Paulo "dia do Senhor", conforme o uso da Escritura, a qual fala nesses termos toda vez que o Senhor, de um modo ou de outro, manifesta aos homens a Sua presença. Pois bem, o Seu rosto reluz para nós principalmente quando a Sua verdade nos ilumina. Já provamos que, nos escritos de Paulo, o fogo significa o exame ou a prova aplicada pelo Espírito Santo. Resta agora entender como serão salvos por esse fogo aqueles que terão perdido a sua obra. Não será difícil ver isso, se levarmos em conta o gênero de homens aos quais Paulo se refere. Porquanto ele menciona aqueles que, desejando edificar a igreja, mantêm o bom fundamento, mas lhe acrescentam material diferente e que não corresponde à qualidade do fundamento. Isto é, aqueles que se desviam dos artigos de fé mais importantes e indispensáveis. Contudo, nalgumas coisas eles se iludem, mesclando mentiras humanas com as verdades de Deus.

É, pois, necessário que essa classe de gente sofra a perda da sua obra, isto é, que aquilo que eles acrescentaram em meio à Palavra de Deus pereça e seja enterrado e pisado. Entretanto, a sua pessoa será salva; entenda-se, não que o seu erro e a sua ignorância são aprovados por Deus, mas sim que o nosso Senhor, pela graça do Espírito, retira-os e os livra. Por isso, é necessário que seja destruída a obra de todos quantos contaminaram ou contaminam a sagrada pureza das Escrituras com esse lixo imundo que é a doutrina do purgatório.

---

a. corripiuntur.

[221] "Pois o que é mais destrutivo do que confundir os crentes bem fundamentados na sã doutrina com um novo gênero de doutrinamento, de modo que não sabem com certeza onde estão ou para onde vão? Por outro lado, a doutrina fundamental, que não pode ser subvertida, é aquela que aprendemos de Cristo. Porquanto Cristo é o único fundamento da Igreja. Mas são muitos os que usam o nome de Cristo como cegos, e reviram de ponta cabeça a verdade universal de Deus." [J. Calvino, Exposição de 1 Coríntios, (1Co 3.11), p. 110-111]."Satanás jamais descansa enquanto não envida esforço para obscurecer, com suas mentiras, a santa doutrina de Cristo, e a vontade de Deus é que nossa fé seja provada com tais conflitos" [J. Calvino, Efésios, (Ef 4.14), p. 129].

Este capítulo estava sem as notas a, b, c etc. do original francês, por isso não pude formatá-lo corretamente. As notas 1, 2, 3 etc. estão no final do capítulo. Zenaide

CAPÍTULO VI

SOBRE A JUSTIFICAÇÃO PELA FÉ E OS MÉRITOS DAS OBRAS

[1536] Parece-me* que já expliquei acima, bastante acuradamente, que só resta um refúgio[a] para a salvação dos homens, o qual é a fé, uma vez que pela Lei todos eles estão debaixo de maldição. Também me parece que falei suficientemente de que fé se trata, como também disse quais bênçãos ou graças de Deus essa fé comunica ao homem, e quais os frutos que ela produz nele. E o resumo foi que pela fé nós recebemos e temos Jesus Cristo, como Ele nos é oferecido pela bondade de Deus, e que, sendo participantes dele, temos dupla graça. [1]

A primeira é que, sendo por Sua inocência reconciliados com Deus, temos no céu um Pai deveras clemente[b], e não um Juiz para nos condenar. A segunda é que somos santificados por Seu Espírito para refletirmos e programarmos uma vida[c] santa e inculpável.

Pois bem, quanto à regeneração, que é a segunda graça, foi dito o que julguei proveitoso. A justificação foi abordada ligeiramente, porque primeiro é preciso* entender que, como a fé não é ociosa e destituída de boas obras[d], assim por

---

No ***Sumário*** de Farel os capítulos que se seguem correspondem aos seguintes: VII, ***Sobre a Justiça;*** XII, ***Sobre os Méritos;*** XXI, ***Sobre as Boas Obras;*** XXII, ***Por que Devemos Praticar as Boas obras***.

Na *Instrução* de 1537 o artigo VII é intitulado: *Como somos restaurados à salvação* (*Op. selecta*, I, . 382); o artigo XVI: *Que somos justificados em Cristo pela fé* (*Op. selecta*, p. 393).

a. 1539: recuperandæ salutis subsidium.

b. Instrução 1537, VII: Começamos a elevar os olhos aos céus, os quais até então estavam fixos na terra.

c. *Instrução* 1537, XVII: Que pela fé somos santificados para obedecer à Lei: ...Pela participação do Seu Espírito, Ele nos santifica em toda a pureza e inocência.

d. *Instrução* 1537, XIX: Como se harmonizam a justiça das boas obras e a da fé

[1] "Para que nossa fé repouse verdadeira e firmemente em Deus, devemos levar em consideração, ao mesmo tempo, estas duas partes de seu caráter – seu imensurável poder, pelo qual ele pode manter o mundo inteiro sob seus pés; e seu amor paternal, o qual manifestou em sua Palavra." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 2, (Sl 46.7), p. 335-336]. "Fé verdadeira, é aquela que o Espírito de Deus sela em nosso coração." (J. Calvino, As Institutas, I.7.5).

ela obtemos justiça gratuita, graças à misericórdia de Deus; também é necessário entender quais são as boas obras dos santos, e nisso consiste uma parte da questão de que devemos que tratar.[a]

Portanto, agora devemos considerar mais extensamente o tema da justificação pela fé[b], e fazê-lo lembrando-nos de que este é o principal artigo da religião cristã[c],[2] para que cada um se empenhe diligentemente em conhecer as soluções a seu respeito. Porquanto não teremos nenhum fundamento para estabelecer a nossa salvação, se não soubermos qual é a vontade de Deus com relação a nós; como também não teremos fundamento algum para nos edificar na piedade e no temor de Deus[d]. Mas a necessidade que temos de entender esta matéria aparecerá melhor em decorrência da informação dada sobre ela. Ora, para que não suceda que sejamos apanhados logo no primeiro passo (o que aconteceria se entrássemos numa discussão sobre algo incerto), devemos explicar primeiro o sentido destas frases: ser justificado pela fé, ou pelas obras.

Justificado diante de Deus é aquele que é julgado justo perante o juízo de Deus e que é aceito como tendo satisfeito à Sua justiça[e].[3] Porque, assim como a iniqüidade é abominável a Deus, assim também o pecador não pode encontrar graça perante a Sua face. Por isso, onde estiver o pecado, lá se manifestarão a ira e a vingança de Deus[f]. Portanto, é justificado aquele que não pode ser tido como pecador, mas, sim, como justo, e que, por essa razão, pode subsistir no trono judicial[g] de Deus, diante do qual todos os pecadores tropeçam e são postos em confusão. Assim como qualquer homem, acusado injustamente, depois de examinado pelo juiz é absolvido e declarado inocente, dizendo-se dele que foi justificado com justiça[h],

a. *Sumário de Farel, XXVII: Sobre a adoração e o serviço dos santos*. A *Instrução* de 1537 não volta a incluir nenhum artigo especial sobre este assunto.

b. 1539 só tem: ea discutienda.

c. 1539: præcipuum sustinendæ religionis cardinem.

d. 1539 só tem: in deum pietatis.

e. *Instrução de* 1537: "O que nos é dito é que somos justificados pela fé, não que recebemos dentro de nós alguma justiça, mas, porque a justiça de Cristo nos é atribuída ao ponto de ser nossa, a nossa própria iniqüidade não nos é imputada". A última palavra, técnica, é neste passo evitada por Calvino em 1541. Entretanto, ela se encontra numa passagem sobre a Epístola aos Romanos (4.6) que Calvino tinha comentado em Estrasburgo (onde a primeira edição veio a público em 1540) e que ele cita bem mais adiante.

f. *Institutio* 1536, cap. I (*Op. selecta*, p. 40): omnes nos maledictione... dignos; quærendam igitur aliam salutis viam, quam per operum nostrorum justitiam.

g. 1539: consistit coram Dei tribunali. A *Instrução* de 1537, na explicação do *Credo*, emprega a expressão: "no conselho do grande Juiz".

h. 1539: apud judicem. (Linguagem jurídica.)

[2] Os sofistas buscam uma interpretação errada de Ef 2.10, argumentando: "Somos justificados mediante a fé, porque a fé pela qual recebemos a graça de Deus é o ponto de partida da justiça; mas nos tornamos justos por meio da regeneração, porque, sendo renovados pelo Espírito de Cristo, andamos em boas obras. E assim fazem da fé a porta pela qual nos introduzimos na justiça, mas acreditam que a obtemos por introduzimos na justiça, mas acreditam que a obtemos por meio das obras; ou, ao menos, definem justiça como sendo retidão, quando alguém é reformado para uma vida boa." [João Calvino, Efésios, (Ef 2.10), p. 63].

[3] "Devemos buscar refúgio na graciosa promessa da misericórdia que nos é oferecida em Cristo, para que saibamos com certeza que somos considerados justos aos olhos de Deus." [J. Calvino, Exposição de 1 Coríntios, (1Co 4.4), p. 131].

assim também diremos que foi justificado diante de Deus o homem que, tendo sido separado[i] do rol dos pecadores, tem Deus por testemunha e comprovador da sua justiça.

Diremos que o homem seria justificado diante de Deus por sua obras, se em sua vida houvesse tal pureza e santidade que mereceria o título de justo[a] diante de Deus; ou então, que seria justificado aquele que, pela integridade das suas obras, pudesse responder e satisfazer ao juízo de Deus. Ao contrário, será descrito como justificado pela fé aquele que, sendo excluído da justiça das obras, apropria-se* da justiça de Cristo pela fé; revestido desta, comparece à presença de Deus, não mais como pecador, mas como justo[b].

Uma justiça mista: imaginária

Todavia, visto que a maior parte dos homens imagina uma justiça mista, pela fé e pelas obras, mostremos também, antes de passarmos a outro ponto, que a justiça da fé difere de tal maneira da das obras que, se uma for estabelecida, a outra será anulada. Diz o apóstolo[1] que considera "todas estas coisas" como "esterco[c], para que possa ganhar a Cristo, e seja achado nele, não tendo a sua justiça, que vem da lei, mas a que vem pela fé em Cristo, a saber, a justiça que vem de Deus pela fé". Vemos nessa passagem que ele as compara*, por contraste, como coisas contrárias, e mostra que é necessário que aquele que quiser obter a justiça de Cristo abandone a sua própria. Por isso ele diz, noutro lugar[2], que essa foi a causa da ruína dos judeus, os quais, "procurando estabelecer a sua própria [justiça], não se sujeitaram à que vem de Deus". Se, vestindo[d] a nossa própria justiça, rejeitamos a de Deus, para obter esta é necessário que aquela seja totalmente abolida. É também o que ele quer dizer quando afirma que a nossa jactância "não é excluída pela lei, mas pela fé[3]". Disso decorre que, tendo-se em vista[e] que não há nem uma só gota de justiça em nossas obras, não temos em que nos gloriar. Portanto, se a fé exclui toda glória pessoal, a justiça da fé não pode coexistir com a das obras.[4]

i. 1539: exemptus

a. 1539: testimonium juistitiæ.

b. Instrução de 1537, XVI (*Op. selecta*, p. 393): Despojados da nossa justiça própria, somos revestidos da justiça de Cristo.

c. 1539: stercoribus. O texto (Fp 3.8) diz *skýbala*, e algumas traduções modernas se contentam com "detritos"; Calvino, em seu comentário (como aqui) diria: "Tudo isso considero como *esterco*...; quanto à palavra grega, Crisóstomo diz: palha. Os gramáticos dizem que significa aquilo que se lança aos cães".

Aqui se discute a questão da justiça imputada ou atribuída ao pecador, em virtude de uma declaração gratuita de Deus com base unicamente nos méritos de Jesus Cristo, e da justiça que só habita essencialmente no homem regenerado, em virtude da qual ele é feito justo diante de Deus e pratica boas obras, em cooperação com a graça santificante de Deus. Calvino se pronuncia a favor do primeiro termo da alternativa.

d. 1539: stabiliendo.

e. quantisper (a tal ponto).

[1] Fp 3.8,9 [tradução direta].

[2] Rm 10.3.

[3] Rm 3.27 [tradução direta].

[4] "Fora de Cristo não há justiça alguma, nem salvação e, em suma, nem mérito." [João Calvino, Efésios, (Ef 2.3), p. 54].

Foram os teólogos da Sorbonne[a] [os escolásticos] que ensoparam o mundo com essa falsa opinião, comumente aceita; mas o abuso deles é duplo. É que eles chamam de fé a certeza de que podem contar com a recompensa dada por Deus, e pelo nome de graça eles não entendem o dom da justiça gratuita que recebemos, mas, sim, a ajuda do Espírito Santo para o homem ter uma vida virtuosa e santa. Eles lêem nos escritos apostólicos[b] que "é necessário que aquele que se aproxima de Deus creia que ele existe e que se torna galardoador dos que o buscam[1] ". Ms eles não enxergam a maneira pela qual devemos aproximar-nos de Deus. Isso vamos mostrar logo adiante.

Que eles fazem violência à palavra "graça" vê-se nos seus livros. Pois o seu mestre das sentenças[c] [Pedro Lombardo], expõe a justiça que temos por meio de Cristo de duas maneiras[2] . Em primeiro lugar, diz ele, a morte de Cristo nos justifica quando gera caridade em nosso coração, e por ela somos feitos justos. Em segundo lugar, por ela é extinto o pecado, sob o qual o Diabo nos mantinha cativos; e de tal modo é extinto que já não pode dominar-nos. Vemos que o mestre das sentenças não leva em consideração a graça de Deus, a não ser no sentido de que somos dirigidos nas boas obras pelo poder do Espírito Santo. Ele teve a intenção de seguir a opinião de Agostinho, mas a segue de muito longe, e na verdade se desvia grandemente da fiel imitação. Porquanto, o que é dito claramente por este santo homem[d], ele obscurece; e o que este apresenta leve mancha de erro, ele corrompe totalmente. As escolas sorbonistas[e] vão sempre de mal a pior, e acabam tropeçando no erro de Pelágio[a]

Restrição ao ensino de Agostinho

Se bem que não devemos acatar integralmente as afirmações de Agostinho sobre este assunto. Sim, pois, embora ele despoje adequadamente o homem de todo louvor de justiça e atribua tudo a Deus, todavia atribui a graça à santificação, pela qual somos regenerados em novidade de vida. Ora, a Escritura, falando da fé, leva-nos por outro caminho; é que ela nos faz deixar de dar atenção às nossas obras para observarmos unicamente a misericórdia de Deus e a perfeita santidade de Cristo.[5] Porque ela nos mostra esta ordem na santificação: que de início Deus

a. scholastici.
b. "O apóstolo" não significa necessariamente Paulo. Calvino era um dos que, após exame, tinham recusado atribuir-lhe a autoria da Epístola aos Hebreus — quum firmis argumentis persuasi sumus alium esse autorem (*Op.* X, 225).
c. Lombardus. Pedro Lombardo, no II Livro das Sentenças, considera a *gratia operans* como um poder (virtus) que liberta a vontade e a torna capaz de praticar obras meritórias.
d. 1539 diz apenas: ab illo.
e. Adjetivo acrescentado em 1541.
a. ad quemdam pelagianismum.
[1] Hb 11.6.
[2] Lib. III, sent., dist. 19, c. I.
[5] "Não é propriamente nossas obras em si mesmas que Deus considera, e sim, sua graça em nossas obras" [João Calvino, Exposição de Hebreus, (Hb 6.10), p. 159].

acolhe o pecador por Sua bondade pura e gratuita, nada vendo nele, e atentando mais para a misericórdia que para a miséria [da vil condição humana]; em vista disso, Deus o vê inteiramente desnudo e vazio de boas obras; e, por isso, toma de Si mesmo razão para fazer-lhe bem[b]. A seguir, o pecador é tocado por Deus pela percepção da Sua bondade, a fim de que, deixando de confiar em tudo quanto tem, atribua totalmente a sua salvação a esta misericórdia que Ele lhe faz.

Eis aí, então, o sentimento ou a percepção da fé, pela qual o homem entra na posse da sua salvação*, quando ele se dá conta, pela doutrina do Evangelho, de que foi reconciliado com Deus; o que significa que, por meio da justiça de Cristo, tendo obtido a remissão dos seus pecados[c], ele é justificado. E também que foi regenerado pelo Espírito de Deus, não com base nas boas obras, as quais ele pratica, mas as pratica certo e seguro de que a sua justiça perpétua está firmada na justiça de Cristo. Quando tivermos esmiuçado[d] estas coisas em suas particularidades, o que temos sobre a matéria será explicado facilmente; se bem que elas serão digeridas melhor se as colocarmos noutra ordem, que nos propusemos seguir; mas isso pouco importa*, contanto que sejam deduzidas de tal maneira que tudo seja bem compreendido.

Correlação entre a fé e o Evangelho

Aqui devemos lembrar a correlação, que acima inserimos em nosso texto, entre a fé e o Evangelho. Porque nós dizemos que a fé justifica porquanto recebe a justiça oferecida pelo Evangelho. Ora, se no Evangelho a justiça nos é oferecida, com isso põe-se fim a toda e qualquer consideração das obras. Essa verdade o apóstolo Paulo mostra muitas vezes, principalmente em duas passagens. Na Epístola aos Romanos[1], comparando a Lei com o Evangelho, ele fala nestes termos: “A justiça que é da Lei é que todo aquele que puser em prática os mandamentos de Deus, viverá; mas a justiça da fé proclama salvação a quem com o coração crer e com a boca confessar Jesus Cristo, e confessar que o Pai o ressuscitou dos mortos”. Não vemos claramente que ele assinala esta diferença entre a Lei e o Evangelho, que a Lei atribui a justiça às obras e o Evangelho a oferece de graça, sem dar a mínima atenção às obras? É certamente uma passagem notável e que nos pode livrar[a] de muitas dificuldades. Porque essa é uma grande realização, se entendemos que a justiça a nós dada pelo Evangelho está livre das condições impostas pela Lei. Essa é a razão pela qual tantas vezes o apóstolo contrapõe a Lei à promessa como coisas mutuamente inadmissíveis. “Se a herança provém da lei”, diz ele [escrevendo aos gálatas], “já não decorre da promessa”; e diz outras

b. a se ipso causam petens cur illi benefaciat.
c. 1536, cap. II (credo... remissionem...): divinæ bonitatis fiducia freti..., jam ex parte justificati sumus...
d. 1539: sigillatim expensa.
a. extricare.
[1] Rm 10.5, 8-10 [tradução direta].

coisas semelhantes, que se encontram no mesmo capítulo[2]. É certo que a Lei também tem as suas promessas. É, pois, necessário que as promessas do Evangelho tenham alguma coisa especial e diferente, se não quisermos dizer que a comparação [por contraste] é inepta. Pois bem, qual será essa diferença, senão que são gratuitas e só firmadas na misericórdia de Deus? – notando-se que as promessas da Lei dependem da condição das obras.

A segunda passagem[a] é a seguinte[3]: "Pela lei, ninguém é justificado diante de Deus", o que se demonstra pelo fato de que "o justo viverá pela fé". Ora, a Lei não age segundo a fé, porque ela mesma declara que "aquele que observar os seus preceitos por eles viverá". Como poderia subsistir o argumento, se primeiro não ficasse resolvido que as obras não são levadas em conta? "A lei é diferente da fé", diz ele [versículo 12, tradução direta]. Em que difere? Ele acrescenta que é porque a Lei exige as obras para justificar o homem. Segue-se, então, que não são exigidas as obras quando o homem é justificado pela fé. É notório, nesta relação, que aquele que é justificado pela fé é justificado sem nenhum mérito de suas obras, e mesmo na ausência de todo e qualquer mérito.[6] Porque a fé recebe a justiça que o Evangelho oferece; e nisto se diz que o Evangelho difere da Lei – que a fé não liga a justiça às obras, mas a coloca unicamente na misericórdia de Deus. É uma dedução semelhante à que o apóstolo usa na Epístola aos Romanos – que Abraão não tem em que se gloriar, sendo que "a fé lhe foi imputada para justiça[4]". E na seqüência acrescenta o seguinte motivo: Quando não há nenhuma obra à qual seja pago algum salário, tem lugar a justiça da fé. "Onde há obras", diz ele, "o salário é entregue como algo devido; o que é dado à fé é gratuito."

O que vem a seguir visa o mesmo objetivo, a saber, que obtemos a herança celestial pela fé, para que entendamos que nos vem por obra da graça. O apóstolo infere que a herança celestial é gratuita, uma vez que a recebemos pela fé. Por que isso, senão porque a fé, não tendo suporte nenhum nas obras, descansa totalmente na misericórdia de Deus?

Forte combate a sofismas

Agora os leitores podem ver de que classe de eqüidade são os sofistas atuais em suas cavilações* que falseiam a nossa doutrina, segundo a qual o homem é justificado pela fé somente. Eles não se atrevem a negar que o homem é justificado pela fé, pois vêem que a Escritura diz isso muitas vezes; mas argumentam que, como a palavra "somente" não é expressa na Bíblia, nós a acrescentamos por nossa conta. Sendo assim, como responderão eles às palavras do apóstolo Paulo

a. Em 1536 este texto é examinado no capítulo I (de lege: ***Op. selecta***, I, p. 59).

[2] Gl 3.18 [ver todo o capítulo].

[3] Gl 3.11,12.

[6] "É preciso lembrar que sempre que atribuímos nossa salvação à graça divina, estamos confessando que não há mérito algum nas obras; ou, antes, devemos lembrar que sempre que fazemos menção da graça, estamos destruindo a justiça [procedente] das obras." [João Calvino, Exposição de Romanos, (Rm 11.6), p. 389].

[4] Rm 4.3-5 [tradução direta].

na passagem[1] em que ele argumenta no sentido de que a justiça não será pela fé se não for gratuita [e vice-versa]? Como harmonizar o que é gratuito com as obras? E que calúnia terão que fazer para se desembaraçarem[a] do que Paulo diz alhures [Rm 1.16], a saber, que "a justiça de Deus se revela no evangelho"! Se se revela, não é pela metade, nem, por algum pedaço, mas plena e perfeita[b]. Segue-se, pois, que a Lei é excluída.

E, de fato, não somente os rodeios deles falseiam a doutrina, mas também são totalmente ridículos, em dizerem que nós acrescentamos por nossa conta a palavra "somente" quando falamos sobre a "justificação pela fé". Porque aquele que elimina das obras todo o poder de justificar, não o atribui inteiramente à fé? Que outra coisa querem dizer estas declarações de Paulo: "a justiça nos é dada sem a lei"; "o homem é justificado gratuitamente, sem a ajuda das suas obras"? Eles têm aqui um subterfúgio bem sutil, pelo qual alegam que as obras cerimoniais são excluídas, não porém as obras morais. Solução inepta, apesar* de eles terem a seu lado Orígenes e alguns outros antigos mestres. Eles servem tão mal às suas escolas de pensamento, em suas incessantes discussões[a], que se vê que eles ignoram os princípios elementares da dialética. Decerto eles acham que o apóstolo está fora de si, quando apresenta estas citações dos testemunhos bíblicos com a intenção de comprovar a sua proposição: "Aquele que observar os seus preceitos [da lei] por eles viverá"; e mais: "Maldito todo aquele que não permanece em todas as coisas escritas no livro da lei, para praticá-las[2]"! Mas, se não foram cegados pela fúria, não dirão que a vida eterna é prometida aos que observam as cerimônias, nem que os transgressores delas é que são declarados malditos. Se é que se deve entender estas passagens da Lei moral, não há dúvida de que às obras morais é negado o poder de justificar. As razões empregadas pelo apóstolo visam um mesmo objetivo. Como quando ele diz[1]: "Se o conhecimento do pecado provém da lei, a justiça não provém [dela]". Também: "A lei gera a ira de Deus" e, portanto, não nos traz a salvação. Igualmente: "E como a lei não pode dar segurança às consciências, tampouco pode dar-lhes justiça". E ainda: "Uma vez que a fé é imputada para justiça, não é pelo salário das obras que a justiça nos é atribuída, mas esta é dom gratuito de Deus". Veja-se ainda: "Se somos justificados pela fé, toda a [nossa] glória é anulada". Finalmente: "Se a lei pudesse dar-nos vida, teríamos a justiça nela; mas Deus encerrou todas as criaturas debaixo do pecado, a fim de conceder a salvação prometida aos que crêem".

Que aqueles aos quais me oponho aleguem, se é que se atrevem, que as passagens acima citadas se referem às cerimônias, e não às obras morais; mas, se o fizerem, as criancinhas zombarão da impudência deles! Tenhamos, pois, como

---

a. eludent.
b. absoluta.
a. assidue rixando.
[1] Rm 4.16.
[2] Gl 3.10 e 12.
[1] Rm 3 e 4 [estes capítulos completos; tradução direta das partes transcritas].

coisa resolvida que, quando a Escritura nega à Lei o poder de justificar, é necessário entender que ela se refere à Lei universal[b] [ou seja, a toda a Lei]. Pois bem, se alguém mostrar surpresa pelo fato de que o apóstolo diz "as obras da lei", não se contentando em dizer simplesmente "as obras", temos a resposta à mão. É que as obras, supondo que tenham algum valor, são avaliadas mais pela aprovação que recebam de Deus que por sua própria dignidade. Porquanto, quem ousará gloriar-se em alguma justiça para com Deus, senão na que for por Ele aceita? E quem se atreverá a solicitar dele alguma recompensa, senão a que Ele prometeu? É, pois, pela benignidade de Deus que as obras serão dignas do título de justiça e receberão recompensa[a], se é que alguma vez e de algum modo elas podem ter alguma dignidade ou merecer alguma coisa!

O valor das obras está na obediência a Deus

E, de fato, todo o valor das obras baseia-se neste ponto: quando o homem visa obedecer a Deus por meio delas. Por isso o apóstolo, querendo provar noutra passagem[2] que Abraão não poderia ser justificado por suas obras, afirma que a Lei foi publicada cerca de quatrocentos anos depois de lhe haver sido outorgada a aliança da graça. Os ignorantes poderiam zombar desse argumento, achando que Abraão podia ter boas obras antes da publicação da Lei. Mas, como ele sabia muito bem que as obras só têm dignidade ou valor na medida em que são aceitas por Deus, tomou como coisa notória que elas não podiam justificar antes de serem feitas as promessas da Lei. Vemos então porque ele se expressa com os termos "obras da lei", em seu desejo de eliminar das obras a faculdade de justificar, a saber: porque ele não queria que as obras constituíssem matéria de controvérsia ou de contradição. Se bem que, às vezes, simplesmente e sem acréscimo, ele exclui todas as obras, como quando afirma que Davi atribui bem-aventurança ao "homem a quem Deus atribui justiça, independentemente de obras[3]". Portanto, os tais mestres, com todas as suas cavilações, não podem fazer com que deixemos de proclamar ampla e geral[a] exclusão [do poder das obras para justificar]. Também em vão buscam outra sutileza, dizendo que somos justificados somente pela fé, que atua pelo amor [Gl 5.6], querendo com isso significar que a justiça apóia-se na caridade (amor). Confessamos, em harmonia com o apóstolo Paulo, que não existe outra fé que justifique, senão a que vem unida ao amor. Mas a fé não toma do amor (caridade) o poder de justificar; e ela mesma não nos justifica por outra razão que não esta: Por ela somos inseridos na comunicação [ou seja, na comunhão, na co-participação] da justiça de Cristo. De outro modo, seria in-

b. tota.
a. mercede.
a. generalem exclusivam obtineamus.
[2] Gl 3.17,18.
[3] Rm 4.6.

vertido o argumento do apóstolo, a que ele dá seqüência vigorosamente, quando declara que "ao que trabalha, o salário não é considerado como favor, e sim como dívida[1]". Ao contrário, "ao que não trabalha, porém crê naquele que justifica o ímpio, a sua fé lhe é atribuída como justiça". Significa que só há justiça pela fé quando não existe nenhuma obra à qual se deva algum salário; e que assim, finalmente, a fé é imputada à justiça quando a justiça nos é dada por graça não devida.[7]

Definição

Consideremos agora se o que diz a definição por nós proposta é verdade: que a justiça da fé é a reconciliação com Deus, e que esta consiste na remissão dos pecados. Sempre nos é necessário retornar a esta máxima: A ira de Deus está preparada para todos os que persistem em ser pecadores. O que Isaías declarou muito bem, nestes termos[2]: "Eis que a mão do Senhor não está encolhida, para que não possa salvar; nem surdo o seu ouvido, para não poder ouvir". Mas as nossas[b] iniqüidades fazem separação entre Ele e nós; e os nossos pecados encobrem o Seu rosto de nós, para que não nos ouça. Ouvimos que o pecado é uma divisão entre Deus e o homem e que encobre o rosto de Deus do pecador [de modo que Ele não vê o pecador]. E a verdade é que Ele não pode agir doutra maneira, porquanto, uma coisa que absolutamente não convém à Sua justiça é ter aliança com o pecado.[8] Por essa razão diz o apóstolo Paulo[3] que o homem é inimigo de Deus, enquanto não é restaurado à Sua graça por Cristo. Assim é que aquele que Deus recebe em amor é declarado justificado, porque Ele só pode receber para estar em Sua companhia o pecador que Ele torna justo.[9] Acrescentamos que isso é realizado pela remissão dos pecados. Porque, se os que são reconciliados com Deus fossem julgados segundo as suas obras, seriam vistos como pecadores; e, não obstante, requer-se que sejam totalmente puros e limpos, sem nenhuma nódoa de pecado.

A justificação vista como remissão dos pecados

O que se vê, então, é que aqueles que Deus recebe por Sua graça são feitos justos no sentido de que são purificados, sendo as suas manchas eliminadas pela remissão dos pecados efetuada por Deus. E isso de tal maneira que essa justiça pode,

b. vestræ. A segunda pessoa (em 1539) é uma tradução mais exata do hebraico que a primeira pessoa (1541).

[1] Rm 4.4,5.

[7] "Nenhum outro jamais se apropriará corretamente da justiça divina senão aquele que a abraça como ela lhe é oferecida e apresentada na Palavra." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 2, (Sl 40.10), p. 233].

[2] Is 59.1,2.

[8] "Deus age consistentemente consigo mesmo, e jamais poderá desviar-se do que ele disser." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 2, (Sl 62.11), p. 581].

[3] Rm 5.6-11.

[9] "Os homens, pois, só serão bem-aventurados depois que forem gratuitamente reconciliados com Deus e reputados por ele como justos." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 1, (Sl 32.1), p. 39].

numa breve palavra, ser chamada remissão dos pecados[a]. Ambos os aspectos são claramente expostos por estas palavras do apóstolo Paulo[1]: "Deus estava em Cristo reconciliando consigo o mundo, não imputando aos homens as suas transgressões, e nos confiou a palavra da reconciliação". Pouco depois ele acrescenta a súmula da sua embaixada: "Aquele que não conheceu pecado, ele o fez pecado por nós" (isto é, Sacrifício, para o qual foram transferidos todos os nossos pecados[b]), "para que, nele, fôssemos feitos justiça de Deus". Ele emprega indiferentemente os termos "justiça" e "reconciliação" nessa passagem, de tal maneira que entendemos que um está contido no outro. A maneira de se obter essa justiça também é explicada, quando ele afirma que ela consiste nisto: Deus não nos imputa os nossos pecados.

Igualmente, na Epístola aos Romanos[2] Paulo prova, pelo testemunho de Davi, que a justiça é imputada ao homem sem as obras; pois Davi declara: "Bem-aventurados aqueles cujas iniqüidades são perdoadas, e cujos pecados são cobertos; bem-aventurado o homem a quem o Senhor jamais imputará pecado". Não há dúvida de que Davi re refere à justiça quando fala em bem-aventurança. Uma vez que ele afirma que ela consiste na remissão dos pecados, não temos necessidade* de defini-la diferentemente. De igual modo[a] Zacarias, pai de João Batista, identifica o conhecimento da salvação com a remissão dos pecados[3]. Seguindo essa linha, o apóstolo Paulo conclui a pregação que fez Antioquia, sobre a essência da salvação dos seus ouvintes, com estas palavras[4]: "Tomai, pois, irmãos, conhecimento de que se vos anuncia remissão de pecados por intermédio deste [Jesus Cristo]; e, por meio dele, todo o que crê é justificado de todas as cousas das quais vós não pudestes ser justificados pela lei de Moisés". Ele junta de tal modo a justiça à remissão dos pecados que com isso mostra que elas são uma e a mesma coisa. É, pois, com razão que ele sempre afirma que a justiça que obtemos pela bondade de Deus é gratuita.

Disso decorre também que é somente por meio da justiça de Cristo que nós somos justificados diante de Deus. Isso equivale a dizer que o homem não é justo de si e por si, mas porque a justiça de Cristo lhe é comunicada por imputação. Isso é algo que merece diligente observação. Porque dessa forma se desvanece a fantasia segundo a qual o homem é justificado pela fé, sendo que por esta ele recebe [algo] do Espírito de Deus, pelo qual é tornado justo [de um modo que pressupõe a existência de alguma coisa no homem que entra como componente da sua justificação]. Essa idéia vai contra a doutrina acima exposta, porque não

a. *Instrução de* 1537, XVI (*Op. Calv.*, p. 393): "Pode-se chamar esta justiça remissão de pecados, numa breve expressão".
b. deposuit.
a. proinde.
[1] 2Co 5.19-21.
[2] Rm 4.6-8.
[3] Lc 1.77.
[4] At 13.38,39.

há dúvida nenhuma de que aquele que deve buscar justiça fora do seu ser é desnudado da sua própria.

Pois bem, isso é claramente demonstrado pelo apóstolo, quando ele diz[1]: "Aquele que é inocente levou sobre si os nossos crimes, sendo apresentado em sacrifício por nós, a fim de que nele fôssemos justos diante de Deus". Vemos que o apóstolo encontra a nossa justiça em Cristo, não em nós; que a justiça não nos pertence por nenhum outro direito[a], senão porque somos participantes de Cristo. Porque, tendo Cristo, temos com Ele todas as Suas riquezas. Em nada vai contra isso o que ele diz noutro lugar[2], que "o pecado foi condenado pelo pecado[b] na carne de Cristo, para que a justiça de Deus[c] fosse cumprida em nós". O cumprimento aí referido é o que obtemos por imputação. Porque o Senhor Jesus nos comunica de tal maneira[d] a Sua justiça que, por um poder indescritível, ela é transferida para nós, ao passo que Ele sofre o juízo de Deus. Que o apóstolo não quer dizer outra coisa vê-se por esta sua declaração, feita pouco antes[3]: "Como, pela desobediência de um só homem, muitos se tornaram pecadores, assim também, por meio da obediência de um só, muitos se tornarão justos". Que outra coisa é colocar a nossa justiça na obediência de Cristo, senão declarar que somos justos porque a obediência de Cristo nos é concedida e recebida em pagamento, como se fosse nossa? Por isso me parece que Ambrósio[4] captou bem o exemplo dessa justiça na bênção de Jacó. É que Jacó, não tendo merecido pessoalmente a primogenitura, disfarçou-se na pessoa do seu irmão, vestiu a roupa dele, que recendia odor favorável, e foi ter com seu pai para receber dele a bênção pertencente a outrem[5]. Assim também é necessário que nos ocultemos sob a roupa de Cristo, o nosso irmão primogênito, para podermos dar testemunho da justiça perante o rosto do nosso Pai celeste. Porque, para podermos comparecer diante de Deus na condição de salvos, é preciso que tenhamos o agradável odor de Cristo, e que os nossos erros e maldades sejam cobertos por Sua perfeição.[10]

O fundamento dos pontos em discussão

Bem se vê, pelos claros testemunhos citados, que todas estas coisas são mais que verdadeiras. Todavia, não se poderá ver quanto elas são necessárias, enquanto

a. eo jure competere (expressão jurídica).
b. de peccato. Quer dizer: Deus condenou o pecado na carne enviando, *por causa do pecado*, Seu próprio Filho em carne semelhante à nossa.
c. No melhor texto grego temos: justiça *da lei*.
d. eo jure (expressão jurídica).
[1] 2Co 5.21 [tradução direta].
[2] Rm 8.3 [tradução direta].
[3] Rm 5.19.
[4] Lib. II, de Jacob et vita beata.
[5] Gn 27.
[10] "Deus, desde toda a eternidade, decretou justificar todos os eleitos; e Cristo, no cumprimento do tempo, morreu pelos pecados deles e ressuscitou para a justificação deles; contudo, eles não são justificados até que o Espírito Santo, no tempo próprio e de fato, comunica-lhes Cristo" [Confissão de Westminster, XI.4].

não tivermos demonstrado com maior clareza o que deve ser entendido como o fundamento de toda essa discussão. Quanto à primeira delas, devemos lembrar-nos de que o nosso propósito não é ver como o homem se achará justo[a] diante da cátedra de algum juiz terreno[b], mas sim diante do trono[c] celestial de Deus. Isso para que não usemos a nossa medida[d] para medir a integridade que julgarmos necessária para satisfazer ao juízo de Deus.

Pois é de causar assombro, mas essa temeridade e audácia é praticada comumente. E até é coisa notória que não faltam os que mais insolentemente e com maior presunção[e] ousam tagarelar sobre a justiça das obras, excedendo aos que são abertamente[f] maus e aos que se perdem em vícios e concupiscências[g]. Isso acontece porque eles não pensam na justiça de Deus; se para com esta eles tivessem a mínima sensibilidade que fosse, jamais fariam tal[h] zombaria.

Ora, a justiça de Deus é menosprezada e escarnecida além da razão quando não é reconhecida como tão perfeita que nada lhe é aceitável, senão o que é íntegro[a], puro e limpo de toda mancha, e de tal perfeição que não precisa de nenhum acréscimo ou correção. Isso jamais se pôde encontrar em nenhum homem na terra, e jamais se encontrará.

O tribunal não é de homens; é de Deus!

Sem dúvida é fácil[b] para qualquer pessoa discutir levianamente estas coisas à sombra de cátedras humanas, na tentativa de mostrar a dignidade que as obras têm para justificar o homem[1]. Mas, quando se trata de comparecer diante[c] de Deus, é necessário pôr de lado todas essas baboseiras[d]; porque o processo é conduzido com seriedade e conhecimento de causa, e não mediante discussões* frívolas. Para isso é preciso adestrar o nosso entendimento, se é que desejamos averiguar com proveito a verdadeira justiça. Quero dizer com isso que precisamos pensar em como poderemos responder ao Juiz celestial, quando Ele nos

a. Acréscimo ao texto latino.
b. de humani fori justitia (termos jurídicos).
c. tribunalis.
d. modulum.
e. plenioribus buccis.
f. palpabilibus morbis prodigiose laborant.
g. Quato palavras acrescenrtadas.
h. Não se compreende o calvinismo, como tampouco o agostinianismo, se não se tem em vista o seu ponto de partida: Um conhecimento mais profundo do pecado do homem e da santidade de Deus.

Aqui são reimpressos (na ordem inversa) dois argumentos de 1536.

a. integrum et absolutum.
b. 1536: Facile scilicet et cuivis in promptu est hæc in cellis et cathedris sub umbra disputare. (Cena pitoresca de monges discutindo picuinhas à fresca sombra de uma cela ou de um claustro ou de uma sala de aula.) (Cf. p. 299, n. a.)
c. umbraculis.
d. logomachia.

[1] Tradução livre, aproveitando parte do texto francês, rasurado no exemplar que tenho em mãos, e parte da nota em latim. No texto francês falta a indicação da nota c, que coloquei junto à expressão: diante de Deus. Nota do tradutor.

chamar a contas. É, pois, necessário que demonstremos em Seu tribunal não o que o nosso entendimento imagina por si mesmo, mas o que nos é descrito na Escritura. Sim, pois, face à claridade da Palavra de Deus as estrelas se obscurecem; por seu poder os montes se derretem como a neve ao sol; ante a sua ira a terra se abala; por sua sabedoria os sábios são surpreendidos em suas sutilezas; sua pureza é tão grande que, comparadas com ela, todas as coisas são imundas e poluídas; sua justiça os anjos não podem suportar; dela o malfeitor não recebe perdão; e a sua vingança, uma vez inflamada, penetra até às profundezas da terra[2]. Portanto, que nos sirvamos da Palavra de Deus para examinar as obras dos homens!

Tremenda coisa é confrontar-nos com o tribunal de Deus!

Quem se atreverá a aproximar-se do tribunal de Deus sem tremer, quando o profeta fala[e]: "Quem dentre nós habitará com o fogo devorador? Quem dentre nos habitará com chamas eternas? O que anda em justiça e fala o que é reto...[3]"! Quem faz jus a isso que se apresente! Mas a seguinte resposta faz com que ninguém ouse aparecer. Pois, por outro lado, esta voz horrível só pode nos fazer tremer: "Se observares, Senhor, iniqüidades, quem, Senhor, subsistirá?[4]". Se Deus agisse dessa forma, seria mais que certo que, incontinenti, todo o mundo pereceria! Pois, como está escrito noutra parte[5]: "Seria, porventura, o mortal justo diante de Deus? Seria, acaso, o homem puro diante do seu Criador? Eis que Deus não confia nos seus servos e aos seus anjos atribui imperfeições; quanto mais àqueles que habitam em casas de barro, cujo fundamento está no pó, e são esmagados como a traça!" E mais[1]: "Eis que Deus não confia nem nos seus santos; nem os céus são puros aos seus olhos, quanto menos o homem, que é abominável e corrupto, que bebe a iniqüidade como a água!"

É preciso, então, que abramos os olhos e que tratemos de aprender a tremer, em vez de ficar concebendo atrevimentos. Porque nos é fácil (quando cada um de nós se compara com os outros homens) pensar que temos alguma coisa que os demais não devem menosprezar; mas quando subimos a Deus, essa confiança é destruída e aniquilada num instante[a]. E, para dizer a verdade, o mesmo que acontece com o nosso corpo com relação ao céu, acontece com a nossa alma com relação a Deus. Pois enquanto o homem se limita a olhar o que está ao seu redor, sua vista lhe parece boa e forte; mas, se ele ergue os olhos para o Sol, sua claridade o ofuscará de tal maneira que ele vai sentir grande fraqueza em sua vista, e vai achar que não é capaz de observar nem as coisas menores[a]. Portanto, não nos

e. Acréscimo de 1541.
a. dicto citius.
a. inferiorum (1541, por erro: interiores).
[2] Na dúvida, veja os profetas, e, principalmente, o Livro de Jó.
[3] Is 33.14,15.
[4] Sl 130.3.
[5] Jó 4.17-19.
[1] Jó 15.15,16.

enganemos firmando-nos numa falsa confiança. Se nós formos iguais ou superiores a todos os outros homens, isso nada significará em relação a Deus, e é Deus que deve ser o centro de referência para avaliarmos a nós mesmos. E se a nossa presunção não for domada por essas admoestações, o Senhor nos responderá dizendo-nos o que disse aos fariseus[2]: "Vós sois os que vos justificais a vós mesmos diante dos homens, mas Deus conhece o vosso coração; pois aquilo que é elevado entre os homens é abominação diante de Deus". Vamos então gabar-nos orgulhosamente da nossa justiça entre os homens, enquanto Deus no céu a tem como abominação?!

Outra é a atitude dos verdadeiros servos de Deus

Mas, que fazem, ao contrário, os servos de Deus verdadeiramente instruídos por Seu Espírito? Certamente eles dirão com Davi[3]: "Não entres em juízo com o teu servo [ó Deus], porque à tua vista não há justo nenhum vivente". E com Jó[4]: "Como pode o homem ser justo para com Deus? Se quiser contender com ele, nem a uma de mil cousas lhe poderá responder". Agora vemos claramente de que classe é a justiça de Deus. Vemos que a Sua justiça não se satisfaz com obras humanas, sejam quantas e quais forem, e que ela nos acusa de mil crimes, sem que possamos purificar ou pagar sequer um. Certo é que o próprio apóstolo Paulo, que era um vaso escolhido, tinha isso bem presente em seu coração quando confessou que, não tendo má consciência, ou não sendo acusado de nada por sua consciência, apesar disso não se julgava justificado[5]. Porque, se as estrelas, que durante a noite se vêem tão claras e brilhantes, perdem toda a sua luz quando sai o sol, que pensamos nós que vai acontecer com a maior inocência que se possa imaginar no homem, quando for comparada com a pureza de Deus?

Porque será um exame estupendamente rigoroso e sondará os pensamentos mais secretos do coração; e, como diz o apóstolo Paulo[1], o Senhor "não somente trará à plena luz as cousas ocultas das trevas, mas também manifestará os desígnios dos corações", constrangendo a consciência, embora esta resista ou recue, a produzir daí em diante o que até então tinha deixado no esquecimento. Por outro lado, o Diabo, como acusador, continuará a perseguir e a pressionar o homem. Ele saberá muito bem recorrer a todos os seus terríveis crimes e maldades com os quais o tenta. Nessas circunstâncias, de nada valerão a pompa e a aparência das obras externas, que agora se têm em alta estima. Será unicamente uma questão de sinceridade de coração. Porquanto, toda hipocrisia, não somente a daqueles que fingem diante dos homens mas secretamente reconhecem que são maus; mas também a daqueles que se jactam diante de Deus (como somos propensos a nos

[2] Lc 16.15.
[3] Sl 143.2.
[4] Jó 9.2,3.
[5] 1Co 4.4.
[1] 1Co 4.5.

enganar, por exagerarmos a consideração por nós mesmos) – toda e qualquer hipocrisia se abalará em grande confusão, na mesma proporção em que agora se embriaga de orgulho e presunção. Aqueles que, diante de tal espetáculo, não elevam os seus sentimentos e os seus pensamentos, podem sentir-se tranqüilos[a] por breve período de tempo, atribuindo justiça a si mesmos. Mas essa justiça será imediatamente[b] destruída* no juízo de Deus, de modo que o homem que tinha sonhado[c] com grandes riquezas vê-se vazio quando é despertado.

Ao contrário[d], todos os que buscarem, como na presença de Deus, a verdadeira regra de justiça, verão, por certo, que todas as obras dos homens, se avaliadas segundo a sua própria dignidade, não passam de lixo e de vileza; e o que comumente se considera justiça não é nada mais nada menos que iniqüidade diante de Deus; o que se considera integridade não passa de corrupção; o que se considera glória não é senão ignomínia.

Depois de contemplar essa perfeição[2] de Deus, é necessário que desçamos e que nos examinemos sem vanglórias e sem nos deixarmos enganar pelo amor próprio. Pois não será de admirar se estivermos cegos nessa questão, enquanto não nos guardarmos dessa insensata e perigosa tendência que temos de amar a nós mesmos. A Escritura mostra que isso está naturalmente arraigado em nós. "Todo caminho do homem é reto aos seus próprios olhos", diz Salomão[3]. E mais: "Todos os caminhos do homem são puros aos seus olhos". E então? Por esse erro o homem é absolvido? Muito ao contrário, como Salomão diz na seqüência: "O Senhor sonda os corações" e "o Senhor pesa o espírito". Quer dizer: Enquanto o homem se gaba da aparência exterior de justiça que ele tem, o Senhor examina em Sua balança[a] toda a iniqüidade e todo o lixo ocultos no coração. Portanto, visto que o homem não tem proveito nenhum em se gabar, não nos iludamos voluntariamente em nossa própria desgraça. Ora, para que possamos raciocinar[b] bem, é necessário levar a nossa consciência ao trono[c] judicial de Deus. Porque a Sua luz é muito necessária para revelar e pôr a descoberto os esconderijos da nossa iniqüidade, os quais aliás são muito profundos e obscuros. Se fizermos isso, veremos o que quer dizer esta sentença: Falta muito para que o homem seja justificado diante de Deus, visto que é "abominável e corrupto", é "gusano", é "verme", e "bebe a iniqüidade como a água[1]". Sim, pois, quem tornará puro e limpo* aquele que foi concebido de semente impura? Ninguém. Experimentaremos também o que

a. suaviter quidem et placide...
b. mox excutienda.
c. per somnium.
d. Desenvolvimento de um parágrafo de 1536: Excidunt certe a sui cognitione qui alios se esse existimant, quam scriptura describit, etc.
a. Acréscimo de 1541.
b. excutiamus.
c. tribunal.

[2] Lembre-se o leitor de que Calvino costumava denominar "perfeições" os atributos de Deus. Nota do tradutor.
[3] Pv 21.2 e 16.2.
[1] Jó 15.16 e 25.6.

Jó dizia de si mesmo[2]: "Se eu quiser me mostrar inocente, a minha própria boca me condenará; se eu quiser me apresentar como justo, ela provará que sou mau". Note-se que a seguinte lamentação do profeta sobre a sua época não pertence a um século apenas, mas é comum a todas as eras. Diz ele que "todos nós andávamos desgarrados como ovelhas; cada um se desviava pelo cminho[3]". Pois bem, o rigor desse exame deve prosseguir até que sejamos dominados por tal assombro[a] diante do que virmos em nós mesmos que nos disponhamos a receber a graça do Senhor. Pois aquele que pensa que pode ter gozo sem se desfazer totalmente da arrogância de coração, engana-se rotundamente. É notória a seguinte sentença: "Deus resiste aos soberbos; contudo, aos humildes concede a sua graça[4]".

O único recurso é a misericórdia de Deus

Mas, de que maneira podemos humilhar-nos, senão que, estando vazios e pobres, demos lugar à misericórdia de Deus?[11]

[1536] Eu não considero que temos humildade, se julgamos ter de resto alguma coisa. E, de fato, tem sido ensinada uma heresia muito perniciosa, juntando-se estas duas afirmações: que é necessário que nos achemos humildes diante de Deus, e, todavia, que tenhamos alguma consideração pela nossa justiça pessoal. Esse ensino é errôneo e pernicioso porque, se confessarmos diante de Deus alguma coisa diferente do que temos em nosso coração, estaremos mentindo perversamente a Ele.[12]

A humildade que se requer

[1539] Agora, não podemos sentir a nosso respeito o que convém que sintamos, a não ser que tudo o que nos parece excelente em nós seja posto por terra e pisado[a]. Daí, quando ouvimos da boca do profeta[5], "Tu [Senhor] salvas o povo humilde, mas os olhos altivos tu os abates", o primeiro pensamento que nos ocorre é que não teremos nenhum acesso à salvação, se não nos desfizermos de todo orgulho e não nos enchermos da verdadeira humildade. A segunda é que essa humildade não é senão a modéstia pela qual não retemos conosco nem um fio de cabelo de nossos direitos e assim nos rebaixamos diante de Deus (como entre os homens chamamos humildes os que não se exaltam com altivez e não desprezam o próxi-

a. consternationem.
a. conteratur.
[2] Jó 9.20 [tradução direta].
[3] Is 53.6.
[4] 1 Pe 5.5.
[11] "Os homens se acham num deplorável estado a menos que Deus os trate misericordiosamente, não debitando seus pecados em sua conta" [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol 1, (Sl 32.1), p. 39].
[12] "Os homens jamais encontrarão um antídoto para suas misérias, enquanto, esquecendo-se de seus próprios méritos, diante do fato de que são os únicos a enganar a si próprios, não aprenderem a recorrer à misericórdia gratuita de Deus." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 1, (Sl 6.4), p. 128-129].
[5] Sl 18.27.

mo, como se julgassem ter algum valor); pois a verdadeira humildade é o desprezo sincero do nosso próprio coração, um autodesprezo procedente de uma real percepção da nossa miséria e pobreza, pelo que o nosso coração se abate.

Porquanto, é dessa forma que a Palavra de Deus sempre descreve a humildade. Quando o Senhor diz por meio de Sofonias[1], "tirarei do meio de ti os que exultam na sua soberba... mas deixarei, no meio de ti, um povo modesto e humilde,[13] que confia em o nome do Senhor", não demonstra Ele claramente quem são os humildes? Não demonstra que para Ele os humildes são os que se afligem pelo reconhecimento da sua pobreza? Por outro lado, Ele define os orgulhosos como aqueles que se alegram em sua soberba. Porque, quando os homens prosperam, costumam alegrar-se.[14] Já aos humildes, que Deus quer salvar, Ele não deixa coisa alguma, exceto a esperança em Deus. Semelhantemente se vê em Isaías[2]: "O homem para quem olharei é este: o aflito e abatido de espírito e que treme da minha palavra". E de novo: "Porque assim diz o Alto, o Sublime, que habita a eternidade, o qual tem o nome de Santo: Habito no alto e santo lugar, mas habito também com o contrito e abatido de espírito, para vivificar o espírito dos abatidos e vivificar o coração dos contritos". Ouvindo tantas vezes a palavra "aflição", precisamos entendê-la como uma chaga que aflige todo o homem, e o seu coração sofre tal desolação que ele fica abatido, caído por terra, sem poder levantar-se. É necessário que o nosso coração seja ferido por uma aflição semelhante a essa, se queremos ser exaltados junto com os humildes. Se não tomarmos essa atitude, seremos humilhados pela poderosa mão de Deus, para a nossa maior vergonha e confusão.

---

[1] Sf 3.11,12[b].

[13] A palavra hebraica (lalfD) (dălal) tem o sentido de pobreza, predominando a idéia de debilidade, fraqueza, insignificância, indefeso. Numa outra palavra derivada desta (hfLaD) (dallăh), predomina o conceito de gente pobre, insignificante, que passa por privação física, sendo a pobreza um estado ou meta, apresentando um contraste com a fartura (Gn 41.19). A palavra descreve uma classe social de Israel (2Rs 24.14; 25.12). Estes, Nabucodonosor não quis nem levar para o exílio: "Transportou a toda Jerusalém; todos os príncipes, todos os homens valentes, todos os artífices e ferreiros, ao todo dez mil; ninguém ficou senão o povo pobre (lalfD) da terra" (2Rs 24.14). "...Dos mais pobres (lalfD) da terra deixou o chefe da guarda ficar alguns para vinheiros e para lavradores" (2Rs 25.12).

[14] "Ninguém possui coisa alguma, em seus próprios recursos, que o faça superior; portanto, quem quer que se ponha num nível mais elevado não passa de imbecil e impertinente. A genuína base da humildade cristã consiste, de um lado, em não ser presumido, porque sabemos que nada possuímos de bom em nós mesmos; e, de outro, se Deus implantou algum bem em nós, que o mesmo seja, por esta razão, totalmente debitado à conta da divina graça." [João Calvino, Exposição de 1 Coríntios, (1Co 4.7), p. 134-135]. "À luz desse fato aprendemos, também, que os que são responsáveis pelo presunçoso uso da bondade divina, se aproveitam dela para orgulhar-se da excelência que possuem, como se a possuíssem por sua própria habilidade, ou como se a possuíssem por seu próprio mérito; enquanto que sua origem deveria, antes, lembrá-los de que ela tem sido gratuitamente conferida aos que são, ao contrário, criaturas vis e desprezíveis e totalmente indignas de receber algum bem da parte de Deus. Qualquer qualidade estimável, pois, que porventura virmos em nós mesmos, que ela nos estimule a celebramos a soberana e imerecida bondade que a Deus aprouve conceder-nos." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 1, (Sl 8.4), p. 165-166].

[2] Is 66.2 e 57.15.

b. 1539: *Zephaniam*. 1541 diz, por erro: *Zacharie*.

Acresce que o nosso Senhor, não satisfeito com o uso de palavras, grava com uma figura, como que num quadro, a verdadeira imagem da humildade[3]. Pois Ele nos apresenta o publicano que, não vendo no que se gloriar e não se atrevendo a elevar os olhos para as alturas, com grande gemido ora desta maneira: "Ó Deus, sê propício a mim, pecador!" Não vamos pensar que é sinal de falsa modéstia ele não ousar contemplar de perto o céu e bater no peito ao confessar-se pecador; são na verdade testemunhos de afeto do coração. O Senhor apresenta, por outro lado, o fariseu, que dá graças a Deus por não ser como os outros – ladrões, injustos e adúlteros, e que jejua duas vezes por semana e dá o dízimo de todos os seus bens. Ele confessa francamente que tem sua justiça pela graça de Deus, mas, como confia que é justo por suas obras, torna-se abominável a Deus. Ao contrário, o publicano é justificado por reconhecer a sua iniqüidade. Podemos ver muito bem nesse ensino como é agradável a Deus a nossa humildade; a tal ponto que o coração não pode receber a misericórdia de Deus, se não estiver vazio de toda e qualquer idéia positiva que faça da sua própria dignidade, notando-se que o coração só poderá ter alguma dignidade se esta estiver firmada na graça de Deus. E, a fim de que não houvesse dúvida nenhuma com relação a esta verdade, o Senhor Jesus foi enviado por Seu Pai à terra, com este mandamento, [como diz o Messias]: "...o Senhor me ungiu para pregar boas novas aos quebrantados, enviou-me a curar os quebrantados de coração, a proclamar libertação aos cativos e a pôr em liberdade os algemados; ...a consolar todos os que choram e a pôr sobre os que em Sião estão de luto uma coroa, em vez de cinzas, óleo de alegria, em vez de pranto, veste de louvor, em vez de espírito anagustiado[1]". Cumprindo o mandamento, Ele não convida a receberem a Sua bênção senão os cansados e sobrecarregados[2].[15]

---

[3] Lc 18.13.

[1] Is 61.1-3; cf. Lc 4.18.

[2] Mt 11.28.

[15] Calvino citando a Agostinho, diz: "Se me interrogues acerca dos preceitos da religião cristã, primeiro, segundo e terceiro, aprazer-me-ia responder sempre: a humildade." [J. Calvino, As Institutas, II.2.11]. Tapeinofrosu/nh (*At 20. 19; Ef 4.2; Fp 2.3; Cl 2.18,23; 3.12; 1Pe 5.5) significa "*modéstia de mente*". A palavra (tapeino/j) tinha originalmente o sentido depreciativo de "estar em baixo", indicando de modo figurado o "*socialmente baixo*", "*pobre*", "de pouca influência social", o escravo que assumiu uma atitude de submissão bajulante, etc. O composto tapeinofrosu/nh apresenta sempre uma conotação depreciativa. Portanto, para o pensamento grego a *humildade* estava longe de ser considerada uma virtude. A humildade é um termo alcunhado pelo Cristianismo, concedendo-lhe um novo sentido. No entanto, enquanto os gregos tinham como centro de gravidade o homem, na teologia bíblica encontramos o centro de todo o significado da existência em Deus, daí que, na concepção grega a modéstia era considerada coisa vergonhosa, devendo ser evitada. Já no pensamento bíblico, as palavras relacionadas à humildade descrevem o correto relacionamento entre o homem e Deus e o homem com o seu próximo. Daí Paulo orientar aos romanos dentro de um parâmetro totalmente diferente do secular: "Tende o mesmo sentimento uns para com os outros; em lugar de serdes orgulhosos, condescendei com o que é humilde (tapeino/j); não sejais sábios aos vossos próprios olhos" (Rm 12.16). "O que ele tem em mente é que o cristão não deve desejar com obsessiva ambição aquelas realizações pelas quais ele exceda a outrem, nem alimentar sentimentos de superioridade; mas, ao contrário, deve ponderar com discrição e mansidão. E são estas que fazem a diferença na presença do Senhor, e não o espírito de soberba ou de desdém demonstrado contra os irmãos. (...) Nada é mais danoso para destruir a unidade cristã do que nos exaltarmos e aspirarmos uma posição mais elevada que a dos outros, sentindo-nos superiores aos demais. (...) A moderação é a principal virtude dos crentes; ou, antes,

submissão, que sempre prefere atribuir honra a outrem a recebê-la para si próprio." [João Calvino, Romanos, 2ª ed. (Rm 12.16), p. 452].

Todas as nossas atitudes e relações devem ser mantidas com humildade: "Nada façais por partidarismo ou vanglória, mas por humildade (tapeinofrosu/nh), considerando cada um os outros superiores a si mesmo" (Fp 2.3). "Finalmente, sede todos de igual ânimo, compadecidos, fraternalmente amigos, misericordiosos, humildes (tapeino/frwn), não pagando mal por mal ou injúria por injúria; antes, pelo contrário, bendizendo, pois para isto mesmo fostes chamados, a fim de receberdes bênção por herança" (1Pe 3.8-9).

Devemos servir ao Senhor com humildade. A recomendação de Paulo certamente trazia à memória dos presbíteros, aquela despedida de Paulo, anos antes, quando se reuniu com eles em Mileto. Considerando-os como testemunhas que foram do seu serviço durante aqueles três anos em que passou em Éfeso, disse-lhes: "....Vós bem sabeis como foi que me conduzi entre vós em todo o tempo, desde o primeiro dia em que entrei na Ásia, servindo ao Senhor com toda a humildade (tapeinofrosu/nh), lágrimas e provações que, pelas ciladas dos judeus, me sobrevieram" (At 20.18-19).

Aliás, este foi o procedimento comum de Paulo por onde passava. Aos coríntios, faz uma pergunta embaraçante: "Cometi eu, porventura, algum pecado pelo fato de viver humildemente (tapeino/w), para que fôsseis vós exaltados, visto que gratuitamente vos anunciei o evangelho de Deus?" (2Co 11.7).

Em Cristo a humildade tornou-se uma virtude. Portanto, temos como modelo do nosso procedimento o próprio Senhor Jesus Cristo, que diz: "Tomai sobre vós o meu jugo e aprendei de mim, porque sou manso e humilde (tapeino/j) de coração; e achareis descanso para a vossa alma" (Mt 11.29). Ele se humilhou assumindo a forma de servo. Ele mesmo nos convida a aprender dele. Paulo, seguindo a orientação de Cristo, desafia-nos a ter este mesmo sentimento: "Tende em vós o mesmo sentimento que houve também em Cristo Jesus, pois ele, subsistindo em forma de Deus, não julgou como usurpação o ser igual a Deus; antes, a si mesmo se esvaziou, assumindo a forma de servo, tornando-se em semelhança de homens; e, reconhecido em figura humana, a si mesmo se humilhou (tapeino/w), tornando-se obediente até à morte e morte de cruz" (Fp 2.5-8).

Devemos nos revestir deste sentimento: "Revesti-vos, pois, como eleitos de Deus, santos e amados, de ternos afetos de misericórdia, de bondade, de humildade (tapeinofrosu/nh), de mansidão, de longanimidade" (Cl 3.12/1Pe 5.5).

Todos somos dependentes de Deus: "O irmão, porém, de <u>condição humilde</u> (tapeino/j) glorie-se na sua dignidade,e o rico, na sua insignificância (tapei/nwsij), porque ele passará como a flor da erva. Porque o sol se levanta com seu ardente calor, e a erva seca, e a sua flor cai, e desaparece a formosura do seu aspecto; assim também se murchará o rico em seus caminhos" (Tg 1.9-11). "Ninguém possui coisa alguma, em seus próprios recursos, que o faça superior; portanto, quem quer que se ponha num nível mais elevado não passa de imbecil e impertinente. A genuína base da humildade cristã consiste, de um lado, em não ser presumido, porque sabemos que nada possuímos de bom em nós mesmos; e, de outro, se Deus implantou algum bem em nós, que o mesmo seja, por esta razão, totalmente debitado à conta da divina graça." [João Calvino, Exposição de 1 Coríntios, (1Co 4.7), p. 134-135].

A humildade está associada ao senso de ser criatura diante do Senhor da Glória. [Cf. Richard C. Trench, Synonyms of the New Testament, 7ª ed. revised and enlarged, London, Macmillan and Co., 1871, § xlii, p. 142]."Somos devedores de Deus. Não lhe devemos algo, nem pouco nem muito senão pura e simplesmente tudo: nossa pessoa em sua totalidade, a nós mesmos como criatura que somos, sustentadas e nutridas por sua bondade", conclui K. Barth (1886-1968). [K. Barth, La Oración, Buenos Aires, La Aurora, 1968, p. 75].

Deus resiste aos soberbos mas, é consola os humildes, concedendo-lhes a sua graça: "....Deus, que conforta os abatidos (tapeino/j), nos consolou...." (2Co 7.6). "Rogo igualmente aos jovens: sede submissos aos que são mais velhos; outrossim, no trato de uns com os outros, cingi-vos todos de humildade (tapeinofrosu/nh), porque Deus resiste aos soberbos, contudo, aos humildes (tapeino/j) concede a sua graça. Humilhai-vos (tapeino/w), portanto, sob a poderosa mão de Deus, para que ele, em tempo oportuno, vos exalte" (1Pe 5.5-6). "....Deus resiste aos soberbos, mas dá graça aos humildes (tapeino/j)" (Tg 4.6). O que se exalta será humilhado; o que se humilha será exaltado: "Quem a si mesmo se exaltar será humilhado (tapeino/w); e quem a si mesmo se humilhar (tapeino/w) será exaltado" (Mt 23.12) (Ver: Pv.29.23). Devemos aprender a viver em toda e qualquer situação: em fartura e carência, em honra e humilhação: ".... Aprendi a viver contente em toda e qualquer situação. Tanto sei estar humilhado (tapeino/w) como também ser honrado; de tudo e em todas as circunstâncias, já tenho experiência, tanto de fartura como de fome; assim de abundância como de escassez; tudo posso naquele que me fortalece" (Fp 4.11-13).

Paulo dá um tom escatológico à palavra humildade, dizendo que o nosso corpo terreno em sua condição humilde – terrena e perecível –, será na eternidade glorificado para sermos conforme o modelo de Cristo: ".... a nossa pátria está nos céus, de onde também aguardamos o Salvador, o Senhor Jesus Cristo,o qual transformará o nosso corpo de humilhação (tapei/nwsij), para ser igual ao corpo da sua glória, segundo a eficácia do poder que ele tem de até subordinar a si todas as coisas" (Fp 3.20-21).

Distinção entre arrogância e presunção

Porque, se quisermos dar atenção ao chamamento de Cristo, será necessário que a arrogância e a presunção[a] estejam longe de nós. Por arrogância entendo o orgulho gerado por uma tola persuasão de justiça [própria]. Ocorre quando o homem julga ter alguma coisa cujo mérito é agradável a Deus. Por presunção entendo uma segurança carnal[b] que independe da confiança nas obras. Porque são muitos os pecadores que, embriagados pela doçura que para eles os seus vícios têm, nem sequer pensam no juízo de Deus, mas, paralelamente, estando como que atordoados, não aspiram nem um pouco à misericórdia que lhes é oferecida. Ora, não é menos necessário dar cabo dessa negligência do que pôr abaixo toda confiança em nós mesmos, se é que desejamos estar livres[c] para correr para Cristo, a fim de que Ele nos encha[d] de Seus bens.

[1536] A verdade é que jamais confiaremos de fato nele, se não desconfiarmos totalmente de nós mesmos; jamais exaltaremos nele o nosso coração, se primeiro o nosso coração não for abatido em nós; jamais receberemos dele a verdadeira consolação, se não estivermos desolados em nós e conosco. Portanto, estamos dispostos e preparados para receber e obter a graça de Deus quando, havendo-nos desfeito de toda confiança em nós mesmos, temos o nosso fundamento e suporte em Sua bondade; e, como diz Agostinho[3], "tendo esquecido os nossos méritos, recebemos as graças de Cristo".

Uma regra curta e boa

[1539] Para não nos demorarmos muito aqui, atenhamo-nos à seguinte regra, breve, mas geral e certa: Aquele que se anula a si mesmo e que se desfaz (não digo da sua justiça, que é nula, mas) dessa sombra[a] de justiça que nos ilude, está devidamente preparado para receber os frutos da misericórdia de Deus. Porque, na proporção em que cada um se firmar em si mesmo, nessa mesma proporção aumentará os empecilhos para a obtenção da graça de Deus.

Duas coisas das mais importantes

Temos aqui duas coisas principais a considerar: que a glória de Deus seja mantida em sua inteireza, e que a nossa consciência possa ter repouso e segurança diante do Seu juízo[b]. Vemos quantas vezes e com quanta diligência a Escritura nos exorta a que façamos declaração de louvor a Deus, quando se trata de justiça. Até

[3] De verb. Apost., ca. 11.

a. securitas.

b. Em lugar desta frase, há em 1539 só uma palavra: hæc.

c. expediti.

d. 1539 acrescenta: vacui et jejuni.

a. vana ventosaque.

b. Uma não mais que a outra; o caráter absoluto da santidade de Deus e a necessidade que o homem tem de livrar-se da inquietude não podem ser diminuídas, nem um pouco que seja. É, pois, necessário que a doutrina da salvação (ou da justificação) leve em conta tanto uma como a outra integralmente.

mesmo o apóstolo testifica que Deus tem em vista, ao conferir justiça a nós em Cristo, tornar manifesta a Sua justiça. E ele acrescenta palavras que explicam qual é essa demonstração, a saber: "para ele mesmo ser justo e o justificador daquele que tem fé em Jesus" [Rm 3.26]. Não vemos muito bem que a justiça de Deus é revelada no sentido de que somente Ele é considerado justo, e que Ele comunica o dom da justiça a pessoas que não o merecem? Por essa razão Ele quer que toda boca se feche e que todo o mundo seja culpável perante Deus [Rm 3.19], porque, enquanto o homem tiver algo com que se defender, com isso a glória de Deus será diminuída. Por isso Ele mostra em Ezequiel[1] quanto é glorificado o Seu Nome em reconhecermos a nossa iniqüidade. "Ali", diz Ele, "vos lembrareis dos vossos caminhos e de todos os vossos feitos com que vos contaminastes e tereis nojo de vós mesmos, por todas as vossas iniqüidades que tendes cometido. Sabereis que eu sou o Senhor, quando eu proceder para convosco por amor do meu nome, não segundo os vossos maus caminhos, nem segundo os vossos feitos corruptos, ó casa de Israel, diz o Senhor Deus."

Por que tentar privar Deus da Sua glória?

Se isso faz parte do verdadeiro conhecimento de Deus, que, abatidos e diminuídos[a] pelo reconhecimento da nossa própria iniqüidade, consideramos que Deus nos faz o bem sem que dele sejamos dignos, por que tentar, para nosso grande mal, roubar de Deus a mínima gota[b] que seja do louvor que Lhe é devido por Sua bondade gratuita? Semelhantemente, quando Jeremias[2] clama: "Assim diz o Senhor: Não se glorie o sábio na sua sabedoria, nem o forte, na sua força, nem o rico, nas suas riquezas; mas o que se gloriar, glorie-se nisto: em me conhecer e saber que eu sou o Senhor" – ao clamar assim, o profeta não mostra que alguma parte da glória perece quando o homem se gloria em si mesmo? A verdade é que jamais nos gloriaremos devidamente em Deus, se não nos desfizermos[c] da nossa própria glória.[16]

Gloriar-se o homem em si mesmo é gloriar-se contra Deus

[1536] Melhor e necessário é prestar atenção a esta regra geral[d]: Quem se gloria em si mesmo gloria-se contra Deus. Porquanto diz o apóstolo Paulo[3] que, final-

a. Três palavras acrescentadas em 1541.
b. particulam.
c. abdicati.
d. catholicum theorema.
[1] Ez 20.43,44.
[2] Jr 9.23,24.
[16] "Davi havia empregado a mão e o labor humanos, a vitória, porém, ele a atribuía exclusivamente a Deus. Já que ele sabia que todo auxílio que obtivera por parte dos homens procedia de Deus, e que seu próspero sucesso provinha igualmente do favor gratuito de Deus, ele percebia Sua mão nesses meios, tão palpavelmente como se a houvera estendida do céu. E com certeza é extremamente deprimente que os meios humanos, que não passam de instrumentos do poder de Deus, obscureçam a glória divina; embora não haja pecado mais comum" [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 1, (Sl 28.8), p. 608].
[3] Rm 3.26-28; [Fp 2.10,11].

mente, todos os homens se sujeitarão a Deus, e então será eliminado todo resquício de glória deles.

[1539] Por isso Isaías, declarando que Israel teria sua justiça em Deus, acrescenta que teria também o Seu louvor[1]. Como se dissesse que assim é para que os eleitos de Deus, sendo justificados por Ele, gloriem-se nele, e não noutros. Ora, a maneira pela qual podemos ter o nosso louvor em Deus é aproveitar a instrução da seguinte sentença: Confessemos com juramento que a nossa justiça e a nossa força estão em Deus. Notemos que não é exigida uma confissão simples, mas uma confissão confirmada por juramento, para não pensarmos que podemos absolver-nos com sabe-se lá que humildade fingida. E que ninguém alegue que não está se glorificando quando considera válida a sua justiça propria, mas sem arrogância. Porque essa auto-estima só pode gerar confiança, e a confiança só pode produzir glória. Lembremo-nos, pois, de que, quando está em jogo a justiça, sempre devemos ter este objetivo: Reconhecer e proclamar que o louvor devido à justiça pertence sólido e inteiro a Deus, sempre e para sempre; e também que, para demonstrar a Sua justiça, como diz o apóstolo[2], Deus derramou sobre nós a Sua graça, "para ele mesmo ser justo e o justificador daquele que tem fé em Jesus". Por isso, noutra passagem, depois de dizer[3] que "Deus nos deu a salvação para exaltar a glória do seu nome", como se repetisse uma mesma sentença, ele diz novamente[4]: "Pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós; é dom de Deus; não de obras, para que ninguém se glorie".[17]

Um importante sumário

Em suma, importa concluir que o homem não pode atribuir a si mesmo nem uma só gota[a] de justiça, sem cometer sacrilégio; pois fazê-lo é diminuir e rebaixar a glória da justiça de Deus.

Agora, se desejarmos descobrir como a consciência pode ter repouso e regozijo diante de Deus, não encontraremos outro meio, senão no fato de que Ele nos confere justiça por Sua benignidade gratuita. Tenhamos sempre na lembrança estes dizeres de Salomão[5]: "Quem pode dizer: Purifiquei o meu coração, limpo estou do meu pecado?" Certamente não existe um ser humano que não esteja coberto de impurezas incontáveis. Portanto, que os mais perfeitos desçam à sua consciência e façam as contas das suas obras; qual será a conclusão? Poderão

---

a. micam.

[1] Is 33.5,6,13-24.

[2] Rm 3.26.

[3] Ef 1.5-7 [tradução direta].

[4] Ef 2.8,9.

[17] "A graça divina e o mérito das obras humanas são tão opostos entre si que, se estabelecermos um, destruiremos o outro" [J. Calvino, Exposição de Romanos, (Rm 11.6), p. 388]. "É pela fé que nos apropriamos da graça de Deus, a qual está oculta e é desconhecida do entendimento carnal." [J. Calvino, O Livro de Salmos, (Sl 13.5), Vol 1, p. 267].

[5] Pv 20.9.

repousar e ter alegria de coração, como se as tivessem feito[a] em Deus e com Deus? Não serão, antes, afligidos por horríveis tormentos, sentindo todo o peso da condenação presente neles, se forem avaliados por suas obras? É, pois, certo que, se a consciência apelar para Deus, terá paz e concórdia com o Seu julgamento, ou, do contrário, será assediada pelos terrores do inferno. Não teremos proveito nenhum em discutir sobre a justiça, a não ser que estabeleçamos uma justiça tal que, fundada em sua firmeza, a alma possa subsistir[b] frente ao juízo de Deus. Só assim a nossa alma poderá comparecer perante Deus sem espanto, e ouvir e receber sem vacilação e sem temor o Seu julgamento. Então poderemos entender que encontramos uma justiça verdadeira, não uma imitação.

Exposição de forte argumento apostólico

Não é sem motivo que [1536] o apóstolo salienta com forte ênfase este argumento, cujas palavras [1539] prefiro usar às minhas: [1536]: "Se é pela lei que temos a promessa da nossa herança", diz ele, "a fé é anulada e a promessa é cancelada[1] ". Ele infere, primeiro, que a fé será esvaziada e tornada nula, se a justiça levar em conta os méritos das nossas obras, ou se depender da observação da Lei. Porque ninguém poderia aquiescer a isso com certeza e segurança; visto que jamais se encontrará alguém que se atreva a garantir que satisfez ou satisfaz à Lei; como de fato ninguém a cumpriu satisfatoriamente por suas obras. Tendo em vista toda essa questão, para que não busquemos provas distantes, cada qual pode servir-se do seu próprio testemunho a seu favor, se se julgar corretamente. Pois o fato é que, agindo assim, cada qual será contrariado pela dúvida e acabará acabrunhado pelo desespero, ao examinar e avaliar o seu próprio ser e ver quão grande fardo de débitos pesa sobre ele e quão longe está da condição que lhe foi imposta. Porquanto vagar[a], variar, agitar-se para cima e para baixo, duvidar, vacilar, ficar em suspense e finalmente desesperar-se não é ter confiança. Confiança é firmar o coração numa certeza constante e inabalável, e ter um sólido suporte no qual se apoiar.

O apóstolo acrescenta, em segundo lugar, que a promessa seria quebrada e cancelada.

[1539] Porque, se o cumprimento da promessa dependesse do nosso mérito, quando iríamos chegar ao ponto de merecer a graça de Deus? Vê-se que o segundo membro da proposição se pode deduzir do outro.

[1536] Pois a promessa não se cumprirá senão para aqueles que a receberem pela fé. Logo, se a fé cair, a promessa não terá mais nenhum poder. Portanto, nós obtemos a herança pela fé, a fim de que esteja alicerçada na graça de Deus e a fim de que, dessa maneira, a promessa seja estabelecida. Porque ela está bem

a. composita sibi sint cum Deo omnia.
b. fulciatur.
a. fluctuari. 1541 tem, por erro: *vaquer*.
[1] Rm 4.14 [tradução direta].

firme quando está apoiada unicamente na misericórdia de Deus; isso porque a Sua misericórdia e a Sua verdade andam juntas, unidas por um laço perpétuo; quer dizer: tudo o que o Senhor nos promete por Sua benignidade, Ele mantém por Sua fidelidade.[18]

[1539] É, pois, aí que nos é necessário manter e fixar profundamente toda a nossa esperança, sem desviar a nossa atenção para as nossas obras em busca de ajuda. Já vamos concluir.

Conclusão

A Escritura afirma que as promessas de Deus não terão nenhum vigor e nenhum efeito, se não forem recebidas com segura confiança de coração; por outro lado, ela declara que, se houver dúvida ou incerteza no coração, elas se tornarão vãs. A Escritura ensina, ademais, que não podemos senão vacilar e tremer, se tais promessas estiverem apoiadas em nossas obras. É, pois, necessário, ou que toda a justiça humana seja eliminada, ou que as nossas obras não sejam levadas em conta, mas que somente a fé encontre guarida em nós. E saiba-se que a natureza da fé consiste em fechar os olhos e levantar as orelhas, ou seja, ouvir com atenção. Isto é, fixar-nos única e totalmente na promessa de Deus, sem levar em consideração qualquer dignidade ou mérito do homem. Verifica-se assim esta bela promessa de Zacarias[1] – que, quando Deus tirar da terra a iniqüidade, "cada um de vós convidará ao seu próximo para debaixo da vide e para debaixo da figueira". Nessa passagem o profeta quer dizer que os crentes gozarão paz só depois de terem recebido a remissão dos seus pecados.[19]

Para esclarecer ainda mais a matéria, examinemos qual pode ser a justiça do homem durante todo o curso da sua vida. Pois bem, aqui devemos estabelecer quatro passos. Porque, estando o homem destituído do conhecimento de Deus, envolve-se com a idolatria; ou, tendo recebido a Palavra e os sacramentos, e, contudo, continua vivendo dissolutamente, renuncia com as suas obras ao Senhor, o qual ele confessa com a boca; e assim se vê que só é cristão de nome e por profissão [de fé]; ou então ele é hipócrita, ocultando a sua perversidade sob uma capa prudhommiana[2] ,[Esta expressão certamente não é de Calvino; seria um anacronismo. Dúvida: o quê neste parágrafo é autêntico?) isto é, sob a capa de

[18] "Seja o que for que Deus tenha que fazer, inquestionavelmente o fará, se Ele o tiver prometido." [João Calvino, Efésios, (Ef 3.20-21), p. 106].

[1] Zc 3.9,10.

[19] "Se Cristo é a nossa paz, segue-se que todos quantos se acham fora dele permanecem em estado de inimizade com Deus." [João Calvino, Efésios, (Ef 2.14-16), p. 69].

[2] Termo derivado de Prudhomme (M. Joseph), personagem (caricatura) criada pelo escritor e caricaturista francês Henri Monnier (1805-1877) para representar zombeteiramente o cidadão burguês medíocre, satisfeito consigo mesmo, mestre de conselhos minúsculos. Não confundir com o poeta francês Sully Prudhomme (René François Armand), cognominado Prudhomme, certamente por tratar em seus poemas de problemas de consciência criados pelos costumes modernos que se desenvolviam. Sully foi contemporâneo de Monnier, mas bem mais jovem que ele (1839-1907). Recebeu em 1901 o Prêmio Nobel de Literatura. Nota do tradutor.

santarrão; ou, tendo sido regenerado pelo Espírito de Deus, dedica-se de coração a seguir a santidade e a honestidade.

Aqui tem uma nota teste[a], ver original pág. 281.

Quanto ao primeiro gênero acima referido, visto que é preciso avaliar esse tipo de gente em seu natural, do alto da cabeça à planta dos pés não se achará nele nem uma só migalha de virtude; se é que não queremos acusar a Escritura de falsidade, uma vez que ela descreve com os seguintes títulos e expressões todos os filhos de Adão [1536], como segue: Que eles têm coração perverso e endurecido; que desde os primeiros estágios da juventude só imaginam malícia; que todas as suas cogitações são vãs; que não têm temor de Deus diante dos seus olhos; que não há quem tenha entendimento, não há quem busque a Deus, como se vê em numerosas passagens[1]. Em suma, a Escritura declara que eles são "carne[2]", termo que abrange todas as obras que o apóstolo Paulo enumera: "prostituição, impureza, lascívia, idolatria, feitiçarias, inimizades, porfias, ciúmes, iras, discórdias, dissensões, facções, invejas, bebedices, glutonarias" e todas as vilezas e abominações imagináveis. Eis aí a bela dignidade que, fiando-se na qual, esses tais devem propalar com orgulho!

[1539] Se há entre eles alguns que têm alguma aparência de honestidade em seus hábitos e costumes, poderão conseguir que os homens os considerem santos. Não perante Deus, porém, pois sabemos que Deus não dá nenhuma importância à pompa exterior. Portanto, se quisermos que tal honestidade valha alguma coisa para justificá-los, necessário será ir à fonte e à origem das obras. É necessário, digo eu, ver de perto de que sentimento procedem essas obras. Pois bem, embora a matéria me faça grande abertura para estender-me em considerações, todavia, uma vez que se pode resolver o assunto com poucas palavras, procurarei, quanto possível, ser conciso[a].

Donde procedem as obras?

Para começar, não nego que as virtudes que aparecem na vida dos incrédulos e dos idólatras sejam, todas elas, dons de Deus[b]. E não sou tão alheio ou avesso ao juízo humano que queira dizer que não há diferença entre a justiça, a moderação e a eqüidade de Tito e de Trajano, que foram bons imperadores romanos, e a fúria, a intemperança e a crueldade de Calígula, Nero e Domiciano, que reinaram como feras furiosas; como também entre a vida torpe e dissoluta de Tibério e a continência de Vespasiano, e ainda (para não ficarmos restritos às virtudes e aos vícios), entre a observância das leis e o desprezo delas. Pois é tanta a diversidade entre o bem e o mal que chega a lembrar a figura[c] da morte. Porque, que ordem

a. a vertice capitis.

a. in docendo compendium. Várias vezes Calvino manifestou este esforço pela concisão, cujo melhor modelo lhe tinha sido fornecido por Sêneca.

b. Aqui se afirma a *graça comum*; ela é manifesta, mas de nada serve para a salvação do pecador.

c. simulacro.

[1] Por exemplo: Jr 17.5-9; Gn 4.8; Sl 49.10,11; 14.1-3; Gn 6.1,2,5,11-13.

[2] Gl 5.19-21 e outras passagens.

restaria no mundo, se essas coisas juntas se confundissem? [Ou seja, se não houvesse como distinguir entre o bem e o mal.][20]

Por isso o Senhor não somente imprimiu no coração de cada ser humano essa distinção entre as obras honestas e as obras vis, mas também a tem confirmado freqüentemente por Sua providência. Porque vemos quantas bênçãos da vida presente Ele dá aos que praticam a virtude entre os homens. Não que essa sombra e figura[d] da virtude mereça sequer o menor dos benefícios, mas a Deus agrada demonstrar quanto Ele ama a verdadeira virtude não deixando sem alguma recompensa temporal a virtude meramente exterior e simulada. Disso decorre o que já confessamos: essas virtudes, tais quais, ou melhor, esses simulacros de virtudes, procedem de Deus, visto que não existe coisa alguma louvável que não proceda dele.[21] Todavia, não deixa de ser verdade o que escreveu Agostinho[3], quando disse que todos os que são estranhos[a] à religião do Deus único, por mais admiração que tenhamos por eles, apreciando a sua maneira prudhommiana[b] ou ordeira de viver, não somente não são dignos de recompensa alguma, mas, antes, são dignos de punição, considerando-se que eles contaminam os dons de Deus com as impurezas do seu coração. Porque, conquanto sejam instrumentos de Deus para preservar e manter a vida dos homens em sociedade com justiça, continência, amizade, prudência, temperança e força, não obstante eles executam muito mal as boas obras de Deus. Porquanto, o que os refreia, restringindo a sua prática do mal, não é o amor pela honestidade ou pela justiça, mas sim a ambição ou o amor a si mesmos, ou alguma outra consideração distorcida e perversa. Então, uma vez que as suas obras são corrompidas pela impureza do seu coração, como em sua primeira origem, elas não merecem ser incluídas entre as virtudes, tanto quanto não o merecem os vícios, que, por alguma semelhança e afinidade que acaso tenham com as virtudes, enganam os homens. E (para abreviar[c]), como sabemos que o fim único e perpétuo da justiça e da retidão é que a Deus seja dada toda a honra, tudo o que tende a outro fim não merece o nome de retidão. Visto, pois, que esse tipo de gente não tem em vista o objetivo que a sabedoria de Deus ordenou, apesar de parecer* que praticam o bem em sua ação externa, todavia, por sua má finalidade, é pecado.

---

d. externa imago.

a. alienos.

b. virtutis.

c. Acréscimo de 1541.

[20] "Deus jamais exclui ou priva alguém de sua graça, exceto aquele que se torna totalmente réprobo. Para tal pessoa nada é deixado." [João Calvino, Exposição de Hebreus, (Hb 6.4), p. 151]. "Visto que ele ignorou todo o restante do mundo e adotou para si um povo que era pequeno em número e desprezível, assim era oportuno que tal penhor de seu amor paternal se distinguisse de sua beneficência comum, a qual se estende a toda a humanidade sem distinção." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 2, (Sl 47.4), p. 344].

[21] "Ninguém possui coisa alguma, em seus próprios recursos, que o faça superior; portanto, quem quer que se ponha num nível mais elevado não passa de imbecil e impertinente. A genuína base da humildade cristã consiste, de um lado, em não ser presumido, porque sabemos que nada possuímos de bom em nós mesmos; e, de outro, se Deus implantou algum bem em nós, que o mesmo seja, por esta razão, totalmente debitado à conta da divina graça." [João Calvino, Exposição de 1 Coríntios, (1Co 4.7), p. 134-135].

[3] Lib. IV, contra Jull.

Fora de Cristo não há vida

Acrescente-se que, se o que o apóstolo João diz é verdade [e quem se atreverá a dizer que não é?], a saber, que "não há vida fora do Filho de Deus[1] ", todos os que não têm parte em Cristo, o que eles são, ou o que fazem, ou o que se esforcem para fazer durante todo o curso da sua vida, só levam à desgraça e à vergonha, e à condenação eterna.[22] Portanto, Agostinho fala em termos apropriados quando compara a vida dessas pessoas com um curso extraviado, porque, quanto mais depressa o homem corre fora do caminho certo, mais ele se afasta da sua meta, e, conseqüentemente, ficará em condições mais lamentáveis. Daí concluir ele que é melhor coxear no caminho do que correr velozmente fora dele.

Finalmente, é certo que esses tais são árvores ruins, porque não há santificação, exceto na comunhão com Cristo.[23] Eles até podem produzir belos e saborosos frutos, mas não os podem produzir bons. Isso nos leva a ver claramente que tudo o que o homem pensa, medita, planeja e faz, antes de se reconciliar com Deus, está sob maldição e, não somente não tem nenhum valor para o justificar, mas de fato merece condenação irrevogável. E como haveríamos de discutir isso como se fosse coisa duvidosa, pois já foi discutido [e resolvido] pelo testemunho do apóstolo, segundo o qual "sem fé é impossível agradar a Deus" [Hb 11.6].[24]

O contraste – graça versus condição natural – liquida a questão

Mas o ponto ficará mais líquido e certo se de um lado colocarmos a graça e do outro a condição natural do ser humano. A Escritura anuncia alto e claro[a] em toda parte que Deus não vê nada no homem que O incite a fazer-lhe bem, mas que o supre da Sua benignidade gratuita. Pois, que é que um morto poderia ter, para lhe ser restituída a vida? Ora, quando Deus ilumina o homem e lhe dá o conhecimento da Sua verdade, o que a Bíblia diz é que Ele o "ressuscita dentre os mortos" e que faz dele uma "nova criatura[1]".[25] E vemos quantas vezes a benignidade de

---

a. clamat.

[1] 1 Jo 5.12 [tradução direta].

[22] "Por mais miserável que seja a vida presente, é uma bênção de Deus aos fiéis, visto que ao sustentar-nos e conservar-nos nela, lhes dá um claro sinal e testemunho de Seu amor, e do amor paternal que lhes tem." [João Calvino, Catecismo de Genebra, Perg. 189. In: Catecismos de la Iglesia Reformada, Buenos Aires, La Aurora, 1962, p. 69].

[23] "Unicamente aquele que recebeu o verdadeiro conhecimento de Deus por meio da Palavra do Evangelho pode chegar a ter comunhão com Cristo", conclui Calvino. [John Calvin, Golden Booklet of the True Christian Life, 6ª ed. Grand Rapids, Michigan, Baker Book House, 1977, p.16].

[24] "Se o caminho para Deus só é aberto para a fé, segue-se que todos quantos se encontram fora da fé não podem agradar a Deus." (João Calvino, Exposição de Hebreus, São Paulo, Paracletos, 1997, (Hb 11.6), p. 304).

[1] Jo 5.24-29; [2Co 5.17] e outras passagens.

[25] "Como a morte espiritual não é outra coisa senão o estado de alienação em que a alma subsiste em relação a Deus, já nascemos todos mortos, bem como vivemos mortos até que nos tornamos participantes da vida de Cristo." [João Calvino, Efésios, (Ef 2.1), p. 51].

Deus é assinalada nessas e noutras passagens afins, e principalmente por estas palavras do apóstolo Paulo: "Deus, sendo rico em misericórdia, por causa do grande amor com que nos amou, e estando nós mortos em nossos delitos, nos deu vida juntamente com Cristo...[2]". Noutro lugar, fazendo uso da figura de Abraão para falar sobre a vocação ou chamamento geral dos crentes, diz ele: "É Deus que chama os mortos e que chama as coisas que não são como se fossem[3]".[26] Se não somos nada, que poder temos? Por isso Deus rebate firme e forte a nossa presunção na história de Jó: "Quem primeiro me deu a mim, para que eu haja de retribuir-lhe? Pois o que está debaixo de todos os céus é meu[4]!" Sentença que o apóstolo Paulo explica e aplica no sentido de exortar-nos a que não pensemos que damos alguma coisa a Deus de nós mesmos, exceto motivo para confusão e vergonha[5]. Por essa razão, na passagem já citada, para mostrar que só temos esperança de salvação pela graça de Deus, e não por nossas obras, ele assinala que somos Suas criaturas, "regenerados em Jesus Cristo para as boas obras, as quais Deus preparou para que andemos nelas". Como se dissesse: Que seria de nós, se nos gabássemos de ter dado alguma contribuição a Deus por nossa própria justiça? Pois a nossa primeira faculdade ou capacidade de fazer o bem procede da Sua obra de regeneração em nós! A verdade é que, conforme somos por natureza[a], seria mais fácil tirar óleo de uma pedra que conseguir de nós uma só boa obra. É espantoso que o homem, estando condenado por tão grande ignomínia, ainda se atreva a atribuir a si mesmo alguma coisa que de bom lhe reste.

Juntemo-nos a um nobre instrumento de Deus

Confessemos, pois, junto com este nobre instrumento de Deus (o apóstolo Paulo), que somos chamados por uma santa vocação, não segundo as nossas obras, mas "segundo a sua eleição e graça[6]". Igualmente: "Quando, porém, se manifestou a benignidade de Deus, nosso Salvador, e o seu amor para com todos, não por obras de justiça praticadas por nós, mas segundo sua misericórdia... a fim de que, justificados por graça, nos tornemos seus herdeiros, segundo a esperança da vida eterna[7]". Com essa confissão despojamos o homem de toda justiça, até a última gota[a], e durante todo o tempo em que ele permanecer sem ser regenerado para a esperança da vida eterna pela misericórdia de Deus. Pois, se as nossas obras

a. natura conditi.
a. partícula.
[2] Ef 2.4,5.
[3] Rm 4.17 [tradução direta].
[26] "Não há outra vida na alma senão aquela que é bafejada em nós por Cristo; de modo que só começamos a viver quando somos enxertados nele e passamos a desfrutar vida comum com ele." [João Calvino, Efésios, São Paulo, Paracletos, 1998, (Ef 2.4), p. 56].
[4] Jó 41.11.
[5] Rm 11.33-36. Cf. Ef 2.
[6] 2 Tm 1.9 [tradução direta].
[7] Tt 3.4-7.

valessem alguma coisa para a nossa justificação, seria falso dizer que somos salvos pela graça.[27] Certamente o apóstolo[1] não era tão esquecidiço que, ao afirmar que a justificação é gratuita, esquecesse o que declara noutro lugar – que "a graça já não é graça, se as obras têm algum valor". E que outra coisa quer dizer o Senhor Jesus quando declara[2] que não veio "chamar os justos, mas os pecadores ao arrependimento"? Se só os pecadores, e mais ninguém, são salvos, que estamos fazendo, se buscamos acesso por nossas justiças falsas?[28]

O seguinte pensamento muitas vezes me vem à mente: O perigo que corro de ofender a misericórdia de Deus por defendê-la com tanto empenho, como se fosse duvidosa ou obscura. Mas, visto que a nossa maldade é tal que jamais concede a Deus o que Lhe pertence, a não ser forçada pela necessidade, vejo que preciso demorar-me aqui um pouco mais do que seria do meu gosto[b].

Todavia, como a Escritura é muito clara sobre esta questão, pelejarei usando as suas palavras, mais que as minhas. Isaías, após haver descrito[c] a ruína universal do gênero humano, expõe muito bem a ordem da restauração[3]. "O Senhor viu isso", diz o profeta, "e desaprovou o não haver justiça. Viu que não havia ajudador algum e maravilhou-se de que não houvesse um intercessor." Por isso, Ele tomou em Seus braços a salvação, e a confirmou com a Sua justiça. Onde foram parar as nossas justiças, se o que o profeta diz é verdade? Não há ninguém, nem um só ser, que ajude Deus a recobrar a salvação. De semelhante modo, outro profeta[4] mostra o Senhor falando em reconciliar Consigo o pecador: "Desposar-te-ei comigo para sempre; desposar-te-ei comigo em justiça, e em juízo, e em benignidade, e em misericórdias; desposar-te-ei comigo em fidelidade, e conhecerás ao Senhor". Se essa aliança, que é a primeira junção de Deus conosco, tem seu suporte na misericórdia de Deus, não nos resta mais nenhum fundamento para a nossa justiça. E, de fato, bem que eu gostaria de saber, dos que querem fazer crer que o homem tem algum mérito perante Deus, se existe [no homem] alguma justiça que agrade a Deus. Se pensar isso é causa de fúria, que se dirá do que procede dos inimigos de Deus? Pois para Deus eles e todas as suas obras são uma verdadeira abominação. Ora, a verdade atesta que todos nós somos inimigos mortais de Deus, e que haverá sempre uma guerra entre Ele e nós, enquanto não

falta uma nota a. Ver original pág. 287

b. Estas últimas palavras foram acrescentadas em 1541.

c. descripsit.

a. vir (não: homo).

[27] "Na verdade, o Senhor chama eficazmente só os eleitos" [João Calvino, Exposição de Hebreus, São Paulo, Paracletos, 1997, (Hb 6.4), p. 153]. "O fundamento de nossa vocação é a eleição divina gratuita pela qual fomos ordenados para a vida antes que fôssemos nascidos. Desse fato depende nossa vocação, nossa fé, a concretização de nossa salvação." [João Calvino, Gálatas, São Paulo, Paracletos, 1998, (Gl 4.9), p. 128].

[1] Rm 11.6 [tradução direta].

[2] Mt 9.13.

[28] "É preciso lembrar que sempre que atribuímos nossa salvação à graça divina, estamos confessando que não há mérito algum nas obras; ou, antes, devemos lembrar que sempre que fazemos menção da graça, estamos destruindo a justiça [procedente] das obras." [João Calvino, Exposição de Romanos, (Rm 11.6), p. 389]

[3] Is 59.15,16.

[4] Os 2.19,20.

nos refugiarmos em Sua graça[5], havendo sido justificados. Se o sublime amor de Deus por nós está em nossa justificação, que justiça de obras a poderia preceder? Porque o apóstolo João, para nos afastar dessa perniciosa arrogância, faz-nos diligente admoestação, alertando-nos para o fato de que "não o amamos primeiro[6]". O que há muito tempo Deus ensinou mediante o profeta, dizendo: "Eu de mim mesmo os amarei, porque a minha ira se apartou deles[7]". Se Ele se dispõe voluntariamente a nos amar, certo é que não foi motivado pelas obras.[29] Os que seguem o ensino rústico e vulgar[a] não entendem disso outra coisa senão isto: Ninguém merece a redenção realizada por Cristo, sendo necessário que, para entrar na posse dela, as nossas obras nos ajudam.[30] Mas, ao contrário, somos resgatados por Cristo unicamente porque permanecemos sempre como filhos das trevas, inimigos de Deus e herdeiros da Sua ira, até que, pela vocação gratuita do Pai, somos incorporados na comunhão de Cristo.[31] Porque o apóstolo Paulo não diz que somos lavados e purificados das nossas imundícies, senão quando o Espírito Santo faz essa purificação em nós[1]. Ao falar sobre isso, o apóstolo Pedro ensina que a santificação realizada pelo Espírito Santo traz-nos como proveito a obediência e a aspersão do sangue de Jesus Cristo[2]. Se para sermos purificados somos aspergidos com o sangue de Cristo pelo Espírito, não pensemos que sem Cristo podemos ser outra coisa que não pecadores. Tenhamos, pois, isto como coisa líquida e certa: O começo da nossa salvação é como uma ressurreição, uma passagem da morte para a vida.

Repasso e fecho de dois pontos da divisão em foco

A essa categoria pertencem o segundo e o terceiro gêneros de homens que temos na divisão precedente. Porque a impureza de consciência, que se acha tanto naqueles como nestes, é um sinal de que eles ainda não foram regenerados pelo Espírito de Deus. Acresce que, se não foram regenerados, é sinal de que não têm fé. Donde se vê que ainda não foram reconciliados com Deus, nem tampouco foram justificados em Seu julgamento, visto que não se pode ter acesso a essas

a. rude hominum vulgus.

[5] Rm 1.1-7, 16-18; Cl 1.13-23.

[6] 1 Jo 4.10 [tradução direta; cf. 4.19].

[7] Os 14.4.

[29] "As próprias obras, ditas antecedentes a fé, apesar de parecerem louváveis aos homens, são vãs. A meu ver são como grande resistência na corrida, e corrida veloz, mas fora do caminho. Ninguém, portanto, leve em conta suas boas obras anteriores à fé. Onde não havia fé, não existia boa obra. A intenção cria a boa obra, a fé dirige a intenção." [Agostinho, Comentário aos Salmos, São Paulo, Paulus, 1997, Vol. 1, Sl 31, "II. Sermão ao Povo", p. 352].

[30] "Sabemos não haver nenhuma de nossas obras que, à vista de Deus, seja considerada perfeita ou pura e sem qualquer mácula de pecado" [João Calvino, O Livro dos Salmos, São Paulo, Paracletos, 1999, Vol. 2, (Sl 62.12), p. 585].

[31] "A graça divina e o mérito das obras humanas são tão opostos entre si que, se estabelecermos um, destruiremos o outro", conclui Calvino (1509-1564). [João Calvino, Exposição de Romanos, (Rm 11.6), p. 389].

[1] 1Co 6.9-11, 19,20.

[2] 1Pe 1.2,

bênçãos, a não ser pela fé.[32] Que é que os pecadores alienados de Deus fazem que não seja execrável a Seu juízo? É verdade que todos os incrédulos, e principalmente os hipócritas, inflam-se desta estulta confiança: Embora reconheçam que o seu coração está cheio de impurezas e de todo tipo de vileza, todavia, se fazem algumas obras aparentemente boas, eles acham que elas não merecem ser desprezadas por Deus.[33]

Contradição de demérito e mérito

Daí vem este erro mortal: Pessoas que se convenceram de que o seu coração é mau e iníquo, não se deixam levar por isso a confessar que são vazios de justiça; mas, reconhecendo-se injustos porque não o podem negar, contudo atribuem a si alguma justiça. Essa vaidade é adequadamente refutada por Deus por meio do profeta Ageu, quando diz[3]: "Pergunta, agora, aos sacerdotes a respeito da lei: Se alguém leva carne santa na orla da sua veste, e ela vier a tocar no pão... ficará isto santificado? Responderam os sacerdotes: Não. Então, perguntou Ageu: Se alguém que se tenha tornado impuro pelo contato com um corpo morto tocar nalguma destas coisas, ficará ela imunda? Responderam os sacerdotes: Ficará imunda". Então Ageu recebeu ordem para que dissesse: "Assim é este povo, e assim esta nação perante mim, diz o Senhor; assim é toda a obra das suas mãos, e o que ali oferecem: tudo é imundo". Praza a Deus que recebamos bem essa declaração bíblica, ou que fique impressa indelevelmente em nossa memória. Porque não há ninguém, por mau que tenha sido toda a sua vida, que possa persuadir-se do que o Senhor denuncia[a] aqui. Se o pior ser humano cumprir o seu dever nalgum ponto, ele não duvidará de que isso lhe vai ser atribuído como justiça. Contrariamente a isso, o Senhor declara que com esse cumprimento de dever ele não adquire nenhuma santificação, se o seu coração não for purificado primeiro. E não satisfeito com isso, Ele testifica que todas as obras praticadas anteriormente pelos pecadores são manchadas pela impureza do seu coração.

Tenhamos o cuidado de não dar o nome de justiça às obras que Deus condena como abominação. E com que bela analogia Ele demonstra isso! Pois se pode objetar que aquilo que Deus ordenou é inviolavelmente santo. Mas, ao contrário, o Senhor demonstra que não é de admirar se as obras que Deus santificou em Sua Lei sejam contaminadas pela impureza dos maus – visto que, por mãos imundas é profanado aquilo que tinha sido consagrado. Essa questão tem bom seguimento

a. pronunciat.

[32] "O arrependimento é uma regeneração espiritual cujo objetivo é que a imagem de Deus, obscurecida e quase apagada em nós pela transgressão de Adão, seja restaurada. (...) Assim, pois, mediante essa regeneração, somos restabelecidos na justiça de Deus, da qual tínhamos sido despojados por Adão. Pois a Deus agrada restabelecer integralmente todos os que Ele adota na herança da vida eterna." [João Calvino, As Institutas, (1541), II.5].

[33] "Uma recompensa se encontra reservada para as boas obras, sim, mas não com base nos méritos, e, sim com base na livre e espontânea generosidade divina, e mesma essa graciosa recompensa das obras não ocorre senão depois de sermos recebidos na graça por meio da misericórdia de Cristo." [João Calvino, Exposição de Hebreus, (Hb 6.10), p. 159].

[3] Ag 2.11-14.

também em Isaías, onde se lê[1]: "Não continueis a trazer ofertas vãs; o incenso é para mim abominação, e também as festas da Lua Nova, os sábados, e a convocação das congregações; não posso suportar iniqüidade associada ao ajuntamento solene. As vossas Festas da Lua Nova e as vossas solenidades, a minha alma as aborrece; já me são pesadas; estou cansado de as sofrer. Pelo que, quando estendeis as mãos, escondo de vós os olhos; sim, quando multiplicais as vossas orações, não as ouço, porque as vossas mãos estão cheias de sangue. Lavai-vos, purificai-vos, tirai a maldade de vossos atos de diante dos meus olhos; cessai de fazer o mal". Que dizer disso? Por que o Senhor rejeita e abomina tão duramente a observância da Sua Lei? Mas Ele não rejeita nada do que seja pura e verdadeira observância da Lei, cujo princípio, como Ele ensina em toda parte, é o temor do Seu nome – um sincero temor, de coração. Eliminado esse temor, todas as coisas presentes no pecador não somente são confusas[a], ma também não passam de impurezas malsãs e abomináveis. Exaltam-se* agora os hipócritas e se esforçam para obter aprovação de Deus por suas boas obras, tendo entretanto o coração envolvido em cogitações perversas! Certamente, com essa maneira de agir, eles provocam cada vez mais a ira de Deus. Porquanto "o sacrifício[b] dos perversos é abominável ao Senhor,[34] mas a oração dos retos é o seu contentamento[2]".[35]

Concluímos, pois, que aqueles que têm mediano conhecimento da Escritura devem tomar como coisa resolvida que todas as obras que procedem de homens que Deus não santificou por Seu Espírito, por mais bela que seja a sua aparência[a], tão longe estão de serem imputadas para justiça diante de Deus, que são consideradas como pecados. Portanto, falam fiel e acertadamente aqueles que ensinam que as obras não adquirem graça e favor para ninguém, mas, ao contrário, que as obras só são agradáveis a Deus quando a pessoa foi aceita por Ele em Sua misericórdia.[36] E devemos observar zelosamente esta ordem pela qual a Escritura nos

a. nugæ.

b. victimæ.

a. splendore conspícua.

[1] Is 1.13-16. Que se lê também no capítulo 58.

[34] Calvino fazendo alusão ao encontro do Senhor com a mulher Samaritana, conclui que "jamais culto algum haja agradado a Deus a não ser aquele que contemplasse a Cristo." [João Calvino, As Institutas, II.6.1].

[2] Pv 15.8.

[35] "São falsas e espúrias todas as formas de culto que os homens permitem a si mesmos inventar movidos por sua ingenuidade, mas que são contrárias ao mandamento de Deus. Quando Deus estabelece que tudo deve ser feito em consonância com sua norma, não nos é permitido fazer qualquer coisa diferente: *Olha que faças tudo segundo o modelo; e: Vê que não faças nada além do modelo* [Ex 25.40]. E assim, ao enfatizar a norma que estabelecer, Deus nos proíbe afastar-nos dela, mesmo que seja um mínimo. Por essa razão, todas as formas de culto produzidas pelos homens caem por terra, bem como aquelas coisas a que chamam sacramentos, e contudo não têm sua origem em Deus." não podem agradar a Deus." [João Calvino, Exposição de Hebreus, (Hb 8.5), p. 208].

[36] "Davi (...) prescreve uma ordem (...), a saber: que ao buscar-se a felicidade, tudo começaria com o princípio de que Deus não pode reconciliar-se com os que são dignos de eterna destruição de algum outro modo além de graciosamente perdoá-los e conceder-lhes seu favor. E com razão declara que, se a misericórdia lhe fosse negada, todos os homens seriam completamente miseráveis e malditos; pois se todos os homens são inerentemente inclinados tão-só para o mal, enquanto não forem regenerados, é óbvio que toda a sua vida pregressa seria odiosa e nauseabunda aos olhos de Deus." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 1, (Sl 32.1), p. 40].

conduz quase que pela mão. Moisés escreveu: "Agradou-se o Senhor de Abel e de sua oferta[1]"; não vemos que ele mostra que Deus é primeiro propício aos homens, antes de levar em conta as suas obras? É então necessário que primeiro haja a purificação do coração, e, a seguir, que as obras provenientes de nós sejam amorosamente recebidas por Deus. Pois o Espírito Santo declarou, por meio do apóstolo Pedro[2], que somente pela fé o nosso coração é purificado. Segue-se, então, que o primeiro fundamento está na fé viva e verdadeira.[37]

Consideremos agora o que é que possuem de justiça aqueles que nós colocamos na quarta divisão. Confessamos e declaramos que quando Deus nos reconcilia Consigo, por meio da justiça de Jesus Cristo, e, tendo feito a remissão gratuita dos nossos pecados, considera-nos justos, junto com essa demonstração de misericórdia recebemos outro benefício. É o seguinte: Por Seu Espírito Santo Ele habita em nós, e pelo poder do mesmo Espírito as concupiscências da carne são cada dia mais mortificadas. E desse modo somos santificados, isto é, somos consagrados a Deus com verdadeira pureza no viver, enquanto que o nosso coração vai sendo formado na obediência à Lei, de maneira que a nossa vontade dominante é a de servir à Sua vontade e promover a Sua glória em todos os aspectos e por todos os meios.[38]

Os restos de imperfeição nos humilham

Todavia, mesmo que, pela direção do Espírito Santo, caminhemos nas veredas do Senhor, para que não[a] nos esqueçamos da realidade, permanecem em nós restos de imperfeição, os quais nos dão ocasião de humilhar-nos. "Não há nenhum justo", diz a Escritura, "não há quem faça o bem e que não peque" [Sl 14.3 e Rm 3.10,11, tradução direta]. Que justiça podem então os crentes auferir de suas obras? Em primeiro lugar, digo que a melhor obra que eles possam apresentar,

a. *ne* nostri obliti.

[1] Gn 4.4.

[2] At 15.8,9.

[37] Quando vamos ao Livro de Gênesis, encontramos, após o pecado de nossos primeiros pais, seus filhos, Abel e Caim oferecendo culto a Deus; cada um apresentando as primícias do seu trabalho; no entanto, devido à falta de fé de Caim que se manifestava num comportamento pecaminoso, Deus não se agradou de sua oferta; o seu coração não era reto diante de Deus (Gn 4.3-7; Hb 11.4,6). Percebemos aqui, já desde o início a necessidade humana do culto a Deus e, ao mesmo tempo de um culto que se refletisse na obediência a Deus. "A adoração se consuma não no ritual do sangue dos animais, mas na rendição voluntária da vida no adorador para que obedeça continuamente à vontade de Deus." [Leslie S. M'Caw, Salmos: In: F. Davidson, ed. ger. O Novo Comentário da Bíblia, 2ª ed. São Paulo, (Sl 40.6), 1976 (reimpressão), p. 534]. Calvino, comentando Hebreus, diz: "Ele diz, antes de tudo, que o sacrifício de Abel foi mais aceitável do que o de seu irmão tão-somente porque foi santificado pela fé; certamente que a gordura de animais irracionais não cheirava tão agradavelmente que fosse capaz de atrair a Deus com seu odor. A Escritura mostra nitidamente por que Deus se agradara de seu sacrifício. Eis as palavras de Moisés: 'e atentou o Senhor para Abel e para sua oferta', à luz das quais podemos prontamente concluir que seu sacrifício agradou a Deus em virtude de ele mesmo ser agradável a Deus. De que outra fonte veio seu agradável caráter senão do fato de que possuía um coração purificado pela fé?" [João Calvino, Exposição de Hebreus, (Hb 11.4), p. 301-302].

[38] "Nem é o Espírito simplesmente o iniciador da fé, mas a faz crescer por passos, até que ela nos conduza inteiramente ao Reino Celeste." [João Calvino, As Institutas, III.2.33].

sempre está contaminada e manchada pela corrupção da carne; como o vinho se corrompe quando misturado com a sua borra. Ainda que o servo de Deus escolha a melhor obra que julga ter em toda a sua vida, depois de esmiuçar bem todas as suas partes, sem dúvida encontrará alguma forma de podridão em sua carne.[39] Pois não há jamais em nós uma tal disposição para fazer o bem como deveríamos, mas o que de fato há é uma grande fraqueza que nos retarda. Pois bem, ainda que consideremos as machas das obras realizadas pelos santos, as quais não estão encobertas nem ocultas[b], não adianta defendê-las alegando que são pequeninas manchas que não ferem os olhos do Senhor, pois diante dele nem as estrelas são puras[3] ! Concluímos que não há uma só obra dos crentes que não mereça tão-somente vergonha e confusão de rosto, se for avaliada por seu próprio valor[c].[40] .

[1536] Ademais, se nos fosse possível realizar[a] algumas obras puras e perfeitas, um só pecado seria suficiente para apagar e extinguir toda a lembrança da nossa justiça anterior, como diz o profeta[1] , com o que também concorda Tiago, quando declara que aquele que transgride um só ponto da Lei é culpado de todos. Ora, como sucede que esta vida mortal jamais é pura, jamais é sem pecado, toda a justiça que acaso adquiríssemos seria contaminada, premida e perdida toda hora pelos pecados subseqüentes; portanto, nada disso pesaria na prestação de contas diante de Deus, nada seria imputado como justiça a nosso favor.

Finalmente, quando a questão é a justiça das obras, não adiante considerar um só fato, mas sim a própria Lei[b]. No entanto, se buscarmos justiça na Lei, em vão apresentaremos uma ou duas obras; mas o que se requer é uma obediência perpétua. Portanto, não é por uma vez que o Senhor nos imputa como justiça a remissão gratuita dos nossos pecados, como alguns[c] tolamente pensam, a fim de que, tendo impetrado uma vez o perdão da nossa má vida, busquemos a justiça na

b. Cf. *Instrução* de 1537: “O Senhor não encontrará nem uma só boa obra em Seus santos à qual, pelo mérito que nela houvesse, Ele dê louvor de justiça”.

c. in se.

a. Aqui uma página do capítulo I de 1536.

b. non opus legis, sed mandatum.

c. multi.

[39] “Ainda que o pecado não reine, ele continua a habitar em nós e a morte é ainda poderosa.” [João Calvino, Efésios, (Ef 1.20), p. 44]. “O homem “peca com o consentimento de sua própria vontade continuamente e segundo sua inclinação.” (Juan Calvino, Breve Instruccion Cristiana, Barcelona, Fundación Editorial de Literatura Reformada, 1966, p. 13).

[3] Jó 4.17-19; [25.5].

[40] “Pecado não é algo peculiar a uns poucos, senão que permeia o mundo inteiro” [João Calvino, Efésios, (Ef 2.2), p. 52]. “Quanto trazemos ainda conosco de nossa carne é algo que não podemos ignorar, pois ainda que a nossa habitação está no céu, todavia somos ainda peregrinos na terra.” [J. Calvino, Exposição de Romanos, (Rm 13.14), p. 462]. João Calvino: “Só uma exceção se deve fazer, a saber: que a *causa* do pecado, as raízes do qual sempre reside no próprio pecador; não têm sua origem em Deus, pois resulta sempre verdadeiro que *“A tua ruína, ó Israel, vem de ti, e só de mim o teu socorro” [Os 13.9]*.” [Exposição de Romanos, (Rm 1.24), p. 71]. “Lembremo-nos de que nossa ruína se deve imputar à depravação de nossa natureza, não à natureza em si, em sua condição original, para que não lhe lancemos a acusação contra o próprio Deus, autor dessa natureza.” (As Institutas, II.1.10) . “O pecado deixa apenas de reinar, não, contudo de neles habitar.” [João Calvino, As Institutas, III.3.11].

[1] Ez 18.24; Tg 2.10.

Lei. Isso seria zombar de Deus[d], e estaríamos abusando de uma vã esperança. Porque seria julgar que podemos ter alguma perfeição enquanto estamos neste corpo mortal. Por outro lado, sendo que a Lei proclama juízo e morte a todos os que não cumprirem perfeita justiça de obras, ela sempre terá do que nos acusar e nos convencer de pecado, a não ser que a misericórdia de Deus venha adiante para nos absolver pela contínua e perpétua remissão de pecado. Portanto, o que dissemos no começo permanece válido e firme. Porque, se formos avaliados conforme a nossa dignidade ou segundo o nosso merecimento, seremos sempre dignos de morte, sejam quais forem os nossos esforços e os nossos empreendimentos.[41]

Dois pontos nos quais devemos fixar-nos

[1539] Devemos fixar-nos com firmeza nestes dois pontos: O primeiro é que jamais se encontrou obra de crente que não seja condenável, se foi examinada segundo o rigor do juízo de Deus[a]. O segundo é que, quando se encontrasse tal obra (o que é impossível ao homem), ainda assim, sendo contaminada e corrompida como sempre é pelos pecados existentes na pessoa, perderia todo o seu valor e todo o benefício da graça.[42]

Os subterfúgios a que recorrem aqui os sorbonistas[b], ou seja, os escolásticos, para fugirem da questão, não lhes dão saída. Dizem eles que o valor que as boas obras têm para justificar o homem vem da graça aceitante[c], da graça pela qual Deus as aceita; as faltas cometidas são compensadas pelas obras de supererrogação. Respondo que a graça que eles chamam aceitante não é outra coisa que a bondade gratuita do Pai celeste, pela qual Ele nos abraça e nos recebe em Jesus Cristo. É então que Ele nos reveste da inocência de Cristo e a põe em nossa conta. Assim é que, pelo benefício do revestimento da inocência de Cristo, Deus nos considera santos, puros e inocentes. Pois é necessário que a justiça de Cristo seja apresentada a nosso favor e a nosso favor seja como que consignada no juízo de Deus[d]. Isso porque somente a justiça de Cristo, perfeita como é, pode resistir a Seu olhar. E então nós, estando guarnecidos[e] por ela, obtemos perpétua e contínua remissão

d. 1541 tem: *mocquer*, mas 1536 e 1539: rideret ac luderet. Em 1560 corrigiu-se mal (III, xiv, 10): "*il ne ferai que se* moquer".

a. Instrução de 1537: "Não produzimos nenhuma obra que se realize com inteira perfeição e que não seja contaminada por alguma mancha".

b. scholastici.

c. gratiæ acceptantis.

d. pro nobis sisti ac judicio representari velut sponsorem (termos jurídicos).

e. instructi.

[41] "Devemos buscar refúgio na graciosa promessa da misericórdia que nos é oferecida em Cristo, para que saibamos com certeza que somos considerados justos aos olhos de Deus." [J. Calvino, Exposição de 1 Coríntios, (1Co 4.4), p. 131].

[42] "Ao afirmar-se que Deus se lembra de nós com base em sua misericórdia, somos tacitamente levados a entender que há duas formas de lembrança que são totalmente antagônicas: uma é aquela em que ele visita os pecadores em sua ira; e a outra quando novamente manifesta seu favor àqueles de quem parecia por algum tempo ter-se olvidado." [João Calvino, O Livro dos Salmos, (Sl 25.7), p. 547].

dos nossos pecados pela fé; por sua pureza, ficando encobertas as manchas e impurezas das nossas imperfeições, estas não são imputadas a nós.[43] Mas elas são como que sepultadas, a fim de não aparecerem diante do juízo de Deus, até que chegue a hora em que, após a morte do nosso velho homem, a bondade de Deus nos leve com Jesus Cristo, o novo Adão, a um feliz repouso, onde aguardaremos o dia da ressurreição, no qual seremos transferidos para a glória celestial, tendo recebido o nosso corpo, agora incorruptível. Se essas coisas são verdadeiras, não há obra que por si mesma nos possa tornar agradáveis a Deus. E de fato não Lhe são agradáveis, a não ser que o homem esteja ou seja coberto pela justiça de Cristo. Então sim, nestas condições, ele agrada a Deus e obtém a remissão dos seus pecados.

Não tem maior consistência o que os tais costumam tagarelar[a], no tocante à idéia de recompensar Deus mediante obras de supererrogação. E isto, agora! Eles sempre voltam ao ponto do qual já foram excluídos! Dizem eles que quem guarda a Lei em parte, nessa proporção é justo por suas obras. Fazendo isso, os defensores dessa idéia tomam como resolvida uma coisa que ninguém que tenha são juízo lhes concederia. O Senhor testifica com muita freqüência que não reconhece nenhuma justiça que não seja a que se realiza pela perfeita obediência à Sua Lei. Que tremenda audácia (quando é fato que estamos desprovidos dela, para parecer* que nos despojamos de toda glória, isto é, que temos cedido plenamente a Deus) – que tremenda audácia é apresentar sabe-se lá que pedaços e migalhas[b] de um pouco de boas obras como satisfação [da justiça], e com isso querer redimir o que nos falta! Essas formas de satisfação já aforam poderosamente postas abaixo em nossa argumentação anterior – tanto que elas não deveriam penetrar na mente, devendo permanecer como simples sonhos.

Só digo que aqueles que ficam tagarelando tão inconsideradamente[1] não avaliam quanto [1536] o pecado é execrável para Deus. Se avaliassem, certamente entenderiam que nem toda a justiça dos homens, reunida num montão, seria suficiente para compensar um só pecado. Vemos que, por um só pecado, o homem foi de tal modo rejeitado por Deus que perdeu todos os meios pelos quais salvar-se e recuperar [a vida de Deus e com Deus]. Portanto, foi-nos cortado o poder de satisfazer [à justiça de Deus]; os que se gabam desse poder jamais satisfarão a Deus, pois Ele em nada se agrada do que procede dos Seus inimigos. Pois todos aqueles aos quais Ele imputa pecados são Seus inimigos. Portanto, é neces-

a. garrire.

b. frustulis.

[43] "É certamente verdade que somos justificados em Cristo Tão-somente pela misericórdia divina, mas é igualmente verdade e correto que todos quantos são justificados são chamados pelo Senhor para que vivam uma vida digna de sua vocação. Portanto, que os crentes aprendam abraçá-lo, não somente para a justificação, mas também para a santificação, assim como ele se nos deu para ambos os propósitos, para que não venham a mutilá-lo com uma fé igualmente mutilada." [J. Calvino, Exposição de Romanos, (Rm 8.13), p. 274]. Ver também: João Calvino, Efésios, (Ef 2.10), p. 63.

[1] No Tratado sobre a penitência.

sário que todos os pecados sejam cobertos e redimidos, para então Deus dar atenção a uma só obra nossa[a] que seja. Do que se infere que a remissão dos pecados é gratuita. Blasfemam perversamente contra ela os que interpõem quaisquer outras formas de satisfação. Por isso, a exemplo do apóstolo[2], "esquecendo as coisas passadas e avançando para o que está diante de nós, prossigamos em nossa carreira, para alcançar o prêmio da vocação[b] superna*".

"Servos inúteis" podem alegar obras de supererrogação?

Quanto à pretensão relacionada com tais ou quais obras de supererrogação, como isso poderá harmonizar-se com o que diz Jesus Cristo, na passagem[1] em que lemos: "Depois de haverdes feito tudo quanto vos foi ordenado, dizei: Somos servos inúteis, porque fizemos apenas o que devíamos fazer"? Declarar isso diante de Deus não com fingimento ou mentira, mas com convicção firme e segura. Pois o Senhor nos manda julgar a verdade e reconhecer de coração que não Lhe prestamos nenhum serviço verdadeiramente voluntário, mas somente aqueles[c] dos quais Lhe somos devedores.

[1539] E isso com razão, porque somos servos de Deus e obrigados por nossa condição[d] a tantos serviços que jamais poderíamos ficar quites; mesmo que todos os nossos pensamentos e todos os nossos membros só se aplicassem a isso, e nada mais.

[1536] Portanto, quando Ele diz, "Depois de haverdes feito quanto vos foi ordenado", é como se dissesse: Suponha-se que todas as justiças do mundo, e ainda mais, fossem impostas a um só homem.

[1539] Assim é que todos nós estamos muito longe de atingir esse objetivo. Como então ousaríamos gloriar-nos de ter acrescentado algum remate à justa medida? E não adianta alguém alegar que não há nenhum inconveniente em que aquele que não cumpre o seu dever nalgum ponto faça mais do que aquilo que se requer necessariamente. Porque é preciso que nos atenhamos a esta regra: Que nem nos passe pela cabeça, seja para honrar a Deus, seja por amar ao próximo, fazer[a] qualquer coisa que não faça parte do conteúdo da Lei de Deus. Ora, se se trata de algo que faz parte da Lei, não devemos gabar-nos de liberalidade voluntária naquilo a que estamos obrigados necessariamente. E é impropriamente citada para comprovação do erro a passagem do apóstolo Paulo[2] na qual ele se gloria de haver renunciado a um direito do qual poderia utilizar-se, se quisesse. E em

---

a. Cf. *Instrução* de 1537, cap. xix: *Como a justiça das boas obras e da fé se juntam harmoniosamente*. (*Op. selecta*, I, p. 395.)

b. tês áno kléseos é traduzido em 1536: supernæ vocationis.

c. operas.

d. Acréscimo de 1541.

a. conferat.

[2] Fp 3. 13,14 [tradução direta].

[1] Lucas 17.10.

[2] 1Co 9 [notar os versículos 12 e 15].

que ele não somente fazia o que era seu dever de ofício, mas que se dedicava além do dever pregando-lhes gratuitamente o Evangelho. É preciso considerar o motivo pelo qual ele agiu assim – motivo registrado no texto [versículo 9; e, no contexto, 8.7-13]. É que ele não queria causar escândalo aos fracos na fé. Porque os sedutores que perturbavam aquela igreja e se insinuavam por essa brecha, não se deixavam impedir por nada em seu propósito de conseguir apoio para a sua perversa doutrina e de tornar odioso o Evangelho. A tal ponto que foi preciso que o apóstolo Paulo, ou pusesse em perigo a doutrina de Cristo, ou fizesse frente a tais[b] estratagemas*. Se fosse coisa indiferente o cristão incorrer em escândalo quando pode abster-se, reconheço que o apóstolo fez para Deus algo além do seu dever. Mas, se isso é exigido do prudente despenseiro do Evangelho, digo que ele fez o que devia.

Finalmente, ainda que esse motivo não se fizesse valer, o que diz Crisóstomo é, porém, sempre verdadeiro. Diz ele que tudo o que vem de nós é da natureza do que um servo ou um escravo tem; é que isso, pelo direito de escravidão, pertence ao seu senhor. O que Cristo não dissimula em Sua parábola. Pois Ele pergunta se costumamos expressar gratidão ao nosso servo quando, depois de um dia de trabalho, ele volta para casa. Ora, pode ser que ele tenha feito mais do que ousaríamos impor-lhe. Mesmo nesse caso, ele só fez para nós o que era seu dever, de acordo com a lei de escravidão[a], visto que ele é nosso, com tudo o que ele puder fazer.

[1536] Não digo quais são as supererrogações das quais os tais mestres querem se valer[b] diante de Deus; mas, não passam de uma mixórdia[c] de forma alguma ordenada por Deus, e Deus não as aprova. E quando chegar a hora da prestação de contas, não lhes concederá nada. Neste sentido podemos ver muito bem o que são as obras de supererrogação no que diz o profeta[1], quando pergunta: "Quem requereu isso de vossas mãos?"

[1539] Mas é necessário que esses fariseus[d] se lembrem do que é dito noutro lugar, onde se lê: "Por que gastais o dinheiro naquilo que não é pão, e o vosso suor, naquilo que não satisfaz?[2]" Os senhores, nossos mestres, podem muito bem discutir essas questões em suas escolas, assentados fofamente em suas macias almofadas[a]. Mas quando o soberano Juiz se manifestar do céu em Seu tribunal, tudo o que os tais mestres tiverem determinado de nada lhes valerá, e assim se desvanecerá como fumaça. Pois bem, eis aqui o que devemos buscar: Que confiança poderemos levar para defender-nos naquele terrível jul-

b. ejusmodi artibus.
a. ex conditione servitutis.
b. venditare Deo.
c. nugæ.
d. Qualificativo acrescentado em 1541.
a. Non est quidem valde laboriosum ociosis istis Rabinis hæc sub umbra in mollibus cathedris disputare (Cf. acima uma cena análoga, p. 266, nota b).
[1] Is 1.10-15 e 58.1-5 [tradução direta].
[2] Is 55.2.

gamento, a não ser a tagarelice ou as mentiras que se pode apresentar em qualquer canto de uma Sorbonne[b]?

Duas pragas no coração

Precisamos expulsar do nosso coração duas pragas: uma é a confiança em nossas obras; a outra é dar a elas algum louvor. Aqui e ali a Escritura elimina essa confiança, dizendo que "todas as nossas justiças são como trapo da imundícia" diante de Deus [Is 64.6], que elas só podem auferir bom odor da justiça de Jesus Cristo, e o que podem fazer é provocar a vingança de Deus, se não estiverem firmadas em Sua terna misericórdia. Assim é que a Escritura não deixa sobrar nada que favoreça as nossas obras, só nos restando implorar a clemência do nosso Juiz, para obtermos misericórdia, com esta oração de Davi: "ninguém será justificado diante da sua face, se ele chamar a contas os seus servos" [tradução direta; cf. Sl 130.3]. É o que se vê nesta declaração de Jó[3]: "Se [eu] for perverso, ai de mim! E, se for justo, não ouso levantar a cabeça". Porque Jó prefere ceder de bom grado a Deus, a arriscar-se a lutar contra o Seu rigor. Mas ele quer dizer que não reconhece justiça em si, justiça própria, a qual, se levada à presença de Deus, cairia e se desfaria incontinenti. Não havendo confiança, toda glória deve ser anulada. Porquanto, quem vai atribuir às suas obras o honroso título de justiça, quando, se as ponderar bem, tremerá diante de Deus? Portanto, o nosso coração será satisfatoriamente purificado quando não se apoiar em nenhuma confiança nas obras e não buscar em si mesmo nenhum ponto sobre o qual se exaltar e do qual se orgulhar.[44] É pelo erro de induzir os homens a essa confiança vã e falsa que os tais mestres sempre estabelecem em suas obras a causa e a razão da sua salvação.[45]

Quatro causas filosóficas julgadas pela Escritura

Se considerarmos os quatro gêneros de causas propostas pelos filósofos, não encontraremos nem uma só que se coadune com as obras, quando se trata da nossa salvação. A Escritura ensina em toda parte que a *causa eficiente* da nossa salvação é a misericórdia de nosso Pai celeste e o amor que, por Sua graça, Ele tem por nós. Como *causa material* ela nos apresenta Cristo e Sua obediência, pela qual Ele adquiriu justiça para nós. Sobre a chamada *causa instrumental*, que diremos, senão que é a fé?[46] O apóstolo João inclui numa só sentença[1] todas essas leis,

b. In scholis.

[3] Jó 10.15.

[44] "Satanás, também, vive sempre pronto a engendrar todo gênero de calúnia com o fim de lançar ao descrédito a doutrina da graça." [João Calvino, Exposição de Romanos, (Rm 6.1), p. 201].

[45] "Esta passagem nos ensina que a graça de Deus é a única luz de vida para os santos; e que, tão logo Deus manifeste algum sinal de sua ira, se vêem não só profundamente amedrontados, mas também, por assim dizer, precipitados nas trevas da morte, enquanto que, em contrapartida, tão logo descubram mais uma vez que Deus é misericordioso para com eles, se sentem imediatamente restaurados à vida." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 1, (Sl 6.8-10), p. 133].

[46] No entanto, "eleição é mãe da fé". [J. Calvino, As Institutas, III.22.10].

[1] Jo 3.16.

quando declara que "Deus amou ao mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo o que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna". Quanto à *causa final*, diz o apóstolo[2] que foi para demonstrar a justiça de Deus e glorificar a Sua bondade. Quando vemos que todas as partes componentes da nossa salvação estão fora de nós, como é que vamos ter ou buscar alguma fé ou alguma glória em nossas obras?[47]

Quando se trata da causa eficiente e da final, os maiores adversários da glória de Deus não saberão manter controvérsia conosco, se não quiserem renunciar a toda a Escritura. Quando se trata das causas material e instrumental, eles sofismam* com suas astutas cavilações, como se as nossas obras dividissem pela metade [a sua participação na obra de salvação] com a fé e a justiça de Cristo! Mas a Escritura contradiz isso também, afirmando simplesmente que possuímos a bênção da salvação unicamente pela fé.[48]

Lições de uma dupla ação dos antigos fiéis

Os santos se fortalecem e se consolam mutuamente, ora revogando a sua inocência e a sua integridade, ora assinalando-as algumas vezes. Isso é feito de duas maneiras: Uma é que, comparando a sua boa causa com a má causa dos ímpios, os fiéis concebem esperança de vitória. Não pelo valor ou estima da sua justiça pessoal, mas porque a iniqüidade dos seus inimigos merece a derrota destes e a vitória daqueles. Em segundo lugar, quando se examinam diante de Deus, sem se compararem com os outros, recebem certa consolação e alguma confiança na pureza da sua consciência.

Quanto ao primeiro argumento, veremos algo logo adiante. Resolvamos rapidamente agora o segundo, que é ver como pode harmonizar-se e concordar com o que já dissemos, a saber, que não devemos apoiar-nos em nenhuma fé em nossas obras no julgamento em que Deus é o Juiz, e que não devemos gloriar-nos em coisa alguma que haja em nós. Pois bem, nisto concordam os santos: Quando é questão de fundamentar e estabelecer a sua salvação, sem atentar para as suas obras, eles fixam o seu olhar[a] unicamente na bondade de Deus. E não somente se dirigem à Sua bondade antes de todas as demais coisas, como no princípio da sua bem-aventurança, mas também, tendo-a como o poder que completa a obra de salvação, a ela dão plena aquiescência e nela descansam.[49]

---

a. oculos intendunt.

[2] Rm 3.1-8; Ef 1.6 e 2.7-9.

[47] "Certamente que, embora, com respeito a nós mesmos, nossa salvação esteja ainda oculta na esperança, todavia em Cristo já possuímos a bem-aventurada imortalidade e glória." [João Calvino, Efésios, (Ef 2.6), p. 36]."Em toda a Escritura se faz evidente que não existe outra fonte de salvação exceto a graciosa mercê divina." [João Calvino, Exposição de Hebreus, (Hb 6.10), p. 158].

[48] "Sempre que o tema de nossa salvação é discorrido, devemos lembrar que ela está fundamentada na Palavra daquele que não pode iludir ou mentir. Aliás, o único fundamento de toda a religião é a imutável verdade de Deus." [João Calvino, As Pastorais, São Paulo, Paracletos, 1998, (Tt 1.2), p. 303].

[49] "Sempre que nossas mentes se agitam e caem em perplexidade, devemos trazer à memória a seguinte verdade: sejam quais forem os perigos e apreensões que porventura nos ameacem, a segurança da Igreja que Deus

Depois que a consciência foi assim fundamentada, preparada e confirmada, ela pode se fortalecer também pela consideração das obras; entretanto, só no sentido de que elas são testemunhas de que Deus habita e reina em nós. Vê-se, pois, que essa fé nas obras não tem lugar, a não ser depois de havermos posto toda a confiança do nosso coração na misericórdia de Deus. Em tudo isso não há nada que mostre que as obras justificam o homem, nem que lhe dão alguma segurança.

Refúgio de salvação?

Portanto, quando excluímos a fé nas obras, outra coisa não queremos dizer senão que a alma cristã não deve considerar o mérito das obras como um refúgio de salvação, mas deve descansar totalmente na promessa de justiça gratuita.[50] Entretanto, não negamos que ela se sustém e se confirma por todos os sinais que tem da benevolência de Deus. Porque, se todos os dons que Deus nos tem dado, quando os trazemos à memória, são como raios de luz do Seu rosto, para nos iluminar a fim de contemplarmos o resplendor da Sua bondade, por mais forte razão as obras que nos são confiadas devem servir a esse propósito, pois demonstram o Espírito de adoção, que nos foi dado.

Assim, quando os santos confirmam a sua fé por sua inocência, ou vêem nisso motivo para regozijar-se, outra coisa não fazem senão considerar, pelos[a] frutos da sua vocação, que Deus os adotou como filhos. O que, pois, diz Salomão, que "no temor do Senhor tem o homem forte amparo" [Pv 14.26], admoestação que os santos algumas vezes usam com vistas a serem exaltados por Deus, alegando que têm "andado diante do seu rosto com integridade e simplicidade[1] – em nada pode constituir fundamento para a edificação da consciência, mas só pode ter algum valor quando tomado como sinal da vocação de Deus. Porque o temor

estabeleceu, por mais dolorosamente abalada ela seja, por mais poderosamente assaltada, jamais poderá ser demasiadamente enfraquecida e envolvida em ruína." [J. Calvino, O Livro de Salmos, Vol. 2, (Sl 48.8), p. 362]. Calvino observa que "as pessoas erram clamorosamente na interpretação da Escritura, deixando inteiramente suspensa a aplicação de tudo quanto se diz acerca do poder de Deus e em não descansar certas de que ele será também seu Pai, uma vez que fazem parte de seu rebanho e são partícipes de sua adoção." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 2, (Sl 46.7), p. 336].

[50] "Seja o que for que Deus tenha que fazer, inquestionavelmente o fará, se Ele o tiver prometido." [João Calvino, Efésios, (Ef 3.20-21), p. 106]. "Não há nenhuma paz genuína que seja desfrutada neste mundo senão na atitude repousante nas promessas de Deus. Os que não lançam mão delas podem ser bem sucedidos por algum tempo em abafar ou expulsar os terrores da consciência, mas sempre deixarão de desfrutar do genuíno conforto íntimo." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 2, (Sl 51.8-9), p. 436]. "Deus não frustra a esperança que ele mesmo produz em nossas mentes através da sua Palavra, e que ele não costuma ser mais liberal em prometer do que em ser fiel na concretização do que prometeu." [João Calvino, O Livro de Salmos, Vol. 2, (Sl 48.8), p. 361].51 Portanto, a oração deve ser sempre um ato de submissão dos nossos desejos ao propósito de Deus revelado nas Escrituras. "Nossa fé não tem que estar fundamentada no que nós tenhamos pensado por nós mesmos, senão no que nos foi prometido por Deus." [J. Calvino, Sermones Sobre La Obra Salvadora de Cristo, Jenison, Michigan, TELL, 1988, *"Sermon nº 13"*, p. 156].

[1] Pv 17; Gn 24; 2Rs 20.

a. 1539: *a* fructibus. 1541, por erro: *que.*

do Senhor em nenhum aspecto pode dar firme segurança; e todos os santos sabem muito bem que não têm plena integridade, reconhecendo que esta sempre está mesclada com muitas imperfeições e com muitos restos da sua carne. Mas, porque nos frutos da sua regeneração eles vêem argumento e sinal de que o Espírito Santo habita neles, não consideram pouca coisa, para fortalecer-se, contar com a ajuda de Deus em todas as suas necessidades, visto que tê-lo como Pai[a] já é algo de grande valor. Ora, isso não lhes poderá suceder, se primeiro não apreenderem a bondade de Deus, assegurando-se dela tão-somente[b] pelas promessas do Evangelho. Porque, se começarem uma vez a avaliar a obra da salvação segundo as obras, nada será mais incerto, nada será menos firme. Pois, se as obras forem apreciadas por seu próprio valor, trarão sobre o homem a ameaça da ira de Deus por sua imperfeição na mesma medida em que testemunharão da Sua benevolência, por sua pureza tão bem iniciada[c].

Vemos, então, que os santos não concebem uma fé em suas obras que lhes atribua algum mérito (visto que só as consideram como dons de Deus, pelos quais eles reconhecem a Sua bondade, e como sinais da sua vocação, a qual atribuem à eleição divina). Tampouco o seu conceito derroga ou diminui coisa alguma da justiça gratuita que obtemos em Cristo, visto que dela[d] depende a sua fé e nela se apóia.

Ademais, o que a Escritura diz – que as boas obras são uma causa pela qual o Senhor abençoa os Seus servos, é necessário entender de tal modo que permaneça vigente por completo o que acima dissemos. Isto é, que a origem e o efeito da nossa salvação estão firmados no amor do Pai celeste; sua matéria e sua substância fundam-se na obediência de Cristo; e o seu instrumento baseia-se na iluminação do Espírito Santo, quer dizer, na fé cuja finalidade é que a bondade de Deus seja glorificada. Isso não impede que Deus receba as obras como causas inferiores ou subalternas. Mas, mesmo isso, de onde procede? Do fato de que aqueles que, por Sua misericórdia, foram predestinados à herança da vida eterna, Ele introduz, segundo a sua dispensação ordinária, à posse daquela herança pelas boas obras. Assim, o que ocorre antecedentemente na ordem da Sua dispensação Ele descreve como causa do que se lhe segue.

Por essa mesma razão parece* que a Escritura diz algumas vezes que a vida eterna procede das boas obras; não que o merecido louvor seja atribuído a elas, mas no sentido de que Deus justifica os Seus eleitos para glorificá-los.[51] Em última análise, a primeira graça, que é como um degrau para a segunda, é chama-

a. experiuntur patrem.

b. Instrução de 1537: "Precisamos estar atentos para evitar que nos encantemos tanto com a vã confiança nas tais boas obras que nos esqueçamos de que somos justificados somente pela fé em Cristo".

c. inchoata.

d. ab ea dependet nec sine ea subsistit.

[51] "A glória de Deus deve resplandecer sempre e nitidamente em todos os dons com os quais porventura Deus se agrade em abençoar-nos e em adornar-nos. De sorte que podemos considerar-nos ricos e felizes nele, e em nenhuma outra fonte." [J. Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 2, (Sl 48.3), p. 356].

da causa desta. Todavia, quando se faz necessário assinalar a verdadeira causa, a Escritura não dirige a nossa atenção às obras, mas, sim, nos mantém fixos unicamente na contemplação da misericórdia de Deus. Sim, pois, que outra coisa quererá dizer esta sentença do apóstolo[1] : "O salário do pecado é a morte, mas o dom gratuito de Deus é a vida eterna em Cristo Jesus, nosso Senhor"? Por que não contrapõe ele a justiça ao pecado, como a vida à morte? Por que não coloca a justiça como causa de vida, como declara que o pecado é causa de morte, para que a comparação fosse completa? Mas de maneira nenhuma a comparação é imperfeita, nos termos em que foi registrada, pois o que ele quis expressar com ela é esta verdade: A morte cobra os seus méritos[a], mas a vida está situada somente na misericórdia de Deus.

Um nó desfeito

Já desfizemos o principal nó desta questão[b] – que, uma vez que é necessário que toda justiça que se apóie nas obras sofra vergonhosa humilhação diante de Deus, ela está unicamente na misericórdia de Deus, na comunhão de Cristo, e, portanto, unicamente na fé.

Pois bem, devemos notar diligentemente que esse é o ponto principal[c], a fim de não nos envolvermos no erro[d] comum, tanto do vulgo quanto dos doutos. Porque, quando se trata de verificar ou dizer se é a fé que justifica ou as obras, eles citam as passagens que parecem* atribuir algum mérito às obras diante de Deus, como se aqueles trechos da Escritura se prestassem para demonstrar e provar que as obras têm algum valor[a] perante Deus. Ora, foi claramente demonstrado que a justiça das obras só consiste de um perfeito e completo cumprimento da Lei. Disso decorre que ninguém é justificado por suas obras, senão aquele que chegasse a uma tal perfeição que não poderia ser acusado da menor falta. A questão é, pois, outra e diversa, qual seja: Se, apesar de as obras não serem suficientes para justificar o homem, podem obter de Deus algum favor.

Têm as boas obras algum valor perante Deus?

Primeiro, vejo-me constrangido a declarar[b] o seguinte a respeito do título "mérito": Seja quem for que tenha sido o primeiro a atribuí-lo às obras humanas, o fato é que, quanto ao juízo de Deus, ele é inútil para suprir ou validar a sinceridade da fé. Quanto a mim, fujo com todas as veras da alma de todas as contendas que se

---

a. hominum meritis.
b. causa (o termo latino é jurídico; não o seu equivalente na tradução francesa).
c. causæ cardinem.
d. hallucinatione.
a. pretii.
b. præfari.
[1] Rm 6.23.

travam por causa de palavras[c]; mas eu gostaria que sempre fosse mantida pelos cristãos esta sobriedade: que, não havendo necessidade* ou algum propósito, não façam uso de palavras alheias[d] à Escritura que possam gerar muito escândalo e pouco fruto. Porquanto, qual é a necessidade, rogo que me expliquem, de introduzir o título "méritos", uma vez que se pode explicar a dignidade das boas obras de outra maneira, sem[e] causar tropeço* a ninguém? Ora, que o uso daquela palavra tem causado escândalo, nós o vemos, como também vemos o grande dano causado a muitos. O certo é que, como é evidente que seu uso é fruto do orgulho, só pode obscurecer a graça de Deus e encher de vã presunção os homens. Reconheço que os antigos doutores da igreja o empregavam comumente. E prouvera Deus que, com essa pequena palavra, eles não tivessem dado ocasião de erro aos que vieram depois deles! Tenha-se em conta, porém, que alguns deles testificaram que não queriam, com seu uso, prejudicar a verdade. Em certo lugar[1] diz Agostinho: "Que os méritos humanos sejam desprezados aqui, pois eles pereceram em Adão, e que a graça de Deus reine, como de fato reina por Jesus Cristo". E também Crisóstomo[2]: "Todas as nossas obras, que resultam da vocação gratuita de Deus, são como débitos que Lhe pagamos; mas os benefícios que Ele nos faz são de graça e por Sua bondade e magnanimidade". Deixando, porém, o título para trás, consideremos antes a coisa a que ele se refere.

Que é que as nossas obras merecem?

O que as nossas obras merecem a Escritura mostra, dizendo que elas não podem resistir ao olhar de Deus, porquanto estão cheias de impurezas e de imundície. Ademais, ainda que alguém pudesse obedecer perfeitamente à Lei, que é que ele mereceria, se a Escritura nos ordena que nos consideremos "servos inúteis quando tivermos feito todas as coisas que nos são ordenadas[1]"? Pois mesmo que fizéssemos isso, não faríamos nada para Deus que nos fosse gratuito, mas tão-somente estaríamos saldando, com os nossos serviços, o que Lhe devemos. Por tais serviços Deus não nos deve nenhuma bênção, nenhuma graça. Todavia, o Senhor chama "nossas" as obras que Ele nos dá; e não somente testifica que elas Lhe são agradáveis, mas também que serão recompensadas. Agora, o nosso dever é encher-nos de ânimo e de entusiasmo com tais promessas, de modo que "não nos cansemos de fazer o bem[2]" e que não sejamos ingratos a tão grande benignidade. Não há dúvida de que tudo o que merece louvor em nossas obras deve-se à graça de Deus, e de que não há uma só gota de bem que devamos atribuir apropri-

c. a logomachiis libens abstineo.
d. extranea.
e. citra offendiculum.
[1] De prædestin. sanct.
[2] Homil. 33 in Genes.
[1] Lc 17.10 [tradução direta].
[2] Gl 6.9.

adamente a nós mesmos.[52] Se reconhecermos verdadeiramente isso, não somente toda a confiança[a] nos méritos das nossas obras se desvanecerá, mas também toda idéia fantasiosa[b] em torno disso.[53] Digo então que não devemos repartir* o louvor das boas obras entre Deus e o homem, como fazem os sofistas, mas que o dediquemos inteiramente a Deus. Para o homem reservemos só isto – que ele polui e corrompe com sua impureza as obras que de outro modo seriam boas, como vindas de Deus. Porque, no homem mais perfeito que exista no mundo não há absolutamente nada que não esteja manchado por algum tipo de mácula. Portanto, se Deus chamar a juízo as melhores obras existentes entre os homens, nelas encontrará a Sua justiça e a acabrunhadora confusão dos homens[c]. Portanto, as obras agradam a Deus, e não são inúteis aos que as praticam, mas na verdade recebem como recompensa* amplíssimos benefícios de Deus. Não que os mereçam, mas porque a benignidade do Senhor lhes determina tal prêmio[d]. Ora, que ingratidão é essa que, não nos contentando com a imensa generosidade de Deus, que remunera as obras com recompensa não devida por Ele, porquanto elas não têm nenhum mérito, nós nos excedemos por uma maldita ambição, pretendendo que aquilo que é da pura benevolência de Deus seja dado pelo mérito das obras?

Invoco aqui o testemunho do senso comum de cada qual: Se alguém a quem é concedido o usufruto de um campo pretender usurpar o direito de propriedade, não merecerá ele, por essa ingratidão, perder até o direito do usufruto que tem? Semelhantemente, se um escravo, libertado[e] por seu senhor, não quiser reconhecer a sua condição[f] de escravo liberto, mas atribuir a si posição de livre por direito de nascimento[g], não merecerá ser reconduzido* à escravidão[h] ? Porque a maneira legítima de usarmos dos benefícios que nos são feitos é esta: Não pretender mais do que aquilo que nos é dado, e não fraudar o nosso benfeitor apossando-nos do elogio que lhe cabe. Sim, e portar-nos* de tal modo que, se algo nos for transferido, façamos ver que, em última análise, o devemos a ele.[54]

---

a. fiducia.

b. opinio.

c. Institutio 1536, cap. II: "Polleant quamvis splendida operum magnificentia, etiam ad miraculum usque: omnia tamen eorum dicta, facta, cogitata, Deus abominatur etc. (*Op. selecta*, I, 92.)

d. Instrução de 1537, XIX: "Não há dúvida nenhuma de que as boas obras procedentes de uma tal pureza de consciência são agradáveis a Deus... Todavia, precisamos estar atentos para evitar que nos encantemos tanto com a vã confiança nas tais boas obras que nos esqueçamos de que somos justificados somente pela fé em Cristo". (*Op. selecta*, I, 395.)

e. manumissus a domino (termos do direito romano).

f. libertinæ conditionis humilitate dissimulata.

g. A qualidade do homem livre *por nascimento*, e não por alforria.

h. in pristinam redigatur.

[52] "Não é propriamente nossas obras em si mesmas que Deus considera, e sim, sua *graça* em nossas obras", conclui Calvino. [João Calvino, Exposição de Hebreus, (Hb 6.10), p. 159].

[53] "Muitos efetivamente se gloriam de suas obras e encontram-se muitos pagãos que não querem se tornar cristãos, porque supõem que é suficiente sua vida de homem honesto." [Agostinho, Comentário aos Salmos, São Paulo, Paulus, 1997, Vol. 1, Sl 31, "II. Sermão ao Povo", p. 350).

[54] "Todas as glórias dos homens e dos anjos, colocadas em seu devido lugar, abrem caminho à glória de Cristo, para que somente ela venha a brilhar acima de todos eles incomparavelmente e sem impedimento algum." [João Calvino, Efésios, (Ef 1.21), p. 47].

Se devemos ter essa modéstia com relação aos homens, cada qual considere quanto mais devemos a Deus!

Bem sei que os sofistas abusam de algumas passagens para provar que a palavra mérito se encontra na Escritura. Eles citam esta sentença de Eclesiástico: "Toda a obra de misericórdia preparará a cada um o seu lugar, segundo o merecimento das suas obras...[1]" Também da Epístola aos Hebreus: "Não negligencieis, igualmente, a prática do bem e a mútua cooperação; pois tais sacrifícios merecem a graça de Deus[2]". Embora eu possa repudiar o Livro de Eclesiástico[a] por não ser canônico, todavia não o faço*.[55] Mas nego que a citação seja fiel, pois assim diz o grego[b], palavra por palavra: "Deus dará lugar a toda misericórdia; cada um encontrará segundo as suas obras". Que é esse o sentido natural e que a passagem foi deturpada na tradução latina, pode-se ver facilmente, tanto pelo contexto imediato como pela própria sentença, tomada isoladamente. No tocante à Epístola aos Hebreus, o que os tais mestres fazem[c] é torcer o texto sutilmente*. Sim, pois, a palavra empregada pelo apóstolo não significa outra coisa senão que tais sacrifícios[d] são agradáveis a Deus [ARA: "com tais sacrifícios, Deus se compraz"]. Isso basta para abater e reprimir toda insolência do nosso orgulho, se não ultrapassarmos os limites da Escritura para atribuir alguma dignidade às obras.

A doutrina da Escritura sobre as obras

Pois bem, a doutrina da Escritura é que as nossas obras são contaminadas por muitas impurezas, pelas quais Deus com razão se sente ofendido e se ira contra nós. Longe estão as nossas obras de obter graça e favor, ou de incentivar Deus a nos abençoar.

Todavia, visto que, por Sua grande clemência, Ele não as examina com rigor e as aceita como puras, essa é a razão pela qual as recompensa com infinitos benefícios, tanto da vida presente como da futura, apesar de elas não merecerem nada disso.

Distinção inaceitável

Não posso acatar a distinção que algumas personagens insinuam: que as boas obras são meritórias quanto às graças ou bênçãos que Deus nos confere nesta vida, mas que a salvação eterna é recompensa da fé somente, visto que Deus promete que a recompensa* dos nossos labores e a coroa da nossa luta está no céu. Por outro lado, atribuir ao mérito das obras o recebimento de novas bênçãos

---

a. Este escrito apócrifo do Antigo Testamento ("Sabedoria de Jesus, filho de Siraque") não foi admitido no Cânon nem pelo Concílio de Trento nem pela Confissão de Fé Reformada (1559).

b. Páse eleemosýne poiései tópon, ékastos katà tà érga autoû eurései.[1](Segue-se a tradução latina.)

c. decipulas in verbo uno sustentant.

d. hostias.

[1] Eclesiástico 16.15 [Matos Soares].

[2] Hb 13.16 [tradução direta da frase final].

[55] Ver: João Calvino, As Institutas, II.5.18 e III.15.4.

de Deus, diariamente, de tal modo que a graça é despojada disso, é ir contra a doutrina da Escritura. Essa é a verdade, pois, embora Cristo tenha dito que "ao que tem se lhe dará, e terá em abundância", e que o servo "fiel no pouco" será constituído sobre grandes coisas [Mt 13.12 e 25.21], não obstante Ele demonstra, semelhantemente, que o progresso e o crescimento dos crentes são resultantes dos dons da Sua benignidade gratuita. "Ah!", diz o Senhor. "Todos vós, os que tendes sede, vinde às águas; e vós, os que não tendes dinheiro, vinde, comprai e comei; sim, vinde e comprai, sem dinheiro e sem preço, vinho e leite[1]". Porque tudo quanto é dado aos crentes para a promoção da sua salvação é pura benevolência de Deus, como o é a bem-aventurança eterna. Todavia, tanto quanto às bênçãos que Ele nos dá agora, como quanto à glória futura, que nos dará, diz Ele que as nossas obras recebem alguma consideração. Assim se nota que, para nos testificar o Seu amor infinito, Ele se compraz, não somente em nos honrar dessa maneira, mas também com as bênçãos que recebemos da Sua mão.

Responsabilidade real e histórica dos pregadores e mestres

Se essas coisas tivessem sido tratadas e expostas no passado, em sua ordem própria, jamais teriam sido provocados tantos problemas e dissensões. Diz o apóstolo Paulo que "nos é necessário, para edificar bem a igreja, manter o fundamento que ele tinha lançado entre os coríntios, o qual não é outro: é Jesus Cristo[2]". Que fundamento nós temos em Cristo? Seria apenas que Ele foi o princípio da nossa salvação, para que a realização desta fosse depois feita por nós?[56] E que Ele só abriu o caminho, para que depois lhe déssemos continuidade com a nossa capacidade? Nada disso! Mas sim, como eu disse anteriormente, quando nós O confessamos, Ele nos é dado como justiça. Portanto, ninguém está realmente fundamentado em Cristo senão aquele que nele tem inteiramente a sua justiça, visto que o apóstolo não diz que Cristo foi enviado para nos ajudar a obter justiça, mas para Ele ser a nossa justiça. Quer dizer que desde toda a eternidade, desde antes da criação do mundo, fomos escolhidos nele[a], não segundo algum mérito nosso, mas segundo o beneplácito, o bom prazer, de Deus; que por Sua morte fomos resgatados da condenação à morte e libertados da perdição; que fomos adotados nele pelo Pai celeste, para sermos Seus filhos e seus herdeiros; que fomos reconciliados com Deus por Seu sangue; que, estando sob a Sua proteção, não corremos nenhum perigo de perecer; que, tendo sido incorporados nele, desde já somos, de alguma forma, participantes da vida eterna, tendo já entrado no Reino de Deus, por antecipação assegurada

a. Cf. *Institutio* 1536, cap. IV, *de fide*. (*Op. selecta*, I, 88): "In Christo pater ab æterno elegit quos voluit esse suos…; quos semper est protecturus; quos nunquam perire sinet" (Rm 8).

[1] Is 55.1.

[2] 1Co 3.11.

[56] "Transferimos para Cristo os nossos pensamentos, para que nele, como num espelho, vejamos os gloriosos tesouros da graça divina e a imensurável grandeza desse poder que ainda não se manifestou em nós." [João Calvino, Efésios, (Ef 1.20), p. 45].

pela esperança.[57] E ainda não é o fim, mas também, tendo sido acolhidos como Seus co-participantes (sabedores que somos de que nós mesmos não passamos de estultos), todavia Ele é para nós a sabedoria de Deus; sendo nós pecadores, Ele é a nossa justiça; sendo nós impuros, Ele é a nossa pureza; sendo nós fracos e destituídos de forças e da necessária armadura para resistir ao Diabo, o poder que a Ele foi dado no céu e na terra para destruir o Diabo e arrombar as portas do inferno é nosso; tendo nós ainda um corpo mortal, Ele é vida para nós.[58]

Sumário

Em suma: Todos os Seus bens são nossos; nele nós temos tudo[a], em nós não temos nada. É necessário, pois, que sejamos edificados sobre este fundamento – Cristo – se é que desejamos ser templos consagrados a Deus.

Outro foi o ensino que o mundo recebeu

Mas de há muito que o mundo tem recebido ensino diferente. Existem sabe-se lá quantas obras morais cujo objetivo é tornar os homens agradáveis a Deus, antes de serem incorporados em Cristo. Como se a Escritura mentisse quando declara mortos todos os que não têm o Filho. Se estão mortos, como poderiam gerar alguma vida? Paralelamente, é como se de nada valesse o dito, "tudo o que não provém de fé é pecado[1] ", e como se de uma árvore ruim pudesse sair bom fruto! Mas, que foi então que esses maus[b] sofistas deixaram com Cristo, em que Ele desenvolvesse o Seu poder? Dizem eles que Cristo mereceu para nós a primeira graça, isto é, deu-nos ocasião de merecer [a salvação e outras bênçãos], mas que agora nos cabe não perder a ocasião que nos é dada. Que pouca vergonha! Que desenfreio! Quem poderia esperar que aqueles que professam a fé cristã despojassem dessa maneira Jesus Cristo do Seu poder para pouco menos que pisoteá-lo? A Escritura testifica em toda parte que todos os que nele crêem são justificados. E esses fulanos indignos ensinam que não nos vem dele outro benefício senão o de nos abrir o caminho para que nós nos justifiquemos a nos mesmos!

Ah! se eles pudessem apreciar o que querem dizer estas sentenças: "Aquele que tem o Filho tem [também] a vida"; "Quem ouve a minha palavra", disse Jesus, "e crê naquele que me enviou tem a vida, não entra em juízo [de condenação], mas passou da morte para a vida"; "Jesus Cristo, nosso Salvador", veio "a

a. "...nele nós temos tudo...". Vê-se pelo que o precede: Se Calvino combate toda idéia de *mérito* das obras, não combate as obras propriamente ditas e não nega a realidade da regeneração cristã, nem das vitórias do cristão em sua lutas cotidianas.

b. pestilentissimi.

[57] "O fundamento de nossa vocação é a eleição divina gratuita pela qual fomos ordenados para a vida antes que fôssemos nascidos. Desse fato depende nossa vocação, nossa fé, a concretização de nossa salvação." [João Calvino, Gálatas, (Gl 4.9), p. 128]. "A fonte donde nos advêm todas as bênçãos que Deus nos concede consiste em que ele nos escolheu em Cristo." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 1 (Sl 28.8), p. 609].

[58] "Deus nos elegeu para sermos seu povo peculiar, a fim de fazer notório seu poder nos preservando e nos defendendo" [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 2, (Sl 46.7), p. 335].

[1] Rm 14.23.

fim de que, justificados por graça, nos tornemos seus herdeiros, segundo a esperança da vida eterna"; Deus "nos tem abençoado com toda sorte de bênção espiritual nas regiões celestiais em Cristo"; aos que estão "em Cristo" Deus "deu vida juntamente com Cristo – pela graça sois salvos, e, juntamente com ele, nos ressuscitou e nos fez assentar nos lugares celestiais em Cristo Jesus"; por Cristo "temos acesso ao Pai" e somos "concidadãos dos santos" e "da família de Deus[2] ", e outras passagens semelhantes, que são infindas.

Porque essas declarações bíblicas não significam somente que a faculdade de obter justiça ou salvação nos vem por meio de Jesus Cristo, mas também que tanto uma como a outra nos são dadas nele [ou seja, por estarmos em Cristo]. Portanto, assim que somos incorporados em Cristo pela fé, somos feitos filhos de Deus, herdeiros do céu, participantes da justiça e possuidores da vida[a].[59] E, para contestar frontalmente as mentiras dos tais mestres, nós não obtivemos só a oportunidade de merecer, mas obtivemos todos os méritos de Cristo, porque eles nos são comunicados [quer dizer, eles nos são transmitidos e passam a ser nossos].

Demolidores da justificação pela fé

Eis aí como os sofistas das escolas sorbonistas – dos doutores escolásticos, antigos e modernos – mães de todos os erros, destruíram toda a justificação pela fé, a qual contém a soma total da verdadeira piedade. De boca eles confessam que o homem é justificado pela "fé formada", mas depois explicam que as obras tomam da fé a validade e o poder de justificar! A tal ponto que parece* que para eles a fé é mencionada por zombaria; o fato é que não podem deixar de falar dela, visto que é mencionada muitas vezes na Escritura. E ainda, não contentes com isso, usurpam de Deus alguma porção do louvor das boas obras, para transferi-lo ao homem. Porque, como vêem que as boas obras em nada podem exaltar o homem, e que nem mesmo devem ser propriamente chamadas méritos, se as considerarmos frutos da graça de Deus, eles inferem seu erro da faculdade[a] do livre-arbítrio – quer dizer, querem tirar óleo da pedra!

Coexistência da graça e do livre-arbítrio?

É verdade que eles não negam que a causa principal é a graça. Mas não querem que se exclua o livre-arbítrio, do qual procede, como eles dizem, todo o mérito. E

a. Institutio 1536: "Quandoque itaque Christum et quidquid ejus est, fide possidemus, certo statuendum quod ut ipse dilectus est patris filius, hæresque regni cœlorem, ita et nos per ipsum in Dei filios sumus adoptati, et sic ejus fratres ac consortes, ut ejusdem sumus hæreditatis participes" (*Op. selecta*, I, 88).

a. ex vi.

[2] 1Jo 5.12; Jo 5.24; Tt 3.6; Ef 1.3; 2.4 *et al.*.

[59] "Não há outra vida na alma senão aquela que é bafejada em nós por Cristo; de modo que só começamos a viver quando somos enxertados nele e passamos a desfrutar vida comum com ele." [João Calvino, Efésios, (Ef 2.4), p. 56]. "Nossa verdadeira plenitude e perfeição consiste em estarmos unidos no Corpo de Cristo." [João Calvino, Efésios, (Ef 4.12), p. 124]. "Por meio da fé, Cristo nos é comunicado, através de quem chegamos a Deus, e através de quem usufruímos os benefícios da adoção." (João Calvino, Efésios, (Ef 1.8), p. 30].

essa doutrina não é só dos sofistas recentes, mas o seu grande mestre[b] Pedro Lombardo dizia a mesma coisa[1] (o qual, comparado com os outros, é de sóbrio entendimento). Ocorreu certamente com ele uma espantosa cegueira, pois, tendo tantas vezes em sua boca o nome de Agostinho, não viu no que leu dessa santa personagem[c] o cuidado que ele tem de não tirar do louvor das boas obras e de não dar ao homem nem uma só gota do louvor que a elas pertence.

Quando acima tratamos do livre-arbítrio, citei alguns testemunhos de Agostinho a propósito deste assunto. Testemunhos semelhantes se encontrarão mil e uma vezes em seus escritos. Como, por exemplo, quando ele afirma que "todo o nosso mérito vem da graça; e que nos é dado inteiramente por ela, e não adquirido por nossa suficiência[2]", etc. Não é para causar muita admiração o fato de o outro mestre[d] não ser esclarecido pela luz da Escritura, visto que não era muito adestrado no uso da Palavra de Deus. Contudo, não se poderia desejar contra ele e contra todos os males dele decorrentes uma sentença mais clara que a do apóstolo Paulo quando, após haver vetado aos cristãos toda glória, acrescenta o motivo pelo qual não lhes é lícito gloriar-se, dizendo: "Pois somos feitura dele, criados em Cristo Jesus para boas obras, as quais Deus de antemão preparou para que andássemos nelas[3]".[60] Visto que de nós não provém nenhum bem, sem nenhuma exceção (mesmo porque, sendo regenerados, devemos a nossa regeneração totalmente a Deus), é sacrilégio atribuir a nós um só grão[a] do louvor pertencente às boas obras.

Finalmente, embora os sofistas falem interminavelmente das boas obras, de tal modo instruem as consciências que estas jamais ousariam acreditar que Deus é propício às suas obras, ou que delas se agrada. Nós, ao contrário, sem fazer menção nenhuma de qualquer mérito, damos todavia uma singular consolação aos crentes com a nossa doutrina. Isso porque lhes testificamos que com as suas obras eles agradam a Deus e Lhe dão prazer, embora exijamos que ninguém espere nem realize obra alguma sem fé, quer dizer, sem determinar como coisa certa e segura em seu coração que ela dará prazer a Deus[b].[61]

---

b. eorum Pythagoras.

c. vir ille.

d. Quer dizer: Pedro Lombardo.

a. unciam. O grão era uma pequena medida de peso.

b. Vê-se aqui o ponto prático da polêmica calvinista: A doutrina dos "sofistas" pretende assegurar ao homem o valor das suas obras, e o que faz é deixá-lo inquieto; o calvinismo faz o homem desesperar de si mesmo e, ao mesmo tempo, dá-lhe a segurança de que a obediência da sua fé é agradável a Deus.

[1] Lib. Sentent. 2, dist. 27.

[2] Epist. 105.

[3] Ef 2.10.

[60] "Diz ele [Paulo] que, antes que nascêssemos, as boas obras haviam sido preparadas por Deus; significando que por nossas próprias forças não somos capazes de viver uma vida santa, mas só até ao ponto em que somos adaptados e moldados pelas mãos divinas. Ora, se a graça de Deus nos antecipou, então toda e qualquer base para vanglória ficou eliminada." [João Calvino, Efésios, (Ef 2.10), p. 64].

[61] "Louvo o fruto da boa obra, mas reconheço como raiz a fé" [Agostinho, Comentário aos Salmos, São Paulo, Paulus, 1997, Vol. 1, Sl 31, "II. Sermão ao Povo", p. 352].

Portanto, não toleremos nada que nos desvie deste fundamento, e que dele nos afaste nem sequer uma ponta de alfinete[c], porque unicamente nele deve estar firmado tudo quanto pertence à edificação da igreja.

[1536] Assim, todos os servos de Deus que receberam a incumbência de edificar Seu Reino, após lançarem este fundamento, se necessário* com doutrina e exortação, e anunciando que "para isto se manifestou o Filho de Deus: para destruir as obras do diabo[1]", admoestam os que são de Deus a que não pequem mais; alertam que basta o tempo gasto seguindo os desejos do mundo; e declaram que os eleitos de Deus são instrumentos da Sua misericórdia e foram separados para a honra e a glória, pelo que devem purificar-se de toda impureza. Mas estas palavras de Cristo abrangem tudo o que estamos querendo dizer, quando Ele declara que quer ter discípulos que renunciem a tudo, tomem a sua cruz e O sigam[2]. Aquele que se nega a si mesmo, já com isso corta a raiz de todos os males, qual seja, buscar o homem mais o que lhe agrada pessoalmente. Aquele que toma a sua cruz e a leva mostra-se disposto a ter toda paciência e toda mansidão.[62] Mas o exemplo de Cristo compreende tanto essas coisas como todos os outros exercícios da piedade e da santidade. Porque Ele obedeceu a Seu Pai "até à morte[3]; Ele dedicou-se inteiramente e de todo o Seu coração à realização das obras de Deus; Ele empenhou-se em exaltar a glória de Deus; Ele entregou Sua vida por Seus irmãos[4]; Ele pagou com o bem o mal que Lhe fizeram os Seus inimigos.

A bênção da consolação

Se há necessidade* de consolo, os mesmos servos de Deus o recebem e o dão singularmente. É que, como diz o apóstolo Paulo, "em tudo somos atribulados, porém não angustiados; perplexos, porém não desanimados; perseguidos, porém não desamparados; abatidos, porém não destruídos; levando sempre no corpo o morrer de Jesus, para que também a sua vida se manifeste em nosso corpo[1]". "Se já morremos com ele, também viveremos com ele; se perseveramos, também com ele reinaremos[2]". Como cristãos nos identificamos com Ele em Seus sofrimentos para que venhamos a assemelhar-nos a Ele em Sua ressurreição[3], visto que o Pai

---

c. ne latum quidem unguem.

[1] Jo 3.8; 1Pe 4.3; 2Tm 2.10; [2Co 7.1].

[2] Lc 14.27,33.

[62] "Se não cumprirmos com todos os deveres do amor, nunca poderemos praticar uma negação real do Eu." (João Calvino, A Verdadeira Vida Cristã, p. 38). "A negação de nós mesmos, que tem sido diligentemente ordenada por Cristo aos seus apóstolos desde o princípio, terminará dominando os desejos de nossos corações. Esta negação de nós mesmos não deixará lugar para o orgulho, a arrogância, a vanglória, a avareza, a licenciosidade, o amor à luxúria, ao luxo, ou qualquer outra coisa nascida do amor ao 'Eu'.". (João Calvino, A Verdadeira Vida Cristã, p. 31).

[3] Fp 2.8.

[4] Jo 15.13.

[1] 2Co 4.8-11.

[2] 2Tm 2.11,12; Fp 3.

[3] Rm 8.10,11,17,28-39.

ordenou ou predestinou que os Seus escolhidos sejam "conformes à imagem de seu Filho, a fim de que ele seja o primogênito entre muitos irmãos". E, portanto, nem a adversidade, nem a morte, nem as coisas presentes, nem as futuras, podem separar-nos do amor que Deus tem por nós em Cristo; [1539] mas a verdade consoladora é que todas as coisas se tornarão em bem e salvação. Seguindo essa doutrina, [1536] não justificamos o homem diante de Deus por suas obras, mas dizemos que todos os que são de Deus são regenerados e feitos novas criaturas; que com isso passam do reino do pecado ao Reino da justiça; e que por tais testemunhos tornam certa e segura[a] a sua vocação, e "são julgados por seus frutos, como a árvore[4]".[63]

Contestando denúncias caluniosas sobre as boas obras

Desse modo se pode refutar a pouca vergonha de alguns maus elementos que nos acusam de que abolimos as boas obras e que afastamos delas os homens, quando a verdade é que ensinamos que pelas obras ninguém é justificado nem merece a salvação. Em segundo lugar, acusam-nos de tornar o caminho da justiça [e da salvação] muito fácil, pois dizemos que a nossa salvação descansa na remissão gratuita dos nossos pecados; e que, dizem eles, com essa lisonja, deixamos que os homens se entreguem à prática do mal, sendo que, aliás, eles já são demasiado inclinados a isso, por natureza.

Essas calúnias, como eu disse, são suficientemente refutadas pelo que já dissemos. Mas vou dar breve resposta a ambas.

[1539] Eles alegam que as boas obras são destruídas quando se prega a justificação pela fé. Como?! Pois se na verdade elas são edificadas e estabelecidas?! Porque não imaginamos uma fé que seja vazia de boas obras; ou uma justificação que possa subsistir sem elas. Note-se, porém, que o nó da questão está no seguinte: Se bem que confessamos a fé e as boas obras juntas e conjuntas, todavia situamos a justiça na fé, não nas obras. A razão disso é fácil de explicar, desde que levemos em consideração Cristo, a quem a fé é dirigida e de quem ela aufere todo o seu poder.

---

a. "Certa e segura", não no sentido de que a apresentação das nossas obras seja um dos elementos da nossa segurança, mas no sentido de que as obras são a demonstração exterior da realidade da salvação.

[4] 2Pe 1.3-11. [Cf. Mt 12.33.]

[63] O "bem" dos filhos de Deus é tornar-se cada vez mais identificado com o seu Senhor (Rm 8.29-30). Neste propósito, até mesmo as aflições "cooperam para o bem": "Os sofrimentos desta vida longe estão de obstruir nossa salvação; antes, ao contrário, são seus assistentes. (...) Embora os eleitos e os réprobos se vejam expostos, sem distinção, aos mesmos males, todavia existe uma enorme diferença entre eles, pois Deus instrui os crentes pela instrumentalidade das aflições e consolida sua salvação. (...) As aflições, portanto, não devem ser um motivo para nos sentirmos entristecidos, amargurados ou sobrecarregados, a menos que também reprovemos a eleição do Senhor, pela qual fomos predestinados para a vida, e vivamos relutantes em levar em nosso ser a imagem do Filho de Deus, por meio da qual somos preparados para a glória celestial". [J. Calvino, Exposição de Romanos, (Rm 8.28,29), p. 293,295]. "É possível que não vivamos totalmente livres do sofrimento, não obstante é necessário que essa fé regozijante se erga acima dele e nossa boca se abra em cântico por conta da alegria que está reservada para nós no futuro, embora ainda não seja experimentada por nós....". [J. Calvino, O Livro de Salmos, (Sl 13.6), p. 268].

Porque, de onde vem que somos justificados pela fé? É porque por ela nos apropriamos da justiça de Cristo, sendo que somente esta nos reconcilia com Deus[a].

Ora, não poderemos apropriar-nos da justiça de Cristo se não tivermos também a santificação[b]. Porque, quando o apóstolo Paulo declara que Cristo "se nos tornou da parte de Deus sabedoria, e justiça, e redenção", inclui também a "santificação[1]". Disso decorre que Cristo não justifica a ninguém que Ele não santifique ao mesmo tempo. Porque essas bênçãos vêm juntas e entrelaçadas como que por um laço perpétuo, neste sentido: quando Ele nos ilumina com a Sua sabedoria, resgata-nos; quando nos justifica, nos santifica. Mas, como agora a questão é de justiça e de santificação, restrinjamo-nos a essas duas. Embora os tais mestres as queiram distinguir e separar, Cristo contém[c] e mantém ambas inseparavelmente unidas.

Queremos, então, receber justiça em Cristo? Primeiro precisamos ter Cristo. Ora, não podemos tê-o, se não somos participantes da Sua santificação, uma vez que não é possível rasgá-lo em pedaços. Sendo pois, como digo, que o Senhor Jesus jamais dá a alguém o gozo das Suas bênçãos sem se lhe dar a Si mesmo, Ele sempre libera[d] as duas juntas, e nunca uma sem a outra. Daí se vê quão verdadeira é a declaração de que não somos justificados sem as obras; como igualmente verdadeira é a afirmação de que não somos justificados pelas obras; visto que na participação de Cristo, na qual está a nossa justiça, não está menos a santificação [ou seja, participar de Cristo é participar tanto da justiça como da santificação, pois Cristo é nossa justiça e nossa santificação].

[1536] Também é uma deslavada mentira[a] dizer que nós desviamos o coração do homem do desejo de fazer o bem, quando eliminamos nele e dele a fantasia de que ele tem algum mérito. Dizem os tais que ninguém ficará satisfeito em viver e praticar o bem senão aquele que espera receber alguma recompensa. Mas, dizendo isso cometem o mais grosseiro[b] abuso. Porque, se não se busca outra coisa senão que os homens sirvam a Deus a troco de retribuição e sejam como mercenários a vender-lhe o seu serviço, péssimo será o resultado. Deus quer ser honrado e amado com amor sincero e não interesseiro[c]. Como também é por Ele aprovado o servo que, quando toda a esperança de recompensa lhe for cortada, mesmo assim não deixará de servi-lo. Ora, se for preciso estimular os homens a fazerem o bem, nada melhor se poderá esperar[d] que os fira do que expor-lhes a finalidade da sua redenção e vocação.

---

a. *Instrução* de 1537 (a remissão dos pecados). Ela nos é feita pela generosidade divina, intercedendo o mérito de Cristo; ...nada nos é dado doutra parte, nem por outro meio (*Op. selecta*, p. 402).

b. Em 1537, após o parágrafo no qual se lê: *Que somos justificados em Cristo pela fé*, vem logo a seguir este: *Que pela fé nós somos santificados para obedecer à lei* (*Op. selecta*, I, p. 85).

c. 1539 acrescenta: in se.

d. largitur.

a. falsissimum.

b. tota via errant.

c. gratis coli vult, gratis amari.

d. acriores stimulos.

[1] 1Co 1.30.

[1539] É o que faz a Palavra de Deus, quando diz que o "sangue de Cristo... purificará a nossa consciência de obras mortas, para servirmos ao Deus vivo[2]", que, "livres da mão de inimigos, o adorássemos sem temor, em santidade e justiça perante ele, todos os nossos dias[3]"; que "a graça de Deus se manifestou... educando-nos para que, renegadas a impiedade e as paixões mundanas, vivamos, no presente século, sensata, justa e piedosamente, aguardando a bendita esperança e a manifestação da glória do nosso grande Deus e Salvador Cristo Jesus[4]"; que "não fomos chamados para provocar a ira de Deus contra nós, mas para obter salvação em Cristo[1]"; que [1536] somos "santuário do Espírito Santo", que não nos é licito contaminar e corromper[2]; que não somos mais "trevas", mas "luz no Senhor[3]" e que, portanto, devemos andar como filhos da luz; que "Deus não nos chamou para a impureza e sim para a santificação[4]"; [1539] e que a vontade de Deus é a nossa santificação, a fim de que nos abstenhamos de todos os maus desejos;[64] [1536] que, dado que a nossa vocação é santa, só podemos corresponder a ela com uma vida de pureza; que fomos libertados do pecado para obedecer à justiça. E não há mais vívido argumento para nos inspirar o vero amor do que o utilizado pelo apóstolo João: que nos amemos uns aos outros, como Deus nos amou[5]; e que neste amor constante diferem os filhos de Deus dos filhos do Diabo, os filhos da luz dos filhos das trevas.[65] [1539] Como também o utilizado pelo apóstolo Paulo, quando afirma que, se estamos unidos a Cristo, somos membros do mesmo corpo, "somos um só corpo em Cristo e membros uns dos outros[6]", e, portanto, devemos ajudar-nos uns aos outros[7].[66]

---

[2] Hb 9.14.
[3] Lc 1.74,75.
[4] Tt 2.11-13.
[1] 1Ts 5.9 [tradução direta].
[2] 1Co 6.19 (12-20).
[3] Ef 5.8; 2 Co 6.14.
[4] 1Ts 4.7 e 5.22,23.

[64] "Como na presente vida não atingiremos pleno e completo vigor, é mister que façamos progresso até à morte." [João Calvino, Efésios, (Ef 4.15), p. 130].

[5] 1Jo 4 [e Jo 13.34].

[65] "Ora, visto que a fé abraça a Cristo como Ele nos é oferecido pelo Pai, e Aquele, de fato, seja oferecido não apenas como justiça, remissão dos pecados e paz, mas também como santificação, e fonte de água viva, sem dúvida, jamais o poderá alguém conhecer devidamente que não apreenda ao mesmo tempo a santificação do Espírito (...) A fé consiste no conhecimento de Cristo. E Cristo não pode ser conhecido senão em conjunção com a santificação do Seu Espírito. Segue-se, conseqüentemente, que de modo nenhum a fé se deve separar do afeto piedoso". [J. Calvino, As Institutas, III.2.8].

[6] Rm 12.5.
[7] 1Co12.12-27.

[66] "A ajuda mútua que as diferentes partes do corpo oferecem umas às outras, não é considerada pela lei da natureza como um favor, mas, sim, como algo lógico e normal, cuja negativa seria cruel." (João Calvino, A Verdadeira Vida Cristã, p. 39). "O que ele tem em mente é que o cristão não deve desejar com obsessiva ambição aquelas realizações pelas quais ele exceda a outrem, nem alimentar sentimentos de superioridade; mas, ao contrário, deve ponderar com discrição e mansidão. E são estas que fazem a diferença na presença do Senhor, e não o espírito de soberba ou de desdém demonstrado contra os irmãos. (...) Nada é mais danoso para destruir a unidade cristã do que nos exaltarmos e aspirarmos uma posição mais elevada que a dos outros, sentindo-nos superiores aos demais. (...) A *moderação* é a principal virtude dos crentes; ou, antes,

[1536] Poderíamos ter melhor exortação à santidade no viver do que a que nos faz João, dizendo: "A si mesmo se purifica todo o que nele tem esta esperança, assim como ele é puro[8]"? E também, quando ouvimos dos lábios de Cristo que Ele se nos propõe como exemplo, dizendo: "Eu vos dei o exemplo, para que, como eu vos fiz, façais vós também[9]"?

Apresentei resumidamente estas passagens como[a] amostra*. Mas, se eu fosse reunir todas as passagens semelhantes, teria que fazer um longo volume. Os escritos dos apóstolos estão, todos eles, repletos de exortações, advertências e repreensões, para habilitar todo homem de Deus à prática das boas obras, e em parte alguma mencionam mérito.

[1539] Muito ao contrário, eles tomam as suas principais exortações do fato de que a nossa salvação consiste na misericórdia de Deus, sem nenhum mérito nosso. Como faz o apóstolo Paulo quando, após haver ensinado em toda a epístola[10] que não temos nenhuma esperança de salvação senão na graça de Cristo, quando passa às exortações, baseia o seu ensino na misericórdia que ele tinha pregado[11].

[1536] E, para dizer a verdade, só esse motivo já deveria ser suficiente para induzir-nos a viver o bem e pelo bem, a fim de que Deus seja glorificado em nós. E se houver alguns que não se sintam tocados pela glória de Deus, a lembrança das Suas bênçãos deveria ser suficiente para inspirá-los e incitá-los à prática do bem.[67] Mas esses fariseus[a], que exaltam os méritos e por isso arrancam à força obras servis, acusam-nos de que não temos nada que possamos usar para exortar os homens às boas obras por não seguirmos o seu modo de pensar. Como se Deus tivesse prazer em serviços prestados por constrangimento![68] Porquanto Ele declara que não aceita sacrifício que não seja oferecido por vontade própria e livre, e proíbe que Lhe dêem coisa alguma com tristeza ou por necessidade[1].

[1539] Não digo isso porque rejeite ou despreze o modo como a Escritura nos exorta muitas vezes, a fim de não omitir nenhum meio de sacudir a nossa preguiça. [1536] É que ela nos oferece recompensa que Deus dará a cada um "segundo as suas obras"; mas eu nego que não haja outra, e que esta seja a principal.

---

submissão, que sempre prefere atribuir honra a outrem do que recebê-la para si próprio." [João Calvino, Romanos, 2ª ed. São Paulo, Parakletos, 2001, (Rm 12.16), p. 452]. "Devemos ser unidos, não apenas em uma parte, mas no corpo e na alma." [João Calvino, Efésios, (Ef 4.1-4), p. 109].

[8] 1Jo 3.3.

[9] Jo 13.15.

[10] Romanos.

[11] Mt 5. Chrysostom. Homil. in Genes. 26.

[67] "A glória de Deus deve resplandecer sempre e nitidamente em todos os dons com os quais porventura Deus se agrade em abençoar-nos e em adornar-nos. De sorte que podemos considerar-nos ricos e felizes nele, e em nenhuma outra fonte." [J. Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 2, (Sl 48.3), p. 356].

[68] "O Senhor espera que seus servos sejam solícitos e prazerosos em obedecê-lo, em demonstrar alegria, agindo sem qualquer hesitação. Resumindo, Paulo quer dizer que a única maneira para se fazer justiça à sua vocação seria desempenhando sua função com um coração voluntário e de forma solícita." [J. Calvino, Exposição de 1 Coríntios, (1Co 9.17), p. 278].

[1] 2Co 9.7.

a. in gustum.

a. Palavra acrescentada em 1541.

[1539] Ademais, não concordo que Deus comece por esse ponto. Finalmente, sustento que isso nada faz para instituir os méritos, como veremos adiante. Além do mais, digo que isso de nada valerá, a não ser no sentido de que a seguinte doutrina tem a primazia[a]: que somos justificados unicamente pelos méritos de Cristo, do qual nos beneficiamos pela fé, e não por quaisquer méritos de nossas obras. Porque ninguém estará habilitado a viver santamente se primeiro não tiver recebido e aprovado de coração esta doutrina. Isso o profeta nos ensina muito bem quando, dirigindo-se a Deus, diz: "Contigo, porém, está o perdão, para que te temam[2]" [ou, na versão utilizada por Calvino, "Contigo está a misericórdia..."]. Fica demonstrado com isso que só existe reverência para com Deus entre os homens depois que a Sua misericórdia é conhecida, a qual é o seu fundamento [ou seja, conhecer experimentalmente a misericórdia divina é fundamental para se ter real reverência para com Deus].

[1536] Também é uma frívola calúnia dizer que convidamos os homens ao pecado quando pregamos a remissão gratuita dos pecados, na qual colocamos toda a justiça. Porque, falando assim, não lhe atribuímos tanto peso que não possa ser compensado por algum bem procedente de nós; e, no entanto, que não poderíamos obter a redenção, se não fosse gratuita. Pois bem, nós dizemos que é gratuita para nós, mas não para Cristo, a quem custou altíssimo preço, uma vez que Ele pagou o resgate com o seu santo e precioso sangue[b], porque não existe nenhum outro preço que possa satisfazer à justiça de Deus. E, ao ensinarmos assim os homens, nós os admoestamos no sentido de que só terão remissão graças ao derramamento do sagrado sangue de Jesus Cristo, todas e quantas vezes pecarem. E também lhes demonstramos que a impureza do pecado[a] é tal que só pode ser lavada por esta fonte[b]. [1539] Ao ouvirem isso, não devem os homens conceber maior horror pelo pecado que se lhes disséssemos que eles podem purificar-se mediante a prática de boas obras? [1536] E, se eles têm algum temor de Deus, como não terão horror de chafurdar ainda na lama depois de purificados, para turvar e infectar com os seus pecados esta fonte de águas puras, na qual eles têm a sua purificação? "Já lavei os pés", diz a alma fiel em Salomão[1], "tornarei a sujá-los?" [1539] É agora notório que eles envilecem ainda mais a remissão dos pecados e anulam mais completamente a dignidade da justiça.

Salto aqui tem a nota [d] ver original p. 322

Os nossos adversários[c] ficam tagarelando que se pode apaziguar a Deus com sabe-se lá quais formas frívolas e vãs de satisfação*; [1536] Dizemos que a

cést à dire par fiente et[d]

a. Termo jurídico: que ocupasse o primeiro lugar.

b. Instrução de 1537 (Ele foi crucificado): "a fim de que todos os crentes fossem santificados eternamente, a fim de que se consumasse eterna satisfação. Ele derramou seu sagrado sangue ao preço da nossa redenção", etc. (*Op. selecta*, I, 398).

a. nostram fœditatem.

b. 1539 acrescenta: purissimi sanguinis.

c. illi.

d. 1539 tem somente: stercoribus.

[2] Sl 130.4.

[1] Ct 5.3.

ofensa do pecado é grave demais para poder ser compensada por essa miscelânia de coisas vãs. Como também a ira de Deus é grave demais para poder ser mitigada superficialmente. [1539] Portanto, essa honra e essa prerrogativa pertencem unicamente ao sangue de Cristo. Dizem eles que a justiça, se falhar nalgum ponto, pode ser reparada por obras satisfatórias. Dizemos que a justiça de Deus é por demais preciosa para que a nossa dívida possa ser saldada tão facilmente assim. Por isso, para recuperá-la precisamos ter o nosso refúgio tão-somente na misericórdia de Deus.

As restantes considerações relacionadas com a remissão dos pecados já foram anotadas conclusivamente no quinto tratado[e], isto é, acima, no capítulo cinco deste segundo livro.

Contestação a outros argumentos de Satanás contra a justificação pela fé

Vejamos agora outros argumentos com os quais Satanás, por meio dos seus satélites, esforça-se para destruir ou enfraquecer a justificação pela fé. Penso que os caluniadores já foram desbancados quanto à acusação de que somos inimigos das boas obras. Porque negamos que as obras justificam, não para que não se pratiquem boas obras, nem para que não se tenha nenhuma consideração por elas, mas para que as pessoas não confiem nelas, não se gloriem nelas e não lhes atribuam a salvação. Porque a nossa confiança, a nossa glória e o único porto seguro da nossa salvação é que Jesus Cristo, o Filho de Deus, é nosso, e que nele somos filhos de Deus e herdeiros do Reino celestial, chamados para a esperança da bem-aventurança eterna, não por nossa dignidade, mas pela benignidade de Deus. Todavia, já que ainda nos batem com outros porretes[a], tratemos de rebater seus golpes.

Promessas divinas aos cumpridores da Lei

Primeiro, eles apresentam as promessas que Deus fez aos que observarem a Sua Lei. Eles perguntam se pretendemos que elas são vãs, ou se terão alguma eficácia. Visto que não seria nada razoável dizer que são vãs, eles tomam como coisa certa que elas têm algum valor. E disso inferem que não somos justificados pela fé somente, alegando que o Senhor fala desta maneira: "Será, pois, que, se, ouvindo estes juízos, os guardares e cumprires, o Senhor, teu Deus, te guardará a aliança e a misericórdia prometida sob juramento a teus pais; ele te amará, e te abençoará, e te fará multiplicar[1] ". E também: "Se deveras emendardes os vossos caminhos e as vossas obras, se deveras praticardes a justiça, cada um com o seu próximo; se não oprimirdes o estrangeiro, e o órfão, e a viúva, nem derramardes

e. Acima, cap. V.
a. machinis.
[1] Dt 7.12,13.

sangue inocente neste lugar, nem andardes após outros deuses para vosso próprio mal, eu vos farei habitar neste lugar, na terra que dei a vossos pais[2]". Não quero citar mil e uma passagens semelhantes, as quais podem ter rapidamente a mesma solução, uma vez que o seu sentido não difere das que transcrevi. O resumo é que Moisés testifica a bênção e a maldição, a vida e a morte, que nos são oferecidas na Lei[3]. É necessário, dizem eles, que declaremos que essa bênção é ociosa ou infrutuosa, ou que confessemos que a justificação não é somente pela fé. Como resposta, mostramos acima que, se permanecermos sob a Lei, sendo com isso excluídos de toda bênção, continuaremos envolvidos na maldição que é anunciada contra os transgressores. Porque Deus só promete bênção ao que cumpre perfeitamente a Sua Lei, o que não acontece com ninguém no mundo.

Portanto, esta verdade permanece firme sempre – que a Lei impõe a todo o gênero humano a maldição e a ira de Deus. Se quisermos livrar-nos disso, precisamos escapar do poder da Lei, vindo a ser como um escravo em liberdade. Não numa liberdade carnal, que nos afaste da obediência à Lei e nos incite à dissolução e à licenciosidade, fazendo com que soltemos as rédeas das nossas concupiscências e nos levando ao desregramento. Não escapar da Lei para essa falsa liberdade, mas para uma liberdade espiritual, que consola e fortalece a consciência inquieta e aterrorizada, fazendo-a ver que está livre* da maldição e da condenação em que a Lei a mantinha encerrada. Obtemos esta libertação[a] quando pela fé nos apropriamos da misericórdia de Deus em Cristo, pela qual recebemos certeza e segurança da remissão dos pecados. Grande bênção, porque a Lei nos envenenava e nos fazia sentir remorso por causa dos nossos pecados.

Por essa razão, até as promessas que nos são oferecidas na Lei seriam infrutuosas e sem nenhum poder, se a bondade de Deus não nos socorresse pelo Evangelho. Porque essa condição (que façamos a vontade de Deus), da qual tais promessas dependem, jamais será cumprida. Ora, o que o Senhor nos provê[a] não é a concessão de uma parte da justiça às nossas obras, suprindo[b] o que falta com a Sua benignidade, mas é a designação do Seu único Cristo para cumprir a Sua justiça a nosso favor. Porque o apóstolo, tendo dito que ele e todos os outros judeus [convertidos], sabedores de que o homem não pode ser justificado pelas obras da Lei, creram em Jesus Cristo, acrescenta o propósito da sua decisão: Não para que fossem ajudados pela fé em Cristo a obter justiça perfeita, mas "para que fôssemos justificados pela fé em Cristo e não por obras da lei[1]". Se os crentes

a. *liberationem et, ut dicam, manumissionem (expressão do direito romano). Cf. acima, p. 307 e notas e, f, g, h.*
a. 1541 tem, por erro: *survient*; 1539: opitulatur.
b. Isto é: *suppléant*, suprindo.
[2] Jr 7.5-7.
[3] Dt 11.
[1] Gl 2.16.

se apartam da Lei e vêm para a fé para obter justiça, a qual não encontravam na Lei, eles certamente renunciam à justiça das obras.[69]

Amplia-se a questão agora, pois se pretende obter as recompensas que a Lei anuncia que estão preparadas para os seus cumpridores. Mas isso é feito com a condição de que se considere também que a nossa perversidade faz com que não recebamos nenhum fruto, enquanto não obtivermos outra justiça. Assim é que Davi, depois de falar da recompensa que Deus preparou para os Seus servos, imediatamente passa ao reconhecimento dos pecados, pelos quais fica anulada a promessa de recompensa[2] . Ele mostra claramente [c] as bênçãos que nos deveriam vir da Lei, mas quando na seqüência acrescenta, "Quem há que possa discernir[d] as próprias faltas?", com isso indica que essa nossa incapacidade impede que cheguemos a gozar ditas bênçãos[e]. Igualmente, noutro lugar, depois de dizer que "todas as veredas do Senhor são misericórdia e verdade para os que guardam a sua aliança e os seus testemunhos", acrescenta: "Por causa do teu nome, Senhor, perdoa a minha iniqüidade, que é grande[3] ". Dessa maneira nos é necessário reconhecer a benevolência de Deus a nós exposta na Lei, se a pudéssemos adquirir por nossas obras, mas que não obtemos pelos méritos destas mesmas obras. Que dizer então?, alguém perguntará? Significa que as promessas da Lei são feitas em vão, e se evaporam? Já testifiquei que não sou dessa opinião. Mas eu digo que a sua eficácia não nos beneficiará enquanto as ligarmos ao mérito das obras; portanto, consideradas por seu próprio valor, as obras são nulas. Por isso o apóstolo[4] afirma que a bela promessa, na qual Deus declara que nos deu bons preceitos, os quais darão vida aos que os cumprirem, não terá nenhuma importância se não permanecermos nela [ou seja, se não permanecermos fiéis à Lei que inclui a promessa]; não nos aproveitará mais do que se não nos tivesse sido feita. Porque o que ela exige, nem aos mais santos servos de Deus se presta, porque todos estão muito longe de cumprir a Lei e estão cercados de múltiplas transgressões.

---

c. magnifice.

d. intelliget.

e. Esta frase de 1541 tinha em seu lugar, em 1539, a seguinte citação: "Ab occultis meis munda me, Domine".

[69] "Aquela [Lei] nada contém senão severidade e juízo, enquanto que este [Evangelho] é uma agradável evidência do amor divino e da paternal benevolência para conosco" [João Calvino, Exposição de Hebreus, (Hb 6.4), p. 152]. "A glória da lei é abolida quando produz o evangelho. Assim como a lua e as estrelas, ainda que elas mesmas brilhem e espalhem sua luz sobre todo o orbe, todavia desvanecem diante do brilho mais intenso do sol, assim também a lei, não obstante ser gloriosa em si mesma, não resplandece em face da maior grandeza do evangelho." [João Calvino, Exposição de 2 Coríntios, (2Co 3.10), p. 72-73]. "Pela lei Deus exige o que lhe é devido, todavia não concede nenhum poder para cumpri-la. Entretanto, por meio do Evangelho os homens são regenerados e reconciliados com Deus através da graciosa remissão de seus pecados, de modo que ele é o ministério da justiça e da vida." (João Calvino, Exposição de Segundo Coríntios, (2Co 3.7), p. 70].

[2] Sl 19.11,12.

[3] Sl 25.10,11.

[4] Rm 10.5; Gl 3.21.

Supremacia das promessas do Evangelho

Mas, quando são apresentadas as promessas evangélicas, as quais anunciam a remissão gratuita dos pecados, não somente elas nos tornam agradáveis a Deus, mas também fazem que as nossas obras Lhe sejam agradáveis. E não apenas no sentido de que Ele as aceita, mas também que Ele as gratifica com as bênçãos devidas à plena observância da Sua Lei, pelo acordo* que Ele tinha feito[a].

Declaro, pois, que a recompensa que o Senhor tinha prometido em Sua Lei a todos os cumpridores da justiça e da santidade, é aplicada às obras praticadas pelos crentes. Mas, quanto a essa recompensa, é necessário considerar as causas pelas quais elas se tornam favoráveis. Pois bem, há três causas das quais ela provém. A primeira é que o Senhor, desviando Seu olhar das obras praticadas por Seus servos, as quais sempre merecem antes humilhação que louvor, Ele recebe e acolhe os que estão em Seu Cristo. E, por meio da fé somente, sem nenhuma ajuda das obras, Ele os reconcilia Consigo. A segunda é que, por Sua benignidade e indulgência paternal, Deus presta essa honra às obras dos Seus servos, sem levar em conta se elas são dignas ou não de que as tenha nalgum apreço e estima[a]. A terceira é que Ele as recebe por Sua misericórdia, não levando em consideração a imperfeição nelas existente. De imperfeição elas estão contaminadas de tal maneira que merecem mais ser classificadas como vícios que como virtudes. Por aí se vê como são falsos os sofistas da Sorbonne[b], que pensam que evitaram todo o absurdo [da sua posição] dizendo que as obras não são válidas para merecerem a salvação por sua virtude intrínseca, mas porque Deus, por Sua benignidade, as quer assim considerar. Mas não notam quanto as obras que eles querem que sejam meritórias estão longe da condição requerida por Deus nas promessas da Sua Lei. Acontece, porém, que a justiça gratuita, que se apóia na fé somente, vem antes, e com ela a remissão dos pecados, pela qual é necessário que as próprias boas obras sejam purificadas das suas manchas. Entretanto, das três causas que citamos, que tornam as boas obras dos crentes aceitáveis a Deus, aqueles mestres só notaram uma, e omitem as outras duas, que são as principais.

Eles argumentam com a citação que o apóstolo Pedro faz de Lucas, em Atos[1], onde se lê: "Reconheço, por verdade, que Deus não faz acepção de pessoas; pelo contrário, em qualquer nação, aquele que o teme e faz o que é justo lhe é aceitável". Com essas palavras eles acham que formam um argumento válido e certo. É o seguinte: Se o homem obtém o favor de Deus pelas boas obras, a salvação não é obtida somente pela graça de Deus. Antes, Deus socorre de tal modo o pecador com a Sua misericórdia que Ele próprio se sente movido a salvá-lo por suas boas obras.

---

a. ex pacto (expressão jurídica).
a. Instrução de 1537: As boas obras procedentes de uma tal pureza de consciência são agradáveis a Deus.
b. Acréscimo feito em 1541.
[1] At 10.34,35.

Mas de modo algum podemos concordar que existam muitas declarações na Escritura que pudéssemos considerar como favorecendo dupla acepção[a] do homem diante de Deus. Porque, como o homem é por natureza, Deus não vê nada nele que o possa inclinar à misericórdia; só vê nele miséria e nada mais. Se é, pois, notório que o homem, quando é inicialmente recebido por Deus, está vazio e desnudo de todo bem, estando ao contrário carregado e cheio de todo tipo de mal, por qual virtude diremos que ele é digno da vocação de Deus?

Portanto, que toda vã imaginação em torno dos méritos seja rejeitada, visto que o Senhor nos demonstra amplamente a Sua clemência gratuita. Pois não é que, na mesma passagem, o que o anjo diz a Cornélio, que "as suas orações e as suas esmolas subiram para memória diante de Deus", os tais mestres puxam para o seu lado para provar que o homem é preparado pelas boas obras para receber a graça de Deus? Porque a verdade só pode ser que Cornélio já tinha sido iluminado pelo Espírito de sabedoria, pois que estava instruído pela verdadeira sabedoria, a saber, o temor de Deus. Paralelamente, ele tinha sido santificado pelo mesmo Espírito, pois que ele era amigo da justiça, a qual, como diz o apóstolo[1], é fruto do Espírito [fruto composto por diferentes aspectos da justiça e da retidão]. Portanto, Cornélio tinha, pela graça de Deus, todas as coisas que nele eram agradáveis a Deus, longe de ter sido preparado para recebê-las por sua iniciativa e ação pessoal[a].

Certamente não se pode apresentar uma só sílaba da Escritura que não se harmonize[b] com esta doutrina: que Deus não tem outro motivo para receber o homem em Seu amor, senão que o vê totalmente perdido, se for abandonado e deixado a si mesmo. Por isso, não o querendo deixar na perdição, Deus exerce a Sua misericórdia e o livra.[70]

*****

Como entender a questão da acepção?

Vemos agora que esta acepção não vem da justiça do homem, mas é um puro e simples testemunho da bondade de Deus para com os pobres pecadores, os quais são, aliás, muito mais que indignos de tal bênção. Pois bem, depois que Deus tirou o homem do abismo da perdição, Ele o santifica[c] pela graça da adoção, visto que o regenerou e o reformou para uma nova vida. E também o recebe como nova criatura, dando-lhe os dons do Seu Espírito.[71]

---

a. acceptio (como no início do parágrafo seguinte, e mais adiante). 1541 diz, por erro: *acceptation*.
a. suo marte.
b. consentiat.
c. sibi segregavit.
[1] Gl 5.22,23.
[70] "Deus jamais encontrará em nós algo digno do seu amor, senão que Ele nos ama porque é bondoso e misericordioso" (J. Calvino, As Pastorais, (Tt 3.4), p. 347].
[71] "Os crentes devem ter sempre em mente o fato de que tudo que compreende e rodeia nossa vida, depende única e exclusivamente da bênção de Deus." (João Calvino, A Verdadeira Vida Cristã, p. 40). "Os bens

É dessa acepção que o apóstolo Pedro fala. Essa é a razão pela qual os crentes, depois da sua vocação, são agradáveis a Deus, até mesmo quanto às suas obras, porquanto não se pode fazer com que Deus não goste dos bens que Ele próprio lhes deu por Seu Espírito. Contudo, eles devem ter sempre em mente esta verdade: Eles só são aceitáveis a Deus em razão das suas obras porque, por causa do amor gratuito que Deus lhes dedica, Ele aceita as suas obras. Ora, de onde lhes vêm as boas obras? Tão-somente do fato de que o Senhor, tendo-os escolhido como instrumentos honrosos, também os quer ornar com real pureza. Seriam as obras reputadas boas como se nelas não houvesse nada que merecesse censura e correção? Não; o que acontece é que o bom Pai celeste perdoa as impurezas e imperfeições que as maculam.[72]

Sumário

Em suma, nessa passagem o apóstolo Pedro outra coisa não quer dizer senão que Deus ama os Seus filhos, nos quais Ele quer ver impresso algo semelhante ao Seu semblante. Por isso ensinamos acima que a nossa regeneração é como uma restauração da imagem de Deus em nós. Sendo pois que, com toda a razão, Deus ama e mantém em honra a Sua imagem[a] sempre que a vê, não sem motivo se declara que a vida dos Seus servos fiéis, sendo formada e regrada pela santidade e pela justiça, é agradável a Ele. Mas, uma vez que os Seus servos fiéis, enquanto ainda estão no invólucro da sua carne mortal, ainda são pecadores, e suas obras ainda são incipientes, de modo que ainda incorrem em muitos erros e males, Deus não pode, por elas, ser propício a Seus filhos, a não ser que os receba em Cristo e por Cristo, e não pelo que eles são e fazem.

Prova bíblica

Nesse sentido, devemos recorrer às passagens que testificam que Deus é propício e benigno aos que vivem justa e retamente. Disse Moisés aos israelitas: "O Senhor, teu Deus, é Deus, o Deus fiel, que guarda a aliança e a misericórdia até mil gerações aos que o amam e cumprem os seus mandamentos[1] "! Essa declaração

terrenos à luz de nossa natural perversidade, tendem a ofuscar nossos olhos e a levar-nos ao esquecimento de Deus, e portanto devemos ponderar, atentando-nos especialmente para esta doutrina: tudo quanto possuímos, por mais que pareça digno da maior estima, não devemos permitir que obscureça o conhecimento do poder e da graça de Deus." [J. Calvino, O Livro de Salmos, Vol. 2, (Sl 48.3), p. 355-356].

[72] "À luz desse fato aprendemos, também, que os que são responsáveis pelo presunçoso uso da bondade divina, se aproveitam dela para orgulhar-se da excelência que possuem, como se a possuíssem por sua própria habilidade, ou como se a possuíssem por seu próprio mérito; enquanto que sua origem deveria, antes, lembrá-los de que ela tem sido gratuitamente conferida aos que são, ao contrário, criaturas vis e desprezíveis e totalmente indignas de receber algum bem da parte de Deus. Qualquer qualidade estimável, pois, que porventura virmos em nós mesmos, que ela nos estimule a celebramos a soberana e imerecida bondade que a Deus aprouve conceder-nos." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 1, (Sl 8.4), p. 165-166].

[1] Dt 7.9.

a. faciem.

era utilizada[b] pelo povo como um dito comum, como vemos na oração solene feita por Salomão[2] : "Ó Senhor, Deus de Israel... que guardas a aliança e a misericórdia a teus servos que de todo o coração andam diante de ti". Como também na oração de Neemias[3] . Eis a razão disso: O Senhor, ao fazer a aliança da graça, exige reciprocamente dos Seus servos santidade e integridade em seu viver, para que a Sua bondade não seja objeto de desprezo e de zombaria, e que ninguém se inche com uma vã confiança em Sua misericórdia, como se estivesse em segurança andando perversamente. Por isso, após os receber como participantes da Sua aliança, quer mantê-los em serviço por esse meio. Todavia, a Sua aliança não deixa de ser gratuita, desde o começo e sempre.

Diferença entre as citadas locuções e as promessas da Lei

Será bom notar, ainda que de passagem, a diferença que existe entre as locuções ou frases acima citadas e as promessas legais [isto é, as promessas feitas em termos da lei]. Chamo promessas legais não todas as promessas que se encontram na Lei de Moisés[a], visto que nesta se encontram muitas promessas evangélicas [promessas próprias do Evangelho]; mas me refiro às que pertencem propriamente à doutrina da Lei. Essas promessas, seja qual for o nome que se lhes dê, prometem remuneração e recompensa com a condição de fazermos o que nos é mandado. Mas, quando se diz que o Senhor cumpre a promessa da Sua misericórdia aos que O amam, é para demonstrar quais são os servos de Deus que receberam de coração a Sua aliança, e não para revelar o motivo pelo qual Deus é propício a eles. Eis a razão para demonstrar isso. Assim como o Senhor, por Sua benignidade, chama-nos para a esperança da vida eterna para Ele ser temido, amado e glorificado por nós, assim também as promessas de misericórdia que se acham na Escritura com pleno direito visam a este fim: que a Deus prestemos honra e obediência.

Portanto, todas as vezes que ouvirmos que Deus abençoa os que obedecem à Sua Lei, lembremo-nos de que dessa maneira a Escritura demonstra quem são filhos de Deus por um sinal que deve ser perpétuo neles. Suponhamos que Deus nos tenha adotado como Seus filhos para que O honremos como nosso Pai. Então, para não renunciarmos à nossa adoção, devemos esforçar-nos para ver para onde a nossa vocação nos leva, e empenhar-nos para lá chegar. Entretanto, por outro lado, devemos ter por certo e seguro que o cumprimento[b] da misericórdia de Deus não depende das obras praticadas pelos crentes. Mas, tendo-se em vista que o Senhor cumpre a promessa de salvação aos que, por sua retidão no viver, respondem [com fé e obediência] à sua vocação, por isso reconhece neles os

b. usurpata. 1541 diz, por erro: *visitée*.
a. in libris mosaïcis.
b. complementum.
[2] 1Rs 8.23.
[3] Ne 9.32; [ver também] Dt 29.

verdadeiros sinais e marcas[a] que caracterizam os Seus filhos, quais sejam, as bênçãos ou dons do Seu Espírito.[73]

Relacionemos com isso o Salmo quinze, que assim fala dos moradores de Jerusalém[b]: "Quem, Senhor, habitará no teu tabernáculo? Quem há de morar no teu santo monte? O que vive com integridade, e pratica a justiça, e de coração fala a verdade", etc. E também em Isaías[1]: "Quem dentre nós habitará com o fogo devorador? Quem dentre nós habitará com chamas eternas? O que anda em justiça e fala o que é reto", etc. E outras passagens semelhantes. Porque isso não é dito para descrever o fundamento sobre o qual os crentes devem subsistir diante de Deus. É simplesmente a maneira pela qual Ele os chama para a Sua companhia, e dessa forma os sustenta e os mantém. Visto que Ele detesta o pecado e ama a justiça, os que Ele quer unir a Si Ele purifica por Seu Espírito a fim de torná-los conformes à Sua natureza. Portanto, se nos perguntarem qual é a causa primária pela qual nos é aberta a entrada para o Reino de Deus e pela qual temos os meios que nos possibilitam permanecer nele, a resposta é pronta: É porque o Senhor uma vez nos adotou por Sua misericórdia e nos mantém sempre e para sempre. Se nos perguntarem de que maneira se faz isso, para responder precisamos vir à nossa regeneração e aos frutos desta, tema tratado no salmo recém-citado e noutras passagens.

Vê-se*, porém, que há muito mais dificuldade em fundir os testemunhos bíblicos que honram as boas obras com o título de justiça e os que dizem que por elas o homem é justificado. Quanto ao primeiro caso, vemos que aqui e ali os mandamentos de Deus são chamados justificações e justiças. Quanto ao segundo, temos exemplo em Moisés, quando ele diz: "Será por nós justiça, quando tivermos cuidado de cumprir todos estes mandamentos[2]". Se alguém replicar dizendo que se trata de uma promessa de caráter legal à qual é acrescentada uma condição inexeqüível, há outras sobre as quais ele não poderia dizer a mesma coisa. Por exemplo, quando Moisés diz: "Isto será imputado a ti como justiça, se devolveres ao pobre o penhor que ele te houver dado[3]". Semelhantemente, diz o profeta que o zelo que teve Finéias quando vingou o opróbrio de Israel, "isso lhe foi imputado por justiça[4]". Por isso os fariseus do nosso tempo acham que têm um belo material para construir algo contra nós nessa questão. Porque, quando dizemos que a justiça da fé é estabelecida, sendo então inevitável que a justiça das obras seja abatida, eles argumentam inversamente dizendo que, se a justiça é pelas obras, não é verdade que somos justificados pela fé somente.

---

a. germana insignia.

b. de civibus ecclesiæ.

[73] "Quanto mais numerosas forem as bênçãos que esperamos de Deus, muito mais ainda sua infinita liberalidade excederá sempre a todos os nossos desejos e nossos pensamentos." [João Calvino, Efésios, (Ef 3.20-21), p. 106].

[1] Is 33.14,15.

[2] Dt 6.25.

[3] Dt 24.12,13 [tradução direta].

[4] Sl 106.28-31.

Respondo que não é de admirar que os mandamentos da Lei sejam chamados justiça, porque na verdade são justiça, e não negamos à Lei o fato de que ela contém justiça perfeita. Porque, como devedores que somos de tudo o que ela exige, mesmo que prestássemos a ela plena satisfação, ainda assim seríamos servos inúteis, porquanto, uma vez que o Senhor fez à observância da Lei a honra de chamá-la justiça, não nos cabe tirar dela o que Deus lhe deu. Reconhecemos e confessamos, pois, espontaneamente e de coração, que a obediência à Lei é justiça e que a observância de cada mandamento é parte da justiça; mas à condição de que não falte a observância de nenhuma das outras partes. Negamos, porém, que se possa mostrar em todo o mundo tal justiça [isto é, alguém que tenha cumprido ou cumpra perfeitamente a Lei]. E por essa causa abolimos a justiça da Lei. Não que ela, propriamente dita, seja insuficiente, mas porque, por causa da debilidade da nossa carne, não se vê parte alguma da justiça da Lei [na vida dos homens]. Mas alguém poderá dizer que a Escritura não somente chama os preceitos de Deus de justiça, mas também atribui esse título às obras praticadas pelos crentes. Como quando ela proclama que Zacarias e sua mulher cumpriam[a] os preceitos ou a justiça do Senhor[1] . Respondo que, falando assim, a Escritura aprecia as obras mais pela natureza da Lei que pela própria condição delas. É verdade que o Senhor, pelo conteúdo da Sua Lei, mostra aos homens como e qual é a Sua justiça. Mas só poremos em prática essa justiça cumprindo toda a Lei, porque cada transgressão cometida a corrompe. Sim, pois, se pusermos atenção, veremos que, como a Lei não ensina outra coisa senão justiça, todos os seus mandamentos são justiça. Se analisarmos tudo isso em relação aos homens, se eles cumprirem um mandamento, não vão por isso merecer o louvor da justiça, uma vez que são transgressores de muitos [mandamentos]. Ainda mais se considerarmos o fato de que, das obras que eles praticam para obedecer a Deus, nenhuma está livre de erro e de falha, por causa da sua imperfeição.

Portanto, a nossa resposta[b] é que, quando as obras praticadas pelos santos são chamadas justiça, isso não vem dos seus méritos, mas significa que elas tendem à justiça que Deus nos ordena, sendo que esta será nula se não for perfeita. Ora, a justiça de Deus não se vê retratada perfeitamente em nenhum homem do universo. Daí se concluir necessariamente que, de si e por si mesma, nenhuma obra merece o nome de justiça.

A principal dificuldade

Passo agora ao segundo gênero de questões, onde está localizada a principal dificuldade. Nenhum argumento de Paulo é mais firme, para comprovar a justiça da fé, que aquele no qual ele cita o que foi escrito por Moisés: “A fé foi imputada a

a. ambulasse in justiciis.
b. Este parágrafo é um acréscimo de 1541 ao texto de 1539.
[1] Lc 1.6.

Abraão para justiça" [Rm 4.3, tradução direta]. Se, pois, o zelo de Finéias lhe foi imputado para justiça, segundo o profeta, o que Paulo afirma quanto à fé por sua vez não se pode concluir a respeito das obras.

No entanto, os nossos adversários, como se tivessem a vitória em suas mãos[a], determinam que, sabendo-se que não somos justificados sem fé, todavia não somos justificados pela fé somente, mas é necessário juntar as obras à fé para completar a justiça.

Conclamo aqui todos os que temem a Deus a que, como sabem que devemos tomar somente da Escritura a regra da justiça, considerem diligentemente comigo, e com humildade de coração, como se pode harmonizar a Escritura com ela própria, sem cavilações* de nenhuma espécie [ou seja, sem forçar o texto para acomodá-lo às nossas idéias pessoais]. O apóstolo Paulo, sabendo que a justiça da fé é um refúgio para os que se despem da sua justiça própria, infere francamente que todo aquele que foi justificado pela fé está isento da justiça das obras. Por outro lado, sabendo que a justiça da fé é comum a todos os servos de Deus, ele infere novamente e com a mesma confiança que ninguém é justificado pelas obras, mas, sim, ao contrário, que somos justificados sem nenhum auxílio das nossas obras. Mas uma outra coisa que se deve discutir é que valor têm as obras em si mesmas e que apreço Deus tem por elas, depois de estabelecida a justiça da fé. Se é questão de avaliar as obras segundo a sua dignidade, dizemos que elas não são dignas de ser apresentadas a Deus. Isso porque não existe ninguém no mundo que tenha alguma coisa em suas obras em que se possa gloriar diante de Deus.

Excelente e fundamental resumo

Assim, resta que, estando todos despidos de toda a ajuda das suas obras, são justificados pela fé somente. Pois bem, explicamos que essa justiça deve ser assim entendida: O pecador, tendo sido recebido à comunhão de Cristo, é reconciliado com Deus, por Sua graça; porquanto, tendo sido purificado por Seu sangue, obtém a remissão dos seus pecados; revestido então da justiça de Cristo, como da sua própria, pode subsistir diante do tribunal[a] de Deus. Consumada a remissão dos pecados, as obras que se seguem não são avaliadas pelo que elas são, mas por um critério alheio a elas. Porque tudo o que é imperfeito é coberto pela perfeição de Cristo; tudo o que é impureza e mancha é lavado e purificado por Sua pureza, para não ser levado em conta. Depois que a culpa das transgressões é assim apagada e eliminada, o que impedia os homens de produzirem algo que agradasse a Deus, e, também, depois que os vícios e imperfeições que maculavam suas boas obras são soterrados, então sim as boas obras praticadas pelos crentes são consideradas justas, o que vale dizer, são imputadas para justiça.

---

a. re evicta.

a. coram celesti tribunali.

Resposta contundente a objeções

Se alguém agora fizer objeção a isso para impugnar a justiça da fé, primeiro lhe perguntarei: Deve-se julgar justo um homem por praticar duas ou três boas obras, sendo ele transgressor da Lei em todas as outras? Seria deveras irracional. A seguir lhe pedirei que me explique o seguinte: Tendo praticado muitas boas obras e por essa razão é considerado justo, como pode ser isso, quando se vê que nalguma coisa ele é culpável[b]? O adversário já não se atreverá a afirmar aquilo, visto que a sentença de Deus o contradiz, pois por ela Deus declara que todos os que não cumprem todos os preceitos [da Sua Lei] são malditos.

Irei mais adiante, e perguntarei se existe alguma obra, uma só que seja, na qual não se possa notar alguma impureza ou imperfeição. Ora, como se poderia encontrar tal pureza diante dos olhos de Deus, para os quais a estrelas não são puras nem claras, e os anjos não são justos?! Por isso o interlocutor será constrangido a confessar que jamais vai encontrar obra alguma que não esteja contaminada e corrompida, tanto pelas transgressões cometidas noutro aspecto como por sua própria imperfeição, de modo que não merecem ter o nome de justiça. Ora, se é coisa notória que decorre da justificação pela fé o fato de que as obras que de outro modo seriam consideradas só em parte boas, e na verdade impuras, corrompidas e indignas de comparecer perante Deus, e que, se fosse o contrário, seriam agradáveis a Ele – se é fato notório, digo, que decorre da justificação pela fé o fato de que tais obras são imputadas para justiça, por que alegaríamos a justiça das obras para destruir a justiça da fé, da qual aquela é produto e na qual subsiste[a]? Gostaríamos de dar origem a uma linhagem viperina[b]? Que os filhos ferissem sua mãe? Ora, o que os nossos adversários[c] dizem tende a isso. Eles não podem negar que a justificação pela fé é o princípio, o fundamento, a causa, e a matéria[d] ou argumento e a substância da justiça das obras. No entanto, eles concluem que o homem não é justificado pela fé porque as boas obras são imputadas para justiça.

Peneirando a moinha e retendo o trigo

Portanto, deixemos de lado essa mixórdia[e] e declaremos com sinceridade o que de fato temos aqui: é que, se toda a justiça que possa haver em nossas obras procede e depende, como de fato procede e depende, da justificação pela fé, esta não somente não é diminuída por aquela, mas, antes, é por ela confirmada, visto que dessa forma o seu poder mostra-se mais amplo. Ademais, não pensemos que as obras são de tal

b. prævaricationis reus.

a. Cf. *Instrução* de 1537: Quando as nossas máculas... são assim cobertas, o Senhor nada considera nelas, senão uma inteira pureza e santidade.

b. vipereumne partum facere volunt? (O comentário que se segue está sem equivalente em 1539.) Alusão à lenda segundo a qual as víboras nasciam roendo o ventre de sua mãe.

c. impiorum.

d. argumentum.

e. ineptias.

modo apreciadas, após a justificação gratuita, que tomam o seu lugar na justificação do homem, ou ao menos a dividem ao meio com a fé. Nem se pense nisso, pois, se a justiça da fé não permanecer sempre inteira e completa, a impureza das obras será posta a descoberto de tal maneira que só merecerão condenação.

Ora, não há nenhum absurdo em que o homem seja justificado pela fé de modo que, não somente a sua pessoa seja justa, mas também as suas obras sejam consideradas justas, sem que o tenham merecido[a]. Dessa maneira, o apóstolo Paulo, querendo provar que a nossa bem-aventurança subsiste na misericórdia de Deus, e não em nossas obras, dá forte ênfase ao que diz Davi[1]: "Bem-aventurado aquele cuja iniqüidade é perdoada, cujo pecado é coberto. Bem-aventurado o homem a quem o Senhor não atribui iniqüidade". Se alguém quiser citar contrariamente infindos testemunhos que aparentemente estabelecem a bem-aventurança sobre nossas obras, como quando ele diz[2]: "Bem-aventurado o homem que teme ao Senhor, que se compadece dos pobres, que não anda no conselho dos ímpios, que passa por várias provações, que guarda a retidão e pratica a justiça em todo tempo. Bem-aventurados os humildes de espírito", etc. – nada disso fará com que o que disse Paulo deixe de ser verdade. Porque, visto que as virtudes ali mencionadas jamais estão todas no homem de maneira que possam ser aceitas por Deus pelo seu valor intrínseco, segue-se que o homem estará sempre em condições miseráveis, enquanto não for libertado dessa miséria pela remissão dos seus pecados.[74] Portanto, assim é que todas as espécies de bem-aventurança que a Escritura cita, [da maneira leviana como muitos as empregam] são nulidades e tolices, de modo que nenhum fruto de nenhuma delas se reverte em benefício do homem, se primeiro ele não obtiver a remissão dos seus pecados, a qual dá lugar a todas as outras bênçãos de Deus. Segue-se, pois, que esta bem-aventurança gratuita não é somente a principal e final, mas também é única. A não ser que nós queiramos que ela seja destruída e abolida pelas bênçãos que somente nela subsistem.

Note-se agora que não há grande propósito em que nos inquiete, ou que gere em nós algum escrúpulo, o fato de que a Escritura muitas vezes chame justos aos crentes. Confesso que eles têm direito a isso por sua vida santa. Mas como isso acontece no sentido de que eles se aplicam mais a planejar seguir a justiça, o que eles não conseguem fazer, é mais que certo que esta justiça de obras, tal qual é em si mesma, só pode e deve estar sujeita à justiça da fé – na qual se baseia e da qual obtém tudo o que ela é.

---

a. Instrução de 1537: Visto que ele reconhece em nós a Sua justiça, só pode aprová-la e apreciá-la.

[1] Sl 32.1,2.

[2] Sl 112.1; Pv 14.21; Sl 1.1; Tg 1.2; Sl 106.3 e 119.1 etc.; Mt 5.3.

[74] "Os homens jamais encontrarão um antídoto para suas misérias, enquanto, esquecendo-se de seus próprios méritos, diante do fato de que são os únicos a enganar a si próprios, não aprenderem a recorrer à misericórdia gratuita de Deus." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 1, (Sl 6.4), p. 128-129].

Tiago está contra nós?

Mas os nossos adversários vão além e dizem que Tiago nos contradiz tão evidentemente que nos é impossível escapar[a]. Porque ele ensina que Abraão foi justificado pelas obras, e que todos nós também somos justificados pelas obras, e não pela fé somente[3]. Mas eu pergunto se eles estão querendo lançar Tiago contra o apóstolo Paulo. Se eles têm Tiago como ministro de Cristo, é necessário que entendam o que ele diz de maneira que não discorde de Cristo, o qual falou pela boca do apóstolo Paulo. O Espírito Santo afirma pela boca do apóstolo Paulo que Abraão obteve justiça pela fé, e não por suas obras, e que também importa que todos nós sejamos justificados sem as obras da Lei. O mesmo Espírito proclama, por meio de Tiago, que a nossa justiça subsiste graças às obras, e não somente graças à fé. Uma coisa é certa: o Espírito não repele a Si próprio. Onde está a concórdia? Como harmonizar estes pontos? Bastará aos nossos adversários que eles possam desenraizar a justiça da fé, que nós queremos plantada no fundo do coração. Quanto a dar repouso às consciências, eles não se preocupam muito. Vê-se, pois, como eles se esforçam para abalar a justiça da fé, mas, nesse processo não mostram nenhuma regra definida de justiça pela qual as consciências pudessem orientar-se.

Cantem eles quanta vitória quiserem. Saibam, porém, que a única vitória da qual podem gabar-se é a de terem eliminado toda a certeza de justiça. Pois bem, eles obterão essa vitória maldita onde e quando, tendo extinguido toda a luz da verdade, tiverem cegado o mundo com as suas trevas. Mas, em todos os lugares nos quais a verdade de Deus permanecer firme, eles não terão vantagem nenhuma. Por isso eu nego que a declaração de Tiago, que eles têm sempre na boca e com a qual fazem um gigantesco escudo[a], os favoreça. De modo nenhum!

Solução

Para liquidar isso, precisamos primeiro considerar o objetivo por ele visado. Depois, observar em que ponto eles estão cometendo abuso. Visto que houve muitos (mal costumeiro na igreja) que demonstravam a sua infidelidade menosprezando tudo quanto é próprio dos verdadeiros crentes, e, não obstante, não paravam de gloriar-se falsamente no título de fé [isto é, de gabar-se de que tinham fé]. Tiago ironiza, zombando dessa presunção. Pois não é sua intenção difamar nada do que pertença à verdadeira fé, mas sim pôr à mostra quão ineptos eram os tais mandriões[b] por atribuírem tanto valor a uma vã aparência de fé, contentando-se com isso, enquanto levavam vida dissoluta.

---

a. ut qui aperta voce nobis repugnet.
a. Achillis clypeum.
b. nugatores.
[3] Tg 2.14-26.

Tendo considerado isso, agora fica fácil julgar em que se enganam os nossos adversários. Porque eles erram duplamente. É que eles entendem mal a palavra "fé", subseqüentemente a "justificar". Quando Tiago fala em fé [no contexto da sua crítica irônica], outra coisa não entende senão uma opinião frívola, coisa muito diferente da verdade sobre a fé. O que ele faz é uma espécie de concessão, o que ele mostra desde o começo com estas suas palavras: "Meus irmãos, qual é o proveito, se alguém disser que tem fé, mas não tiver obras?" Ele não diz: "se alguém tiver fé, sem obras", mas que alguém se gaba de tê-la. Mais adiante, com maior clareza, mostra zombeteiramente que essa fé é pior do que o conhecimento que os demônios têm[1] . Finalmente, Tiago declara morta essa fé.

Pode-se, porém, entender suficientemente o que ele quer dizer pela definição que ele formula e redige: "Crês, tu, que Deus é um só? Fazes bem". Certamente, se todo o conteúdo dessa fé consiste simplesmente em crer que há um Deus, não é de admirar que ela não possa justificar. E não devemos pensar que isso possa anular alguma parte da fé cristã, cuja natureza[a] é bem outra.

Porque, como é que a fé verdadeira justifica, senão nos unindo a Jesus Cristo a fim de que, ligados a Ele, gozemos participação em Sua justiça? A fé não justifica por conceber algum entendimento da Divindade [ou por possibilitar ao homem que conheça a Deus], mas sim porque habilita o homem a descansar na certeza da misericórdia de Deus.

Ainda não atingimos o nosso objetivo, o que faremos só depois de pormos a descoberto o outro erro. Isso porque aparentemente Tiago coloca uma parte da nossa justiça nas obras. Mas, se quisermos fazê-lo harmonizar-se, tanto com toda a Escritura como consigo mesmo, necessário será entender o uso que ele faz de "justificar" num sentido diferente do sentido que esse vocábulo tem nos escritos de Paulo. Paulo fala em "justificar" quando, tendo sido apagada a lembrança da nossa justiça própria, somos reputados justos. Se Tiago tivesse considerado a questão dessa maneira, teria citado com propósito errôneo o testemunho de Moisés, segundo o qual "Abraão creu em Deus", etc. Porque no contexto ele acrescenta que Abraão "foi justificado por obras", quando não vacilou em imolar seu filho em obediência à ordem de Deus. Assim, cumpre-se a Escritura, que afirma que ele "creu em Deus, e isso lhe foi imputado para justiça".

Se é coisa absurda o efeito preceder à causa, ou Moisés testifica falsamente quando declara que a fé foi imputada a Abraão para justiça, ou Abraão não mereceu sua justiça pela obediência que prestou a Deus em sua disposição para sacrificar Isaque. Abraão foi justificado por sua fé antes de Ismael ser concebido, o qual já era crescido antes do nascimento de Isaque. Como então diremos que ele obteve justiça pela obediência que prestou tão longo tempo depois? Portanto, ou Tiago inverteu a ordem toda (o que não nos é lícito pensar), ou, dizendo que ele foi justificado, não entendeu que ele mereceu ser considerado justo. E então?

---

a. ratio.

[1] Lembre-se o leitor de que Calvino define "fé" em termos de conhecimento. Nota do tradutor.

Que dizer? O que certamente se vê é que ele fala da declaração ou manifestação, e não da imputação da justiça. É como se dissesse: Os que são justos pela fé comprovam a sua justiça pela obediência e pelas obras, e não por um sinal desnudo e imaginário de fé.

Sumário

Em suma, Tiago não discute o meio pelo qual somos justificados, mas exige dos crentes aos quais escreve uma justiça que se manifeste pelas obras. E assim como Paulo afirma que o homem é justificado sem ajuda das suas obras, assim também Tiago não admite que aquele que se diz justo esteja desprovido de boas obras. Esta consideração nos liberta de todo escrúpulo. Porque os nossos adversários cometem abuso principalmente nisto: eles acham que Tiago determina[a] qual é a maneira pela qual o pecador é justificado, ao passo que ele não busca outro fim senão abater a vã confiança daqueles que, para desculpar a sua negligência[b] quanto à prática do bem, reivindicam falsamente o título de fé. Sim, pois, como eles torcem e retorcem[c] as palavras de Tiago, não poderão deduzir mais que estas duas sentenças: A primeira é que uma vã imaginação[a] sobre a fé não nos justifica. E a segunda é que o crente, não se satisfazendo com tal imaginação, declara que a sua justiça é pelas boas obras.

Recorrer a Paulo não ajuda os oponentes

O que eles citam do apóstolo Paulo não os ajuda em nada, a saber, que "os simples ouvidores da lei não são justos diante de Deus, mas os que praticam a lei hão de ser justificados[1]". Não quero evadir-me à questão fazendo uso da solução proposta por Ambrósio, que explica o ponto dizendo que o cumprimento da Lei é a fé em Cristo. Isso me parece um subterfúgio, o qual é desnecessário* quando o caminho está plenamente aberto [para chegarmos à verdadeira solução]. Na citada passagem Paulo põe abaixo o orgulho dos judeus que se gabavam de apenas conhecer a Lei, apesar de a desprezarem e a denegrirem grandemente. Para que não se dessem por satisfeitos com um conhecimento nu e cru, Paulo os adverte no sentido de que, se buscarmos a nossa justiça na Lei, necessário será que o façamos pela observância, e não pelo conhecimento dela. Certamente não pomos em dúvida que a justiça da Lei consiste em boas obras. Não negamos isso, tendo em vista, porém, que somente pela observância total e completa da santidade e da inocência é que há plena justiça. Mas ainda não foi provado que somos justificados pelas obras, o que só se poderá provar se for apresentado alguém que tenha

a. justificationis rationem definire.
b. contemptui operum.
c. retournent. Palavra acrescentada na tradução de 1541 (picardismo [do dialeto picardo, da Picardia]).
a. spectrum.
[1] Rm 2.13.

cumprido a Lei. Ora, que o apóstolo Paulo não quis dizer outra coisa, seu método de argumentação testifica. Tendo acusado de injustiça tanto judeus como gentios, indiferentemente, ele passa depois a particularizar a questão, e afirma que "todos os que pecaram sem lei, também sem lei perecerão", o que diz respeito aos gentios. Por outro lado, "todos os que com lei pecaram, mediante lei serão julgados", o que é pertinente aos judeus [Rm 2.12]. Pois bem, visto que eles, fechando os olhos para as suas transgressões, gloriavam-se unicamente na Lei, o apóstolo acrescenta – o que é válido e pertinente – que a Lei não lhes foi dada a fim de que, por simplesmente ouvirem a sua voz, eles fossem feitos justos, mas por obedecerem aos seus mandamentos. É como se ele dissesse: "Buscas justiça na Lei? Não alegues que a ouves, o que em si tem pouca importância; mas, produze as obras pelas quais possas mostrar que a Lei não te foi dada inutilmente!" Pois, como todos falharam nisso, segue-se que eles foram despojados da glória que presumiam ter. Portanto, é necessário, antes, formar, com o sentido dado por Paulo, um argumento contrário ao que fizeram os nossos adversários, qual seja: Se a justiça da Lei está situada na perfeição das boas obras (e ninguém pode se gabar de ter satisfeito à Lei por suas obras), a justiça da Lei[a] é nula entre os homens.

E as passagens nas quais os crentes apresentam a sua justiça a Deus?

Depois os nossos adversários nos atacam citando passagens nas quais os crentes apresentam ousadamente a sua justiça a Deus, submetendo-a a Seu exame e desejando receber sentença segundo a mesma. Como quando Davi diz[2]: "Faze-me justiça, Senhor, pois tenho andado na minha integridade". Também: "Julga-me, Senhor, segundo a minha retidão e segundo a integridade que há em mim". E mais: "Retribuiu-me o Senhor, segundo a minha justiça, recompensou-me conforme a pureza das minhas mãos. Pois tenho guardado os caminhos do Senhor e não me apartei perversamente do meu Deus". E ainda: "Examina-me, Senhor, e prova-me; sonda-ame o coração e os pensamentos. Pois a tua benignidade, tenho-a perante os olhos, e tenho andado na tua verdade. Não me tenho assentado com homens falsos e com os dissimuladores não me associo... Lavo as mãos na inocência... Não ponho a perder a minha alma com os ímpios" etc. Acima falei da confiança que os crentes simplesmente parecem* auferir das suas obras. As passagens que apresentamos aqui não serão grande empecilho para nós, se dermos atenção à sua circunstância, que é dupla. Porquanto os crentes, nisso que fazem, não querem que a sua vida seja examinada totalmente, com vistas a serem absolvidos ou condenados, segundo o que nela fosse encontrado. O que eles querem é apresentar a Deus alguma causa particular para Ele julgar. Em segundo lugar,

a. a lege.

[2] Sl 26.1; 7.8; 18.20,21; 26.2-4,6,9 [versículo 9, tradução direta].

eles se atribuem justiça, não em face da perfeição de Deus, mas em comparação com os malfeitores e com os ímpios. Primeiramente, quando se trata de justificar o homem, não se requer apenas que ele tenha boa e justa causa nalgum ponto particular, mas que tenha uma justiça inteira e completa em todo o curso da sua vida, o que nunca houve nem haverá.[75]

Ora, nessas orações, nas quais os santos invocam o juízo de Deus para comprovar e aprovar a sua inocência, eles não se gabam de que são puros e limpos de todo pecado e de que não há nada que mereça censura em sua vida. O fato é que, após terem posto toda a sua confiança para salvação na bondade de Deus, não obstante confiam em que Ele é o protetor dos pobres, que vinga as injúrias a eles feitas e que os defende quando são afligidos sem motivo. É nesse sentido que eles Lhe recomendam e encomendam a sua causa, que consiste no fato de que eles são afligidos, sendo inocentes nesse particular.

Por outro lado, confrontando-se com os seus adversários diante do trono de Deus, os santos não alegam uma inocência que possa corresponder à Sua pureza, se for investigada[a] segundo o Seu rigor. Mas, como sabem que a sua sinceridade, a sua retidão e a sua simplicidade são agradáveis a Deus, em contraste com a malícia, a maldade e a astúcia dos seus adversários, não vacilam em invocar a Deus para julgar entre eles e aqueles ímpios. Dessa maneira, quando Davi disse a Saul[1], "Pague o Senhor a cada um a sua justiça e a sua lealdade", não tencionava que Deus examinasse cada um e a cada um remunerasse segundo os seus méritos, mas o que fez foi declarar diante de Deus a sua inocência em detrimento da iniqüidade de Saul. O apóstolo Paulo também, quando se gloria no bom testemunho da sua consciência, de que exercia o seu ofício "com santidade e sinceridade[2]", não pensa em descansar e em se apoiar nessa glória quando comparecer ao juízo de Deus. Sendo, porém, constrangido pelas calúnias dos maus, ele assevera, contra a maledicência deles, a sua lealdade e a sua probidade[a], que ele sabia que Deus conhecia e que Lhe era agradável. Porque vemos que noutro lugar[3] ele declara que não se sente culpado, mas que nem por isso se dá por justificado. Certamente, ele reputava o juízo de Deus muito diferente da estima dos homens.

Portanto, quando os crentes recorrem a Deus rogando-lhe que aja como testemunha e juiz da inocência deles contra a maldade dos hipócritas, contudo, quando só têm Deus diante de si e dos seus interesses, todos eles clamam ao Senhor a uma só voz: "Não entres em juízo com o teu servo, porque à tua vista

---

a. conquiratur.

a. probitatem.

[75] "quanto mais eminentemente alguém se destaca em santidade, mais ele se sente destituído da perfeita justiça e mais que claramente percebe que em nada pode confiar senão unicamente na misericórdia de Deus." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 2, (Sl 32.1), p. 42].

[1] 1Sm 26.23.

[2] 2Co 1.12.

[3] 1Co 4.4.

não há justo nenhum, vivente[1] ". E, não confiando em suas obras, confessam de coração que a Sua "graça é melhor do que a vida[2] ".

Um desafio e tanto!

Há outras passagens semelhantes que poderiam constituir obstáculo para alguns. Salomão declara[3] que "aquele que anda em integridade é justo". E também: "Na vereda da justiça está a vida, e no caminho da sua carreira não há morte". Segundo aquele argumento, Ezequiel declara que aquele que "fizer o que é reto e justo, certamente viverá[4] ". Respondo que não pretendemos negar, nem dissimular, nem obscurecer nada de todas estas coisas. Mas que se apresente uma só pessoa com tal integridade! Se não se pode encontrar nenhum mortal que possa cumprir as exigências da Lei, ou todos devem perecer no juízo de Deus, ou devem buscar refúgio em Sua misericórdia. Entretanto, não negamos que a integridade dos crentes fiéis (embora imperfeita e com muita coisa que merece censura) é como um degrau para a imortalidade. Mas, de onde vem isso, senão do fato de que, quando o Senhor acolhe um homem à aliança da Sua graça, Ele não esmiúça[a] as suas obras avaliando-as segundo os seus méritos, mas as aceita por uma benignidade paternal, sem que elas sejam dignas de aceitação?[76]

Por aquelas palavras não entendemos somente o que os escolásticos ensinam, a saber, que as obras têm valor auferido da graça de Deus, que as aceita. Porque, dizendo isso, eles entendem que as obras, que de outro modo seriam insuficientes para obter a salvação, recebem a sua suficiência do fato de serem apreciadas e aceitas por Deus. Mas, contra essa idéia, eu digo que todas as obras, estando como estão contaminadas e sendo corruptas como são, tanto por transgressões praticadas como por suas próprias impurezas, não podem ter valor. A única solução é que o Senhor não leve em conta as impurezas que as mancham e perdoe ao homem todas as suas faltas. O que é feito por justiça [ou justificação] gratuita.

E as orações de Paulo pela perfeição dos crentes?

E será um despropósito citar aqui as orações que às vezes Paulo fazia manifestando o seu desejo de que houvesse nos crentes uma tão grande perfeição que fossem encontrados "irrepreensíveis e inculpáveis no juízo do Senhor[1] ". Os celestinos,

---

a. excutit.

[1] Sl 143.2.

[2] Sl 63.3.

[3] Pv 10.9 [tradução direta; ver também 28.18]; 12.28.

[4] Ez 18.23 [e contexto]; 33.11-20.

[76] Como afirmou supra: "A justiça de Deus não se vê retratada perfeitamente em nenhum homem do universo. Daí se concluir necessariamente que, de si e por si mesma, nenhuma obra merece o nome de justiça." [João Calvino, As Institutas, (1541), II.6].

[1] Ef 1.4 [tradução direta]; 1Ts 3.11-13.

antigos hereges[2], valiam-se dessas sentenças para provar que o homem pode ter justiça perfeita na vida presente. Seguindo Agostinho, respondemos com aquilo que julgamos suficiente: Que todos os crentes devem aspirar a esta meta – comparecer, alguma vez, perante Deus puros e sem mácula[a]; mas, como o melhor e mais perfeito estado que possamos ter na vida presente não é outra coisa senão o que nos dá proveito diário, atingiremos, esse objetivo quando, depois de despojados da nossa carne pecaminosa, nos ativermos plenamente ao nosso Deus.[77]

Exposição de passagens que dizem que Deus nos julga segundo nossas obras

Vamos agora expor as passagens que dizem que Deus dará a cada um segundo as suas obras, como as que se seguem: "...para que cada um receba segundo o bem ou o mal que tiver feito por meio do corpo". Igualmente: "Tribulação e angústia virão sobre a alma de qualquer homem que faz o mal...; glória, porém, e honra, e paz, a todo aquele que pratica o bem". E mais: "...os que tiverem feito o bem, para a ressurreição da vida". E também: "Vinde benditos de meu Pai!... Porque tive fome, e me destes de comer; tive sede, e me destes de beber", etc.[3]. A essas passagens [e outras semelhantes] é bom juntar outras, nas quais a vida eterna é chamada recompensa[b]. Como quando se declara que "a recompensa será dada ao homem segundo a obra da suas mãos[4]". Ver também: "Quem obedecer aos mandamentos de Deus terá recompensa" [Sl 19.11, tradução direta]. E mais: "Regozijai-vos e exultai, porque é grande o vosso galardão nos céus" [Mt 5.12]. Igualmente: "O trabalhador é digno do seu salário" [1Tm 5.18 e paralelas]. No tocante ao que foi dito, que Deus dará a cada um segundo as suas obras, pode-se resolver a questão sem grande dificuldade, porque essa frase denota mais uma conseqüência que a causa pela qual Deus dá recompensa aos homens. Pois bem, não há dúvida de que o Senhor segue estes passos na realização da nossa salvação: depois de nos escolher, Ele nos chama; depois de nos chamar, justifica-nos; depois de nos justificar, glorifica-nos[5]".

Portanto, embora o Senhor receba os Seus à vida unicamente por Sua misericórdia, todavia, porque ele os conduz na nova vida pelo caminho das boas obras a fim de cumprir neles o Seu querer pela ordem por Ele determinada, não é de admirar que Ele diga que eles são "coroados", isto é, recompensados segundo as

---

a. Contra Celestius, discípulo de Pelágio, Agostinho escreveu *De peccatorum meritis et remissione*.
b. mercedem operum.

[2] De Celéstio, "mestre e jurista", associado a Pelágio e sua doutrina herética (século V). [Cf. Charles Hodge, *Teologia Sistemática*, São Paulo, Editora Hagnos, 2001, tradução de Valter Martins, p. 597].

[77] Deste modo, percebemos como Deus em Sua misericórdia em tudo se antecipou a nós. [Vd. John Augustin, On The Gospel of St. John. Tractate 86. In: Philip Schaff & Henry Wace, eds. Nicene and Post-Nicene Fathers of Christian Church, (First Series), (Jo 15.16), p. 354].

[3] 2Co 5.10; Rm 2.9,10; Jo 5.29; Mt 25.34-36. Ver também Mt 5.1-12; 43-48; 6.2-4; Lc 6.20ss.; Pv 13.6.

[4] 1Co 3.14 [tradução direta].

[5] Rm 8.30.

suas boas obras, pelas quais são preparados para receber a coroa da eternidade. E por essa causa até se diz que eles realizam a sua salvação quando, aplicando-se às boas obras, eles pensam na vida eterna. Não obstante, não se segue disso que eles são os autores da sua salvação, nem que a sua salvação procede das boas obras. E então, no momento em que, pelo conhecimento do Evangelho e pela iluminação do Espírito Santo, eles são chamados à companhia de Cristo, a vida eterna começa neles. Depois, a obra que o Senhor começou a realizar neles, Ele continuará a realizar até ao dia de Jesus Cristo. Ora, a obra de Deus é realizada neles quando, representando pela justiça ou retidão e pela santidade a imagem do seu Pai celeste, eles demonstram que são Seus filhos legítimos. Quanto à palavra salário ou recompensa[a], não devemos deixar-nos induzir por ela a fazer das boas obras a causa da nossa salvação. Primeiro, tratemos de fixar em nosso coração isto: O Reino dos céus não é salário de servos, mas herança de filhos[b], herança que só desfrutarão os que Deus adotou como Seus filhos, e não a desfrutarão por nenhuma outra razão senão a referida adoção. Porque, como está escrito, "o filho da escrava não será o herdeiro, mas o filho da livre[1]". E de fato, nas mesmas passagens nas quais o Espírito Santo promete a vida eterna como salário ou recompensa das boas obras, ao chamá-la nominalmente herança Ele demonstra que ela vem de outra procedência. De igual modo Cristo, chamando os escolhidos à posse do Reino celestial, menciona as obras que com isso Ele os quer recompensar, mas ao mesmo tempo acrescenta que eles o possuirão por direito de herança[2]. O apóstolo Paulo também exorta os servos que cumprem fielmente o seu dever a que esperem recompensa do Senhor, mas imediatamente acrescenta que essa recompensa é devida à herança[3].

Vemos como, com palavras explícitas, Cristo e Seus apóstolos cuidam para que não atribuamos a bem-aventurança eterna às obras, mas sim à adoção feita por Deus. Então por que, alguém perguntará, eles mencionam igualmente as obras? Essa pergunta se poderá responder conclusivamente com um só exemplo da Escritura[4]. Antes do nascimento de Isaque, tinha sido prometido a Abraão que em sua semente [isto é, em sua descendência] seriam benditas todas as nações da terra, e que a sua posteridade seria numerosa como as estrelas do céu e como a areia do mar. Muito tempo depois, Abraão preparou-se para imolar seu filho Isaque, segundo o mandamento de Deus. Após haver demonstrado tal obediência, recebeu esta promessa[5]: "Jurei, por mim mesmo, diz o Senhor, porquanto fizeste isso

a. Summaire (Sumário) de Farel, conclusão do capítulo XII ("Du mérite" [Sobre o mérito]): "Ao que pratica obras, o salário não lhe é devido segundo a graça, mas como dívida... Mas ao que crê, sua fé lhe é imputada para justiça, sem as obras". [Cf. Rm 4.4.]

b. Aqui está a palavra decisiva. Dando feroz caça ao mérito como ele faz, Calvino quer purgar a alma cristã de toda preocupação mercantil.

[1] Ef 1.3-14; Gl 4.21-31.

[2] Mt 25.31-40.

[3] Cl 3 [notar o versículo 24].

[4] Gn 15 e 16.

[5] Gn 22.16-18.

e não me negaste o teu único filho, que deveras te abençoarei e certamente multiplicarei a tua descendência como as estrelas dos céus e como a areia na praia do mar; a tua descendência possuirá a cidade dos seus inimigos, nela serão benditas todas as nações da terra, porquanto obedeceste à minha voz".

Que é que nos foi dito? Que Abraão tinha merecido por sua obediência essa bênção, prometida antes de lhe ser dado o mandamento? Aqui temos, certamente, sem rodeios e sem ambigüidade[a], que o Senhor remunera as obras praticadas pelos crentes com as mesmas bênçãos que já lhes tinha dado antes de eles sequer pensarem em fazer alguma coisa, na época em que Ele não tinha nenhum motivo para os abençoar, senão a Sua misericórdia. E, todavia, não é para iludir nem para zombar de ninguém que Ele declara que dá como recompensa pelas obras o que tinha dado de graça antes de serem praticadas as obras. Porque, como Ele quer que, para crescermos na apreensão da revelação das coisas que Ele prometeu, nos exercitemos na prática das boas obras e que andemos nelas para chegarmos à bem-aventurada esperança do céu a nós proposta, é certo e de direito que o fruto das promessas lhes seja atribuído, porquanto elas são como que meios para nos conduzirem àquele gozo. Ambas as verdades são bem expressas pelo apóstolo quando ele afirma que os colossenses dedicaram-se "ao amor por causa da esperança reservada no céu para eles, sobre a qual eles tinham ouvido pela verdadeira doutrina do evangelho[1] ". Porque, dizendo que pelo Evangelho eles tinham ficado sabendo que lhes estava preparada a herança celestial, ele indica que a esperança está fundamentada unicamente em Cristo, de modo nenhum nas obras. Quando ele afirma que por essa causa se esforça para fazer o bem, demonstra que os crentes, durante toda a sua vida, devem agir com empenho para tomarem posse da bênção prometida.

A parábola dos que trabalharam diferentes períodos de tempo na vinha

Pois bem, a fim de que não pensemos que o salário que o Senhor nos promete deve ser mensurado conforme os méritos [das obras], Ele nos propõe[2] uma parábola na qual se compara com um pai de família que [contrata e] envia à sua vinha todos os trabalhadores que encontra; uns na primeira hora, outros na segunda, outros na terceira; alguns na undécima hora. Ao cair da tarde, distribui salário igual a todos. Uma exposição muito bem feita e redigida resumidamente encontra-se no livro intitulado *de vocatione gentium*[3] [Da Vocação dos Gentios], que se atribui a Ambrósio[a]. Como se trata de um antigo doutor, prefiro usar as suas palavras às minhas. Diz ele: "Com essa analogia o Senhor quis mostrar que a

a. 1539 tem somente: citra ambages.

a. Erasmo tinha publicado uma edição das obras de Ambrósio, na Basiléia, em 1527.

[1] Cl 1.3-5 [tradução direta].

[2] Mt 20.1-16.

[3] L. I, cap. 5.

vocação de todos os crentes, conquanto tenham alguma variação na aparência exterior, pertence unicamente à graça. Portanto, os que, tendo trabalhado só uma hora, são igualados aos que trabalharam o dia inteiro, representam a condição daqueles que Deus, para engrandecer a excelência da Sua graça, chama no fim da vida deles, para os remunerar segundo a Sua clemência; não lhes pagando o salário do seu labor, mas derramando sobre eles as riquezas da Sua bondade, como também os escolheu independentemente de suas obras; a fim de que aqueles que trabalharam muito tempo e não receberam mais que os derradeiros, entendam que recebem tudo pela dádiva da Sua graça, e não como salário por seus labores".

[1536] Não pensemos, pois, que o Espírito Santo, pelas promessas acima citadas, quer avaliar a dignidade das obras como se elas merecessem tal recompensa. Porque a Escritura não nos deixa coisa alguma de resto que sirva para nos exaltarmos diante de Deus. Muito ao contrário, tudo[a] o que faz é confundir o nosso orgulho, humilhar-nos, abater-nos e anular-nos totalmente. Mas o Espírito Santo, pelas supraditas promessas, socorre a nossa imbecilidade, a qual, de outro modo, quebraria a nossa resistência e nos deixaria sem forças num instante, se não fôssemos sustentados e consolados dessa maneira. Então, primeiro, que cada um considere quão dura coisa é renunciar e abandonar[b], não somente todas as coisas que ama, mas também a si mesmo. E, no entanto, essa é a primeira lição que Cristo dá a Seus discípulos, quer dizer, a todos os crentes. E durante toda a vida deles, Cristo os mantém sob a disciplina da cruz[c], para que não entreguem o seu coração à cupidez ou à confiança nos bens terrenos.

Sumário

Em resumo, Ele os trata de tal maneira que, para qualquer lado que se voltem, de um a outro extremo deste mundo, eles só vêem desespero. A tal ponto que Paulo chega a dizer o seguinte: "Se a nossa esperança em Cristo se limita apenas a esta vida, somos os mais infelizes de todos os homens[1]". Para que não percamos a coragem em tais angústias, o Senhor nos assiste e nos admoesta, exortando-nos a que levantemos a cabeça e lancemos para mais longe o nosso olhar; e nos promete que nele encontraremos felicidade que não vemos neste mundo.[78] Ele lhes chama remuneração, salário e retribuição, não por levar em conta o mérito das nossas obras, mas querendo dizer que se trata de uma recompensa[d] pelas misérias, tribulações e diferentes formas de opróbrio que suportamos na terra. Portanto, não há mal em chamar, a exemplo da Escritura, à vida eterna remuneração. Sim, pois, por ela o Senhor transfere os Seus servos do trabalho para o repouso, da

a. (scriptura) tota in hoc est.
b. relinquere et abnegare.
c. Pensamento desenvolvido no capítulo XVII.
d. compensationem.
[1] 1Co 15.19.
[78] "Felizes, porém, são aqueles, que abraçaram o evangelho e firmemente permanecem nele! Porque ele – o Evangelho, fora de qualquer dúvida, é a verdade e a vida." (João Calvino, Efésios, (EF 1.13), p. 35-36).

aflição para a consolação, da tristeza para a alegria, da pobreza para a riqueza, da ignomínia para a glória; finalmente, ela transforma em bens maiores todos os males por eles suportados. Não há, pois, nenhum inconveniente em considerar a santidade no viver como o caminho, não para entrarmos na glória, mas pelo qual Deus conduz os Seus escolhidos à manifestação da mesma[2], visto que Ele tem prazer em glorificar aqueles que Ele santificou.[79]

Fugir do objetivo estabelecido por Deus é escarnecer de Deus

[1539] Só que devemos ter o cuidado de não imaginar nenhuma correlação entre mérito e recompensa. Nisso abusam perversamente os sofistas, porque não levam em consideração o fim que acima expusemos. Mas, que zombaria é essa, que, quando Deus nos chama com vistas a um objetivo, volvemos os olhos para outro lado? Não há nada mais claro que isto: A recompensa é prometida às boas obras, não para que o nosso coração se inche de orgulho, mas para nos consolar e nos fortalecer em face da fraqueza da nossa carne. Portanto, aquele que quer derivar algum mérito das boas obras desvia-se do objetivo certo. Por isso, quando a Escritura declara que Deus, como reto juiz, dará a coroa da justiça a Seus servos, não me limito a responder com Agostinho[1]. Eis os seus termos: "Como Deus, como justo juiz, vai dar a coroa da vida [a Seus servos], se primeiro não lhes der Sua graça, como Pai misericordioso? E como poderá haver alguma justiça, a não ser que seja precedida pela graça, a qual justifica o ímpio? E como a coroa da justiça nos será dada como coisa devida, senão graças ao fato de que tudo o que temos nos foi dado sem que devesse ser dado?" Mas a essa exposição eu acrescento: E como essa coroa poderá ser imputada às nossas obras, a não ser que Deus, por Sua indulgência, oculte ou cubra o que há de injustiça nelas? Como as reputará dignas de recompensa, a não ser que, por Sua infinita benignidade, Ele apague o que nelas merece castigo?

Acrescento isso ao que Agostinho disse porque ele costumava dizer que a vida eterna é graça, uma vez que nos é dada pelos dons gratuitos de Deus [ou seja, em função dos dons], quando é concedida às nossas obras. Mas a Escritura nos humilha ainda mais. Porque, além de nos proibir de nos gloriarmos em nossas obras, visto que são dons gratuitos de Deus, igualmente nos mostra que elas estão sempre manchadas de impurezas; tanto que não poderão satisfazer nem agradar a Deus, se forem examinadas segundo o Seu rigor[a].

---

a. ad judicii regulam.

[2] Rm 8.29,30.

[79] "Francamente admito que, quanto mais meditamos nos benefícios que Deus tem concedido a outros, mais profunda se torna a tristeza que experimentamos quando ele não nos alenta em nossas adversidades. A fé, porém, nos conduz a outra conclusão, a saber, que devemos crer de coração que no devido tempo também experimentaremos algum lenitivo, visto que Deus continua imutavelmente o mesmo." [João Calvino, O Livro dos Salmos, Vol. 2, (Sl 44.2), p. 281].

[1] Ad Valent., de gratia et liberali.

Aparente reforço bíblico para a posição dos oponentes

Há outras passagens que têm sentido um tanto parecido com o das que acabamos de explicar. Como aquela na qual Jesus Cristo diz: "Das riquezas de origem iníqua fazei amigos; para que, quando aquelas vos faltarem, esses amigos vos recebam nos tabernáculos eternos". E a de Paulo: "Exorta aos ricos do presente século que não sejam orgulhosos, nem depositem a sua esperança na instabilidade da riqueza, mas em Deus, que tudo nos proporciona ricamente para nosso aprazimento; que pratiquem o bem, sejam ricos de boas obras, generosos em dar e prontos a repartir, que acumulem para si mesmos tesouros, sólido fundamento para o futuro, a fim de se apoderarem da verdadeira vida[2]". Vemos que as boas obras são comparadas com as riquezas, das quais se afirma que desfrutaremos na bem-aventurança futura.

Respondo que jamais entenderemos verdadeiramente tudo o que ali se diz, se não pusermos os nossos olhos no objetivo visado pelas palavras do Espírito Santo. Se o que Cristo disse é verdade [e como não será?!], que "o nosso coração se detém onde está o nosso tesouro[3]", assim como os filhos deste século se enroscam nisso e se dedicam[b] a amontoar as coisas relacionadas com a felicidade da vida presente, assim também é necessário que os crentes, vendo que esta vida passa ligeiro como um sonho, destinem as coisas com as quais querem retamente gozar para sempre ao lugar onde vão viver eternamente. Portanto, devemos seguir o exemplo daqueles que renunciam a um lugar pelo outro, para neste habitar perpetuamente. Antes eles fazem todo o bem que podem, e não se importam com o pouco tempo que têm que passar aqui, pois se consideram muito mais felizes que se tivessem mais bens ao terminarem a sua existência terrena.

O céu é o nosso país?

Se cremos que o céu é o nosso país e a nossa habitação, melhor será que passemos a outros os nossos bens do que retê-los aqui, para os deixarmos quando tivermos que partir subitamente[a]. Agora, de que maneira devemos passar a outros os nossos bens? Atendendo às necessidades dos pobres, sendo que o Senhor considera que tudo o que a eles é desprendidamente entregue, a Ele é dado[1]. Daí temos esta bela promessa[2]: "Quem dá aos pobres empresta com juros[b] a Deus". E

b. 1539 tem somente: intenti.

a. Assim, Calvino deixou "subitamente" Paris em 1533 e Genebra em 1538.

b. fœneratur. Esse conhecido provérbio, que os ateus transformam em dito acidamente zombeteiro contra os cristãos, e que efetivamente corre o risco de envolver as esmolas no pior dos cálculos egoístas, recebe aqui de Calvino o sentido evangélico: que, socorrendo as necessidades dos pobres, é a Jesus mesmo que amamos e consolamos neles.

[2] Lc 16.9; 1 Tm 6.17-19.

[3] Mt 6.21 [tradução direta].

[1] Mt 25.40.

[2] Pv 19.17 [tradução direta].

também: “O que semeia com fartura, com abundância também ceifará[3] ”. Porque toda a caridade que fizermos a nossos irmãos será como pô-la em custódia ou em depósito nas mãos de Deus. Ele, então, como fiel depositário, a Seu tempo no-lo devolverá com altos juros.[80]

E então, alguém perguntará, as obras de caridade são tão apreciadas por Deus que são como que riquezas a Ele confiadas? E quem terá medo de falar assim, uma vez que a Escritura o testifica nesses termos tão francos? Mas se alguém, obscurecendo a benignidade de Deus, quiser estabelecer a dignidade das obras, os citados testemunhos em nada o ajudarão a validar e confirmar seu erro. Porquanto nenhuma outra coisa poderíamos inferir senão esta: que a bondade e a indulgência de Deus para conosco são maravilhosas, visto que, para nos incitar à prática do bem, Ele nos promete que nenhuma das boas obras que fizermos será em vão, apesar de não somente não merecerem ser por Ele recompensadas, mas também de ser por Ele aceitas.

Interpretação forçada de passagens

Mas os nossos adversários forçam demais as palavras apostólicas. O apóstolo Paulo, procurando consolar e fortalecer os tessalonicenses em suas tribulações[4] , afirma que estas lhes são enviadas “para que sejais considerados dignos do reino de Deus, pelo qual, com efeito, estais sofrendo”. Porque, diz ele, [que se considere] “se, de fato, é justo para com Deus[a] que ele dê em paga tribulação aos que vos atribulam, e a vós outros que sois atribulados alívio juntamente conosco, quando do céu se manifestar o Senhor Jesus com os anjos do seu poder”. Vejamos também o que diz o autor da Epístola aos Hebreus[5] : “Deus não é injusto para ficar esquecido do vosso trabalho e do amor que evidenciastes para com o seu nome, porque servistes e ainda servis aos santos”.

Quanto à primeira passagem, respondo: O apóstolo Paulo não se refere ali a alguma dignidade de obras meritórias, mas somente quer dizer que, assim como o Pai celeste nos escolheu para sermos Seus filhos, assim também Ele quer que nos tornemos “conformes à imagem de seu Filho, a fim de que ele seja o primogênito entre muitos irmãos[1] ”. Porquanto, assim como Cristo primeiro sofreu para então

---

a. apud Deum.

[3] 2Co 9.6.

[80] “.... sejam quais forem os dons que possuamos, não devemos ensoberbecer-nos por causa deles, visto que eles nos põem sob as mais profundas obrigações para com Deus.” [João Calvino, Efésios, (Ef 4.7), p. 113]. “O Senhor nos colocou juntos na Igreja, e destinou cada um ao seu posto, de tal maneira que, sob a única Cabeça, venhamos a nos auxiliar uns aos outros. Lembremo-nos também de que tão diferentes dons nos têm sido concedidos para podermos servir ao Senhor humilde e despretensiosamente, e aplicar-nos ao avanço da glória daquele que nos tem dado tudo quanto temos.”[João Calvino, Exposição de 1 Coríntios, (1Co 4.7), p. 134]. “Todas as bênçãos de que gozamos são depósitos divinos que temos recebido com a condição de distribuí-los aos demais.” (João Calvino, A Verdadeira Vida Cristã, p. 36).

[4] 2Ts 1.5 e contexto.

[5] Hb 6.10.

[1] Rm 8.29.

entrar na glória a Ele destinada, assim também importa que por meio de muitas tribulações entremos no Reino dos céus. Por isso, quando padecemos aflições pelo nome de Cristo, os sinais com os quais o Senhor costuma rubricar[b]* as ovelhas do Seu rebanho são impressos em nós. Essa é a razão pela qual somos considerados dignos do Reino de Deus – porque trazemos em nosso corpo as marcas[c] de Jesus Cristo, que são os sinais[d] característicos dos filhos de Deus. A isso se referem as seguintes declarações bíblicas: Levamos "sempre no corpo o morrer de Jesus, para que também a sua vida se manifeste em nosso corpo[2]"; e mais: "Porque, se fomos unidos com ele na semelhança da sua morte, certamente o seremos também na semelhança da sua ressurreição[3]". O motivo acrescentado pelo apóstolo Paulo, qual seja, que "para Deus é justo dar repouso aos que tiverem trabalhado", não é provar alguma dignidade das obras, mas unicamente confirmar e fortalecer a esperança da salvação. É como se ele dissesse: Assim como convém ao reto juízo de Deus vingar contra os Seus inimigos os ultrajes e os maus tratos que eles vos fizerem, semelhantemente convém que Ele vos dê alívio e repouso das vossas misérias.

A outra passagem, que se refere às boas obras em termos tais que significa pouco menos que Deus seria injusto se as deixasse no esquecimento, deve ser entendida neste sentido[a]: Que o Senhor, para despertar-nos de nossa ociosidade, deu-nos a esperança de que nada do que fizermos em prol do Seu nome será perdido. Ele nos faz lembrar que essa promessa, como todas as demais, de nada nos aproveitaria, se não fosse precedida pela aliança gratuita da Sua misericórdia, na qual repousa toda a certeza da nossa salvação. Tendo isso, devemos ter firme e certa confiança em que a recompensa não nos será negada pela benignidade de Deus por nossas obras, por mais indignas[b] que sejam. Por isso o apóstolo, para nos confirmar no ponto em questão, declara que Deus não é injusto em nos fazer essa promessa. Portanto, essa justiça de Deus se refere mais à veracidade da Sua promessa que à retidão em dar-nos o que nos é devido. E sobre este sentido há um dito notável de Agostinho. Como esta santa personagem não vacilou em repeti-lo muitas vezes, devemos imprimi-lo indelevelmente em nossa memória. Diz ele: "O Senhor é fiel; Ele se faz nosso devedor, não tomando de nós alguma coisa, mas nos prometendo tudo liberalmente".

---

b. signare.
c. stigmata Domini.
d. signa.
a. hanc rationem habet.
b. Instrução de 1537: "O que é, pois, necessário fixar, em resumo, é que a união com Cristo é tão importante que em razão dela somos, não somente recebidos como justos gratuitamente, mas também as nossas próprias obras são consideradas justiça".
[2] 2Co 4.10.
[3] Rm 6.5.

Entendendo a superioridade do amor em relação à fé

Os nossos fariseus citam também estas sentenças do apóstolo Paulo: “Ainda que eu tenha tamanha fé, ao ponto de transportar montes, se não tiver amor, nada serei”. [1536] Igualmente: “Agora, pois, permanecem a fé, a esperança e o amor, estes três; porém, o maior destes é o amor”. E mais: “Acima de tudo isto, porém, esteja o amor, que é o vínculo da perfeição[1] ”. Com as duas primeiras eles se esforçam para provar que somos justificados pelo amor (ou caridade), antes que pela fé, uma vez que o amor é a virtude mais excelente. Mas é fácil refutar essa sutileza. Porque noutro lugar[a] explicamos que o que é dito na primeira passagem não tem nada que ver com a verdadeira fé. Reconhecemos e confessamos que a segunda se refere à fé verdadeira, à qual ele prefere o amor como sendo a maior virtude, não como se fosse mais meritória, mas tendo em vista que ele é frutífero, tem mais amplo alcance, presta serviço a muitos e sempre tem vigor, ao passo que o uso da fé é por tempo limitado.

[1539] Se considerarmos a questão de excelência, com justa razão o amor de Deus terá o primeiro lugar, sendo que nessa passagem o apóstolo Paulo não toca nesse ponto. Não o faz porque não visa a outro fim senão que os crentes se edifiquem em Deus uns aos outros pela prática do amor. Suponhamos, porém, que o amor seja mais excelente que a fé em todos os aspectos. [1536] Qual será o homem de são juízo, e mesmo o de cérebro diminuto, que vai inferir disso que o amor justifica mais que a fé? O poder de justificar que a fé tem não está nalguma dignidade de obras; porque a nossa justificação subsiste unicamente graças à misericórdia de Deus e aos méritos de Cristo. [1539] Afirmamos que a fé justifica unicamente porque ela apreende a justiça que lhe é oferecida em Cristo. Agora, se perguntarem aos nossos adversários em que sentido eles atribuem ao amor o poder de justificar, eles responderão que, por ser uma virtude que por seu próprio mérito é agradável a Deus, sendo como tal aceita pela bondade divina, é-nos imputada justiça. Por aí vemos como o argumento deles procede bem!

Nós dizemos que a fé justifica, não que ela mereça justiça para nós por sua própria dignidade, mas porque é um instrumento pelo qual obtemos gratuitamente a justiça de Cristo. Aqueles tais, deixando para trás a misericórdia de Deus, e não fazendo menção nenhuma de Cristo, em quem está a soma total da justiça, sustentam[a] que somos justificados por meio do amor, por ser este a virtude mais excelente. Como se alguém discutisse no sentido de que é mais próprio um rei fazer um sapato que um sapateiro, por ser aquele mais digno e mais nobre. Só esse argumento[b] é suficiente para nos dar a conhecer que todas as escolas sorbonistas jamais gostaram[c] da justificação pela fé.

---

a. Capítulo IV, no meio, e para o fim.

a. 1539: pugnant, 1541 tem, por erro: *maintenant.*

b. syllogismus.

c. 1539 acrescenta: ne summis quidem labris.

[1] 1Co 13,2,13; Cl 3.14.

"Fé" tem sempre o mesmo sentido em 1 Coríntios 13?

[1539] Agora, se um amante de brigas[d] replicar contra o que eu disse e alegar que eu tomo a palavra fé em sentidos diferentes em Paulo, pretendendo ele que não há nenhum propósito em expor o assunto diversamente na mesma passagem, tenho excelente razão pra assim proceder. Porque, como todos os dons que citei se reduzem de algum modo à fé e à esperança, visto que elas têm relação com o conhecimento de Deus, ao fazer um sumário no fim do capítulo[1], ele abrange todos os dons com o uso dessas duas palavras. Como se dissesse: A profecia, as línguas, o dom de interpretar e a ciência tendem todos a este objetivo – levar-nos ao conhecimento de Deus. Ora, nesta vida mortal só conhecemos a Deus pela fé e pela esperança. Portanto, quando eu digo fé e esperança, incluo todos esses dons. E então: "Agora, pois, permanecem a fé, a esperança e o amor, estes três" – quer dizer, seja qual for a variedade de dons, eles se reportam a esses três: "porém, o maior destes é o amor".

[1539] Da terceira passagem eles inferem que, se o amor é "o vínculo da perfeição", também o é da justiça, a qual não é outra coisa senão perfeição. Note-se, primeiro, que, ainda que deixemos de dizer[a] que o apóstolo Paulo chama de perfeição a reunião dos membros de uma igreja bem constituída e disciplinada[b]; e que também declaremos que o homem é perfeito diante de Deus por seu amor – que novidade concluirão eles disso? Porque eu, ao contrário, sempre replicarei que jamais chegaremos a essa perfeição se não praticarmos perfeitamente o amor. E, visto que todos os homens do mundo estão muito longe de praticar perfeitamente o amor, disso se pode inferir que toda a esperança de perfeição lhes é cortada.[81]

Não quero seguir todos os testemunhos que aqueles tolos[c] sorbonistas tomam inconsideradamente aqui e ali da Escritura para batalhar contra nós. Porque eles fazem algumas alegações por demais ridículas, nas quais eu nem poderei tocar, se não quiser ser tão impertinente como eles[d]. Portanto, porei fim a este assunto depois de explicar uma sentença de Cristo, na qual os nossos adversários se deleitam esplendidamente[2]. Disse-a Ele quando respondeu ao doutor da Lei que Lhe tinha perguntado sobre o que é necessário para a salvação. Respondeu-lhe o Senhor: "Se queres entrar na vida, guarda os mandamentos".

---

d. rixator.

a. omittamus.

b. [1539]: dum probe constitutæ ecclesiæ membra inter se bene cohærent. É a disciplina eclesiástica, que Calvino procurará estabelecer em Genebra, quando voltar para lá, no ano seguinte (1540), e que o sínodo de 1559 estabelecerá na França.

c. stulti.

d. Estas duas palavras são acrescentadas em 1541.

[1] 1Co 13.13.

[81] "... Sem amor, a fé é vã. Com o amor é a fé do cristão; sem o amor é a fé dos demônios. Quanto aos que sequer crêem, são eles piores do que os demônios e mais carentes do que esses. Quem não quer crer em Cristo, sequer imita os demônios! Eis, não sei que homem que se recusa a crer em Cristo. Ele ainda não está sequer no ponto onde estão dos demônios!" [Agostinho, Comentário da Primeira Epístola de São João, São Paulo, Paulinas, 1989, (1Jo 5.1), p. 199-200].

[2] Mt 19.17.

Que é que vocês querem mais, dizem os nossos adversários, pois se o próprio Autor da graça nos manda adquirir o Reino de Deus pela observância dos mandamentos! Como se não fosse coisa sabida e notória que Cristo sempre tem respostas adequadas aos que Lhe apresentam questões! Ora, nessa passagem Ele foi interrogado por um doutor da Lei sobre o meio pelo qual se pode obter a bem-aventurança eterna; e não com uma pergunta simples, mas neste modo de falar: Que é que os homens devem fazer para poderem chegar à vida eterna? Tanto a pessoa de quem falava como a pergunta induziam o Senhor a responder como respondeu. Porque esse doutor, inflado por uma falsa opinião sobre a justiça legal, tinha sido cegado por sua confiança em suas obras. Além disso, outra coisa ele não queria saber senão esta: Quais são as obras de justiça pelas quais se pode adquirir a salvação? É, pois, por boa razão que o Senhor o mandou de volta à Lei, na qual temos um espelho perfeito[a] da justiça. Nós igualmente pregamos, alto e bom som, que aquele que busca a justiça nas obras, terá que guardar os mandamentos; é uma doutrina que todos os cristãos precisam conhecer. Porque, como teriam em Cristo o seu refúgio, se não soubessem nem reconhecessem que estão desfalecidos em ruína mortal? E como poderiam perceber que andam longe do caminho da vida, sem haverem entendido qual é ele? Portanto, eles não estarão bem instruídos para que tenham seu refúgio em Cristo enquanto não entenderem quanta repulsa o seu viver causa à justiça de Deus, que se encontra na Lei.

Sumário

Eis o resumo disso tudo: Se buscarmos a salvação em nossas obras, é-nos necessário guardar os mandamentos, os quais nos instruem sobre a justiça perfeita. Mas não devemos parar aqui, se não quisermos desfalecer no meio do caminho, porque nenhum de nós é capaz de os guardar. Assim, depois de termos sido excluídos da justiça da Lei, precisamos* de outro retiro e socorro, qual seja, a fé em Jesus Cristo. Portanto, assim como o Senhor Jesus nessa passagem remete de volta à Lei o doutor dela, sabendo que ele estava inchado de vã confiança em suas obras, e o fez para que ele se reconhecesse pobre pecador e sujeito à condenação, assim também noutro lugar ele consola com a promessa de Sua graça os que se humilham por aquele reconhecimento, e os consola sem fazer menção da Lei. “Vinde a mim”, diz Ele, “todos os que estais cansados e oprimidos, e eu vos aliviarei[1 a]”.

Sofismas e argumentos capciosos

Finalmente, depois que os nossos adversários são postos fora[b] da sua luta pela Escritura, eles fazem tudo para nos surpreender com argumentos capciosos[c]* e

a. absolutum.
a. Esta citação marginal falta em 1539.
b. invertendo.
c. argutias.
[1] Mt 11.28.

vãos sofismas. Primeiro fazem suas cavilações querendo dar a entender que a fé é chamada obra, pelo que fazemos mal em opor-nos às obras como coisa diferente. Como se a fé, na qualidade de obediência à vontade de Deus, adquirisse justiça para nós por seus próprios méritos! Sendo que, na verdade, recebendo a misericórdia de Deus, ela nos torna certos e seguros da justiça de Cristo que, pela bondade gratuita do Pai celeste, nos é oferecida no Evangelho. Se não me divirto em refutar tais inépcias, os leitores me perdoarão; porque elas são tão superficiais e frívolas que podem romper-se sozinhas. Todavia, parece-me de bom alvitre responder a uma objeção que eles fazem, a qual, por ter alguma aparência e cor de razão, poderia causar algum escrúpulo ou dúvida em gente simples[a]. Ocorre, dizem os nossos adversários, que as coisas contrárias ou antagônicas obedecem a uma mesma regra, e assim, uma vez que cada pecado nos é imputado para injustiça, cada boa obra nos deve ser imputada para justiça. Os que a isso respondem dizendo que a condenação dos homens procede propriamente da sua infidelidade, e não de pecados particulares, não me satisfazem. Concordo com eles que a fonte e raiz de todos os erros e maldades é a incredulidade. Sim, pois nisso está o começo dos passos pelos quais o homem abandona a Deus e pouco aquém estão de renunciar a Ele, e daí decorrem todas as transgressões da sua vontade. Mas, no tocante ao que se vê que eles contrapõem numa mesma balança as boas obras e as más para desse modo avaliarem a justiça e a injustiça do homem, nisso sou constrangido a repudiá-los. Porque a justiça das obras consiste numa perfeita obediência da Lei. Portanto, ninguém poderá ser justo por suas obras, se não seguir, como em linha reta, a Lei de Deus durante todo o curso da sua vida. No momento em que ele se inclina para um lado ou para outro, já caiu na injustiça. Daí se vê que a justiça não está num certo número de boas obras, ma na observância integral e perfeita da vontade de Deus.

Bem outro é, pois, o critério para julgar a iniqüidade. Porquanto, quem cometeu adultério, ou roubou, por um só delito é réu de morte, visto que ofendeu a majestade de Deus. Nisso fazem violência ao texto os nossos sofistas, pois não tomam em consideração o que diz Tiago[1] na passagem em que se lê: "Qualquer que guarda toda a lei, mas tropeça em um só ponto, se torna culpado de todos. Porquanto, aquele que disse: Não adulterarás, também ordenou: Não matarás. Ora, se não adulteras, porém matas, vens a ser transgressor da lei".

Portanto, não deveria parecer absurdo quando dizemos que a morte é um salário justo para cada pecado, visto que todos os pecados são merecedores da ira e da vingança de Deus. Será, porém, um péssimo argumento aplicar isso ao revés e supor que o homem pode adquirir a graça de Deus por uma só boa obra, ao passo que por muitas faltas provocará a Sua ira.

---

a. non adeo exercitatis.

[1] Tg 2.10,11.